

Aplicação de políticas macroeconómicas em Microestados insulares.
O caso de São Tomé e Príncipe

Ângela Maria da Graça Viegas Santiago

Orientadora: Professora Doutora Carla Margarida Barroso Guapo Costa

*Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor em Ciências Sociais,
Especialidade em Desenvolvimento Socioeconómico*

Lisboa
2018

WWW.ISCSP.U LISBOA.PT

**Aplicação de políticas macroeconómicas em Microestados insulares.
O caso de São Tomé e Príncipe**

Ângela Maria da Graça Viegas Santiago

Orientadora: Professora Doutora Carla Margarida Barroso Guapo Costa

*Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor em Ciências Sociais,
Especialidade em Desenvolvimento Socioeconómico*

Júri:

Presidente:

- Doutor Manuel Augusto Meirinho Martins, Professor Catedrático e Presidente do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa;

Vogais:

- Doutor Heitor Alberto Coelho Barras Romana, Professor Catedrático Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa;

- Doutor João Manuel Ricardo Catarino, Professor Catedrático Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa;

- Doutora Carla Margarida Barroso Guapo da Costa, Professora Associada com Agregação Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, na qualidade de orientadora;

- Doutora Sandra Maria Rodrigues Balão, Professora Associada Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa;

- Doutor Duarte Manuel Ivens Pitta Ferraz, Professor Catedrático Convidado Aposentado Nova School of Business & Economics da Universidade Nova de Lisboa;

- Doutor João Gabriel de Barros, Investigador Principal Instituto Superior de Relações Internacionais de Maputo, Moçambique.

Lisboa
2018

Ao Airo, ao Agvar e à Airília

Agradecimentos

A concretização deste sonho deve-se à graça de Deus, e à minha perseverança e tenacidade. Contudo, sem o profissionalismo, a mestria e a disponibilidade da minha orientadora Professora Doutora Carla Guapo Costa seria impossível a sua prossecução. A si, os meus sinceros e especiais agradecimentos. Os meus agradecimentos são extensivos aos outros professores do ISCSP com quem tive a honra de lidar, aos meus familiares e amigos que sempre me encorajaram. Agradeço também a todas individualidades que me concederam entrevistas, garantindo a concretização do presente estudo. Um especial agradecimento à Universidade Pública de São Tomé, na pessoa do professor Peregrino Costa, pela oportunidade que nos proporcionou para transformar em realidade este sonho. A todos o meu muito obrigado.

Resumo

A condição de Microestado Insular (MEI) impõe importantes vulnerabilidades internas e externas, passíveis de dificultar o seu desenvolvimento socioeconómico. O custo relativamente maior da formulação de políticas públicas e, em geral, dos rácios de despesas em relação ao PIB, a estrutura de mercado mais concentrada, o acesso menos favorável ao capital global, o limitado mercado de trabalho, com a conseqüente exiguidade de fontes de vantagem comparativa, afetam a concorrência e proporcionam deseconomias de escala. Essas circunstâncias podem dificultar a eficácia das políticas macroeconómicas pré-formatadas, exigindo a sua adequação ao contexto, contrariamente às prescrições do FMI. O estágio de desenvolvimento socioeconómico de São Tomé e Príncipe, que implementou programas sucessivos de estabilização económica sugeridos pelo FMI durante cerca de três décadas, evidencia também, essa ineficácia. A necessidade de contextualizar esses programas é dificultada pela geoeconomia daquela instituição, que beneficia os países hegemónicos. Contudo, as circunstâncias históricas, e quiçá a especificidade da estrutura político-constitucional e fraca capacidade institucional fizeram de São Tomé e Príncipe um país fortemente condicionado pelo FMI.

A proposta da presente dissertação de doutoramento é que os MEI contornem esses constrangimentos através da escolha de estratégias de relações internacionais acertadas, bem como alguma ancoragem de determinados aspetos do poder soberano.

Palavra-chave: MEI, Desenvolvimento Socioeconómico, São Tomé e Príncipe, Geoeconomia, FMI, Políticas macroeconómicas.

Abstract

Due to their condition of insularity and micro-scale, MEI's (Insular Micro-States) internal and external vulnerabilities are unique and may well to obstruct their socio-economic development. The relatively higher fixed cost of public administration, education, public policy formulation and ratios of spending to GDP in general, may limit the national institutional capacity of those countries. In the same way, the relatively higher cost of building and maintenance of infrastructures and the higher concentration of the market structure, the unfavorable access to global capital, the restricted labor market and the insufficient sources of comparative advantage affect competition and are responsible for the diseconomies of scale. These circumstances may obstruct the effectiveness of the preformatted macroeconomic policies, requiring its suitability for the context, unlike the requirements of the IMF. The development stage of MEI Sao Tome and Principe also shows that these macroeconomic policies have failed to improve the socio-economic development of the country. It appears that the IMF geo-economy benefits hegemonic countries and minimizes the importance of contextualization of the IMF adjustment programs to MEI.

This doctoral thesis proposes that the MEI avoids these constraints through the choice of better international relations strategies and anchoring some aspects of their sovereignty.

Keyword: MEI, Socioeconomic Development, Sao Tome and Principe, Geo-economy, IMF macroeconomic policies.

Lista de abreviaturas e siglas

AACCO	Autoridade de Aviação Civil das Caraíbas Oriental
AEC	Associação dos Estados das Caraíbas
ANSTP	Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe
AOSIS	Alliance of Small Island States
APD	Ajuda Pública para o Desenvolvimento
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
BCCO	Banco Central das Caraíbas Orientais
BCE	Banco Central Europeu
BCM	Banco Central Mundial
BCSTP	Banco Central de São Tomé e Príncipe
BIRD	Banco de Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
BNSTP	Banco Nacional de São Tomé e Príncipe
BNU	Banco Nacional Ultramarino
CARICOM	Comunidade e Mercado Comum das Caraíbas
CCRIF	Mecanismo de Facilidade de Seguro para Riscos de Catástrofe das Caraíbas
CEEAC	Comunidade Económica dos Estados da África Central
Dbs	Dobras
DES	Direito Especial de Saque
ECF	Facilidade de Crédito Prolongado
ECOMEX	Empresa Nacional de Comércio Externo
ECOMIN	Empresa Nacional de Comércio Interno
EMAE	Empresa de Água e Electricidade
EMAG	Empresa de Artes Gráficas
EUA	Estados Unidos da América

FCL	Linha de Crédito Flexível
FMI	Fundo Monetário Internacional
FPS	Fórum das Ilhas do Pacífico
GNI	Gross National Income
HIPC	Iniciativa Reforçada para os Países Pobres Endividados
IDA	Associação Internacional de Desenvolvimento
IDE	Investimento Direto Estrangeiro
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IMF	International Monetary Fund
INE	Instituto Nacional de Estatística de São Tomé e Príncipe
ISCSP	Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
IVE	Índice de Vulnerabilidade Económica
IVI	Índice de Vulnerabilidade
LDC	Países Menos Desenvolvidos (Less Developed Countries)
MEI	Microestados Insulares
MIGA	Agência Multilateral de Garantia dos Investimentos
MLSTP	Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe
MPF	Ministério de Plano e Finanças
N/A	Não se aplica
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
ODM	Objetivo de Desenvolvimento do Milénio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OECO	Organização dos Estados das Caraíbas Orientais
OECS	Organização dos Estados das Caraíbas Orientais
OGE	Orçamento Geral do Estado
OMC	Organização Mundial do Comércio

ONU	Organização das Nações Unidas
PAE	Programa de Ajustamento Estrutural
PCL	Precautionary Credit Line
PIB	Produto Interno Bruto
PNB	Produto Nacional Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRSP	Poverty Reduction Strategy Papers
RCF	Rapid Credit Facility
RDSTP	República Democrática de São Tomé e Príncipe
SBA	Acordo Standby
SCF	Facilidade de Crédito Standby
SFI	Sociedade Financeira Internacional
UNRISD	United Nations Research Institute for Social Development
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USD	Dólar Norte-americano

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO	1
1.1. Enquadramento e justificação	2
1.2. Problemática.....	6
1.3. Estratégia metodológica	7
1.4. Organização da tese.....	12
CAPÍTULO II - MICROESTADOS INSULARES (MEI): ESPECIFICIDADES E IDIOSSINCRASIAS.....	15
2.1. Nota Introdutória.....	16
2.2. Conceito e Caracterização dos MEI.....	17
2.3. Semelhanças, especificidades e idiossincrasias	21
2.3.1. Restrições geográficas	21
2.3.2. Estrutura Político-institucional e Sistema Judicial	26
2.3.3. Aspectos histórico-culturais.....	30
2.3.4. Estrutura económica e produtiva e indicadores de desenvolvimento.....	33
2.3.5. Vulnerabilidades a Choques e Catástrofes Naturais.....	39
2.3.6. Considerações Finais.....	48
CAPÍTULO III.....	49
ABORDAGENS E PERSPECTIVAS TEÓRICAS DA ECONOMIA POLÍTICA DO FMI E DAS POLÍTICAS MACROECONÓMICAS	49
3.1. Nota introdutória	50
3.2. Perspetivas teóricas da Economia Política do FMI.....	50
3.2.1. Correntes teóricas realista e liberal	51
3.2.2. Geoeconomia nas relações Internacionais. Fundamentos teóricos.....	57
3.3. Evolução histórica da Teoria macroeconómica.....	61
3.3.1. Os Clássicos da ciência económica	62
3.3.2. Marx e seus seguidores. A Via não Capitalista de Desenvolvimento	65
3.3.3. A viragem protagonizada por Keynes. O início e evolução da macroeconomia.....	66
3.4. Correntes teóricas macroeconómicas do FMI.....	69
3.4.1. Keynes e White. A disputa ideológica nos fundamentos do FMI	70
3.4.2. Outros teóricos na macroeconomia do FMI	72
3.4.3. O FMI e as teorias de desenvolvimento	88
3.4.4. Considerações Finais.....	96
CAPÍTULO IV – O LUGAR GEOECONÓMICO DOS MEI NO FMI.....	97

4.1.	Nota Introdutória.....	98
4.2.	A génese do FMI.....	98
4.3.	A Estrutura organizacional do FMI.....	101
4.4	. A hegemonia no FMI: realismo político	106
4.5	. A hegemonia no FMI: casos práticos	116
4.6	. O lugar geoeconómico dos MEI no FMI.....	129
4.7	. Zona de acomodação geoeconómica para os MEI	134
4.8.	Considerações Finais.....	139
CAPÍTULO - V A APLICAÇÃO DE POLÍTICAS MACROECONÓMICAS PADRONIZADAS NOS MEI. O CASO DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE.....		141
5.1.	Nota Introdutória.....	142
5.2	. A economia política marxista em São Tomé e Príncipe (1975-1985).....	142
5.3	A transição para economia de mercado.....	154
5.4	Os Programas de Ajustamento Estrutural (PAE) do FMI em São Tomé e Príncipe	158
5.5	Outros Programas do FMI em São Tomé e Príncipe.....	169
5.6	. Os MEI e os Programas do FMI.....	186
5.7	Os Programas do FMI e Boa Governação nos MEI.....	194
5.8	Considerações Finais.....	201
CAPÍTULO VI – A VISÃO DOS ATORES DO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO DO MEI SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE		202
6.1	. Nota Introdutória.....	203
6.2.	Os atores do desenvolvimento socioeconómico.....	204
6.3.	Aspetos metodológicos	206
6.3.1	População-Alvo e amostra	209
6.3.2	Classificação das Perguntas.....	212
6.4.	Análise das respostas.....	214
6.4.1	Assertividade dos grupos-alvo	215
6.4.1	Tratamento e análise das respostas.....	217
6.5.	Discussão dos Resultados.....	228
6.6.	Considerações Finais.....	230
CAPÍTULO VII – A ACOMODAÇÃO DE POLÍTICAS MACROECONÓMICAS DO MEI SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE		232
7.1	. Nota Introdutória.....	233
7.2.	Índice de Vulnerabilidade económica	233
7.2.1.	Proposta de Índice de Vulnerabilidade Institucional.....	235

7.3.	Ancorar o setor Judicial.....	243
7.3.1.	A importância do setor judicial para o desenvolvimento	243
7.3.2.	O caso do setor judicial são-tomense	244
7.3.1	A construção de uma âncora judicial	249
7.4.	A construção da zona de acomodação geoeconómica.....	255
7.5.	Considerações Finais.....	258
CAPÍTULO VIII – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....		260
8.1	Nota Introdutória.....	261
8.2	Conclusões da Investigação	261
8.3	Algumas respostas às nossas preocupações iniciais e pistas para investigações futuras.....	264
8.4	Limites da Investigação.....	266
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....		268

Índice de Gráficos, Tabelas e Figuras

Gráficos

Gráfico 1 PNB <i>per capita</i> (USD) dos MEI relativos a 2014.....	37
Gráfico 2 Grau de Abertura da economia. Relação entre importação e exportação sobre PIB	42
Gráfico 3 Exportação de bens e serviços em % do PIB, em 2013.	43
Gráfico 4 Evolução do preço internacional do cacau	144
Gráfico 5 Balança Comercial de São Tomé e Príncipe	145
Gráfico 6 Receitas de Orçamento Geral do Estado.	149
Gráfico 7 Orçamento Geral do de Estado 1974 a 1977	150
Gráfico 8 Conta corrente de São Tomé e Príncipe	164
Gráfico 9 Evolução do PIB de São Tomé e Príncipe	165
Gráfico 10 Evolução da Taxa de Câmbio.....	173
Gráfico 11 Taxa de Inflação em São Tomé e Príncipe na década de 1990	174
Gráfico 12 Taxa de eficiência do setor judiciário dos MEI, relativa ao período 2014-2016.	242
Gráfico 13 Diagrama de dispersão sobre o nível de eficiência da justiça e o PIB <i>per Capita</i> dos MEI.....	247
Gráfico 14 Eficiência da justiça dos MEI 2009-2016	248

Tabelas

Tabela 1 Localização dos MEI.	22
Tabela 2 Estrutura Político-Constitucional.....	29
Tabela 3 Principais indicadores dos MEI.	35
Tabela:4 Índice de vulnerabilidade dos MEI.....	47
Tabela 5 Consenso de Washington.....	80
Tabela 6: Fragmentos dos relatórios das missões de artigo IV da França e Barbados.....	120
Tabela 7: Algumas condicionalidades para o empréstimo Stand-By Arrangement.	125
Tabela 8 Receitas do Orçamento geral do Estado 1974- 77	148
Tabela 9: II Programa de Ajustamento Estrutural (1989)	160
Tabela 10 Regime de Câmbio nos MEI, em 2015.....	168
Tabela 11: Resumo das principais recomendações das missões do Artigo IV.....	170
Tabela 12 Evolução do emprego (Nº de empregados por setor) durante o PAE I e PAE II ..	172
Tabela 13: Critérios de desempenho do PRGF.	177
Tabela 14: Resumo de alguns indicadores da economia são-tomense.	182
Tabela 15 Exportações de São Tomé e Príncipe	185
Tabela 16 Percentagem de aceitação	212
Tabela 17 Articulação entre os eixos temáticos, os objetivos centrais da pesquisa e as questões	213
Tabela 18: Síntese das Respostas no Bloco A.....	221
Tabela 19 Síntese das Respostas do Grupo B.....	224
Tabela 20 Síntese das Respostas relativas ao Bloco C.....	227
Tabela 21 quadro resumo da percepção dos inqueridos	229

Tabela 22: Ponderação para o cálculo da taxa de Estabilidade político-governativa.....	238
Tabela 23 Proposta de cálculo da taxa de Estabilidade político- governativa.....	239
Tabela 24: Cálculo da taxa de eficiência do setor judiciário	241
Tabela 25: Índice de vulnerabilidade económica ajustada de São Tomé e Príncipe.....	243
Tabela 26: - Nível de eficiência da justiça e o PIBpc de alguns MEI, referente a 2015.	246

Figura

Figura 1 Índice de vulnerabilidade do MEI de acordo com Briguglio	234
Figura 2 Proposta de estrutura do índice de vulnerabilidade ajustada	240

CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO

1.1. Enquadramento e justificação

A problemática da adequação das políticas macroeconómicas, em geral, e em especial as do FMI aos países beneficiários tem sido objeto de estudo por vários autores, em diferentes períodos. No entanto, constatamos que continua a existir uma lacuna na literatura e nos estudos empíricos no que concerne a especificidade de alguns pequenos Estados, maioritariamente insulares, e que se revela na dificuldade com que implementam as medidas preconizadas e as consequências que daí derivam em matéria de desenvolvimento. Pretendemos, com a presente tese, contribuir para colmatar essa lacuna.

Deveras, a condição de Microestado Insular (MEI) impõe importantes vulnerabilidades aos mesmos, sobretudo pelas enormes dificuldades que apresentam para responder a exposição aos choques internos e externos e devido, também, à natureza e dimensão do mercado (Angeon & Saffache, 2010; FMI, 2013).

Com efeito, os MEI são caracterizados por especificidades que decorrem da sua dimensão geográfica e populacional, mormente a dificuldade em assegurar o desenvolvimento sustentável, face às vulnerabilidades únicas e particulares que enfrentam. A fragilidade na prestação de serviços públicos por causa de custos fixos em segurança, infraestruturas, atividades reguladoras, negócios estrangeiros, educação e formulação de políticas públicas podem limitar a capacidade institucional nacional levando mesmo a deseconomias de escala. De igual modo, os rácios de despesas e de salário em relação ao PIB são maiores nos MEI e a concorrência é afetada pela estrutura de mercado mais concentrada (Favaro, 2008; Angeon & Saffache, 2010).

Nos MEI, a possibilidade de beneficiar de infraestruturas de transporte de dimensão regional, como são os portos, aeroportos e estradas, ou de infraestruturas do setor energético ou água, é escassa, implicando o aumento de custos de transporte em relação aos custos suportados por economias de maior dimensão, ou mesmo de seus pares (microestados) não insulares. Os custos referidos provêm não somente da construção dessas infraestruturas, mas também da sua manutenção. As dificuldades de manutenção destas infraestruturas são exarcebadas pelo facto de os MEI serem, naturalmente, limitados quanto à quantidade e qualidade de mão-de-obra requerida para o efeito. Daí resultam, em grande medida, as deseconomias de escala que caracterizam os MEI (Endegnanew, 2013, CEEAC, 2017).

Ainda, e devido à dimensão da economia, os microestados têm acesso menos favorável ao capital global e o mercado de trabalho é muito limitado em virtude da insuficiente oportunidade de usar técnicos altamente qualificados, levando-os a emigrar (Angeon & Saffache, 2010; FMI, 2013).

Por outro lado, à luz do teorema de Heckscher-Ohlin, os países devem especializar-se e exportar os bens que usem de forma mais intensiva o fator de produção que têm em abundância relativa (Costa, 2010). Entretanto, os MEI têm escassa disponibilidade de vários factores de produção: terra, relativa escassez de mão-de-obra em quantidade e qualidade e uma quase ausência de capital. Com fontes de vantagem comparativa limitadas, os MEI têm pouca margem para diversificar a sua produção interna e o seu produto de exportação também é reduzido. A necessidade de satisfazer a procura interna leva a um grau de abertura de comércio (sobretudo a taxa de dependência das importações) elevado. Porém, a grande dependência externa torna-os muito vulneráveis a choques externos (Endegnanew, 2013).

Por outro lado, os MEI, enquanto pequenas economias abertas, certamente diferem das demais no que se refere à eficácia das políticas macroeconómicas (políticas fiscal, monetária e cambial). A sustentabilidade fiscal, gestão da dívida e crescimento económico, também terão as suas especificidades nesses países. Diversas vulnerabilidades interferem na gestão macroeconómica, concorrendo para a sua fragilidade e conseqüente dificuldade na manutenção do equilíbrio macroeconómico (Endegnanew, 2013). Apresentando habitualmente uma elevada concentração no setor financeiro, assim como um ineficiente mecanismo de transmissão monetária, registam-se taxas de juro geralmente elevadas, com conseqüente desincentivo para as atividades do setor privado.

Daí decorre que a aplicação das políticas económicas em MEI, sem o devido acautelamento das especificidades dessas economias, pode eventualmente criar distorções no equilíbrio macroeconómico interno e externo difíceis de corrigir, tendo conseqüências muito negativas no desenvolvimento desse(s) país(es).

Entretanto, em função das situações económicas globais, os macroeconomistas do Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI) dedicam-se a traçar receitas “globais”, para todos países. Assim, em meados dos anos 1980, despontaram no seio do FMI e BM algumas ideias neoliberais para combater sobretudo a crise económica

dos países da América Latina, consubstanciadas e reproduzidas no “Consenso de Washington” pelo economista John Williamson (Williamson, 2004).

A preocupação dessas instituições centrava-se nas altas taxas de inflação, instabilidade macroeconómica e crises da dívida soberana dos países. As prescrições assentavam, basicamente, na liberalização do comércio externo, visando a estabilização de preços e reformas estruturais. O Programa de Ajustamento Estrutural (PAE) imposto aos países em desenvolvimento (incluindo São Tomé e Príncipe) é um exemplo disso. Essa receita que, com alguns acréscimos, passou a designar-se por “Consenso de Washington Alargado”¹ foi aplicada a todos os outros países cuja economia não era liberalizada, visando a transição da economia centralizada dos países da Europa do Leste para economia de mercado (Pinto, 2014).

No entanto, as principais correntes teóricas no âmbito da macroeconomia, neoclássica e keynesiana, nas quais se apoia, genericamente, a doutrina do FMI, têm carácter historicamente condicionado, destinando-se aos países capitalistas desenvolvidos. Por isso, dificilmente se aplicam na íntegra a um país em vias de desenvolvimento, onde o mercado não é integrado e o sistema financeiro é incipiente (Krugman, 2012; Pinto, 2014), como é o caso dos MEI.

A crise da dívida no México, a hiperinflação no Brasil e a crise financeira no Leste Asiático, são alguns exemplos que indiciam uma certa ineficácia de políticas padronizadas do BM e FMI (Pinto, 2014) sem considerar as especificidades dos países. Essa situação parece ser mais gravosa quando se trata de MEI (Almeida, 2012).

O FMI, instituído em 1944 por iniciativa de potências económicas e militares de então, tem o objetivo principal de exercer vigilância sobre o sistema financeiro internacional a fim de garantir a sua estabilidade e possibilitar o fluxo de investimento e de comércio externo (Costa, 2010). No entanto, o poder de voto nessa instituição é determinado pela dimensão da quota (principal componente dos recursos do FMI), que por sua vez depende do poder económico e geopolítico do país. A possibilidade de influenciar as decisões, bem como o acesso aos fundos da instituição, é em proporção das respetivas quotas. Tendo em conta o reduzido poder económico dos MEI e consequente dimensão das suas quotas, os mesmos têm um acesso muito limitado aos fundos (Zhang,

¹ O Consenso de Washington Alargado segue-se ao Consenso de Washington, os quais trataremos nos capítulos seguintes.

2016) e diminutas hipóteses de influenciar as decisões dessa instituição. Por conseguinte, a geoeconomia do FMI parece beneficiar essencialmente as grandes potências em desfavor dos Microestados.

A título de exemplo pode-se considerar o caso do MEI São Tomé e Príncipe onde, basicamente, essas receitas macroeconómicas do FMI/BM têm sido aplicadas desde meados dos anos 1980. Apesar de o PIB registar um crescimento médio da economia de cerca de 4% ao ano nas últimas duas décadas (BCSTP, 2015), a conta corrente do país tem-se deteriorado numa tendência quase ininterrupta, o que indicia um crescimento não sustentado e um fraco desenvolvimento económico em linha com o índice da pobreza, que continua elevado. Vivendo com um pouco mais que um euro por dia, cerca de 66% da população era considerada pobre em 2010 (IOF, 2010). Com efeito, o país tem um desenvolvimento económico muito aquém do desejado, com o crescimento do PIB *per capita* (indicador utilizado habitualmente para mensurar o bem-estar de população) de cerca de 2% ao ano (BCSTP, 2013), configurando, quiçá, um caso de insucesso.

Na verdade, as especificidades dos MEI parecem indicar a necessidade de políticas macroeconómicas a eles ajustadas. Entretanto, o histórico de recomendações de medidas de políticas macroeconómicas propostas pelo FMI², tanto para São Tomé e Príncipe como para outros MEI, aparentemente abstraindo dessas especificidades condicionadas pela dimensão dos seus mercados (ver as várias *Ajuda- Memória* de missões do FMI a São Tomé e Príncipe 1987-2016), terá causado algumas dificuldades ao desenvolvimento económico e social dos mesmos.

Porém, o desenvolvimento socioeconómico envolve um conjunto de relações extra e intra-sociedade, pelo que, também existem os fatores endógenos. As relações entre os agentes económicos devem ser supervisionadas pelas Instituições do Estado no exercício do seu poder - *governance*. A boa governação que indica a capacidade institucional do Estado, frequentemente medido pela funcionalidade do setor judiciário (Khan, 2006), parece depender da capacidade dos governos de formular e implementar políticas, visando o desenvolvimento socioeconómico (Estêvão, 2004). No entanto, a capacidade institucional parece ser um dos constrangimentos dos MEI.

É este dilema que entusiasma o debate a que nos propomos no presente estudo.

² O desenho de políticas macroeconómicas constitui uma emanação das disposições estatutárias do FMI.

1.2.Problemática

Face ao enquadramento acima apresentado, que sintetiza e antecipa o problema da presente investigação, consideramos pertinente definir a seguinte questão de partida – Em que medida as especificidades dos MEI exigem a contextualização das políticas macroeconómicas, constantes nos programas do FMI, a aplicar nestes Estados? E desta pergunta de partida central, deduzimos uma pergunta derivada: tomando como caso de estudo São Tomé e Príncipe, qual foi o contributo dessas políticas macroeconómicas para o processo de desenvolvimento do país?

A procura pela resposta à questão de partida deverá levar-nos a prosseguir o Objetivo central do estudo: verificar se as políticas macroeconómicas podem ser aplicadas em todas economias, indiferentemente da sua dimensão e insularidade.

A nossa maior familiaridade com São Tomé e Príncipe, que se engloba no grupo dos países que denominamos de MEI, bem como a vontade de pretender dar um contributo académico para a melhor compreensão do seu processo de desenvolvendo justifica a nossa opção pelo enfoque neste país.

Neste contexto, identificamos como objetivos específicos:

- (i) Identificar as especificidades e as idiossincrasias dos MEI;
- (ii) Analisar, numa perspetiva evolutiva, as políticas macroeconómicas do FMI;
- (iii) Identificar condicionalismos geo-económicos à aplicação de políticas macroeconómicas adequadas aos MEI;
- (iv) Identificar as consequências da aplicação descontextualizada de políticas macroeconómicas padronizadas no MEI São Tomé e Príncipe;
- (v) Aferir condicionalismos relativos à capacidade institucional do Estado para promover o desenvolvimento socioeconómico dos MEI;
- (vi) Apresentar propostas para a identificação das fragilidades que mais assolam o MEI São Tomé e Príncipe, de modo a ser mais fácil contextualizar as políticas.

Trataremos de cumprir os nossos objetivos no decorrer do presente Estudo testando as hipóteses seguintes:

-Hipótese 1- A aplicação das políticas macroeconómicas padronizadas nos MEI tem consequências negativas para o desenvolvimento socioeconómico do país em causa.

-Hipótese 2- Os fundamentos políticos que sustentam a organização funcional do FMI condicionam a calibragem de políticas macroeconómicas, calibragem essa necessária dadas as especificidades da economia dos MEI.

Com efeito, a aplicação das políticas económicas nos MEI, sem o devido acautelamento das especificidades dessas economias, pode eventualmente criar distorções no equilíbrio macroeconómico interno e externo (ou seja, contas fiscais e conta corrente respetivamente) difíceis de corrigir, tendo consequências muito negativas no desenvolvimento do país. Esta será mesmo uma das causas do relativo insucesso de alguns MEI, na luta pela melhoria do bem-estar das suas populações.

1.3.Estratégia metodológica

Com a caracterização dos MEI, a exposição sobre a evolução teórica das políticas macroeconómicas e a história da sua apropriação e padronização pelo FMI, bem como as suas prováveis consequências, pretendemos verificar, em que medida há necessidade de contextualizar as políticas macroeconómicas. Com efeito, procuraremos verificar se as políticas macroeconómicas podem ser aplicadas em todas as economias, indiferentemente da sua dimensão e insularidade.

Com vista a cumprir esses objetivos, abordamos, para efeitos de revisão da literatura e enquadramento teórico, as correntes teóricas macroeconómicas clássica, neoclássica e contemporâneas, nomeadamente o novo keynesianismo, o pós-keynesianismo incluindo diversas variantes do monetarismo, que parecem ser mais afeitas ao FMI.

Nesse enquadramento, pretendemos também averiguar os constrangimentos, de ordem científico-económica, à aplicação profícua dessas correntes teóricas macroeconómicas nos MEI. Tentaremos ainda dissecar as recomendações macroeconómicas do FMI a São Tomé e Príncipe desde o início da sua intervenção em 1987 e a avaliação do respetivo desempenho pelo próprio FMI. Para entender o porquê da insistência do FMI em recomendar tais políticas, trataremos de analisar a evolução dos fundamentos conceptuais da organização funcional bem como a geopolítica e geoeconomia do FMI e a necessidade de melhorá-las, quiçá, aprofundando um processo de reformulação dos procedimentos de tomada de decisão, em curso nesta Instituição.

Finalmente, e no caso de se validarem as hipóteses do estudo, trataremos de averiguar as consequências socioeconómicas da não harmonização das políticas macroeconómicas à dimensão do mercado dos MEI, mormente em São Tomé e Príncipe.

A estrutura metodológica assenta numa estratégia hipotético-dedutiva, na medida em que o desenho da investigação segue este tipo de raciocínio: revisão da literatura/enquadramento teórico, tematização e problematização, questões de partida, formulação de hipóteses, recolha de dados, análise e tratamento de dados, conclusões/verificação das hipóteses e, eventual, revisão dos pressupostos teóricos de partida.

Esta opção é justificada pela essência do método em referência, ou seja, pelo facto de a abordagem hipotético-dedutiva consentir a construção de conjeturas, que submetidas a vários testes, à crítica intersubjetiva e ao confronto com os factos, nos permitem aferir que hipóteses inicialmente colocadas sobrevivem (Quivy & Campenhoudt, 2008).

Rodrigues também corrobora que o método dedutivo deve ser considerado de abordagem lógica porque nele se subentende que as verdades gerais já afirmadas sirvam de premissas que nos conduzam a novos conhecimentos. E o método hipotético-dedutivo sugere que o estudo investigativo seja um teste de hipóteses (Rodrigues, 2007).

Entretanto, Bresser-Pereira considera que:

Os modelos macroeconómicos neoclássicos, raramente são usados por analistas e formuladores de políticas, não apenas porque seus pressupostos são excessivamente simples, mas principalmente porque são produto de um método hipotético-dedutivo que permite a construção de modelos...abstratos e com pouca ligação com a realidade...A economia é uma disciplina em constante mudança, na medida em que os sistemas económicos estão sempre mudando. A ferramenta de pesquisa fundamental é o método histórico-dedutivo e uma das suas variedades - o método do facto histórico novo (Bresser-Pereira, 2009, pág. 188-189).

Esta suposição não nos abrange, uma vez que nós não pretendemos questionar os princípios teóricos da macroeconomia. Pretendemos sim, aferir alguns aspetos da sua aplicabilidade aos MEI. Propomo-nos conjeturar sobre a necessidade de contextualizar as políticas macroeconómicas procedendo à crítica intersubjetiva e submetendo-a ao confronto com os factos, mormente as eventuais consequências de não a fazer nos MEI, com particular realce em São Tomé e Príncipe, e à eventualidade de as imputar aos fundamentos políticos do FMI. Por outro lado, o nosso estudo envolve hipóteses probabilísticas que serão confirmadas ou refutadas ao longo da análise.

Outra autora recomenda o uso do método hipotético-dedutivo, pelo facto de não se limitar a generalizar as observações empíricas (Rodrigues, 2010). Trata-se de um

método que segue o trilha das teorias e leis, podendo os resultados deduzir e fazer previsões passíveis de serem comprovadas ou rejeitadas. O método hipotético-dedutivo é positivista, pelo que se preocupa com a busca da verdade posta na realidade (Marconi e Lakatos, 2003).

Assim, considerando que nos propomos investigar a resposta à questão de partida apurando quais as hipóteses que sobrevivem como mais aptas, consideramos que o método hipotético-dedutivo positivista se adapta ao nosso estudo.

Entretanto, alguns dos constrangimentos do desenvolvimento, quiçá, se devam ao *modus faciendi* dos atores da vida socioeconómica são-tomense (entidades nacionais e integrantes de missões internacionais) ao longo dos 40 anos de existência da República Democrática de São Tomé e Príncipe. Por isso, parece-nos importante aferir a profundidade do conhecimento desses atores sobre a matéria em estudo auscultando os mesmos. Assim, alargaremos a nossa perspetiva de análise, confrontando o conhecimento aferido ao longo do estudo com os pontos de vista desses atores, recorrendo, para este caso, a entrevistas semiestruturadas, dado que esta técnica é que a que mais se adequa à natureza da pesquisa para este efeito particular (Quivy & Campenhoudt, 1998).

Fontes e recolha de dados.

A tentativa de cumprir os objetivos suprarreferidos com a isenção e veracidade requerida exige que o estudo seja devidamente sustentado do ponto das fontes de documentação, o que passa pela correta delimitação da recolha e análise de dados.

Na investigação usamos um conjunto significativo de dados secundários de natureza interna (sobretudo dados existentes em diversas fontes oficiais públicas). Para o caso de São Tomé e Príncipe, importa referir que algum défice organizativo no setor público da 2.^a República (período pós-abertura democrática multipartidária) não terá facilitado a produção e conservação de muitos documentos de natureza económica (no âmbito qualitativo). Por isso, tivemos de nos socorrer, também, dos arquivos que, com a devida ressalva, são credíveis e sistematizados: fontes públicas, tais como arquivo do Banco Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP), algumas fontes semipúblicas e privadas, fontes de organismos internacionais (FMI e BM).

Método de Coleta de dados.

Tratando-se de um estudo de caso, Yin (2015), sugere o uso tanto de documentos primários como secundários, bem como a observação direta e entrevistas.

Em linha com a abordagem positivista hipotético-dedutiva que é a nossa opção no neste estudo de caso, visando excluir o máximo possível o subjetivismo, apoiar-nos-emos, em documentos de fontes escritas, oficiais, não oficiais e estatísticas, tais como os relatórios e memorandos das missões do FMI de artigo IV, do artigo VIII e de avaliação da evolução da situação económica dos MEI e em especial de São Tomé e Príncipe; artigos de autores diversos publicados em revistas de renome de sítios de Internet idóneos e outras bases de dados como Proquest e JSTOR, discursos de dirigentes são-tomenses (especialmente do Presidente da República) durante o período do monopartidarismo, programas do governo, livros de diversos autores e teses publicadas em versão impressa ou eletrónica. Outrossim, estas fontes foram trabalhadas na perspetiva ontológica de matriz objetivista associada a epistemologia positivista, como decorre da abordagem positivista hipotético-dedutiva que elegemos.

Utilizaremos também dados estatísticos publicados pelo Instituto Nacional de Estatísticas de São Tomé e Príncipe (INE), BCSTP, FMI e BM, bem como alguns manuais e artigos sobre autores (pensadores) de renome da antiguidade (Tucídides, Niccolo Machiavelli, e outros), ou séculos ainda mais recentes (como A. Smith e outros) enquanto fontes secundárias. A maior parte dessas fontes, são complementares entre si e a sua multiplicidade deverá permitir a substanciação da edificação a que nos propomos. Com efeito, muitas informações recolhidas e ou a recolher nos documentos do FMI (tais como informações qualitativas e quantitativas das ajudas-memória, também existem em documentos oficiais (boletim informativos e estatísticos) do BCSTP e do INE, o que nos permite aferir melhor a consistência das informações. A fonte da grande maioria dos dados, localiza-se nos arquivos públicos são-tomense (como biblioteca nacional, arquivo histórico), arquivos institucionais (como o do BCSTP, INE) e alguns arquivos particulares. Uma parte substancial dos dados, tais como Ajudas-Memória e *papers* diversos do BM e do FMI, leis, e informações estatísticas, em versão eletrónica, nos portais dessas instituições.

Análise de dados.

Alguns autores consideram que a metodologia quantitativa se adequa melhor à compreensão positivista, hipotético-dedutiva, por orientar para resultados mais realistas (Onwuegbuzie & Daniel, 1999; Figueiredo Filho & Junior, 2010).

Entretanto, outros autores, como Meirinhos e Osório (2010) sugerem que faz sentido o uso intercalado tanto de metodologia quantitativa como qualitativa nas ciências sociais porque permite estudar o caso no seu contexto real.

O estudo de caso é frequentemente referido como permitindo estudar o objeto (caso) no seu contexto real, utilizando múltiplas fontes de evidência (qualitativas e quantitativas) e enquadra-se numa lógica de construção de conhecimento [...]. É uma estratégia que requer ao investigador reflexão ponderada sobre aspetos (transversais às obras sobre esta temática), como o seu carácter qualitativo/quantitativo. Deve também [...] proceder à triangulação da informação para dar resposta às questões orientadoras e, por fim, filtrar criticamente a problemática estudada com os elementos conceptuais teóricos que fundamentaram o estudo (Meirinhos e Osório, 2010, pág. 64).

Aliámo-nos ao ponto de vista destes últimos autores, utilizando múltiplas fontes de evidência e procedendo a análises, tanto qualitativas como quantitativas.

A investigação decorrerá com base no tratamento e interpretação das informações estatísticas, coadjuvados por constatações qualitativas recolhidas nos relatórios e documentações afins suprarreferidas, com o objetivo de deduzir as hipóteses que equacionamos, ou seja análise documental mista (qualitativa e quantitativa), recorrendo a fichas de leitura e análise estatística.

Entretanto, no que concerne ao caso específico de São Tomé e Príncipe, trataremos de alargar a nossa perspetiva de análise confrontando o conhecimento aferido ao longo do estudo, com o pensamento dos distintos atores do desenvolvimento socioeconómico ao longo dos 40 anos da existência de São Tomé e Príncipe, enquanto Estado independente. Assim, e em linha com as sugestões dos estudiosos da matéria, tais como Raymond Quivy e Luc Van Campenhoudt (2008), Matias-Pereira (2010), Prodanov e Freitas (2013), procederemos à auscultação de ex-governantes e quadros superiores do setor da Justiça, Finanças e Cooperação, bem como de integrantes das missões do FMI, através de inquérito semiestruturado.

Deste modo, estamos convencidos que a triangulação de informações, por esta via, dará resposta às questões inicialmente colocadas e culminará com a filtragem crítica da problemática em estudo e com a proposta de novos caminhos, ou seja, de elementos para a contextualização de políticas macroeconómicas dos MEI.

1.4. Organização da tese

A tese “Aplicação de políticas macroeconómicas em Microestados insulares. O caso de São Tomé e Príncipe” é constituída pela presente Introdução (capítulo I) e pela Conclusão intercaladas por mais seis capítulos.

No Primeiro Capítulo, introdutório, fizemos a contextualização do tema em análise, seguida da sua problematização. Definimos a questão de partida, o objeto e objetivos específicos. De igual modo, fizemos a revisão da literatura sobre o assunto em estudo. Também nesse capítulo foi descrita a nossa estratégia metodológica.

Seguidamente, no Capítulo II, *Microestados Insulares (MEI): Especificidades e Idiossincrasias* – o estudo trata de fazer a caracterização dos MEI, fazendo o devido enquadramento das discussões em torno do conceito de microestado, já que não existe uma definição consensual do mesmo. Nesse capítulo também aferimos, fundamentando de forma breve que, para além da insularidade, a pequena dimensão territorial e populacional, outras especificidades e idiossincrasias caracterizam os MEI. Em suma, procuramos identificar e caracterizar os MEI, mormente as idiossincrasias, o que os identifica e os distingue de outros Estados. De igual modo, justificamos a razão da nossa opção por esses Estados.

No Capítulo III – *Abordagens e perspetivas teóricas da Economia Política Internacional e das Políticas Macroeconómicas* – procuramos conferir as principais perspetivas teóricas da Economia Política Internacional, aplicadas à prática do FMI. De igual modo ensaiamos a análise da evolução histórica de algumas das principais correntes económicas (clássica, marxista e liberal), particularizando o pensamento macroeconómico dominante, ao longo dos tempos, no FMI.

Segue-se o Capítulo IV – *O lugar geoeconómico dos Microestados no FMI*. A filosofia governativa do FMI assenta na quota do membro, no contexto geoeconómico em que o mesmo se move, e determina o seu compromisso financeiro máximo e o seu poder de voto, circunscrevendo igualmente o acesso dos membros ao financiamento por

parte do Fundo. Aferimos até que ponto a inserção geoeconómica facilita ou dificulta a alavancagem da economia dos MEI, analisando a estrutura do FMI. Procuramos analisar também as principais características da geoeconomia do FMI para melhor entender os eventuais obstáculos no aproveitamento das vantagens geoeconómicas pelos MEI no seio do FMI. Ainda nesse capítulo, tratamos de averiguar a existência de contrastes geoeconómicos na atuação do FMI que se demonstrem alheios aos objetivos estatutários do Fundo.

O Capítulo V é dedicado - *A aplicação descontextualizada de políticas macroeconómicas padronizadas nos MEI. O caso de São Tomé e Príncipe* -, onde tratamos de particularizar o caso específico do MEI São Tomé e Príncipe, enfatizando dois momentos distintos: a aplicação de uma versão do marxismo em São Tomé e Príncipe, de 1975 a 1985 e o historial das recomendações do FMI em São Tomé e Príncipe, de 1985 a 2015. Com efeito, procuramos perceber aspetos importantes da aplicação de políticas macroeconómicas nos MEI, e enquadrá-las nas correntes teóricas acima referidas. De igual modo ensaiamos uma análise da oportunidade de adequação das referidas políticas ao contexto são-tomense. Tentamos aferir da descontextualização e padronização das políticas macroeconómicas nos MEI, analisando em especial o caso de São Tomé e Príncipe. Para o efeito, trataremos de fazer análise quantitativa e qualitativa das recomendações do FMI em São Tomé e Príncipe desde a independência, bem como a evolução macroeconómica do país.

O Capítulo VI é dedicado à - *visão dos atores do desenvolvimento socioeconómico do MEI São Tomé e Príncipe*. Nele abordamos o ponto de vista dos distintos atores do processo de desenvolvimento ao longo dos 40 anos da existência de São Tomé e Príncipe como Estado independente. Testamos a profundidade do conhecimento desses atores sobre a aplicação de políticas macroeconómicas em Microestados insulares, focando-nos, naturalmente, no caso de São Tomé e Príncipe, procedendo a auscultação dos mesmos em entrevistas semiestruturadas. Pretendemos, assim, alargar a nossa perspetiva de análise.

Segue-se o Capítulo VII que se debruça sobre *Propostas de acomodação de políticas macroeconómicas para o MEI São Tomé e Príncipe*. Retomamos a análise dos obstáculos ao desenvolvimento dos MEI, enfatizando como diferentes MEI lidaram com a situação. As diferentes opções político-constitucionais podem corresponder a formas distintas de

contornar as políticas macroeconómicas do FMI e conseqüentemente a níveis de desenvolvimento díspares. Com efeito, na impossibilidade de alterar alguns dos constrangimentos dos MEI, vamos tentar equacionar propostas de acomodação (encontrando nichos de oportunidades nas estratégias geoeconómicas) que, quiçá, permitam que as políticas macroeconómicas possam sustentar o desenvolvimento socioeconómico para o MEI São Tomé e Príncipe.

Finalmente, teremos a Conclusão, no Capítulo VII, onde tratamos de sumarizar as respostas a nossa questão de partida e o cumprimento dos objetivos a que nos propusemos. De igual modo, apuramos a confirmação ou não das hipóteses do estudo ao longo do caminho trilhado e resumimos as eventuais conseqüências socioeconómicas da não calibração das políticas macroeconómicas à dimensão do MEI São Tomé e Príncipe. Resumimos algumas pistas (abordadas nos Capítulos precedentes) de acomodação para que as políticas macroeconómicas do FMI facilitem, ou, em última instância, não impeçam o desenvolvimento socioeconómico do MEI São Tomé e Príncipe.

CAPÍTULO II - MICROESTADOS INSULARES (MEI): ESPECIFICIDADES E IDIOSINCRASIAS.

2.1. Nota Introdutória

O sucesso dos países é, em grande proporção, medido pelo nível de vida dos seus cidadãos que, por sua vez, parece depender da capacidade dos mesmos contornarem as circunstâncias menos favoráveis e catapultarem as vantagens comparativas que eventualmente tenham. A dimensão dos Estados parece ser uma dessas circunstâncias. Com efeito, a aplicação de políticas macroeconómicas não parece ser alheia à dimensão territorial e populacional dos países, pelo que se nos afigura necessário aferir os condicionalismos de um grupo de países, dos quais São Tomé e Príncipe faz parte, pela sua condição de MEI.

De facto, a preocupação com a questão da viabilidade dos Estados em função da sua dimensão remonta à Antiguidade, através de pensadores como Platão, Aristóteles ou Montesquieu (Aghion & Durlauf, 2005). Posteriormente, no século XVII, Adam Smith, preocupado com constrangimentos à especialização, que considerava ser um fator importante para a riqueza das nações, também abordou a questão da dimensão dos Estados (Smith, 1983).

Estudiosos do desenvolvimento socioeconómico da atualidade não são consensuais quanto à importância da dimensão do país no seu desenvolvimento económico. Conybeare (2009) questiona o pressuposto de que o sucesso económico dos Estados pressuponha uma dimensão ideal dos mesmos. Easterly e Kraay (2000) são mais perentórios, afirmando que os Estados de pequena dimensão até têm mais sucesso económico, pelo que a sua pequenez pode mesmo ser considerada uma mais-valia.

Alesina (2003) consideram que o tamanho ideal de um país é um *trade-off*, cuja ponderação do custo-benefício reside no tamanho e custos de heterogeneidade dos países envolvidos. Ou seja, os países grandes têm a vantagem de ter custos *per capita* mais baixos, mas, em contrapartida, as preferências de uma população maior são mais heterogéneas, o que pode dificultar a formulação de políticas e prestação de serviços que satisfaça as preferências dos cidadãos. Não tendo chegado à conclusão de que exista uma dimensão ótima para o sucesso económico dos Estados, concluem que diversos fatores podem ser menos vantajosos para os países de menor dimensão.

Com efeito, o desenvolvimento económico dos países parece ser condicionado por uma série de circunstâncias de carácter endógeno e exógeno. Alguns autores consideram

o fator dimensão do país uma variável endógena. Aghion e Durlauf (2005)., por exemplo, argumentam que a dimensão importa para o desempenho económico e que o tamanho do país é endógeno. Porém, outros autores o abordam enquanto variável exógena:

O último século e meio de História de Europa e do Mundo mostrou-nos um contínuo repto à existência dos pequenos Estados. A sua segurança, soberania, estatuto político e igualdade jurídica situaram-se, sempre, naquela fronteira indecisa que separa os princípios que afirma a plenitude de direitos e a realidade que os diminui ou nega. Tornou-se evidente que, [...] o interesse particular das grandes potências comandava a conduta das relações internacionais. (Almeida, pág. 103,2012).

Nesta ordem de ideias, as políticas macroeconómicas a ser implementadas, não devem abstrair-se das condicionalidades estruturais ou conjunturais de âmbito endógeno e exógeno.

Nas últimas décadas, tem havido uma atenção académica crescente, especificamente às questões inerentes a um grupo de países de menor dimensão – Microestados, na sequência da imposição política, ou seja, do aumento da autodeterminação dos mesmos na comunidade internacional. Porém, alguns autores consideram mesmo que a literatura tem dado atenção exagerada às questões dos Microestados, alegando que apesar de terem alguma volatilidade, os Estados em referência têm, no geral, uma situação económica melhor que países de maior dimensão (Easterly & Kraay, 2000; Sutton, 2011).

Para o efeito, no presente Capítulo pretendemos identificar e caracterizar os MEI, mormente o que os identifica e os distingue de outros Estados. Entre os Estados em referência também existem idiosincrasias e especificidades, as quais trataremos de atestar.

2.2. Conceito e Caracterização dos MEI

Alguns analistas definem o termo Microestado como Estado independente com área menor que 1000 km² e uma população não superior a 1500 habitantes. Porém, esta definição não é unânime. Nas literaturas concernentes diversos autores sugerem outras definições de Microestado, que vão além da mera determinação dos limites quantitativos geográficos e populacionais. Easterly e Kraay (2000) consideram que países com menos de um milhão de habitantes têm uma economia de muito pequena dimensão (microestado).

Os analistas do FMI, dependendo dos propósitos que a análise pretenda alcançar, também alteram as definições conceptuais dos Microestados. Assim, no estudo sobre a política fiscal e conta corrente dos pequenos Estados, os autores sugerem que são:

[...] países com uma população média de menos de 2 milhões entre 1970 e 2009. Usando esta definição, cerca de 42 microestados foram identificados dos quais cerca de 70 por cento são ilhas e a maioria das quais localizam-se nas Caraíbas, África e Pacífico. Micro-Estados possuem muitas características comuns, tais como a localização, clima e tamanho³[...] (Endegnew et al., 2012, pág. 5).

O BM considera pequenos Estados os seus membros com uma população inferior a 1,5 milhões localizados geograficamente nas Caraíbas, no Pacífico, na África e na Europa⁴. São países com diversos níveis de desenvolvimento, e cujas economias evidenciam dimensões muito heterogêneas:

Mais de um quarto dos membros do Banco Mundial são países com uma população abaixo dos 1,5 milhões. Esses países têm diferentes níveis de desenvolvimento e dimensão económica... Apesar da diversidade em tamanho, desenvolvimento e localização geográfica, esses países têm desafios comuns associados com o tamanho de suas economias, afastamento e isolamento. (World Bank, 2015).

Contudo, apesar da sua diversidade, compartilham um conjunto comum de desafios de desenvolvimento. Dois terços desses países cuja população é inferior a 1,5 milhões pertencem à Commonwealth que partilha com o BM o conceito de pequenos Estados. Porém, o BM distingue no seio desses pequenos Estados, um grupo de extrema pequenez (Microestados) com população até 600 mil (Devèze, 2011).

De facto, as incertezas sobre em que medida e em que ponto separar um Estado micro de outras grandezas são inúmeras (Dumienski, 2014).

Dumienski, (2014) entende que a definição dos Microestados tem sido arbitrária, limitando-se a descrever alguns aspetos quantitativos que equiparam a pequenez à fraqueza desses Estados. Em consequência disso, o autor sugere uma forma alternativa de definição de Microestados que inclua alguns atributos de soberania, bem como a viabilidade económica e política do Estado.

Tem sido discutido [...] que microestados poderiam ser vistos de forma viável como protetorados modernos, ou seja, entidades políticas soberanas que têm sido capazes de delegar

³Tradução da autora.

⁴ Antígua e Barbuda, Bahamas, Bahrein, Barbados, Belize, Butão, Botsuana, Brunei Darussalam, Cabo Verde, Comores, Chipre, Djibuti, Dominica, Guiné Equatorial, Estónia, Fiji, Gabão, Gâmbia, Granada, Guiné-Bissau, Guiana, Islândia, Jamaica, Kiribati, Lesoto, Maldivas, Malta, Ilhas Marshall, Maurícia, Micronésia, Montenegro, Namíbia, Nauru, Palau, Qatar, Samoa, San Marino, São Tomé e Príncipe, Seychelles, Ilhas Salomão, São Cristóvão e Névis, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Suriname, Suazilândia, Timor-Leste, Tonga, Trindade e Tobago, Tuvalu e Vanuatu.

unilateralmente alguns dos atributos da sua soberania a poderes maiores em troca de proteção benigna. O seu estatuto único é uma consequência da sua real ou percebida pequenez e insignificância geográfica, uma vez que estas criam tanto a necessidade como a oportunidade para este tipo “especial” de arranjo político⁵(Dumienski, 2014 , pág. 28).

Com efeito, este autor considera que os Microestados são países que, por via de insignificância geográfica, delegam de forma unilateral parte da soberania a países de maior dimensão e poder em troca de algumas benesses protetoras. São Tomé e Príncipe não se encaixaria nesta definição, pelo que não podemos nos ater a ela.

Armstrong e Kervenael (1998) consideram que Microestados são países com população inferior a três milhões, que podem ser heterogéneos quanto à performance económica. Concluindo que a dimensão da economia não constitui, necessariamente, condicionante ao seu sucesso económico, esses autores aventam que alguns Microestados podem ser extremamente performantes enquanto outros podem ter um nível de desenvolvimento muito baixo. Questionamos se três milhões de habitantes, não seria um horizonte muito amplo, tendo em conta o número de países que abarca e a necessidade de refletir sobre a aplicabilidade das políticas macroeconómicas em função da dimensão dos países.

Sidiropoulos (2012) sugere que a definição de Microestados pode passar por características qualitativas e quantitativas físicas e geográficas. Ou seja, o grau de isolamento geográfico, a escassez de recursos, terra limitada, vulnerabilidade do ecossistema, associados a outros fatores quantitativos como a dimensão territorial, e populacional e indicadores económicos, são entre outros, aspetos que podem ser considerados na definição de um MEI. Entretanto esse autor assume que a dimensão geográfica - 1000km²- deve ser dominante na definição de Microestado.

Petar Kurečić (2014) sugere uma diferenciação entre micro dimensão territorial e micro dimensão económica.

Outros autores, ainda, sugerem a determinação da dimensão micro através de um índice composto pelas variáveis população, dimensão territorial e PIB (Briguglio, 1995 *apud* Downes, 1988).

Para além dos fatores já referidos, a insularidade dos países também tem sido alvo de atenção dos estudiosos de desenvolvimento económico, devido a alguns

⁵Tradução da autora.

condicionalismos a que estão sujeitos, e que determinam a sua vulnerabilidade, como veremos mais adiante.

Entretanto, também no que se refere à insularidade não há consensos absolutos. Santos considera que:

A Insularidade é um conjunto de equilíbrios físicos, biológicos, sociais, económicos e políticos que ocorrem nas ilhas. Ela é uma relação dinâmica que se estabelece entre o espaço insular e as sociedades que ali vivem. Portanto, está-se perante um conceito relativo e multidimensional passível de ser analisado segundo vários prismas, em função do tempo, do espaço, do nível de desenvolvimento e do estatuto político (Santos, 2011, pág. 109).

A insularidade, segundo Taglioni (2011), significa uma fração de terra rodeada pelo mar e por isso mais ou menos, ou melhor, relativamente isolada. Trata-se de um isolamento que se traduz na distância que separa essa(s) porção(ões) de terra das demais (continente) acarretando com isso questões de ordem ambiental, climática, social, entre outras. Talvez essa seja uma definição mais acertada.

A combinação dos fatores micro dimensão geográfica e populacional e a insularidade, impõe o estudo de um novo grupo de países – os MEI – dos quais São Tomé e Príncipe faz parte.

Com efeito, no estudo “Questões macroeconómicas em pequenos Estados e as implicações para o engajamento de fundo” (IMF, 2013), os analistas do FMI definem os MEI como sendo um subgrupo de pequenos Estados insulares que tenham populações abaixo de 200.000 habitantes, com os seguintes argumentos:

Para efeitos de análise, no entanto, dada a extrema diversidade dentro deste grupo maior, foi decidido reduzir a amostra para países em desenvolvimento [...] Para explorar se extrema pequenez possui características distintas, o relatório define um subgrupo de "microestados" tendo populações abaixo de 200.000 a partir de 2011 (15 países). Embora esta delimitação seja arbitrária, ele tem sido utilizado na literatura, em parte por causa da rutura na distribuição de tamanho dos países neste momento⁶ (FMI, 2013, 7-8).

De igual modo, para atender aos nossos propósitos analíticos, no presente estudo iremos debruçar-nos sobre os MEI, ou seja, os Estados insulares -ilha (s), independentes, com Governo, território de dimensão aproximada a 1000Km² e população de até 300.000 habitantes. Esta opção deve-se ao facto de dentro dessas balizas se encontrarem diversos Estados similares a São Tomé e Príncipe em aspetos do âmbito económico e social, que constituem o foco da presente análise.

⁶ Tradução da autora.

Assim, de acordo com os critérios acima enunciados, do universo dos MEI fazem parte Antígua & Barbuda, Barbados, Dominica, Grenada, Ilhas Marshall, Kiribati, Micronésia, Palau, São Cristóvão & Névis, São Tomé & Príncipe, Santa Lúcia, São Vicente & Granadinas, Seychelles, Tonga e Tuvalu.

2.3. Similitudes, especificidades e idiosincrasias

Do acima exposto, podemos depreender que os MEI têm em comum a insularidade, a pequena dimensão territorial e populacional e vulnerabilidades diversas (World Bank, 2011). Entretanto têm algumas especificidades e idiosincrasias. De forma sucinta, aferimos a seguir a caracterização básica dos MEI.

2.3.1. Constrangimentos geográficos

Armstrong e Kervenael (1998) consideram que boa parte do sucesso dos microestados resulta da dinâmica económica regional em que geograficamente se situem. Read (2004) também partilha essa opinião, acrescentando que o ritmo de crescimento e de globalização dos países em referência também depende da dinâmica da região em que se inserem geograficamente. Sidiropoulos (2012), sugere que a dimensão geográfica deve ser fundamental na definição de microestado. Averiguemos em que medida essa caracterização influencia os MEI.

Existem duas grandes concentrações dos MEI, como se pode depreender da leitura da tabela N°1. Uma no Oceano Atlântico (Caraíbas), ou seja, na América Central, e outra no Pacífico, na zona Tropical.

São Tomé e Príncipe e Seychelles são exceção a essas duas concentrações, situando-se o primeiro na África ocidental (Atlântico) e o segundo no Leste africano (Índico), conforme a tabela N°1 e Mapa N°1, a seguir.

A relativa adjacência geográfica entre os MEI pode constituir uma mais-valia de âmbito geoestratégico, ou de complementaridade de mercados, o que parece estar a ser devidamente explorado pelos MEI das Caraíbas.

Os MEI das Caraíbas pertencem a Organizações tais como Banco Central das Caraíbas Orientais (OECO), Organização dos Estados das Caraíbas Orientais (OECS), Associação dos Estados das Caraíbas (AEC) e Comunidade das Caraíbas (CARICOM),

o que é facilitado pela proximidade entre as ilhas em termos geográficos e histórico (Commonwealth, 2015).

A exploração de complementaridade de mercados parece ser menos intensa nas Ilhas do Pacífico, que distam mais umas das outras e têm também diferenças étnico-cultural significativas, que advém de processos de povoamento díspares e milenares.

Tabela 1 Localização dos MEI.

MEI	Localização	MEI	Localização	MEI	Localização
Antígua & Barbuda	Caraíbas	Kiribati	Pacífico	São Tomé & Príncipe	Atlântico/África
Barbados	Caraíbas	Ilhas Marshall	Pacífico	Seychelles	Índico/ África
Dominica	Caraíbas	Micronésia	Pacífico		
Grenada	Caraíbas	Palau	Pacífico		
Santa Lúcia	Caraíbas	Tonga	Pacífico		
São Cristóvão & Névis	Caraíbas	Tuvalu	Pacífico		
São Vicente & Granadinas	Caraíbas				

Fonte: diversas, tratamento da autora, de acordo com dados do Banco Mundial

Todavia há um esforço de união, nomeadamente através do Fórum das Ilhas do Pacífico (FPS), fundado em 1971, que inclui 16 Estados independentes⁷.

O FPS tem o objetivo de estimular o crescimento económico, melhorar a governação política e segurança para a região. Para a ascensão dos objetivos referidos, o Fórum aposta no fortalecimento da integração através da cooperação regional (Fórum, 2017).

⁷Os membros do FPS são: Austrália, Ilhas Cook, Estados Federados da Micronésia, Fiji, Kiribati, Nauru, Nova Zelândia, Niue, Palau, Papua-Nova Guiné, República das Ilhas Marshall, Samoa, Ilhas Salomão, Tonga, Tuvalu e Vanuatu.

São Tomé e Príncipe, no Atlântico, e Seychelles, no Índico, são os MEI com maior desvantagem neste domínio. A distância em relação aos outros pares não facilita a união ou integração de mercados.

Mapa 1 Localização geográfica dos MEI



Fonte: Elaboração da autora, de acordo com dados do Banco Mundial

Por isso, a esses MEI resta a integração em organizações regionais (continentais) com países de maior dimensão, nem sempre permitindo vantagens mútuas.

À luz das teorias de economia internacional, em especial o modelo de Heckscher-Ohlin, os países devem especializar-se e exportar os bens que usem de forma mais intensiva o fator de produção que têm em abundância relativa (Costa, 2010). Também neste aspeto (escassa disponibilidade dos fatores de produção), reside a idiossincrasia dos MEI. A sua dimensão geográfica e populacional determina a escassez de fontes de vantagem comparativa - terra e mão-de-obra⁸ - em quantidade e qualidade suficientes para assegurar a competitividade interna e externa da economia. De facto, em decorrência de um sistema de ensino pouco desenvolvido, a mão-de-obra escassa em quantidade é também pouco diversificada em termos de especialização. Considerando que os referidos fatores de produção determinariam, neste caso, a acumulação do fator capital, parece estar justificada a forte dependência de ajuda externa, que caracteriza os MEI. A título de exemplo, refira-se que o Orçamento Geral do Estado de São Tomé e Príncipe depende da ajuda pública ao desenvolvimento (APD) em mais de 80%. (BCSTP/ Estatísticas, 2015). Nos MEI do Pacífico a situação é idêntica (Australian Government, 2015).

⁸ E na maioria dos casos, também determina a escassez de capital.

Por outro lado, os poucos especialistas que se formam, normalmente no estrangeiro, tendencialmente ficam na diáspora, onde existem maiores possibilidades de emprego (Briguglio, 1995). Com efeito, os dados do Ministério de Educação de São Tomé e Príncipe, apontam para a existência de um maior número de especialistas nacionais no estrangeiro, do que os residentes no país. A frágil capacidade institucional do país terá, provavelmente, como uma das causas os recursos humanos qualitativa e quantitativamente limitados. O país recorre muitas vezes a expatriados para diversos fins, o que encarece os serviços e a produção de bens. As informações do *Centre of Small States Studies do Institute of International Affairs* confirmam essa tendência na maior parte dos MEI (Dumienski, 2014).

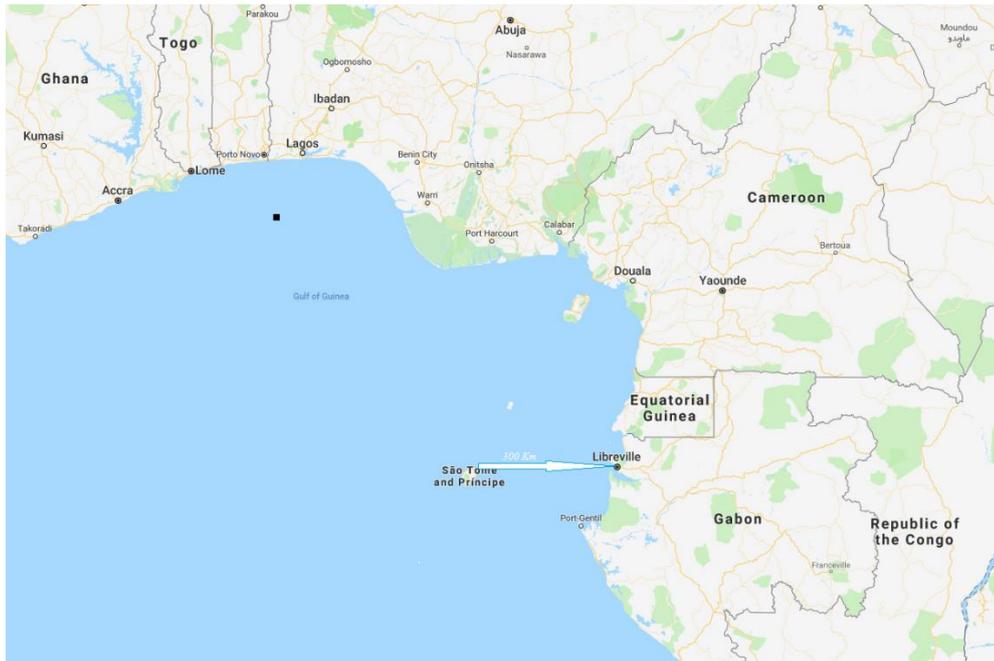
Por outro lado, o escasso mercado interno dos MEI também dificulta a diversificação da oferta. Por esse motivo, a pequenez geográfica é também considerada por alguns autores como empecilho à obtenção de economias de escala tanto na produção como na distribuição, que exigem produção de bens públicos e privados a um custo mínimo (Zhang, 2016).

As ilhas, ao contrário dos outros países continentais, só podem ligar-se com o resto do mundo por ar ou por mar. Assim, o transporte de pessoas e bens nos MEI fica muito mais caro, em termos *per capita*. Entretanto, neste aspeto, a situação não é igual para todos. No continente africano, São Tomé e Príncipe dista da costa cerca de 300 quilómetros.

Porém, cerca de 1.600 quilómetros separam Seychelles da costa africana. Nas Caraíbas, a situação é, de forma homogénea, menos gravosa - a distância entre os MEI caribenhos e a costa americana é da ordem das centenas de quilómetros. No pacífico, o Kiribati, Micronésia, Tonga, Tuvalu e Palau, têm todos a agravante de se situarem muito distantes dos demais países, em locais considerados remotos. Assim, Tonga e Tuvalu situam-se a 3000 e 4000 quilómetros, respetivamente a nordeste da Austrália. As Ilhas Marshall, Kiribati e Palau, também distam da costa em milhares de quilómetros. Portanto, neste aspeto, São Tomé e Príncipe tem uma vantagem comparativa.

Outra diferença entre os MEI é a dispersão territorial. À exceção de Santa Lúcia e Barbados que são mono-insulares (uma única Ilha), os demais MEI são todos pluri-insulares. Entretanto, a situação é mais gravosa para os MEI da região do Pacífico.

Mapa 2 Distância entre São Tomé e Príncipe e África



Fonte: Elaboração da autora, de acordo com dados do Banco Mundial

Esses Estados são bastante fragmentados, na sua maioria formados por centenas de ilhas isoladas e dispersas, ou seja, multi-insulares, pelo que têm, assim, agravados os efeitos da descontinuidade territorial. É o caso da Micronésia que tem 610 ilhas, de Palau formado por mais de 300 ilhas e da Tonga que tem 172 ilhas. Os outros MEI da região também têm larga dispersão entre as ilhas que os compõem. A distância entre as diversas ilhas do mesmo país agrava o isolamento. Kiribati, composto por 33 ilhas, estende-se por cerca de 3.900 quilómetros do leste para oeste e 2.100 quilómetros de norte a sul (Australian Government, 2015). Essas ilhas sofrem assim, de um duplo isolamento: interno e externo, o que limita as suas possibilidades de crescimento económico. A longa extensão para tão pequeno território terrestre requer maior descentralização, o que acarreta custos adicionais tanto ao setor público como privado. Esses custos são desmotivadores para os agentes económicos e colocam pressão sobre as finanças públicas. Maior custo *per capita* na implementação das políticas públicas, adicionado à frágil capacidade dos recursos humanos, pode dificultar o desenvolvimento (Briguglio, 1995).

Por outro lado, por via desta dispersão, os MEI do Pacífico têm uma grande zona económica exclusiva (em alguns casos, superior a 5 milhões de quilómetros quadrados no Pacífico), o que acarreta vulnerabilidades no âmbito de defesa e segurança do país. A

fragmentação territorial pode também conduzir à segmentação das elites sociais, culturais com eventuais consequências na estabilidade política, constituindo um freio no desenvolvimento económico (Santos, 2011). Porém, não é de descurar algumas vantagens que uma tão grande zona económica exclusiva pode significar. O mar é fonte de recursos pesqueiros que, sendo em abundância, podem constituir uma fonte de vantagem comparativa no comércio internacional. Para além da pesca, está na atualidade as discussões dos teóricos do desenvolvimento sobre a chamada “economia azul”. Este novo conceito, que tem o mar como alvo, pode ser uma via para o desenvolvimento, aproveitando o vasto território marítimo (Baldacchino, 2015). Os MEI do Pacífico talvez possam beneficiar dessa potencial vantagem comparativa. A situação geográfica dos Estados em referência pode também constituir uma vantagem geoestratégica importante a explorar. A localização dos MEI do Pacífico é deveras importante para estratégias defensivas dos países hegemónicos a nível global.

2.3.2. Estrutura Político-institucional e Sistema Judicial

O regime político dos MEI também tem algumas similitudes e especificidades. Micronésia, Ilhas Marshall, e Palau foram colonizados sucessivamente por espanhóis, alemães e depois por japoneses, mas após a Segunda Guerra Mundial passaram para a tutela dos EUA entre 1947 e 1986. Esta última relação histórica terá influenciado a decisão desses Estados que optaram por um acordo com os EUA, delegando uma parte da sua soberania neste país, mormente a defesa e segurança. Na Micronésia sucederam-se períodos de plena independência e de alguma associação aos EUA. O país está politicamente organizado como uma Confederação de quatro Estados e tem um governo central dirigido pelo presidente, que é eleito pelo Parlamento (Australian Government, 2015). Por sua vez, as Ilhas Marshall também têm um governo central dirigido pelo Presidente que é eleito pelo Parlamento. Palau é uma república presidencialista com parlamento bicameral, à semelhança dos EUA. A proximidade política de Palau com os EUA é visível, também, na administração política, considerando que as eleições nos dois países ocorrem sempre na mesma data. O tratado assinado entre os EUA e Palau permite que este abdique de custos com muitos serviços públicos, A segurança aérea, serviços meteorológicos, serviços de saúde e assistência em caso de catástrofes naturais, entre outros, estão sob a responsabilidade financeira dos EUA (Australian Government, 2015).

Ainda no Pacífico, Kiribati é uma república com presidente executivo e com uma legislatura unicameral, (Commonwealth, 2015). Kiribati e EUA também têm um Tratado de amizade que abarca questões de defesa e segurança que permitem a estes últimos o exercício da guarda costeira, ou seja, a patrulha da zona económica exclusiva de Kiribati por navios e aeronaves dos EUA. (U.S., 2015).

Micronésia, Ilhas Marshall, Palau, Kiribati, Dominica, São Tomé e Príncipe e Seychelles dispõem de democracias parlamentares, presidencialista ou semipresidencialista de pendor parlamentar, enquanto os demais MEI se organizam em regimes monárquicos.

Uma grande parte dos MEI das Caraíbas e alguns do Pacífico têm um sistema político baseado no sistema britânico, onde um governador-geral representa a monarca inglesa e o governo é liderado por um primeiro-ministro e que é também responsável pelo Parlamento. Tendo a rainha do Reino Unido como Chefe de Estado (embora de forma quase simbólica), delegam assim uma parte da sua soberania.

Com efeito, a Antígua & Barbuda, Barbados, Grenada, Santa Lúcia, São Cristóvão e Névis, São Vicente e Granadinas e Tuvalu, têm uma monarquia constitucional e um governo parlamentarista, cujo Chefe do Governo é o Primeiro-ministro, e a Chefe de Estado é a monarca do Reino Unido. Razões históricas também podem, em parte, justificar tal decisão. A especificidade de Tuvalu, reside no facto de, apesar de ser considerado de um Estado democrático, o país não tem partidos políticos. O seu primeiro-ministro é eleito pelo parlamento (Australian Government, 2015).

Contrariamente aos demais MEI, até julho de 1975, São Tomé e Príncipe era uma das colónias de Portugal, onde vigorava um regime ditatorial. As circunstâncias que envolveram a independência nacional terão ditado a opção política por um regime de pendor socialista (Costa, 2011). A própria designação do país - República Democrática -, deixa transparecer a opção de então por um modelo de democracia popular inspirado nos países do leste europeu, e em Cuba, ou seja, a rejeição da via capitalista de desenvolvimento (Costa, 2011). Igual opção fez Seychelles, que tendo sido colonizadas por franceses e depois por ingleses, ascenderam à independência em 1976. O início da *perestroika* na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e a consequente queda do Muro de Berlim, entre outros, terão contribuído para uma democratização de São Tomé e Príncipe em 1991, que atualmente tem um regime semipresidencialista de

pendor parlamentar. Razões semelhantes terão motivado mudanças políticas nas Seychelles em 1993, tendo-se instalado desde então um sistema político multipartidário, presidencialista, estável (IMF, 2015).

Dominica teve um passado colonial semelhante às ilhas vizinhas, mas fez uma opção política diferente. Apesar de ser membro da Commonwealth, não optou pela monarquia. Dominica é uma democracia parlamentar, cujo Presidente é nomeado pelo primeiro-ministro (que é chefe do governo), depois de ouvido o líder da oposição (Commonwealth, 2015).

Tonga é o único MEI com monarquia própria (e milenar). Tonga tem a especificidade de nunca ter sido, propriamente, colonizada. Sempre teve um rei nativo, cuja família real remonta a mais de 1000 anos – com um sistema social e político, antigo e bem desenvolvido (Commonwealth, 2015). Apenas em 1900, o Rei local, através de um acordo, cedeu as relações exteriores do reino ao controle britânico, o que durou até 1970 quando o reino readquiriu a sua total independência. Algumas tentativas por parte de uma minoria em democratizar o país não resultaram, o que testemunha a solidez da Monarquia milenar. A partir de 1994 foram finalmente constituídos partidos políticos, que conseguiram conquistar uma maioria parlamentar nas primeiras eleições em novembro de 2010, constituindo-se assim uma monarquia constitucional (Commonwealth, 2015).

Em suma, conforme a tabela N°2, todos os MEI, à exceção de São Tomé e Príncipe, quer por via da Commonwealth, quer por via de acordos especiais com os EUA, delegam alguma parte da sua soberania.

No entanto, a delegação de poderes na Commonwealth é em dimensões diferentes. Assim, Kiribati, Tonga, Seychelles e Dominica são membros da organização, mas não pertencem à Coroa Britânica.

Os MEI têm assim alicerces diversos em países vizinhos, ou na ex-potência colonizadora, com os quais têm ligações históricas e culturais, dos quais recebem apoios em áreas substanciais da sua soberania, como a defesa e a área jurídica.

Porém, São Tomé e Príncipe não beneficia dessa ancoragem, estando assim, eventualmente, menos resguardado.

Tabela 2 Estrutura Político-Constitucional

MEI	Estrutura Político-Constitucional	MEI	Estrutura Político-Constitucional	MEI	Estrutura Político-Constitucional
Antigua & Barbuda	Monarquia Constitucional (Coroa Britânica)	Kiribati	República com regime presidencialista (A)	São Tomé & Príncipe	República com regime semipresidencialista
Barbados	Monarquia Constitucional (Coroa Britânica)	Ilhas Marshall	República com Constituição do estilo de semi-Westminster. Em Livre Associação com EUA) (B)	Seychelles	República com regime presidencialista (A)
Dominica	República com Democracia Parlamentar (A)	Micronésia	Estados Federados, regime presidencialista. (Livre Associação com EUA) (B)	São Vicente & Granadinas	Monarquia Constitucional (Coroa Britânica)
Grenada	Monarquia Constitucional (Coroa Britânica)	Palau	República com regime presidencialista (Livre Associação com EUA)		
Santa Lúcia	Monarquia Constitucional (Coroa Britânica)	Tonga	Monarquia Constitucional (A) (Nacional e milenar)		
São Cristóvão & Névis	Monarquia Constitucional (Coroa Britânica)	Tuvalu	Monarquia Constitucional (Coroa Britânica)		

Fonte: Diversa e tratamento da Autora. (A) - É membro da Commonwealth; (B) Estrutura assemelha-se ao dos EUA, mas sem partidos políticos formalmente organizados.

Com efeito, tendo os MEI recursos materiais e humanos quantitativamente limitados, muitos recorreram à ajuda externa para preservar a sua ordem jurídico-constitucional (Horbach, 2013). Os microestados necessitam, muitas vezes, de transferir funções essenciais e diretamente vinculadas ao seu poder soberano, ao auxílio externo. Moldam a sua soberania contando com o auxílio de nações vizinhas. Com arranjos que incluem a participação de estrangeiros nos seus Tribunais Constitucionais, firmam a jurisdição constitucional como importante meio de proteção dos direitos e garantias constitucionais nacionais (Horbach, 2013).

2.3.3. Aspetos histórico-culturais

Questões étnicas e religiosas e outras do âmbito histórico-culturais podem levar a vulnerabilidades sociais, com consequências no desenvolvimento sustentável dos países. Uma tal vulnerabilidade social parece ter maior impacto num MEI, do que num país de maior dimensão (Briguglio, 2003). Contudo, outros autores questionam a existência de tais evidências nos MEI (Briguglio, 2003 *apud* Streeten, 1993).

As populações dos MEI do Pacífico têm, no geral, traços culturais milenares. Esses países já terão sido habitados por povos vizinhos entre dois a três milénios antes da nossa era (Commonwealth, 2015). Seguidamente, foram ocupados no século XVI pelos europeus (espanhóis ou britânicos). Posteriormente, alguns foram ocupados por alemães e japoneses. EUA administraram essas ilhas após a Segunda Guerra Mundial até às respetivas independências (U.S., 2015). Os países ocupantes deixaram de herança algumas práticas, mormente na administração pública e sistema judicial. Assim, no Kiribati o sistema judicial baseado no sistema inglês, de forma geral é livre, sendo de realçar, entretanto, algumas exceções que fazem perigar os direitos humanos, mormente, o facto de permitirem castigos corporais (Heritage Foundation, 2014). Tal se deve aos costumes tradicionais solidamente implantados. Com efeito, os traços culturais têm impacto no sistema judicial e, consequentemente, na economia. Tonga, de monarquia milenar, tem uma Constituição que data de 1875, ligeiramente revista em 2010, visando a transferência de parte do poder real (que ainda conserva poder de veto) para o executivo. A atual estrutura de administração compreende o executivo (gabinete), legislativo e judiciário. Não tendo sido de facto colonizada, a população dessas ilhas tem aspetos culturais muito fortes que condicionam o desenvolvimento socioeconómico e conflituam com a globalização (Australian Government, 2015). De citar a esse respeito, um setor não monetário da economia relativamente grande (U.S., 2015), que advém, entre outros, do facto de toda a terra pertencer à coroa e de grandes propriedades serem atribuídas aos nobres. Também concorre para esta fraqueza do setor financeiro da economia, a atribuição de parcelas de terras agrícolas a todos os cidadãos de sexo masculino quando atingem dezasseis anos. Entretanto, a escassez de terra impede o cumprimento rigoroso desta norma, que é contestada pelas mulheres, que começam cada vez mais a exigir igual direito. Este parece ser um problema social, com reflexo na economia, que advém de hábitos culturais enraizados na sociedade (Commonwealth, 2015). Entretanto, devido à sua antiguidade, os tonganeses têm muita confiança no seu sistema de governo, o que é

benévolo para a economia. Nas Ilhas Marshall, a terra é propriedade dos nacionais. Organizados socialmente em clãs (matriarcais), decidem sobre a posse da terra, o uso e a distribuição dos demais recursos, bem como a resolução de eventuais litígios.

Com efeito, apesar de terem sido habitados por diferentes povos oriundos das regiões mais próximas, parece ter havido uma miscigenação que levou a uma certa homogeneização dos cidadãos de cada um desses MEI do Pacífico (Commonwealth, 2015). Porém, essa homogeneização incorpora os traços histórico-culturais acumulados ao longo dos tempos.

Os MEI que se situam no oceano Atlântico foram, basicamente, colonizados a partir do século XV. Tendo sido habitados por povos americanos de 2 a 4 séculos a.c., atualmente cerca de 90% dos habitantes são descendentes dos escravos africanos, miscigenados, na sua maior parte, com europeus e outros. A cultura dos habitantes desses MEI, tem, assim, mais traços dos africanos e europeus, do que dos primeiros habitantes locais (Commonwealth, 2015).

As ilhas das Caraíbas foram disputadas por portugueses, espanhóis e/ou franceses e colonizadas por britânicos (em alguns casos por dois em simultâneo, ou em alternância), até finais dos anos 1970 e princípios dos anos 1980, data da independência. A colonização europeia implantou basicamente, a monocultura de cana-de-açúcar, cacau ou algodão. Porém, ainda antes da descolonização, já arrolava gradualmente algumas alterações na estrutura económica, certamente em linha com a dinâmica económica da metrópole. Este processo acentuou-se após a independência, passando a estrutura económica a ser baseada na agricultura para turismo médico, finanças *offshore* e indústria turística (Heritage Foundation, 2014). Quase todos os MEI das Caraíbas já constituíam destinos turísticos desde o século XVIII, embora esse processo só tenha ganhado maior dinamismo em meados do século XX, nas vésperas da independência. Uma classe média relativamente esclarecida, herdada do colonialismo, terá, certamente, contribuído positivamente para esse processo.

As Seychelles herdaram dos franceses e posteriormente dos britânicos uma economia agrícola, baseada na produção de baunilha, copra, cacau e canela. Entretanto, mesmo antes da independência, as Seychelles já haviam lançado as bases para o desenvolvimento de um turismo nascente (Commonwealth, 2015).

Não há evidências de que as ilhas de São Tomé e Príncipe tenham sido habitadas antes da chegada dos portugueses (Neves, 1989). No entanto, muitos aspetos da colonização de São Tomé e Príncipe e das Seychelles foram semelhantes à dos congéneres das Caraíbas, resultando assim numa população mestiça (crioula) de base africana, mais ou menos homogénea.

Os MEI africanos tinham idêntica herança de estrutura económica colonial inicial. Porém, em São Tomé e Príncipe, contrariamente aos das Caraíbas, a estrutura económica baseada na monocultura de cacau permaneceu até à independência, em linha com o papel que a metrópole lhe reservara (Costa, 2011). O produto interno bruto (PIB) do país era constituído em 90% pela produção agrícola das roças que, por sua vez, ocupavam 90% das terras aráveis do país (Costa, 2011). Mesmo após a abertura económica patrocinada pelo FMI/BM, estes continuaram a aconselhar a aposta na agricultura (IMF, SM/88/70, 1988). Armstrong e Kervenael (1998) consideram que a aposta na agricultura, está associada à pobreza em microestados, enquanto uma estrutura económica assente no turismo e finanças *offshore* denota maior prosperidade.

Deborah Bräutigam e Michael Woolcock (2001) consideram que a fraqueza das instituições ⁹dos MEI pode propiciar a sua vulnerabilidade. Uma parte dessa fragilidade pode dever-se a aspetos históricos. São Tomé e Príncipe, no momento da independência, não tinha sequer meia dúzia de técnicos com formação superior em ciências económicas ou de gestão empresarial¹⁰ residentes (dois dos quais estavam no Governo). Esse facto terá, quiçá, influenciado a sua capacidade de reverter a estrutura económica herdada do colonialismo português. Com efeito, em 1975, cerca de 80% da população com idade superior a 15 anos era analfabeta. Dentro dos alfabetizados, cerca de 90% só tinha ensino primário, e menos de uma dezena eram licenciados (BIRD, Report N° P-4028-STP, 1985). Situação contrária registou-se nas Caraíbas, no momento das independências, onde havia uma elite com um nível académico razoável.

Sidiropoulos (2012) sugere que os Microestados são sistemas sociais integrados, talvez, graças à sua limitada área de superfície. De facto, não parece haver evidência de algum conflito social de origem étnico-cultural nos MEI das Caraíbas e de África. A população dos MEI parece muito cosmopolita e voltada para o exterior (Menezes, 2015).

⁹ Associada à debilidade na formação do capital humano.

¹⁰ São eles: Manuel Pinto da Costa, Leonel Mário d'Alva, Teotónio Torres, Victor Correia, Virgílio Carvalho (fontes diversas).

Porém, aspetos históricos podem ter determinado a geoeconomia, ou seja, as relações entre lógicas geográficas e político-económicas que envolvem os MEI (Baru, 2012).

2.3.4. Estrutura económica e produtiva e indicadores de desenvolvimento.

Worrell (2012) considera que pequenas economias abertas diferem das economias de maior dimensão quanto à eficácia das políticas fiscal, monetária e cambial, mormente porque a depreciação da taxa de câmbio real tem efeitos adversos naqueles países. Os demais aspetos macroeconómicos, tais como sustentabilidade fiscal, gestão da dívida e crescimento económico, também terão as suas especificidades nos MEI.

A condição de MEI interfere na gestão macroeconómica dos mesmos. A pequena dimensão do mercado, fracos recursos internos, grande abertura a choques externos e maior dimensão relativa do setor público são, entre outros, a razão para dificuldades acrescidas na manutenção de uma situação macroeconómica sustentada (Endegnew, 2013).

Com efeito, estudos do BM e FMI apontam para uma grande vulnerabilidade macroeconómica dos MEI, quando comparada com países de maior dimensão, não obstante a assistência técnica dessas instituições. Os desafios macroeconómicos para potenciar o crescimento parecem ser particularmente mais marcantes para os Estados em referência (IMF- Paper, 2013).

As dificuldades em assegurar os desafios macroeconómicos, podem levar os MEI a delegar parte da sua soberania, tal como acontece com a estrutura jurídica e político-constitucional desses Estados. Os dados do FMI indicam que, por razões já referidas, geralmente os MEI não conseguem suportar as suas despesas públicas, socorrendo-se de APD em jeito de donativos ou créditos. Tal situação os impede de ter a sua própria opção de política fiscal. Com efeito, alguns MEI, como é o caso de São Tomé e Príncipe, tiveram que fazer uma parcial e temporária cessão da “soberania macroeconómica” ao FMI, materializados nos diversos programas assinados com o mesmo, que impedem o país de assumir compromissos/decisões que não sejam subscritos pelo FMI. Essa extrema dependência (perda de soberania) pode ser descortinada nos relatórios das missões do

FMI no âmbito do artigo IV ao longo dos últimos dez anos¹¹ (IMF Country Report No. 15/196).

Por outro lado, é notório que os mecanismos de transmissão monetária são mais frágeis nos MEI (Wang, *et al.*, 2008). Essa dificuldade, que parece ser idiossincrática aos MEI (como pretendemos aferir ao longo do estudo), terá levado os mesmos a optar por uma âncora nominal cambial. Sem entrar no âmago de aquilo que constitui essa âncora nominal, importa salientar que ela estreita a liberdade do país em outros aspetos, como a política monetária ou fiscal. Entretanto, uma análise dos regimes cambiais dos MEI até 2014 (na tabela N°10, mais adiante) indica a quase unânime tendência de escolha do regime de taxas de câmbio fixa. À exceção das Seychelles, que alteraram em 2008 o seu regime de câmbio, todos os MEI têm uma taxa de câmbio fixa ou adotaram a moeda de outros países. A escolha quase unânime da âncora nominal cambial tem o propósito de contornar a pouca eficácia do mecanismo de transmissão da política monetária nos MEI (Wang, *et al.*, 2008):

[...] o tamanho muito pequeno, o amplo uso de moedas estrangeiras, a fraca sustentabilidade cambial e inflexibilidade do produto e do mercado de fatores. Devido a estas características, a política monetária é relativamente ineficaz como uma ferramenta anti cíclica. Sob tais circunstâncias, há benefícios de "outsourcing" da política monetária através de acordos cambiais apropriados. Os benefícios de um arranjo de ancoragem da moeda — reduz os custos de transações internacionais e confere maior estabilidade política e credibilidade dos preços — pode sobrepor-se ao custo de perder uma política monetária independente¹² (Wang, *et al.*, 2008, pág 26).

Conjetura-se que a adoção desse tipo de regime cambial pressupõe a perda teórica da soberania de política monetária já que todas as políticas macroeconómicas, particularmente, a orçamental e a monetária, passam a subordinar-se ao objetivo de manutenção e sustentabilidade da paridade cambial.

Em suma, é notório que todos optaram pela mesma âncora nominal de política monetária, e que com incidência distinta, todos experimentam dificuldades na política fiscal, o que demonstra certa idiossincrasia dos MEI em questões macroeconómicas.

¹¹ Que abordaremos nos capítulos que se seguem.

¹² Tradução da autora.

Tabela 3 Principais indicadores dos MEL.

País	População ¹³	Dimensão (km ²)	Região	Rendimento ¹⁴ (PNB pe em USD)	Atividade económica principal ¹⁵	Classificação IDH	Ano de Adesão ao FMI
Antígua & Barbuda	89.985	440	América Latina & Caraíbas	12.910 Elevado	Turismo	61	1982
Barbados	284.644	432	América Latina & Caraíbas	15.373 Elevado	Turismo e Finanças	59	1970
Dominica	72.003	751	América Latina & Caraíbas	6.760 Médio superior	Serviços Médicos e Financeiros	93	1978
Grenada	105.897	344	América Latina & Caraíbas	7.460 Médio superior	Turismo e Agricultura	79	1975
Kiribati	102.351	811	Extremo Oriente & Pacífico	2.620 Médio inferior	Agricultura	N/A	1986
Ilhas Marshall	52.634	181	Extremo Oriente & Pacífico	4.200 Médio superior	Pesca	N/A	1992
Micronésia	103.549	271	Extremo Oriente & Pacífico	3.430 Médio inferior	Pesca	124	1993
Palau	20.918	459	Extremo Oriente & Pacífico	10.970 Médio superior	Pesca e Agricultura	60	1997
Santa Lúcia	182.283	539	América Latina & Caraíbas	7.090 Médio superior	Turismo	97	1979
São Cristóvão e Névis	54.191	261	América Latina & Caraíbas	13.460 Elevado	Turismo e Finanças	73	1984
São Vicente e Granadinas	109.373	389	América Latina & Caraíbas	6.580 Médio superior	Agricultura e Turismo	91	1979
São Tomé e Príncipe	192.993	1001	África Subsaariana (Atlântico)	1.470 Médio inferior	Agricultura	142	1977
Seychelles	89.173	455	África Subsaariana (Índico)	12.530 Médio superior	Turismo e Pesca	71	1977
Tonga	105.323	747	Extremo Oriente & Pacífico	4.490 Médio superior	Agricultura	100	1985
Tuvalu ¹⁶	11.000 ¹⁷	26	Pacífico Sul (Polinésia)	4.637 ¹⁸ Médio superior	Agricultura e Pesca	N/A	2010

Fontes diversas, tratamento da autora

¹³Dados do Doing business 2015.

¹⁴Produto Nacional Bruto *per capita* de acordo com Doing Business.

¹⁵ Setor com maior peso no PIB.

¹⁶ O país não tem sido avaliado por Doing Business, nem pela Heritage Foundation.

¹⁷ Dados, Australian Government. <http://www.dfat.gov.au>. Consultado em 19-02-2015.

¹⁸ Dados do FMI, cálculos da autora.

Decorre da leitura da tabela N°3 (acima), a conclusão que o nível de rendimento dos MEI é bastante díspar apesar de todos terem Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio ou elevado. Sendo, no entanto, notório que São Tomé e Príncipe é o segundo MEI mais populoso, o maior em superfície e o de rendimento *per capita* exageradamente mais baixo.

O objetivo maior de qualquer Estado é satisfazer as necessidades sempre crescentes dos seus cidadãos, ou seja, melhorar o nível de vida dos mesmos (Krugman, 2012). Alguns MEI parecem ter certa dificuldade em satisfazer esse desiderato, enquanto outros têm sido mais bem-sucedidos.

Apesar de algumas mudanças na estrutura económica ainda no período colonial, as economias dos MEI das Caraíbas eram basicamente de baixo rendimento, sustentadas pela monocultura da cana-de-açúcar, algodão ou outros produtos agrícolas, assegurada inicialmente pela mão-de-obra escrava africana e depois pelos seus descendentes.

Apesar dos constrangimentos atrás referidos, atualmente são, em geral, economias relativamente prósperas, com finanças *offshore* e turismo como principais setores da economia.

Com fundações relativamente fortes de liberdade económica, apoiadas por um elevado grau de transparência e um sistema judicial eficiente, essas economias são atrativas para empresas internacionais e investimento a longo prazo (Heritage Foundation, 2014). De acordo com os dados do *Doing Business 2015*, elaborado pelo Grupo Banco Mundial, a nível de Rendimento (Produto Nacional Bruto – PNB) *per capita*, Antígua & Barbuda, Barbados e São Cristóvão têm um rendimento elevado. Por sua vez, Kiribati, Micronésia e São Tomé e Príncipe, têm um rendimento médio inferior.

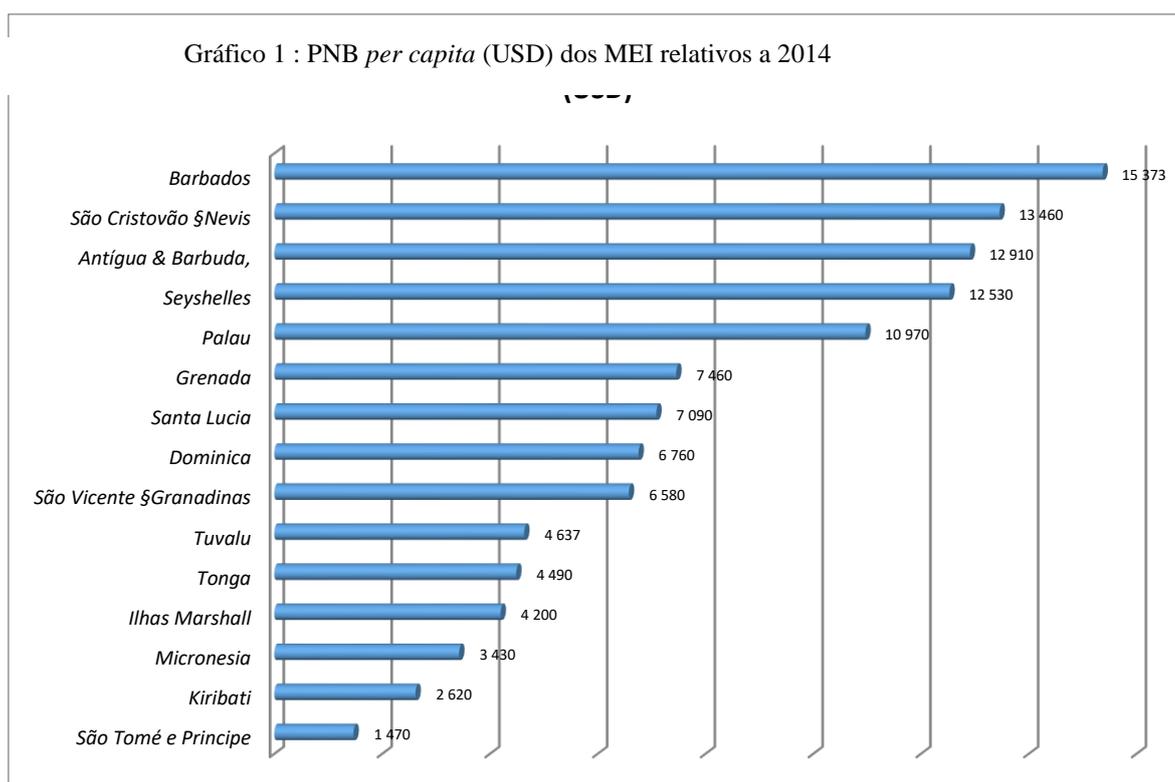
Os demais MEI têm rendimento médio superior. Com efeito, nenhum MEI está no grupo de países com rendimento baixo.

Porém, a diferença entre o MEI com maior rendimento *per capita* (Barbados) e o de menor rendimento (São Tomé e Príncipe) é significativa, como ilustra o gráfico N°1¹⁹, que se segue.

¹⁹ O Banco Mundial nas publicações sobre o *Doing Business* prefere o produto nacional bruto (PNB) ao invés do PIB.

Basicamente, os MEI que têm como atividade económica principal o turismo e/ou prestação de serviços financeiros são os que têm um nível de rendimento mais elevado, ao contrário dos que contam com uma economia essencialmente agrícola, cujo nível de rendimento é, em geral, médio baixo.

A classificação dos MEI quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano²⁰ (IDH), também segue a mesma lógica de rendimento, sendo, entretanto, de realçar, que quase todos os MEI têm um nível de literacia razoavelmente alto.



Fonte: Dados do Doing Business 2016, tratamento da autora

No entanto, Tonga e Tuvalu têm um nível de rendimento relativamente elevado apesar de terem uma estrutura económica muito frágil, (tabela N°3 e gráfico N° 1).

Porém, nos últimos anos verificou-se um certo arrefecimento da economia em alguns MEI. Tal é o caso da Micronésia que, segundo o FMI, tem a economia estagnada, devido

²⁰ O IDH resume as dimensões fundamentais do desenvolvimento humano: uma vida longa e saudável, um padrão de vida decente e o acesso ao conhecimento. A metodologia de cálculo do IDH pelo PNUD tem evoluído ao longo dos anos, desde a simples medida de rendimento às diversas abordagens relacionadas com aspetos económicos e sociais (educação, longevidade e PIB) de cada país, incluindo aspetos de escolhas, como sendo as desigualdades e o género (PNUD São Tomé e Príncipe).

a dificuldades com o financiamento externo de alguns projetos de infraestruturas. Essas dificuldades são atribuídas ao frágil ambiente de negócios, em especial as relacionadas com a posse de terra, que estarão inibindo o desenvolvimento do setor privado (IMF Country Report No. 15/128, 2015).

Devido aos constrangimentos já referidos, muitos MEI, mormente os do Pacífico e São Tomé e Príncipe, asseguram as suas despesas públicas com APD, por via de donativos ou empréstimos (relatórios FMI, 2015).

Com efeito, nas Ilhas Marshall, 80% das receitas do Estado advém (direta ou indirectamente) do donativo dos EUA, no âmbito do acordo com este (Australian Government, 2015). Em São Tomé e Príncipe, o investimento público é financiado em cerca de 90% por recursos externos (relatório do BCSTP, 2015).

Um estudo encomendado pelo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) sobre os custos da insularidade em São Tomé e Príncipe concluiu que as telecomunicações, energia, e transporte de bens e mercadorias, acarretam um custo médio adicional correspondente a 14% do PIB ao país. Com efeito, com o programa de eletrificação regional Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC) se propõe reduzir os atuais custos de produção. No entanto, a própria organização reconheceu, que São Tomé e Príncipe não poderá beneficiar deste projeto comum devido à sua insularidade. Deste modo o país não beneficiará da rede regional, continuando a suportar um custo energético 0,40 USD/ KWh, ou seja, o dobro dos seus vizinhos do continente (NEPAD, 2016). Essa situação parece ser similar à que os outros MEI vivem (Endegnanew, 2013). Esses custos adicionais reduzem a competitividade da economia, condicionando as tentativas de diversificação da sua produção interna e a consequente capacidade de exportação de bens e serviços.

A relativa performance económica em alguns MEI parece variar de acordo com a sua capacidade de inverter as adversidades que advêm das vulnerabilidades atrás referidas. Essa capacidade pode ser reforçada pelas ancoragens a que cada um se avoca (Armstrong, 2009). De facto, como atrás referimos, sendo Estados independentes, muitos MEI delegaram alguma soberania a outros países. Contudo, São Tomé e Príncipe, Seychelles, Dominica e Tonga fizeram opção contrária, a de não delegar parte da soberania a outros países. De referir a esse propósito, que um estudo da Universidade de Chicago (Armstrong, 2009), fez uma análise comparativa da performance económica de pequenas

ilhas de dimensão territorial e populacional dos MEI, com e sem soberania (dependentes da metrópole). O estudo concluiu que os últimos têm sido mais performances, quiçá, por conta do patrocínio das metrópoles no combate às eventuais fragilidades e vulnerabilidades de diversa ordem. Contudo, o estudo não é conclusivo sobre a relação dessa escolha com os resultados económicos, remetendo para estudos mais profundos (Armstrong, 2009). Aliás, a análise do tabela N°3 sobre o nível de bem-estar dos cidadãos dos países em referência, não evidencia a correlação entre o relativo sucesso económico de algum MEI e a sua estrutura político-constitucional. Assim, escusamo-nos a fazer qualquer remate conclusivo a esse respeito.

2.3.5. Vulnerabilidades a Choques e Catástrofes Naturais

A condição de MEI impõe importantes vulnerabilidades a choques de ordem diversa:

Vulnerabilidade é frequentemente definida como suscetibilidade a danos ou avarias. Estados como pequenas ilhas em desenvolvimento são especialmente vulneráveis devido às suas características e situação especial e única. Esta vulnerabilidade é, muitas vezes, caracterizada de três maneiras principais: suas componentes económicas, sociais e ambientais... Estes incluem a sua alta exposição a desastres naturais, economias abertas, afastamento e isolamento, altos custos de infraestrutura, as capacidades institucionais limitadas e especiais vulnerabilidades sociais²¹ (Lewis-Bynoe & Khonje, 2013, pág. 26).

De facto, os desastres naturais afetam os países, independentemente da sua dimensão, desde que a sua geolocalização no globo assim o determine. Porém, a condição de MEI agrava as consequências desses desastres, devido ao maior impacto dos custos *per capita* das catástrofes e de destruição por unidade de área. Alguns estudos (Zhang, 2016) sugerem que aproximadamente um décimo dos desastres naturais nos MEI provoca danos superiores a 30 % do PIB. Em contrapartida, só 1% dos desastres provoca danos nessa dimensão nos países de maior dimensão. Assim, o custo médio anual dos desastres para os MEI é de cerca de 2 % do PIB (Zhang, 2016).

As ilhas que compõem os MEI têm origem diversa (vulcânica, tectónica e outras), mas todas são vulneráveis a alterações climáticas e sobretudo ao aquecimento global (FMI paper, 2015). As ilhas do Pacífico são muito vulneráveis a mudanças climáticas mormente por estarem próximas do nível do mar e expostas a tempestades como tufões e ciclones. O MEI Kiribati, por exemplo, é composto de atóis de coral situados numa cadeia vulcânica submersa. A subida do nível do mar em mais de um metro é uma severa

²¹ Tradução da autora.

ameaça à sua existência, pelo risco de submersão e pela infiltração da água do mar nos solos das ilhas. Não existem cursos de água potável, salvo algumas lagoas em vias de salinar. Essa infiltração da água do mar nos solos das ilhas leva a que a agricultura seja pouco eficiente (IMF Country Report No.16/292, 2016; Zhang, 2016). Tonga, também constituída por atóis, recifes e ilhas vulcânicas (alguns vulcões em atividade), sofre das mesmas vulnerabilidades. Em Tuvalu não há fluxos de água corrente, nem mesmo água subterrânea potável. O aumento do nível do mar ameaça os lençóis de água subterrânea e as populações se mantêm quase exclusivamente de água da chuva e água do mar dessalinizada (Becker, 2012; Commonwealth, 2015). A essas vulnerabilidades, associam-se outras que advêm dos desastres naturais relacionados com a mudança climática. Informações da *Alliance of Small Island States* (AOSIS, sigla em inglês) sobre o impacto do ciclone *Pam* em Tuvalu, em março 2015, constituem exemplos dessa desproporcionalidade. Cerca de 42 por cento das famílias tiveram as suas casas, campos agrícolas, gados e outros empreendimentos seriamente afetados pelas consequentes inundações causadas por subidas de maré. De igual modo, as infraestruturas públicas, mormente da saúde e educação, bem como as reservas de água, também ficaram afetadas (Zhang, T., 2016).

As Ilhas das Caraíbas, todas de origem vulcânica e em alguns casos, com vulcões ativos, têm menor dispersão territorial. Contudo, por causa da sua localização geográfica, são frequentemente flageladas por ciclones e furacões que ocasionalmente podem causar danos materiais superiores a 60% do PIB (IMF Paper, 2013).

Alguns desses países, como é o caso da Antígua & Barbuda, têm limitados recursos naturais de água doce, causados pela mudança climática. Os vulcões ativos também causam ocasionalmente danos consideráveis, motivando insegurança de pessoas e bens. (IMF Paper, 2013).

São Tomé e Príncipe e Seychelles também não escapam às vulnerabilidades geográficas. Todavia, de forma diferente dos seus congêneres do Pacífico e das Caraíbas, basicamente, têm vulnerabilidades geográficas em sede de erosão costeira e problemas ambientais originados pela alteração climática (Greenidge e outros, 2016).

Com efeito, uma maior exposição a desastres naturais certamente agrava as finanças públicas, desincentiva o IDE, e consequentemente agrava a pobreza (Zhang, 2016).

Um artigo de Godfrey Baldacchino (2015) revista *Études Caribéennes* resume a multiplicidade das vulnerabilidades dos MEI e congêneres. O autor sugere que a vasta lista de vulnerabilidades que os Pequenos Estados Insulares enfrentam (mercados, preços, investimentos, financeiros, riscos ambientais, invasões militares e epidemias) suscita a sua inevitável abertura para o resto do mundo. Qualquer acontecimento no mundo pode causar grandes oscilações ou mesmo colapso de rendimento económico do país.

Não há almofadas, nem diferenciação económica robusta, nem economias de escala, (...) para absorver eventuais choques. Qualquer gráfico económico mostrará vertiginosas subidas e descidas, crescimentos e diminuições abruptas, relativos a ocorrências pouco expressivas: a compra de um navio, o encerramento de uma base militar. Seus altos indicadores económicos *per capita* mostram-se ilusórios; eles podem descampar durante a noite com a chegada de um furacão, uma má colheita, ou a saída de um grande investimento (Baldacchino, 2015, pág. 5).

Reconhecendo a limitada resiliência económica e a consequente precariedade que pode ser causada pelos desastres naturais nos MEI, o BM concebeu o Mecanismo Facilidade de Seguro para Riscos de Catástrofe das Caraíbas (CCRIF), destinado aos países do CARICOM (do qual fazem também parte Antígua & Barbuda, Barbados, Dominica, Grenada, Santa Lúcia, São Cristóvão e Névis, São Vicente e Granadinas). Essa facilidade proporciona a esses países, em caso de necessidade, acesso imediato (a curto prazo) a fundos que permitam impulsionar os esforços de recuperação urgente, implementar e manter os serviços essenciais do governo, em caso de catástrofes naturais (BM, 2015 a; Zhang, 2016). Projetos similares foram desenhados para outros MEI, nomeadamente, os do Pacífico. De igual modo, em 2014, o BM fez algumas melhorias na sua Estratégia de Parceria com São Tomé e Príncipe facilitando o acesso a soluções que respondam aos eventuais efeitos das alterações climáticas e da degradação ambiental no país (BM, Report No. 83144-ST, 2014).

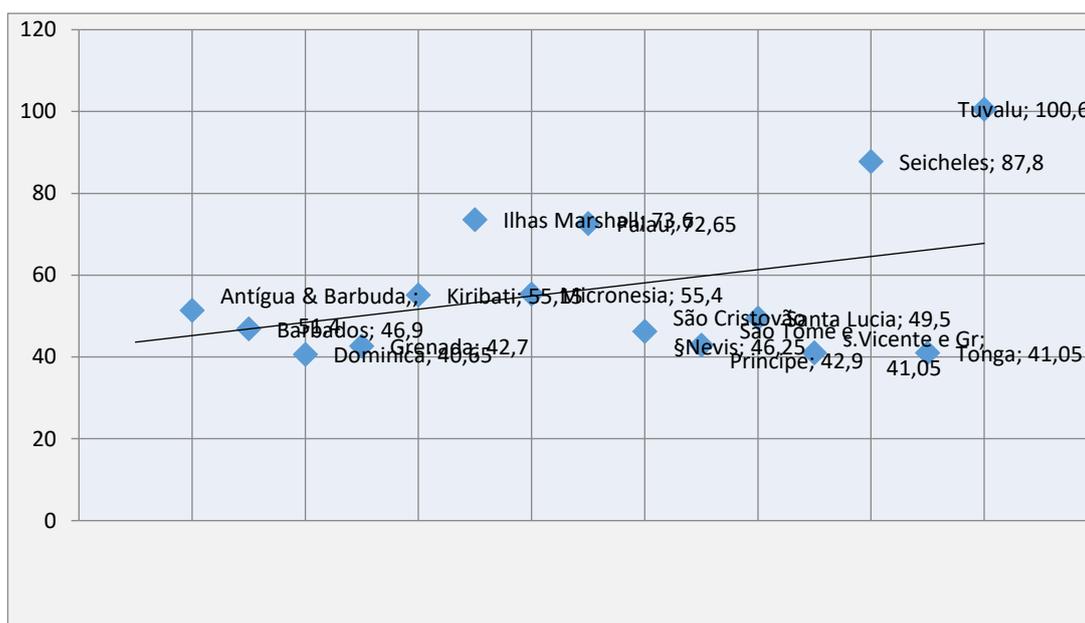
As vulnerabilidades sociais são também transversais aos MEI, destacando-se, no entanto, algumas especificidades.

Muitos MEI têm o setor público maior que o setor privado. Por isso, a principal fonte de rendimento da maior parte das famílias advém do governo. Nos MEI Kiribati e Micronésia, por exemplo, o setor público emprega mais de metade da força de trabalho. Nas Seychelles, essa cifra é de cerca de 40 por cento (Heritage Foundation, 2015; IMF Country Report N° 15/ 201 2015). Tal situação é favorável ao clientelismo, eventualmente, propiciando que o emprego na administração pública seja distribuído pelos políticos a troco de votos ou outro suporte político. A fragilidade institucional daí

decorrente pode reduzir a eficiência e competitividade do setor privado (Veenendaal, 2014).

Porém, em outros MEI a situação parece ser mais moderada, com um relativamente apreciável peso do setor privado na economia. Tal é o caso da maior parte dos MEI das Caraíbas (Bertram, 2007 ; The Economist Intelligence Unit Limited 2015).

Gráfico 2 Grau de Abertura da economia. Relação entre importação e exportação sobre PIB



Fonte: World Bank, 2015, tratamento da autora

Por outro lado, a coesão social parece ser superior nos MEI que nos territórios de maior dimensão. No entanto, a intensidade de interações interindividuais e familiares pode em muitos casos constituir um constrangimento. A pequena dimensão pode proporcionar o localismo e algum imobilismo. Essa vulnerabilidade é muito notada no setor da justiça, onde os laços de parentesco dificultam a aplicação da justiça, exacerbando a fragilidade institucional.

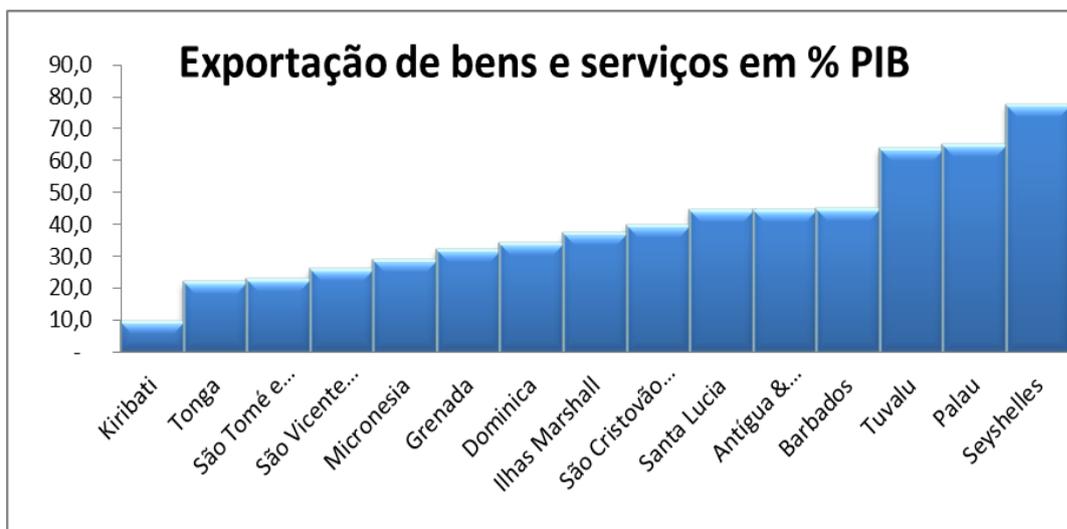
Essa fragilidade institucional não propicia a implementação de procedimentos e a criação de mecanismos contra a corrupção, ou seja, o controlo e aplicação de sanções.

Por conseguinte, questões de natureza social que advêm da micro dimensão e insularidade, podem constituir entraves ao desenvolvimento, tendo em conta que a boa governação é um instrumento da estratégia anticorrupção (Devoue, 2014). Para além das vulnerabilidades já referidas, a exposição às crises económico-financeiras globais e outras

crises ou flutuações do mercado internacional, testam a resiliência dos MEI aos choques externos (Angeon & Saffache, 2010).

Por outro lado, a sua micro dimensão dificulta a diversificação de produtos de exportação e limita a quantidade de produção para o consumo interno (Santos-Paulino, 2010). Por conseguinte, a necessidade de satisfazer a procura interna, leva a um elevado grau de abertura de comércio (sobretudo a taxa de dependência das importações). A grande dependência externa acarreta uma significativa vulnerabilidade a choques externos (Endegnanew, 2013; Winters & Martins, 2004). Uma economia muito aberta parece ser uma espada de dois gumes, e constitui uma das idiosincrasias dos MEI (Baldacchino, 2014).

Gráfico 3 : Exportação de bens e serviços em % do PIB, em 2013.



Fonte: MF Paper, 2013, tratamento da autora

Todavia, existem diferenças no que se refere ao esforço de exportação. Com efeito, os gráficos N°2 e N° 3, acima, espelham essa diferença. Dominica, São Tomé e Príncipe, Tonga e Grenada, são os MEI com menor esforço de exportação²². As suas exportações estão aquém de suportar as importações, o que denota uma dependência do exterior mais gravosa. Diferentes taxas de cobertura das importações pelas exportações de bens, assim como o saldo das respetivas contas correntes, confirmam diferentes performances dos MEI no mercado internacional (Acevedo, Cebotari, & Turner-Jones, 2013).

²² O Indicador de Esforço Exportador (Exportação Total/ PIB) mede o grau de abertura da economia e indica a fração da economia que é dedicada aos mercados estrangeiros.

De facto, a abertura ao comércio internacional expõe a economia desses países a muitos efeitos negativos da economia internacional, apesar de não ser de descurar os benefícios decorrentes desse comércio no desenvolvimento dos mesmos (Aceved, Cebotari & Turner-Jones, 2013).

No entanto, não há unanimidade entre os autores sobre o saldo dos benefícios *versus* constrangimentos que decorrem da grande exposição externa dos MEI.

Com efeito, alguns autores, tais como Easterly e Kraay (2000) consideram que apesar da volatilidade dos termos de troca, os países em referência terão um PIB *per capita* relativamente grande, em parte, como consequência da sua maior abertura ao comércio externo e dos benefícios líquidos positivos que daí decorrem.

Na mesma linha de pensamentos, muitos autores baseando em modelos teóricos influentes, sugerem que a abertura do comércio pode diminuir as restrições de mercado e acelerar a disseminação da tecnologia, que é um fator importante de crescimento económico (IMF Working Paper, 2016).

Entretanto, a hipótese de Prebisch e Singer sugere que os benefícios do comércio externo fiquem concentrados em países que comercializam produtos industriais (países desenvolvidos) em desfavor dos países que comercializam produtos agrícolas (países em desenvolvimento) (Marçal, 2006). Com efeito, os MEI não têm participação na determinação dos preços de exportação, nem das suas importações, contrariamente aos seus pares maiores, sobretudo, aos mais desenvolvidos. Tendo a sua produção altamente especializada estão assim vulneráveis às flutuações de preço das *commodities*²³ (geralmente, altamente voláteis), o que afeta os seus respetivos termos de troca. Por outro lado, a elasticidade-rendimento da procura²⁴ desses produtos é geralmente baixa (Krugman, 2008). Essa situação pode ser mais gravosa nos MEI (cuja economia é muito aberta, ou seja, é mais dependente do exterior) do que nos seus pares maiores, porque acarreta quebras de receita relativamente maiores. No entanto, alguns autores, tais como, William Easterly e Aart Kraay (2000) sugerem que, a extrema abertura das economias

²³ As *commodities* são mercadorias (geralmente matérias-primas que possuem características uniformes), cujos preços são negociados em bolsas. Ou seja, são definidos a nível global e com pouco grau de transformação, de incorporação de valor acrescentado (Krugman, 2008).

²⁴ A elasticidade-rendimento da procura designa a relação entre a variação percentual do rendimento dos compradores de um certo bem e a variação percentual da procura desse bem (Krugman, 2008).

dos MEI pode constituir uma vantagem em relação aos pares de maior dimensão porque proporciona uma melhor diversificação dos riscos.

Com efeito, os MEI cujas exportações são constituídas basicamente por *commodities* (primárias), como é o caso de São Tomé e Príncipe, têm menos sucesso no desenvolvimento económico. O principal produto de exportação de São Tomé e Príncipe (cerca de 90% do total das exportações) é o cacau, cujo preço é determinado no mercado internacional. A condição de MEI (micro dimensão territorial), não permite que a produção são-tomense seja em quantidade suficiente para influenciar a cotação nas bolsas internacionais. A importação são-tomense é de igual modo dominada por produtos cujo preço é determinado globalmente – combustível e alguns bens alimentares – deixando o país muito exposto (vulnerável) aos choques externos (BCSTP- Relatório anual, 2015).

Os MEI que têm maior aposta na exportação de serviços turísticos, tendo conseguido criar algum tipo de *clusters* económicos de mar, sol e praia, têm oferecido melhor oportunidade para o desenvolvimento em termos de criação de emprego e crescimento. Alguns MEI têm também sucesso quando criam produtos (cujas matérias-primas essenciais são basicamente locais) para nichos de mercado especializado, baseando-se na diferenciação e não no custo/preço (Baldacchino, 2015). Portanto, a estrutura das exportações e importações parece ter influência no benefício líquido do comércio externo.

Daí decorre, que apesar das diversas vulnerabilidades serem comuns aos MEI, alguns países conseguem contornar uma parte dessas vulnerabilidades. Voltaremos a tratar a questão das vulnerabilidades, mais adiante, neste capítulo e no capítulo VII.

Referimo-nos atrás as diversas vulnerabilidades de carácter qualitativo e quantitativo que caracterizam os MEI, sendo algumas idiossincráticas, e outras com incidência díspares.

A existência de diferentes tipos de vulnerabilidade e em dimensões mais ou menos profundas, com consequências no desenvolvimento socioeconómico dos pequenos Estados, suscitou várias tentativas dos teóricos para elaborarem o Índice de Vulnerabilidade (WT, 2002). Sendo algumas dessas vulnerabilidades de carácter qualitativo, as dificuldades de elaboração de um índice que as meça, ou seja que quantifique as suas consequências, não são negligenciáveis. Entretanto, o consenso atual

parece indicar para um índice (quantitativo) composto de vários indicadores qualitativos e quantitativos, que proporciona um único resultado numérico (WT, 2002; Baldacchino, 2015).

Lino Briguglio terá sido um dos primeiros estudiosos a propor uma metodologia de construção do índice de vulnerabilidade económica para pequenos estados, ainda nos anos 1990, com o objetivo de identificar características que de forma permanente expõem esses países a choques económicos externos. Entretanto, especialistas do sistema das Nações Unidas e do secretariado da Commonwealth introduziram novos aspetos. Atualmente existem diversas variantes do Índice de Vulnerabilidade em função do objetivo e consequentemente das variáveis em foco no estudo (Briguglio, 1995, WT, 2002). Assim, o índice de vulnerabilidade económica do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) pretende avaliar os critérios que determinam a condição de Países Menos Desenvolvidos (sigla em inglês LDC – Less Developed Countries).

No entanto, os MEI estão expostos a várias outras vulnerabilidades não contabilizadas nesses índices. Os autores em referência sugerem que não parece haver evidência de que são permanentes, ou que, de forma contínua, fragilizam esses Estados. Algumas dessas fragilidades podem ser alteradas por decisões políticas ou por alterações de geopolítica de outros Estados, embora tal não seja, de todo, uma tarefa de fácil execução. Tal é o caso da vulnerabilidade do sistema judicial e vulnerabilidade político-constitucional que abrange uma multiplicidade de situações, desde a dificuldade de se impor a nível internacional até às fragilidades no aparelho do Estado.

Por outro lado, existem outras limitações dos critérios quantitativos. Essa abordagem quantitativa parece deixar de fora a análise situacional, tais como a posição específica na região, bem como as circunstâncias regionais dos MEI (Kurečić, 2014).

Não obstante algumas insuficiências, optamos pelo índice de vulnerabilidade proposto por Briguglio (Briguglio, 2014) que tem quatro componentes: (a) abertura ao comércio internacional; b) a concentração das exportações; c) o nível de dependência de importações estratégicas; e d) a propensão a desastres naturais.

De facto, como referimos, a grande abertura ao exterior, que caracteriza os MEI expõem, deveras, a choques económicos externos. Esta tendência é exacerbada quando a

exposição abrange as duas componentes (a exportação e a importação) e sobretudo se essa abertura ao exterior for muito concentrada.

Em regra, o destino e a origem, das importações não é muito dispersa, o que é justificado pela minúscula quantidade de exportação e importação dos MEI (Briguglio, 2014). A propensão a desastres naturais, como anteriormente referido, também agrava a vulnerabilidade dos países em estudo. Justifica-se assim a nossa escolha.

A tabela N°4 espelha o índice de vulnerabilidade económica dos MEI conforme a metodologia de cálculo suprarreferida, calculados por Briguglio em 2014, com os dados do triénio 2009-2011.

A leitura da tabela em referência sugere que Santa Lúcia seja o mais vulnerável (0,755) e São Tomé e Príncipe (0,364) o menos vulnerável entre os MEI. No entanto, esse índice de vulnerabilidade pode ser questionável.

Tabela:4 Índice de vulnerabilidade dos MEI

Países	IVE (2009-2011) ²⁵
Antígua & Barbuda	0.460
Barbados	0.432
Dominica	0,457
Grenada	0,457
Kiribati	0,375
Ilhas Marshall	0,385
Micronésia	0,457
Palau	-
Santa Lúcia	0,755
São Cristóvão e Névis	0,456
São Vicente e Granadinas	0,372
São Tomé e Príncipe	0,364
Seychelles	0,569
Tonga	.0,380
Tuvalu	-

Fonte: Briguglio, 2014

²⁵ IVE calculado por Briguglio em 2014 com os dados 2009 -2011 (Briguglio, 2014).

Com vista a colmatar algumas insuficiências atrás referidas, nomeadamente a não abordagem das fragilidades das instituições políticas e fraquezas institucionais, no Capítulo VII revisitaremos a construção desse índice, sugerindo algumas alterações ao mesmo.

2.3.6. Considerações Finais

Neste Capítulo tratámos de identificar e caracterizar os MEI enquanto Estados independentes, insulares, com Governo, território de dimensão aproximada a 1000Km² e de população até 300.000 habitantes. Como resultado da aplicação destes critérios, obtivemos um universo de que fazem parte Antígua & Barbuda, Barbados, Dominica, Grenada, Ilhas Marshall, Kiribati, Micronésia, Palau, São Cristóvão & Névis, São Tomé & Príncipe, Santa Lúcia, São Vicente & Granadinas, Seychelles, Tonga e Tuvalu.

Não obstante essas características comuns, os países acima enumerados têm algumas especificidades e idiossincrasias próprias. Entre essas especificidades e idiossincrasias, destacam-se aspetos geográficos como dispersão territorial, a estrutura política-constitucional, os aspetos histórico-culturais, a estrutura económico-produtiva e profundidade das diferentes vulnerabilidades. Na sequência disso, os indicadores de desenvolvimento, e mais precisamente, o nível de rendimento dos MEI, é bastante díspar apesar de todos terem Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) médio ou elevado.

Em suma, cumprimos neste Capítulo o objetivo específico de identificar as especificidades e as idiossincrasias dos MEI.

CAPÍTULO III
ABORDAGENS E PERSPECTIVAS TEÓRICAS DA ECONOMIA POLÍTICA
DO FMI E DAS POLÍTICAS MACROECONÓMICAS

3.1. Nota introdutória

Neste Capítulo pretendemos fazer a revisão de literatura concernente ao nosso tema em estudo. Porém, não nos propomos apenas fazer um apanhado do que já foi feito até à data, quer do ponto de vista teórico, quer do ponto de vista empírico. Faremos uma abordagem crítica sobre os mesmos, o que nos permitirá identificar as eventuais lacunas no corpo do conhecimento em causa.

Nenhum país sobrevive em autarcia. Para se desenvolver, os países recorrem às relações internacionais numa interação entre o espaço e a política (Baru, 2012).

Os Estados, bem como as instituições internacionais, tais como o FMI, interagem respetivamente, entre si e com os seus membros, à luz da apropriação que fazem das correntes teóricas da Economia Política Internacional. Com efeito, a política macroeconómica que o FMI recomenda aos MEI, decorre da sua opção teórica no âmbito da Economia Política Internacional (Santos, 2010). Assim, neste capítulo, pretendemos aferir as principais perspetivas teóricas da Economia Política Internacional (realistas e liberais), bem como os respetivos instrumentos teórico-conceituais que têm sido partilhados pelo FMI na conceção dos respetivos programas (Costa, 2010a).

É corrente registarem-se algumas controvérsias na conceção das políticas macroeconómicas. No entanto, atualmente é quase consensual, sobretudo no seio dos teóricos, a necessidade de os Estados buscarem o equilíbrio macroeconómico para todas economias de mercado. Porém, a economia real se desvia, frequentemente, do ideal teórico (Rodrik, 2006; Krugman, 2009). No presente capítulo, também trataremos de perceber a evolução histórica de algumas das principais correntes económicas (clássica, marxista e liberal). Incidiremos sobre o pensamento macroeconómico, particularizando os aspetos e tendências que mais influenciaram o FMI e que se contextualizem no nosso objeto de estudo. Ou seja, trataremos de percorrer os fundamentos teóricos do âmbito socioeconómico atinentes à macroeconomia dos MEI no contexto da economia política do FMI.

3.2. Perspetivas teóricas da Economia Política do FMI

A sobrevivência de qualquer organização multinacional depende do equilíbrio que se consiga alcançar equacionando os interesses dos Estados-Membros (Santos, 2010).

Em organizações económicas internacionais como é o caso do FMI, esse equilíbrio é ainda mais difícil, porquanto se baseia em complexas interações entre o económico e o político projetando-se sobre a riqueza e o poder (Fernandes, 2013).

3.2.1. Correntes teóricas realista e liberal

As complexas relações internacionais começaram a ser estudadas, enquanto ciência académica, no início do século XX, no período posterior à Primeira Guerra Mundial. Os cientistas das Relações Internacionais se desdobravam para defender as suas ideias baseando-se em pensamentos teóricos liberais ou em pensamentos da corrente realista. As correntes teóricas em referência representam as visões do mundo contrastantes de várias escolas e as diferentes maneiras através das quais os estudiosos têm procurado responder aos desafios colocados por uma economia mundial cada vez mais complexa e interdependente (Cohn, 2008).

Com efeito, tanto os cientistas da corrente liberal como os da corrente realista não são unânimes nas suas abordagens teóricas.

Assim, o realismo²⁶ abarca uma variedade de abordagens teóricas seculares. A versão mais antiga terá sido a de Tucídides, que terá vivido 460 anos antes de Cristo, conhecido pelos seus escritos sobre a “História da Guerra do Peloponeso” (Nye, 2009).

Theodore Cohn considera que há dois grandes círculos de realismo (Cohn, 2008):

- (i) Um que teve o seu início com Niccolo Machiavelli, um filósofo e diplomata italiano que, em finais do século XV e princípios do século XVI, renegava a economia, considerando que esta tem pouca ligação com a política. Essa corrente considerava a força militar determinante no enriquecimento das nações, ou seja, “os fins justificam os meios”. Cohn inclui neste grupo os realistas americanos do pós-Segunda Guerra Mundial, que também davam pouca importância à economia.
- (ii) O segundo²⁷ círculo engloba as ideias de Tucídides e dos mercantilistas cujos fundamentos filosóficos defendem um comércio internacional baseado no *jogo de soma zero* – o ganho de um deve representar necessariamente a perda para o outro. Os ensinamentos de Tucídides e dos mercantilistas recomendavam suma

²⁶ Entendido como correntes teóricas que defendem a relação entre estados na base do poder e segurança.

²⁷ A classificação em segundo lugar não se fica a dever a data de início.

importância a questões político-económicas devidamente associadas a estratégias dirigidas. Diferem, assim, da corrente maquiavelista. Cohn a propósito escreve:

Ao contrário de Maquiavel, Tucídides via a riqueza como uma fonte crítica da força militar, e escreveu que “a guerra é uma questão não tanto de armas como de dinheiro” [...]. Embora Tucídides muitas vezes se tenha referido a questões económicas, os mercantilistas foram os primeiros a se engajarem na teorização sistemática sobre questões EPI numa perspectiva realista (Cohn, pág. 56, 2008).

Os defensores da corrente teórica realista alegam que as premissas fundamentais para relações internacionais profícuas são a existência de um Estado unitário. Pressupõem que esse Estado unitário seja racional, agindo, por conseguinte, com base nos seus próprios interesses a fim de maximizar os seus benefícios (Cohn, 2008). Com ligeiras nuances, os realistas consideram que a paz só pode ser alcançada em presença de equilíbrio de poder. Porque, naturalmente isso não acontece na prática, podem os Estados mais fortes usar a sua supremacia em proveito próprio, coagindo os mais fracos. Ou seja, impondo as regras de jogo para a “paz” (Perez, 2011).

Kenneth N. Waltz (2000) considera que a teoria básica da política internacional é o realismo. Esse autor defende que, não obstante algumas insuficiências, a corrente teórica realista é mais dinâmica que a liberal, justificando-se assim a sua predominância. Em defesa dessa pretensa supremacia da corrente teórica realista, Waltz sugere que:

Uma das justificações usadas na teoria realista é que isso deprecia a importância das instituições [...]. As instituições internacionais são criadas pelos Estados mais poderosos, e as mesmas sobrevivem na forma original, desde que sirvam aos interesses dos seus criadores (Waltz, 2000, pág. 19, 26).

Mas John Vasquez (1999) faz algumas observações sobre esse ponto de vista. Esse autor subscreve a opinião de alguns analistas que argumentam que, apesar das anomalias, o paradigma realista é preponderante em relação às demais teorias. Realçam também a capacidade do paradigma realista de reformular as suas teorias em linha com o seu criticismo. No entanto, sugerem que a proliferação de emendas pode expor alguma fragilidade.

Waltz (2000) enaltece o facto de a Economia Política Internacional no FMI e em algumas organizações internacionais assentar no realismo. Esse autor sugere que as ações e decisões de instituições como o FMI se fundamentam no complexo jogo de forças entre os países. O autor acrescenta ainda que isto se deve à necessidade da preservação ou conquista de hegemonia internacional. Esse ponto de vista é também sustentado por Cohn

(2008), que considera que essa necessidade de imposição de algumas nações é uma fatalidade. Cohn sugere que os realistas também descrevem os Estados como atores racionais que procuram maximizar os benefícios e minimizar o custo para perseguir os seus objetivos. O autor considera que, por esse motivo, o realismo explica numerosos fenómenos com um pequeno número de conceitos e variáveis.

O impacto destrutivo da primeira guerra mundial sobre as economias europeias ditou o surgimento de nova corrente teórica nas relações internacionais, o idealismo (ou liberalismo como alguns autores a designam)²⁸, pelas mãos de pensadores como Woodrow Wilson. O idealismo contrapôs o uso da força, pelo uso do direito internacional e a diplomacia para atingir a paz. Por conseguinte, a paz passou a ser considerada como o grande objetivo no relacionamento entre as nações. Apesar dos objetivos parecerem nobres, o liberalismo foi durante muito tempo tido como utópico, pelas dificuldades que apresentava na sua implementação. Por essa razão não terá colhido, então, muitos seguidores. Porém, Cohn sugere que atualmente, o liberalismo (que insere diversas correntes teóricas) seja a mais influente perspetiva na Economia Política Internacional (Cohn, 2008). Segundo Cohn, no âmbito da Economia política internacional é possível considerar três principais variantes:

[...] Ortodoxo, intervencionista, e o liberalismo institucional. Liberais ortodoxos promovem a "liberdade negativa", ou a liberdade do mercado para funcionar com a mínima interferência do Estado. Os Liberais intervencionistas acreditam que a liberdade negativa não é suficiente, porque o mercado nem sempre produz benefícios generalizados; assim, eles apoiam algum envolvimento do governo para promover mais igualdade e justiça numa economia de mercado livre. Os Liberais institucionais também acreditam que algum envolvimento exterior é necessário para completar o mercado, e eles favorecem fortes instituições internacionais como a OMC, FMI e Banco Mundial (Cohn, pág. 77-78, 2008).

Alexander Wendt (1999), por sua vez, considera que a abordagem construtivista (da qual é defensor) seja de certo modo, uma ponte entre o realismo e o liberalismo. Entretanto, Wendt enfatiza que a abordagem construtivista não é uma teoria de política internacional de *per se*, mas sim uma teoria social (não substantiva) de apoio a relações internacionais²⁹.

Em suma, a ontologia da vida internacional que tenho defendido é "social" no sentido em que é por meio de ideias que os Estados em última análise, se relacionam entre si, e "construcionista" no sentido de que estas ideias ajudam a definir quem e o que os Estados são (Wendt, 1999, pág. 372).

²⁸ A corrente teórica liberal já havia sido fundamentada por Adam Smith em finais do século XVIII, enquanto alicerce da teoria económica clássica.

²⁹ Ou seja, a abordagem construtivista não fornece explicações, fornece um enquadramento.

Entretanto, este autor discorda dos fundamentos ontológicos e epistemológicos do realismo e do liberalismo. O autor conjectura uma visão estrutural e idealista contrária ao individualismo ou materialismo excessivo dos liberais e realistas, respetivamente. Na perspetiva de Wendt, a economia política internacional só pode ser profícua se apoiada tanto nos aspetos endógenos quanto nos aspetos exógenos. Com efeito, as estruturas (de fatores exógenos) devem ser percebidas a partir de processos sociais (fatores endógenos). Por sua vez, a anarquia deve constituir um dos fatores estruturais em que se movimentam os Estados (Wendt, 1999; Rocha, 2013).

Nas últimas décadas do século XX, com início nos anos 70, o embargo ao petróleo árabe e a crise do sistema de Bretton Woods, entre outros acontecimentos, determinaram o fim da Era de crescimento económico do pós-guerra. Na nova Era que se iniciava, as relações internacionais, ou melhor, as relações económicas internacionais, ganharam grande importância no crescimento da economia mundial, dando assim lugar ao surgimento da Economia Política Internacional enquanto disciplina, na tentativa de construir uma abordagem mais científica para o estudo das relações internacionais. A Economia Política Internacional surge como o ramo da ciência em que são expostas diferentes perspetivas de abordagem e alguns instrumentos teórico-conceituais de base em matérias ligadas ao sistema comercial e financeiro internacional. Os seguidores do realismo, adaptando-se à realidade político-económica internacional, construíram uma nova vertente, a que se convencionou denominar de neo-realismo ou realismo estrutural, mantendo, todavia, a separação entre a política e a economia. Os neorealistas mantêm a supremacia do Estado nas relações internacionais. Esta nova vertente do realismo sugere que, mesmo os novos atores da comunidade internacional (diferentes Organizações Internacionais) atuavam através do Estado que, por sua vez, lhes confere a legitimidade para agir (Costa, 2010; Rocha, 2013).

Susan Strange³⁰, Kenneth Waltz, e Robert Keohane, são alguns dos autores de ideias que visam colmatar o fosso entre a economia internacional e a política internacional (Keohane and Nye, 1998; Waltz, 2000; Costa, 2010)

Entretanto, Kenneth Waltz (2000) considera que, nesse contexto, o realismo comporta maior primor teórico e científico. Ele sugere que o sistema internacional deve ser visto num nível superior ao dos Estados, para que influencie o comportamento destes.

³⁰ Susan Strange é considerada a pioneira desse processo (Costa, 2010).

Trata-se de uma visão diferente do realismo clássico, que sugeria uma supremacia dos Estados e da sua interação uns com os outros. Waltz deu pouca importância aos fundamentos baseados na natureza humana, moralidade, poder e interesse e focalizou a sua análise na natureza do sistema internacional.

Susan Strange (1970), por sua vez, baseando-se nas questões petrolíferas de então, defende que a economia política internacional deve basear-se no poder do Estado, que considera assentar nas estruturas de segurança, produção, financeira, bem como na estrutura de conhecimento. Trata-se, com efeito, de uma perspetiva realista.

Dentro da corrente realista, é também de destacar a teoria da estabilidade hegemónica³¹, de Charles P. Kindleberger (1971) e Robert Gilpin (1987), que considera que a estabilidade internacional só é possível em presença de alguma potência hegemónica que assuma a liderança, sendo a questão da legitimidade irrelevante. Esse poder hegemónico não precisaria de consensos para agir, uma vez que ele se impõe de forma coerciva, não existindo restrições capazes de o conter, salvo perante um declínio do próprio (Keohane, 1984). Por outro lado, a grande vantagem da existência do hegemónico é estar disponível para fornecer os bens públicos globais, como o comércio livre ou a estabilidade do sistema monetário internacional. No entanto, a maior parte dos países não está disposta a suportar os custos excessivos do fornecimento desses bens públicos (Gilpin, 1987; Gilpin, 2011).

Essa nova Era também influenciou a corrente liberalista que, no entanto, continuou a negar a separação da política doméstica com a política internacional. Negava também, a supremacia da política sobre a economia, e considerava que o Estado não pode ser o único ator nas relações internacionais, traduzindo a corrente do neoliberalismo (Keohane, 1984)

Uma das vertentes mais expressivas do neoliberalismo é o Neoliberalismo Institucional, que é muito próximo do realismo no que concerne a centralidade dos Estados e racionalidade. Consequentemente, questionam a solidez das instituições internacionais, relegando-as para um segundo plano desde que se esteja perante questões estratégicas para o Estado. Essa corrente teórica abre, entretanto, exceções para a

³¹ Trata-se de ideais dos pensadores Kindleberger partilhada por Gilpin, e designadas posteriormente “teoria da estabilidade hegemónica”, por Keohane.

cooperação nas instituições internacionais, quando, por interesses mútuos, a cooperação possa influenciar os outros Estados. Acreditando na racionalidade das ações humanas, esses neoliberais constituem-se assim, numa certa ponte entre o realismo e o liberalismo da economia política internacional, situando-se próximos do liberalismo na ciência económica. Aceitam alguma cooperação quando os interesses são coincidentes, como forma de reduzir os custos. Partem do princípio, de que sendo racionais, os parceiros se refutariam a traições, tendo em conta os custos e consequentes prejuízos que daí possam advir (Evans, 1998; Hasenclever, Mayer & Rittberger, 2000).

Strom Thacker (1999) corrobora que o multilateralismo seja bastante útil, porque facilita a cooperação entre um número limitado de Estados com ideias semelhantes. No entanto, esse autor considera que talvez esse pressuposto não se aplique no FMI.

A capacidade dos EUA de influenciar o comportamento do FMI para atingir seus próprios objetivos políticos mantém-se. [...]. Os EUA podem exercer a sua influência no Conselho de Administração do FMI para perseguir esses objetivos. Isso sugere que, apesar da sua utilidade o multilateralismo [...] pode não ser sustentável na economia política global moderna (Thacker, 1999, pag.65).

Do lado do liberalismo, destacamos ainda a Teoria da interdependência complexa, na qual Keohane e Nye, nos anos 1970, argumentam que o mundo é interdependente, não podendo por isso funcionar de acordo com os princípios realistas. Na Teoria da Interdependência Complexa, Robert Keohane e Joseph Nye interrogam-se se as instituições se preocupam em explicar o comportamento dos Estados, ou se só se pode deduzir o comportamento pela distribuição de poder no seio dessas instituições. A essa pergunta, respondem que o poder e o interesse próprios são, de facto, importantes nas relações internacionais. Robert Keohane (1984), no seu livro *After Hegemony*, clarifica mais o seu pensamento sobre a interdependência complexa, propondo um institucionalismo liberal. O autor analisa a economia política internacional, focando na cooperação entre os países capitalistas avançados, numa perspetiva liberal. Ele considera que o juízo que os Estados fazem do conceito de hegemonia é fundamental para compreender o papel desempenhado por determinados Estados na cena internacional. O papel desses Estados devia ser a operacionalização de instituições internacionais viabilizando a cooperação entre os Estados (Keohane 1984).

Keohane (1984) afirma que a cooperação no sistema internacional estimula o crescimento da economia global, pelo que, se deixar de haver esta interdependência

crecente, certamente haverá um aumento potencial de discórdia com conflitos políticos e intervenções governamentais. Mesmo quando interesses comuns existem, a cooperação falha muitas vezes. A interdependência complexa sugere a quase ausência de hierarquia (minimizando a sua força) o que propicia a diminuição do poder militar nas negociações. Porém, a prática das relações internacionais da atualidade parece confirmar o aumento de discórdia com intervenções militares.

No entanto, Martin Riegl (2013) da Universidade britânica de Cambridge sugere que neste novo século registam-se mudanças conceptuais na geopolítica e geoeconomia devido ao surgimento de um novo centro de poder que vem passando do Ocidente para potências euro-asiáticas. À vista disso, os académicos, sugere ele, provavelmente enfrentarão novos desafios geopolíticos e geoestratégicos, quiçá mais difíceis de abordar do que os do século XX. Os desafios referem-se ao surgimento de novas formas de confronto político e económico e novos conflitos armados. No entanto, esse autor assegura que o poder dos países continuará a ser definido pela força militar e económica, dimensão do território ou população, disponibilidade e acesso aos recursos e nível do Capital humano e capacidade tecnológica. Somos tentados a concordar com o autor. Porém, cremos ter aferido no Capítulo precedente, que à reduzida dimensão do território e da população corresponde quase sempre um fraco acesso aos recursos, insuficiente capacidade de recursos humano e conseqüentemente, pouco acesso e domínio de tecnologias inovadoras.

Outrossim, nos capítulos que se seguem, continuaremos a prosseguir o propósito de perceber melhor qual é a perspectiva teórica dominante da Economia Política Internacional na ação do FMI, mormente, no seu relacionamento com os MEI. Assim, prosseguindo a definição de cooperação de Keohane, ensaiaremos o exame da estrutura político-jurídica do FMI, relacionando-a com as características básicas do realismo (sobretudo a estabilidade hegemónica). Tentaremos também questionar a aplicação da interdependência complexa enquanto corrente teórica, bem como seus argumentos para explicar a possibilidade de ocorrência – ou não – da cooperação internacional.

3.2.2. Geoeconomia nas relações Internacionais. Fundamentos teóricos

Indiferentemente das abordagens teóricas liberal ou realista, parece ser cada vez mais consensual que as relações internacionais tendam a ser analisadas e conduzidas de acordo com os fundamentos geopolíticos e geoeconómicos. Segundo Philippe Defarges

(2003), as relações internacionais terão sido construídas no âmbito da geopolítica já nos anos 400 A.C. pelo grego Heródoto. Contudo, este autor considera que, de forma sistematizada, a geopolítica teve início nos finais do século XIX, regulando a interação entre *homo politicus* e o espaço.

Essa opinião não parece ser partilhada por todos. Com efeito, Vullierme sugere que:

Seria, no entanto, estritamente falando, inadequado aplicar retrospectivamente, a geopolítica ao pluriverso que caracterizou a história humana durante quase toda a sua existência. Seria particularmente imprudente acreditar que os fenómenos que ocorreram em contextos quiçá muito diminutos onde esse pluriverso fora formado, sejam em todos os pontos semelhantes àqueles que caracterizam o universo mais complexo da geopolítica (Vullierme, 1989, pág. 442).

Independentemente desse debate, a geopolítica parece ser hoje incontornável para os atores das relações internacionais. Na geopolítica o espaço e recursos interagem usando as relações internacionais sob a forma de um triângulo de poder (Defarges, 2003).

Com efeito, Stéphane Rosière (2003) considera que os atores das relações internacionais e, conseqüentemente, da geopolítica são básica e tradicionalmente, o Estado (que pode ser representado pelo governo, exército ou igreja), bem como outros novos atores, tais como partidos políticos, os *media*, as empresas nacionais ou multinacionais e outros. Defarges também sugere que o Estado nunca foi o único ator das relações internacionais, uma vez que a par daquele, outros atores nacionais e/ou internacionais têm papel importante. O FMI, o BM, a OMC são alguns dos atores das relações internacionais não estatais e institucionais. Esses atores podem coagir o Estado nas relações internacionais, apesar de este continuar a ser guardião e protetor dos interesses nacionais gerais (Defarges, 2003). Contudo, Joseph Nye (2009) assegura que são os Estados que determinam o curso das relações internacionais nas instituições internacionais, tendo em conta que a análise geopolítica é feita em função dos interesses do Estado, visando a sua projeção e/ou evitar a projeção de outros Estados.

O poder do Estado, ou seja, a capacidade de modificar o meio para atender aos seus objetivos, depende de vários fatores, tais como a população, território, força militar e capacidade económica, bem como e a respetiva capacidade e forma como os usa (Rosière, 2003). Ou seja, o poder do Estado depende da capacidade conjugada com as intenções. Essa conjugação pode ser feita, segundo Joseph Nye (2009), por via de *hard*

power (que representa um poder musculado), *soft power* (fazendo uso da diplomacia) ou *smart power* (uma combinação de *hard* e *soft power*).

Com o evoluir da ciência económica, o desenvolvimento deixou de ser uma função somente do território. A dimensão territorial deixou de ser o aspeto preponderante da supremacia dos Estados, ou seja, do poder dos Estados.

De facto, Defarges sugere que:

A geopolítica analisa as relações entre o *homo politicus* e o espaço. Esta disciplina interroga-se sobre o peso dos fatores espaciais nas escolhas e relações políticas e, em sentido contrário, sobre o impacto destes elementos políticos na organização e controlo do espaço [...] A geopolítica é, pelo menos inicialmente, filha de uma época, os anos 1870-1945. Ora no final do século XX, esboça-se na sequência da geopolítica, a geoeconomia. Esta – como o nome indica – esboça as interações entre *homo economicus* e o espaço; [...]. Esta definição, muito ampla, sugere que, numerosos espíritos notáveis fizeram geoeconomia *avant la lettre* (Defarges, 2003, pág. 133).

Porém, Friedrich Ratzel em colaboração com Bismarck, ainda em finais do século XIX, desenvolveu o pensamento estratégico e geopolítico que caracterizava a dimensão espacial da Alemanha. Ratzel considerava que a geografia dos Estados explica as relações com os outros Estados e povos. Esse pensador é considerado por alguns autores, de introdutor de um nacionalismo geopolítico baseado na conceção físico-natural de nação (Palma, 2006). Cowen e Smith (2009) sugerem que essa seja a versão tradicional de geopolítica.

Contudo, os cientistas só terão tomado consciência desta relação intrínseca entre o geográfico e o político-económico, desenvolvendo o conceito *geoeconomia*, com o fim da Era do pós-guerra de crescimento económico. Assim, as relações internacionais ganharam maior importância no crescimento da economia mundial, dando lugar ao surgimento da *economia política internacional* enquanto disciplina académica, com a geoeconomia como uma das áreas (Defarges, 2003).

Com efeito, a geopolítica que até então era o espaço que definia a confrontação ou cooperação entre os Estados, sugere Joseph Nye (2009), tem partilhado o espaço e, muitas vezes, é substituída pela geoeconomia.

O mérito por essa evolução com a subdivisão da geopolítica é normalmente atribuído ao economista norte-americano Edward Luttwak e a Pascal Lorot, economista e cientista social francês. Com efeito, sendo uma das áreas da Economia Política Internacional, a abordagem da geoeconomia diferencia-se em função das tendências

teóricas neorrealista ou neoliberal dos autores e dos atores. Contudo, essa diferenciação não é consensual.

Luttwak marca uma nova fase de estudo da Economia Política Internacional, demonstrando a evolução da geopolítica “tradicional” (baseada em *hard power*) à geoeconomia, onde os interesses económicos se sobrepõem aos geopolíticos. Alguns críticos, tal como Lorot (2009), sugerem que a sua abordagem é fundamentada em termos militares e ofensivos em demasia e contém algumas imprecisões metodológicas. Esse analista sugere que a abordagem de Edward Luttwak é muito estreita, ficando aquém da realidade económica e estratégica do século XXI, e sobretudo da dimensão geoeconómica. Lorot sugere que Luttwak não aborda devidamente o lugar e o papel do Estado na política geoeconómica (Lorot, 2009; Lorot, 2011).

Lorot (2001,2009) sugere que apesar de a geoeconomia surgir da geopolítica, ela é distinta, sem, todavia, eliminar a existência da primeira, como, aliás, provam alguns conflitos armados que ainda persistem. Esse autor afirma que a geoeconomia consiste em estratégias económicas (ou conjunto de ferramentas estratégicas) que os Estados usam visando o reforço do seu potencial económico e social.

Sanjaya Baru (2012), por sua vez, considera que a geoeconomia pode ser definida de duas formas diferentes: como consequência geopolítica dos fenómenos económicos, ou como consequência económica de questões geopolíticas e poder nacional.

Pascal Lorot (2009) é perentório na sua conclusão segundo a qual, a geoeconomia tornou-se um fenómeno mundial, ou seja, um novo espaço de concorrência entre as economias de mercado desenvolvidas. Esse autor sugere que a geoeconomia, quiçá deva ser vista como um novo método de análise dos atos das grandes potências internacionais em busca de campos de manobra. Em suma, a geoeconomia emerge como um novo instrumento usado pelas potências ocidentais no palco das relações internacionais.

Por sua vez, Deborah Cowen e Neil Smith (2009) admitem não subscrever os princípios geoeconómicos de Luttwak. Estes autores vão mais além nas suas considerações sobre a geoeconomia, sugerindo uma natural e paulatina ascensão da geoeconomia em substituição (por desgaste) da geopolítica (desde a sua forma tradicional de Ratzel e de Bismarck). Cowen e Smith (2009) admitem que a ainda emergente ciência geoeconómica deva ser analisada e vista nos domínios do redimensionamento da

segurança territorial para acomodar fluxos supranacionais, na reformulação das formas sociais de segurança através do mercado, e no redimensionamento do Estado enquanto agente geoeconómico.

O FMI pode ser um desses palcos privilegiados, onde essas potências podem influenciar o rumo do crescimento económico, ou mesmo do desenvolvimento dos Estados membros através de medidas de política que recomenda, e que os Estados são obrigados a acatar.

Com efeito,

No jogo desenvolvido dentro do mercado político das relações internacionais, preponderam os interesses das nações mais ricas, em especial da superpotência estadunidense [...]. É possível inferir que há uma forte relação entre a ossatura da estrutura organizacional do FMI (no tocante à prática dos empréstimos e da governança interna) e o exercício da política externa Americana (Coelho, 2012, pág. 7).

Entretanto, Christine Lagarde, a propósito dos interesses individualistas de alguns Estados, sugere que é necessário que o FMI seja um verdadeiro símbolo da solidariedade global perante ameaças comuns para o futuro da comunidade internacional.

O crescimento e estabilidade não são mutuamente excludentes — não é "ou / ou" — e nós podemos projetar um caminho que concilie os dois. Esta é uma tarefa das estruturas executivas do FMI em colaboração com os seus membros visando o fortalecimento da instituição. Juntos, somos 188 países que buscamos a estabilidade e o crescimento para construir fundações que proporcionem a certeza num futuro melhor para o mundo (Lagarde, 2012, pág.16).

Ao longo do nosso estudo, trataremos de aprofundar a indagação sobre a geoeconomia do FMI. Aferiremos também a possibilidade de os MEI usarem instrumentos geoeconómicos (mormente a alavancagem da sua posição geoestratégica) a favor do seu desenvolvimento socioeconómico.

3.3. Evolução histórica da Teoria macroeconómica

Desde os tempos mais remotos da sociedade humana, vários pensadores vêm abordando diversas questões de organização económica. A importância do assunto reside na sua estreita ligação com a prosperidade, presente e futura, dos países e das populações. Assim se justifica que questões económicas tenham sido tratadas por pensadores gregos na Idade Média, por mercantilistas, fisiocratas franceses, entre outros.

Parece ser também estreita a ligação entre as questões económicas e as relações internacionais. Assim, as ideias de Tucídides (já abordadas acima) estabeleceram as bases

do jogo de soma zero, na qual algumas nações subjogavam as outras. Adam Smith, no seu livro *A Riqueza das Nações*, assegurava a necessidade do comércio internacional sugerindo para o efeito, as premissas básicas, baseadas no conceito da vantagem absoluta. David Ricardo, no seu livro *Princípios da Economia Política e Tributação*, atestava que as vantagens do comércio internacional assentavam no conceito de vantagem comparativa, imprescindível para a prosperidade económica das nações. A exemplificação que David Ricardo apresenta das vantagens do comércio com o caso do vinho português e tecido inglês pode mesmo disfarçar um objetivo de política internacional, como sugere o Tratado de Methuen. Com efeito, o Tratado de Methuen, também conhecido como Tratado de Panos e Vinhos, pretendia a facilitação da venda do tecido³² e do vinho, respetivamente, aos portugueses e aos ingleses pelas autoridades. No entanto, esse tratado terá limitado profundamente a economia portuguesa. Portugal estava impedido de diversificar a sua agricultura e estabelecer acordos comerciais com outras nações, e por outro lado, tornava-se uma das nações mais endividadas da época devido ao consumo em grande escala do tecido inglês (Silva, 2003; Costa, 2010). De igual modo, Keynes, com a *Teoria Geral do Emprego do Juro e da Moeda*, também pretendia solidificar as bases do capitalismo, contra as ideias comunistas que se estabeleciam em alguns países, face à crise económica internacional. Com efeito, as ideias desses autores, quiçá constituam provas de uma certa ligação intrínseca entre a ciência económica e os objetivos das relações internacionais dos países dominantes (Samuelson & Norddhaus, 1999; Pereira & Menezes, 2008; Krugman, 2009).

3.3.1. Os Clássicos da ciência económica

O surgimento da economia enquanto ciência é consensualmente atribuído a Adam Smith, com a publicação do seu livro *A Riqueza das Nações*, em 1776 (Sotomayor, 2012).

De facto, circunstâncias históricas justificaram o surgimento da “Riqueza das Nações” na Grã-Bretanha, Estado mais desenvolvido e hegemónico de então. Esse desenvolvimento, que é consequência da Revolução Industrial, proporcionou também mudanças ao nível da vida social.

Com efeito, os mercantilistas defendiam o comércio internacional na base dos jogos de soma nula, ou seja, o que um país ganhava era igual ao que o outro perdia. Assim, o

³² Os ingleses eram os maiores detentores do monopólio sobre a manufatura de tecidos.

enriquecimento dos países na Época Mercantilista era traduzido na acumulação de metais preciosos e uma certa proibição das importações, o que alguns autores configuram de negação do comércio internacional uma vez que funcionava como um meio de uma Nação se apoderar da riqueza de outros (Krugman & Obstfeld, 2009; Fernandes, 2013). Para que a Revolução Industrial continuasse a dar frutos, era necessário deixar de negligenciar as relações económicas internacionais, para que os outros países se interessassem pelas trocas comerciais. Por outro lado, em finais do século XVIII, crescia o desemprego, e com ele, os problemas sociais. Aos cidadãos não era dada a liberdade de fazer as suas próprias escolhas em relação ao trabalho. A sociedade capitalista perigava. Assim, Smith sugere uma nova abordagem da economia e relações económicas internacionais. O *jogo de soma zero* professado pelo mercantilismo tornava-se desajustado às exigências de desenvolvimento económico (Smith, 1983).

As modernas regras do comércio exterior, ao visarem o empobrecimento de todos os nossos vizinhos, longe de conseguirem o efeito desejado, tendem a tornar esse comércio exterior insignificante e desprezível. (Smith, 1983, pág., 473).

Esse teórico da ciência económica sugere que a prosperidade das Nações reside na divisão do trabalho com a devida especialização da mão-de-obra, associada à prática do *laissez-faire* que desaconselha as intervenções dos governos na economia, a não ser em circunstâncias e para funções muito específicas. Ou seja, a economia se autoequilibra naturalmente, graças à racionalidade dos indivíduos, que funciona como *mão invisível* na regulação do mercado, assegurando o aumento da produtividade. E, se a isso acrescesse o comércio internacional usando a “vantagem absoluta”, estaria assegurado o aumento da riqueza e consequentemente do bem-estar de qualquer Nação (Smith, 1983).

A proposta de Smith não negligenciava a desejada manutenção da hegemonia de que a Grã-Bretanha ainda usufruía. Com efeito, a eterna disputa com a França e com os Estados Americanos³³ não estava descurada.

[...] a riqueza de uma nação vizinha, embora seja perigosa na guerra e na política, certamente é vantajosa para o comércio. Em estado de hostilidade, essa riqueza dos vizinhos pode possibilitar aos nossos inimigos manterem esquadras e exércitos superiores aos nossos; mas em estado de paz e de comércio essa riqueza também pode possibilitar-lhes trocar connosco um valor maior de mercadorias, e proporcionar-nos um mercado melhor, seja para a produção direta do nosso próprio país, seja para tudo aquilo que se compra com essa produção (Smith, 1983, pág., 472).

³³Os estados americanos ainda eram colónia da, mas a independência seria a breve trecho.

Smith e os seus discípulos conjecturavam um mercado onde cada indivíduo exercesse livremente as suas atividades, sem interferência de outrem (neste caso, o Estado).

Esses teóricos acreditavam que o aludido livre arbítrio em conjugação com as leis da natureza humana (racionalidade) propiciaria o desenvolvimento. A função do Estado se limitaria à salvaguarda do livre arbítrio bem como às áreas que não fossem do interesse do capital privado. Enquanto regulador e árbitro do mercado, o Estado seria o protetor do indivíduo e não o contrário (Souza, 2007; Keynes, 2010).

Deste modo, o liberalismo parece ter sido revolucionário, colocando em destaque a natural igualdade dos seres humanos, ainda que de forma teórica, julgando-os racionais e com idêntica capacidade de avaliar e julgar os atos (incluindo os seus próprios) visando atingir o seu bem-estar. Até então era apregoado o inverso. A apologia da teoria de Smith à livre-concorrência e liberdades individuais, ou seja, a defesa da liberdade e igualdade, sustenta a sua designação como *teoria liberal ou liberalismo* (Keynes, 2010).

Os assim estabelecidos pilares do liberalismo económico puseram fim ao poder centralizador monárquico, em parte simbolizado pelo mercantilismo. Esses pilares basicamente, alimentaram os teóricos da ciência económica nos 160 anos seguintes.

Com efeito, as ideias liberais dos economistas clássicos³⁴, no domínio do comércio internacional, alicerçadas no Estado mínimo, sistematizadas por Smith, foram aprofundadas pelos seus seguidores, com destaque para David Ricardo com a teoria das “vantagens comparativas” (Keynes, 2010).

Ainda em finais do século XVIII e princípios do século XIX os pensadores Thomas Malthus, Arthur Young, David Ricardo, Karl Marx e alguns outros se destacaram no tratamento de questões de distribuição de riquezas e questões sociais concernentes (Piketty, 2013).

Na *Riqueza das Nações*, Smith sugere o aumento dos rendimentos e consequentemente do bem-estar para todos, tanto os capitalistas, como os trabalhadores. Porém, a prática mostrava uma distribuição muito assimétrica dos rendimentos, em

³⁴ Segundo Keynes, “economistas clássicos” é uma denominação que Marx atribuía a Ricardo e James Mill. Keynes, por sua vez, apossou-se desta designação para classificar os demais seguidores da também designada teoria económica tradicional (Keynes, 2010).

desfavor dos trabalhadores. O pleno emprego garantido pelo liberalismo também não era evidente, com a pobreza a se manifestar cada vez mais (Marx & Engels, 1975). Isso incentivou o questionamento do liberalismo, sobretudo, por movimentos de esquerda.

3.3.2. Marx e seus seguidores. A Via não Capitalista de Desenvolvimento

Com efeito, Karl Marx, coadjuvado por Friedrich Engels em finais do século XIX no seu livro *O Capital*, ensaiou um outro tipo de economia política³⁵ - a economia política do proletariado, com novas leis económicas que prenunciavam a morte do capitalismo numa Doutrina da Mais-Valia (Marx, 1890).

No entanto, a partir da segunda década do século XX, a teoria em referência conheceu diversas ramificações, destacando-se as encetadas por Vladimir Lenine e Mao Tsé-Tung e o trotskismo.

O marxismo refundado por Vladimir Lenine (teoria marxista-leninista) constituiu a base teórica do bloco socialista liderado pela União Soviética e teve mais seguidores nos outros países, feitas as suas respetivas adaptações (Kulikov, 1989).

Com efeito, alguns países da África subsariana (incluindo as ex-colónias portuguesas), que surgiram em finais dos anos 50 até meados dos anos 70 do século XX, também tentaram adaptar a ideologia marxista ou marxista-leninista às realidades culturais e socioeconómicas locais. Ensaíram, assim, a fundação de economias progressistas, ou reformistas com regimes monopartidários. Esta via de desenvolvimento era considerada pelos seus protagonistas a “terceira via de desenvolvimento” ou a “via não-capitalista de desenvolvimento”, o que significa a rejeição da via capitalista de desenvolvimento, e a assunção de um socialismo adaptado às realidades locais (Andreev, 1986; Costa, 2011). São Tomé e Príncipe e Seychelles são os dois MEI que seguiram esses trilhos³⁶ após as respetivas independências, em 1975 e 1976.

A “via não-capitalista de desenvolvimento” almejava a transição para o sistema económico comunista, pelo que tinha os mesmos princípios económicos básicos do socialismo. Porém, as políticas dessa via de desenvolvimento baseavam-se no marxismo-

³⁵ A Filosofia e a História são outras grandes componentes do Capital.

³⁶ Inúmeras variantes do socialismo foram experimentadas nesses países. Contudo, não entraremos na sua caracterização, por serem alheias aos nossos objetivos no presente estudo.

leninismo, maoísmo, ou mesmo pensamentos considerados progressistas, que se conformassem às necessidades dos países em referência.

Contudo, Samuelson considera que um dos grandes contributos de Marx para a economia é a sua interpretação económica da história, segundo a qual, os interesses económicos “movem” o mundo, ou seja, as relações de produção e distribuição de rendimentos determinam todas as demais relações humanas. Marx contribuiu também para o desenvolvimento da ciência económica, mormente na análise das fraquezas do sistema económico do mundo ocidental de então (Samuelson e Norddhaus, 1999).

3.3.3. A viragem protagonizada por Keynes. O início e evolução da macroeconomia

Contudo, apesar do seu inegável contributo, a teoria de Marx teve poucos seguidores no mundo académico (Samuelson e Norddhaus, 1999). Exceptuam-se os académicos dos países que enveredaram pela via socialista depois da Primeira Guerra Mundial (a União Soviética) e depois da Segunda Guerra Mundial (China, países do Leste europeu e, posteriormente, Cuba).

Com efeito, mesmo perante uma forte crise do sistema capitalista durante a Primeira Guerra Mundial e agravada depois desta em 1929, não se concretizaram as previsões de Marx. O Marxismo, apesar de apetecíveis propostas sociais para os mais desfavorecidos (a maioria da população dos países), não conseguiu assegurar o progresso económico, necessário para cativar os outros povos e continuar a disputa da hegemonia mundial.

Os académicos do mundo ocidental trataram de “adequar o capitalismo, não substituí-lo” (Krugman & Well, 2011), apesar da existência de movimentos de esquerda que incorporavam muitos intelectuais.

O ponto de viragem no pensamento económico foi protagonizado por John Maynard Keynes com a publicação da *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. Keynes apresentou as suas ideias no momento em que parecia agudizar-se a crise do sistema capitalista, com aumento de desemprego e problemas sociais a ele inerentes (Keynes, 2010).

A ciência económica parece ter um carácter historicamente condicionado, pelo que, Keynes, ao serviço do sistema capitalista que vigorava então, advogava um rearranjo do mesmo. Inspirado pela Grande Depressão, em 1929, demonstrou que a economia de livre mercado não funciona sem alguma intervenção estatal. Trata-se de uma rutura decisiva entre a *velha*³⁷ e a *nova* economia propondo uma nova abordagem para a determinação do nível de atividade económica, os problemas do emprego e as causas da inflação. Segundo Keynes,

Chamei a este livro Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda, dando especial ênfase ao epíteto “geral”. Pretendi com isso sublinhar o contraste entre a natureza dos meus argumentos e conclusões e os da teoria clássica, [...]. Argumentarei que os postulados da teoria clássica se aplicam apenas a um caso especial e não ao caso geral, pois a situação que ela pressupõe é um ponto-limite das possíveis situações de equilíbrio. Para além disso, as características desse caso especial não são as da sociedade económica em que realmente vivemos, de modo que seria ilusório e desastroso tentar aplicar os ensinamentos daquela teoria aos factos da experiência (Keynes, 2010, pág. 33).

A Teoria Geral é um trabalho de profunda análise da economia de forma agregada, virada para a análise e solução para depressões futuras. Com efeito, Keynes

[...] desafiou a noção de que economias de livre mercado podem funcionar sem um coordenador, expressando particular desprezo pelos mercados financeiros, que ele via como sendo dominados por especulações de curto prazo com pouca consideração com fundamentos. E ele destacou a intervenção ativa do governo – emitindo mais moeda e, se necessário, gastando fortemente em obras públicas – para reduzir o desemprego durante as crises (Krugman, 2009, pág. 18).

Assim, sugerindo um Estado intervencionista, Keynes impõe importantes mudanças da visão liberalista que exigia um Estado minúsculo e neutro, ensaiando uma nova era (Keynes, 2009; Sousa, 2012). Um Estado mais intervencionista e que desse alguma atenção a alguns direitos dos cidadãos era necessário para salvaguardar alguma estabilidade social, necessária para manter o capitalismo.

Keynes discorda dos liberais que consideravam que a economia tende naturalmente para uma situação de pleno emprego. Ele sugere que pode haver desemprego involuntário de equilíbrio, quando existe oferta de mão-de-obra disposta a aceitar o salário que o mercado está disponível a pagar, mas que não encontra emprego. Esse autor sugere que ciclicamente ocorre o desequilíbrio entre a oferta agregada e a procura agregada de bens e serviços, que o mercado (com a *mão invisível*) não é capaz de repor e cuja solução está numa política fiscal expansionista que incentive a procura (De Vroey & Malgrange, 2011; Sousa, 2012). O teórico em referência pretendia, assim, que

³⁷ Ou seja, os clássicos da economia, os liberais.

a busca do equilíbrio macroeconómico resultasse da intervenção do Estado com o fim de encontrar um expectável bem-estar social.

A teoria de Keynes foi muito bem acolhida pelos jovens economistas do seu tempo, que a tentaram revolucionar numa espécie de compromisso entre as teorias clássica e keynesiana. Com efeito, os clássicos abordavam mais profundamente as questões de longo prazo e Keynes abordava mais as questões de curto prazo (Samuelson & Nordhaus, 1999; Keynes, 2010).

A economia keynesiana dominou a macroeconomia nos países ocidentais no período pós Segunda Guerra Mundial (Samuelson & Nordhaus, 1999; De Vroey & Malgrange, 2011), entre os anos 1940 e 1960. Com a sua economia assolada pela guerra, o sistema capitalista precisava se erguer contra a expansão do marxismo, e a receita keynesiana vinha a calhar, nomeadamente, sustentando o Plano Marshall (Krugman, 2009). O Plano Marshall³⁸ representou as ideias de Keynes, também com a instituição do Estado Providência (*Welfare State*), que, não sendo semelhante ao que pregava o marxismo, significou muito maior atenção às necessidades sociais básicas da população (Esping-Andersen, 1995).

Assim, a ordem liberal conheceu um revés com a publicação da teoria keynesiana. Keynes era um liberal que, contrariamente aos clássicos, não acreditava na auto-regulação do mercado sem a intervenção do Estado. Desde as últimas décadas do século XX que o pensamento económico tem sido uma constante de recuo e retorno do keynesianismo e do liberalismo (Rickards, 2014). Essas duas correntes teóricas que representam formas diferentes de conseguir o bem-estar social, têm sido objeto de novas interpretações visando ajustamentos ou mesmo correções, surgindo assim os denominados novos clássicos (ou neoliberais) e novos keynesianos (Sotomayor, 2012). Qualquer dessas correntes teóricas da macroeconomia sugere o desenvolvimento, assegurando o modo de produção capitalista, ou seja, defendendo os interesses da classe social dominante. No plano internacional, a situação é análoga, perduram as correntes teóricas da economia que defendam os interesses dos países dominantes (Kulikov, 1989).

³⁸ Em junho de 1947, George Marshall, então ministro dos Negócios Estrangeiros dos EUA, anunciou o plano do seu país para ajudar a reconstrução económica da Europa (IMF, 2016). Daí a designação por plano “Marshall”.

Um dos principais questionamentos à macroeconomia keynesiana foi feito pelos Monetaristas, que sugerem que a massa monetária (a quantidade total de moeda em circulação na economia) é o principal determinante do PIB a curto prazo e do nível dos preços a longo prazo. Milton Friedman é um dos protagonistas do monetarismo, sobretudo graças ao seu trabalho sobre rendimento permanente e a procura da moeda.

O Monetarismo de Milton Friedman e o de Irving Fisher³⁹ sugerem que a moeda é dinamizadora da economia, devendo o Estado se abster de grandes intervenções na economia. Rickards considera que esses autores são os Monetaristas que mais marcaram, e de alguma forma ainda marcam, a macroeconomia (Rickards, 2014).

Efectivamente, o Monetarismo, que se enquadra na corrente da economia política neoliberal, teve o seu período áureo nos finais da década de 1970, em consequência dos altos níveis de inflação que os EUA então sofriam. As ideias monetaristas terão sido usadas com sucesso para diminuir as altas taxas de inflação, assegurando assim o seu momento de glória. Porém, nas décadas seguintes esse quadro mudou, com o regresso da inflação em alguns países (Loungani, 2013; Jahan & Papageorgiou 2014;).

Entretanto, alguns aspetos do Monetarismo foram retomados por outros teóricos próximos de Keynes ou dos clássicos. Assim, em finais dos anos 1970, Stanley Fischer⁴⁰, sugere a combinação entre a hipótese de antecipação racional e alguns aspetos básicos do modelo de Keynes. Esta hipótese realista propõe que os salários sejam fixados previamente por um contrato implícito ou explícito entre os empregados e os empregadores. Isto tornaria os salários e, conseqüentemente os preços, fixos, graças à intervenção do banco central, o que terá um efeito sobre o desemprego a curto prazo (tal como sugere Keynes). A longo prazo a inflação seria absorvida pelo salário (tal como sugerem os clássicos). Por isso Fischer é tido por uns como keynesiano e por outros como neoclássico (Loungani, 2013).

3.4. Correntes teóricas macroeconómicas do FMI

O Fim do Padrão Ouro, a Primeira Guerra Mundial, a anarquia no sistema monetário internacional e a Grande Depressão, evidenciavam a crise que assolava o

³⁹ Irving Fisher foi contemporâneo de John Maynard Keynes. Ele aperfeiçoou a teoria quantitativa da moeda, com a equação a ele atribuída (a equação de Fisher).

⁴⁰ Stanley Fischer para além de académico foi dirigente do Banco Mundial e depois do FMI.

sistema económico capitalista, baseado na teoria clássica de Adam Smith e seus seguidores (Costa, 2010).

Durante a Grande Depressão dos anos 1930, os países europeus e os EUA fecharam as suas economias, aumentando drasticamente as barreiras comerciais aduaneiras e não aduaneiras. Entre as barreiras não aduaneiras destacam-se a desvalorização das suas moedas e a diminuição das liberdades dos seus cidadãos no manuseio das divisas. Em consequência dessas medidas, registou-se um agravar da situação económica mundial, com a diminuição do comércio internacional, aumento do desemprego, e a consequente diminuição do nível de vida dos cidadãos (Krugman & Obstfeld, 2009; Fernandes, 2013).

Pouco depois do lançamento da *Teoria Geral* de Keynes eclodiu a Segunda Guerra Mundial que agudizou os problemas económicos que o mundo atravessava.

Ainda durante o âmago da Segunda Guerra Mundial, a Grã-Bretanha e os EUA decidiram unir os países para encontrar uma solução através da criação de uma instituição encarregada de supervisionar o sistema monetário internacional.

3.4.1. Keynes e White. A disputa ideológica nos fundamentos do FMI

Os subsequentes encontros para a criação da instituição em referência constituíram um dos mais importantes palcos de disputa da hegemonia mundial. Essa disputa foi protagonizada pelo Reino Unido e pelos EUA, representados por John Maynard Keynes e Harry White, respetivamente.

A ideia inicial seria a criação de uma entidade global com o objetivo de garantir a estabilidade cambial e incentivar os países membros a eliminar restrições de câmbio que impediam o comércio internacional. Do ponto de vista das relações internacionais, a instituição basear-se-ia, no liberalismo e não no realismo, como foi concretizado (Horsefield, 1969; Boughton, 1998).

Boughton sugere que:

[...] Era imperativo evitar os erros cometidos após a Primeira Guerra Mundial. A economia mundial deve ser fundada em concorrência cooperativa entre as nações, e não na hegemonia ou autarcia, e o crescimento económico deve ser feito, pelo menos como uma prioridade tão alta como a estabilização. Em segundo lugar, o fluxo internacional de capitais deve incentivar o comércio e não ser autorizado a se tornar uma força independente e possivelmente uma força perturbadora. White e Keynes chegaram a acordo sobre esses dois pontos, assim como a maioria dos economistas. Em terceiro lugar, a agência oficial multilateral deve ser criada para

promover os dois primeiros pontos. White e Keynes também concordaram quanto a esse ponto, mas eles divergiam sobre o quão forte e quão independente a agência deve ser (Boughton, 1998, pág. 40).

As posições defendidas por Keynes, baseavam-se nas suas ideias, já defendidas na *Teoria Geral*, e concretizadas no seu texto, “Proposals for an International Clearing Union” de 1943, centrados em quatro objetivos principais, a saber:

O mecanismo de moeda e de câmbio; 2. O quadro de uma política comercial que regula as condições para a troca de mercadorias, as tarifas, as preferências, as subvenções, os regulamentos de importação e similares; 3. A realização ordeira da produção, distribuição e preço de produtos primários, de modo a proteger os produtores e os consumidores da perda e do risco para o qual as oscilações extravagantes das condições do mercado têm sido responsável nos últimos tempos; 4. Ajuda ao investimento, tanto a médio como a longo prazos, para os países que precisam de ajuda internacional para o seu desenvolvimento económico (Horsefield de 1969, p.19).

Na resposta à terceira questão (ponto 3 da citação acima), Keynes, pensando em diminuir a hegemonia dos EUA, sugeriu no seu plano a criação de um banco central mundial (BCM) independente, uma espécie de Banco Central dos bancos centrais, que emitiria uma moeda bancária (que se designaria *bancor*), ao qual estariam ligadas as moedas nacionais. Assim, os *déficits* e *superávits* das contas externas dos países corresponderiam a reduções e aumentos das contas dos bancos centrais (em *bancor*) junto ao BCM. Entretanto, de acordo com condições preestabelecidas, os países deficitários teriam acesso a linhas de crédito, enquanto os superavitários deviam ser penalizados, numa tentativa de repartir o esforço de ajustamento pelos membros. O BCM seria um prestamista de última instância. Assim, Keynes pretendia, dentro das condicionalidades estabelecidas, facilitar o crédito aos países deficitários e penalizar os países superavitários, evitando os ajustamentos deflacionários e manter as economias nacionais na trajetória do *pleno-emprego*. Essas propostas não satisfizeram a parte americana nas negociações para criação do FMI (Marinho, 2007).

White, que naturalmente pretendia defender a hegemonia do seu país, sugeriu a instituição de uma espécie de complemento ao poder económico americano, reforçando o papel central do dólar americano nas finanças internacionais. A proposta de White prevaleceu sobre a de Keynes, e foi instituído o FMI, criando-se igualmente um padrão dólar. Entretanto, para que as reservas internacionais sustentassem o crescimento do comércio internacional, era necessário que acompanhassem o crescimento desse comércio, o que pressupunha um constante aumento de liquidez em dólares. Uma falha fatal, como hoje reconhece o próprio FMI (IMF –History, 2016), uma vez que essa

situação de aumento constante de liquidez não se compadece com a preservação do valor do dólar (conhecido como Dilema de Triffin).

As atividades do FMI tiveram início em 1947, quando os vinte e nove Estados membros-fundadores assinaram os seus estatutos construídos maioritariamente com base nos fundamentos teóricos da tese norte-americana (White), e algumas ideias dos britânicos (Keynes)⁴¹. Ou seja, concordaram em manter as suas taxas de câmbio indexadas ao dólar americano que por sua vez devia corresponder a uma porção de ouro, exatamente a 35 dólares americanos (USD). As taxas de câmbio dos países só poderiam ser ajustadas para corrigir um desequilíbrio grave na sua balança de pagamentos, devidamente confirmada pelo FMI (Costa, 2010).

De facto, entre os vinte e nove membros, os EUA eram os que detinham maior reserva de ouro. Circunstância usada pelo mesmo, como justificação para que o dólar norte-americano pudesse assumir esse estatuto de divisa, ou moeda internacional, (Fernandes, 2013), capaz de sustentar o comércio internacional. O novo sistema estabelecia obrigações e regras concretas de ajuste para os países com dificuldades na sua balança comercial, mas os países que tivessem *superávits* (como era o caso dos EUA) podiam executar a sua política económica livremente, sem ter de prestar contas ao FMI. Os EUA, enquanto garante do sistema e cuja moeda padrão é também a sua moeda doméstica, tinham benefícios adicionais, podendo gastar livremente, e facilidades na aquisição de *commodities* e outros bens de consumo produzidos no estrangeiro (o chamado Privilégio Exorbitante).

Frieden (2006) considera que o sistema de Bretton Woods terá funcionado bem, permitindo a integração económica global (mormente os países membros mais avançados), tendo o mundo experimentado, nesse período, o mais rápido e mais estável crescimento económico sustentado da história.

3.4.2. Outros teóricos na macroeconomia do FMI

⁴¹ Keynes faleceu antes e White pouco depois do início das atividades do FMI em 1947.

O FMI, assim criado sob a hegemonia dos EUA, tinha que ter a sua macroeconomia ajustada a esse objetivo de política internacional. A história macroeconómica do FMI parece ter sido marcada pela necessidade de se fazer essa conformação.

Na verdade, com o fim da Segunda Guerra Mundial e criação do bloco socialista, os gastos dos EUA atingiam dimensões cada vez maiores, movidos pela necessidade de liderar a Guerra Fria contra o bloco socialista. Como consequência, os EUA deixaram de ser superavitários. O défice da conta corrente deste país foi crescendo incomensuravelmente. Por outro lado, o ouro e o dólar, não conseguiam sustentar a expansão do comércio mundial e desenvolvimento financeiro que, entretanto, ocorria no mundo. A oferta internacional dos ativos de reserva chave — ouro e o dólar dos EUA — era insuficiente para satisfazer as regras do regime cambial adotado pelo FMI (IMF-History, 2016). Quiçá o plano de Keynes tivesse prevenido este descalabro.

Com efeito, Milton Friedman (1953), Gottfried Haberler (1981), James Meade (citado por Vines & Weale, 2009), entre outros, fundamentaram teoricamente a insustentabilidade do regime cambial do FMI. Eles garantiam que uma taxa de câmbio flutuante pode não significar instabilidade e que a estabilidade do mercado internacional pode ser assegurada por outros mecanismos que não seja o preço fixo. Contudo, o FMI, que tratava de ir adequando o sistema de câmbio fixo a todas as vicissitudes, levou muito tempo a se convencer da razoabilidade da hipótese suprarreferida (Boughton, 2004).

Nesta mesma ordem de ideias está a resistência em aceder às ideias do economista Robert Triffin que, ainda nos anos 1950, aludiu às causas da insustentabilidade do sistema monetário internacional. Ele observou que o sistema de Bretton Woods exigia dos países o aumento das suas reservas externas (aumento de stock em dólar ou ouro) o que só seria possível se os EUA aumentassem a sua emissão de dólares. Essa emissão, por sua vez, significaria um aumento do défice da balança de pagamentos dos EUA. Para esse teórico, se os EUA emitissem dólares para eliminar um défice da sua balança, o resto do mundo ficaria privado dos dólares que necessitava para financiar o seu crescimento e construir as suas reservas. Assim, para que o comércio internacional crescesse, os EUA tinham que apresentar défices na balança comercial. No entanto, e aí reside o dilema, os défices excessivos dos EUA poderiam corroer a confiança no valor do dólar dos EUA. E sem

confiança, o dólar deixaria de ser aceite como moeda de reserva do mundo, ou seja, o regime cambial do FMI estaria em causa (Marinho, 2007; IMF- History, 2016).

De facto, enquanto crescia a quantidade de dólares em circulação (tanto pelas crescentes despesas dos EUA, como pela necessidade de aumento de reservas dos outros países em dólares), as reservas de ouro dos EUA não cresciam na mesma proporção. Assim, se esses países quisessem converter os seus dólares em ouro, os EUA não estavam em condições de o fazer (Rickards, 2014). Esse constrangimento do sistema cambial de Bretton Woods, só despoletou as atenções dos dirigentes do FMI, quando estava evidente a crise do regime cambial no seio do Fundo.

Recorde-se que, em 1961, Bélgica, França, Alemanha Ocidental, Itália, Suíça, Holanda, Estados Unidos e o Reino Unido terão concordado em contribuir com ouro para um fundo de sustentação do preço de ouro a 35 dólares por onça (IMF, 2016). Não obstante, acirrava-se no seio do FMI, as discussões que procuravam soluções para a escassez de liquidez internacional. A França, o Reino Unido e os EUA não se entendiam sobre o papel do ouro enquanto ativo de reserva principal, e sobre a instituição de uma nova unidade de reserva (Rickards, 2014; IMF, 2016).

Com efeito, no início da década de 1960, o FMI começou a rever os fundamentos teóricos (macroeconómicos), numa tentativa de encontrar a solução para o problema de liquidez internacional, rebuscando algumas propostas do plano do Keynes, que tinham sido rebatidas por White⁴². Assim exigiam as novas circunstâncias das relações internacionais. Não obstante, na segunda metade dos anos 1960, aumentou a procura pelo ouro de pessoas singulares e mesmo especuladores, forçando a escassez do dólar, a que as autoridades nacionais tiveram que atender reduzindo as suas reservas (Rickards, 2014; IMF, 2016).

Por outro lado, alguns países europeus já tinham a sua economia recuperada com a ajuda do Plano Marshall, e exigiam novas aferições na balança do poder. Estavam prontos a disputar a hegemonia com os EUA exigindo a busca de uma solução de

⁴² White, pouco depois do início do FMI, certamente já havia dado conta do seu erro, uma vez que elaborou uma proposta de alteração dos estatutos do FMI que permitiria a este criar seus próprios ativos de reserva. Mas com a sua morte, essa proposta também foi arquivada (IMF-History, 2015).

compromisso. Esta solução foi apresentada em 1968⁴³, quando se adotou formalmente uma nova unidade de reserva, o Direito Especial de Saque (DES), cujo uso obedecia a certas restrições. O DES era atribuído a todos os membros do FMI, de acordo com as suas quotas. O valor do DES foi então definido como equivalente a 0,888671 gramas de ouro fino — que, na época, também era equivalente a um dólar americano (Fernandes, 2013). Inaugurava-se assim o período da interdependência nas relações internacionais entre um grupo de países-membros do FMI.

Além disso, o Plano Marshall, desenhado pelos EUA com a finalidade de vencer a Guerra Fria, proporcionou a integração comercial e o desenvolvimento do mundo ocidental. Porém, esse rápido desenvolvimento, no contexto geopolítico de Guerra Fria, proporcionou também a redução de conformismo social e o encorajamento do movimento sindical. Esse movimento fomentou alguma pressão para aumentos salariais e outras reivindicações sociais, que, contribuíram⁴⁴ para o aumento da escalada inflacionista (Serrano, 2002). Em muitos desses países, a escalada inflacionista foi menor que nos EUA, na medida em que uma boa parte do aumento salarial terá sido em contrapartida de redução dos lucros dos capitalistas (Serrano, 2004).

Contudo, os EUA optaram por aplicar políticas monetárias e fiscais expansionistas, com reduções nas taxas de juros nominais de curto prazo (até 1971), em contrassenso com as emanações estatutárias do FMI (Magalhães, 2015).

Todavia, o contexto do padrão ouro-dólar no FMI associado a taxas de inflação elevadas, poderiam propiciar a deterioração da competitividade externa dos países em referência. Com vista a assegurar a competitividade da sua economia, alguns países (sobretudo a França) alteraram as suas paridades cambiais - o preço oficial do ouro em suas moedas. Essa decisão não conflituava com a estratégia geoeconómica dos EUA, pelo que estes, inclusive, apoiavam algumas dessas iniciativas, como parte da sua estratégia de reconstrução dos aliados (Serrano, 2004).

⁴³ Foi em 1968 “A aprovação da 1ª emenda aos Estatutos do FMI, através da qual foram estabelecidos os Direitos Especiais de Saque (DES)” (Fernandes, 2013).

⁴⁴ Vários outros aspetos terão contribuído para essa pressão inflacionista, mormente, gastos relativos à manutenção da Guerra Fria. Nos EUA a Guerra do Vietname teve também um papel fundamental (Costa, 2010).

Porém, perante taxas de inflação mais elevadas, a deterioração relativa da competitividade externa da economia norte-americana adivinhava-se maior. Por conseguinte, setores da economia dos EUA expostos à concorrência externa pressionavam o governo para que efetuasse a desvalorização cambial do dólar face ao ouro (Boughton, 2001; Magalhães, 2015).

Entretanto, a desvalorização do dólar face ao ouro poderia proporcionar a fuga para o ouro, bem como uma eventual reintrodução de restrições sobre a balança de pagamentos dos EUA, já que os pagamentos internacionais poderiam passar a ser feitos em ouro em substituição do dólar norte-americano. Essa alteração constituiria também um revés do ponto de vista geopolítico, para os EUA, uma vez que o seu opositor na Guerra Fria, a URSS, sendo um dos maiores produtores do ouro, passaria a ser o grande ganhador.

Além disso, a França por ser historicamente um país que retinha uma proporção relativamente grande das suas reservas externas em ouro, liderava a pressão por reformas no sistema monetário internacional que ampliassem o papel do ouro (Boughton, 2001; Magalhães, 2015).

Mas, o interesse nacional (geoeconómico) dos EUA poderia perigar, em plena Guerra Fria, se este permitisse o reforço do poder dos países referidos.

Assim, o sucesso da estratégia liderada pelos EUA, com apoio das Instituições de Bretton Woods na reconstrução e desenvolvimento dos países europeus, estava sendo contraproducente para aquele país (proporcionando a redução do superávit da sua conta corrente) e pondo em teste a sua hegemonia.

Portanto, os EUA estavam perante a necessidade económica de desvalorizar o dólar, e o receio de perder o poder na arena internacional. O governo norte-americano precisava, simultaneamente, de desvalorizar o dólar sem melindrar o seu papel como moeda internacional, de acordo com os princípios adotados pelo FMI. Contudo, os parceiros dos EUA não facilitaram a decisão, pois queriam disputar a hegemonia, em sede de complexa situação geopolítica (Serrano, 2002).

Com efeito, apesar da instituição do DES, persistiam os problemas no sistema cambial de Bretton Woods. Agudizaram-se as especulações sobre o dólar, consumindo as

reservas dos EUA em ouro. Nesse contexto, a solução encontrada pelos EUA para o dilema, foi assumida pelo Presidente Nixon, que tomou a decisão de decretar unilateralmente a inconvertibilidade do dólar, ultrapassando as competências das estruturas competentes do FMI (Boughton, 2001).

Assim, num gesto de quase desespero, em agosto de 1971, o presidente dos EUA, Richard Nixon, surpreendeu o mundo, impondo o fim da conversibilidade do dólar em ouro para os bancos centrais estrangeiros⁴⁵, pondo fim ao sistema de Bretton Woods. Ainda no âmbito do que Nixon designou de sua *nova política económica*, ele decretou o controlo salarial e de preços internos, assim como o aumento das tarifas sobre todas as importações (impondo uma sobretaxa de 10%), num claro retorno às políticas protecionistas, infringindo o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) (Rickards, 2011). Essas medidas da *nova política económica*, que apanharam a todos de surpresa, foram muito bem acolhidas pelo setor empresarial americano, porém, muito criticada pelos demais membros do FMI, tendo sido designada por *Choque de Nixon* por aqueles, e de *Golpe de Nixon*, por estes (Rickards, 2011).

Nos dois anos que se seguiram, houve várias tentativas de diálogo entre as partes, com pequenos avanços e ainda maiores recuos, com impacto negativo na economia mundial (Rickards, 2011; Walker, 2016).

Todavia, só em 1973 o FMI declarou oficialmente o fim do sistema de Bretton Woods e interditou qualquer convertibilidade direta das moedas ao ouro. O DES passou a ser calculado como resultado de uma cesta de divisas dos países com maior cotação no FMI. A partir de 1973, os países membros passaram a escolher (com o aconselhamento do FMI) o regime cambial que melhor se adequava à sua conjuntura económica, desde que não fosse fixando sua moeda ao ouro. Esse regime cambial adequava-se às necessidades do ajustamento às consequências do primeiro choque petrolífero que teve início em outubro de 1973 nos EUA (Boughton, 1998). Além disso, no novo sistema monetário internacional, o dólar continuava com um lugar de destaque, porquanto a maior parte dos mercados internacionais de *commodities* (petróleo e outros) tinham os preços fixados em dólar. Por outro lado, sendo o dólar a moeda internacional, o aumento das

⁴⁵De facto, a possibilidade de conversibilidade do dólar em ouro diretamente para os demais agentes económicos já tinha sido suspensa anos antes.

reservas dos outros países, significando um déficit na conta corrente dos EUA, constituía uma preocupação para o FMI.

Entretanto, manteve-se o acirramento dos conflitos comerciais, bem como o questionamento da liderança dos EUA. Não se vislumbrava o sucesso económico prometido com a *nova política económica* dos EUA, e a crise da sua economia agravava-se (Rickards, 2011).

De facto, em 1979, ocorreu o segundo choque do petróleo, provocando um excepcional aumento do preço internacional do petróleo.

Com efeito, Paul Volcker, enquanto presidente do Federal Reserve Bank, em finais dos anos 1970 e início dos anos 1980, propôs um grande aumento das taxas de juro para combater a erosão da preponderância do dólar e a estagflação que assolava os EUA, no âmbito do “Choque Volcker” (Boughton, 2001). Essa conturbada situação da economia mundial fomentou a “crise da dívida externa” nos países menos desenvolvidos (Boughton, 2003).

Com efeito, o choque petrolífero, e as práticas de neoproteccionismo, baseadas nas barreiras comerciais impostas pelos EUA, deterioraram os termos de troca para os exportadores, provocando perturbações económicas e aumento das necessidades de financiamento. Em paralelo, havia um abrandamento do crescimento nos países desenvolvidos, provocando a redução de importação da matéria-prima dos países pobres. Por outro lado, depois do fim do padrão ouro-dólar, os mercados privados de capitais passaram a ter um papel crescente no financiamento internacional. Entretanto, os países menos desenvolvidos não conseguiam suportar os juros pesados dos mercados de capitais privados e muitos não conseguiam sequer ter acesso a esses mercados. Assim, a economia internacional estava perante uma crise da dívida externa, levando os países a recorrerem a empréstimos do FMI e BM (Boughton, 2003).

Juntos, o choque petrolífero e a subida de taxas de juro dos EUA, acabaram por contribuir para uma grande recessão da economia mundial, atenuando a luta pela partilha da hegemonia e o controle do sistema monetário-financeiro internacional (Boughton, 2001; Serrano, 2004). Mais uma vez, os interesses geoeconómicos dos EUA pareciam estar salvaguardados. Por outro lado, o FMI aumentou a complexidade dos procedimentos para o acesso ao financiamento, na sequência do aumento da procura pelos mesmos. Os países em via de desenvolvimento, que dependiam das *commodities* (agrícolas) para a sua

subsistência, ou mesmo sobrevivência econômica, enfrentavam assim, dilemas difíceis. Tinham pela frente o desafio de implementar reformas estruturais profundas, recomendadas pelo FMI, como condição para acederem mesmo a apoios financeiros de outros credores. A reforma em referência, consistia em receitas do FMI para o ajustamento macroeconômico, que acabaram por falhar e, conseqüentemente, aprofundar o empobrecimento das populações desses países (Boughton, 2003).

Os programas de ajustamento estrutural com que o FMI e BM responderam à crise da dívida acabam por ser, em grande medida, consequência da geopolítica dos EUA.

Em suma, as agitações dos anos 1970 e 1980, que advêm da situação pós-guerra do Vietname, associadas à crise no preço de petróleo, às conseqüentes altas taxas de inflação, o surgimento de novos países, o fim do bloco socialista, o fim da paridade ouro-dólar, com algum questionamento da hegemonia americana no FMI, enfatizaram a mudança dos mecanismos de cooperação internacional com as conseqüentes repercussões sobre o FMI.

Respondendo, não só aos interesses dos EUA, mas também dos demais membros influentes, a preponderância das ideias de Keynes no FMI diminuiriam dando lugar aos liberais, em particular o monetarismo (Costa, 2010; Costa, 2010a; Rickards, 2014).

Porém, autores como Boughton sugerem que o monetarismo de Friedman (já abordado acima), não terá tido grande impacto no FMI. Esse autor considera que a corrente teórica em referência terá tido maior preponderância no seio dos economistas profissionais em geral, que, na maioria dos casos, depois de analisar com profundidade a terão refutado. Essa contestação deve-se ao pressuposto do monetarismo de Friedman que considera a velocidade da moeda muito estável. (Boughton, 1998). Porém, o monetarismo foi resgatado por Stanley Fischer nomeadamente no *Consenso de Washington* (Loungani, 2013). As medidas recomendadas pelo FMI no âmbito do *Consenso de Washington* dão grande supremacia à política monetária na estabilização macroeconômica. Esse avivamento do monetarismo através de Stanley Fischer foi objeto de críticas dos seus colegas do BM (Loungani, 2013).

Entretanto, ainda na segunda metade dos anos 1980, assistiu-se ao desmoronar do bloco socialista e o conseqüente ingresso na economia de mercado dos novos países de antiga economia planificada (de direção centralizada). Esses países ingressaram também

no FMI e BM. Os acadêmicos redobram-se em esforços para oferecer receitas para a necessária adequação das suas políticas económicas às regras da economia capitalista. A intenção que os referidos países manifestaram em se enfileirar no FMI e BM terá ditado a necessidade dos teóricos e funcionários de alto escalão dessas instituições e do Tesouro dos EUA se juntarem a esses acadêmicos. Pode-se eventualmente conjecturar que essa aproximação tenha também pretendido garantir a aquiescência da filosofia do FMI, assegurando a consolidação da supremacia de alguns no mundo (Thacker, 1999; Sindzingre, 2005).

O colapso das economias centralmente planificadas ou [...] a sua transição para a economia de mercado foi o último ímpeto para a criação de um novo consenso sobre política económica, frequentemente, mas erroneamente referido como o "consenso de Washington". A consequência tem sido uma homogeneidade crescente de visão política, bem como da ordem económica (James, 1998, p. 46).

Tabela 5 Consenso de Washington.

Consenso de Washington (inicial)	(Consenso de Washington "Alargado")
1. Disciplina fiscal.	11. Governação corporativa
2. Reordenar as prioridades das despesas públicas	12. Anticorrupção
3. Reforma tributária	13. Flexibilidade do Mercado do trabalho
4. Liberalização das taxas de juros	14. Adesão a OMC
5. Taxas de câmbio competitivas	15. Estandarização dos códigos financeiros
6. Abertura comercial	16. Liberalização, prudentemente, da conta Capital
7. Promoção do Investimento direto estrangeiro	17. Clarificação de regime cambial
8. Privatização do setor estatal	18. Independência do Banco Central com meta inflacionária
9. Desregulação.	19. Sustentabilidade da segurança social
10. Direito de propriedade	20. Estabelecimento de metas de redução da pobreza

Fonte: Rodrik, 2006. Tratamento da autora.

Sendo, basicamente, de cariz neoliberal, essas ideias alicerçaram o programa de ajustamento do FMI que, era implementado nos países em desenvolvimento cujas economias atravessavam dificuldades e enfrentavam alto nível de endividamento.

De realçar, entretanto, que, uma boa parte desse endividamento, terá resultado do aumento das taxas de juro do mercado internacional forçada pelas autoridades dos EUA, e pelas consequências do aumento do preço do petróleo (Boughton, 2004; Loungani, 2013).

Num esforço de sintetizar as ideias em referência, em 1989, o economista John Williamson⁴⁶, designou-as de “*Consenso de Washington*”. O Consenso pretendia reorganizar a economia dos países que pertenciam ao ex-bloco socialista (Naím, 2000) e dos demais países cujas economias estavam em transição para economia de mercado, assim como as economias em dificuldades.

O FMI e o BM decidiram condicionar o acesso a seus empréstimos à adoção de reformas sintetizadas no “*Consenso de Washington*” (tabela N°5, acima).

Assim, o Consenso abarcava medidas macroeconómicas e estruturais, a saber,

- (1) *Disciplina fiscal*. O “Consenso” assumia que nos países pobres os défices fiscais profundos podem originar fugas de capital e alta inflação. Diversos teóricos criticaram essa medida restritiva que pretendia a redução dos gastos públicos, o que pode promover a recessão e não o crescimento. Joseph Stiglitz considerou essa medida, que previa a diminuição generalizada dos gastos do governo, perigosa e conservadora (Stiglitz, 2006).
- (2) *Reordenar as prioridades de despesas públicas*. Segundo os defensores dessa medida, os países alvo precisavam rever a estrutura do seu orçamento público, dirigindo-as para as despesas que, de acordo com o programa, potenciem o crescimento e a luta contra pobreza. Assim, a recomendação suscitava a eliminação de alguns subsídios de carácter social (Williamson, 2004).
- (3) *Reforma tributária*. O objetivo seria a adoção pelos países de taxas moderadas em conjugação com o necessário alargamento da base tributária (Williamson, 2004).
- (4) *Liberalização de taxas de juros*. Essa medida monetarista atribuída a Stanley Fischer, que pretendia alcançar taxas de juro reais positivas determinadas pelos mercados financeiros, foi muito criticada pelos seus colegas do BM, nomeadamente Stiglitz (Loungani, 2013). Este dirigente do BM apelava a uma redução de taxas de juro, considerando que a escalada de altas taxas de juros propicia o aumento dos preços e

⁴⁶ John Williamson é Senior Fellow no Institute for International Economics.

pode levar à desvalorização da moeda, pondo em risco a solvabilidade dos bancos (Chestnut, T. e Joseph, 2005). Entretanto, o próprio Williamson (2004), numa análise retrospectiva, sugere que a medida pretendia de forma geral a liberalização financeira, mas devia ser acompanhada de uma certa supervisão prudencial aos bancos.

- (5) *Taxas de câmbio competitivas*. Mais de uma década depois do Consenso original, em 2004, confrontado com críticas, Williamson (2004) reclama que talvez estivesse equivocado ao deduzir, em 1989, que as taxas de câmbio competitivas (o que implicaria a possibilidade de regimes intermédios de taxa de câmbio) fossem consensuais no FMI e BM. E mostrou-se surpreso pois na realidade o FMI advogava que as taxas de câmbio deviam ser claramente fixas ou flexíveis (conforme a doutrina Two-Corner⁴⁷). O FMI pretendia que as taxas de câmbio favorecessem as exportações tornando-as mais baratas no exterior. E essa estabilização das taxas de câmbio podia também ser obtida através da restrição orçamental e outras medidas recessivas.
- (6) *Abertura comercial*. O FMI sugeria a redução das tarifas aduaneiras, com especial enfoque nos insumos para a produção de bens de exportação. Os teóricos do FMI e BM assumiam que a liberalização permitiria que cada país encontrasse o seu nicho no mercado global. Essa medida de política punha fim à política comercial que vigorara antes, sobretudo na América Latina e nos novos Estados africanos, de promoção da industrialização nacional para a substituição de importações. A indústria desses países era, até ao “Consenso”, protegida pelas autoridades nacionais, sob o argumento de que sendo nascentes, não podiam concorrer com as congêneres dos países desenvolvidos (Costa, 2010; Fernandes, 2013). Essa medida também questionava a teoria da “Dependência⁴⁸” segundo a qual os países do “centro” se enriquecem à custa do comércio desigual com os países periféricos, e que alguns ainda defendiam (Naím, 1999). Entretanto alguns críticos consideram que a concorrência não é uma consequência automática da liberalização, que pode ser uma condição necessária, mas não suficiente para forjar a concorrência que inove a economia. Stiglitz (1998) criticou não a abertura comercial propriamente dita, mas a ausência da necessária ponderação da relação entre a concorrência, comércio e liberalização. Entretanto,

⁴⁷A Doutrina em referência alega que os países devem ter regimes cambiais explicitamente fixos ou explicitamente flexíveis, não se admitindo regimes intermédios de taxa de câmbio (Williamson, 2004).

⁴⁸ Trata-se de uma teoria muito controversa que sugeria, que o desenvolvimento dos países menos avançados passaria pela ruptura com os países de que são dependentes. Essa teoria defendia também que a modernização e industrialização da economia em si, não constituem solução para esses países.

Williamson (2004) reconhece que de facto havia discordância na forma de como liberalizar o comércio, sendo certo que havia consenso na necessidade de liberalizar.

(7) *Promoção de Investimento Direto estrangeiro (IDE)*. Basicamente, tratava-se de eliminar os impedimentos legais ao IDE, e promover a criação de incentivos fiscais a esses investimentos (o que pode contrastar com a ideia de alargamento da base fiscal). Williamson (2004) replica que, não havia incluído no Consenso a liberalização total da Conta Capital, ciente de que não seria consensual em Washington.

(8) *Privatização do setor produtivo estatal*. O FMI e BM recomendavam assim a redução do setor estatal da economia, independentemente da importância estratégica da mesma. Trata-se de uma medida que faz apelo claro ao regresso do Estado mínimo – uma bandeira do liberalismo. Stiglitz (1998) considera que essa medida de política terá visado combater a corrupção (o que seria um objetivo nobre), mas terá deixado de fora, o objetivo de promoção de concorrência doméstica. A privatização terá negligenciado também os custos dessa medida (Stiglitz, 1998). Williamson (2004) admite que se trata de uma medida neoliberal e que pode potencializar a corrupção favorecendo as elites, mas que se devidamente conduzida traz benefícios para a economia.

(9) *Desregulação*. Outra medida claramente neoliberal, alegando que a regularização “excessiva” seria um convite à corrupção. O foco seria, segundo Williamson (2004) a atenuação de barreiras à entrada e saída de bens e serviços. Todavia, essa desregulação não terá tido em conta alguns setores como telecomunicações e novas tecnologias, ou com monopólio natural, cuja desregulação pode não ser saudável. A desregulamentação envolvia também afrouxamento das leis económicas e do trabalho, o que criou tensão social, nomeadamente com os Sindicatos. A recomendação para a desregulamentação reduzia a intervenção do Estado na economia, num certo regresso à “mão invisível” dos neoclássicos (Stiglitz, 2007).

(10) *Direito de propriedade*. Esta medida destina-se basicamente ao reforço da capacidade do setor judicial, incluindo tribunais, para que os agentes económicos se sintam seguros e estimulados a criar riqueza e aumentar a poupança (Naím, 2000). Williamson (2004) sugere que a medida em referência visava a formalização do setor informal.

De facto, as ideias em destaque, que já apareciam nos documentos do FMI, surgiam agora “arrumadas” em forma de “Consenso” quase por mero acaso, permitindo a todos, incluindo aos críticos, a abordagem do conjunto. O Próprio Williamson (2004) afere que o termo *Consenso de Washington* foi criado em 1989:

A primeira vez que o usei, escrito, foi no trabalho que preparei para uma conferência que o Instituto de Economia Internacional realizou com vista a analisarem que medida, as velhas ideias das Economias em Desenvolvimento, implementadas nas economias latino-americanas desde a década de 1950, tenham sido substituídas por um conjunto de ideias, há muito aceites como adequadas pela OCDE. Com vista a garantir que o trabalho que preparei para essa conferência abrangesse um conjunto de questões atuais, fiz uma lista de dez condições que achei que, basicamente, todos em Washington concordariam que fossem necessários em quase toda a América Latina e designei-a de o "consenso de Washington" (Williamson, 2004, p. 1).

Com efeito, muitas dessas medidas contrariam as ideias que basicamente sustentaram o Plano Marshall que alavancou o crescimento pós-guerra dos países ocidentais que se encontravam em colapso. As ideias do *Consenso de Washington* estavam em linha com os alicerces teóricos da economia neoclássica e com a economia política internacional que o FMI perseguia. Era o fim do Estado Providência defendido pelo Keyneanismo.

[...]. Esses desenvolvimentos em conjunto constituíram uma "nova revolução clássica" na economia. A essência dessa revolução foi a proposição de que o desempenho macroeconómico replica o comportamento de um "agente representativo" imortal com perfeita visão de todos os dados relevantes e apenas limitada por orçamentos e tecnologia. (Boughton de 2003, pág. 25).

Por outro lado, as ideias sintetizadas no “*Consenso de Washington*”, não estavam devidamente consolidadas e eram alvo de interpretações dúbias, chegando a ser alvo de trocas de argumentos pró e contra de economistas de renome e mesmo dos altos responsáveis do BM como Joseph Stiglitz⁴⁹ (2007), David Lipton e Jeffrey Sachs (1990), Paul Krugman (1998), Barry Eichengreen e Michael Mussa (1998), Jagdish Bhagwati (2003), James Wolfensohn e Amartya Sen (1999), entre outros.

Algumas dessas vozes discordantes do Consenso de Washington não criticavam as ideias em si, mas a sua uniformização para todos os países, independentemente das suas especificidades. Um desses críticos, Dani Rodrik, exemplifica com a uniformização de receitas para a liberalização comercial. Rodrik (2006) sugere que, embora a redução de tarifas aduaneiras, a concessão de subsídios à exportação ou a construção de zonas económicas especiais cumpram o objetivo de liberalização comercial, os mesmos não devem ser recomendados, uniformemente, a todos países. Não obstante todos esses países enfrentassem este problema comum, as suas economias estavam em diferentes contextos,

⁴⁹ Que era ex-economista chefe do BM e crítico do FMI.

exigindo, por isso, diferentes soluções. Num outro exemplo de padronização de receitas, Rodrik (2006) sugere que o reforço dos incentivos ao investimento privado pode exigir a melhoria da legislação sobre os direitos de propriedade num país, e melhoria de monitorização do setor financeiro num outro país. No Capítulo V testaremos a justeza destes fundamentos teóricos do autor em referência.

No BM o *Consenso de Washington* era menos consensual e muito criticado. Contudo o FMI e alguns autores ainda persistiam nas suas medidas, justificando as falhas com a incompleta ou má aplicação das mesmas. Como refere Naím:

Infelizmente, a relativa simplicidade e a suposta confiabilidade do Consenso de Washington não foram vivenciadas pelas reformas liberalizantes ocorridas durante a década de 1990. Os formuladores de políticas muitas vezes implementavam uma versão incompleta do modelo, e os resultados obtidos foram bem diferentes daqueles prometidos pelos políticos, esperados pelo público e previstos pelos modelos econométricos do Banco Mundial (Naím. 2000, pág. 2)

Entretanto, na sequência dessas discussões, o FMI alargou a lista das recomendações para a área institucional, que na sua perspetiva tinha tido pouca atenção no “Consenso” original. Porém, essas novas medidas do âmbito de reformas institucionais, chamadas "segunda geração" não parecem ter enumeração precisa⁵⁰. Os atores do Consenso de Washington precisaram aprofundar a reforma com medidas de “segunda geração” na perspetiva de tornar o seu programa mais eficaz. Às dez medidas iniciais foram adicionadas outras dez (tabela N°5), como sugere Dani Rodrik (2006), ao que se convencionou chamar de “*Consenso de Washington Alargado*”.

Essas novas medidas, criaram aquilo que muitos autores consideraram de “Confusão de Washington”, tendo em conta que contrariam algumas das medidas iniciais (Naím, 2000). Rodrik (2006) e Stiglitz (1998) consideram ter sido um erro grande a uniformização das medidas implementadas em todos os países, sem ter em conta as especificidades de cada país, ou seja, os contextos diferentes deviam exigir soluções diferentes, para lidar com questões similares.

De facto, alguns autores, tais como Naím (2000) realçam como aspetos positivos o fim da bifurcação entre a economia do desenvolvimento e a economia *mainstream*, bem como a contribuição para a abertura e integração regional de alguns países. Entretanto, as apreciações não são unânimes.

⁵⁰ A lista parece alterar em função do autor do texto. Encontramos listagem diferente em Rodrik (2006) e Naím (1999).

De realçar também que, alguns países têm sido citados como exemplo de sucesso⁵¹ na aplicação do PAE. Tal é o caso de Moçambique (Rodrik, 2006). De facto, à semelhança de São Tomé e Príncipe, Moçambique optou por uma economia centralmente planificada (socialista), tendo depois transitado para uma economia de mercado, abrindo assim espaço para o PAE e outros sucessivos programas do FMI. O bom desempenho de Moçambique, assegurando o cumprimento das metas macroeconómicas acordadas com o FMI foi premiado em 2001 com o perdão da dívida no âmbito da Iniciativa Reforçada para os Países Pobres Endividados (HIPC⁵²), tornando-se o terceiro país a beneficiar desse perdão depois da Bolívia e do Uganda (IMF- Mozambique, 2001). No entanto, Rodrik (2006) considera que apesar de Moçambique ser citado por diversos atores do FMI como exemplo de sucesso, a sua situação económica continua frágil décadas depois do início do PAE. Confirmando essa suspeição de Rodrik, em setembro de 2016, o FMI constatou que Moçambique enfrenta um ambiente económico difícil, onde o crescimento económico tem vindo a mostrar uma tendência de queda (IMF- Mozambique -Nº16/436, 2016).

Sem embargo, Williamson (2004) enaltece que, muitas medidas tiveram impacto positivo, tomando o exemplo dos países asiáticos:

Parece-me mais natural, atribuir o crescimento rápido das NICs da Ásia Oriental ao que eles tinham em comum, como a prudência fiscal, altas taxas de poupança, ética de trabalho, taxas de câmbio competitivas, e um foco na educação, em vez do que eles fizeram de forma diferente, como a política industrial, crédito direcionado, e proteção da importação (Williamson, 2004, pág. 5).

Contudo, não encontramos nas literaturas concernentes, evidências sólidas de que, as medidas do Consenso tenham tido bom impacto sobre o crescimento das economias objeto de intervenção (Sindzingre, 2005).

Um dos instrumentos mais importantes de análise da economia política do FMI é a balança de pagamentos. A abordagem monetária da balança de pagamentos foi desenvolvida por Jacques Polak⁵³ nos anos 1950 e calibrada nos anos 1970. Alguns estudiosos, tais como Rowe (2008), consideram mesmo que essa abordagem moldou a ideia económica básica do FMI. O modelo designado por *modelo Polak* explica a balança

⁵¹ México vinha sendo indicado como caso de sucesso até 1994, quando houve um revés sociopolítico que mostrou o contrário (Naím, 2000).

⁵² Sigla em inglês Heavily Indebted Poor Countries. Iniciativa de instituições financeiras para o alívio da dívida dos países pobres altamente endividados.

⁵³ Durante cerca de seis décadas ele ocupou cargos de destaque no IMF no setor de investigação, razão pela qual o FMI realiza anualmente a Conferência Jacques Polak em sua homenagem.

de pagamentos em termos monetários, sugerindo que as causas dos desequilíbrios económicos externos de um país se situam na criação de crédito interno. As prescrições de medidas de política do FMI aos países que tenham desequilíbrios nas suas contas externas baseiam-se no modelo Polak⁵⁴. Com efeito, o modelo Polak foi concebido para estudar os efeitos na formação do rendimento nacional e da balança de pagamentos das duas mais importantes variáveis exógenas, a saber: as alterações autónomas das exportações e a criação do crédito bancário doméstico (Rowe, 2010). Agenor (1999) considera que o modelo em referência é uma tentativa bem-sucedida, sistemática, de integrar os fatores monetários e de crédito na análise de balança de pagamentos.

Outro instrumento de análise da economia política internacional do FMI foi protagonizado pelo economista norte-americano Robert Mundell que conjecturou o “triângulo das incompatibilidades”, que consiste na dificuldade de manter a livre circulação de capitais, a autonomia de política monetária e a taxa de câmbio fixa. Entretanto, maior ênfase teve o modelo de Mundell-Fleming, desenvolvido inicialmente de forma independente por teóricos macroeconómicos e altos funcionários do FMI-Marcus Fleming e Robert Mundell (Mundell & Polak, 1977; Boughton, 2003).

Enquanto Fleming adaptou o modelo IS/LM⁵⁵ a uma economia aberta para explicar os efeitos das políticas fiscal e monetária numa economia de regime cambial fixo ou flexível, Mundell desenvolveu uma versão alternativa do modelo IS/LM que evidencia os efeitos dinâmicos de políticas macroeconómicas (Andres, Luis, & Roberto, 2002). A simbiose das duas vertentes num só modelo passou a ser usada pelo FMI, mormente, pela sua ênfase sobre os efeitos da mobilidade do capital. De facto, este modelo pode ser considerado uma fusão harmoniosa entre o keynesianismo e os neoclássicos (à semelhança do modelo IS/LM), e o seu uso no FMI passou a ser mais frequente nos anos 1970, anos após a sua criação, com o advento de flexibilidade de regime cambial nesta instituição. De destacar que nos anos 1980 surgiram novas versões deste mesmo modelo (Boughton, 2004).

Basicamente, os fundamentos teóricos da economia política do FMI estão de alguma forma ligados e/ou coincidem com as ideias defendidas pelos EUA através da

⁵⁴ Que também se designa habitualmente de modelo monetário do FMI.

⁵⁵ O modelo IS/LM explica analítica e graficamente, o comportamento da economia na busca pelo equilíbrio nos mercados de bens e monetário. Para o efeito, o modelo procura que as taxas de juros e os níveis de rendimento sejam aqueles em que o mercado de bens e o mercado monetário estão em equilíbrio (Andres, Luis, & Roberto, 2002).

Federal Reserve Bank e do Tesouro Norte-americano, e parecem estar em linha com os interesses em matéria de relações internacionais do país hegemónico (OOH paper, 1997; Thacker, 1999).

Porém, ao longo da sua vida, os teóricos evoluem nos seus pensamentos. Isto pode mesmo depreender-se da diferença, ou melhor da evolução do ponto de vista de Keynes, sobre a política monetária, defendida em 1923 no trabalho *A Tract on Monetary Reform* e as ideias defendidas na *Teoria Geral*. Na mesma linha, pode-se considerar a evolução do FMI no que concerne ao ponto de vista do Harry White sobre o Padrão-Ouro-Dólar, ou ainda a evolução das ideias de Friedman e Fischer sobre a política monetária. Do mesmo modo, as ideias de Marcus Fleming e Robert Mundell representam alguma evolução em relação às ideias de Polak sobre a balança de pagamentos (Boughton, 2003). Marcus Fleming e Robert Mundell desenvolveram modelos independentes da política macroeconómica em economias abertas. A combinação dos modelos de Fleming com o de Mundell⁵⁶ deu origem ao modelo Mundell-Fleming que estabelece as condições nas quais é possível avaliar os resultados das políticas monetária e fiscal, tanto num regime de taxa de câmbio fixo como flexível, presumindo a mobilidade de capitais (Boughton, 2003).

Vários outros, como Samuelson com o modelo HOS, influenciaram de forma mais ou menos acentuada a política macroeconómica do FMI. Na ordem de ideias, partilhamos a opinião de Boughton que espera que se avive a predisposição do FMI em rever algumas das suas anteriores posições que se tenham provado pouco eficazes, ou mesmo erradas (Boughton, 2004; Krugman, 2007). Em abril de 2015, uma conferência em Washington, por ocasião da Reunião do Grupo Banco Mundial, tinha um lema sugestivo - “*Repensar a Política Macroeconómica. Progresso ou confusão?*” Propomo-nos ao desafio de tentar contribuir para a resposta a essa questão, com referência aos MEI, nos capítulos que se seguem.

3.4.3. O FMI e as teorias de desenvolvimento

Referimo-nos acima, que nas décadas 1970 e 1980, a atenção do FMI estava virada para o combate à escalada da inflação, à instabilidade macroeconómica e à crise da dívida soberana. As políticas recomendadas pelo FMI visavam, basicamente, o nivelamento dos preços nacionais aos internacionais. Assim, as reformas estruturais pretendiam liberalizar

⁵⁶ Por isso alguns autores como o Boughton, consideram judicioso designar o modelo de Mundell-Fleming (Boughton, 2003).

o comércio para facilitar o comércio internacional de acordo com os ensinamentos neoclássicos (Pinto, 2014). A prioridade do FMI já não parecia ser assegurar o crescimento económico dos membros como acontecera na década 1950, para a recuperação de economia dos países ocidentais. De notar, no entanto, que apesar do momento conturbado que a economia mundial vivia (nos anos 1950), o nível de desenvolvimento das economias dos países avançados parecia irreversível, contrariamente à atual situação (ou a dos anos 1980) dos países em desenvolvimento (Pinto, 2014).

De facto, a confrontação dos níveis de vida das populações exige a classificação dos Estados de acordo com o seu estágio de desenvolvimento. Essa classificação tem sido arbitrária nas literaturas sobre o assunto, sendo geralmente os de rendimento *per capita* mais elevado classificados como desenvolvidos e os demais como em desenvolvimento⁵⁷. Entre esses dois grupos podem ainda encontrar-se os países emergentes (Sousa, 2014).

Prevalece uma certa controvérsia entre o conceito de crescimento económico e o conceito de desenvolvimento. Alguns teóricos consideram o crescimento como sinónimo de desenvolvimento, enquanto outros consideraram que o crescimento é condição necessária, mas não suficiente para o desenvolvimento. Joseph Schumpeter distingue o crescimento do desenvolvimento. Ele considera que crescimento económico é sinónimo de alterações quantitativas na economia, enquanto o desenvolvimento sugere que haja mudanças qualitativas (Schumpeter, 1961). Rebelo Sousa (2014) também corrobora considerando que o desenvolvimento é uma transformação que altera sem retorno o equilíbrio pré-existente.

Outros autores sugerem que o desenvolvimento é um conceito amplo que implica a mobilização de recursos humanos em geral (Hausmann, Rodrik & Velasco, 2005; Herath, 2009). Com efeito, só elevadas taxas de crescimento económico podem proporcionar elevado nível da qualidade de vida. Este por sua vez concorre para a melhoria de indicadores sociais e humanos no país e conseqüentemente para vencer o desafio que é o desenvolvimento. Por isso, alguns autores sugerem que as estratégias de reforma devem ser principalmente orientadas para o aumento das taxas de crescimento

⁵⁷Como veremos mais adiante, esta classificação parece ser redutora.

económico, ou seja, devem ser estratégias de crescimento e não de ajustamento (Hausmann, Rodrik & Velasco, 2005)

Assim, podemos conjecturar que o desenvolvimento seja o crescimento económico refletido na melhoria da qualidade de vida, ou seja, na melhoria dos indicadores de bem-estar económico e social, tal como a eliminação da pobreza, desemprego e desigualdade, bem como a melhoria de condições de saúde, alimentação, educação e habitação (Hausmann, Rodrik & Velasco, 2005; Pinto, 2014; Radelet, 2016).

Até meados do século XX, para além da teoria marxista, vigoravam diversos modelos de desenvolvimento, destacando-se os modelos de Lewis, de Ranis e Fei, de Schumpeter, bem como o modelo estruturalista, a teoria de base de exportação de Richardson, o modelo das vantagens competitivas dinâmicas e o modelo de Harrod-Domar (Sousa, 2012).

Posteriormente surgiram os modelos alternativos de desenvolvimento, entre os quais se destacam o modelo de especialização primária, o modelo de substituição de importações, modelo de desenvolvimento equilibrado e o modelo de especialização industrial e diversificação de serviços. Este último caracteriza-se pelo uso quantitativo e qualitativo de mão-de-obra (capital humano) associado aos capitais externos. Singapura, ex. Coreia do Sul, Hong-Kong e Taiwan, seguiram esse modelo de desenvolvimento (Sousa, 2012). As facilidades de acesso ao financiamento externo necessário, graças às circunstâncias geopolíticas já abordadas, terão sustentado a opção pelo modelo de especialização industrial e diversificação de serviços. Com efeito, é consensual na literatura concernente, que esses países alargaram os respetivos mercados consumidores com a procura mais diversificada, crescente e sofisticada, assegurando assim o crescimento sustentado.

Como abordado anteriormente, durante os anos 1950, a política do FMI estava em linha com os interesses geopolíticos dos EUA, cuja prioridade era ganhar a Guerra Fria e reconquistar um mercado para a sua exportação (nesse caso, reconstruindo o mercado europeu). Nesse contexto, os EUA, sob a égide das decisões acordadas em Bretton Woods, instituíram um plano de desenvolvimento (reconstrução) das economias ocidentais – o Plano Marshall.

Os teóricos aventam que o crescimento económico passa pelo aumento do rendimento *per capita* do país. No entanto, a visão neoclássica de crescimento económico que é, geralmente, atribuída a Robert Solow e Edward Denison, sugeria que o aumento da produtividade total (devido a melhorias técnicas) seria responsável pela maior parte do crescimento *per capita* de longo prazo (Pinto, 2014). Porém, o Plano Marshall baseava-se no modelo keynesiano que propunha ajustamentos macroeconómicos privilegiando o lado da procura e considerando o investimento como uma variável estratégica. Keynes defendia a priorização do combate ao desemprego em desfavor da inflação (embora não negligenciasse este aspeto). Contrariamente aos neoliberais, esse teórico não acreditava na automaticidade dos mercados. Keynes sugere que em caso de recessão económica, haja a permissibilidade de algum défice orçamental visando o financiamento do investimento público reprodutivo (Sousa, 2014). Quiçá, assim se explique a escolha desse modelo para o Plano Marshall. No entanto, o acesso a esse Plano estava condicionado ao cumprimento de algumas condicionalidades pela parte do país beneficiado, a saber:

- a. Promover pagamentos multilaterais e o comércio intraeuropeu.
- b. Desencadear ações que proporcionem a convertibilidade da moeda.
- c. Eliminar a discriminação contra as importações dos EUA.
- d. Incentivar a redução da despesa pública.
- e. Reduzir a intervenção estatal na economia, nomeadamente reduzindo o racionamento de bens e serviços⁵⁸.
- f. Aumento das exportações para os Estados Unidos (IMF, 2016).

De facto, alguns autores sugerem que, o Plano Marshall era na verdade uma nova versão do liberalismo económico – *embedded liberalism* (Ruggie, 2008; Gonçalves, 2012; Ostry, Loungani & Furceri, 2016). John Ruggie introduziu o conceito de *embedded liberalism* (ou o liberalismo enraizado, como alguns⁵⁹ a designam), para explicar como os países capitalistas conciliaram a necessidade de manter o mercado eficiente com o atendimento social das populações no período pós-Guerra (Ruggie, 2008). Deveras, os autores acima referidos sugerem que é esta corrente do liberalismo que expressa o compromisso entre as linhas gerais do neoliberalismo (livre comércio de bens, a livre

⁵⁸Devido à escassez de alguns bens e de oferta de certos serviços, o acesso aos mesmos era racionado (ou seja, repartido regradamente) pelo Estado.

⁵⁹ Por exemplo Reinaldo Gonçalves (Gonçalves, 2012).

circulação de capitais) e a intervenção estatal orientada para a estabilização macroeconómica (a intervenção do estado na função estabilizadora, distributiva e reguladora) proposta por Keynes, associada a algum cooperativismo no âmbito das relações internacionais. O liberalismo enraizado conjecturava a aplicação de políticas keynesianas a nível interno e neoclássicas nas relações externas, num compromisso que perdurou até os anos 1970 com a rutura do padrão ouro-dólar (Gonçalves, 2012; Ostry, Loungani & Furceri, 2016). Com efeito, o Plano em referência não se tratou de uma mera benevolência dos EUA.

No entanto, o FMI considera que o plano de desenvolvimento - Plano Marshall - terá contribuído, indubitavelmente, para que os 16 países participantes tenham conseguido suprir as suas dificuldades em financiar as suas importações, mas não se tenham sobre endividado. O plano permitiu infraestruturar os países em referência, renovar e dinamizar a indústria privada. A eliminação de pontos de estrangulamento no setor produtivo e a restauração do consumo privado foram também algumas das aquisições do Plano. A eliminação da escassez do dólar a nível internacional e a promoção de multilateralismo devem-se também, de acordo com o FMI, ao Plano Marshall (IMF, 2016).

Porém, a austeridade imposta pelas políticas neoliberais do FMI a partir do Consenso de Washington⁶⁰ parece proporcionar o aprofundamento das desigualdades, num círculo vicioso, capaz de comprometer o crescimento sustentável. Tal consequência, porventura, evidencia alguma contradição nos pressupostos neoliberais seguidos pelo FMI (Ostry, Loungani, e Furceri, 2016). Com efeito, Jonathan Ostry⁶¹, Prakash Loungani e Davide Furceri (2016) sugerem que o Milton Friedman ter-se-ia equivocado, ao considerar em 1982, que o crescimento económico registado no Chile, teria demonstrado a fortaleza das políticas neoliberais. Sem embargo, esses autores consideram que as políticas em referência tiveram alguns aspetos positivos (a expansão do comércio mundial e a redução da pobreza absoluta). Enaltecem também o facto do incentivo ao Investimento Direto Estrangeiro (o que decorre das políticas neoliberais) ter promovido a transferência de tecnologia e know-how para economias em desenvolvimento. Porém, consideram que a liberalização da conta de capital e a austeridade fiscal tenham sido catastróficas para a

⁶⁰ Ou ainda antes (por exemplo no Chile).

⁶¹ Jonathan Ostry e Prakash Loungani ocupam respetivamente as funções de Diretor-adjunto e chefe de divisão no departamento de pesquisa do FMI, sendo Davide Furceri economista do mesmo setor.

maioria dos países, agravando as desigualdades, o que torna volátil a sustentabilidade do crescimento, protelando o desenvolvimento (Ostry, Loungani & Furceri, 2016).

De igual modo, Ricardo Hausmann, Dani Rodrik e Andrés Velasco⁶² (2005) asseguram que as políticas padronizadas incluídas no consenso de Washington não promovem o crescimento, sem a devida contextualização às circunstâncias locais. Tendo analisado o impacto das políticas em referência em alguns países da América Latina, os autores concluíram pela existência de circunstâncias socioeconômicas diferentes em cada um deles. Os autores em referência concluem que um prévio diagnóstico dessas diferentes especificidades teria permitido elaborar um programa adequado para cada um, contrariamente à listagem de medidas semelhantes para todos. Tal atitude do FMI ofereceria maiores hipóteses para o crescimento econômico sustentado e o consequente desenvolvimento de todos esses países. Por isso, esses autores questionam a apologia que alguns economistas proeminentes fazem das políticas neoliberais (padronizadas) aconselhadas pelo FMI a alguns dos seus membros (Hausmann, Rodrik & Velasco, 2005).

De igual modo, o posicionamento do FMI no que se refere à concessão de empréstimos aos países em desenvolvimento (de suporte e promoção ao desenvolvimento) com condicionalidades, parece também ser um grande entrave ao desenvolvimento (Vreeland, 2003). Brian Pinto (2014) sugere que os países em desenvolvimento precisariam de longo período de crescimento sustentável para colmatar a diferença de rendimento e os níveis do aumento da produtividade total com países mais ricos. Na sua perspectiva, tanto o FMI como o BM têm esse desafio por cumprir. Por seu lado, Dani Rodrik, Hausmann e Velasco (2005) sugerem que o desenvolvimento só é possível, se precedido de um devido diagnóstico de crescimento delineando as prioridades políticas em conformidade com a realidade de cada país.

Ainda assim, o FMI e o BM, que aparentemente estão cientes das dificuldades dos países em desenvolvimento, porventura equacionam a questão de desenvolvimento de forma diferente. Steven Radelet (2016), Diretor do Programa de Desenvolvimento Humano Global na Universidade Georgetown dos EUA, e frequente orador nas palestras do FMI, sugere que os desafios que a desaceleração econômica global impõe são de difícil superação, pelo que, nos próximos anos, o crescimento econômico provavelmente permaneça moderado, especialmente nos países dependentes de algumas exportações de

⁶² Todos da Harvard Kennedy School e com ligações ao FMI.

commodities. Nesse contexto, o autor sugere que os formuladores de políticas desses países não se preocupem em impulsionar o crescimento rápido, mas sim, em procurar fortalecer as bases (ou seja o equilíbrio macroeconómico e melhoria da governação) para um futuro progresso económico duradouro. Na mesma linha de ideias, Antoinette Sayeh (2016), atual Diretora do Departamento Africano do FMI, sugere que a receita para assegurar um desenvolvimento a longo prazo seja o saneamento das finanças públicas, embora não descurando os investimentos sociais e de promoção de investimento.

No entanto, referindo-se aos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), o FMI sugere que:

Por ser uma instituição global e com vasta expertise em questões macroeconómicas e financeiras, o FMI trabalha com os países membros apoiando os seus esforços de desenvolvimento. Para o efeito, promove a estabilidade económica e financeira global, enquanto condição essencial para que os esforços de desenvolvimento tenham sucesso⁶³ (IMF, 2016 a, pág.1).

Provavelmente, alguns países do leste asiático não teriam atingido o seu atual nível de desenvolvimento se se tivessem submetido a esse tipo de recomendações do FMI. Com efeito, o sucesso económico a que se convencionou chamar de *milagre asiático*, parece não ter seguido à risca, as regras do neoliberalismo do FMI (Sindzingre, 2005). Especialmente, esses países contrariaram a corrente teórica em referência no que diz respeito ao Estado mínimo, subsidiando muitos setores industriais. No contexto pós Segunda Guerra Mundial, em que o mundo estava dividido em dois polos, e a Coreia em especial também se tinha dividido, fazia parte da geoestratégia do EUA aproximar o seu círculo de influência ao espaço do bloco opositor. Assim se justifica algumas benevolências feitas à Ex Coreia do Sul (República da Coreia), que terá facilitado o seu rápido desenvolvimento. Graças ao contexto geopolítico de então, alguns desses subsídios provinham dos financiamentos dos EUA no âmbito da Guerra Fria, e da política externa do Japão (Sindzingre, 2005). Com efeito, diversos autores, incluindo especialistas do Banco Mundial, consideram que o *milagre asiático* se deve à extraordinária mobilização de recursos que permitiram grandes investimentos no capital físico e humano, acompanhado de grande aumento de produtividade (MacDonald, 1993; Krugman, 1995). A República da Coreia superou a condição de um país pobre ao investir nas três fontes de crescimento económico, ou seja, capital físico, capital humano e tecnologia (Krugman, 2008). A absorção da alta tecnologia dos EUA terá sido facilitada pela existência de

⁶³ Tradução da autora.

relações especiais entre esses países. Certos autores consideram que a influência norte-americana no crescimento econômico da República da Coreia enquadra-se no chamado “desenvolvimento a convite” em que os EUA ensaiam alguma hegemonia benevolente, “sacrificando” os seus interesses econômicos mais imediatos à mercê de outros interesses geopolíticos de mais curto prazo (Lopes & Nasser, 2014). Porém, alguns autores, como Takatoshi Kato (2004), sugerem que o milagre não se daria se não houvesse o espírito de sacrifício, o aumento da poupança e/ou a preterência do consumo. A esse propósito, convém realçar que a República da Coreia vivia então num regime ditatorial, na sequência de um golpe militar no início da década 1960.

Dáí resulta que as políticas de desenvolvimento, tal como as demais políticas, quiçá careçam de adaptações às especificidades locais, tendo flexibilidade à intervenção estatal e às conjunturas políticas.

Com efeito, a atual diretora geral do FMI, Christine Lagarde, considera que o desenvolvimento só é possível, se os países cumprirem três princípios-chave: parceria, compromisso e flexibilidade. A dirigente do FMI considera ser necessário que haja parceria a nível global entre todos os países e a diversos níveis (sociedade civil, setor privado e público tanto nacionais como internacionais). Essa parceria deve ser duradoura (de longo prazo) para permitir a consolidação do desenvolvimento. Por outro lado, Lagarde enfatiza que as políticas de promoção do desenvolvimento devem ser adaptadas às circunstâncias únicas de cada um dos países (Lagarde, 2015). No entanto, anteendo a dificuldade de reunir consensos a nível global (ou seja, no seio do FMI) à volta desses princípios, Christine Lagarde sugere que:

A cooperação não pode ser opcional para parceiros internacionais; é uma responsabilidade, uma obrigação. Porquê? Porque vivemos num mundo interdependente... onde várias forças — financeira, económica, social, político, ambiental — interagem em todo o globo. Os resultados podem ser transformadores, mas eles também podem ser devastadores. A chave para fazer bem é a cooperação internacional (Lagarde, 2015, p. 23)⁶⁴.

Contudo, a análise dos programas do FMI (ensaiada nos capítulos precedentes) sugere que a transposição desses princípios orientadores enunciados pela diretora geral do FMI, em atuação substantiva desta instituição, visando a redução da pobreza e promoção do desenvolvimento, parece estar ainda distante.

⁶⁴ Tradução da autora.

3.4.4. Considerações Finais

Ao longo deste Capítulo tratamos de cumprir o objetivo específico de analisar, numa perspetiva evolutiva, as políticas macroeconómicas do FMI;

Com efeito, neste Capítulo procuramos caracterizar as principais perspetivas teóricas da Economia Política Internacional partilhadas pelo FMI, enquanto um dos mais importantes palcos de disputa da hegemonia mundial.

De igual modo, ao longo do Capítulo, discorremos sobre a evolução histórica de algumas das correntes económicas (clássica, marxista e neoliberal) à luz da apropriação que os MEI e o FMI fazem das mesmas. Com efeito, a maioria dos MEI ascenderam à sua independência nos anos 1970 e 1980, e apesar do seu quase imediato ingresso no FMI, alguns deles (São Tomé e Príncipe e Seychelles) ensaiaram a implementação da teoria marxista no seu desenvolvimento económico, durante cerca de década e meia. No entanto, a teoria de Marx foi desenhada para países que tenham passado por fases avançadas do Capitalismo.

Apuramos também, que desde a sua instituição que o FMI tem sido palco de disputas dos grandes *players* mundiais. Em 1944, essa disputa foi protagonizada pelo Reino Unido e pelos EUA, representados por John Maynard Keynes e Harry White, respetivamente. Durante as décadas que se seguiram, os fundamentos teóricos do âmbito socioeconómico no contexto da economia política do FMI, continuaram na mesma senda, adequando-se aos interesses dos países hegemónicos.

CAPÍTULO IV – O LUGAR GEOECONÓMICO DOS MEI NO FMI

4.1. Nota Introdutória

A filosofia governativa do FMI assenta na dimensão da quota do país membro, já que esta determina o compromisso financeiro máximo e o respetivo poder de voto de cada membro, e circunscreve o seu acesso ao financiamento por parte do Fundo (IMF-2015a). Esses pressupostos parecem determinar a geoeconomia do FMI, ou seja, a sua relação geoeconómica com os estados membros. A tentativa de aferir este facto e, sobretudo, averiguar a existência de constrangimentos derivados da geoeconomia do FMI que perturbem a alavancagem económica dos membros MEI, é a motivação principal deste capítulo.

Com vista a cumprir esses objetivos, trataremos de analisar a estrutura do FMI, e a suas principais características para melhor entender as dificuldades (caso as haja) no aproveitamento das vantagens geoeconómicas pelos MEI no seio do FMI. Seguidamente, trataremos de averiguar a existência de procedimentos de âmbito geoeconómico no FMI que ignorem os próprios objetivos estatutários do FMI em desfavor dos MEI.

4.2. A génese do FMI

As teorias de vantagem absoluta e de vantagem comparativa, respetivamente, dos britânicos Adam Smith e David Ricardo, favoreceram o recrudescimento do comércio internacional no século XIX, liderado pela Grã-Bretanha (Costa, 2010). Enquanto potência económica, líder comercial e com instituições financeiras mais desenvolvidas, a Grã-Bretanha deliberou traçar as diretrizes para a política monetária internacional, não restando às outras nações outra hipótese senão participarem no modelo proposto pelos ingleses. Assim surgiu o primeiro Sistema Monetário Internacional, o padrão ouro-clássico⁶⁵, que vigorou de 1870 a 1914 e que permitiu à Grã-Bretanha controlar, de forma quase independente, diversos aspetos económico-financeiros internacionais, maximizando assim a sua parcela de poder no mundo. Como referido anteriormente, esse sistema, que tinha aspetos positivos e outros menos positivos, tem até os dias de hoje diversos apoiantes, assim como críticos (Frieden, 2006; Frieden, 2006; Costa, 2010). Alguns autores consideram que até 1914, de forma geral a economia clássica funcionou bem, tendo em conta que o mundo experimentou o crescimento mais rápido que jamais

⁶⁵ Neste trabalho, não entraremos nos detalhes de funcionamento deste sistema monetário internacional.

tinha conhecido. Este crescimento levou a uma convergência impressionante. Apesar de muitos problemas e crises periódicas, a economia mundial terá tido uma importante estabilidade macroeconómica que proporcionou um crescimento apreciável (Frieden, 2006).

No entanto, a Primeira Guerra Mundial, que teve início em 1914, trouxe momentos conturbados ao referido sistema monetário, que acabou desmantelado. Finda a guerra, os Estados decidiram optar pelo protecionismo, com desvalorização das suas moedas e altas taxas aduaneiras, o que agravou ainda mais o desemprego e recessão económica, que teve o seu auge com a Grande Depressão. As economias estavam destruídas, e reinava a desconfiança entre as nações, não havendo nenhum país hegemónico, ou com potencialidades para isso. A tentativa da Inglaterra de retomar o controlo das questões monetárias-cambiais internacionais falhou, e, por conseguinte, a anarquia nas regras monetárias internacional prosseguiu até à Segunda Guerra Mundial (Frieden, 2008).

Só depois da Segunda Guerra Mundial se evidencia a existência de uma nova potência económica mundial – os EUA – sob égide da qual se celebra um acordo de reorganização do sistema monetário internacional, cuja configuração começou a ser discutida entre os EUA e o Reino Unido ainda antes do final da Guerra, em 1942. O desfecho das negociações foi na cidade de Bretton Woods (EUA), em 1944, com a celebração do acordo de organização do sistema monetário internacional, que ficou designado por Sistema de Bretton Woods, ou ainda de “pilares da paz” (Roach, Griffiths & O’Callaghan, 2014). Na expectativa de evitar a repetição das desastrosas políticas económicas que contribuíram para a grande depressão, quarenta e cinco países concordaram em estabelecer um quadro para a cooperação económica internacional constituindo assim o FMI e o BM⁶⁶ (IMF - History, 2016). Foi decidido na Conferência de Bretton Woods que o instrumento de reserva internacional fosse o ouro, pelo que qualquer moeda podia servir para o comércio internacional desde que fosse convertível em ouro.

No entanto, apenas os EUA tinham reservas de ouro capaz de sustentar o comércio internacional, assumindo o compromisso de trocar a onça de ouro a 35 dólares

⁶⁶ Também estava projetada a criação da Organização Internacional do Comércio (OIT) que não chegou a ser concretizada (Costa, 2010).

americanos. Por conseguinte, só o dólar poderia assumir esse estatuto de divisa, ou seja, moeda internacional (IMF- History, 2016). O novo sistema estabelecia obrigações e regras concretas de ajuste para os países com dificuldades na sua balança comercial, mas os países que tivessem superávit (como era o caso dos EUA) podiam executar a sua política económica livremente, sem ter que prestar contas ao FMI. Esses compromissos constituíram a base do sistema de Bretton Woods (Frieden, 2006) . Com efeito,

Este sistema de Bretton Woods com base em compromissos funcionou espetacularmente bem. A integração económica global foi avançando contínua e gradualmente; os países implementaram uma grande variedade de programas sociais; e o mundo experimentou o período de crescimento económico sustentado mais rápido e mais estável da história⁶⁷ (Frieden, 2006, pág. 17).

Impondo um padrão monetário do FMI baseado no dólar americano, os EUA transformaram-se, de facto, num estado hegemónico, responsável pela condução da política económica internacional, mas com quase completa liberdade na condução da sua política económica. Essa configuração do sistema monetário internacional resulta do confronto de ideias entre Keynes e White, conforme descrito no capítulo III. Assim, pela segunda vez, um Estado exercia a sua hegemonia na condução das finanças do mundo⁶⁸, transformando a sua moeda em moeda de referência internacional. Efetivamente, qualquer um desses sistemas monetário internacional, padrão-ouro e Bretton Woods, se baseou na hegemonia de um país, sendo o primeiro a Inglaterra e o segundo os EUA⁶⁹ (Fernandes, 2013), onde o realismo (ou realismo político como alguns a denominam) dominou no seu lado mais conflituoso.

Referimo-nos anteriormente ao início da crise do regime cambial sustentado pelo FMI em finais dos anos 1960. De facto, com a crise do padrão ouro-dólar, as nações concorrentes à hegemonia passam a ter um papel mais ativo no sistema monetário internacional, confirmando assim a *lei do mais forte* nas relações económicas internacionais baseadas no realismo político.

Entretanto,

Contrariamente à Inglaterra, os Estados Unidos, após o padrão dólar ainda é a nação mais rica e poderosa do mundo, não tendo nenhuma outra nação que possa colocar em xeque sua liderança, pois mesmo com o fracasso do padrão dólar, os Estados Unidos conseguiram fazer com

⁶⁷ Tradução da autora.

⁶⁸ Com as devidas ressalvas das diferenças entre esses sistemas monetários, bem como as referidas hegemonias.

⁶⁹ Tendo esta última hegemonia sido previamente discutida numa organização internacional e subscrita por todos.

que sua moeda continuasse a ser a principal moeda de referência internacional. Essa posição de líder mundial consolida-se nos anos 90 (Marinho, 2007, pág. 10).

Antecipando a eclosão da crise, o FMI implementou em 1969 um novo ativo de reserva internacional – DES. A oferta internacional dos ativos de reserva chave – ouro e o dólar dos EUA – era insuficiente, e não conseguia assegurar a expansão do comércio mundial e o desenvolvimento financeiro que estava ocorrendo no mundo, de acordo com o regime cambial do FMI, assente em câmbios fixos (Rickards, 2014).

4.3. A Estrutura organizacional do FMI

Como referido anteriormente, a criação das instituições de Bretton Woods pretendia estabelecer um quadro para a cooperação económica internacional, para assegurar o crescimento dos países participantes da conferência. Todavia, só em finais de dezembro 1945 é que o FMI conheceu uma existência formal, quando os primeiros vinte e nove Estados assinaram os seus estatutos.

Durante os setenta anos seguintes, houve várias outras adesões, algumas saídas e outras reentradas, sendo o FMI, em 2016, uma organização composta por 189 países, que concordam associar-se com vista a promover a cooperação monetária global, assegurar a estabilidade financeira, facilitar o comércio internacional, promover o emprego e o crescimento económico sustentável e reduzir a pobreza em todo o mundo (IMF- History, 2016).

O órgão máximo de decisão do FMI é a Assembleia de Governadores que detém poderes deliberativos e que se reúne ordinariamente, anualmente. A Assembleia é constituída por um governador e um governador suplente nomeados pelos respetivos países membros, podendo ser, geralmente, o ministro das finanças ou o governador do banco central. A maioria desses poderes, são delegados aos Diretores Executivos (administradores), que também se responsabilizam pela gestão corrente do FMI, podendo reunir-se para o efeito, várias vezes por semana. O Conselho de Administração é assessorado por alguns gabinetes e departamentos técnicos. Dentro da estrutura organizativa, o FMI tem ainda estruturas descentralizadas (representantes residentes) em 96 países, para além de quatro delegações regionais.

O que determina a localização dessas delegações é, geralmente, a existência de programas com o FMI, associada à importância do país no mosaico geoeconómico (com ênfase, nesses casos, para a dimensão e a geografia económica) do FMI. Dada a

exiguidade geoeconómica de São Tomé e Príncipe no seio dessa instituição, apesar de ter tido diversos programas com o FMI, nunca chegou a ter um representante residente, excetuando-se um certo período em que partilhou com um país vizinho (Gabão) o seu representante residente.

O conselho executivo é composto por vinte e quatro administradores, que são propostos pelos respetivos países ou por grupos de países. A cada país membro é atribuída uma quota, com base na sua posição relativa na economia mundial e várias outras variáveis. A quota dos membros, que constitui a principal fonte dos recursos financeiros, determina o seu compromisso financeiro máximo no FMI, o seu poder de voto e o acesso ao financiamento do FMI (IMF- Governance, 2015). Por conseguinte, o voto de cada um dos administradores, expressa somente a correspondente fatia ou importância económica do representado. Trata-se do mesmo princípio organizativo de empresas (sociedade anónima) em que o capital é dividido em ações (subscrições), que os acionistas podem adquirir em função das suas posses financeiras, ou, em última instância, da respetiva influência política. Tal como nas sociedades anónimas, os direitos dos subscritores são assegurados em proporção das ações que detêm.

É importante frisar que só os países economicamente mais fortes (e por isso com maior quota), como são os EUA, Japão, Alemanha, França, Reino Unido, Arábia Saudita, China e Rússia são representados, respetivamente, por um administrador, sendo os demais dezasseis administradores representantes de grupo de países. São Tomé e Príncipe pertence a um grupo de vinte e três países africanos (Benim, Burkina Faso, Camarões, República Centro-Africana, Chade, Comores, República Democrática do Congo, República do Congo, Costa do Marfim, Djibuti, Gabão, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Madagáscar, Mali, Mauritânia, Maurícia, Níger, Ruanda, São Tomé e Príncipe, Senegal e Togo), representados no Conselho de Administração do FMI por um Administrador⁷⁰ (Diretor Executivo). O critério para a pertença a este grupo específico é basicamente linguístico – são todos francófonos⁷¹ e lusófonos⁷². Cada um desses países propõe aos demais membros do grupo rotativamente (por ordem alfabética), e em estreita

⁷⁰ Ngueto Tiraina Yambaye - costa-marfinense, é o atual Diretor executivo, auxiliado pelos adjuntos Mohamed-Lemine Raghani (Mauritânia) e Daouda Sembene (Senegal).

⁷¹ A língua oficial do grupo é o francês.

⁷² No entanto, qualquer país pode mudar de grupo, se assim entender, e se o grupo em que pretende se ingressar assim aceitar.

colaboração com o grupo congénere do BM⁷³, um candidato a diretor ou suplente. Esse grupo de países (maioritariamente francófono) representa cerca de 1,6 % da quota do FMI. Assim, apesar de ser o menor país em termos de dimensão geográfica e económica, o diretor executivo, representante do Grupo II do BM entre 2010 e 2014, foi são-tomense⁷⁴. O diretor executivo também participa da conceção de estratégias, da aprovação do orçamento anual, bem como da aprovação de empréstimos, assistência técnica, acertando previamente a estratégia de atuação com os países que representa, no sentido de advogar a favor destes. Porém o seu poder de influenciar as decisões a favor dos países que representa circunscreve-se à dimensão do poder de voto da totalidade dos países que representa.

Os MEI das Caraíbas, Antígua & Barbuda, Barbados, Dominica, São Cristóvão e Névis, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas são representados por um administrador canadiano. Indonésia e Austrália lideram, respetivamente, a representação dos demais MEI, o que se adequa à filosofia governativa do FMI assente na dimensão da quota.

O Conselho de Administração do FMI “elege” um presidente⁷⁵, com um mandato de cinco anos (IMF, Governance, 2015). Com efeito, não constando de forma explícita nas disposições normativas do FMI, uma praxe tácita permite que o diretor geral do FMI seja sempre um europeu e o presidente do Banco Mundial seja sempre um norte-americano. A segunda figura do FMI é sempre dos Estados Unidos. Entretanto, pressionados pelos países emergentes, entre os quais China e Brasil, a partir de 2011 as regras foram ligeiramente alteradas. A submissão de candidaturas para o cargo, que até 2011 era prerrogativa única do Conselho de Administração, foi alargada também aos governadores. Em tese, a eleição passou a ser aberta, baseada no mérito e transparência. O Conselho de Administração seleciona um diretor-geral por maioria dos votos expressos e não por consenso como no passado (IMF, Governance, 2015). Todavia, a correlação de forças (quotas) no Conselho de Administração, não parece proporcionar a alteração da praxe suprarreferida, “acordada” entre EUA e os europeus.

Entretanto, ao longo da história do FMI registaram-se catorze revisões de quotas ditadas pelas exigências de ordem geopolítica internacional. E em 2008 o Conselho de Governadores acordou alterar um pouco as regras de jogo. O projeto de reformas, através

⁷³ A colaboração permite que haja alternância no seio dos dois grupos.

⁷⁴ Agapito Mendes Dias.

⁷⁵ Que até agora tem sido sempre um europeu.

da revisão de quotas do fundo e da governação no FMI, visando a aproximação à nova ordem político-económica internacional, foi aprovado pela Assembleia Geral dos Governadores em 2010. O então Diretor Geral do FMI, Dominique Strauss-Kahn, considerou essa decisão como a mais importante da história, dada a influência que provocaria em favor de mercados emergentes (IMF- Press Release No. 10/477, 2010). A reforma em referência efetivou-se em janeiro de 2016, tendo possibilitado a redução do número de administradores dos países avançados, permitindo a redistribuição dos vinte e quatro membros do Conselho Executivo e a instituição da obrigatoriedade de passagem pelo crivo de votos dos seus pares a todos os administradores, contrariamente ao anterior privilégio dos cinco maiores detentores de quotas do FMI (IMF, Governance, 2015). De igual modo, fruto de pressões dos países emergentes, entre os quais os BRICS⁷⁶, foram revistos os pesos das moedas na cesta do DES para ensaiar uma aproximação ao equivalente valor das exportações de bens e serviços e ao montante das reservas expressas das respetivas moedas face aos demais membros do FMI. Com efeito, essa reforma deverá permitir que os dez maiores membros do fundo passem a ser os EUA, Japão, a China, os quatro maiores países europeus (França, Alemanha, Itália, Reino Unido), e talvez,⁷⁷ os demais BRICS, ou alguns entre eles.

Em suma, as reformas pretendem adequar o binómio quota-ações para refletir mudanças na economia global, ou seja:

- (i) Duplicação das quotas, passando de 238,4 para 476,8 mil milhões de DES;
- (ii) Deslocação de 6% das ações de membros sobre representados para os sub-representados (países emergentes e os países em desenvolvimento);
- (iii) Proteção do poder dos mais pobres, melhorando a relação voto- ações para os países mais pobres, cujo rendimento *per capita* seja inferior a US\$ 1.135 em 2008;
- (iv) Redistribuição dos vinte e quatro membros do Conselho Executivo no calendário acordado, reduzindo o número de administradores que representam os países avançados europeus;

⁷⁶BRICS é um grupo de países que tendo algumas características económicas similares, têm algumas estratégias comuns, tendo já conseguido alguns sucessos a nível internacional, como é o caso da eleição de um brasileiro, como Diretor da OMC (André Nogueira e Martin Hussey, 2013) ou da instituição do banco de desenvolvimento do BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) em 2015.

⁷⁷ Em função da concretização ou não das perspetivas de crescimento económico dos mesmos.

- (v) Instituição de obrigatoriedade de passagem pelo crivo de votos dos seus pares a todos os administradores, contrariamente ao atual privilégio dos cinco maiores detentores de quotas do FMI.

O FMI considera que este realinhamento não altera a natureza da instituição, que continuará a governar-se com base nas quotas, assegurando a sua capacidade de servir em tempos de crise (IMF, Governance, 2015). Uma alocação mais justa de quota-ações pode refletir melhor a importância económica dos membros. Concomitantemente, essa redistribuição pode aumentar a eficácia da representação, e porventura reforçar a credibilidade e a eficiência dos esforços para uma maior estabilidade financeira global (IMF, Governance, 2015; Truman, 2015).

Porém, a reforma referida continua a sugerir a distribuição das quotas de acordo, sobretudo, com o poder económico dos países. Sendo assim, manter-se-á a fraca representatividade dos países com fraco poderio económico, como são os africanos ou os MEI. Os vinte e três países da área francófona africana, não têm mais do que 1,59% dos votos, enquanto outros vinte e dois da área anglófona têm 3.29%. Entretanto, em 2016, os MEI tinham uma participação no FMI inferior a 1%, cerca de cento e setenta e sete milhões e setecentos mil (177.700.000) DES, o que corresponde a 0,083 % do total das quotas do FMI. Por conseguinte, a nova redistribuição de poderes no FMI através da quota-voto, reforça claramente a geoeconomia do FMI a favor dos países mais poderosos, que assim poderão, de igual modo, impor as suas preferências económicas em desfavor dos demais Estados membros (Baru, 2012).

A diretora-geral do FMI, Christine Lagarde, anunciou em novembro de 2015, a efetivação de um dos aspetos enunciados na reforma – a inclusão de outras moedas na cesta do DES. O Conselho de Administração do FMI decidiu que o RMB chinês passaria a integrar, a partir de 1 de outubro de 2016, a cesta do DES, passando a ser a quinta moeda (mas a terceira em termos percentuais), juntamente com o dólar americano, euro, iene japonês e a libra esterlina (FMI, 2016).

De facto, a entrada em vigor da totalidade das reformas requeria a ratificação dos Estados-membros com pelo menos 85% do poder de voto total. Porém, os EUA continuam a manter o seu poder de veto, ficando muitas decisões sujeitas à sua “boa vontade”. Assim se justifica o regozijo da Diretora Geral do FMI, quando, em dezembro

de 2015, finalmente, o Congresso dos EUA autorizou as requeridas reformas de quotas e governação do FMI (IMF- Press Release No. 15/573, 2015):

A aprovação pelo Congresso dos EUA dessas reformas é um passo decisivo para o reforço do papel do FMI na estabilidade financeira global. Essas reformas aumentam significativamente os recursos do FMI, permitindo-o responder às crises mais eficazmente e também melhorar a sua governação, refletindo melhor o seu papel determinante nos países emergentes, nos países em desenvolvimento e na economia mundial em geral. "Um FMI moderno, mais representativo atenderá melhor às necessidades de todos os seus 188 países membros no século XXI"⁷⁸ (IMF- Press Release No. 15/573, 2015).

Em janeiro de 2016, 149 Membros, com 94% (incluindo os EUA) do poder de voto total já tinham anuído à alteração. Estavam assim reunidas as condições para a entrada em vigor da totalidade das reformas.

4.4 . A hegemonia no FMI: realismo político

Muitos dos quarenta e cinco países participantes na conferência de Bretton Woods estiveram envolvidos de forma direta ou indireta na Segunda Guerra Mundial.

Entretanto, o fim da Segunda Guerra Mundial decidido na conferência de Yalta,⁷⁹ exacerbou a divisão do mundo em dois blocos: um de pendor comunista e outro de pendor capitalista. Cada um desses blocos tinha um “líder” - a maior potência. Já se adivinhava a Guerra Fria entre os dois blocos, que se seguiu à capitulação da Alemanha na Segunda Guerra Mundial (Vizentini, 1997; Young & Kent, 2013).

Perante a “ameaça” comunista, os países do bloco capitalista abdicaram de parte da sua soberania a favor de uma maior segurança representada pelos EUA. O mesmo acontecia com o bloco comunista, que temia a “investida imperialista” e por isso se deixou liderar pela URSS (Vizentini, 1997; Young & Kent, 2013).

Com efeito, a posição hegemónica que os EUA assumiram no FMI foi anuída pelos demais participantes, devido às circunstâncias político-económicas internacionais. Esse

⁷⁸ Tradução da autora

⁷⁹ Em fevereiro de 1945 foi assinada a Conferência de Yalta, na cidade soviética de Yalta, em que estiveram presentes os chefes de Estado da URSS (Stalin) do Reino Unido (Churchill) e dos EUA (Roosevelt). Nela deliberou-se que a Alemanha seria desmembrada após o fim da guerra, e sujeitada ao Conselho de Controle Aliado, formado por EUA, Inglaterra, França e URSS. Decidiu-se também a divisão da Alemanha em zonas de influência, sendo que o Sul ficou sob o controle dos EUA, e o Norte controlado pela URSS (Vizentini, 1997; Young & Kent, 2013).

comportamento dos membros do FMI está em linha com o realismo político⁸⁰ (Realismo clássico). Os defensores dessa corrente teórica, argumentam, entre outros, que as premissas fundamentais para relações internacionais proíficas são a existência de um Estado individual que, sendo racional, age com base nos seus próprios interesses a fim de maximizar seus benefícios (Cohn, 2008; Roach, Griffiths & O'Callaghan, 2014). Com ligeiras nuances, os realistas consideram que a paz só pode ser alcançada em presença de equilíbrio de poder, e como, naturalmente, isso não acontece na prática, podem os Estados mais fortes usar essa supremacia em proveito próprio, coagindo os mais fracos.

Os realistas também consideram os Estados como atores racionais que buscam maximizar os benefícios e minimizar o custo da prossecução dos seus objetivos [...] A suposição de que os Estados são atores racionais, unitários permite aos realistas serem parcimoniosos teóricos que explicam vários fenómenos com um pequeno número de conceitos e variáveis⁸¹ (Cohn, 2008, pág. 56,).

No entanto, perdurou uma certa “paz” no FMI durante quase duas décadas, apesar das fragilidades do sistema de Bretton Woods. Depois desse período sereno e áureo para a economia mundial, as fragilidades começaram a manifestar-se (Ugalde, 2011).

De facto, Keynes havia alertado durante as negociações para algumas dessas fragilidades estruturais do sistema monetário de Bretton Woods, as quais consistiam no desequilíbrio entre a balança de pagamentos dos EUA e as dos restantes países, problema abordado pelo economista Robert Triffin, ainda nos anos 1950. Aludindo às causas da insustentabilidade do sistema monetário internacional, ele expõe o chamado “dilema de Triffin”: a contradição entre a exigência do aumento das suas reservas externas em *stock* de dólar ou ouro aos demais países *versus* o aumento do défice da balança de pagamentos dos EUA. Triffin demonstrou que não era possível o dólar americano exercer simultaneamente a função de circulação dentro dos EUA e no resto do mundo, e a função de reserva de valor internacional. A função de circulação como moeda internacional, exigia que os EUA incorressem em défices na sua balança de pagamento, o que por sua vez contrariava as regras do FMI. Assim, graças à sua hegemonia, os EUA não precisavam de ter as contas externas equilibradas, contrariamente aos demais países (Ugalde, 2011; Rickards, 2014).

⁸⁰ Como decorre das nossas observações conceituais (Capítulo I), entendemos o realismo político como a tradição realista conservadora (incluindo as suas várias versões neorealistas e neoliberais) das relações internacionais.

⁸¹ Tradução da autora.

Outro aspeto que terá agravado as fragilidades estruturais do sistema monetário de Bretton Woods é a liberalização dos movimentos de capitais, conforme a lógica do liberalismo enraizado (*embedded liberalism*), que alimentou o Plano Marshall (Gonçalves, 2012).

O economista Robert Mundell, no início dos anos 1960, sugeriu que a livre circulação de capitais exige uma política monetária ativa. Entretanto, a existência de taxas de câmbio fixas não permite que haja uma política monetária autónoma. A fundamentação dessa contradição foi feita na teoria que se designou de “triângulo das incompatibilidades” (Cohen, 1993; Rickards, 2014).

Várias outras circunstâncias contribuíram para demonstrar as fragilidades do sistema monetário de Bretton Woods. Nos finais da década de 1950, começaram a surgir em África novos países, fruto da luta anticolonial. Aqueles formalizaram a sua adesão ao FMI, mas, em simultâneo, juntaram-se a outros países menos desenvolvidos formando o Movimento dos Não-Alinhados (Costa, 2010). Entretanto, a Guerra do Vietname exigia grandes esforços financeiros à economia americana, com o endividamento excessivo provocando grandes desajustes. Por outro lado, no leste asiático a aposta nas exportações começava a dar sinais do *milagre asiático* (Krugman, 2012; Rickards, 2014).

Fruto da boa aplicação do Plano Marshall, alguns países europeus conheceram um rápido desenvolvimento e começaram a alcançar maior autonomia económica e financeira. Essa nova ordem económica permitiu a todos esses países contestar os desajustes internos da política económica americana (testando a hegemonia dos EUA), cuja situação interna económica se agravava com a Guerra do Vietname. Com efeito, em finais dos anos 1960, a confiança no dólar norte-americano entrou em colapso devido a acumulação de défices de comerciais, défices orçamentais e inflação que resultaram de gastos com a Guerra Fria e com a Guerra de Vietname (Rickards, 2014).

Na verdade, o Japão, a Alemanha e a França puseram à prova a capacidade hegemónica dos EUA, exigindo a implementação do acordado no padrão-ouro dólar – conversão dos dólares detidos pelos mesmos em ouro. Os EUA tiveram que “capitular” perante a evidência de não estar em condições de sustentar a referida conversão, o que pôs logo em causa o sistema acordado em 1944. Esse desafio acabou por contribuir para a rutura do sistema monetário de Bretton Woods. No entanto, os EUA não só eram uma potência económica, como militar, e eventualmente por isso, conseguiram resistir até ao

início da década de 1970, quando o agravamento da crise do petróleo não lhes permitiu mais margem de manobra (Marinho, 2007; Costa, 2010).

Estava assim posta em causa a plena hegemonia americana. Os EUA conseguiram, todavia, resistir durante algum tempo, mas finalmente renderam-se às evidências, decretando o fim do padrão ouro em 1971, num emblemático discurso do então presidente Richard Nixon, em que não só suspendeu a convertibilidade do dólar ao ouro, como decretou importantes barreiras comerciais, nomeadamente taxas aduaneiras de 10% sobre todos os produtos aduaneiros (Cohn, 2008). Era um *volt face*⁸² em relação às teorias do livre comércio que o Plano Marshall apregoava.

Porém, se políticas análogas contribuíram para a Grande Depressão, podem parecer inauditas as razões que terão levado os EUA a regressar à política de barreiras comerciais⁸³. No entanto, pode-se, quiçá, conjecturar sobre a hipótese de uma deliberada atitude visando abrandar o florescimento do *milagre asiático* e o rápido crescimento dos países europeus e, por essa via, travar a luta pela partilha da hegemonia (Stiglitz, 2016).

De facto, sendo o FMI a organização com função de garantir a estabilidade das taxas de câmbio e providenciar assistência financeira aos seus membros em caso de desequilíbrios de balança de pagamentos, cabia-lhe a si a tomada de decisão sobre o fim do regime de câmbio que estava consagrado nos seus estatutos. Eventualmente por isso, a decisão do presidente Nixon ficou apelidado de “Golpe de Washington” (Souza, 2007).

Do anúncio feito pelos EUA à efetivação no FMI, passaram mais de dois anos, o que parece fazer prova do grande poder de decisão que aqueles detinham no seio do FMI.

Com efeito, só em 1973, o DES foi redefinido como uma cesta de moedas calculado em função da variação (revista a cada cinco anos pelo Conselho de Administração) relativa de uma cesta de moedas: o dólar, o iene, a libra, o franco francês e o marco alemão⁸⁴ (Rikcards, 2014). O FMI sugere que o DES não deve ser considerado uma moeda, nem um ativo disponível face ao FMI, não obstante representar um ativo potencial face às moedas de uso corrente nos países membros do FMI. Porém, o DES desempenha funções de reserva de valor e de unidade de medida:

⁸² Ou talvez não, uma vez que não parece haver evidências de que os EUA tenham aplicado no seu território o livre comércio.

⁸³ Apesar da situação económica dos EUA ser e diferente do início do regime de Bretton Woods.

⁸⁴ O franco francês e o marco alemão, foram substituídos pelo euro em 1999.

Subscritores de DES podem obter outras moedas de duas maneiras: I- através do regime de trocas voluntárias entre membros; II-O FMI pode designar seus membros com posições externas fortes a comprar DES dos membros com posições externas baixas. Além de seu papel como um ativo de reserva suplementar, O DES serve como unidade de conta do FMI e algumas outras organizações internacionais (IMF - History, 2015, pág.10).

Logo, pode ser compreensível a opinião de que o DES seja considerado uma moeda, embora meramente contabilística.

Apesar dessas evidências de fracasso do regime de taxa de câmbio fixa, só em 1976, na reunião anual do FMI, se deu o reconhecimento formal da falência do regime, tendo as principais economias acordado na definição de um regime de taxas de câmbio flutuantes (Rickards, 2014). Todavia, como previu Keohane (1984), o Sistema Internacional não pode eternamente viver equilibrado por Estados hegemônicos. Aliás, a queda da URSS, enquanto centro da geopolítica dos países ocidentais (com o conseqüente “arrefecimento” da Guerra Fria), proporcionando a diminuição da importância e do poder dos EUA, parece constituir o teste positivo dessa tese.

Com o advento de flexibilidade de regime cambial, mudaram-se alguns dos paradigmas suprarreferidos. Todavia, a hegemonia, quiçá mais branda (porque estendida de certo modo aos chamados países avançados), continua nas mãos do país que tem o direito de veto.

Entretanto, no cenário econômico-financeiro internacional atual, o FMI se propõe continuar a desempenhar um papel incontornável, a saber, promover a cooperação monetária global, assegurar estabilidade financeira, facilitar o comércio internacional, promover o emprego e o crescimento econômico sustentável e reduzir a pobreza em todo o mundo (Rickards, 2014).

No intuito de assegurar essa sua missão, o FMI procede ao controle das economias dos países membros (mantendo assim, em tese, o controle da economia global), concede empréstimos aos países com dificuldades de balança de pagamentos, e proporciona outros auxílios técnicos aos membros. Para o efeito, os países submetem as suas políticas econômicas e financeiras ao escrutínio “rigoroso” do FMI, através de acompanhamentos regulares às suas economias e assessoria técnica em política macroeconômica e financeira, visando a identificação dos pontos fracos passíveis de conduzir à instabilidade financeira ou econômica. Essa vigilância contínua e regular (geralmente anual) enquadra-

se no âmbito dos artigos IV e IIX dos estatutos do FMI, visando a discussão das políticas económicas e financeiras do país.

Tendo em conta que o cumprimento dos estatutos é extensivo a todos os membros, sem qualquer excepção, todos os países membros passam por esse escrutínio levado a cabo por técnicos do FMI, e posteriormente submetido à apreciação e aprovação do Conselho de Administração.

No entanto, o FMI é, de facto, ou devia ser, um banco central para exercer devidamente a missão a que se propõe (Rickards, 2014). Este debate, iniciado por Keynes em 1945, continua na atualidade entre vários autores. James Rickards sugere a esse respeito que:

O FMI é mais compreendido como um banco central do mundo, de facto, apesar da expressão "banco central" não aparecer explícita na identificação do FMI. O *status* de banco central não é o nome, mas o propósito. Um banco central tem três funções principais: realizar a alavancagem, conceder empréstimos e criar dinheiro. A sua capacidade de executar essas funções permite que atue como um prestamista de última instância numa crise. Desde 2008, o FMI tem executado com maior dinamismo todas essas três funções⁸⁵ (Rickards, 2014, pag.199).

De facto, um banco central tem tradicionalmente as funções de alavancagem, prestamista de última instância e criador de dinheiro. De certa forma, o FMI tem executado essas funções, desde a sua institucionalização. Outrossim, de forma mais evidente, o FMI terá desempenhado essas três funções em resposta à crise de 2008, mormente, como prestamista de última instância (Rickards, 2014).

Rickards sugere que após o pânico de 2008 (no auge da crise), o FMI tem utilizado a alavancagem para manter o sistema monetário global, substituindo a dívida privada pela dívida pública. O aumento de montante de empréstimo em percentagem das cotas é consistente com o papel do FMI como um banco de alavancagem. O autor sugere ainda que, o DES é de facto dinheiro (apesar de muitos lhe negarem esse papel) uma vez que o mesmo desempenha a maioria das funções da moeda (Rickards, 2014).

Por outro lado, o FMI só atende a entidades públicas (nesse caso Estados, representados normalmente por bancos centrais), devida e atempadamente credenciadas pelo próprio, tal como qualquer banco central, sendo este um outro argumento que corrobora para a defesa do referido ponto de vista (Rickards, 2014).

⁸⁵ Tradução da autora.

No entanto, o FMI afirma que:

Ao contrário da assembleia geral das Nações Unidas, onde cada país tem um voto, a tomada de decisão no FMI reflete a posição relativa dos seus países membros na economia global. O FMI continua a empreender reformas para garantir que a sua estrutura de governação reflete adequadamente as mudanças fundamentais que ocorrem na economia mundial⁸⁶ (IMF - Governance, 2015, pág. 2).

Portanto, não sendo o FMI uma instituição privada (do tipo corporativo) funciona, de facto, como tal: os acionistas maioritários é que decidem o rumo dos acontecimentos. Para, de facto, satisfazer os objetivos a que estatutariamente o FMI se propõe, facilitando o processo de coordenação de políticas económicas a nível global, a instituição talvez deva enveredar por um sistema de “*um país, um voto*”. Um banco central, como de facto o FMI parece ser devido às funções que se propõe desempenhar, porventura não devia ser uma instituição corporativista. Os bancos centrais são instituições públicas, estatais, para melhor exercerem as suas funções sem que os interesses corporativistas possam interferir (Rickards, 2014). Embora difícil, talvez não seja de descartar uma adaptação dos atuais mecanismos de captação de recursos do FMI a esse objetivo, que se supõe global.

Porém, até agora, as evidências parecem mostrar que os membros mais influentes do FMI optam não pela interdependência, mas sim pelo realismo, na busca do poder geoeconómico - considerando que a quota-voto lhes permite impor as regras de jogo. O reconhecimento da necessidade de mútua dependência seria talvez uma ferramenta poderosa para alcançar o interesse global de ordenar o sistema monetário internacional.

Com efeito, em todas as democracias, cada cidadão tem um voto, independentemente do seu poder económico. Nenhum de nós pode conceber o que seria do nosso país se, para a escolha dos órgãos do Estado em eleições, o nosso voto expressasse somente a correspondente fatia percentual do nosso contributo para os cofres do Estado. E isto parece ser também verdade para organizações multilaterais, pelo menos em termos teóricos. Com efeito, as organizações internacionais usam uma ou a combinação de três tipos de regras de tomada de decisão para a maioria de ações não-judiciais: *majoritário* (as decisões são tomadas por maioria de votos dos Estados-Membros, e cada membro tem um voto); *voto ponderado* (*weighted voting*) as decisões são tomadas por uma maioria ou maioria qualificada, em que os votos dos Estados são na proporção de sua população, contribuição financeira para a organização, ou outros fatores); *igualdade soberana*

⁸⁶ Tradução da autora.

(sovereign equality⁸⁷). As organizações com essas regras que se baseiam na noção de igualdade soberana dos Estados, apostam no voto fundamentado da teoria da lei natural mais tarde adotada por positivistas e outros. A *igualdade soberana* oferece igualdade de representação e de poder de voto nas organizações internacionais. As decisões podem ser tomadas por consenso ou por unanimidade dos membros (Steinberg, 2002).

Apesar de algumas melhorias, o FMI ainda se rege pelo *weighted voting* (voto ponderado (Steinberg, 2002). Na mesma linha, as diferentes associações do BM - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), Sociedade Financeira Internacional (SFI), Associação Internacional de desenvolvimento (IDA), Agência Multilateral de Garantia dos Investimentos (MIGA) têm seus próprios sistemas de votação. No entanto, qualquer deles baseia-se no sistema de voto ponderado, tal como o FMI (BM, 2015).

Talvez não tenha que ser assim, necessariamente. Keohane (1984) sugere que a cooperação pode ter lugar sem hegemonia.

De facto, as instituições multilaterais como o FMI são concebidas para servir os Estados, e não o contrário. O enfoque da agenda do FMI é o crescimento sólido, equilibrado e inclusivo. Esse enfoque parece ser compartilhado pelos 189 membros, ou seja, o interesse de todos deve convergir em torno desse objetivo comum. É evidente que a existência de um interesse compartilhado por parte dos membros não tem que significar que haja uma harmonia de interesses, pois, nesse caso, não haveria necessidade de cooperação para ajuste de políticas (Steinberg, 2002). Porém, o interesse compartilhado aponta para a possibilidade de cooperação, o que o atual sistema de governação não parece motivar. Esta é a questão central analisada por Keohane (1984) – como se deve organizar a cooperação na economia política internacional perante a evidência de interesses comuns.

Robert Keohane (1984), ao abordar o poder da no contexto da economia política mundial, nas instituições internacionais (regimes internacionais) rejeita as afirmações segundo as quais o declínio da hegemonia inibe a cooperação. Um sistema governativo com interdependência, como é aquele que rege a Organização Mundial do Comércio

⁸⁷ O direito internacional prevê que a “sovereign equality” (igualdade soberana) possa ser invocada pelos Estados mais fracos sempre que considerem que haja possibilidade para ingerência de Estados mais poderosos em assuntos internos daqueles. Pode ser também considerado como o sistema de discriminação positiva.

(OMC) (não obstante esta organização não tenha carácter financeiro) - uma organização multilateral instituída em 1995 para regulamentar as trocas internacionais e promover o "livre" comércio, cujo regime decisório é por consenso, quiçá possa servir de referência para uma reforma mais profunda no FMI. Para isso, o FMI teria que passar a ser como um Banco Central. As instituições financeiras não são acionistas do Banco Central, contudo, este é prestamista de última instância daquelas.

Com efeito, a tentativa de se criar em 1949 o que hoje é a OMC⁸⁸ talvez tenha falhado, pela então evidente imposição hegemónica de um país. Na OMC, pelo menos formalmente, parece haver uma tentativa de conciliar os interesses dos países desenvolvidos com os interesses dos países em desenvolvimento, implantando novas políticas económicas, baseadas em algum "equilíbrio" de poder entre todos os países membros⁸⁹. A estrutura superior da OMC é a Conferência Ministerial, em cuja reunião bienal participam todos os membros visando decidir sobre os assuntos relativos aos acordos de comércio multilateral. Segue-se por ordem hierárquica o Conselho Geral, também organizado pelos representantes de todos os membros da organização, assumindo as funções da Conferência Ministerial extraordinariamente. Existem também outros Conselhos para algumas áreas às quais estão adstritos comités e grupos de trabalho. Finalmente, o Secretariado, existe com a função de prestar apoio administrativo para o funcionamento global da OMC (WTO organization chart, 2015).

Outra organização cujos fundamentos organizacionais parecem aproximar-se das ideias de Keohane, é o Banco Central Europeu (BCE) - uma Instituição financeira multilateral, com objetivos similares aos do FMI, cujo sistema de decisão, estatutariamente, é *um país, um voto*. O controlo sobre a atividade do BCE, longe de ser irrepreensível, faz-se a vários níveis, incluindo pelos tribunais de justiça dos Estados-Membros que podem tomar decisões relativamente aos litígios que envolvam o BCE (BCE, 2014). De acordo com os estatutos desta instituição, tanto o Chipre (Microestado) como a Alemanha tem o mesmo poder de voto, e podem ascender a qualquer posto. Com efeito, pelo menos em termos formais (teóricos) o BCE parece funcionar em interligação

⁸⁸ A Organização Internacional do Comércio, que não passou de uma tentativa, já que os EUA, não ratificou o acordo (Júnior & Andrade, 2016).

⁸⁹ Embora ainda não tão evidentes na prática.

com Comissão Europeia⁹⁰, o que não acontece com o FMI, devido ao seu carácter corporativo⁹¹.

Existem, entretanto, alguns obstáculos a que o FMI tenha uma estrutura de governação semelhante à OMC, ao BCE ou a um qualquer Banco Central⁹².

Em princípio (e de acordo com os Estatutos da OMC), qualquer membro da OMC pode atingir ao mais alto cargo diretivo da organização, o que é impensável no FMI. Este é o *primeiro obstáculo*. O *segundo obstáculo* provavelmente reside ao nível de tomada de decisões e de obrigatoriedade do seu cumprimento por todos. A OMC estabelece as regras do comércio “livre”, segue a sua execução, julga e sanciona os infratores, ou seja, tem funções legislativas, executivas e judiciárias. A OMC (em tese) não permite que algum Estado membro adote políticas seletivas, que favoreçam alguns segmentos económicos em detrimento de outros. Com as devidas ressalvas (a propósito da capacidade de persuasão dos países internacionalmente hegemónicos), o multilateralismo funciona em interdependência através das negociações permanentes e vigilância constante de todos países. A esse respeito, Steinberg sugere que:

Os resultados de processos legislativos internacionais gerados a partir de um sistema baseado em consenso podem ter mais legitimidade do que aqueles de um sistema de votação ponderada. Historicamente, os países em desenvolvimento têm se oposto à votação ponderada em organizações. Esses países temem que os países mais ricos possam definir políticas contra os seus interesses. Ao contrário, uma decisão baseada no consenso parece ser um produto de consentimento e de acordo com o princípio da igualdade soberana dos Estados-Membros. E esses princípios estão bem espelhados nas regras constitutivas do direito internacional (Steinberg, 2002, pág. 361).

Apesar de algumas melhorias registadas nos últimos anos na estrutura governativa do FMI, o mesmo rege-se ainda hoje pelos princípios da corrente teórica realista, usando o *weighted voting* (voto ponderado), onde se nega a possibilidade de oferecer igualdade de representação no poder de voto (Steinberg, 2002). Por conseguinte, as políticas económicas nacionais são determinadas pelo FMI, ou seja, pelos Estados com maior poder de voto nesta instituição. Com efeito, o FMI é um espaço onde há disputas entre os Estados fortes (com interesses hegemónicos) negando essa possibilidade aos Estados mais fracos, dos quais fazem parte os MEI. Não se trata de disputas militares – como nas duas guerras mundiais – nem de lutas ideológicas como as que dominaram a Guerra Fria,

⁹⁰ Contudo, esse sistema de “contrapoder”, parece não funcionar em pleno na prática. Alguns países dominantes porventura conseguem exercer a sua hegemonia.

⁹¹ E porque parece não haver uma instituição que faça a interligação, no contexto do FMI.

⁹² Com as devidas adaptações requeridas para uma instituição internacional.

mas sim de guerra económica, cuja configuração teórica foi inaugurada pela geoeconomia (Derfages, 2003).

4.5 . A hegemonia no FMI: casos práticos

Luttwak (1990) defende que, na Era pós-Guerra Fria, a geopolítica é cada vez menos eficiente, pelo que o Estado se deve munir de instrumentos da geoeconomia. Esse autor considera que, perante cada vez menos relevantes ameaças militares, os Estados têm menos necessidade de fazer alianças militares. Por conseguinte, as ações do Estado no âmbito das relações internacionais devem centrar-se na geoeconomia (Luttwak, 1990)

Por outro lado, Derfages (2003) considera que a geoeconomia do FMI⁹³, mormente a sua atuação na regulação da economia global, não obstante implique diversos fatores, é continuamente influenciada pelas estratégias económicas dos estados hegemónicos.

Com efeito, Swaminathan Aiyar (2010) sugere que, enquanto membro do FMI os EUA parecem aceitar, formalmente, a necessidade de revisão das suas políticas económicas e financeiras, por seus pares do FMI. Contudo, provavelmente, ninguém no Congresso do EUA, mudará o seu ponto de vista, ou as suas atitudes, ou seja, as imprudências dos EUA por causa da supervisão por pares como por exemplo, a China ou a Nigéria (Aiyar, 2010, p. 503).

De facto, a permissividade do FMI em relação a um Estado membro terá levado o mundo a uma das suas maiores crises económico-financeira. A missão do artigo IV do FMI aos EUA, em 2006, havia assinalado sinais inquietantes no setor financeiro e nos indicadores macroeconómicos (taxa de inflação), aos quais a instituição teria, provavelmente, dado maior importância, se fosse detetado num país menos influente:

O setor financeiro dos EUA provou ser inovador e resiliente nos últimos anos. Há áreas importantes onde a reforma poderia ajudar a aumentar a solidez e a eficiência do sistema financeiro, entre as quais o reforço da supervisão da *housing GSEs* [...]. No ano passado, as despesas domésticas mantiveram-se altas, estimuladas pelos empréstimos de hipoteca, e inflação de preços atingiu os dois dígitos. No entanto, com o modesto crescimento do emprego e do salário, a poupança das famílias tornou-se negativa. Como resultado e apesar de se ter registado uma melhoria nas contas fiscais, o défice da conta corrente atingiu um novo recorde⁹⁴ (IMF Country Report No. 06/279, 2006, pág. 4, 7).

⁹³ Enquanto ator de economia política internacional.

⁹⁴ Tradução da autora.

Em linha com o relatório suprarreferido, em abril de 2007, o Secretario de Tesouro dos EUA, Henry M. Paulson discursando num dos encontros no âmbito da reunião de primavera do FMI, mantinha o otimismo:

A reunião de hoje tem lugar no contexto de uma continuada robustez e resiliência da economia global, proporcionando um cenário favorável para superar os desafios que enfrentamos... O crescimento mundial deverá rondar os 5% este ano, o que faz dos últimos cinco anos, os mais gloriosos desde a década de 1970. Alguma turbulência financeira registada [nos EUA] em meados de 2006 e novamente no início de 2007 constituíram um teste ao sistema, que se mostrou robusto... O setor financeiro, em particular, é a espinha dorsal da economia moderna, com praticamente todos os outros setores da economia, dependendo de seus serviços⁹⁵ (IMF- Fifteenth Meeting, 2007, pág. 1)

Porém, os indícios do problema do *subprime*, entretanto detetados, eclodiram em 2007 espalhando o risco sistémico, transbordando numa crise financeira internacional.

Não obstante, o relatório da missão do FMI de 2007, ano da eclosão da crise, também não foi contundente nas recomendações:

A originação de empréstimos *subprime* aumentou substancialmente em 2005-06, atingindo cerca de 20 % de todas as novas hipotecas. Enquanto as estimativas variam, no final de 2006 empréstimos *subprime* provavelmente compostos de 12-15 % das hipotecas dos EUA pendentes, com prémios ("Alt-A"), que constituem outros 10 %. Este ritmo manteve-se, reduzindo acentuadamente os padrões de empréstimos, de tal forma que muitos tomadores de empréstimo em 2006 precisavam de substancial apreciação do preço dos imóveis (habitações) para conseguirem se refinarciar... Os analistas aferiram que as regras de empréstimo podiam ser agravadas se o Congresso, os reguladores federais ou os Estados legislassem nesse sentido. No entanto, atualmente, é dada maior atenção aos incentivos que encorajem os prestamistas a suavizar as condições dos empréstimos (*subprime*) para permitir que os mutuários possam permanecer nos seus imóveis⁹⁶ (IMF Country Report No.07/264, 2007, pág. 8).

De facto, tanto os EUA como o FMI parecem ter acreditado que o mercado com ajuda da *mão invisível* resolveria a crise da economia norte-americana.

Ainda, com todos os seus conhecimentos, o historial do FMI em relação a previsão das crises é bastante pobre [...] Além disso, o FMI está sujeito a pressões políticas, dos seus acionistas (governos), e por isso muitas vezes não expressa em voz alta o que realmente pensa... Apesar da sua formidável variedade de modelos e economistas, o FMI falhou totalmente na antecipação ou mesmo, constatação da atual crise financeira. Em 2 de setembro de 2008, poucos dias antes da falência do Lehman Brothers, o então novo economista- chefe do FMI, Olivier Blanchard em entrevista ao *IMF Survey online* afirmava: "Se o preço do petróleo se estabilizar, acredito que nós podemos resistir à crise financeira"⁹⁷(Aiyar, 2010, pág. 493-494).

Joseph Stiglitz, a esse respeito, sugere:

O FMI e o tesouro dos EUA resistiram em impor medidas (regulamentos) que pudessem ter feito os "acidentes" [a crise] menos provável e menos dispendiosa, porque acreditavam que o mercado iria se autorregular [...] Os EUA perderam a liderança global moral e intelectual. O equilíbrio de poder que emergente da crise global significa que os EUA não são capazes de ditar os termos da ordem mundial emergente. A imposição das regras deve ser por meio de persuasão moral, pelo exemplo e

⁹⁵ Tradução da autora.

⁹⁶ Tradução da autora

⁹⁷ Tradução da autora.

pela força dos seus argumentos [...]. Se o país não consegue resolver os seus próprios problemas de forma que o resto do mundo acredita que é justo [...] como pode dar conselhos aos outros sobre como eles devem resolver seus problemas?⁹⁸ (Stiglitz, 2010, pag.29, 138).

Entretanto, não se pode dizer que os EUA tenham usado o seu poder de veto para impedir a supervisão do seu sistema financeiro. Tal atuação demonstraria uma clara ofensiva *hard power*⁹⁹ dos EUA no FMI, tendo em conta que o cumprimento dos estatutos é extensivo a todos membros, sem qualquer exceção. Estranhamente, ou talvez não, ao mesmo tempo que o FMI constatava um nível alto de inflação (de dois dígitos), a necessidade de melhorar a eficiência do sistema financeiro e de aperfeiçoar a supervisão dos empréstimos imobiliários, o mesmo enaltecia a robustez dos gastos domésticos que eram estimulados pelos empréstimos de hipoteca. Em 2008 EUA acumulava dívida externa superior a 350% do PIB (Varoufakis, 2011). Perante uma situação de défice orçamental significativo, o modelo económico do FMI recomendaria muito provavelmente, se se tratasse de outros países, a contração das despesas públicas, reforma fiscal, entre outras. De facto, vários autores, sendo muitos deles funcionários do FMI, abordaram de forma crítica a forma como o FMI, a organização multilateral que tem a prerrogativa de supervisionar a estabilidade financeira internacional, e tem autoridade e recursos para detetar os primeiros sinais da crise, fracassou (Bennett, 2008; Bossone, 2009; Xafa, 2010). Randall Dodd e Paul Mills (2008), respetivamente conselheiro e economista sénior do FMI, sugerem que qualquer um dos inúmeros problemas no mercado hipotecário dos EUA poderia ter sido contido, para que não causasse uma crise global. O ex-administrador do FMI e do BM, Biagio Bossone, foi mais longe, buscando os culpados pela não contenção dos problemas atempadamente. Ele chega mesmo a questionar a atuação das instâncias governativas do FMI:

Onde estava o Conselho Executivo? O Conselho de administração do FMI supervisiona a adequação da política de supervisão da instituição e a sua correta aplicação em todos os países membros [...]. É o diálogo do FMI com autoridades nacionais, especialmente dos maiores países – suficientemente informativo, franco e aberto? Será que os funcionários do FMI sofrem pressão indevida por parte das autoridades para apresentar uma opinião menos verdadeira sobre a economia? Os países levam os conselhos do FMI a sério? Estas são as questões que devem ser devidamente monitoradas pelo Conselho (Bossone, 2009, pág. 8)¹⁰⁰.

Bossone (2009) sugere que, a falta de autonomia e autoridade limitada reduzem a eficácia e o poder de influência do Conselho de Administração do FMI. Por conseguinte,

⁹⁸ Tradução da autora.

⁹⁹ Hard Power é definido como o uso do poder musculado (poder militar); Soft Power privilegia a diplomacia; Smart Power é a conjugação dos dois primeiros (Nye, 2009).

¹⁰⁰ Tradução da autora.

as decisões do FMI são menos consistentes do que seriam se por acaso o Conselho de Administração fosse mais eficaz. Ao analisar o relatório da missão do artigo IV de 2007 nos EUA, Bossone conclui que, tanto os funcionários como o Conselho de Administração do FMI, declararam em uníssono que o sistema financeiro americano estava dando impressionantes sinais de resistência face às recentes dificuldades no mercado de empréstimos hipotecários de alto risco (subprime). A crise financeira internacional, que se seguiu, mostrou que essa conclusão do FMI era um absoluto contrassenso (Bossone, 2009).

James Rickards vê clara incompetência, envolvendo uma certa teia de interesses dos dirigentes do Tesouro dos EUA, com grande influência no FMI, na causa da crise:

Robert Rubin foi secretário do tesouro de 1995 a 1999, depois de ter trabalhado vários anos na Casa Branca de Clinton, como diretor do Conselho Económico Nacional. Antes de entrar para o governo dos EUA, Rubin foi copresidente do Goldman Sachs; ele era presidente do Citigroup no início do colapso dos mercados financeiros em 2007 [...] Os membros do malicioso grupo de Rubin são extraordinários na incompetência revelada durante os seus anos no serviço público e privado e o rasto de devastação financeira que deixaram [...] Os prejuízos resultantes da atuação do grupo de amizade Rubin são incalculáveis, no entanto, sua influência económica continua inabalável [...] David Lipton, o protegido por excelência de Rubin, agora está poderosamente colocado na suite executiva do FMI, num momento crítico da evolução do sistema financeiro internacional¹⁰¹ (Rickards, 2014, pág. 135-136).

Pode-se concluir que, uma atitude mais prudente do FMI (por ventura inibida pelo país com maior capacidade de influenciar as decisões a seu favor), provavelmente teria prevenido a crise económico-financeira, cujos estilhaços ainda hoje assolam a economia internacional.

Entretanto, caracterizando os fatores que podem determinar o poder geoeconómico, Daguzan (2009) sugere que o *lugar geoeconómico* dos Estados depende da sua capacidade ou impossibilidade de influenciar as interações entre os atores dos fluxos económicos internacionais a seu favor.

Como se pode verificar na tabela seguinte, uma análise aleatória de alguns memorandos referentes às missões estatutárias no âmbito do “artigo IV” do FMI relativos ao ano 2007 (ano do início da crise internacional) e 2013, revela que, perante problemas de gravidade similar, as recomendações são mais suaves para uns e mais agressivas para outros, ignorando as circunstâncias de fragilidade económica específica dos países mais fracos.

¹⁰¹ Tradução da autora.

Tabela 6: Fragmentos dos relatórios das missões de artigo IV da França e Barbados.

País	2007		2013	
	Constatações	Recomendações	Constatações	Recomendações
França	As perspectivas económicas de curto prazo da França são moderadamente positivas, mas nublada pelos riscos do ambiente global. As ligações diretas entre a turbulência financeira em curso e economia real doméstica da França até agora têm sido limitadas, entretanto, a economia da França é altamente sensível a choques comuns globais. (IMF Country Report No 08/75, p.3)	A política fiscal deve prevenir o risco de derrapagem do défice orçamental em 2008, ou seja, proporcionar um ajuste fiscal ambicioso daqui em diante [...] (IMF Country Report No 08/75, p.22)	Na sequência da considerável consolidação orçamental e diminuição da confiança, a recuperação económica estagnou em 2012 [...]. Congratula-se com a política de crédito que, continua a incentivar a procura privada permitindo assim o aumento da confiança. (IMF Country Report No 13/251, p.2)	A política do setor financeiro deve proporcionar a consolidação dos significativos progressos alcançados no reforço da estabilidade financeira, e preservar a capacidade dos bancos para fornecer crédito, nomeadamente através da melhoria dos incentivos fiscais e o alinhamento dos produtos financeiros a objetivos de regulação (IMF Country Report No 13/251, p.20)
Barbados	As perspectivas económicas para 2007 são favoráveis: projeção do crescimento económico superior a 4% e a inflação para desacelerar a 5½ por cento. No entanto, o défice da conta corrente provavelmente se mantenha elevada, a 8½ por cento do PIB, e a posição fiscal a deteriorar-se. O país tem um dos maiores rendimentos <i>per capita</i> da região, com acentuadas políticas sociais e indicadores de competitividade altos. (IMF Country Report No. 07/315. p. 3)	As autoridades reafirmaram o seu compromisso de reduzir a dívida do governo central, mas não estavam convencidas da necessidade premente de adotar medidas de política fiscal de ajuste, face à diminuição de reservas externas. Todavia a missão recomenda que procedam nesse sentido, para corrigir a situação. (IMF Country Report No. 14/52. p. 12)	O desempenho económico tem sido fraco e a dívida pública é elevada. As reservas externas estão sob pressão, com desequilíbrios fiscais e externos grandes em 2012 e ainda mais em 2013 [...]. As discussões centraram-se nas medidas fiscais imediatas destinadas à correção das pressões fiscais, nomeadamente, implementando a política monetária consistente com a âncora de taxa de câmbio nominal, (IMF Country Report No. 14/52. p. 2)	Implementar cortes significativos nos gastos e/ou aumentos de Tarifa nas próximas semanas. Cessar o financiamento do défice fiscal através do banco central, para desagravar as pressões sobre as reservas externas. Aumentar as taxas de juros para alinhar a política monetária com a âncora cambial e confiança. Acertar com os sindicatos acordos salariais que reduzam os custos do trabalho real ao longo prazo. Estabelecer estratégia fiscal, credível de médio prazo, ancorada na dívida bruta. (IMF Country Report No. 14/52. p. 11)

Fonte: FMI. Tratamento da autora

Por outro lado, as missões do FMI parecem ignorar o facto de França e Barbados, os casos analisados, terem estágios de desenvolvimento díspares, como sugere a análise do quadro macroeconómico proposto nos relatórios respetivos, espelhados na tabela N°6.

Com efeito, parece tratar-se de exigir maior austeridade aos mais fracos com a consequente perda de competitividade face ao mundo global, o que parece descortinar a existência de contrastes geoeconómicos no FMI que ignoram os seus próprios objetivos estatutários, a desfavor dos países mais fracos.

A análise de outros relatórios das missões do FMI durante os primeiros anos da crise financeira suprarreferida parece confirmar a tendência de favorecimento dos mais fortes.

Provavelmente, recomendação diferente seria feita a países menos poderosos. A recomendação da missão de artigo IV a Seychelles pode ser elucidativa:

Uma significativa e sustentada restrição fiscal; a reforma da estratégia operacional de política monetária; e a redução do papel do Estado na economia. Este esforço terá de ser suportado por uma ampla reestruturação da dívida pública, que, mesmo com os esforços de reforma interna, continuaria a ser insustentável¹⁰². (IMF Country Report No. 08/365, 2008, pág. 10, 26).

Com efeito, a missão do FMI não tratou de contextualizar as suas recomendações à crise económica e financeira internacional.

Conquanto, os interesses geoestratégicos terão ditado um posicionamento distinto do FMI em relação à Ucrânia. Em 2008, a missão do FMI constatava uma situação macroeconómica crítica nesse país:

O crescimento do crédito ultrapassou os 70%, a taxa de inflação excedeu a 30 %, o crescimento salarial estabeleceu-se na faixa de 30 a 40 %, [...], e as importações vêm aumentando a uma taxa anual de 50 a 60 %. O défice da conta corrente atingiu 7% do PIB (IMF Country Report No. 08/384, pág. 3).

Atendo-se à linha neoclássica, padronizada, de atuação do FMI, e perante essa situação alarmante da economia ucraniana, podia-se adivinhar recomendações de restrição orçamental rigorosas, entre outras. Todavia, as condicionalidades do âmbito fiscal impostas ao país em referência, para a concessão do empréstimo foram modestas:

- a. Controlo pela parte do Ministério das Finanças da totalidade da administração tributária do Estado;
- b. Implementação um quadro orçamental de médio prazo;
- c. Conformação as disposições legais de licitação com as da EU;

¹⁰² Tradução da autora.

- d. Estabelecimento de um sistema de monitoração e supervisão de riscos financeiros nas empresas públicas;
- e. Redução da carga fiscal (tarifas) assegurando a expansão da base tributária e/ou reduções de gastos do governo (IMF Country Report No. 08/384).

O contraste na atuação do FMI é também evidente no relatório da missão do artigo IV em 2009, a São Vicente e Granadinas. Com efeito, ainda durante a crise financeira internacional, a missão do FMI manifestava reservas sobre a decisão governamental de investir nas infraestruturas turísticas (setor principal da economia) e insistia na necessidade de reforma fiscal:

O desenvolvimento da indústria turística exigirá reforço de ligações de transporte aéreo, mas o impacto potencial do projeto de Aeroporto Internacional no *stock* de dívida do país precisa ser considerado com cuidado[...] Consolidação orçamental deve continuar [...]. No entanto, os níveis de dívida são ainda elevados e o serviço da dívida consome uma parte considerável das receitas — mais do que os gastos em saúde e educação¹⁰³ (IMF Country Report No. 09/118, 2009, pág. 10).

Porém, Keynes já havia prevenido que em situações de recessão, ou pré recessão, como a que se vivia então no MEI São Vicente e Granadinas (devido a conjuntura económica internacional) a solução devia passar por uma intervenção do Estado através de despesas de capital¹⁰⁴. Vários teóricos, entre os quais Paul Krugman (1999) e Joseph Stiglitz (2002), sugerem que o objetivo de redução de défice fiscal, pode ser atingido a médio/longo prazo, se a aposta for o aumento das receitas a médio prazo. A curto prazo, defendem eles, a aposta não deve ser a redução das despesas, mas sim a sua reorientação para setores sociais e infraestruturais.

Por outro lado, as vulnerabilidades que caracterizam os MEI fazem deles países que sobrevivem, basicamente de rendimentos que resultam da geoeconomia (finanças offshore e turismo). E talvez isso sugira que o país deva fazer uma gestão criteriosa de oportunidades de receitas extraterritoriais que surjam, ao invés de se ocupar de contenção de despesas de capital, como sugere o FMI (Baldacchino, 2012).

É também questionável o foco do FMI em ajustes fiscais e monetários que conduzem à redução da procura agregada (sobretudo, no momento da crise), e consequentemente, retardando o desenvolvimento (Endegnanew, 2013).

Os programas com o FMI passaram a constituir uma condição obrigatória para que o país recetor possa negociar acordos concessionais com outras organizações multilaterais e com os parceiros

¹⁰³ Tradução da autora.

¹⁰⁴ Tendo sempre em linha de conta um horizonte de curto prazo.

bilaterais. Portanto, todo o processo de ajuda à reabilitação económico e social dos LDCs¹⁰⁵ em crise passou a girar em torno de existir, ou não, um acordo com o FMI. Em outras palavras, o FMI também se transformou no instrumento operacional os seus membros dominantes para a implementação de políticas e estratégias económicas e sociais nos LDCs (Castel-Branco 1999, pág. 14).

Não obstante essa dualidade de comportamento em relação aos países membros, o FMI se predispõe a ajudar financeiramente qualquer país que evidencie dificuldades financeiras profundas e, por isso, não reúna confiança suficiente para se financiar no mercado externo a preços aceitáveis, ou seja, mantendo salvaguardo um nível razoável de reservas externas. Para o efeito, desde a sua institucionalização até à presente data, várias foram as alterações de políticas feitas para dar cumprimento ao que está estatuído no artigo 1º do FMI- o direito aos empréstimos. A crise financeira internacional levou países com relativamente bom nível de desenvolvimento económico a recorrer a financiamentos, anteriormente destinados aos menos desenvolvidos. Além do mais, em princípio, a incapacidade dos países de honrar os seus compromissos externos, pode constituir perigo para a estabilidade do sistema financeiro internacional, do qual o FMI é garante. A crise incentivou a conceção de novos empréstimos e acertos nas linhas mestras dos programas de suporte aos empréstimos. Atualmente, os empréstimos do FMI atuam não só no aspeto *paliativo* das dificuldades de financiamento no mercado, como também no aspeto preventivo (IMF, Lending, 2015; Papi, Presbitero & Zazzaro, 2015).

Os empréstimos do FMI passaram a dar uma maior importância à ajuda aos países na melhoria da sua capacidade preventiva de lidar com a crise reforçando a sua capacidade de resistência aos choques. Os recursos do FMI destinam-se, assim, a atenuar a potencial vulnerabilidade económica de países visados (Papi, Presbitero & Zazzaro, 2015).

Assim, de acordo com o FMI, os seus empréstimos visam:

- (i). Aligeirar os efeitos dos ajustamentos derivados dos choques, evitando o efeito de contágio às demais economias;
- (ii). Ajudar a financiar programas que visam reforçar a credibilidade e aumentar a confiança dos investidores;
- (iii). Ajudar a prevenir crises na conta de capital dos países.

Em princípio, o montante máximo do empréstimo é determinado pelos funcionários do FMI, sujeito a posterior ratificação do Conselho de Administração da

¹⁰⁵ Países menos desenvolvidos.

instituição. O limite de acesso aos recursos varia de acordo com o tipo de empréstimo, sendo geralmente um múltiplo da quota do país (o triplo da quota), salvo circunstâncias excepcionais, como eram durante a crise asiática em 1997 ou a recente crise financeira global, conforme a tabela N°7 (mais adiante) (Chwieroth, 2012; IMF-Lending, 2016).

Com efeito, o FMI age como prestamista de última instância, quando o país já não consegue se financiar no mercado de capitais, visando resgatar a credibilidade do país.

Assim, para aceder a esses empréstimos, os países são submetidos a condicionalidades, de ordem macroeconómica e financeira, expressas em programas preconcebidos e raras vezes bem-sucedidos, tendo, em geral, o objetivo intermédio de redução do défice orçamental (Nye, 2008).

Com esse programa, pretende-se, por exemplo, que a Costa Rica reduza o défice da conta corrente, o défice fiscal, a taxa de inflação e, conseqüentemente, melhore o quadro macroeconómico. Assim estará assegurado, na perspectiva do FMI, o aumento da resiliência da economia ao ambiente externo adverso (crise financeira internacional), atenuando o efeito negativo deste sobre o crescimento (IMF- Costa Rica, 2009).

Num outro caso, que se refere a São Cristóvão e Névis, o pedido de resgate deveu-se à combinação dos efeitos da crise mundial com os danos causados pelo furacão *Omar*. O furacão provocou o encerramento temporário dos principais hotéis em Névis, levando à drástica redução das receitas turísticas e dos investimentos externos. Como resultado, a economia de São Cristóvão e Névis contraiu, aumentou o desemprego, aumentou a dívida pública e conseqüentemente as contas fiscais deterioraram-se. No fim do programa (e dos desembolsos), o FMI previa que esse quadro se revertesse, uma vez que deveriam estar criadas as bases para a sustentabilidade da dívida pública, estabilidade macroeconómica e a conseqüente dinamização do crescimento económico (IMF- Country Report No. 12/216, 2012).

Condicionalidades similares causaram dificuldades nas contas fiscais e externas de Antígua & Barbuda na sequência de restrições orçamentais recomendadas no âmbito do *Stand-By Arrangement* acordado em 2010

Tabela 7:. Algumas condicionalidades para o empréstimo Stand-By Arrangement.

País	Ano	Motivo	Condicionalidades /Ações	Objetivo	Empréstimo (DES)
São Cristóvão e Névis	2011	Drástica redução de receitas turísticas e investimento direto estrangeiro. Deterioração das contas fiscais e aumento da dívida externa.	Aprovar um plano de reforma de administração pública com a política de recursos humanos, revendo a organização e a estrutura da administração pública e gestão salarial. Analisar a capacidade de endividamento das empresas públicas de gestão. Racionalizar as vendas de terras públicas e agências de desenvolvimento. Atualizar os testes de stress para as Instituições financeiras	Melhorar a gestão de finanças públicas Gestão das Finanças públicas estreita. Estabilidade do setor financeiro	52.300.000 (590 % da quota)
Antígua & Barbuda	2010	Grave crise fiscal e da balança de pagamentos da história do país;	Reforçar a tecnologia da informação e recursos humanos. Harmonizar a legislação tributária e estabelecer o Tribunal Fiscal. Implementar a regulamentação para a lei de administração de finanças; reforçar as operações de tesouraria, incluindo dinheiro e vale-sistema de gestão; promulgar a nova lei de licitações. Reformar a administração pública. Iniciar o trabalho sobre o programa de transformação de serviço Civil (pesquisa da folha de pagamento). Reformar empresas públicas. Desenvolver um plano de privatização de empresas governamentais	Melhorar a gestão orçamental Melhorar a gestão orçamental fiscal Promover a transparência fiscal Reduzir a massa salarial para ajudar a melhorar o desempenho fiscal	81.000.000 (600 % da quota)
Costa Rica	2009	Diminuição do crescimento real do PIB, deterioração das contas fiscais, conta corrente, da taxa de câmbio, e da inflação.	Elaborar relatórios mensais sobre a monitorização do sistema bancário Unificar o mercado monetário sob uma única plataforma Estabelecer um sistema de previsão diária de sistémica liquidez no mercado monetário Elaborar um projeto de lei para reforçar o quadro de resolução dos bancos.		492.000.000 (300 % da quota)

Fonte de Dados: IMF Country Report No. 11/270, 2011; IMF- Costa Rica, 2009; IMF- Antígua & Barbuda, 2010. Tratamento da autora.

Com efeito, esse programa recomendava medidas restritivas, com as quais conjecturava a redução do déficit da conta corrente externa a contração da atividade económica (recessão) em cerca de 2 %, em 2010, seguida de uma pequena recuperação da economia em 2011 e um crescimento real positivo de cerca de 2,5% em 2012. No entanto, em 2015, a avaliação da situação económica do país por outra missão de artigo IV do FMI, constatava um crescimento económico modesto (inferior a 2%), que confirmava o aprofundamento do desequilíbrio macroeconómico tanto nas contas externas como fiscais graves de pagamentos fiscais e externas (a dívida pública cerca de 100% do PIB) e grandes dificuldades de fluxo de caixa (IMF Country Report No. 15/189).

No FMI, conjectura-se que o sucesso desses programas de suporte aos empréstimos do FMI seja avaliado em função das respostas dos mercados financeiros privados a esses programas (Chwioroth, 2012; IMF-Lending, 2016). As condicionalidades dos empréstimos (ou seja, os programas com o FMI) consistem, geralmente em vários compromissos configurados em ações prévias, critérios de desempenho quantitativos, metas indicativas e critérios estruturais. As ações prévias são determinadas pelos funcionários das missões do FMI, como condição prévia para que o pedido de resgate seja apresentado ao Conselho de Administração. Os desembolsos parcelados do empréstimo são precedidos de avaliações periódicas das missões e devidamente aprovados no Conselho de Administração do FMI (IMF-Lending, 2016). Na tabela Nº 7 (acima), apresentamos de forma sucinta, algumas condicionalidades a que alguns países¹⁰⁶ se submeteram no âmbito do programa de empréstimo *Stand-By Arrangement*.

No entanto, alguns autores sugerem que a concessão de empréstimos, ou outras intervenções nos países membros, obedecem não somente a critérios de ordem técnico-económica, mas também a outros aspetos de cariz político, mormente a proximidade política com os países mais fortes (com maior quota no FMI) (Dreher & Jensen, 2007). Em linha com essa sugestão, estudos realizados para o próprio Banco Central Europeu (BCE)¹⁰⁷ concluíram sobre a preponderância de fatores geopolíticos e geoeconómicos na concessão de empréstimos, por parte do FMI,

Mais importante, o fator geopolítico e potencial são fortes determinantes de empréstimos do FMI. No entanto, eles influenciam a probabilidade para assinar um *Stand-By Arrangement* e

¹⁰⁶ A escolha de alguns MEI com vista a analisar os requisitos (condicionalidades) requeridas para a concessão, bem como a dimensão do empréstimo concedido, foi aleatória, excetuando-se a Costa Rica, cuja escolha se deve à proximidade política com os EUA.

¹⁰⁷ Working Paper do Banco Central Europeu.

um PRGF diferentemente. Com efeito, o FMI favoreceu países geopoliticamente importantes através da Stand-By Arrangement, enquanto países que receberam PRGF não parecem ser selecionados de acordo com sua importância geopolítica [...] Para concluir, não pretendemos apresentar uma análise crítica sobre se o FMI deveria favorecer países geopoliticamente importantes.

No entanto, as conclusões da nossa análise pretendem questionar as externalidades positivas das condicionalidades, desde que a decisão de atribuir empréstimos concessionais [...] não são influenciadas apenas por fatores económicos, mas também os geopolíticos¹⁰⁸ (Reynaud and Yauday, 2008, pág. 44).

Jeffrey Sachs (2005) corrobora essa linha de pensamento, sugerindo que uma das principais falhas do FMI seja a sua falta de ambição no apoio à consecução dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM). Ele conjectura que o FMI podia ser mais proativo, apoiando os países a cumprir os seus esforços nacionais para formular as suas estratégias para alcançar os ODM, com cenários macroeconómicos mais favoráveis ao cumprimento desse desiderato. Com efeito, a fixação de objetivos fiscais – défice orçamental – semelhante aos dos países desenvolvidos, impede-os de empregar ajudas financeiras disponíveis para minimização de problemas sociais graves no domínio da saúde e educação, o que a médio prazo lhes retira, ou não permite, a possibilidade de apresentar níveis de competitividade externa próxima dos demais países membros do FMI (Sachs, 2005; IEO,2006). Essa situação se repete nos novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Outros autores, tais como Axel Dreher, Jan-Egbert Sturm, e James Raymond Vreeland (2015), movidos pelas críticas às últimas intervenções do FMI em alguns países europeus analisaram a hipótese de que a proximidade com os acionistas mais influentes do FMI possa corresponder a tratamentos mais suaves (e, consequentemente, com menos austeridade) em detrimento de outros. Para o efeito, os autores analisaram as condicionalidades impostas a um grupo de países, entre os quais os países membros temporários do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) e aferiram que a estes membros do FMI são impostas cerca de 30% menos condicionalidades do que aos outros países em igualdade de condições económicas. Essa conclusão sugere que a função de membro de CSNU tem um retorno económico a curto prazo, caso o país precise recorrer aos empréstimos do FMI. Com efeito, os empréstimos concedidos aos países politicamente importantes na arena internacional (de importância geoestratégica para os

¹⁰⁸ Tradução da autora.

membros hegemônicos do FMI) têm os condicionalismos mais brandos (Dreher, Sturm & Vreeland, 2015).

Essa linha de argumentos parece ser consistente com as conjecturas de outros autores - Randall W. Stone (2008) e Jeffrey Chwieroth (2012). Este último vai mais longe nas suas presunções, sugerindo que para além dos aspetos abordados, existe outro que influencia a concessão de empréstimos pelo FMI aos seus membros – a governação informal. O uso das faculdades da governação informal que um país pode fazer no FMI, defende o autor, emerge da interação de três fontes de poder: o poder estrutural, que representa as opções disponíveis para o país (exógenos à sua vontade), as regras e procedimentos formais do FMI (que definem a política da instituição) e a influência informal (que faculta ao país os meios para moldar as regras da instituição) (Chwieroth, 2012).

Com efeito, esse autor reforça o argumento de que o FMI seja uma organização política em que os países hegemônicos usam diversos métodos (incluindo procedimentos informais) para intervir nas decisões de concessão de empréstimos de acordo com os seus interesses geopolíticos. Esses procedimentos informais podem mesmo contornar os procedimentos e regras organizacionais formais, desde que os negociadores do país em causa se comprometam com os objetivos de políticos do FMI. Logo, os países que conseguem deste modo empréstimos do FMI, com menor imposições (condicionalidades), de facto têm capacidade geopolítica¹⁰⁹ (Stone, 2008; Chwieroth, 2012).

Por conseguinte, se por um lado, os empréstimos do FMI parecem solucionar os problemas da balança de pagamentos de alguns membros, por outro lado, prejudicam, ou melhor, ajudam pouco os países mais pobres, o que parece descortinar a geoeconomia de *soma-zero* (Baru, 2012), enquanto versão do realismo político.

A tabela N°7, acima, espelha alguns casos de empréstimos, movidos pelos constrangimentos fiscais e das contas externas, consequência da crise financeira internacional de 2008. Nessa listagem de recomendações, destaca-se a receita antiga do PAE- a privatização de empresas públicas, neste caso, sugerida como solução para os problemas fiscais da Antígua & Barbuda num momento de crise.

¹⁰⁹ Que abordaremos ainda neste capítulo.

Em suma, parece existir um evidente contraste entre o objetivo estatutário do FMI, ou seja, a estabilidade das contas internas e externas de todos países membros, e certos condicionantes económicos impostos a alguns países nos programas do Fundo.

4.6 . O lugar geoeconómico dos MEI no FMI

A maioria dos pensadores da área económica, desde os tempos remotos, ao abordarem questões económicas, não o fazia de forma alheia a questões políticas e geográficas (Baru, 2012; Roach, Griffiths & O'Callaghan, 2014). Por outro lado, são fatores geográficos de interesse económico que estiveram, e estão, na base de todas as guerras, sejam elas fronteiriças ou não (Baru, 2012).

De facto, ainda na antiga Grécia, há mais de dois mil e quinhentos anos atrás, o antigo General ateniense Tucídides (tido como um dos primeiros a referir-se às ideias que mais tarde foram estruturadas como teoria realista e neorrealista das relações internacionais) escrevia sobre as vantagens de fazer alianças estratégicas com parceiros de confiança para agregar valores para ambas as partes em áreas de interesses nacionais compartilhados. Porém, as relações internacionais da época descrita por Tucídides assentavam basicamente na guerra e na diplomacia (Vitalis, 2012). No entanto, as relações internacionais evoluíram em linha com a evolução das sociedades, pelo que a cultura, a economia, os objetivos globais como os direitos humanos e a justiça, se tornaram aspetos importantes, a não negligenciar nas relações internacionais (Keohane & Nye, 2000). Com efeito, nas últimas décadas do século XX, com início nos anos 70, o embargo do petróleo árabe e a crise do sistema de Bretton Woods, entre outros acontecimentos, determinaram o fim da Era de crescimento económico do pós-guerra. Na nova era que se iniciava, a Economia Política Internacional surge como o ramo da ciência em que são expostas diferentes perspetivas de abordagem e alguns instrumentos teórico-conceituais de base em matérias ligadas ao sistema comercial e financeiro internacional.

Entretanto, os seguidores do realismo, adaptando-se à realidade político-económica internacional, desenvolveram uma nova vertente, a que se convencionou denominar de neo-realismo ou realismo estrutural, mantendo, todavia, a separação entre a política e a economia.

Assim, Waltz (2000) sugere que as relações internacionais devem basear-se no realismo estrutural, fundados em estrutura e unidades em interação. Para esse autor, o que

importa são os efeitos estruturais dessa interação, e não as características individuais de cada unidade que interage dentro do sistema ambas partes em áreas de interesses nacionais compartilhados. Os Estados (enquanto autoridade superior no sistema) coexistem num sistema de auto-ajuda, porém, eles podem não se preocupar com a maximização do ganho coletivo, mas sim, com a sua diminuição para preservar, ou alargar o fosso de bem-estar e poder entre si e os outros Estados. Essa decisão pode variar de acordo com a natureza do Estado. Neste sistema, o engajamento de todos, potencia a maior disponibilização de recursos a distribuir, mas quem não se especializar, será prejudicado. Por outro lado, os sistemas anárquicos são contrários à cooperação, preferindo a auto-ajuda, na tentativa de maximizar os ganhos relativos (Waltz, 2000).

O neorealismo, não parece apropriado para os MEI, como já abordamos nos capítulos precedentes. Por outro lado, Lorot (2009) sugere que na atualidade as relações internacionais são expressas basicamente sob a forma de geoeconomia. Com efeito, Lorot aventa que:

[...] a geoeconomia é a análise de estratégias económicas - nomeadamente comerciais -, decididas pelos Estados no âmbito de políticas que visam proteger a sua economia [...]. Um elemento de poder e de influência internacional e contribui para o fortalecimento do seu potencial económico e social. A geoeconomia indaga sobre a relação entre o poder e o espaço, mas um espaço 'virtual', ou seja, um espaço livre do conceito de fronteiras territoriais e físicas que são característicos da geopolítica. Por conseguinte, um mecanismo geoeconómico reúne todos os instrumentos à disposição de um Estado, suscetíveis de serem mobilizados por este, visando a satisfação de todos ou parte dos objetivos acima referidos (Lorot, 2009, pág. 14).

Alguns autores consideram que a geoeconomia, ou seja, as relações complexas e por vezes contraditórias, entre lógicas económicas e lógicas geopolíticas dos países hegemónicos, segue o princípio de *soma zero*. Ou seja, assenta em métodos comerciais com lógica de conflito, podendo-se considerar de neo-mercantilista (Baru, 2012; Kundnani, 2011; Luttwak, 1990).

Com efeito,

O conceito de geoeconomia parece agora particularmente útil como uma forma de descrever a política externa da Alemanha, que se tornou mais disposta a impor as suas preferências económicas sobre os outros países no seio da EU, no contexto de um discurso que demonstra concorrências do tipo *soma zero* entre o fiscalmente responsável e fiscalmente irresponsável¹¹⁰ (Kundnani, 2011, pág. 41).

Dos 189 membros do FMI, cerca de 10% cabem no nosso conceito de MEI justificado no Capítulo II. Mesmo depois da reforma em curso, todos juntos estão longe de atingir 0,5% do voto-quota no FMI. Sendo assim, são escassas as possibilidades de exercerem

¹¹⁰ Tradução da autora.

qualquer coerção a seu favor, tendo em conta que, segundo Baru (2012), os determinantes do poder geoeconómico são a conjugação do poder no domínio dos conhecimentos (i.e. a capacidade dos recursos humanos), da potencialidade em recursos naturais e capacidade agrícola, do nível sociopolítico da sociedade (em especial a dimensão da classe média e classe empresarial) que assegure a boa governação, e dos meios económico-financeiros para sustentar uma boa capacidade militar.

Decorre do primeiro fator, que o saber e o conhecimento são instrumentos poderosos de poder. E quanto maior número de pessoas altamente qualificadas, mais bem posicionado estará o país em termos de poder geoeconómico. Este fator parece jogar contra os MEI, devido à escassez de recursos humanos qualificados, entre outros.

No que diz respeito ao segundo determinante, não há evidências de que algum MEI¹¹¹ tenha recursos naturais em abundância, justificando-se assim a sua desvantagem comparativa. Por outro lado, a exígua dimensão territorial não favorece uma diversificação agrícola capaz de assegurar segurança alimentar dos MEI.

Os MEI podem ter o terceiro fator determinante do poder geoeconómico, mas provavelmente não nas mesmas dimensões dos estados com maior território e população. Aliás, como abordado nos capítulos precedentes, a boa governação que decorre também da capacidade institucional, é um dos aspetos críticos (com incidência diferente) à quase generalidade dos MEI.

O outro fator determinante do poder geoeconómico, segundo Baru, é a capacidade militar. Na mesma linha de raciocínio, encontramos Boswell, que corrobora que a capacidade militar empodera os Estados. Com efeito,

Quando se fala do poder das Nações, em geral, deve tratar em duas dimensões: o poder militar e o poder económico [...] A hegemonia é mais do que a [mera] dimensão da economia de um país [...] Coisas tais como, de onde vêm as principais inovações, que países têm sede das empresas que operam em outros países, quem cria as normas para diferentes indústrias pelo mundo [...] Todos esses fatores tendem a estar ligados ao tamanho e à influência de alguma potência mundial. Logo, o tamanho importa¹¹² (Boswell, 2004, pág. 517, 521).

Assim, a capacidade militar será dos pontos mais fracos dos MEI, por motivos de dimensão territorial e populacional, bem como financeiros. A sua fraca capacidade económica, associada à diminuta quantidade e qualidade dos seus recursos humanos, não permite que se assumam, naturalmente, como uma potência militar, pelo que, consequentemente, diminui o seu poder geoeconómico.

¹¹¹ A não confirmação de existência de Petróleo explorável em São Tomé e Príncipe confirma essa regra.

¹¹² Tradução da autora.

Em suma, e se concordarmos com o ponto de vista de Baro, podemos concluir que o poder geoeconómico dos MEI é exíguo. E Almeida parece corroborar quando diz que,

O pequeno Estado leva mais tempo, e exige mais vontade para atingir níveis de vida e técnicas adequadas à competição moderna. Alguns economistas, na verdade a maior parte deles, defendem não ser possível desfrutar, plenamente, de técnicas modernas se o tamanho do mercado for inferior a 10 ou 15 milhões de habitantes [...] o que constituirá um sério obstáculo e uma desvantagem estrutural para os Estados menores [...] Enquanto nas unidades maiores, o número e eficiência dos competidores geraria uma agressividade benéfica para o produto e para o preço, nas menores haveria tendência para o monopólio e acomodação. (Almeida, 2012, pp. 252-253)

De facto, os MEI, enquanto membros do FMI, têm direito tanto aos financiamentos, como à assistência técnica do FMI, tal como os seus pares de maior dimensão. Contudo, as condições de acesso são muito mais difíceis para aqueles. Esses financiamentos e assistência técnica são, geralmente, calculados em função da dimensão populacional e do PIB, o que pelos constrangimentos já referidos, não favorece os MEI, uma vez que as suas necessidades não são necessariamente proporcionais à sua micro dimensão.

Por outro lado, os MEI dependem, quase todos, das Ajudas Públicas ao Desenvolvimento (APD) para financiar a maior parte do seu Orçamento de Estado (no caso são-tomense, acima de 80%). Esses financiamentos são também condicionados ao cumprimento dos programas com o FMI que, por sua vez, define os parâmetros das políticas fiscal, monetária e externa que os países devem seguir. Infelizmente, algumas vezes, as missões do FMI, refugiam-se na capacidade de absorção dos países (sobretudo os de dimensão populacional reduzida) para impor balizas fiscais muito estreitas que restringem a realização de despesas e, conseqüentemente, a capacidade de uso das APD. Os critérios de desempenho e indicadores de referência efetivos sobre o défice fiscal e o financiamento, teto de despesas correntes (como salários) e reservas externas são os traços principais dessa restrição (IEO, 2006). Outra restrição à APD reside no facto de os financiadores ficarem na expectativa do bom desempenho do programa do FMI, antes de fazer qualquer desembolso, o que não é fácil ocorrer uma vez que os programas são de difícil execução. Estes constrangimentos impostos aos MEI parecem comprometer a competitividade externa futura, e sacrificam o desenvolvimento a favor da estabilidade macroeconómica de curto prazo, fundamentada em princípios monetaristas, ao invés de uma política fiscal ponderadamente expansiva (IEO, 2006). Depois da Segunda Guerra Mundial, logo na génese do FMI, foram desencadeadas ações (pelos EUA em colaboração com o FMI) que levaram à criação de um Plano Marshall, e que alavancaram o crescimento da Europa. Constituindo os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

(ODS) um grande desígnio das Nações Unidas (ONU), alguns autores, entre os quais Jeffrey D. Sachs (2005) e Franz-Josef Radermacher (2016), sugerem que o FMI encabeçasse um projeto deste género para os Estados mais frágeis, mostrando que a geoeconomia do FMI é de facto no sentido do interesse global. Um programa do género, devidamente desenhado (ou seja, adaptado) para os MEI em situação económica difícil, quiçá seria a alavanca necessária para o cumprimento dos ODS e um desenvolvimento sustentado dos países em referência (Radermacher, 2016; Sachs, 2005). Radermacher (2016) sugere um acordo a nível mundial, no qual tomassem parte, para além do FMI, BM e ONU, outras organizações internacionais, empresas transnacionais, organizações não-governamentais e governos, para a elaboração e implementação dum tal plano a nível global. Porém, a sua aplicação não parece ser factível na atual ordem mundial.

Efetivamente, a atitude do FMI pode apontar para um fraco ou inexistente poder dos MEI no sentido de influenciar as decisões nessa instituição de acordo com as suas necessidades. Na atual ordem jurídico organizacional do FMI, os MEI não têm poder de voto para reverter esse quadro a seu favor.

Entretanto, Keohane e Nye referindo-se a *soft power* (tendo em conta que *hard power*, e consequentemente *smart power* não estão ao alcance dos não hegemónicos¹¹³), sugerem uma janela de oportunidade:

Seja por *cenouras económicas* ou ameaças militares, a capacidade de persuadir ou coagir tem sido o elemento central do poder [...] a capacidade de um Estado pouco vulnerável manipular ou escapar das limitações de uma relação de interdependência sem custos adicionais é uma importante fonte de poder¹¹⁴(Keohane e Nye, 1998, pág. 4).

Com efeito, e em linha com Keohane, Armstrong (1998) sugere que o sucesso dos MEI depende da habilidade de compensar a sua micro dimensão através da eficaz conjugação de uma boa política interna com uma economia política internacional adequada às suas especificidades (Armstrong & Kervenael, 1998). Com essa proeza, os MEI podem conseguir equacionar a sua sobrevivência apesar dos seus escassos recursos humanos, recursos naturais, territoriais e financeiros e das vulnerabilidades. Ou seja, os MEI devem construir a sua zona de acomodação geoeconómica (Baldacchino, 2014).

¹¹³Podendo-se quiçá admitir, em casos específicos a possibilidade de uso de *smart power* por um país não hegemónico, mas que reúna condições para lutar pela hegemonia.

¹¹⁴ Tradução da autora.

4.7 . Zona de acomodação geoeconómica para os MEI

Parece ter ficado evidente que estamos perante a ausência de uma desejável liderança global, eficaz, de acordo com os padrões e normas do FMI. Parece também que, as grandes potências optam mais por uma geoeconomia de *soma zero*, do que pelo cooperativismo (Leonard, 2015), razão pela qual os MEI não beneficiam de vantagens geoeconómicas no FMI, ou seja, essa instituição parece não facilitar a alavancagem da economia dos mesmos. Como consequência desse facto, fica a dúvida de que no FMI todos joguem sempre, um *jogo de soma positiva*.

Como já referimos, após a segunda Guerra Mundial, instalou-se a bipolaridade em que o bloco socialista encabeçado pela URSS e o bloco ocidental (capitalista) liderado pelos EUA se enfrentavam na Guerra Fria. Porém, a incapacidade militar explicada, entre outras, pela condição microinsular, não facilitava aos pequenos Estados alinharem-se a um dos dois blocos.

A essa natural incapacidade militar, agregava-se a falta de recursos humanos e naturais e as demais vulnerabilidades socioeconómicas dos pequenos Estados, mormente a sua desvantagem no que se refere às vantagens comparativas nas exportações de *commodities*. Tal condição terá contribuído para teses que então pairavam desconsiderando esses recém-surgidos países. Essas ideias estavam em linha com a corrente teórica das relações internacionais dominante de então (neo) realismo (Baldacchino, 2015).

De facto, durante as décadas de 1950 e 1960, muitos teóricos e políticos (neorrealistas) sugeriam que os MEI eram inviáveis enquanto Estados independentes devido às suas vulnerabilidades e dependência do exterior, pelo que deveriam associar-se aos países de grande dimensão, num modelo a que designaram *modelo de patrão-cliente internacional*. A literatura de então defendia que essa era a única possibilidade de os MEI serem espaços territoriais desenvolvidos (Matlosa, 1997; Veenendaal, 2012; Veenendaal, 2014). Essa visão parece analisar as relações internacionais entre esses países de forma unívoca, abstraindo-se do facto que só existem relações internacionais num cenário de “trocas”:

[...] O pensamento (neo)realista da Era Pós-Guerra enfatiza a vulnerabilidade e dependência dos pequenos Estados na política internacional. De acordo com a literatura dos anos 1950 e 1960, os pequenos Estados podiam aumentar as suas chances de subsistência associando-se aos Estados de maior dimensão, ou afiliando-se às organizações internacionais¹¹⁵ (Veenendaal, 2014a, pág. 13-14).

¹¹⁵ Tradução da autora.

Porém, observando a realidade, outros autores, entre os quais Ernst Schumacher, aferiram que não obstante as desvantagens, os pequenos Estados também detêm algumas vantagens que advêm da sua micro dimensão, e que podem dinamizar o seu desenvolvimento. Schumacher (1973) sugere que ser grande pode não ser necessariamente vantajoso. Ou seja, a dimensão dos Estados não determina o seu sucesso.

Entre essas vantagens, alguns autores apontam o carácter cooperativista natural das populações dos microestados, o que pode facilitar alguns arranjos políticos e económicos (Svetličič & Cerjak, 2015). De igual modo, para esconder a sua incapacidade de alinhar-se a um dos blocos acima referidos, os pequenos Estados (incluindo os MEI), aderiram ao pólo dos não-alinhados, instituído por um grupo de países (Pace, 2006).

As literaturas mais recentes são menos pessimistas. Contudo, aferimos ao longo do estudo, que as relações internacionais entre os MEI e os países de maior dimensão revelam grande dependência daqueles em relação a estes. No entanto, as relações entre os MEI e os países de maior dimensão, podem não se resumir à submissão devido às vulnerabilidades já referidas. As relações internacionais são, de facto, caracterizadas pelo fator troca, pelo que, quiçá seja possível equacionar um outro tipo de relação que diferirá da *soma zero*.

Com efeito, os atores da EPI são movidos por vários incentivos, motivações e atitudes muitas vezes contraditórias, o que se reflete na discordância sobre que tipo de relações internacionais deve o MEI prover.

Nessa ordem de ideias, Wouter Veenendaal (2014) sugere que seja possível no âmbito das relações internacionais um modelo mais frutífero para as relações entre países grandes e pequenos Estados com vantagens para ambos, num modelo a que este autor designa por “*modelo de clientelismo internacional*”. Para tanto, essas relações devem preencher alguns requisitos, mormente a reciprocidade, igualdade, conformidade e proximidade histórico-afetiva (Veenendaal, 2014). O preenchimento desses requisitos, garante o autor, que, as relações internacionais não sejam objeto de clientelismo¹¹⁶, mas sim de interesse público, manifestado pela opinião pública ou preferências e procura de seus próprios cidadãos.

De facto, os MEI podem estabelecer relações do tipo multilateral ou bilateral com outros Estados vizinhos, nomeadamente, as uniões aduaneiras, sindicatos postais e uniões

¹¹⁶ Tal como as ideias iniciais desse modelo quadro de patrão-cliente pressupunham.

monetárias. Assim, os MEI, para contornar a marginalização imposta pelos hegemônicos, talvez devam buscar *zonas de acomodação geoeconómica*¹¹⁷, através da conjugação da política interna (facilitada pela boa governação) e uma ajustada economia política internacional (Baldacchino, 2006).

De facto, alguns MEI conseguiram transformar-se em países com níveis de desenvolvimento apreciável, quiçá graças à proeza de construírem a sua própria geoeconomia no seio do FMI. Esses MEI trataram de otimizar a estratégia política (interna e externa) com as suas vantagens geográficas. A maior parte dos MEI, quer por via da Commonwealth quer por via de acordos especiais com os EUA ou a Austrália, delega alguma parte da sua soberania. Essa delegação de poderes verifica-se no domínio Político-constitucional, defesa ou justiça, por razões de pragmatismo e ou de necessidade. Muitos MEI têm assim alicerces diversos em países vizinhos, ou ex-potência colonizadora, com os quais têm ligações históricas e culturais, dos quais recebem apoios em áreas substanciais da sua soberania. Assim, provavelmente alargaram um pouco o seu poder geoeconómico, aplicando, em alguns casos, a diplomacia do *poder dos que não têm poder* (Goldfarb, 2007), tornando-se relativamente mais importante no contexto político internacional, incluindo no FMI. Porém, São Tomé e Príncipe não parece gozar dessa vantagem. Com efeito, São Tomé e Príncipe é membro da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), cujo carisma e nível de implantação internacional, não parece facilitar, ainda, o exercício dessa função - alicerce, contrariamente à Commonwealth. A sua ex-potência colonial (Portugal), também não parece gozar de hegemonia que se equipare a das demais ex-potências coloniais dos outros países em estudo. No entanto, Portugal tem sido um aliado de São Tomé e Príncipe na arena internacional, sendo exemplo disso a intercessão junto da UE, para facilitar a paridade cambial entre a dobra e o euro. A nível regional, São Tomé e Príncipe integra a CEEAC, cujos desafios do âmbito da integração regional, apesar de ambiciosos, parecem de difícil alcance (como abordado no ponto 2.3.4) (CEEAC, 2017).

Por outro lado, em termos geoestratégicos, os MEI têm, naturalmente, natureza marítima. George Modelski considera que a história geopolítica mundial é a história dos poderes marítimos (Boswell, 2004; Modelski, 2008). Com efeito, a localização geográfica dos MEI faz deles espaços de monitorização e segurança marítima e a não dispensar. Graças à sua situação geográfica, os MEI do Pacífico beneficiam dessa importante

¹¹⁷ Ou seja, espaço de equilíbrio dos interesses geoeconómicos.

vantagem comparativa geoestratégica. Como abordado no Capítulo II, a localização dos MEI do Pacífico tem sido importante para as estratégias defensivas dos países hegemónicos a nível global, ao longo dos séculos. Esses MEI constituem, provavelmente, um importante aliado para o combate às inúmeras ameaças e riscos com que os países hegemónicos no FMI se debatem. Por sua vez, esse facto representa um potencial valor geopolítico e geoestratégico dos MEI. De facto, desde o início do século XIX que a teoria do *Heartland* sugere a importância do poder militar na geopolítica (Reynaud and Vauday, 2008). Reynaud e Vauday conjecturam a hipótese de os empréstimos do FMI estarem positivamente correlacionados com fatores militares de importância geopolítica para os EUA e os seus aliados. É nesta ordem de ideias que os MEI do Pacífico, nomeadamente, Palau, Kiribati Micronésia, Ilhas Marshall, têm acordos especiais de amizade com os EUA, que abarcam questões de defesa e segurança, e que permitem aos americanos o exercício da guarda costeira, ou seja, a patrulha da zona económica exclusiva por navios e aeronaves desse país. A aliança com os EUA engloba outras responsabilidades financeiras por parte destes, tais como, serviços meteorológicos, serviços de saúde, assistência em caso de catástrofes naturais, entre outros:

Os dois países trabalharam como parceiros em questões regionais e globais, promovendo a paz e o reforço da democracia e segurança. Esta parceria parece travar os efeitos das alterações climáticas, reforçar a segurança marítima e reforçar programas de desenvolvimento económico dos países [...] Tuvalu mantém uma política externa independente, mas geralmente pró-ocidental. Tuvalu e os Estados Unidos pertencem às mesmas organizações internacionais, incluindo a ONU, FMI e BM¹¹⁸ (U.S., 2015^a, pág.. 2).

Assim, a cooperação entre os EUA e esses MEI tem vantagens geoestratégicas e geoeconómicas para ambas as partes. Os MEI das Caraíbas, do Pacífico e do Índico fizeram alianças de diversa ordem tanto entre si, assim como com países hegemónicos no FMI (os EUA e o Reino Unido) tal como descrito no Capítulo II. Antígua & Barbuda, Barbados, Grenada, Santa Lúcia, São Cristóvão e Névis, São Vicente e Granadinas e Tuvalu, pertencem à Commonwealth, tendo como Chefe de Estado a monarca do Reino Unido. Seychelles também pertence à Commonwealth apesar de ser uma República. Essa aliança parece prosseguir também no palco do FMI, tendo em conta que a Commonwealth se compromete a:

Continuar a cumprir o papel da Commonwealth enquanto representante Intergovernamental dos interesses dos pequenos Estados, advogando a seu favor, no que se refere às suas necessidades especiais; assessorar em matéria de políticas de desenvolvimento político-económico e social; e prestar assistência técnica [...] Estamos empenhados em ajudar os pequenos Estados insulares em desenvolvimento da Commonwealth, mormente nas suas especificidades e

¹¹⁸ Tradução da autora.

particularidades económicas no âmbito do setor de energia, nos desafios atinentes ao setor de segurança e mudanças climáticas e na construção da sua resiliência para o futuro¹¹⁹(Commonwealth, 2015).

Com efeito, Kiribati, Ilhas Marshall, Micronésia, Palau, Seychelles e Tuvalu são representados pelo administrador do grupo da Austrália (também membro da Commonwealth).

Os sete MEI das Caraíbas são representados pelo Canadá. O Reino Unido e Canadá fazem parte dos países poderosos¹²⁰no FMI, pelo que a Commonwealth constitui uma âncora geoeconómica não negligenciável para os MEI (seus membros).

A construção de *zonas de acomodação geoeconómica* dos MEI pode passar também pela integração regional dos mesmos (Read, 2004; Leonard, 2015).

Na ausência de uma liderança global eficaz, os padrões e normas globais estão se esvaindo—as mudanças conduzem para um mundo multipolar onde as grandes potências competem entre si usando instrumentos económicos, e as potências regionais desempenham um papel ainda maior (...). Porque as grandes potências tendem a resolver as suas questões sobretudo numa ótica de *soma zero*, os mesmos só cooperam quando os seus interesses estão estreitamente ligados¹²¹(Leonard, 2015, pág. 12).

Nessa ordem de ideias, parece pertinente a sugestão de Jahan e Wang segundo a qual é possível compensar-se a desvantagem relativa que a dimensão do mercado dos MEI impõe, criando mercados maiores através da integração regional (Jahan et Wang, 2013).

Entre os MEI, os países das Caraíbas têm maior proximidade geográfica entre si, justificando-se assim, a sua vantagem neste aspeto. Antígua & Barbuda, Dominica, Grenada, São Cristóvão e Névis, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas são membros da organização dos Estados das Caraíbas Orientais (OECO), um espaço económico-financeiro único que permite a livre circulação de pessoas, bens e capital, assumindo uma abordagem comum ao comércio, saúde, educação e meio ambiente. A OECO engloba o Supremo tribunal das Caraíbas Orientais abrindo assim o caminho para a introdução de competência legislativa a nível regional, para que os Estados-membros da organização ajam em conjunto em determinadas áreas judiciais. A Autoridade de Aviação Civil das Caraíbas Orientais (AACCO) e o Banco Central das Caraíbas Orientais (BCCO) são outras duas instituições associadas à OECO, permitindo assim o aumento ou integração

¹¹⁹ Tradução da autora.

¹²⁰ Com algum poder de influenciar as decisões no âmbito da filosofia governativa do FMI.

¹²¹ Tradução da autora.

dos mercados¹²² nacionais e facilitando economias de escala. O BCCO facilita a implementação de políticas monetária e fiscal harmonizadas. Assim, o mercado de capitais sai também reforçado facilitando por exemplo a colocação de títulos dos governos dos países membros, ou entreadjada em termos de reservas externas entre os países membros.

Por conseguinte, a OECD potencia o reforço de alguns determinantes do poder geoeconómico, em vários aspetos, entre os quais o nível de conhecimentos, ou seja, a capacidade dos recursos humanos (Baru, 2012).

Assim, parece estar aferida a existência de alguns condicionalismos geoeconómicos à aplicação de políticas macroeconómicas adequadas aos MEI. A existência desses constrangimentos deriva da geoeconomia do FMI e perturba a alavancagem económica dos membros MEI. Por outro lado, basicamente, só o MEI São Tomé e Príncipe parece não ter ainda encontrado a sua zona de acomodação geoeconómica, ou pelo menos, não a tem explorado devidamente, de modo a facilitar o seu desenvolvimento socioeconómico, por razões diversas, entre as quais as dificuldades de integração regional já abordadas.

4.8. Considerações Finais

Pretendíamos com este Capítulo cumprir o objetivo específico de identificar condicionalismos geoeconómicos à aplicação de políticas macroeconómicas adequadas aos MEI. Para o efeito, ao longo deste capítulo, tratámos de indagar a existência de constrangimentos derivados da geoeconomia do FMI, que perturbam a alavancagem económica dos membros MEI.

De igual modo, analisámos a estrutura e as principais características funcionais do FMI, bem como da evolução da governação desta instituição ao longo da sua existência.

Com efeito, cremos ter inferido sobre a existência de procedimentos de âmbito geoeconómico no FMI que são contrários aos próprios objetivos estatutários do mesmo, ou seja, a estabilidade das contas internas e externas de todos países membros, e em

¹²² Contornando o constrangimento geral dos MEI que é micromercado e aumentando as suas potencialidades geoeconómicas.

desfavor dos países não favoreçam os objetivos geoestratégicos dos países hegemônicos. Esta aferição está em linha com a segunda hipótese do nosso estudo.

No entanto, alguns MEI parecem tentar contornar esse constrangimento, construindo uma zona de acomodação geoeconômica, que inclua os interesses geoestratégicos dos países hegemônicos de modo a facilitar o seu desenvolvimento socioeconômico.

**CAPÍTULO - V A APLICAÇÃO DE POLÍTICAS MACROECONÓMICAS
PADRONIZADAS NOS MEI. O CASO DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE.**

5.1. Nota Introdutória

No Capítulo II, entre outros aspetos, demos conta das opções políticas e dos diversos constrangimentos que decorrem da condição de MEI. A lei mãe – Constituição – de qualquer dos MEI, aponta para o objetivo de elevação do bem-estar dos seus cidadãos. Porém, só o desenvolvimento socioeconómico pode assegurar o almejado bem-estar. Em função das suas opções políticas, os MEI seguiram caminhos de desenvolvimento socioeconómico distintos.

Contudo, alguns tiveram que aplicar políticas económicas (ou mais especificamente, macroeconómicas) de suporte ao desenvolvimento, padronizadas, não levando em consideração as suas especificidades. Como aferido no capítulo IV, essa incorrecção parece derivar dos fundamentos políticos que sustentam a organização funcional do FMI.

No capítulo III abordámos os preceitos básicos das principais teorias macroeconómicas, pelo que vamos agora tentar perceber a sua aplicação prática nos MEI.

Particularizaremos o caso específico do MEI São Tomé e Príncipe, enfatizando dois momentos distintos: o período de economia centralizada, de 1975 a 1985, e o historial das recomendações dos programas do FMI de 1985 a 2015. Assim, pretendemos prosseguir o objetivo específico definido na problemática - Identificar as consequências da aplicação descontextualizada de políticas macroeconómicas padronizadas no MEI São Tomé e Príncipe;

5.2 . A economia política marxista em São Tomé e Príncipe (1975-1985)

De facto, a situação económica nos anos que antecederam a independência era difícil. As circunstâncias históricas e os interesses geoestratégicos das então potências hegemónicas - a URSS e os (EUA) - ditaram o destino de vários Estados africanos, incluindo o de São Tomé e Príncipe, que, após o advento da independência a 12 julho de 1975, enveredou por um regime de pendor socialista que rejeitava a via capitalista de desenvolvimento (Costa, 2011). O partido no poder, MLSTP, justificou essa opção política com a necessidade de defender

...os interesses vitais de toda a massa trabalhadora, rejeitando qualquer forma de opressão e de exploração, na procura de bem-estar material e moral para todos os habitantes de São Tomé e Príncipe (1ª Assembleia do MLSTP, 1978, pág. 24).

Com efeito, o país optou pelo modelo de desenvolvimento cuja base económica se alicerça na propriedade estatal dos meios de produção, no planeamento económico centralizado pelo Estado, na fixação de preços e na redistribuição de rendimentos com vista a caminhar para uma sociedade mais equitativa, de acordo com os ensinamentos de Marx. O fundador da teoria marxista assegura que a nova sociedade garante a todos os membros, através da produção social, não só bastantes e cada vez melhores condições materiais de existência, como também um livre e total desenvolvimento, a aplicação das necessidades físicas e espirituais (Marx & Engels, vol.20. ed. russa).

Entretanto, a via de desenvolvimento em referência não se baseava somente na teoria marxista-leninista. Como referido anteriormente, havia também outras correntes teóricas de esquerda (como por exemplo o maoísmo), ou outras ideias menos fundamentadas, defendidas por alguns protagonistas africanos (Filho, 1994).

Porém, em São Tomé e Príncipe, as nacionalizações visando a criação da propriedade coletiva de meios de produção foram precipitadas pelos acontecimentos, dois meses depois da independência, contrariamente aos preceitos da teoria marxista-leninista (Kulikov, 1989, Costa 2011). Tanto os empregados do corpo diretivo, como intermédio (portugueses) abandonaram as empresas nas vésperas da independência, deixando no seu lugar trabalhadores sem experiência nem preparação para o efeito. Nas vésperas¹²³, e pouco depois da independência, os grandes comerciantes e outros atores económicos, receosos do anunciado regime socialista, também tinham abandonado o território são-tomense (1ª Assembleia do MLSTP, 1978; Costa 2011).

Quando o MLSTP chegou ao poder, os agentes económicos privados, quer nacionais quer estrangeiros, eram praticamente inexistentes, a máquina administrativa ficou sem qualquer capacidade devido ao abandono dos técnicos e quadros portugueses que tinham assegurado até então o seu funcionamento (Costa, 2011, pág. 48).

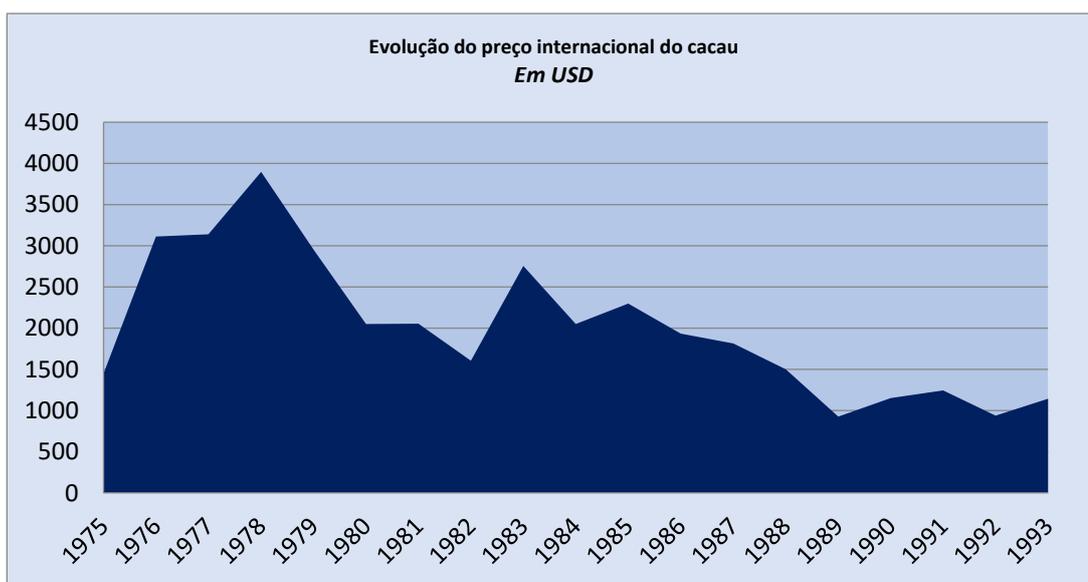
Contudo, as nacionalizações eram consideradas uma expressão da emancipação popular e um passo necessário para a transformação da estrutura da economia nacional (1ª Assembleia do MLSTP. Relatório do Bureau Político, 1978). A economia passou a basear-se na propriedade coletiva de meios de produção. Este evento representou o desmoronar do pilar secular do poder económico colonial. De realçar, todavia, que esse pilar já se mostrava frágil ou mesmo em decadência, ainda antes da independência, com

¹²³ Período entre 25 de Abril de 1974, data da revolução que destituiu o poder ditatorial em Portugal, e a independência.

carência de equipamentos ou com equipamentos obsoletos, falta de quadros e com a produção voltada em exclusivo para a exportação. Com efeito, desde há vários anos, os roceiros só substituíam o equipamento mínimo necessário para funcionamento das suas empresas (Oliveira, 1956; Baltazar, 1966).

Entretanto, movidos pela euforia do advento da emancipação na sequência da independência, os são-tomenses entregaram-se de corpo alma à causa nacional e, deste modo, ao trabalho produtivo agrícola nas roças, então nacionalizadas. Os sucessivos trabalhos cívicos e voluntários em que participavam todos os segmentos da população (desde jovens estudantes, funcionários, aposentados, etc.), em pé de igualdade com os mais altos dirigentes políticos, sobretudo na escolha e quebra do cacau¹²⁴ permitiram o aumento significativo da produção (MLSTP, 1983).

Gráfico 4 Evolução do preço internacional do cacau



Fonte: ICCO, 2013, tratamento da autora

O preço internacional do cacau também estava em alta, como espelhado no gráfico N°4, assegurando assim uma balança comercial positiva (gráfico N°5 que se segue), durante cinco anos consecutivos (de 1976 a 1980), com a taxa de cobertura de exportações sobre as importações a alcançar valores positivos (IMF, 1982).

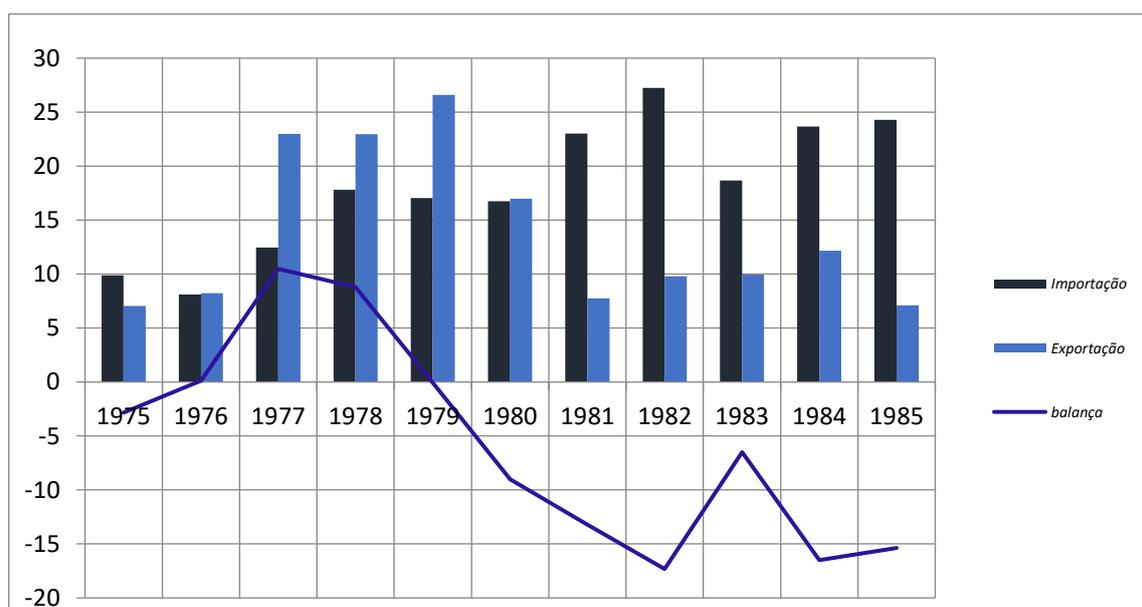
De realçar que os meios de produção eram essencialmente agrícolas.

¹²⁴ Fases intermédias de preparação do cacau para a exportação.

O produto interno bruto (PIB) do país era constituído em 90% pela produção agrícola (que era originária das roças que ocupavam 90% das terras aráveis do país) (BIRD, Report N° P-4028-STP, 1985).

Porém, a nacionalização das roças, a única fonte de receitas externas, parece ter acarretado consequências gravosas para a economia nacional.

Gráfico 5 Balança Comercial de São Tomé e Príncipe



Fonte: BIRD- Report No. 6146-STP, 1987; IMF- EBS/89/82 1989; e BCSTP, 2013 e tratamento da autora

O país não dispunha de gestores qualificados (capacitados), pelo que a expectativa de conseguir bons resultados baseava-se unicamente no empenho dos indigítados.

O marxismo-leninismo considera que o desenvolvimento dos países deve ser harmonioso e planeado, quiçá para adequar-se às realidades locais. Entretanto, o processo de formação da propriedade socialista dos meios de produção em São Tomé e Príncipe não respeitou as próprias regras defendidas pelos defensores desse pensamento teórico, - *bem preparado, faseado e prudente* (Marx e Engels, 1983; Kulikov, 1989), pelo que foi inevitável o choque na economia provocado pelas novas relações de produção.

Em 1975, cerca de 80% da população são-tomense com idade superior a 15 anos era analfabeta. Dentro dos alfabetizados, cerca de 90% só tinha ensino primário, e menos de uma dezena eram licenciados (BIRD, Report N° P-4028-STP, 1985).

Em linha com os princípios da política económica em referência São Tomé e Príncipe devia caminhar (num processo não precipitado) para o pleno emprego, remunerado de acordo com o princípio – *de cada um segundo a sua capacidade e a cada um segundo o seu trabalho* – (Kolessov, 1981; Marx e Engels, 1983). Porém, o país optou por empregar todos, independentemente da sua real capacidade profissional. Ainda nas vésperas da independência, o então governo de Transição (para a independência) ordenou o aumento salarial aos trabalhadores agrícolas em cerca de três vezes (MLSTP, 1983).

Os trabalhadores passaram a ter direito não só às remunerações, como a fundos sociais que financiavam a assistência médica e medicamentosa gratuita¹²⁵, a educação e demais benesses sociais. Independentemente da rentabilidade das empresas, os trabalhadores passaram a ter direito a essas benesses, asseguradas de forma centralizada, pelo orçamento do Estado (MLSTP, 1983). Em suma, a distribuição (do rendimento nacional) não parece ter sido de acordo com o trabalho (contributo laboral), como recomenda a teoria marxista-leninista. As autoridades são-tomenses terão ido mais além.

Por outro lado, a inexistência de indústria alimentar em São Tomé e Príncipe, até 1975, fomentava a importação da maior parte dos bens alimentares. Para inverter a situação, as autoridades se propuseram à diversificação da economia, tentando deixar para trás a monocultura, e implementando a agro-indústria, a pesca industrial, transportes, entre outras atividades.

Porém, a falta de mão-de-obra e gestores qualificados, associada às fragilidades da economia centralizada, não terão facilitado esse processo. Por outro lado, a partir de 1980 registava-se a degradação dos termos de troca: o preço internacional do cacau atingiu as 86 dobras por quilo em 1981. E, enquanto os preços das *commodities* agrícolas desciam, os preços dos bens alimentares subiam no mercado internacional, levando à deterioração da conta corrente, saindo de resultados positivos em finais da década de 1970, para o registo de grandes défices (cerca de 2 milhões de USD) nos anos 1981-83. Como consequência desse resultado, as reservas cambiais brutas que, no final de 1979 suportavam mais de vinte meses de importações, desceram até ao equivalente a cerca de três meses de importações em 1983, passando as reservas líquidas a ser negativas. O rácio do serviço da dívida em relação ao PIB foi-se deteriorando, passando de 4,8 em 1980 para

¹²⁵ De facto, em 1975 ao nível do setor da saúde, havia somente dois médicos de clínica geral para toda a população, situação imediatamente melhorada após a independência com a ajuda do bloco socialista (médicos e medicamentos de Cuba, Alemanha Democrática [RDA] e da China) (Graça, 2012).

8.6 % em 1981, tendo atingido 30% no ano seguinte (BIRD, Report No. P-4028-STP, 1985).

Tendo em vista aliviar a queda abrupta do preço do cacau no mercado internacional, o governo apostou nos mercados do bloco socialista, mais concretamente na República Democrática Alemã, que oferecia um preço acima do mercado internacional. Contudo, o preço em referência não era suficiente para compensar a queda da produção, pelo que esta opção não ajudou no controlo do défice. Foi instituído um sistema de incentivos individuais e coletivos com que se agradeciam os mais produtivos. Não obstante, o cumprimento dos planos económicos anuais, elaborados para atender aos objetivos anunciados ao povo, era cada vez mais exíguo, apesar da avaliação mensal e descentralizada a que era submetido. Os atrasos nos pagamentos salariais não se fizeram esperar, aumentando o descontentamento da população (Costa, 2011). Entretanto, a seca, associada à desmotivação - pois a euforia tinha passado - terá proporcionado a redução não só dos bens de exportação (conforme o gráfico N°5), mas também da produção de bens alimentares de consumo interno, aumentando a pressão sobre os bens importados, sendo a maioria doações de alimentos de países amigos e organizações humanitárias (Costa, 2011). Essas doações, que continuaram durante longos anos, terão criado um efeito perverso, pois a sua existência desincentivava a produção local.

Com efeito, a deterioração das contas externas deve-se à queda de produção e do preço internacional do cacau, associado ao aumento dos preços de bens alimentares no mercado internacional. Em linha com a corrente de economia política escolhida, foram edificados aviários, bovinicultura (produção de leite), indústria de cerâmica, indústria têxtil e outros, visando a substituição de importações pela produção interna (BIRD, Report No. P-4028-STP, 1985).

Todavia, era cada vez mais evidente e dramática a escassez de bens alimentares e outros bens de primeira necessidade, o que propiciou a existência de filas intermináveis para os adquirir de forma racionada¹²⁶ (BIRD, Report No. P-4028-STP, 1985; Graça, 2011).

O apoio dos países socialistas a São Tomé e Príncipe era materializado sob a forma de donativos de bens diversos, de bolsas de estudos para a formação de várias dezenas de

¹²⁶ Esse desequilíbrio entre a procura e a oferta, pode ter sido também galvanizado pela tentativa de empregar todos, e o aumento salarial desproporcional.

estudantes (sobretudo no ensino superior), bem como na concessão de empréstimos. Se em 1977 o *stock* da dívida era de 2,18 milhões de USD, em 1980 já somava 23,46 e em 1985 era de 62,65, sendo que mais de 55% dela era proveniente de credores bilaterais (BCSTP, 2013).

Em linha com a política fiscal marxista-leninista, a política orçamental do novo Estado dava primazia às despesas de ordem social. Neste contexto, uma das primeiras medidas de política económica do governo de transição em 1974, foi o grande aumento dos salários dos trabalhadores agrícolas, de 900 para 2.400 escudos. E, no ano seguinte, ainda no período de transição, o salário mínimo da função pública aumentou de 1.300 para 2.400 escudos (IMF, SM/78/269, 1978). Com esta decisão, pretendeu-se uniformizar o salário mínimo nacional, para além de ensaiar a eliminação da discriminação do trabalho agrícola (tal como decorre da ideologia marxista leninista).

Na mesma esteira, em 1979 o governo procedeu a um aumento do salário mínimo nacional para 2.670 Dobras (decreto-lei N°71/79).

Entretanto, a análise dos dados ao longo dos primeiros anos da República indica que o Orçamento do Geral do Estado (OGE) estava equilibrado.

Tabela 8 Receitas do Orçamento geral do Estado 1974- 77

Itens	1974	1975	1976	1977
<i>Receitas Fiscais</i>	114.10	112.00	162.90	258.80
<i>Impostos directos</i>	25.30	24.80	41.20	63.20
<i>Impostos indirectos</i>	88.80	87.20	121.70	195.60
<i>Receitas não fiscais</i>	43.10	41.20	50.80	74.90
<i>Receitas extraordinárias</i>	2.50	1.40	-	-
<i>Fundo de reconstrução nacional</i>	-	-	14.20	16.40
<i>Receitas totais</i>	159.70	154.60	227.90	350.10

Fonte: IMF- SM/78/269, 1978 e tratamento da autora

Com efeito, as receitas correntes duplicaram entre 1974 e 1977, conforme a tabela N°8 e o gráfico N°6, na página seguinte, em linha com o aumento de produção para a exportação nas empresas agrícolas, impulsionado pelo envolvimento das populações nos trabalhos voluntários então organizados regularmente (Costa, 2011).

Os OGE integravam as receitas, nomeadamente, os impostos aduaneiros e de rendimento, a transferência para o OGE de entre 80 a 90 % dos lucros das empresas públicas, entre outros. Outra importante fonte de receita do Estado procedia do “fundo de reconstrução nacional” (instituído em 1979 pelo decreto-lei N° 46/79)¹²⁷.

Tanto as pessoas singulares como coletivas eram convidadas a fazer uma contribuição voluntária ao OGE através desse fundo, para efeitos de investimentos que pudessem potenciar o crescimento económico para o desenvolvimento almejado.

Gráfico 6. Receitas de Orçamento Geral do Estado.



Fonte: IMF- SM/78/269, 1978; IMF- SM/82/109, 1982, IMF- EBS/89/82, 1989, tratamento da autora

Péricles, nos anos 400 a.C. (em situação sociopolítica absolutamente dissemelhante) terá enveredado por uma política expansionista semelhante, certo de que com o valor recolhido através dessas contribuições “voluntárias¹²⁸” serviriam para financiar:

...empreendimentos e necessidades de todo o tipo que, por sua vez, servirão de estímulo a todas profissões, manterão ocupadas todas as mãos disponíveis e providenciarão rendimento a todas as atividades da cidade (Plutarco, segundo Cipolla, 1993, pág. 123).

¹²⁷ O Dec. Lei nº46/79 de 07/09/1979, DR nº 33, dava carácter voluntário ao pagamento das Quotas para o Fundo de Reconstrução Nacional.

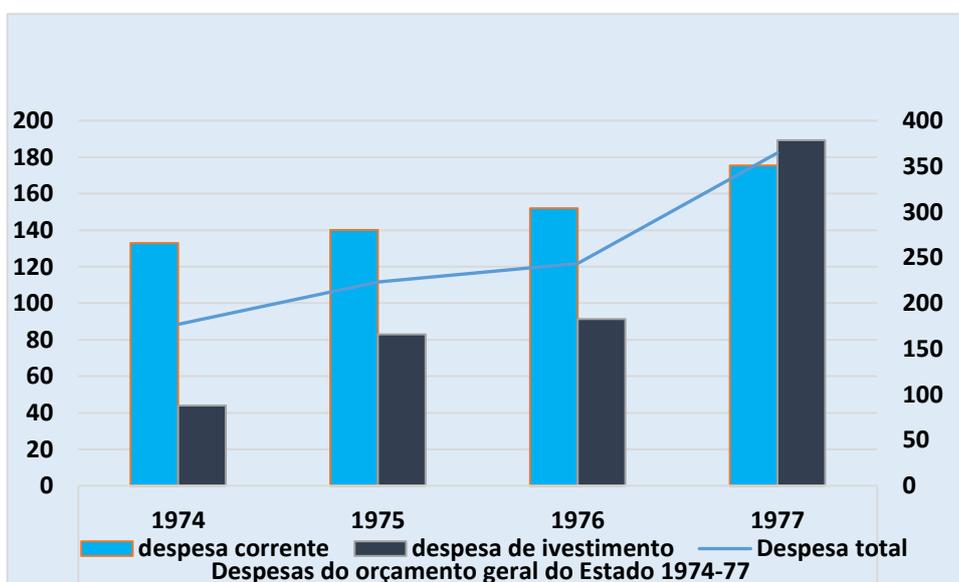
¹²⁸ Algumas dessas contribuições eram, de facto, voluntárias, mas outras terão sido por alguma indução.

Quanto à composição das despesas, a evidência é de uma aposta forte nas despesas de investimento (conforme o gráfico N° 7 que se segue), quiçá numa tentativa de reposição da pirâmide que estava invertida em 1974, onde as despesas correntes eram claramente dominantes.

Durante os dez anos seguintes, o orçamento seguiria a mesma tendência expansionista do lado das despesas.

Um elemento importante na reorganização da atividade económica em STP, foram os planos de desenvolvimento. Os primeiros planos económicos de desenvolvimento anuais e plurianuais elaborados em São Tomé e Príncipe datam de 1979 (IMF- Ajuda Memoria STP, 1982).

Gráfico 7 Orçamento Geral do de Estado 1974 a 1977



Fonte: IMF- SM/ 78/238, 1979 e tratamento da autora

O Orçamento do Estado passou a ser suportado por planos económicos anuais - “plano único de desenvolvimento económico e social¹²⁹”, que continham basicamente metas quantitativas para os agregados económicos e as suas respetivas componentes, isto é, estabeleciam diretrizes socioeconómicas de desenvolvimento, tais como:

...acelerar o crescimento económico dentro de condições que permitam a estabilidade dos preços, e melhorar o padrão de vida de populações. A consecução da segunda meta supõe o aumento dos níveis de emprego, o incremento e diversificação de produtos alimentares, a expansão dos sectores habitacional, e educacional, e de serviços de saúde. Os planos estabelecem prioridades sectoriais de crescimento (mediante a distribuição de recursos de investimento) e as metas físicas para a produção

¹²⁹ Decreto-lei nº 3/79 de 31 de dezembro de 1979.

interna e para a importação e a exportação de bens e serviços. Além disso, proporcionam estimativas do financiamento do investimento e contêm projeções das contas de transações correntes e de capitais e da balança de pagamentos (IMF - SM/82/109, 1982, pág. 1).

O primeiro plano plurianual, com diretrizes socioeconômicas de desenvolvimento, abarcou o período compreendido entre 1982 e 1985.

As autoridades acreditavam que o plano em referência pudesse cumprir os objetivos de acelerar o crescimento mantendo os preços estáveis e aumentar o nível de emprego, visando melhorar o padrão de vida das populações. Perante a iminente falência técnica¹³⁰ das empresas agropecuárias estatais, o governo decidiu programar ajudas orçamentais no OGE 1982 para superar prejuízos verificados na realização dos planos financeiros das mesmas. Assim, os buracos financeiros respeitantes ao exercício de 1981 das empresas referidas foram cobertos pelo Orçamento Geral do Estado 1982 (lei Nº2/1981).

O plano em referência era direcionado para diversificação da produção agrícola, melhoria das condições habitacionais, para além de grande atenção à educação e saúde. A atenção especial que era dada à educação, com aumento significativo de investimentos, visava a diminuição da iliteracia e capacitação dos técnicos e gestores¹³¹ (IMF-SM/84/243, p. 16, 1984). As metas fiscais, os limites quantitativos das importações e projeções de exportações de bens e serviços, e as consequentes metas indicativas das contas nacionais também faziam parte do plano. A procura agregada e a oferta agregada, incluindo as suas componentes, eram assim pré-estabelecidas, uma vez que o peso do setor privado era marginal na economia são-tomense. Os teóricos defensores da economia socialista garantem não ser possível que a planificação seja “perfeita, na ausência de instituições capacitadas para as devidas previsões económicas, internacionais e outras (Kolessov, 1981). Apesar da assistência técnica dos países socialistas, a inexistência de capacidades nacionais não podia propiciar a elaboração de “bons planos”.

Na sequência da deterioração da economia a partir de 1981, a situação financeira conheceu um grande revés. As receitas fiscais foram diminuindo, dificultando a implementação dos planos económicos que previam grandes investimentos públicos. A

¹³⁰ Tal como sugere o FMI no IMF. (1984). S. Tome and Príncipe.

¹³¹ A taxa de alfabetização que em 1975 era de 20% ultrapassou os 70% dez anos depois (BIRD, Report Nº P-4028-STP, 1985).

opção por uma política fiscal expansionista condicionou, a partir de então, a política monetária do governo são-tomense.

De facto, o revés na economia são-tomense começou a partir de 1980. A notável escassez de mão-de-obra qualificada, associada a insuficiências próprias de uma economia centralizada (nomeadamente a propriedade estatal como esteio da economia e a fixação de todos os preços), a seca e a deterioração dos termos de troca desequilibraram as contas externas e internas. (Costa, 2011: 46). Marx (1890) sugere que o desenvolvimento deve ser feito usando o capital acumulado, sendo este resultado da transformação de parte do excedente em capital. Tendo, conseqüentemente, menos recursos disponíveis no orçamento, como referido acima, e de modo a assegurar a aposta no investimento nas áreas já referidas, foi necessário recorrer a recursos externos para financiar o orçamento (MLSTP, 1983).

Diante das dificuldades financeiras que o governo começou a experimentar, este introduziu na lei orçamental a necessidade de fazer ajustes orçamentais, sempre que requerido, com vista a reduzir, suspender ou condicionar as despesas do Estado, de entidades, instituições ou organismos por ele participados ou subsidiados.

Entretanto, na prática, o défice orçamental era constantemente maior que o previsto. A execução orçamental, demonstrava um grande aumento de despesas extraorçamentais, o que parece demonstrar que as medidas referidas não eram implementadas (IMF- SM/84/243, 1984):

O Governo Central mantém ambas as contas, orçamentais e extraorçamentais. As operações orçamentais abrangem as receitas do governo central e as despesas, incluindo os investimentos que são, em grande parte, financiadas por recursos internos. Operações extraorçamentais são efetuadas através de uma ampla gama de fundos e contas, a maioria dos quais estão na rubrica "Operações de Tesouraria..." Esta coexistência de operações orçamentais e extraorçamentais, ligadas em parte por uma complexa rede de interpelações - servem para complicar consideravelmente a análise fiscal (IMF- SM/84/243, 1984, pag.19).

À data da independência, o sistema financeiro era ainda muito incipiente, sendo formado pelo Banco Nacional Ultramarino (BNU), que representava a autoridade monetária, e pela Caixa Económica Postal, Caixa Económica de STP e uma agência de seguros. O acesso a essas instituições era restrito a uma certa camada da população, pelo que a bancarização era, deveras, muito baixa (IMF- SM/84/243, 1984). No entanto, os teóricos socialistas asseguram que no sistema económico por eles idealizado, o dinheiro

constitui um meio de organização planificada para a construção do bem-estar para todos (Kulikov, 1989).

O decreto-lei Nº.16/76, de maio de 1976 nacionalizou o BNU (incluindo os seus ativos e passivos¹³²) e instituiu o Banco Nacional de São Tomé e Príncipe (BNSTP), cuja lei orgânica foi criada pelo decreto-lei nº41/76. Um dos primeiros atos da nova autoridade monetária foi o de carimbar o papel-moeda que estava em poder do BNU, emitindo-a como moeda do Estado são-tomense¹³³, com a mesma paridade cambial do Escudo português. No novo país independente ainda circulou durante um ano o escudo da ex-província de São Tomé e Príncipe.

No ano seguinte foi institucionalizada a moeda nacional -a Dobra (Dbs). O nome dobra deveu-se a motivos históricos, linguísticos e pedagógicos¹³⁴. A dobra foi instituída pelo decreto-lei 50/76, mas só entrou em circulação em setembro de 1977. O decreto-lei Nº 27/77 delineou as suas características, tendo o decreto-lei Nº 28/77 fixado a sua paridade cambial ao Direito Especial de Saque (DES) do FMI (45,25 Dbs/DES) (decreto-lei Nº 27/77).

A autoridade monetária, BNSTP, acumulava também as funções de banco comercial (à semelhança do BNU) e de desenvolvimento. Todavia, as autoridades nacionais consideravam necessário ampliar o sistema financeiro, tendo criado em 1980 a Caixa Popular (decreto-lei Nº 35/80), destinada sobretudo aos agentes económicos *família*, admitindo-se também a possibilidade da assunção de alguns direitos e obrigações da Caixa Económica Postal e da Caixa Económica de STP. De facto, só foi concretizada a integração da Caixa Económica Postal. O sistema financeiro integrava, também, uma empresa de seguros instituída em 1980¹³⁵.

¹³² Ao abrigo do acordo com Portugal para o efeito, que foi celebrado a 31 de maio de 1976.

¹³³ Decreto-lei nº 23/76 de julho do mesmo ano.

¹³⁴ Uma moeda de nome dobra já havia circulado nas ilhas, nos séculos idos. A dobra era uma moeda de ouro de origem mourisca ou hispano-árabe que circulou em Portugal e em alguns territórios africanos. A moeda, originária do Magreb, foi também cunhada em Portugal com a mesma designação durante o século XVI. A escolha deveu-se também ao facto de o nome ser de pronúncia fácil para os habitantes e fundamentalmente devido ao significado literário da palavra. Na euforia da independência que então se vivia, pretendia-se que o desenvolvimento económico fosse célere e com a consequente melhoria urgente da vida da população. Portanto, devia-se trabalhar a *dobrar* para que a economia crescesse sempre a “*dobrar*” fazendo aumentar o rendimento nacional. As próprias efígies das notas e moedas representavam esses sinais. As notas eram de 1000, 500, 100, e 50 dobras, e tinham numa das faces uma figura histórica do país (o rei Amador) e noutra – os diversos produtos agrícolas bem como a fauna local, simbolizando a aposta na agricultura (Ambrósio, 1971; BCSTP, 2013).

¹³⁵ Decretos-Lei nº 21/80 e nº 22/80.

A análise das relações financeiras e funcionais da Caixa¹³⁶ indicia alguma subalternidade funcional desta em relação ao BNSTP. A Caixa era na prática um ramo do BNSTP, com o objetivo de mobilizar pequenas poupanças para canalizar para microcréditos de médio e longo prazos destinados à construção de habitações e pequenos negócios (IMF, SM/93/96, 1993). Porém, a Caixa Popular terá tido uma gestão demasiado populista, e os créditos malparados avolumaram-se. Perante esse quadro, a aplicabilidade da política monetária socialista a São Tomé não parece ter sido fácil, ou mesmo possível.

No período em referência, a política monetária são-tomense parece ter sido passiva e acomodatória. O governo financiava o défice das suas contas fiscais e das empresas estatais recorrendo ao crédito do BNSTP. As taxas de juro permaneceram fixas¹³⁷ não sendo por isso instrumento de política monetária para o controlo do crédito (IMF, SM/88/70, 1988).

Com efeito, abstraindo de prováveis aspetos estruturalmente contraditórios que o próprio modelo de desenvolvimento contenha¹³⁸, as especificidades socioeconómicas de São Tomé e Príncipe (que abordaremos ao longo do estudo) não terão facilitado a implementação da política económica marxista-leninista.

5.3 A transição para economia de mercado

As insuficiências na democracia e a crise económica levaram a que os trabalhos cívicos e voluntários através dos quais as *massas populares* participavam nos trabalhos agrícolas, para aumentar a produção e exportação do cacau e, assim, melhorar o bem comum, fossem cada vez menos participados. A euforia da população dos primeiros tempos da independência foi-se esvaindo, e no seu lugar, surgiram o clientelismo, oportunismo e mesmo a corrupção. Em simultâneo, cresciam as contradições no seio da cúpula dirigente, levando ao endurecimento do regime e, conseqüentemente, a algumas dissidências (Espírito Santo, 2008; Graça, 2011).

O *Tribunal para Atos Contra-revolucionários* instalado para debelar a corrupção e outros males afins não surtiu o efeito almejado. Com efeito, perante o evidente desigual acesso aos bens, estava posto em causa o princípio da democracia socialista, *do povo, pelo povo e para o povo* - quiçá comprovando a afirmação de Christian Welzer (2009).

¹³⁶ Cujos estatutos só foram publicados um ano depois de entrada em funções.

¹³⁷ Não é possível calcular a taxa de inflação, uma vez que os preços eram fixos.

¹³⁸ Não pretendemos, no presente estudo, questionar o modelo económico marxista-leninista.

Esse autor sugere que a correta e ampla distribuição dos recursos (de tal modo que a autoridade central não pode aceder aos mesmos sem o consentimento do resto da população) constituem a âncora da democracia. O facto é que a população se encontrava, cada vez mais, impossibilitada de participar nas decisões políticas pelo que foi, progressivamente, perdendo ânimo. Com a concomitante degradação das condições de vida começou também o gradual esboroamento das instituições, assaltadas por uma cultura patrimonial e clientelar cuja repercussão económica era devastadora (Welzer, 2009; Graça, 2011).

A opção pela diversificação da economia a que as autoridades se propuseram em 1975, tentando deixar para trás a monocultura, também falhou (Graça, 2011). Esse insucesso que se estende à agricultura em geral, quiçá se deva também à falta de gestores qualificados associada às insuficiências de gestão na economia centralizada.

Dez anos após a independência, tendo aumentado o nível de descontentamento¹³⁹ e não se vislumbrando a possibilidade de cumprir as promessas feitas ao povo, o partido-Estado do poder, através do seu Presidente fez uma declaração histórica – a da abertura do País. Tratou-se, na verdade, do reconhecimento do insucesso simultâneo da política interna (económica e política) e externa (alinhamento quase exclusivo ao bloco socialista) (Costa, 2011; Graça 2011).

Por outro lado, em finais de 1985, na URSS, o então presidente Michael Gorbachev anunciou a *perestroika*, que constituiu o prelúdio da queda do bloco socialista. Anunciava-se o fim do bipolarismo (bloco socialista e bloco capitalista), e conseqüentemente a redução da importância geopolítica da África, com a natural redução de recursos postos à disposição deste continente para a manutenção de um grau aceitável de coesão social (Filho, 2008).

Alguns autores, tais como Daron Acemoglu e James Robinson, sugerem uma maior probabilidade de desenvolvimento económico aos países com um sistema político pluralista (Acemoglu, 2013).

Welzer (2009), por sua vez, sugere que a democratização é sustentável se, e quando avança em resposta a pressões que se fazem sentir a partir “de dentro”, do interior de uma sociedade. A ausência de uma tal pressão na fase imediatamente seguinte à

¹³⁹Cujo pico foi uma grande revolta no Príncipe (Espírito Santo 2008).

independência terá criado as condições propícias para a existência de uma democracia frágil e precária. Por sua vez, a degradação da situação económica terá servido de catalisador para o surgimento dessa pressão, a grande impulsionadora do discurso do Presidente Pinto da Costa em 1985, anunciando intenções de promover a abertura política e liberalização económica. Assim, a alteração de regime em São Tomé e Príncipe parece confirmar a tese de Welzer.

Porém, o relatório de uma missão oficial do BM em 1984 (publicado em janeiro de 1985) refere que a decisão de mudança de regime económico já se desenhava há mais de um ano:

O MLSTP, de facto toma decisões de cariz governamental seguindo o sistema usado em muitas economias de planificação centralizada. Até agora, a política económica tem sido baseada em planificação central, rígida, com apenas um papel marginal dado ao mecanismo de mercado. No entanto, os sinais recentes apontam para o início de alguma liberalização da gestão económica¹⁴⁰ (BIRD- Report No. P-4028-STP, 1985: 2).

De facto, as pressões das instituições internacionais terão influenciado a tomada de decisão das autoridades nacionais. Na sequência da crise alimentar provocada pela seca no início dos anos 1980, um projeto de reabilitação do cacauzal, então equacionado¹⁴¹, ficou condicionado à implementação de reformas económicas, tendo mesmo sido suspenso o financiamento de 5.3 milhões DES (equivalente a USD 5.0 milhões):

Devido à rápida deterioração da economia de São Tomé e Príncipe, a aprovação do projeto foi suspensa, aguardando a revisão da situação macroeconómica, que, entretanto, foi realizada em novembro de 1986. O Governo concordou, em seguida, tomar medidas que restaurassem a rentabilidade do sector do cacau, e foi acordado o desbloqueamento do projeto em simultâneo com o crédito de ajustamento estrutural¹⁴² (BIRD, relatório n.º 6146-STP, 1987, p. 1).

Na mesa redonda realizada em 1985 sob a égide do PNUD também foi exercida uma pressão significativa:

[...] O Governo organizou uma conferência “Round Table” patrocinada pelo PNUD em dezembro de 1985, durante a qual os participantes notaram o aumento da recetividade do Governo para resolução dos problemas macroeconómicos, tais como o sistema de preços e a política de taxa de câmbio. Ao setor privado seria dado um papel maior no desenvolvimento nos próximos anos através da liberalização das atividades económicas¹⁴³ (BIRD, Report No. 6146-STP, 1987, pág3).

¹⁴⁰ Tradução da autora.

¹⁴¹ O projeto foi preparado pelo Programa de cooperação da Organização para Alimentação e Agricultura (FAO / CP) depois de uma visita a São Tomé, em outubro de 1984. Em outubro de 1985, o BM em colaboração com o CCCE e USAID / ICE concluíram a elaboração do mesmo (BIRD, Report No. 6146-STP, 1987).

¹⁴² Tradução da autora.

¹⁴³ Tradução da autora.

Todos os indicadores apontavam para a existência de desequilíbrios macroeconómicos profundos. Em 1986 as exportações do cacau (que continuavam a representar a quase totalidade das exportações) correspondiam a 11% do PIB (BIRD, Report No. P-4028-STP, 1985), contra cerca de 50 % do PIB nos primeiros anos da independência.

Em linha com a referida declaração, o país terá iniciado a sua preparação para a abertura económica e instituição da democracia multipartidária. Foi neste contexto que se aprofundaram os contactos com o FMI e o BM, e que culminaram com a assinatura do programa de ajustamento Estrutural (PAE) em 1987.

De realçar, entretanto, que a relação com as organizações de Bretton Woods já vinha de trás. Em 1977, quando São Tomé e Príncipe aderiu ao FMI, a sua situação económica era ainda sustentável. Porém, em 1985 todos os indicadores apontavam para a existência de desequilíbrios macroeconómicos profundos (BIRD, Report No. P-4028-STP, 1985).

Em 1985, um relatório do BM, dizia que a economia de São Tomé e Príncipe estava em declínio desde 1980 e as perspectivas de crescimento económico futuro eram incertas. O BM estimava o declínio do PIB na ordem de 50% no período compreendido entre 1980 e 1983. Para isso teriam contribuído a baixa de preços internacionais bem como a quantidade de exportação do país, particularmente o cacau, assim como a má gestão da economia e das grandes empresas estatais (Report No.5803-STP, 1985).

Endividado, com défices externos profundos, com uma economia dependente das importações e dos fluxos de capital, não restou outro caminho às autoridades são-tomenses, a não ser o recurso aos empréstimos das instituições financeiras internacionais, nomeadamente do BAD, BM e FMI. Na ausência de alternativas, essas instituições eram a única possibilidade para o acesso a novas fontes de financiamento.

O FMI em colaboração com o BM, dispôs-se a ajudar o país a mobilizar o financiamento requerido. Porém, e como era prática habitual, condicionou essa ajuda à implementação de um programa pré-desenhado, baseado nas conceções teóricas acima descritas, o PAE.

5.4 Os Programas de Ajustamento Estrutural (PAE) do FMI em São Tomé e Príncipe

Antes do início do PAE, pressionado pelas circunstâncias e quiçá pelo FMI e BM, o governo tomou diversas medidas de liberalização da economia, permitindo que o setor privado exercesse atividades comerciais com o exterior (IMF- SM/86/183, 1986). Todavia, o Conselho de Administração do FMI recomendava vivamente, que o país adotasse um PAE que serviria para reverter a situação económica e financeira do país (IMF- Decision No. 8848-88/62, 1988).

Com efeito, no ano seguinte São Tomé e Príncipe teve que assinar com o FMI um PAE.

Em meados de 1987, confrontado com o persistente mau desempenho da economia, as autoridades adotaram um programa de ajustamento estrutural que foi apoiado por um SAC do Banco Mundial. As principais medidas de políticas, previstas no programa, pretendiam facilitar a liberalização do comércio e dos preços, reorientar o programa de investimento público e a adoção de regime de cambial flexível, suportada por um melhor desempenho fiscal e por políticas monetárias adequadas¹⁴⁴ (IMF- EBS/89/82, 1989, p.3)

O PAE devia proporcionar diretamente um crédito de ajustamento estrutural e outro do BM¹⁴⁵ para a reabilitação do cacauzal, no montante total de DES 11 milhões (equivalente a 11,9 milhões de USD), mais 2.3 milhões de DES (equivalente a 3.0 milhões de USD) do FMI e 8.5 milhões de USD do BAD. Entre outras, o PAE I recomendava as seguintes medidas de política (IMF- EBS/89/82, 1989; IMF, SM/93/89, 1993):

- Desvalorização da dobra face a moedas estrangeiras.
- Liberalização do regime de comércio (eliminação do monopólio de importação e exportação do Estado através da Empresa Nacional de Comércio Externo (ECOMEX) e da Empresa Nacional de Comércio Interno, (ECOMIN).
- Liberalização dos preços dos alimentos básicos (exceto açúcar, leite, feijão, arroz, óleo e farinha de trigo).
- Privatização do setor público empresarial.

¹⁴⁴ Tradução da autora.

¹⁴⁵ Mais precisamente da Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA).

No âmbito da economia real uma das mais importantes medidas recomendadas era a reabilitação do setor do cacauzal¹⁴⁶. Essa reabilitação passava pela renovação do cacauzal e pela gestão de empresas agrícolas por parte dos expatriados.

No regime económico anterior, os preços eram fixos, o que tecnicamente impossibilitava o cálculo da verdadeira taxa de inflação. O PAE, assinado em 1987, exigia a liberalização do mercado com a flexibilização dos preços das mercadorias e do dinheiro (taxas de juro e de câmbio). Assim, na sequência do PAE, o decreto-lei Nº 13/87 determinou a depreciação da dobra, que passou de 45,25 para 100,00 Dóbras por cada DES, mantendo-se ainda a paridade fixa. No ano seguinte substituiu-se a paridade com o DES por outra com o Dólar americano (100,00 Dbs/ 1 USD) e depois por um cabaz de nove moedas com as quais o país mais transacionava (o decreto-Lei Nº 17/88). Estava assim instituído um regime de taxa de câmbio ajustável. De acordo com o PAE essa medida servia também para a redução do *spread* entre as taxas do mercado paralelo e as taxas oficiais. (IMF-EBM/90/151 - 10/22/90).

Entretanto, o saldo da balança comercial que era de 9,34 milhões de USD em 1987 atingiu 29,12 em 1989 (IMF- EBM/90/151 - 10/22/90).

No ano seguinte (1988), o FMI considerou que o desempenho do programa foi ténue, aquém das demasiado ambiciosas, expectativas. Foi por isso acordada a elaboração de um novo programa, supostamente mais realista, face às limitadas capacidades institucionais e administrativas do país. Com efeito, o primeiro PAE não surtiu o efeito desejado na economia e consequentemente na melhoria das condições de vida da população são-tomense, atestando assim a sua inadequação, ou, quiçá, inoportunidade. Esta constatação está em linha com as fundamentações de Dani Rodrik (2006) e Naím (2000).

O segundo PAE, resumido na tabela Nº9 que se segue, entrou em vigor em 1989 para o prazo de três anos (1989-1991). Esse programa impunha austeras condicionantes macroeconómicas e estruturais - redução do défice orçamental, desvalorização da moeda, contenção do crédito interno, liberalização de preços das taxas de juros, e privatização de empresas estatais -, como condição para receber um empréstimo de 2,8 milhões de DES no âmbito do FMI.

¹⁴⁶ Trata-se de uma medida proposta por BM.

Tabela 9: II Programa de Ajustamento Estrutural (1989)

Objetivos do PAE	Medidas de política. Setor orçamental e gestão da dívida	Política Fiscal e Programa de Investimento público	Política Monetária	Preços Política e mercado	Política Setorial
<p>1. Atingir o crescimento de PIB de 4%.</p> <p>2. Reduzir a taxa de inflação.</p> <p>3. Reduzir o défice corrente do Orçamento (base compromisso) em 1989 para Dbs 289 milhões (11% das receitas).</p> <p>4. Reduzir o crédito líquido ao governo.</p> <p>5. Aumentar as Reservas Externas Brutas para US\$700,000 em 1989.</p> <p>6. Limitar o défice da conta corrente a (incluindo donativos) a US\$16.1 milhões em 1989.</p> <p>7. Reduzir os atrasados da dívida externa para US\$12.3 milhões.</p>	<p>a. Evitar o atraso do serviço de dívida.</p> <p>b. Contratar apenas financiamentos externos (ou garantias) concessionais (com maturidade entre 1-12 anos) ou em donativos.</p> <p>c. Redução de atrasados da dívida externa.</p> <p>d. Manter a taxa de câmbio flexível.</p>	<p>a. Assistência técnica para melhorar a preparação do orçamento e reforma do sistema fiscal.</p> <p>b. Alterar direitos aduaneiros para base ad valorem e reduzir as isenções.</p> <p>c. Monitorar a implementação das políticas económicas e financeiras.</p> <p>d. Não, acumular atrasados internos.</p>	<p>a. Estabelecer metas quantitativas para crédito líquido ao governo para o sistema bancário.</p> <p>b. Manter as taxas de juro real positiva.</p> <p>c. Procurar assistência técnica para reformar o Banco Nacional de São Tomé e Príncipe.</p>	<p>a. Manter preços ao produtor de Cacau e café flexíveis.</p> <p>b. Eliminar os subsídios aos bens alimentares.</p>	<p>a. Adotar e implementar um plano de ação para a distribuição de terras.</p> <p>b. Adotar e implementar a reforma das empresas.</p> <p>c. Implementar a reforma da administração pública.</p>

Dados do FMI- IMF - SM/86/183 e IMF- SM/89/22

De facto, as empresas públicas constituíam a base da economia são-tomense representando a quase totalidade do setor empresarial. O processo de privatizações

compreendia a liquidação ou venda de empresas não agrícolas¹⁴⁷ e o loteamento dos terrenos das empresas agrícolas para pequenos agricultores. Porém, a dimensão micro das empresas, bem como a sua condição económica, não era atraente para os investidores externos.

Por outro lado, tendo vivido mais de uma década de um regime anticapitalista, os cidadãos nacionais não reuniam as capacidades mínimas tanto financeiras como empreendedoras para adquirirem as empresas colocadas no “mercado”. A micro dimensão das referidas empresas, e o alto risco-país também não constituíam fatores atrativos para os investidores estrangeiros. Perante esse cenário, a oportunidade dessa medida de política, parece ter sido desacertada.

Por conseguinte, a maior parte das empresas foi liquidada, acarretando custos adicionais para o erário público e aumento do desemprego.

Por outro lado, também estava em curso o projeto de reabilitação do cacauzal, com a substituição de grande parte das plantas. Estando a base da economia são-tomense (a monocultura do cacau) em reestruturação, e as demais empresas em liquidação, os fundamentos para previsão de crescimento médio anual do PIB em 4% pareciam ténues (IMF, SM/89/22, 1989). Petar Kurečić (2014) sugere que as políticas para a promoção do crescimento económico devem equacionar a complexidade das circunstâncias internas e externas que afetam o crescimento do PIB dos MEI. No entanto, as missões do FMI pareciam ignorar esse importante aspeto:

Mudanças no PIB dos pequenos Estados no período estudado são primariamente dependentes de fatores como: (1) se a economia está em transição ou não (países pós-comunistas tinham condições para o desenvolvimento diferentes que os das economias capitalistas avançadas da Europa)..;(2) a estabilidade/instabilidade política, a presença ou ausência de guerras e conflitos (especialmente importante em África); (3) os preços da energia no mercado mundial e o estágio de desenvolvimento da indústria energética¹⁴⁸ (Kurečić, 2014, p.238).

De facto, os dois PAE acordados com São Tomé e Príncipe são semelhantes aos programas de ajustamento estruturais de outros países. Tal como referimos no Capítulo anterior, esses programas eram baseados no modelo monetário do FMI, que privilegia a

¹⁴⁷ Empresa de produção de ovos e frangos (EMAVE), Empresa de pescas (EMPESCA), Empresa de olaria (CERAMICA), empresa de construção civil (a CONSTRUTORA), e várias outras.

¹⁴⁸ Tradução da autora.

análise monetária de formação de rendimento e pagamentos externos, idealizado por Jacques Polak

O incipiente (ou mesmo quase inexistente) sistema financeiro associado aos constrangimentos que decorrem da dimensão do mercado, analisados no capítulo I, parecem ser razões suficientes para um insucesso preanunciado dos PAE em São Tomé e Príncipe.

O PAE II também recomendava a implementação de uma política monetária restritiva, que incluía a esterilização dos fundos de contrapartida resultantes dos apoios externos à balança de pagamentos, visando aliviar a pressão sobre a taxa de câmbio e criar condições para dificultar o funcionamento do mercado paralelo.

Porém, a depreciação acumulada da dobra entre 1987 e julho de 1989 era superior a 280% (BCSTP, 2013). De acordo com os fundamentos do PAE, essa depreciação seria benéfica, já que iria fortalecer a posição financeira do setor exportador de cacau. De facto, o relatório do BM, referindo-se à situação económica em 1985, contestava essa suposição de que houvesse alguma sobre apreciação da dobra com a consequente manutenção das importações a preços artificialmente baixos, desincentivando a produção interna e as exportações (BIRD, Report No. 6146-STP, 1987).

Não obstante o exíguo nível de rendimento da população os dois PAE apostavam na sua contínua redução:

O declínio nos salários reais ao longo do período, que foi uma das componentes-chave do programa de ajustamento estrutural, destina-se a melhorar a produtividade e a competitividade externa e é também uma componente importante para redução da taxa de inflação [...]. Assim, entre 1988 e 1991 o salário médio real diminuiu em cerca de 22 % ao ano¹⁴⁹, (IMF- SM/93/96, 1993, pág. 9)

Entretanto, de 1987 a 1990, o défice da balança comercial aumentou de 9,34 para 20,58 milhões de USD na sequência da diminuição das exportações de 10,86 para 6,02 milhões de dólares, e aumento das importações de 20 para 26 milhões de USD (BCSTP, 2013). De referir ainda que um outro efeito perverso dessa depreciação foi o aumento da inflação, o que, não obstante, parece ter sido considerado como um mal menor pelo PAE.

Em 1990, decorrido metade do período de vigência do PAE, o Conselho de Administração do FMI constatava que o preço internacional do cacau continuava a cair e

¹⁴⁹ Tradução da autora.

o preço internacional do petróleo a subir (IMF- EBM/90/151, 1990). Naturalmente, devido a esse choque sobre os termos de troca, o serviço da dívida externa constituía um constrangimento ainda maior.

Em Outubro de 1990, o relatório do Conselho de Administração do FMI que apreciou o cumprimento do PAE II são-tomense manifestava o seu desconforto com o facto de São Tomé e Príncipe, por “motivos objetivos”, não ter estado em condições de cumprir nenhum dos três principais objetivos macroeconómicos anunciados no PAE II, constatando-se um crescimento do PIB inferior a 2% (contra o programado 4%), o aumento considerável de pressões inflacionistas (acima de 30%) e o “impressionante” aumento do défice externo (da conta corrente) para cerca de 80 % do PIB contra a redução programada, conforme os gráficos N°8 e N° 9, que se seguem.

Constatava-se de igual modo, no âmbito das políticas fiscal e monetária, que não havia condições objetivas para o cumprimento de muitos dos objetivos quantitativos, e que algumas das principais reformas estruturais não puderam ser cumpridas (IMF-EBM/90/151, 1990).

Por conseguinte, o FMI parece ter estado ciente da inadequação das políticas macroeconómicas recomendadas ao país, pelo que, seria razoável esperar-se esforços no sentido de contextualizar o programa em função dos condicionalismos locais. Entretanto, o FMI era irredutível na sua estratégia. Apesar dessas e outras constatações, o Administrador J. Groote¹⁵⁰ conclui:

No entanto, eu diria que são necessários esforços adicionais do país, se o mesmo quiser sair do círculo vicioso, onde a escassez de fundos externos para financiar os investimentos requeridos provoca a redução do crescimento económico e a redução do PIB *per capita*, tendo como consequência o aumento da emigração e, por conseguinte, a redução da poupança interna potencial, cujo saneamento exigiria ainda mais recursos externos¹⁵¹ (IMF-EBM/90/151,1990, pág. 50).

Com efeito, durante o ano de 1991, as desvalorizações (administrativas) da dobra atingiram 67%, para supostamente estimular as exportações, não obstante a conjuntura externa desfavorável, com os preços do combustível em alta e os do cacau sempre a cair (IMF, EBM/92/74 - 1992).

¹⁵⁰Jacques de Groote foi um administrador Belga que representava também outros países da Europa.

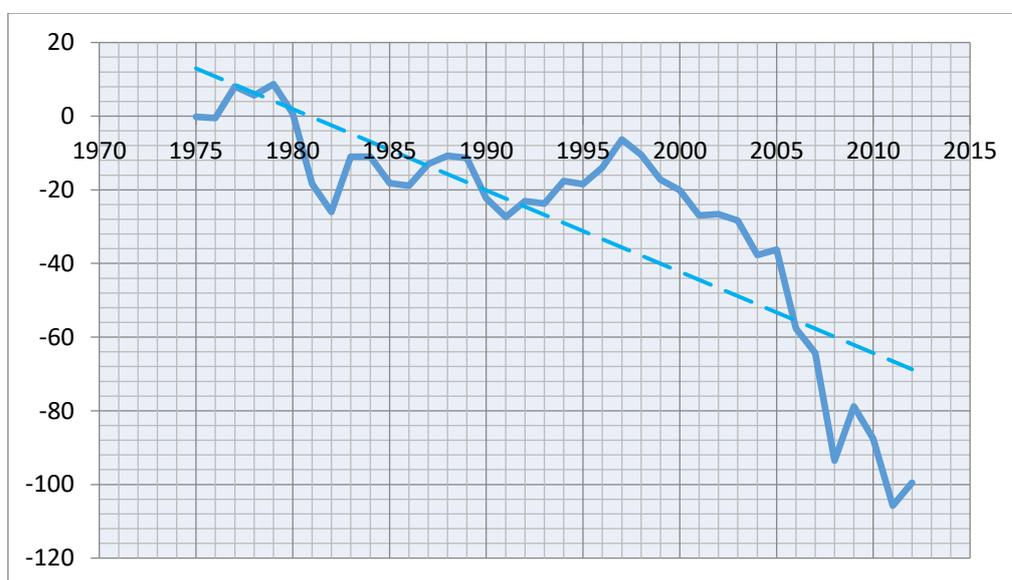
¹⁵¹ Tradução da autora.

Essa contenção das importações, associada à imposição de tetos (*plafonds*) sobre o crédito interno total (incluindo crédito líquido ao governo) e altas taxas de juro, propiciou a contenção da procura interna, reduzindo o já precário consumo das famílias.

De acordo com o FMI,

Visando a redução das pressões sobre o setor externo, decorrente de grande procura das importações, as autoridades ajustaram duas vezes a taxa de câmbio da dobra em 1991 por um montante acumulado equivalente a 67 por cento em termos de moeda local¹⁵² (IMF- EBM/92/74, 1992, pág. 20).

Gráfico 8: Conta corrente de São Tomé e Príncipe



Fonte: BCSTP, 2013 e tratamento da autora

Portanto, o custo social das reformas era elevado e podia ser insustentável para os governos, como admitiu um dos membros¹⁵³ do Conselho de Administração do FMI ainda em 1992, sugerindo mesmo o abrandamento nas reformas:

Fiquei impressionado com a pesada agenda de reformas estruturais que foi apresentada no relatório. [...]. Além disso, há um risco de que o processo de reforma inteira, incluindo os esforços de estabilização, possa fracassar se o custo social das reformas for muito alto para ser sustentada pelo governo. Por conseguinte, penso que a nossa instituição deve, em conjunto com o Banco Mundial e outros doadores, ajudar o governo a estabelecer prioridades e um calendário realista, com medidas no âmbito de uma estratégia objetiva de reformas a médio prazo¹⁵⁴ (IMF- EBM/92/74, 1992, pág. 22).

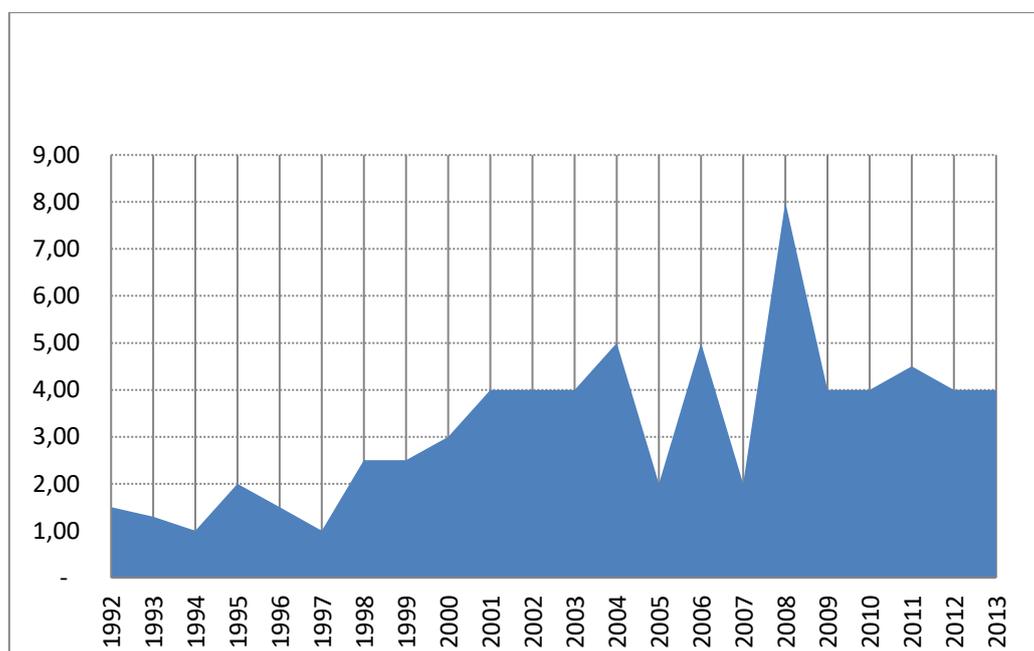
¹⁵² Tradução da autora.

¹⁵³ Hubert Dognin, Administrador suplente.

¹⁵⁴ Tradução da autora.

Entretanto, no início de 1991 registaram-se profundas mudanças (anunciadas desde 1985) no sistema político são-tomense. Realizaram-se eleições legislativas seguidas de presidenciais, pondo assim, pacificamente, fim ao regime de pendor socialista. Essas movimentações políticas serviram de álibi para o não cumprimento satisfatório, tanto das medidas de política, referentes a 1991, como as de 1992. Assim, o PAE II, que devia terminar em junho de 1992, foi prorrogado.

Gráfico 9. Evolução do PIB de São Tomé e Príncipe



Fonte: INE, 2015 e tratamento da autora

Entretanto, apesar de conscientes da agressividade e descontextualização das medidas do PAE, o relatório da missão do artigo IV do FMI de 1993, reforçava a tomada de algumas medidas como condição para aceder a um novo programa:

- Prosseguir ativamente a liberalização dos preços e do comércio;
- Manter a política de taxa de câmbio flexível, para controlar a inflação e melhorar as perspetivas macroeconómicas;
- Iniciar a reforma da pauta e da administração aduaneira;
- Assegurar a redução, em termos reais, da massa salarial e de outras despesas correntes;

- Reduzir a subvenção à empresa de água e eletricidade - EMAE;
- Eliminar os subsídios diretos às empresas agrícolas (para pagamento de salários);
- Acelerar a redução do número de funcionários do governo;
- Acelerar a privatização das empresas Atelier Central, EMAG¹⁵⁵ e ROSEMA e contratar empresas expatriadas para gerir as demais empresas;

Porém, a mudança de regime político em São Tomé e Príncipe trouxe consigo a instabilidade. Em março de 1992, desavenças entre o Presidente da República e o Governo levaram à queda deste último e à nomeação de um outro governo também constitucional (chefiado pelo mesmo partido que ganhara as eleições com maioria absoluta). Esse segundo governo da época multipartidária também foi demitido em junho de 1994, por suposta falta de lealdade institucional¹⁵⁶, e substituído por um governo de iniciativa presidencial, formado por indivíduos próximos do Presidente da República. O regime semipresidencial de pendor presidencialista instituído na nova Constituição da República¹⁵⁷, inspirada na Constituição portuguesa, parece assim, ter começado a mostrar-se inadequado às especificidades do MEI São Tomé e Príncipe. As eleições legislativas realizadas em 1994 também não mudaram o cenário da instabilidade governativa¹⁵⁸, que por sua vez facilitava o desgoverno na administração pública e a degradação da situação económica. Destaca-se, a propósito, o abortado golpe militar em agosto de 1995, que perdurou mais de duas semanas, e que, aparentemente, tinha como alvo o Presidente da República, e não o Executivo, uma vez que só aquele fora enclausurado (Graça, 2011).

Apesar dessa instabilidade política, todos os governos tentavam cumprir as sucessivas recomendações do FMI, feitas no âmbito das missões do Artigo XIV, Artigo VIII e Artigo IV, que abordam, respetivamente, o período transitório, as obrigações gerais dos membros e as obrigações em matéria de sistemas cambial. Com efeito, como reconhece o FMI (IMF, Nº 00/6, 2000), foram implementadas significativas reformas estruturais,

¹⁵⁵ EMAG e ROSEMA, empresa de artes gráficas e empresa de produção de cerveja, respetivamente.

¹⁵⁶ Conforme o decreto presidencial nº5/94 de 2 de abril de 1992.

¹⁵⁷ De referir que, essa Constituição havia sido referendada em 1990, tendo o então candidato (e futuro vencedor). a Presidente da República, Miguel Trovoada votado contra, alegadamente, por discordar de alguns aspetos da Lei.

¹⁵⁸ De fevereiro de 1991 a novembro de 1996, o país conheceu seis (6) primeiros-ministros (Daniel Daio, Norberto Costa Alegre, Evaristo Carvalho; Carlos Graça, Armindo Almeida e Raul Bragança).

destacando-se a contratação de gestão privada de longo prazo para empresas agrícolas, liquidação e privatização de muitas empresas estatais, a reestruturação do sistema bancário (com a liquidação do BNSTP e criação do BCSTP e ainda dois bancos privados em 1993 e 1995), a liberalização dos preços e o regime cambial flexível.

A insistência do FMI em recomendar o reforço do regime de taxa de câmbio flexível parecia ignorar os efeitos negativos causados por esse regime durante a vigência dos diversos programas do FMI, nomeadamente na taxa de inflação. A liberalização da taxa de câmbio é, assim, mais um elemento da política comercial defendida pelo neoliberalismo. Como referido atrás, essa corrente teórica considera não ser possível o crescimento económico sem que haja um comércio externo livre, ou seja com interferência mínima ou mesmo nula do Estado. De facto, a experiência de abertura comercial parece ter tido alguns casos de sucesso. Tal é o caso do *Milagre Asiático*, em que países bastante pobres, como a República da Coreia (que tinha um nível de PIB *per capita* de cerca de 160 USD), conseguiram sucessos grandiosos em poucas décadas. No entanto, a abertura comercial desses países asiáticos foi acompanhada de grandes investimentos no capital humano e físico (Krugman, 2012). Outros teóricos consideram ainda, que a liberalização comercial pode ser benéfica, mas acarreta muitos custos, tais como custos fiscais exacerbados, com algum aumento do défice fiscal e da taxa de inflação. Aventam também, para a necessidade de maior prudência na avaliação das vantagens de “abertura” do comércio, considerando que o mercado de produtos e o mercado de fatores podem não responder de forma mecânica em todos os casos (Agenor, 1999; Frankel e Romer, 1999). Entretanto os defensores da abertura comercial consideram que esses são os custos de ajustamento transitórios, que provavelmente desaparecerão no longo prazo (Agenor, 1999).

Alem disso, a literatura aponta para vários exemplos de correlação positiva entre as barreiras comerciais e o crescimento, especialmente para países em desenvolvimento (Birdsall & Hamoudi, 2002; Yanikkaya, 2003).

Nos MEI, as limitações estruturais, tais como os elevados custos de transação, fraca infraestruturação e insuficiente (em qualidade e quantidade) capital humano podem proporcionar baixa produtividade do trabalho, o que pode levar à diminuição de alguma eventual capacidade concorrencial da produção interna. A dependência de *commodities* cuja volatilidade de preços constitui um fator exógeno, quiçá seja o maior dos fatores de insucesso da política comercial com Estado mínimo nos MEI. (Sindzingre (2005).

Assim, parece não ser simples a relação entre o crescimento e a abertura comercial.

Tabela 10 Regime de Câmbio nos MEI, em 2015

<i>MEI</i>	<i>Regime Cambial</i>	<i>Observações</i>
Antígua & Barbuda	Regime de Câmbio Fixo	Peg com o dólar americano
Barbados	Regime de Câmbio Fixo	Peg com o dólar americano
Dominica	Regime de Câmbio Fixo	Peg com o dólar americano
Grenada	Regime de Câmbio Fixo	Peg com o dólar americano
Ilhas Marshall	N/A	No país circula o dólar americano
Kiribati	N/A	No país circula o dólar australiano
Micronésia	N/A	No país circula o dólar americano
Palau	N/A	No país circula o dólar americano
Santa. Lúcia	Regime de Câmbio Fixo	Peg com o dólar americano
São Cristóvão e Névis	Regime de Câmbio Fixo	Peg com o dólar americano
São Vicente e Granadinas	Regime de Câmbio Fixo	Peg com o dólar americano
Seychelles	Regime de Câmbio Flexível	Até 2008, o país teve taxa de câmbio fixa
Tonga	Regime de Câmbio Fixo	Taxa de câmbio com peg a uma cesta de divisas de Austrália, Nova Zelândia, dos Estados Unidos.
Tuvalu	N/A	No país circula o dólar australiano. Não há moeda própria nem autoridade monetária.

Fonte: IMF Working paper, WP/08/118. (2008) e tratamento da autora

Por outro lado, a política monetária e cambial de um MEI aparenta ter contornos que diferem das economias maiores.

A micro dimensão da economia, o elevado grau de abertura comercial, o mercado de produtos e o mercado de fatores, pouco flexíveis, dificultam a eficácia da política monetária (Wang, Roncie *et al.*, 2008; Endegnew, 2013). O regime cambial imposto pelo FMI não só não ajudou a promover a exportação, como parece ter ajudado a desestruturar a economia.

A esse propósito, alguns autores, como Wang e Roncie realçam o quão grande é o desafio que as economias de micro dimensão enfrentam para manter os preços estáveis.

A estabilidade dos preços nesses países exige instituições fortes e credibilidade política, disciplina fiscal, mas, sobretudo, a existência de uma âncora nominal. E tendo em conta que os MEI são muito abertos ao exterior, a redução do custo das transações internacionais seria muito importante para alcançar um crescimento económico sustentável orientado para o setor privado. Esses autores sugerem ainda que a onda de globalização e integração regional exige que a agenda de política dos países em referência priorize arranjos nas escolhas de políticas monetária e cambial (Wang, Roncie *et al.*, 2008)

Cientes da dificuldade em manter uma política monetária eficaz, os demais MEI mantinham (e ainda mantêm) uma taxa de câmbio fixa como âncora de política monetária e cambial, conforme a tabela N°10 (acima). Parece, por conseguinte, judicioso, que o FMI, enquanto supervisor, esteja ciente de que a taxa de câmbio flexível não se adequava às microeconomias, e consequentemente, às necessidades da economia de São Tomé e Príncipe.

5.5 Outros Programas do FMI em São Tomé e Príncipe

Mesmo na ausência de programas formais com o FMI, as recomendações das suas missões no âmbito do artigo IV, resumidas a seguir na tabela N°11, proporcionaram a liberalização da economia e a redução do papel do Estado na economia.

Efetivamente, o governo liquidou ou privatizou (vendendo a preços insignificantes) todas as empresas do setor industrial e agroindustrial, e privatizou a gestão da empresa de água e energia, bem como das empresas agrícolas.

Tabela 11: Resumo das principais recomendações das missões do Artigo IV

Recomendações	1995	1996	1997
Objetivos	Aumentar o papel do setor privado	Reduzir a inflação, estabilizar a taxa de câmbio e lançar as bases para um crescimento sustentado	Restaurar a confiança do setor privado e melhorar as perspectivas de maior crescimento
Medidas Macroeconómicas	Atualizar os preços de combustível.	Liberalizar os preços de combustível.	Prosseguir a gestão prudente da dívida pública, incluindo avaliação de convencionalidade de novas dívidas.
	Desvalorizar a Dobra e liberalizar a taxa de câmbio.	Instituir remuneração especial para o pessoal-chave da Administração pública.	Reduzir o spread entre a taxa de câmbio do mercado oficial e paralelo e liberalizar a obtenção de divisas para importação.
	Ajuste da taxa de desconto do Banco Central	Eliminar todas as restrições cambiais	Limitar as despesas salariais no orçamento.
	Adoção de uma política fiscal restritiva, reduzindo as despesas correntes, em especial a massa salarial e despesas de viagem.		Permitir que o mercado determine a taxa de câmbio.
Medidas de Reforma estrutural	Limitar a expansão do crédito interno, incluindo o crédito bancário líquido ao governo	Acelerar a conclusão da privatização e liquidação de todas as empresas públicas não estratégicas até o final do ano	Reforçar a Administração aduaneira.
	Proceder à reforma aduaneira para viabilizar o aumento de receitas Públicas.	Concluir a distribuição de terra para os pequenos agricultores para incentivar o aumento da produção agrícola.	Liquidar a Caixa Nacional de Poupança e Crédito.
	Acelerar a reabilitação das empresas públicas conforme acordado com o banco Mundial.		Preparar um plano de ação para a reestruturação da empresa de água e electricidade
	Regulamentar o regime de distribuição de terra.		Implementar o programa de despedimento de funcionários públicos.
	Reduzir o número de funcionários públicos.		Prosseguir com a privatização das grandes empresas agrícolas; completar o programa de privatização.

Fonte: IMF-SM/97/ 165, 1997; IMF- EBM/96/59, 1996 e tratamento da autora

No que se refere a estas últimas, os procedimentos adotados consistiam em contrair dívida junto ao BAD e BM em nome do Estado, e pôr esses fundos à disposição dos referidos gestores privados para financiar alguns investimentos e custear as suas despesas correntes, incluindo os honorários dos expatriados.

Como resultado dessa política, a dívida pública aumentou consideravelmente, e contrariamente ao que era suposto acontecer, não se registou o aumento de produção para exportação (memorando FMI, 1999).

No entanto, em junho de 1997, a missão do FMI constatava que:

Grandes desequilíbrios macroeconómicos, como resultado de implementação de políticas fiscais e monetárias expansionistas, a partir de meados da década de 1980, levaram a uma espiral de inflação e à depreciação da moeda, causaram o declínio do rendimento real *per capita* e à acumulação de dívidas externas [...] A economia tornou-se fortemente, dependente da ajuda externa tanto para financiar investimentos como para os serviços sociais e económicos básicos; não obstante o alto nível de investimentos, desde 1990 (correspondente, em média, a 58% do PIB) o crescimento real da economia manteve-se perto de 2% ao ano¹⁵⁹ (IMF-SM/97/ 165, 1997,pág. 4-5).

De igual modo, o desemprego cresceu de forma substantiva, uma vez que a mão-de-obra libertada nas empresas estatais (então privatizados ou liquidadas) não foi absorvida pelo setor privado, que aliás continua incipiente até à presente data. Conforme a tabela N°12 (que se segue), entre 1988 e 1991 o desemprego aumentou em 18 % na economia em geral. No setor agrícola o aumento do desemprego foi ainda maior (IMF-SM/93/96, 1993). Persistiam os grandes desequilíbrios macroeconómicos, e não se vislumbrava um crescimento económico capaz de aumentar o rendimento real *per capita* (como veremos mais adiante).

Na verdade, James Vreeland (2002) assegura, na sequência das suas investigações, que os efeitos adversos dos programas do FMI no crescimento económico, geralmente se refletem no desemprego e nos mais pobres.

Com efeito, durante o período 1988-92, o desempenho económico de São Tomé e Príncipe foi geralmente dececionante, com o PIB real *per capita* caindo em cerca de 1,2 % por ano (IMF- SM/93/96, 1993).

Nesta perspetiva, William Easterly (2005) aventa que a simples recorrência aos programas do FMI pode ser considerada um sinal da pouca eficácia dos programas precedentes. Essa ineficácia é exteriorizada na persistência da maioria das distorções macroeconómicas.

¹⁵⁹ Tradução da autora.

Tabela 12 Evolução do emprego (Nº de empregados por setor) durante o PAE I e PAE II

Setor	1988	1989	1990	1991
Agricultura	8.826	7.819	6.974	6.688
Pecuária e pesca	356	101	93	88
Comércio	311	313	289	274
Transporte	535	525	404	386
Comunicações	284	283	273	273
Indústria e Energia	879	876	789	760
Instituições Financeiras	204	209	188	181
Administração Central do Estado (excluindo militares)	3.940	3.943	3.940	3.990
Total	15.335	14.069	13.000	12.636

Fonte: IMF- EBS/89/82, 1989 e IMF- SM/93/96, 1993

Por seu lado, outros autores, entre os quais, Michael Mussa e Miguel Savastano (1999) asseguram que essa ineficácia se deve à inflexibilidade dos programas do FMI que impõem soluções iguais para resolver problemas de economias muito diferentes, e com diferentes capacidades de recursos humanos.

Em suma, os resultados dos programas em referência contrariam os objetivos do FMI, tal como alguns críticos desta instituição asseguram:

Artigo I (ii) especifica a finalidade do fundo que é promover e manter "altos níveis de emprego e rendimento real [...] enquanto objetivos primordiais da política económica". Este artigo sugere que o aumento da oferta agregada e manutenção do pleno emprego devem ser o foco mais importante do FMI. No entanto, o quadro teórico do FMI não se centra nesses objetivos. O quadro teórico do FMI trata o rendimento real como fator exógeno e não explica como ele é derivado. Assim, explica que as políticas do FMI não se direcionam para o lado da oferta que é suposto assegurar níveis elevados de emprego e rendimento real. Isto é inconsistente com o mandato do FMI¹⁶⁰ (Barnard, 2014, p. 22).

Finalmente, em 1995, os bancos comerciais passaram a calcular livremente a sua taxa de câmbio, sendo adotado o regime de câmbios flexíveis.

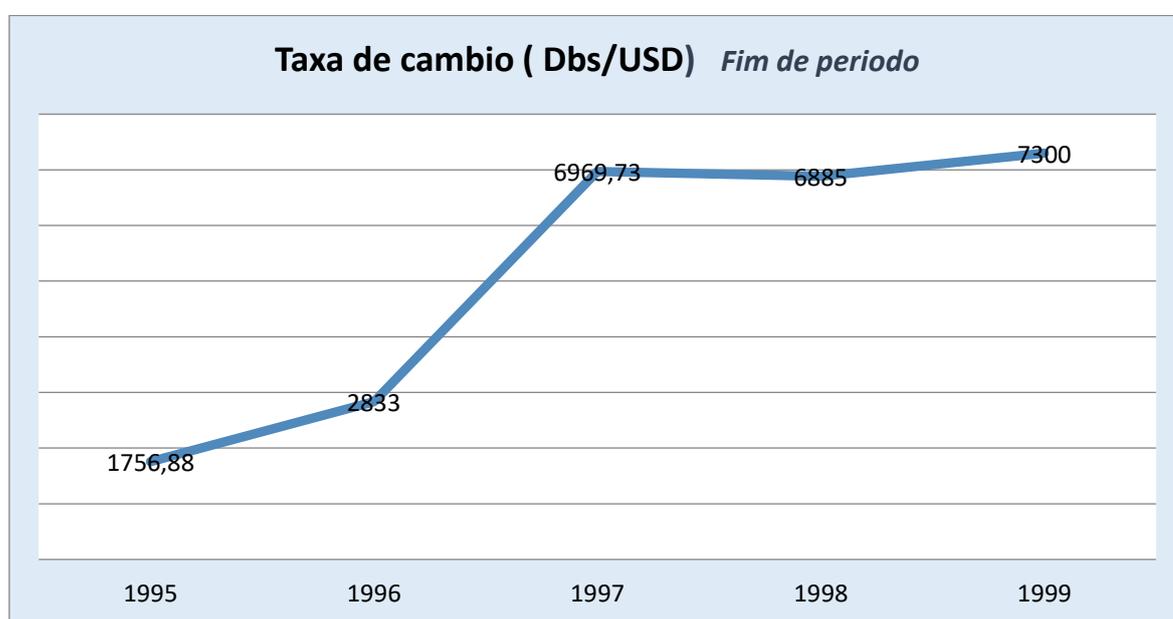
¹⁶⁰ Tradução da autora.

Entretanto, registava-se um acentuado desequilíbrio entre a oferta e a procura no mercado cambial, agravado pela elevada quantidade de liquidez no mercado. Na ausência de incentivos à poupança, os agentes económicos compravam divisas como “ativo financeiro”, o que por sua vez aumentava a pressão sobre o mercado cambial, pressionando à depreciação da dobra. Por outro lado, o sistema financeiro ainda incipiente, experimentava imensas dificuldades, e a intermediação financeira era exígua.

Assim, os bancos exportavam divisas aplicando-as no exterior. Deste modo, criavam escassez de divisas no mercado formal do país e mantinham a pressão sobre a taxa de câmbio através do aumento da procura no mercado informal (BCSTP, 2013).

A evolução da taxa de câmbio e da taxa de inflação naquele período, representadas nos gráficos N°10 e N°11 (a seguir) respetivamente, ilustram a degradação da situação macroeconómica. Este resultado das opções de política cambial recomendadas a São Tomé e Príncipe pelo FMI parece demonstrar um recorrente défice de eficácia na principal área de atuação estatutária do FMI.

Gráfico 10: Evolução da Taxa de Câmbio

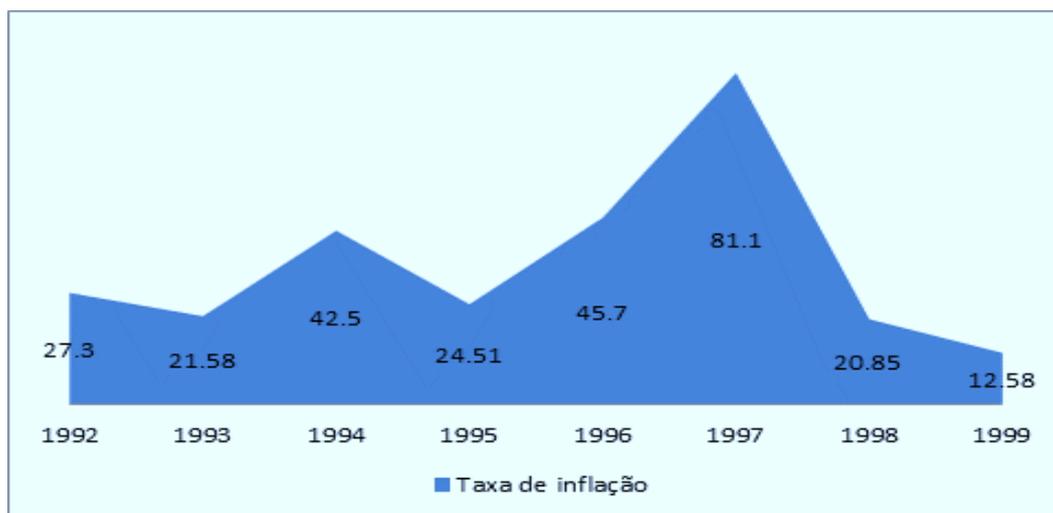


Fonte: BCSTP, 2013 e tratamento da autora

Cientes da gravidade da situação, as autoridades nacionais decidiram revertê-la, e desta feita, por iniciativa própria¹⁶¹.

¹⁶¹ Essas medidas não foram de iniciativa do FMI, embora aplaudidas pelo mesmo (BCSTP, 1999).

Gráfico 11: Taxa de Inflação em São Tomé e Príncipe na década de 1990



Fonte: BCSTP, 2013 e tratamento da autora

Com efeito, em finais de 1996, no âmbito das suas atribuições, nomeadamente a de preservar o valor da moeda, o BCSTP adotou algumas medidas de política monetária consideradas austeras para com os bancos:

- (i) Alteração para 100% das reservas legais para todos os depósitos considerados fundos públicos (BCSTP, 1999)¹⁶².
- (ii) Alteração do coeficiente de reservas mínimas de caixa dos depósitos, tanto em moeda nacional como estrangeira, para 22%.

Estas medidas implementadas pelo BCSTP, associadas a outras do âmbito da política fiscal recomendadas pelo FMI, terão causado significativas melhorias no quadro macroeconómico, tendo estabilizado a taxa de câmbio (gráfico N°10) e diminuído a inflação de 81% em 1997 para 20.9% em 1998, e 12.6% em 1999 (gráfico N°11). Na área fiscal o défice primário, que era 2.2% do PIB em 1997, passou para um *superávit* de 0.7% do PIB em 1998, tendo atingido 1.3% em 1999. A taxa de câmbio nominal do dólar americano, que em 1997 se depreciou em 146%, manteve-se estável durante os dois anos subsequentes. O défice da balança de transações correntes com o estrangeiro (excluindo transferências oficiais) sofreu uma redução de 75% do PIB, em 1997, para 57% em 1999. Nesse período também se registou um certo abrandar no mercado financeiro informal de divisas (IMF- ajuda memória, 1999).

¹⁶² Os instrumentos de política monetária limitavam-se a 1- limites de crédito, 2 - Reservas mínimas de caixa e 3 - taxa de juro de referência.

O FMI aclamou esse relativo sucesso, constatando, no entanto, que, não são suficientes para que o país seja “distinguido” com o programa que, eventualmente, constituiria uma assistência no âmbito da iniciativa HIPC.

A performance de São Tomé e Príncipe iria ser testada, desta feita com um *staff-monitored program* (Programa monitorado pelo Staff do FMI), ainda em meados de 1998, cujo cumprimento em 1999 determinou o início de novas discussões para acesso ao programa Facilidade de Ajustamento Estrutural Reforçada do FMI para os países de baixo rendimento (ESAF).

Entretanto, a ESAF já acumulava insucessos generalizados nos países em que era aplicada, ditando a necessidade de revisão do desenho do programa. Assim, diagnósticos efetuados pelos funcionários do FMI, bem como por uma equipa externa, sobre as lacunas nos ESAF, indicaram para a pouca eficácia das políticas dirigidas à viabilidade externa das economias em causa, com consequências sobre o crescimento económico, bastante mais fraco do que o expectável (ESAF-IMF, 1998). Entre as falhas dos programas do FMI, a avaliação reconhece que as políticas recomendadas para a redução da inflação eram, em muitos casos, inadequadas:

É preciso considerar, portanto, o uso de âncoras nominais mais eficazes - como um peg de taxa de câmbio, tetos de oferta de dinheiro, ou metas de inflação - como parte de uma estratégia de desinflação. A escolha da âncora precisaria tomar em conta circunstâncias específicas de um país¹⁶³ (ESAF-IMF, 1998, pág. 10).

De igual modo destaca-se a necessidade de dar uma maior atenção às despesas sociais, educação e saúde, que, em alguns casos, devem ser encorajadas a aumentar (ESAF-IMF, 1998).

Em novembro de 1999, a ESAF foi renomeada Facilidade para Redução da Pobreza e Crescimento (PRGF), passando a basear-se na Estratégias de Redução da Pobreza (PRSP), elaboradas nos países respetivos no contexto de um processo participativo, envolvendo a sociedade civil e os parceiros de desenvolvimento. Trata-se de uma certa evolução em relação aos programas precedentes, o que quiçá se deva em parte à recomendação do estudo acima referido. Com efeito, em abril de 2000 foi acordado entre São Tomé e Príncipe e o FMI um PRGF de três anos, no montante equivalente 6,657 milhões DES (90% da quota).

¹⁶³ Tradução da autora.

O desenho deste programa, feito em finais dos anos 1990 e aprovado em abril de 2000, já contou com circunstâncias institucionais ligeiramente diferentes. Os técnicos nacionais já eram mais habilitados e capacitados. Por outro lado, houve também alterações a nível da governação do FMI, pelo que a discussão com a missão do FMI também era mais equilibrada, levando esta última a apresentar os fundamentos teóricos¹⁶⁴ que sustentavam as medidas de política recomendadas. Na verdade, as missões do FMI socorreram-se dos ensinamentos metodológicos de Engle e Granger (1987) disponíveis no seu artigo “*Co-integration and error correction: representation, estimation, and testing*” e Søren Johansen (1988) no artigo “*Statistical analysis of cointegration vectors.*” Como decorre desses artigos, na economia existem funções de longo prazo de procura de moeda que são estáveis. A procura de moeda é considerada como sendo uma função do volume de transações na economia, bem como a inflação e o custo de oportunidade de guardar dinheiro. Por conseguinte, a oferta de moeda, enquanto uma variável de política, é exógena ao modelo. A longo prazo, com o equilíbrio no mercado monetário, a procura de moeda é igual à oferta de moeda pelo que, em algum momento específico, a orientação da política monetária reflete-se no excesso ou falta do dinheiro. Uma vez que a procura da moeda de longo prazo seja estimada, a orientação da política monetária pode ser expressa como a diferença entre o stock de dinheiro real e a procura por dinheiro. (IMF-Staff Report No. 00/69, 2000, pág. 47). Estava, portanto, evidente a orientação neoclássica do programa do FMI.

Porém, São Tomé e Príncipe é um MEI e por isso caracterizado por pouca eficácia do mecanismo de transmissão monetária (Endegnanew, 2013; IMF- Reports Small States, 2013). Outros autores, incluindo alguns pertencentes ao Staff do próprio FMI (FMI- IEO, 2007; Wang J, Ronci M., *at al.*, 2008) constataram essa realidade, e consequentemente, a questionável adaptação desse modelo ao incipiente e desestruturado sistema financeiro da microeconomia são-tomense. Contudo, meses depois do seu início, uma primeira avaliação da missão do FMI constatava uma alta performance conforme a tabela N° 13, que se segue. Sendo esta a única via para conseguir financiamentos para o seu orçamento, o empenhamento do governo no seu cumprimento foi total, merecendo elogios do FMI (IMF- EBS/00/253, 2000).

¹⁶⁴ Mesmo que sejam contestáveis.

Tabela 13: Critérios de desempenho do PRGF.

Critérios de performance	Prazo	Nível de cumprimento
1. Elaboração de um relatório identificando funcionários públicos excedentários e respetivo plano de redução.	Finais de abril de 2000	Cumprido
2. Adoção pelo governo de um programa de privatização de grandes propriedades agrícolas e de uma lei de simplificação do registo de propriedade e posse da terra.	Finais de junho de 2000	Reprogramado para fevereiro 2001
3. Encaminhamento ao Parlamento de um projeto de lei sobre a gestão, produção e exploração de petróleo.	Finais de junho de 2000	Cumprido
4. Adoção de um programa de investimento público de três anos para 2001-03, em conformidade com o programa.	Finais de setembro de 2000	Cumprido
5. Adoção de um mecanismo que permita a adequação das tarifas de água e eletricidade aos custos de produção e distribuição.	Finais de setembro de 2000	Reprogramado para dezembro 2000
6. Submissão de estatísticas monetárias mensais ao FMI.	Contínua	Cumprido

Fonte: IMF, EBS/00/253, 2000

Com efeito, o relatório do FMI atestava que não obstante a imprevista deterioração do comércio internacional, o desempenho de São Tomé e Príncipe no âmbito do programa apoiado pelo PRGF durante os primeiros dez meses de 2000 foi amplamente satisfatório, e em linha com o programado.

A atividade económica continuou a recuperar, e a inflação continuou a decrescer, embora superior ao objetivo do programa, devido ao aumento do preço internacional do petróleo. O relatório enaltecia ainda, o esforço do governo, que culminou com a implementação da reforma aduaneira visando a eliminação dos impostos de exportação, bem como grandes progressos na implementação de outras reformas estruturais, incluindo a reforma da administração pública, a privatização das empresas agrícolas e a simplificação da concessão dos títulos de posse de terra (IMF- EBS/00/253, 2000).

Porém, a performance na implementação do PRGF I manifestara-se insuficiente desde o início de 2001. O PRGF foi por isso substituído por um *Staff Monitored Program*, implementado em 2002 com relativo sucesso.

A instabilidade política interna fez abortar a tentativa de retoma do PRGF em 2003, levando a mais um golpe de Estado no mesmo ano, sob a alegação de deterioração do nível de vida da população. São Tomé e Príncipe experimentou quatro (4) governos¹⁶⁵ durante o período de 2000 a 2003.

A instabilidade política (através de exoneração de governos¹⁶⁶) advém dos profundos problemas sociais da sociedade são-tomense na sequência da contínua degradação da situação económica, apesar do programa com o FMI, ou quiçá com alguma contribuição deles. Por sua vez, a instabilidade política propicia o agravamento da situação económica. Assim, o país foi vivendo num ciclo vicioso com os programas do FMI. Desacreditado, e por isso incapaz de ir ao mercado financeiro internacional, o programa com o FMI tem sido o *passaporte* para São Tomé e Príncipe angariar novos financiamentos, multi ou bilaterais, através da APD.

O segundo programa PRGF só foi possível em 2005-07 e visava corrigir os desequilíbrios macroeconómicos (as reservas externas, a taxa de inflação, e o défice orçamental) para permitir o crescimento sustentado do PIB e a redução da pobreza. Na sequência do cumprimento desse programa (em dezembro 2007), o BM e o FMI acordaram que os progressos do país são meritórios e decidiram distingui-lo com o ponto de conclusão no âmbito da iniciativa HIPC. São Tomé e Príncipe tornou-se, assim, o 22º país a conseguir esse benefício. A assistência total no âmbito da HIPC reforçada aprovada

¹⁶⁵ Os governos liderados por Guilherme Posser, Evaristo de Carvalho, Gabriel Costa e Maria das Neves Sousa.

¹⁶⁶ Numa tentativa de reduzir a possibilidade de exoneração de governos pelo Presidente da República, os deputados aprovaram uma revisão constitucional, tornando-a semipresidencial de pendor parlamentar.

estimava-se num montante equivalente a US\$ 263,46 milhões em termos nominais (IMF-Press Release No. 07/52, 2007). A dívida perdoada foi na sua quase totalidade contraída com as instituições financeiras internacionais, com o suporte dos programas do FMI.

Entretanto, em finais de 2007 a situação macroeconómica, nomeadamente a taxa de inflação e a situação fiscal, tinha-se deteriorado de novo. A taxa de inflação atingiu um valor de 27,6 %, na sequência do aumento dos preços internos de combustível em cerca de 20%, impulsionando o aumento das tarifas de água e eletricidade em cerca de 50%. Esses aumentos refletiram aumentos de preços internacionais de combustível e visavam a redução dos subsídios governamentais implícitos. O saldo orçamental primário atingiu os 8,7% do PIB. No mesmo período, a dobra depreciou-se face ao euro em 26 % (BCSTP, 2015). Todavia, o IDE¹⁶⁷ sustentou um crescimento económico relativamente robusto - superior a 7% (BCSTP, 2015).

Em 2008 houve três governos¹⁶⁸, tendo por isso, sido adiadas as sucessivas retomas de um novo programa com o FMI. O quadro macroeconómico continuava a agravar o poder de compra da população, tornando-se prementes os desafios de reestruturação e do relançamento da economia são-tomense. Com efeito, o governo que entrou em funções em junho de 2008 contemplou no seu programa medidas conducentes à adoção de uma nova abordagem da problemática cambial com vista à escolha de um regime cambial mais adequado (atendendo às características específicas do País) para a prossecução dos objetivos de estabilidade e crescimento (Programa do XIII Governo Constitucional). Era necessário encontrar uma âncora macroeconómica. O governo optou pela adoção de um regime de taxa de câmbio fixo através da ancoragem (*hard peg regime*) com o euro como âncora nominal¹⁶⁹. A zona euro é a maior parceira comercial do país, justificando-se assim a opção pelo euro. A decisão de ancorar a moeda, e assim minimizar os custos de instabilidade monetária e propiciar uma melhor credibilidade para a política monetária e cambial, não pretendia escamotear a necessidade de aprimorar a boa governação (a disciplina fiscal e orçamental, a estabilidade política, o cumprimento rigoroso da regulação e supervisão do sistema financeiro) e o empreendedorismo do setor privado, enquanto motores de desenvolvimento (Espírito Santo, 2014).

¹⁶⁷ O IDE de um grupo hoteleiro português foi suficiente para potenciar o crescimento em referência.

¹⁶⁸ Durante a última década do século XX, o país foi governado por onze (11) governos.

¹⁶⁹ Não se tratou de uma recomendação das missões do FMI, mas antes, uma iniciativa do governo são-tomense.

O FMI fez, entretanto, novos arranjos nos programas para os países de baixo rendimento, passando a ter três variantes: a Facilidade de Crédito Prolongado (ECF), para países com prolongados problemas de balança de pagamentos; a Facilidade de Crédito Standby (SCF)- para países de baixo rendimento com necessidades de financiamento e ajuste a curto prazo causadas por choques internos ou externos; a Facilidade de Crédito Rápido (RCF) para apoio financeiro rápido sem condicionalidade num pagamento único em situação de pós-conflito ou outras situações de fragilidade.

Em 2009, o FMI aprovou o programa ECF para São Tomé e Príncipe, para o período 2009-11. As reformas estruturais requeridas no programa centravam-se nas áreas das empresas públicas, gestão das despesas públicas, banca, regulamento do trabalho e clima empresarial. O quadro macroeconómico do ECF visava alcançar:

- O crescimento real anual do PIB de cerca de 6,3 por cento;
- A taxa de inflação de um dígito;
- A sustentabilidade de finanças públicas, mesmo num cenário sem exploração de petróleo;
- Condições sustentáveis para uma eventual decisão de *peg* da dobra ao euro;
- Ajuste fiscal, limitando o crescimento das despesas correntes e promovendo o aumento de arrecadação de impostos;

A aprovação desse programa ECF em março de 2009 terá sido decisivo para a “permissão” pela parte da União Europeia (EU)¹⁷⁰ da paridade da dobra com o euro. Em julho de 2009 foi assinado com Portugal o acordo de cooperação económica e o contrato de facilidade de crédito de apoio à balança de pagamentos que sustentaram o *peg* da dobra com o euro. O ECF de 2009 pode, assim, ser considerado um dos programas mais contextualizados à realidade de São Tomé e Príncipe, uma vez que o mesmo englobava, basicamente, as medidas de política que estavam no programa do governo.

Apesar de alguns percalços (dos quais fazem parte os efeitos da *segunda vaga* da crise económico-financeira internacional), e à exceção do crescimento do PIB, os aspetos principais do programa foram cumpridos. Graças ao *peg* com o euro a taxa de inflação começou finalmente o sentido decrescente, alcançando mínimos históricos: atingiu 6,4 %

¹⁷⁰ De facto, não houve uma autorização explícita para o *peg*. A autorização foi implícita baseando no programa económico assinado com Portugal.

em 2014, prevendo-se que em 2015 se tenha registado uma taxa inferior a 5% (BCSTP-estatísticas, 2015). De recordar que o *peg* com o euro não foi uma iniciativa do FMI.

O país recorreu mais uma vez ao ECF em 2012 – 2015, programa entretanto suspenso em 2015, por mútuo acordo entre o FMI e São Tomé e Príncipe¹⁷¹. No mesmo ano, São Tomé e Príncipe acordou com o FMI o terceiro ECF para um período de três anos. Os fundamentos básicos desses três ECF acordados entre as autoridades nacionais e o FMI não diferem muito entre si, tal como em outros países. Essa é também a constatação de diversos autores, entre os quais, Barnard, que sugerem que, apesar das mudanças ao longo dos anos, as contribuições fundamentais de Polak e Robichek continuam sendo a pedra angular do pensamento subjacente ao quadro teórico dos programas de ajustamento do FMI. Consideram ainda que o referencial teórico é uma síntese das escolas clássica, keynesiana, e monetários sobre o balanço de pagamentos (Barnard, 2014).

Não obstante as diversas dificuldades na implementação dos programas, o FMI considera que São Tomé e Príncipe tem sido um “bom aluno”:

A EPA concluiu que os programas apoiados pelo FMI na última década tiveram um papel importante, ajudou São Tomé e Príncipe a alcançar a estabilidade macroeconómica e progresso das reformas estruturais. A EPA cobriu três programas suportados PRGF / ECF (2000 - 03, 2005 - 08 de 2009 -2012) e um programa monitorado pelo pessoal (2002). Durante este período, São Tomé e Príncipe experimentou um crescimento económico substancial e nenhuma crise macroeconómica significativa. No entanto, foi um desafio difícil, controlar o défice fiscal e inflação. As reformas estruturais foram efetivamente implementadas ao longo dos anos, embora com alguns atrasos nas áreas de financiamento público e gestão dos recursos naturais, nos setores das operações monetárias e de supervisão bancária, e, mais recentemente, na melhoria do ambiente de negócio¹⁷² (IMF Country Report No. 12/216, 2012).

De facto, com ligeiras diferenças, tanto o PAE, o ESAF, o PRGF ou o ECF, basicamente sugeriam:

- (a) Atenuar a procura interna através de contenção fiscal de crédito;
- (b) Reformas estruturais (que incluíam a privatização e diminuição do setor público) visando a promoção da oferta e mais eficiente utilização dos recursos;

¹⁷¹ As avaliações intermédias em 2015 e 2015 tinham sido inconclusivas. Um dos aspetos dos critérios de cumprimento - a obrigatoriedade de só contrair dívidas concessionais tinha sido infringido (IMF Country Report No. 12/216).

¹⁷² Tradução da autora.

(c) A obtenção de financiamento externo (Schadler, 1996).

Sem entrar no âmbito discutível dessa receita neoliberal aplicada pelo FMI, não parece ser evidente a sua funcionalidade, independentemente das especificidades das economias alvo.

Tabela 14: Resumo de alguns indicadores da economia são-tomense.

	1975	1977	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2010	2015*
Indicadores										
PIB per capita (USD)	-	309	313	410	434	514,28	-	847	1.186,9	
Taxa de inflação	-	7,4	0,2	-	40,4	24,51	9,62	17,20	12,9	5
Dívida externa (milhões de USD)	-	2,18	23,46	62,65	150,85	245,66	304,83	370,50	156,48	
Crescimento do PIB real	-	23,4	-1,1	-	-2,2	2,00	3,00	2,00	4,00	4,0
Conta corrente	-	8,10	0,68	-	-22,30	-18,49	-20,03	-36,20	-87,26	
	0,14			18,23						
Saldo orçamental global, base compromissos (em % do PIB)				48,1	44,9	-16,3	.10	34 ¹⁷³	-11	-6
Índice de Pobreza	-	-	-	-	-	-	53,8		49,6 ¹⁷⁴	
IDH/	-	-	-	-	-	-	0,495	0,520/	0,534/	0,574/
Posição mundial								126	144	142

Fontes diversas: IMF- SM/ 78/238, 1979; World Bank, 2011; BCSTP, 2013; UNDP, 2016; INE, 2017e tratamento da autora

Com efeito, sem descurar a necessidade de reestruturação da economia são-tomense ao longo dos trinta anos em referência, o estado da economia, resumido na tabela

¹⁷³ Entraram receitas de leilão de blocos de petróleo.

¹⁷⁴ De acordo com o INE, o índice da pobreza calculado com a nova metodologia, para 2010 é de 66,2.

Nº14, acima, parece confirmar a inadequação das medidas em referência. Analisemos alguns indicadores a este propósito.

A literatura oferece diferentes modelos e estratégias para aferir o contributo dos programas do FMI para a débil situação macroeconómica e fraco desenvolvimento da economia em geral, destacando-se as propostas de Barro e Lee (2005), Dicks-Mireaux, Mecagni e Schadler (2000), Yasemin Bal-Gunduz e outros (2013), e Ghosh *et al.* (2005). Uma das estratégias muito usadas, é o “antes e depois”, proposta por Ghosh *et al.*, em que se analisa a evolução dos indicadores básicos da economia antes e depois do programa (Ghosh *et al.*, 2005). Esse método não nos parece adequado a São Tomé e Príncipe, tendo em conta que antes dos programas a economia era centralizada com preços administrativos, pelo que alguns indicadores como a taxa de inflação, a taxa de juro, ou demais indicadores, não são comparáveis. Por outro lado, não há um *pós-programa*. De facto, como vimos, São Tomé e Príncipe nunca deixou de estar sob um programa com o FMI, mais ou menos formal¹⁷⁵.

Louis Dicks-Mireaux, Mauro Mecagni e Susan Schadler analisaram o efeito dos programas do FMI num grupo de países de baixo rendimento, ou seja, em desenvolvimento, membros dessa instituição. Usando dados de painel em um modelo modificado do grupo-controle desenvolvido inicialmente por Goldstein e Montiel 1986, esses autores avaliaram o efeito do apoio do IMF em três variáveis-chave - o rácio do serviço da dívida externa, inflação e crescimento económico, no período entre 1986 e 1991. Para o efeito, os mesmos compararam as políticas que teriam sido seguidas por esses países na ausência do FMI com as que efetivamente essa instituição recomendou. Esse estudo sugere que há significativos efeitos benéficos dos programas em referência, tanto para o crescimento económico e o rácio do serviço da dívida. No entanto não apuraram que efeitos significativos os programas do FMI têm sobre a taxa de inflação (Dicks-Mireaux, Mecagni & Schadler, 2000).

Yasemin Bal-Gunduz e demais coautores funcionários do FMI, avaliando o impacto económico dos financiamentos (e respetivos programas) do FMI, de forma global, aos países pobres, num período de 25 anos, usaram análises econométricas com a abordagem *Propensity Score Matching* (PSM). Esse método estatístico de avaliação de

¹⁷⁵ As missões de artigo IV, artigo XIV ou artigo VIII, sempre traçaram recomendações, cujo incumprimento podia pôr em causa os financiamentos do BM, e de outras entidades multilaterais e ou bilaterais.

impacto permite que amostras¹⁷⁶ com características singulares sejam correlacionadas, para avaliar o impacto gerado por determinadas medidas de política, ou mesmo programas (Bal-Gunduz *et al.*, 2013). Na sua análise sobre o impacto económico dos Programas do FMI, de longo prazo, os autores apuraram que esses estão positivamente associados a maiores taxas de crescimento a longo prazo, menos volatilidade do crescimento, rápidas reduções da pobreza e desigualdade, maiores taxas de IDE e baixa taxa de inflação. A análise demonstrou também que o resultado desses países não parece depender da quantidade de financiamento associado aos programas do IMF.

No entanto, essa análise é de forma global, e não particulariza os países. E, de facto, as informações da tabela N°14, indicam um quadro diferente para São Tomé e Príncipe.

Ademais, a fragilidade das informações estatísticas do país afigura-se um dos principais empecilhos à utilização da abordagem *Propensity Score Matching*¹⁷⁷. Só o desenvolvimento socioeconómico pode assegurar o almejado bem-estar para os cidadãos. O caminho para o desenvolvimento socioeconómico passa pela aplicação de políticas económicas (ou mais especificamente, macroeconómicas) de suporte ao desenvolvimento, adequadas.

Com efeito, não parece exequível a avaliação do desempenho¹⁷⁸ dos programas do FMI em si, tendo em conta que o seu sucesso/insucesso (ou incumprimento) pode depender de outros fatores alheios aos programas.

A esse respeito, Sindzingre (2005) deduz na sequência da análise de vários estudos do FMI, que o efeito dos programas sobre o equilíbrio fiscal na década de 1990 em todos os países resume-se a declínio tanto das receitas como das despesas.

Essa constatação é igualmente referida na avaliação do FMI, que reconhece que:

...o ajuste fiscal, quiçá tenha sofrido de 'excesso de otimismo', ' inadequada calendarização de implementação de ajustes tanto do lado das receitas como das despesas... Os efeitos dos programas sobre os setores industriais nacionais têm sido mistos. Programas das IFIs não tiveram em conta o nível de dependência dos países no que respeita os recursos naturais e, portanto, não se concentram sobre as causas do ciclo vicioso da pobreza, nomeadamente através da diversificação de produtos primários para a exportação de manufacturados¹⁷⁹ (Sindzingre, 2005, p. 291).

¹⁷⁶ Para o efeito, o avaliador deve criar um grupo de comparação (dentro de uma grande quantidade de dados) e outro de tratamento.

¹⁷⁷ É um método em que se tenta imitar as características de uma relação causal de uma experiência aleatória.

¹⁷⁸ Nomeadamente a contribuição para o crescimento e o desenvolvimento socioeconómico.

¹⁷⁹ Tradução da autora.

Trinta anos depois da abertura económica assessorada pelo FMI, a situação macroeconómica do país parece débil.

A tabela N°14 (acima) sintetiza a evolução de alguns indicadores macroeconómicos e de desenvolvimento, que foram alvo dos diversos programas do FMI em São Tomé e Príncipe. Conforme essa tabela, o défice da conta corrente patenteia uma degradação contínua e cada vez mais profunda, demonstrando que o objetivo de equilibrar as contas externas se apresenta cada vez mais inacessível. Aliás, as exportações apresentam um grau muito reduzido de diversificação, assentando basicamente no cacau, cuja produção continua num ritmo quase contínuo de decadência, conforme a tabela N° 15, que se segue.

As contas fiscais também estão longe do equilíbrio almejado. O país mal consegue financiar as suas despesas correntes, valendo-se de alguns donativos. E as despesas de investimento são asseguradas em mais de 90% por financiamentos externos. Como consequência, apesar do perdão da dívida de que o país beneficiou em 2007, a dívida externa continua alta (BCSTP, 2014).

Tabela 15 Exportações de São Tomé e Príncipe

Em milhões de USD	1999	2004	2009	2014	2015
Cacau	2.20	6.11	5.45	9.15	7.90
Café	0.01	-	-	0.04	0.02
Pimenta	-	-	-	0.00	0.10
Óleo de coco	-	-	-	-	-
Chocolate	-	-	-	0.26	0.20
Coco	0.02	0.03	0.09	0.16	0.14
Outros	0.10	0.43	0.66	0.66	0.73
Total	2.33	6.57	6.20	10.27	9.08

Dados do BCSTP, tratamento da autora

O PIB conheceu um crescimento aceitável nos cinco primeiros anos da independência. Na década de 1980, o crescimento foi ténue, numa média de 1,3% de crescimento real, intercalado com pequenas recessões. Na década de 1990, o crescimento

médio foi de 2%. Só no início do século XXI o crescimento médio do PIB real atingiu os 4% (BCSTP, 2013). Entretanto, o número da população era de 187 mil em 2014, o que corresponde a um aumento de cerca de 2, 5 vezes, em relação a 1975 (ano da independência). Por conseguinte, o objetivo maior que, os programas do FMI deviam perseguir – melhorar o padrão de vida através do crescimento sustentável e o consequente desenvolvimento – parece assim, longínquo. Tal como vimos no Capítulo I, São Tomé e Príncipe é o MEI com menor PIB *per capita*, com um nível de pobreza superior a 50% (INE-IOF, 2010). A Regra dos 70, sugere que só daqui a cerca de 20 anos São Tomé e Príncipe atingirá a um PIB per capita correspondente a média atual dos MEI (Número de anos para que o PIB pc dobre = 70/ taxa de crescimento média anual).

O índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do PNUD de São Tomé e Príncipe (na tabela N°3) também é inferior aos seus pares, MEI, embora superior ao da África Subsariana, sobretudo no que toca aos indicadores sociais (World Bank, 2011; World Bank, 2015).

Nenhum dos dois PAE foi concluído. Os ESAF e PRGF também tiveram percalços. O mesmo destino foi reservado ao ECF ainda em 2015.

Conclui-se, assim, que os programas do FMI não surtiram os efeitos desejados na economia e consequentemente na melhoria das condições de vida da população são-tomense. Tal ter-se-á devido à inadequação, ou quiçá inoportunidade, dos referidos programas.

Em suma, os programas do FMI em São Tomé e Príncipe não foram implementados na íntegra. Alguns foram interrompidos e outros cumpriram o prazo acordado, mas sem lograr implementar as medidas acordadas na íntegra. As razões, como decorre da aferição ao longo do estudo, prendem-se com as circunstâncias políticas, sociais, estruturais ou mesmo económicas locais, muitas vezes ignoradas no desenho dos programas. No próximo Capítulo abordaremos alguns desses aspetos.

5.6 . Os MEI e os Programas do FMI

Vimos no Capítulo II que estudos de diversos autores (incluindo os do FMI e BM) sugerem a existência de grande vulnerabilidade macroeconómica dos MEI.

A pequena dimensão do mercado, a imensa exposição a choques externos e maior dimensão relativa do setor público, fracos recursos internos, entre outros, justificam o frágil equilíbrio macroeconómico desses países (Endegnanew, 2013; FMI, 2013). Por

isso, os desafios do desenvolvimento dos MEI parecem exigir a adequação dos instrumentos macroeconómicos a realidades muitas vezes idiossincráticas ou mesmo diferentes.

Comparando com o caso de São Tomé e Príncipe, e salvo em raras e pontuais situações, os demais MEI não tiveram que passar pelas diversas variantes dos programas de Ajustamento Estrutural do FMI. Na segunda metade dos anos 1980, quando começou a implementação dos PAE, a situação económica geral dos mesmos era relativamente melhor, ou tinham outras possibilidades de se financiar.

Com efeito, em África, Seychelles já tinha uma economia baseada no turismo¹⁸⁰, e o nível de literacia era alto (85%). A existência de um aeroporto internacional nas Seychelles desde 1971 terá sido um fator dinamizador marcante no desenvolvimento económico deste MEI. O país já beneficiava naquela ocasião de infraestruturas turísticas como hotéis e restaurantes de nível bastante razoável, razão pela qual, desde então, a principal base da economia tem sido o turismo (IMF- SM/90/70, 1990). Durante década e meia (desde 1971), Seychelles experimentou um crescimento económico substancial, tendo o setor turístico servido de alavanca para o desempenho dos demais setores da economia. Por isso, apesar das oscilações do fluxo turístico (que advêm de choques externos), o país cresceu em média cerca de 10% por ano (IMF- SM 86/148, 1986). Situação inversa se verificava no outro MEI africano São Tomé e Príncipe – onde por ocasião da independência não havia um só hotel (salvo uma pousada), como referido no Capítulo II.

No entanto, a rápida expansão económica das Seychelles não causou taxas de inflação altas (IMF- SM 86/148, 1986). Tal facto, quiçá se deva à não aplicação das receitas neoclássicas de livre mercado (mercado autorregulado). Assim, tal como em São Tomé e Príncipe, o sistema económico das Seychelles era centralizado, de orientação socialista, e, por conseguinte, com as regras económicas socialistas¹⁸¹ administradas através de planos quinquenais de desenvolvimento, que continham estratégias setoriais e listas de projetos de investimentos sociais e produtivos. Em Seychelles, o setor estatal era também maioritário na economia e incluía diversos serviços bem como empresas de natureza comercial, entre as quais hotéis, transportadoras e distribuidoras (IMF- SM/90/70, 1990). Até à primeira metade dos anos 1990, o setor estatal absorvia dois

¹⁸⁰ Cujas infraestruturas foram reforçadas ainda em 1971 com a construção do aeroporto internacional (IMF- SM/89/40, 1989).

¹⁸¹ Abordadas no Capítulo III.

terços de mão-de-obra formal. O país tinha controlo dos preços, taxa de câmbio fixa ao DES, política fiscal expansionista, baixas reservas externas, e um setor público relativamente grande (IMF- SM 86/148, 1986). Em 1989, Seychelles já tinha um sistema financeiro relativamente desenvolvido, com o banco central exercendo o seu papel de supervisor aos seis bancos¹⁸² comerciais (IMF- SM/90/70, 1990).

Entretanto, o país mantinha um sistema de movimento de capitais bastante aberto, permitindo a livre circulação de ativos e passivos com o exterior. A viabilidade da balança de pagamentos das Seychelles estava assegurada pelas entradas turísticas, que contribuía com dois terços das receitas externas. Essa situação económica proporcionou às Seychelles um dos maiores PIB *per capita* do continente – 3.400, 00 DES –, em 1989 (IMF- SM/90/70, 1990). A relativa robustez económica das Seychelles está em linha com a nossa anterior constatação de que os países cuja base económica não é agrícola, mas sim de prestação de serviços, têm melhor desempenho no que se refere ao crescimento económico. Quiçá reflita também, a suposição inicial de que a herança económica e cultural (concretamente, nível educacional) pode justificar alguma parte do sucesso dos MEI. A conjugação desses fatores evitou que o MEI Seychelles tivesse que recorrer a financiamentos do FMI, durante os anos 1980 e 1990, e conseqüentemente, não precisou submeter-se ao PAE (IMF- SM 93/227, 1993).

Porém, em 1990 a missão do Artigo IV recomendava um sistema cambial livre de controlos¹⁸³, apesar da situação externa apertada. O FMI sugeria que essa política cambial associada a adequadas taxas de juros reais, fomentaria a confiança e desencorajaria a fuga de capital. O relatório em referência dizia ainda que a raiz do problema estava no excesso de procura provocado pela política fiscal expansionista (IMF- SM 90/187, 1990).

Na segunda metade da década 1990 registou-se alguma deterioração da situação macroeconómica de Seychelles. Um elevado défice fiscal, financiado quase exclusivamente pelo crédito bancário doméstico, criou pressões inflacionistas e aumentou a pressão sobre a conta corrente e o mercado cambial e aumentou o mercado informal de divisas. Esta situação macroeconómica provocou preocupação no seio do FMI, levando a que a missão do artigo IV de 1998 sugerisse a implementação de algumas medidas de austeridade, nomeadamente (IMF- SM 99/219, 1993):

- a. Reduzir as despesas em geral e em especial as despesas de capital, bem como as subvenções e empréstimos a empresas públicas;

¹⁸² Herdados do período colonial.

¹⁸³ Regime cambial flexível determinado pelo mercado.

- b. Reduzir os empréstimos do banco central ao governo;
- c. Alterar a taxa de câmbio, tornando-a mais realista, para eliminar desequilíbrios entre as taxas do mercado de câmbio oficial e a do mercado paralelo;
- d. Promover o crescimento do mercado livre;
- e. Acionar medidas de política monetária visando enxugar a liquidez excessiva na economia;
- f. Eliminar o controle de preços e do monopólio estatal de importação.

Porém, o FMI estava ciente de que a solução para o agravamento da situação económica devia ser equacionada dentro de um quadro apropriado de políticas de médio prazo, num cenário atualizado de previsões macroeconómicas (IMF- SM 99/219, 1993).

Por isso, o cumprimento integral destas medidas era condição prévia para a discussão de um “rigoroso” programa de ajustamento com o FMI com suporte financeiro do mesmo e de outros credores (IMF- SM 99/219, 1993).

As medidas recomendadas não foram cumpridas. Em 2002 a dívida pública atingia 200% do PIB (IMF- EBM/02/82, 2002). Porém, em 2002, o FMI reconhecia que:

As Seychelles enfrentam atualmente dificuldades económicas significativas, mas elas devem ser colocadas no contexto do grande desenvolvimento que o país conheceu desde a independência. As autoridades reconhecem que os elevados défices fiscais são a razão das atuais dificuldades da economia. No entanto, as despesas do governo melhoraram o bem-estar económico do povo das Seychelles e impulsionaram as perspetivas económicas de longo prazo das ilhas¹⁸⁴(IMF- EBM/02/82, 2002, pág. 57).

O FMI reconhece que o modelo de desenvolvimento das Seychelles tenha proporcionado à população um dos mais altos padrões de vida em África, com elevados padrões de saúde, habitação, educação, infraestrutura e com o desemprego relativamente baixo. Esse modelo de desenvolvimento pressupõe o envolvimento significativo do governo na economia através de controlo de preços e propriedade estatal (IMF- BUFF/ED/06/43).

Porém, o FMI desaconselha o uso desse modelo, tendo em conta que o mesmo fomenta o endividamento do Estado.

Com efeito, em julho de 2003, face às dificuldades de financiamento, finalmente as autoridades das Seychelles renderam-se a um programa com o FMI, acordando um

¹⁸⁴ Tradução da autora.

programa de reformas macroeconómicas. O programa previa um ajuste fiscal substancial, um pacote de medidas de liberalização nas áreas de política cambial, preços e comércio (IMF -SM/04/19, 2004). Contudo, em finais de 2004, o *tsunami* asiático causou consideráveis danos à infraestrutura económica (no setor turístico, indústrias pesqueiras e habitação) das Seychelles, interrompendo o programa e, confirmando assim, a grande vulnerabilidade dos MEI.

Um outro caso interessante é o de Barbados. Assim como vários outros MEI, Barbados, também tinha um passado de monocultura (de açúcar). No entanto, segundo o FMI, durante as décadas de 1960 e 1970, Barbados teve um crescimento económico ininterrupto, o que se deveu à boa infraestruturação das indústrias turística e agroindustrial, bem como à instituição de incentivos fiscais (nomeadamente, barreiras aduaneiras e tarifárias). Nos anos 1980, o país já contava com um sistema financeiro relativamente bem desenvolvido (IMF- SM/85/274, 1985).

Apesar de não ter tido a mesma opção política que os seus pares africanos (São Tomé e Príncipe e Seychelles), Barbados também tinha muitos preços fixos e/ou controlados administrativamente, muitas empresas estatais, e uma taxa de câmbio fixa. De acordo com o FMI, na segunda metade dos anos 1980, Barbados tinha várias empresas estatais financiadas pelo tesouro público (IMF- SM/85/274, 1985). Contudo, o crescimento económico era irregular.

Porém, o relatório do FMI (IMF- SM/90/70, 1990) assinala que, depois do crescimento económico lento e irregular durante a primeira metade da década, o crescimento em Barbados foi firme a uma taxa média anual superior a 3,5 por cento de 1986 a 1989, impulsionado pela depreciação do dólar dos EUA, ao qual a moeda local é indexada e por substancial redução do imposto sobre rendimento. Entre 1980 e 1989, a taxa de câmbio (efetiva real) do dólar de Barbados apreciou em cerca de 70% em relação ao dólar norte-americano (IMF- SM/90/70, 1990). A recuperação do setor de turismo teve um papel importante nesse crescimento económico, contrariando o efeito da redução da produção do açúcar. No entanto, o mercado de trabalho continuava instável, com a taxa de desemprego em cerca de 18% (IMF- SM/90/70, 1990). O aumento da concorrência, bem como outros fatores exógenos (choques externos derivados da crise da dívida em muitos países) terá levado a algum revés no crescimento económico na segunda metade dos anos 1980. Assim, o país conheceu uma significativa redução das reservas externas e desequilíbrios da balança de pagamentos (IMF- SM/90/70, 1990).

Assim como as Seychelles, Barbados tinha um nível de literacia elevado, e quadros técnicos em quantidade e qualidade razoáveis, contrastando com a situação de São Tomé e Príncipe (IMF- SM/90/70, 1990; IMF- SM 90/187, 1990).

No entanto, a política fiscal expansionista, aliada a fatores exógenos, agravou a situação económica de Barbados na segunda metade de 1991, tendo-se registado um aumento de taxa de inflação seguida de recessão económica. A reserva internacional bruta atingiu níveis alarmantes de menos de duas semanas de importações¹⁸⁵, tendo levado as autoridades a recorrerem ao FMI (IMF-SM/95/54, 1995). O governo de Barbados acordou um programa de ajustamento global de 16 meses com o suporte financeiro do FMI, que incluía uma política fiscal apertada, contenção de crédito bancário e contenção de aumentos salariais (IMF-SM/95/54, 1995). Barbados manteve a paridade fixa do seu dólar com o dólar dos EUA, estabelecida desde 1975. Porém, o próprio FMI considera que o programa não foi bem-sucedido:

O programa conseguiu reduzir a inflação e aumentar as reservas externas, mas a economia continuou a contrair e a taxa de desemprego subiu drasticamente. Em meados de 1992 a política monetária do Banco Central foi passiva, numa tentativa de travar o declínio da atividade económica. No entanto, o PIB real contraiu em 2,9 por cento em 1992/93 e a taxa de desemprego subiu para 27 por cento no último trimestre de 1992/93, em comparação com 16 por cento no início do programa de ajustamento (IMF-SM/95/50, 1995, pag.2)¹⁸⁶.

Entretanto, em 1993/94, desenvolvimentos externos favoráveis (com a recuperação da economia dos principais parceiros comerciais e industriais de Barbados) facilitaram a retomada económica do país, após quatro anos consecutivos de declínio, levando a um aumento do IDE no setor do turismo e aumento da exportação do açúcar (IMF-SM/95/50, 1995).

Em vista disso, concluímos que não terá sido o cumprimento parcial do suprarreferido programa, mas quiçá, um ambiente económico internacional mais favorável, favoreceu a recuperação da posição externa e económica do país, desobrigando-o de mais programas com o FMI (IMF-SM/95/54, 1995).

A situação socioeconómica dos demais MEI das Caraíbas e alguns do Pacífico assemelhava-se à das Seychelles ou Barbados.

Impulsionada pelo setor de Turismo, a economia de Antígua & Barbuda tinha um forte dinamismo na década 1980, com um crescimento do PIB acima de 10,5% anual. Essa conjuntura económica é completamente oposta à vivida no MEI São Tomé e

¹⁸⁵O FMI considera que a reserva internacional dos países não deve ser inferior a 3 meses de importação.

¹⁸⁶ Tradução da autora.

Príncipe. A estrutura da economia concorria para esse sucesso. Com efeito, enquanto o setor turístico representava cerca de 16% do PIB, o setor agrícola da Antígua & Barbuda só constituía 4,5%. Com preços internos quase na sua totalidade controlados pelo Estado (incluindo a taxa de câmbio, que era fixa), a economia de Antígua & Barbuda era tão dinâmica que, segundo o FMI, quase tinha o pleno emprego (IMF-SM/88/280, 1988; IMF-SM/97/266, 1997).

No entanto, o momento áureo na economia de Antígua & Barbuda nos anos 1980, terá sido acompanhado de imprudências nas finanças públicas (IMF-SM/97/266, 1997). Com efeito, a construção de hotéis, aeroporto e aquisições de navio de cruzeiro, associado a aumentos salariais, não terão sido acompanhados pelo aumento das receitas fiscais, que flutuavam de acordo com a economia internacional. Esse déficit orçamental, financiado por empréstimos externos (cerca de 80 % do PIB no início dos anos 1990), ensombrou a situação económica com a redução do crescimento económico para níveis inferiores a 4% na primeira metade dos anos 1990 (IMF-SM/97/266, 1997). Por outro lado, e confirmando as nossas conjecturas sobre a vulnerabilidade dos MEI a catástrofes naturais, cerca de 5% do PIB da Antígua & Barbuda foi destruída em 1995, quando o país foi atingido pelos furacões *Luís* e *Marilyn*. No entanto, este MEI não recorreu ao FMI por causa desses problemas na sua economia. Em alternativa, as autoridades de Antígua & Barbuda recorreram ao apoio de instituições regionais, entre as quais a OECS.

A Dominica, economia essencialmente agrícola, teve na década 1980, um crescimento económico médio de 5%. Entretanto, em 1989, a vulnerabilidade a catástrofes naturais (nesse caso o Furacão *Hugo*) foi responsável por uma recessão económica de 1,9% (IMF-SM/91/15, 1991). Porém na década de 1990, o setor de prestação de serviços conheceu algum desenvolvimento, na tentativa de contornar a escassez de terras aráveis, poucas praias atrativas e infraestrutura precárias. No entanto, a produção de banana (principal atividade agrícola) continuou a diminuir, afetando negativamente os demais setores. Assim, o crescimento económico na década 1990 esteve abaixo de 1% ao ano, acompanhado pelo desemprego superior a 20%, o que propiciou a pobreza de mais de 30% da população (IMF-SM/O1/158, 2001). A estrutura da economia da Dominica tinha muitas similitudes com a são-tomense, mormente, a sua base agrícola, setor turístico pouco desenvolvido, muitos preços fixos e empresas públicas, incluindo agência de importação e exportação (IMF-SM/91/15, 1991).

Outros MEI das Caraíbas, como Santa Lúcia, São Cristóvão e Névis, São Vicente e Granadinas, também foram revertendo a sua estrutura económica de base agrícola

(principalmente banana e açúcar) para prestação de serviços na área da saúde, finanças, e serviços turísticos, ao longo das décadas de 1980 e de 1990. O setor bancário na região é relativamente bem desenvolvido, mas as taxas de juros reais são elevadas. A maior parte desses países tem desequilíbrios fiscais, e tem a taxa de câmbio fixa como âncora nominal de política monetária. O FMI considera que graças a essa opção, esses países têm tido um ambiente macroeconómico estável e taxa de inflação próxima dos níveis internacionais. São economias bastante abertas, sendo os EUA e Reino Unido os seus principais parceiros. Não obstante algum sucesso dessas economias, ainda persistem nichos de pobreza, desemprego, emigração (IMF- SM/96/274, 1996; IMF- SM /00/128, 2000).

Tonga é uma economia aberta baseada na agricultura e fortemente dependente de subsídios e remessas. A enorme distância entre as ilhas entre si e com o continente, aumenta a sua vulnerabilidade a choques naturais e choques externos. Entretanto, nos anos 1980 e 1990 desenvolveram-se alguns serviços e pequenas indústrias. No entanto a situação fiscal é débil, assegurada por donativos externos (IMF-SM/90/29,1990; MF-SM/00/248,2000). As fragilidades económicas dos demais MEI do Pacífico (Kiribati, Tuvalu e Micronésia) são (em muitos aspetos) semelhantes às de Tonga (IMF-SM/01/166, 2001).

Com efeito, apesar de algumas adversidades que essas economias atravessavam, a sua condição económica geral era melhor que a são-tomense. Assim, apesar da supervisão regular e de algumas recomendações no âmbito das visitas regulares do FMI, não tiveram de recorrer aos PAE, muito frequentes na ação do FMI na década de 1980, para assegurar o financiamento das respetivas economias. Como referido anteriormente, essa primeira geração de PAE, basicamente, era dirigida para a redução da procura através da diminuição de despesas visando o controlo do défice fiscal.

Ao longo dos últimos trinta anos, São Tomé e Príncipe foi o único MEI que esteve sempre monitorado por um programa do FMI. Os demais MEI só recorreram esporadicamente aos SCF, RCF ou ECF. Porém, a existência desses programas não beneficiou São Tomé e Príncipe de aumentos de fluxos de capital, continuando distante da convergência com os países ricos, contrariamente ao que as teorias neoliberais sugerem. A esse respeito, Chrysostomos Mantzavinos e Douglass North (2009) sugerem que o desempenho económico deve ser resultado de um processo complexo de interação de regras formais e informais que variam de acordo com as características da economia e com as conjunturas do momento. Assim, determinadas recomendações podem ser

adequadas para certas economias e desastrosas para outras (Mantzavinos, North & Shariq, 2009).

De referir ainda que, na sequência dos programas em referência, São Tomé e Príncipe é o único MEI que acumulou dívidas externas insustentáveis, tendo sido forçado a recorrer à iniciativa HIPC.

A esse respeito, o artigo de Robert Barro, da Universidade de Harvard, e Jong-Wha Lee, da Universidade de Coreia, são elucidativos:

Concluimos que quanto maior recurso aos empréstimos do FMI, pior é o crescimento económico. Os empréstimos do FMI provocam a redução do investimento interno, mas geram abertura internacional... A inconveniência manifesta-se na redução dos investimentos e crescimento económico reduzido, menos estado de direito, compensada por algum aumento na abertura internacional. Podemos concluir que seria melhor para a economia dos países que os mesmos não se comprometessem com programas do FMI (Barro e Lee, 2005, pag.1 e 29).

5.7 Os Programas do FMI e Boa Governação nos MEI

O estágio de desenvolvimento económico atual de São Tomé e Príncipe aponta para um insucesso dos modelos de desenvolvimento que este MEI adotou ao longo da sua existência.

O fracasso do modelo de pendor socialista (1975-1987) estará associado às inconsistências de gestão na economia centralizada. Tentámos aferir nos pontos anteriores sobre as insuficiências dos modelos macroeconómicos¹⁸⁷ neoliberais e pré-formatados do FMI, aplicados em São Tomé e Príncipe, bem como a sua respetiva responsabilidade no fraco desenvolvimento do país.

No entanto, o desenvolvimento socioeconómico envolve um conjunto de relações extra e intra-sociedade. Alguns teóricos do desenvolvimento económico, como Douglass North (do Novo Institucionalismo) consideram que ao crescimento económico se deve adicionar a capacidade institucional para atingir o desenvolvimento económico. A dimensão institucional trata da orientação política, a capacidade dos governos de planejar, formular e implementar políticas e cumprir funções na administração dos recursos sociais e económicos do país visando o desenvolvimento (Estêvão, 2004). A situação de São Tomé e Príncipe, tal como reconhece o próprio FMI, parece confirmar essas conjeturas:

À luz dos graves constrangimentos institucionais e imperfeições dos dados do país, as autoridades não estavam preparadas para discutir com a missão os detalhes de um pacote de políticas com objetivos financeiros e estruturais a implementar a médio prazo, com vista a alterar

¹⁸⁷ Modelos macroeconómicos de suporte ao desenvolvimento.

a situação económica e financeira extremamente difícil de São Tomé e Príncipe¹⁸⁸ (FMI -SM 96/131, 1996).

As correntes teóricas, incluindo as liberais, defendem que as relações extra e intra-sociedade, que envolvem os agentes económicos, devem ser supervisionadas pelas instituições do Estado, mesmo que seja somente para exercer controlos e dirimir conflitos, em suma exercer o seu poder – *governance*. De acordo com o Consenso de Washington, o conceito – *boa governação* (good governance) instituído no início dos anos 1990, significa uma boa gestão do desenvolvimento. Essa ideia é partilhada por diversos autores. Assim, Khan (2006) sugere que a boa governação é um fator indispensável ao desenvolvimento, indica a capacidade institucional do Estado e pode ser medida também através do funcionamento do sistema judicial. Feeny e McGillivray (2010) também corroboram, e atestam que a boa governação é o sinónimo da capacidade institucional do Estado, e é a alavanca de qualquer modelo de desenvolvimento. Esse pilar de desenvolvimento é transversal aos poderes executivo e judicial (Sousa, 2009; Feeny & McGillivray, 2010).

Porém, como referido anteriormente, os MEI experimentam especificidades que decorrem da sua dimensão geográfica e populacional, mormente a dificuldade de assegurar o desenvolvimento sustentável, face às vulnerabilidades únicas e particulares que enfrentam. Essas dificuldades parecem afetar a eficácia da governação dos estados em análise. A fraca resiliência, que decorre das vulnerabilidades a choques internos, externos e ambientais nos MEI, e em especial, a escassa disponibilidade de recursos humanos qualificados, diminuem as possibilidades de boa governação provocando fraqueza institucional (Baldacchino, 2014).

Aliás, esses foram os fatores que serviram de pretexto por alguns teóricos, nos pós-Segunda Guerra Mundial, para demonstrar o seu ceticismo relativo à viabilidade económica de pequenos Estados (Keohane, 1969). A fraca capacidade institucional é uma adversidade que de uma forma geral atravessa todos MEI, embora em níveis diferentes. Todavia, uma grande parte desses Estados deu expressivos saltos rumo ao seu desenvolvimento em poucas décadas. Alguns autores sugerem que haja uma correlação forte entre a boa governança e o desenvolvimento, sendo esta a justificação para as diferenças de níveis de desenvolvimento entre os MEI. Conjeturam ainda que o papel do Estado parece ser crucial para a boa governação, sendo este o vetor de transmissão de

¹⁸⁸ Tradução da autora

confiança e segurança, que por sua vez constituem estímulo ao desenvolvimento económico e social (Keohane, 1969; Devoue, 2014).

Essa conjectura parece se confirmar, tendo em conta que, no seu percurso, os MEI em referência, de certa forma, abdicaram do uso na plenitude dos seus direitos políticos, a favor do crescimento económico enquanto componente essencial do desenvolvimento. Assim, quase todos os MEI das Caraíbas têm como chefes de Estado o/a monarca do Reino Unido e têm também a *Common Law* como seu guia jurídico. Logo, asseguraram um bom nível de equilíbrio entre a limitada liberdade de expressão política e liberdade económica, “democratizando” os aspetos que potenciam o crescimento económico. Esses países consideram ser mais importante a liberdade económica do que a liberdade política, apesar da importância desta última (Keohane & Nye, 1998). Existe liberdade económica, mas a liberdade política não é completa, e as populações parecem se conformar com isso (Ward, 2008). De notar, entretanto, que essa escolha se deve a fatores históricos que unem esses países ao Reino Unido. Não é judicioso aventar que o MEI São Tomé e Príncipe pudesse seguir por esse caminho.

No entanto, cremos ter aferido, que qualquer dos modelos já ensaiados ou a ensaiar em São Tomé e Príncipe com vista a romper o ciclo vicioso da pobreza e caminhar rumo ao desenvolvimento socioeconómico, deve basear-se, entre outros aspetos, em políticas macroeconómicas acertadas, nos fatores de aumento de produtividade (infraestruturas, capital humano e tecnologia), e na boa governação.

De facto, o MEI São Tomé e Príncipe é um dos melhores exemplos em África em termos de liberdade de pensamento político. Foi dos primeiros em África a proporcionar a transição pacífica do regime monopartidário de pendor socialista para uma democracia pluripartidária (Costa, 2011). Apesar da instabilidade política que regularmente tem afetado este MEI, a performance de São Tomé e Príncipe é reconhecida a nível internacional, inclusive pelos EUA. Com efeito, de acordo com o diretor do Instituto para os Assuntos Públicos e Internacionais, diretor adjunto da Fundação para a Defesa das Democracias em Washington, Peter Pham, São Tomé e Príncipe é classificado como um “país livre”. Com a pontuação¹⁸⁹ de 2 tanto no que diz respeito à liberdade política como civil a par com a África do Sul (Pham, 2014).

¹⁸⁹ A escala vai de 1 (correspondendo a maior pontuação) a 7 (que corresponde ao nível mais baixo de liberdade), no sistema de pontuação da Freedom House.

Os autores não são consensuais sobre os princípios a seguir para que um país possa ser considerado uma referência no vetor da boa governação. Entretanto, o BM sugere alguns aspetos fundamentais para que a mesma se manifeste, a saber (Devoue, 2014)

- a. A existência do Estado de direito (garantia de segurança dos cidadãos e respeito pelas leis), assegurado por um sistema judicial independente;
- b. Boa administração das finanças públicas;
- c. Prestação de contas e responsabilização;
- d. Garantia de transparência através de livre acesso da sociedade civil e cidadãos em geral às informações;

Sendo assim, em termos legais, desde 1990, estão criadas condições para a boa governação em São Tomé e Príncipe. Há separação de poderes ao nível dos Órgãos de Soberania¹⁹⁰ e existem os dispositivos legais que deviam permitir a observância dos quatro pontos requeridos pelo BM.

Porém, a capacidade institucional em São Tomé e Príncipe está aquém do desejado. A inexistência da boa governação é visível, sobretudo, no setor da justiça, deixando o aspeto responsabilização completamente relegado. Diversos *Fora* realizados em São Tomé e Príncipe ao longo dos anos indicam a fraqueza institucional como fator impeditivo de desenvolvimento socioeconómico. Com efeito, em 2009, o *Encontro Nacional da Justiça* realçou que a inaptidão do setor Judicial constitui um fator de bloqueio ao desenvolvimento em STP (Documento final do Encontro Nacional da Justiça, 2009):

Tal como hoje existem, as instituições judiciais contribuem para o descrédito e o desprestígio dos seus magistrados e funcionários, prestam um mau serviço ao público, contribuem para o descrédito do sistema, tornando-se, salvo situações excecionais, num risco para o cidadão recorrer à justiça para a tutela efetiva dos seus direitos (Documento final do Encontro nacional da Justiça, 2009, p. 5).

Todos os setores da sociedade são-tomense parecem estar cientes desse constrangimento, bem como da necessidade de uma profunda reforma no setor. No seu discurso, por ocasião de abertura do ano judicial em abril de 2016, o Presidente da República afirmava:

[...] a crise no setor da justiça permanece, e a inventariação das suas causas estruturantes ou conjunturais, são invocadas repetidamente, o que não deixa de refletir de certa maneira, a nossa

¹⁹⁰ António R Sousa (2009) considera que a boa governação se fundamenta na separação de poderes dos Órgãos de Soberania.

propensão para enfatizar de forma mais corrosiva possível as nossas fraquezas [...] (Presidência da República, 2016, pág. 2).

Todavia, os programas do FMI parecem ter ignorado esse aspeto fundamental da boa governação. Basicamente, os programas do FMI, no setor das medidas estruturais, só abordavam com alguma profundidade os aspetos da boa governação – administração das finanças públicas e a prestação de contas. Não obstante alguma abordagem sobre a fraqueza do setor judicial, as respetivas medidas corretivas não constam dos critérios de desempenho em nenhum dos programas do FMI para São Tomé e Príncipe. Aliás, o FMI sugeria que as fraquezas institucionais pudessem ser resolvidas com alguns ajustes salariais, como se pode constatar no *Statement* de um dos administradores¹⁹¹ do FMI em 1996, numa das reuniões do Conselho de Administração:

A fraca capacidade institucional é um problema superável se, como previsto no orçamento de 1996, o Estado dirigir um pacote de incentivos a um pequeno número de funcionários-chave na administração pública. A verdadeira dificuldade está em outro lugar e deveria ter sido abordada de forma simples... Trata-se da problemática da dívida externa de São Tomé e Príncipe¹⁹² (IMF-EBM/96/59, 1996, pág. 72).

Por conseguinte, a questão de governação mereceu uma ténue atenção das missões do FMI em São Tomé e Príncipe em finais dos anos 1990. Assim, em finais de 2000, a única referência à boa governação no fim de uma missão de avaliação do PRGFR¹⁹³ do FMI ao país reportava que o caso de fraude com os Títulos do Tesouro seria reavaliado durante a segunda revisão do programa (IMF- EBS/00/253, 2000). No entanto, essa alusão não parece ter sido feita na conjuntura do programa, ou seja, por iniciativa do FMI, mas sim, por razões políticas do país e alertas da sociedade civil, face a alegações de corrupção de alguns dirigentes (IMF- EBS/00/253, 2000).

Na missão seguinte o FMI alargou um pouco mais a sua atenção à problemática da boa governação, referindo-se ao engajamento do governo no combate contra qualquer ato de fraude e corrupção, nomeadamente a tomada de medidas das autoridades judiciais. De igual modo, o FMI exaltava o compromisso do governo em modernizar, a longo prazo, os tribunais, capacitar os magistrados, e rever os códigos criminal, civil e comercial e outras leis afins com a ajuda de Portugal¹⁹⁴ (IMF- EBS/02/3, 2002). No âmbito da boa governação destacavam-se ainda as recomendações para a realização de auditorias externas ao Banco Central, às empresas públicas e às operações do governo, para

¹⁹¹ Mr Yves-Marie T. Koissy, Diretor Executivo.

¹⁹² Tradução da autora.

¹⁹³ A facilidade de crescimento e redução da pobreza.

¹⁹⁴ Esses projetos tiveram diversas interrupções, estando ainda por concluir, quinze anos depois.

proporcionar mais transparência e prestação de contas durante o programa. Porém, o FMI parece dar maior atenção às reformas económicas, nomeadamente, a liberalização dos preços e do comércio em geral (IMF- EBS/02/3, 2002).

Contudo, a corrupção enquanto um sinal de má governação, em alguns casos pode constituir razão bastante para o mau desempenho económico do país ou para justificar o fracasso dos programas. Esta faceta da má governação pode constituir um fator da falta de credibilidade das instituições nacionais o que por sua vez pode prejudicar a implementação das políticas governamentais, e lesar o almejado crescimento potencial (Sindzingre, 2005).

A boa governação é também afetada pela política de emprego e salário. No entanto, o foco dos programas do FMI (com particular incidência nos PAE e nos programas dos anos 1990) no ajustamento macroeconómico, através da política de redução das despesas públicas e contenção salarial, diminui a qualidade de vida dos funcionários públicos. A agravar a condição salarial está também a taxa de inflação, que reduz ainda mais o valor real das remunerações. A redução de despesas públicas é também feita através de redução do número de funcionários públicos. O licenciamento dos funcionários era explicado pelo FMI como resposta ao excesso de burocracias, e de funcionários públicos, sobrecarregando as despesas públicas e conseqüentemente aumentando o défice fiscal (Sindzingre, 2005).

Em São Tomé e Príncipe, também, como referido atrás, o PAE contemplava o licenciamento de trabalhadores por meio de formas implícitas, através da liquidação das empresas públicas do setor das construções, agroindústria, pecuária, e pequenas indústrias. A partir dos programas dos anos 1990, o objetivo de diminuição dos funcionários públicos passou a ser mais explícito. Assim, o relatório da missão do FMI referia que:

Em relação à despesa primária, o aumento da massa salarial causada pelo atraso de seis meses na implementação do plano de reorganização dos funcionários públicos exige tomada de medidas visando a contenção de despesas primárias e a redução do financiamento interno¹⁹⁵ (IMF-EBS/00/253,2000, pág. 9).

No entanto, a perspectiva racional de redução de gastos públicos e melhoria de eficiência dos serviços públicos com o licenciamento dos funcionários públicos pode

¹⁹⁵ Tradução da autora.

contribuir para o enfraquecimento da capacidade institucional do Estado. O licenciamento acarreta custos com indemnização (a curto prazo), sendo que essas demissões raras vezes proporcionam resultados esperados, para além das consequências sociais do aumento de desemprego (Sindzingre, 2005).

O redimensionamento do serviço público previsto no âmbito da implementação do programa da reforma administrativa prevê uma redução de cerca de 500 funcionários. E os custos com indemnizações associadas a redução dos funcionários públicos serão de cerca de 8 mil milhões de Dobras (1 milhão USD). Estes custos com rescisão, cujo financiamento estará ao abrigo do mecanismo de ajustamento estrutural da EU serão incluídos no orçamento de 2001[...]. No entanto, a dimensão desses ajustes será limitada, com vista a conter o aumento da massa salarial em 6,6 % em 2001 em função dos objetivos de inflação e défice orçamental¹⁹⁶ (IMF-EBS/00/253, 2000, Pág. 37).

No entanto, 500 funcionários correspondiam a cerca de 15% do total dos funcionários da administração pública são-tomense em 1999, que se estimava em menos de 4000 (IMF-EBS/00/253, 2000). Essa dimensão de redução da administração pública parece ser agressiva para qualquer país, afetando mais ainda um MEI cujas especificidades apontam para a fraca capacidade dos recursos humanos.

A segunda geração dos programas do FMI (ou seja, pós-Consenso de Washington) substituiu a estagnação salarial dos funcionários públicos pela introdução de incentivos para aumentar a produtividade dos “funcionários-chave¹⁹⁷”. Mas essa solução também não era eficaz, uma vez que provocava menor empenhamento dos demais funcionários considerados menos importantes. De facto, em qualquer instituição cada funcionário tem o seu papel, pelo que o menosprezo de alguns considerados secundários pode influenciar negativamente a performance da capacidade institucional no seu todo (Sindzingre, 2005).

Parece estar, assim, aferido mais um aspeto da descontextualização das políticas do FMI nos MEI, bem como as suas prováveis consequências.

De facto, nem as autoridades nacionais equacionam alguma solução de forma incisiva. Stephenson considera que essa falta de determinação das autoridades nacionais em colmatar as insuficiências institucionais do setor da justiça quiçá se deva a:

- (i) A escassez de recursos materiais e humanos;

¹⁹⁶ Tradução da autora.

¹⁹⁷ O FMI considerava funcionários-chave os servidores essenciais, tais como diretores, assessores, inspetores, e alguns altos funcionários. O pessoal das categorias inferiores era considerado de menos importantes (IMF-EBS/00/253, 2000).

- (ii) Diminuta vontade das partes afetadas e fazedores judiciais para usar os tribunais para resolver disputas e respeitar as decisões judiciais;
- (iii) Necessidade de atuar sobre todos aspetos frágeis do sistema em simultâneo, sob pena de piorar o desempenho geral do setor (Stephenson, 2007).

Face a esse impasse, cada vez mais antagónico como se pode julgar pelo supracitado discurso bem como as demais alocações, por ocasião da abertura do novo Ano Judicial¹⁹⁸, ao longo dos últimos anos, quiçá a solução passe pela negociação de alguma parceria externa. Entretanto, voltaremos a esse assunto nos capítulos subsequentes.

5.8 Considerações Finais

Ao longo deste capítulo, discorreremos sobre a aplicação de políticas macroeconómicas padronizadas nos MEI, particularizando o caso de São Tomé e Príncipe. Concluimos que alguns programas do FMI em São Tomé e Príncipe foram interrompidos e outros cumpriram o prazo acordado, porém, as medidas planeadas não foram implementadas na íntegra por circunstâncias políticas, sociais, estruturais ou económicas locais. Por conseguinte, podemos concluir sobre a necessidade de contextualizar as políticas económicas para os MEI, adequando os programas do FMI às realidades desses países.

Aferimos também, que enquanto os demais MEI só recorreram esporadicamente aos programas do FMI, São Tomé e Príncipe foi o único MEI que esteve sempre monitorado por um programa do FMI, desde o advento da liberalização das suas relações económicas há cerca de trinta anos. Na sequência desses programas, São Tomé e Príncipe é o único MEI que acumulou dívidas externas insustentáveis, tendo sido forçado a recorrer à iniciativa HIPC.

Não obstante essa constância de programas, o desenvolvimento socioeconómico do país continua em níveis muito baixos, em comparação com a maioria dos seus pares.

Com efeito, acreditamos ter testado positivamente a nossa hipótese 1- A aplicação das políticas macroeconómicas padronizadas nos MEI tem consequências negativas para o desenvolvimento socioeconómico do país em causa.

¹⁹⁸ Publicado na imprensa nacional, incluindo a STP-Press, disponível em <http://www.stp-press.st/>.

**CAPÍTULO VI – A VISÃO DOS ATORES DO DESENVOLVIMENTO
SOCIOECONÓMICO DO MEI SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE**

6.1 . Nota Introdutória

Decorre, até este ponto, das constatações do nosso estudo, que o atual nível de desenvolvimento de São Tomé e Príncipe se terá devido a várias falhas, que se prendem, entre outras, com o tratamento indevido de questões relacionadas com a vulnerabilidade económica, governação (em especial no setor da justiça), bem como a uma inadequada geoeconomia¹⁹⁹. Com efeito, parece haver uma resposta afirmativa à nossa questão de partida, que indagava sobre a necessidade de contextualizar as políticas macroeconómicas à luz dos constrangimentos de ordem diversa e das especificidades dos MEI. Assim, quiçá a política macroeconómica deva ser contextualizada e acomodada aos MEI, para que não se traduza em entraves ao desenvolvimento socioeconómico dos mesmos.

Porém, Boni & Quaresma (2005) sugerem que,

O interesse pelo tema que um cientista se propõe a pesquisar, muitas vezes, parte da curiosidade do próprio pesquisador ou então de uma interrogação sobre um problema ou fenómeno. No entanto, a partir do momento que o objeto de pesquisa é escolhido pelo próprio pesquisador isso, de certa forma, desmistifica o caráter de neutralidade do pesquisador perante a sua pesquisa, já que na maioria das vezes, a escolha do objeto revela as preocupações científicas do pesquisador que seleciona os fatos a serem coletados, bem como o modo de recolhê-los (Boni & Quaresma, 2005, pág.70).

Para minimizar e quiçá anular alguma eventual parcialidade, os estudiosos de questões ligadas à metodologia do trabalho científico sugerem que nas pesquisas na área de ciências sociais, o levantamento de dados deva comportar três momentos essenciais: a pesquisa bibliográfica, a observação em campo, e a técnica de coleta de dados através de entrevistas (Martins, 2008; Ritchie et al, 2013; Gunther, 1999).

Em linha com esses autores, ao longo da nossa investigação discorreremos estes recomendados dois primeiros momentos. Neste capítulo iremos debruçar-nos sobre o terceiro momento abordando a visão dos atores do desenvolvimento socioeconómico de São Tomé e Príncipe, almejando que a mesma possa fornecer dados ou sugerir possíveis fontes de informações úteis e complementares (Boni & Quaresma, 2005; Carmo, H., & Ferreira, M. 2008; Raymond Quivy e Luc Van Campenhoudt, 2008; Matias-Pereira, 2010; Prodanov & Freitas, 2013).

Na verdade, alguns dos constrangimentos aflorados nos capítulos precedentes são muitas vezes ignorados pelas entidades nacionais e integrantes de missões

¹⁹⁹ Ou seja, a forma como o país lida com as condições geoeconómicas

internacionais, quiçá por desconhecimento, ou outras razões. Seguindo as sugestões dos autores atrás referidos na tentativa de aferir a profundidade do conhecimento que os atores da vida socioeconómica são-tomense detêm sobre a matéria em estudo, procedemos à auscultação dos mesmos.

Deste modo, alargamos a nossa perspetiva de análise, confrontando o conhecimento aferido ao longo do estudo com o pensamento dos distintos atores do processo de desenvolvimento, ao longo dos quarenta anos da existência de São Tomé e Príncipe, enquanto Estado independente, em conformidade com o método hipotético-dedutivo que elegemos.

Deveras, tendo em conta as especificidades que caracterizam o período de economia centralizada (1975-1985), incidiremos a nossa auscultação no período pós-abertura de mercado, ou seja, a partir de 1985.

6.2. Os atores do desenvolvimento socioeconómico

Como abordado anteriormente, os programas com o FMI, constituem uma espécie de “passaporte” para o acesso de São Tomé e Príncipe ao financiamento externo. À vista disso, quiçá prevaleça uma certa submissão da equipa técnica nacional à equipa do FMI, num esforço para ver o programa aprovado sem recursos para financiar a economia, e quase sem acesso a outras fontes de financiamento, as autoridades nacionais veem-se obrigadas a aceitar as condições impostas pelo FMI. A essa subjugação parece associar-se uma certa fraqueza institucional²⁰⁰ que envolve o ambiente das negociações (muito mais acentuada nos primeiros programas). Contudo, apesar da desigual conjugação de forças entre as duas equipas, em sede de negociação dos programas, quiçá haja oportunidades para provocar algumas concessões da parte da equipa do FMI. Com efeito, apesar dos condicionalismos que envolveram as negociações com o FMI, bem como a sua respetiva implementação, vários profissionais e políticos estiveram nos centros de decisão sobre as políticas macroeconómicas e políticas afins que condicionaram *versus* proporcionaram o desenvolvimento socioeconómico de São Tomé e Príncipe. Em conformidade com a natureza do nosso estudo propusemo-nos inquirir um conjunto de atores da vida socioeconómica são-tomense, nomeadamente, ex-governantes e quadros

²⁰⁰ Abordaremos a questão de fraqueza (fragilidade) institucional no capítulo VII.

superiores do setor da justiça, finanças e cooperação, bem como os integrantes das missões do FMI, divididos em três grupos.

Da equipa nacional de negociações com o FMI, habitualmente fazem parte Ministros do Plano e Finanças, responsáveis do BCSTP, Diretores do Tesouro, do Orçamento, da Contabilidade Pública, do Plano, das Alfândegas, dos Impostos, assim como assessores. Essas individualidades têm um papel de relevo na tomada de decisões e implementação das medidas de carácter estrutural e macroeconómicas. Assim, inventariámos os Ministros das Finanças e o seu respetivo quadro sénior, ou seja, os que participaram na preparação dos programas em referência para fazer parte da nossa população-alvo neste inquérito.

Por outro lado, é geralmente atribuído²⁰¹ ao Ministério dos Negócios Estrangeiros a definição (ou co-definição) das políticas no âmbito da ajuda externa ou de cooperação para o desenvolvimento. Este setor, pode ser percebido como um dos instrumentos para a efetivação de escolhas certas ao nível do desenvolvimento do país. Este entendimento motivou a nossa tentativa de procurar perceber o entendimento dos ex-ministros dos Negócios Estrangeiros e Cooperação a partir de 1985 sobre os objetivos da nossa investigação.

Por outro lado, a consagração, na ordem jurídica são-tomense²⁰², da obrigatoriedade de promoção do progresso económico e social do país, e conseqüentemente o desenvolvimento como condição para melhorar o bem-estar dos cidadãos, impõe obrigações especiais ao setor da justiça. De facto, como veremos no Capítulo que se segue, a justiça desempenha um papel importante no desenvolvimento socioeconómico de São Tomé e Príncipe. É nesta ordem de ideias, que nos propomos perceber a opinião dos atuais e ex-ministros da Justiça e PGR do país a partir de 1985.

Por outro lado, enquanto staff do FMI, eventualmente, os integrantes das missões do FMI desenham os programas de acordo com as teorias liberais (já referidas) subscritas por essa organização. Quiçá o mesmo espírito, orienta os administradores e demais individualidades do FMI que lidaram diretamente com os diversos programas para São Tomé e Príncipe. No entanto, Brian Pinto, antigo economista do FMI e do BM que foi

²⁰¹ Conforme as leis orgânicas dos governos.

²⁰² Sobretudo na Constituição do país.

integrante de missões que desenhava e assessorava na implementação dos programas em referência ao longo de vários anos e em diversos países sugere que:

Trabalhei em vários outros países emergentes e em desenvolvimento e descobri que *a economia de um país* é de facto, um ramo separado da ciência económica. Podemos ser um ótimo até mesmo um proeminente economista ou académico, porém, quando nos deparamos a nu com situações de um país concreto, ou seja, o mundo real, constituirmos um fracasso [...]. Considerando que, cada situação de um determinado país é única, a sua abordagem exige pelo menos um nível básico de mente-aberta (Pinto, 2014, pág. ix-x).

À vista disso, quisemos entender a percepção que os atores suprarreferidos têm das especificidades de São Tomé e Príncipe, e como essa percepção foi tratada nas recomendações dos programas que subscreveram para o país.

Assim, tentámos buscar a percepção que os principais atores (a nossa população-alvo) da questão em estudo têm sobre a eficácia das políticas macroeconómicas do FMI em São Tomé e Príncipe e dos condicionalismos diversos (incluindo os geoeconómicos) à sua aplicação. Procurámos também aferir as suas ideias e propostas de elementos para a harmonização de políticas macroeconómicas que propiciem o desenvolvimento socioeconómico.

6.3. Aspetos metodológicos

Como abordado acima, nesta etapa da nossa investigação abordaremos a visão dos atores do desenvolvimento socioeconómico de São Tomé e Príncipe sobre a matéria em estudo.

A propósito desta etapa de coleta de dados, Quivy e Campenhoudt sugerem que:

Os métodos de entrevista distinguem-se pela aplicação de processos fundamentais de comunicação e de interação humana. Corretamente valorizados, permitem retirar das entrevistas informações e elementos de informação muito ricos e matizados. Caracterizam-se por um contacto direto entre o investigador e os seus interlocutores, e por uma fraca diretividade por parte daquele. (Quivy and Campenhoudt, 1998, p. 22).

Em complemento da citação acima, alguns autores, entre os quais Boni & Quaresma (2005) recomendam diversas alternativas, a saber: entrevista projetiva, entrevistas com grupos focais, história de vida, entrevista estruturada, aberta e semiestruturada. Presumivelmente, todas elas têm vantagens e desvantagens. Assim, as entrevistas semiestruturadas também não estão isentas de alguma fragilidade, nomeadamente, a possibilidade de se obter respostas pouco objetivas, pelo facto de os entrevistados poderem eventualmente sentir-se inibidos pela presença do entrevistador

(Quivy & Campenhoudt, 1998; Ritchie et al, 2013). No entanto, alguns autores sugerem a utilização da entrevista semiestruturada em pesquisas qualitativas na área das Ciências Sociais, na qual o nosso estudo se enquadra (Matias-Pereira, 2010; Prodanov & Freitas, 2013).

De facto,

A elasticidade quanto à duração, da entrevista semiestruturada permite uma cobertura mais profunda sobre determinados assuntos, o que constitui uma vantagem. Além disso, a interação entre o entrevistador e o entrevistado favorece as respostas espontâneas. Elas também são possibilitadoras de uma abertura e proximidade maior entre entrevistador e entrevistado, o que permite ao entrevistador tocar em assuntos mais complexos e delicados, ou seja, quanto menos estruturada a entrevista maior será o favorecimento de uma troca mais afetiva entre as duas partes. Desse modo, estes tipos de entrevista colaboram muito na investigação dos aspetos afetivos e valorativos dos informantes que determinam significados pessoais de suas atitudes e comportamentos. As respostas espontâneas dos entrevistados e a maior liberdade que estes têm podem fazer surgir questões inesperadas ao entrevistador que poderão ser de grande utilidade em sua pesquisa (Boni & Quaresma, 2005, p.70).

Com efeito, uma das vantagens da técnica de entrevista semiestruturada parece ser a sua elasticidade, permitindo a interação entre o entrevistador e o entrevistado, o que favorece as respostas espontâneas. Por outro lado, as entrevistas semiestruturadas são habitualmente centradas em experiências concretas, o que acaba por ser o nosso caso. O inquérito por entrevistas semiestruturadas, é por isso considerado como sendo uma das mais certas formas de colheita de dados. Essa metodologia de investigação enquadra-se na perspectiva sociológica do nosso estudo, indo mais além do que a mera sondagem de opinião. Além disso, o nível académico da população-alvo, também sugere bons resultados optando pela variante de entrevista semiestruturada, em que o entrevistado descreve e sugere a sua explicação dos fenómenos sociais em estudo permitindo a compreensão ampla da temática. (Babbie, E. R., 2013).

Em vista disso, optámos por entrevista semiestruturada como técnica de coleta de dados (auscultação) dos atores da vida socioeconómica são-tomense (Boni & Quaresma, 2005; Prodanov & Freitas, 2013).

Porém, considerando a dispersão geográfica de uma parte da nossa população alvo (os integrantes das missões do FMI) cogitámos inicialmente recorrer também à técnica de entrevistas estruturadas elaboradas mediante questionário, não obstante algumas desvantagens da sua utilização, como por exemplo a reduzida percentagem de retorno dos questionários enviados pelo correio (Boni & Quaresma, 2005). No entanto, esta opção foi descartada, porque se tornou desnecessária, por motivos que abordaremos mais adiante.

Alguns autores sugerem que a obtenção de uma boa pesquisa também depende do nível de relacionamento entre o pesquisador e as pessoas investigadas. Esses autores consideram que um bom nível de proximidade social com o pesquisado pode proporcionar maior segurança a esses para colaborar no inquérito (Bourdieu, 1999). Nesta mesma linha de pensamentos, Boni e Quaresma sugerem que a receita para uma boa pesquisa seja também a escolha acertada de pessoas que serão investigadas, e que:

[...]na medida do possível estas pessoas sejam já conhecidas pelo pesquisador ou apresentadas a ele por outras pessoas da relação da investigada. Dessa forma, quando existe uma certa familiaridade ou proximidade social entre o pesquisador e o pesquisado as pessoas ficam mais à vontade e se sentem mais seguras para colaborar (Boni & Quaresma, 2005, pág.79).

Este aspeto ficou devidamente salvaguardado, considerando que as entrevistas foram conduzidas pela investigadora, que por motivos profissionais é familiar aos muitos dos entrevistados. De facto, acreditamos que a nossa vivência profissional com a maior parte população-alvo tenha contribuído para a obtenção de melhores resultados na inquirição. Também corrobora para amenizar o ambiente das entrevistas, o facto da nossa população-alvo estar familiarizada com o assunto em investigação. Essa familiaridade fora também assegurada (ou aprofundada) pela carta enviada previamente aos inqueridos, conforme o anexo N°3

Os autores consagrados na matéria, de igual modo recomendam que seja assegurada, caso requerida, a confidencialidade e anonimato aos inqueridos, de modo a que a sua identidade não seja revelada aos terceiros e que evite a atribuição nominal dos respetivos comentários (Ritchie *et al.*, 2013). Por conseguinte, para deixar os nossos entrevistados o mais à vontade possível, sugerimos que fossem os mesmos a indicar o local e a hora que mais lhe conviesse para a entrevista. Assim, as entrevistas decorreram em Cafés, em casa dos entrevistados, ou mesmo nos seus respetivos postos de trabalho, durante os meses de maio e junho de 2016.

Muitos dos nossos pesquisados ainda se encontram profissionalmente no ativo, pelo que a presença de um gravador, como instrumento de pesquisa causava constrangimentos aos mesmos. Por essa razão, optamos por apontamentos (ou seja, notas tiradas à mão). Esta motivação também nos conduziu a assegurar o anonimato dos nossos entrevistados. Assim abdicámos de expor os seus verdadeiros nomes, que foram substituídos por códigos. Atribuímos a cada um dos nossos entrevistados o código *ESE1*, *ESE2* e assim sucessivamente até *ESE87* (entrevista semiestruturada seguida do número de ordem) como pode ser observado mais adiante.

Porém, quase todos os entrevistados dispensaram a assinatura dos *termos de consentimento*, mostrando uma incondicional disponibilidade para a entrevista:

To:aguivar@yahoo.com

May 16, 2016 at 2:21 PM

Digníssima Dra.,

Acuso a receção da sua carta e manifesto a minha total e incondicional disponibilidade para atender a sua solicitação.

Com os meus melhores e estimados cumprimentos, sou...(ESE33)

Com efeito, o inquérito decorreu num clima de consentimento esclarecido, garantindo o cumprimento dos aspetos éticos, como recomenda a literatura concernente (Ritchie *et al.*, 2013).

6.3.1 População-Alvo e amostra

Ritchie, Lewis e outros autores (2013), sugerem que a seleção da população-alvo para a pesquisa científica, deve ter em conta, a relação dos pesquisados com as questões objeto do estudo, tendo em conta que só esses indivíduos seriam capazes de fornecer a informações relevante, abrangente e rica. No entanto, esses autores sugerem que na preparação de um inquérito, depois de determinada a população-alvo, a preocupação seguinte deve ser a delimitação do quadro de amostra adequado (Ritchie *et al.*, 2013).

Em linha com esse pensamento, seleccionámos os atores da vida socioeconómica são-tomense, que puderam influenciar e/ou influenciam de forma direta as políticas macroeconómicas para o desenvolvimento socioeconómico de São Tomé e Príncipe, que são, na nossa perspetiva, ex-governantes e quadros superiores do setor das finanças, justiça e cooperação, bem como os integrantes das missões do FMI. Esses atores, que constituem a nossa população-alvo, compreendem 87 indivíduos.

O universo de 87 indivíduos pode eventualmente, não ser muito difícil de inquirir, pelo que talvez se possa elevar a amostragem para o universo da população alvo. No entanto, a literatura sobre essa matéria aponta para pouca consensualidade na determinação das amostras. Mais ainda, indica que as questões sobre amostragem são das mais polémicas em pesquisa qualitativa.

Assim, alguns autores como Gil (2008), consideram que a recolha de informações de todo universo que pretendemos estudar não é exequível porque deixa de ser inquérito e passa a ser Censo. Geralmente, nos inquéritos não são pesquisados todos os integrantes da população estudada. Outrossim, é selecionada, por métodos estatísticos uma amostra. No entanto, o autor considera que os inquéritos que envolvem a totalidade da população alvo tem uma perspectiva mais abrangente e profunda, pois recolhe a informação de todos, não sendo necessária a sua projeção para a totalidade do universo, com todos os erros que esse processo possa comportar (Gil, 2008).

Porém, Mark Mason num artigo em que analisa o tamanho das amostras que os doutorandos usaram nas suas investigações, e cuja fonte de coleta de dados era entrevista, sugere que:

A amostra qualitativa deve ser grande o suficiente para garantir que a maioria ou todas as percepções que podem ser importantes são descobertas, mas ao mesmo tempo se a amostra for muito grande os dados tornam-se repetitivos e, eventualmente, supérfluos. Se um pesquisador se mantém fiel aos princípios da pesquisa qualitativa, o tamanho da amostra na maioria dos estudos qualitativos geralmente deve seguir o conceito de saturação entendido como o momento em que a recolha de novos dados não traria mais esclarecimentos para o assunto sob investigação (Mason, 2010, pag.2).

Contudo, Mason (2010) e Minayo (2017) concluem nos seus respetivos estudos que, a validade dos resultados não tem a ver necessariamente com o tamanho da amostra, mas sim com o conteúdo do inquérito e sua relação com o intuito do estudo.

Considero que o investigador qualitativo deve estar atento à construção de instrumentos e “dicas” que considerem a abrangência da situação que vai estudar. No entanto, muito mais do que uma mera aplicação desses instrumentos, tenha certeza de que sua presença, sua interlocução, seus estranhamentos e suas indagações passam a ser vivências em intersubjetividade quando estão no campo, gerando um conhecimento empírico que vai muito além daquilo que ele pergunta. Nesse sentido, pode-se dizer que uma amostra qualitativa ideal é a que reflete, em quantidade e intensidade, as múltiplas dimensões de determinado fenómeno e busca a qualidade das ações e das interações em todo o decorrer do processo...Em geral, os pesquisadores qualitativos mais experientes não trabalham com o conceito de saturação em mente, mas com o propósito de dar corpo a sua pesquisa e torná-la defensável [...] Seu critério principal não é numérico, embora quase sempre precise justificar a delimitação da multiplicidade das pessoas que vai entrevistar e a dimensão e escolha do espaço. (Minayo, 2017, pág. 2-3).

Em linha com esses ensinamentos, nós optámos por considerar elegíveis para o inquérito a totalidade dos 87 indivíduos classificados.

Para melhor prossecução dos nossos objetivos, subdividimos a população alvo em 3 grupos, de acordo com a natureza da sua intervenção no processo de desenvolvimento socioeconómico de São Tomé e Príncipe, a saber:

1. Ex-ministros do Plano e Finanças a partir de 1985, (Ex) - Diretores e Assessores dos Ministros do Plano e Finanças;
2. Ex-ministros da Justiça, ex-Procuradores Gerais da República (PGR), ex-Ministros dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação a partir de 1985;
3. (Ex)integrantes das missões do FMI e administradores representantes de São Tomé e Príncipe a partir de 1985.

No grupo “1”, que inclui os atuais e ex. dirigentes e altos funcionários das finanças, inventariámos 36 pessoas, excluindo os indivíduos impedidos de participar do inquérito por doença e falecidos.

A população-alvo do setor da justiça e dos negócios estrangeiros (grupo “2”) integra 21 pessoas (Ex-ministros da Justiça, PGR e Ex-ministros Negócios Estrangeiros e Cooperação) a partir de 1985, excluindo os indivíduos impedidos de participar do inquérito por doença e falecidos.

Os grupos “1” e “2” também ficaram reduzidos a 36 e 21, respetivamente, porque retirámos os indivíduos impedidos de participar do inquérito por doença e falecidos.

Durante o período em referência terão trabalhado de forma direta sobre São Tomé e Príncipe 30 funcionários do FMI. Nesse grupo não incluímos os indivíduos cujos nomes só aparecem num único relatório (ou seja, só participaram de uma missão), o que pode ser insuficiente para emitir opinião consistente.

À exceção do grupo “2”, a nossa população-alvo participava de forma ativa nas negociações dos programas do FMI, pelo que o conteúdo dos programas submetidos ao Conselho de Administração (sem destoar o que ficou apurado no capítulo precedente) dessa instituição também dependia da capacidade e astúcia dos mesmos. Os participantes do grupo “2”, também participavam das negociações, embora de forma menos direta. No entanto, a sua influência na capacidade institucional do país parece ser fundamental.

Como referido anteriormente, mercê do bom nível de conhecimento sobre a natureza de intervenção da população-alvo nas questões em análise, dispusemo-nos a entrevistar o universo total da mesma. O nível de aceitação foi superior a 60% (distribuídos conforme o quadro que se segue), o que acaba por ser uma amostra representativa da população-alvo (Moreira, 2009).

Tabela 16 Percentagem de aceitação

Grupo	Número de contactados	Percentagem de aceitação
Grupo “1” (Atuais e antigos dirigentes e quadros sénior do Ministério do Plano e Finanças)	36 indivíduos	80% (28 aceitações)
Grupo “2” (Atuais e antigos ministros da Justiça, ministros Negócios Estrangeiros e Cooperação e PGR)	21 indivíduos	33% (7 aceitações)
Total	57 indivíduos	60% (34 aceitações)

6.3.2 Classificação das Perguntas

Optámos por um inquérito com recurso a entrevistas semiestruturadas, com vista a aprofundar as aferições em curso, ao longo do estudo às nossas hipóteses de partida. Assim, quisemos, com a combinação de perguntas abertas e fechadas que a entrevista semiestruturada sustenta, discorrer sobre as questões em análise (Ritchie *et al.*, 2013). O inquirido foi chamado a responder com as suas próprias palavras em respostas espontâneas e não pré-formatadas.

Com efeito as perguntas foram elaboradas em linha com os objetivos centrais da pesquisa, conforme a tabela que se segue. A esse respeito, a literatura concernente sugere que se evite proceder a coleta de dados com ideias e teorias preconcebidas. Pelo contrário, o investigador deve fazer um necessário equilíbrio a que o bom senso obriga. As questões, dizem os mesmos, devem ser substantivas, envolvendo o tema de pesquisa para suscitar novos conhecimentos ou novas ideias. Por outro lado, as questões apresentadas nos questionários que serviram de guião às entrevistas (em anexo), não são numerosas, para facilitar a coleta de dados com maior profundidade (Ritchie et al, 2013).

Como decorre da tabela a seguir, as perguntas aos entrevistados foram organizadas em grandes eixos temáticos, articulados com os objetivos centrais da pesquisa. Com essa organização, pretendemos facilitar a aproximação/congregação de respostas semelhantes.

Tabela 17 Articulação entre os eixos temáticos, os objetivos centrais da pesquisa e as questões

Objetivos centrais da pesquisa	Eixos temáticos	Bloco de questões
Identificar as especificidades e as idiossincrasias dos MEI;	Os conhecimentos gerais dos inquiridos sobre as especificidades dos Microestados Insulares, enquanto alvo da nossa pesquisa	Bloco de questões A
Analisar, numa perspetiva evolutiva, as políticas macroeconómicas do FMI;	A conceção das políticas do FMI para os MEI, tentámos aferir a opinião dos entrevistados sobre a hipotética necessidade de adequar as políticas do FMI às especificidades dos MEI.	Bloco de questões B
Identificar condicionalismos geoeconómicos à aplicação de políticas macroeconómicas adequadas aos MEI;		
Aferir condicionalismos relativos à capacidade institucional do Estado para promover desenvolvimento socioeconómico dos MEI;		
Identificar as consequências da aplicação descontextualizada de políticas macroeconómicas padronizadas nos MEI;		
Identificar as fragilidades e propostas para as solucionar, de modo a ser mais fácil contextualizar as políticas do MEI São Tomé e Príncipe.		O caso particular de São Tomé e Príncipe

Optámos por apresentar aos inquiridos duas versões de inquéritos, consoante os destinatários. A versão em inglês destina-se aos funcionários do FMI e contém menos perguntas relativas ao caso específico de São Tomé e Príncipe - bloco C. A versão em português foi dirigida aos são-tomenses e têm menos perguntas relativas ao FMI (bloco B).

6.4. Análise das respostas.

As opiniões dos diversos autores sobre os procedimentos a seguir no processo da análise dos dados coletados no inquérito é divergente.

Face ao desalinho entre os referenciais metodológicos utilizados na análise de dados qualitativos, os autores Teixeira, Nitschke e Paiva (2016), num trabalho em que analisam as propostas de Morse e Field sobre o assunto em referência, sugerem que o fundamental na análise seja:

Não fugir das três principais finalidades da análise qualitativa: a busca do significado dos fenômenos a partir dos dados concretos, confirmar ou contestar hipóteses e ampliar a compreensão da realidade como uma totalidade [...] O que podemos afirmar é que não se tem receitas prontas para analisar dados em pesquisa qualitativa (Teixeira *et al.*, 2016, pág. 137,142).

Durante a análise do nosso inquérito semiestruturado ativemo-nos a essa verdade que nos parece objetiva.

Tendo as entrevistas decorrido ao longo de dois meses, optámos por fazer a síntese e respetiva análise de cada entrevista logo após o seu termino. Esse procedimento, pretendia evitar a perda de alguma informação e assegurar que não tenha ficado algum aspeto pouco compreensível e que necessitasse de recorrer a nova entrevista. Contudo, como referido acima, a organização das perguntas facilitou a análise das respostas (Quivy, 2008).

Contudo, a simplificação da transcrição da entrevista tem sempre em conta a necessidade de não deturpar as palavras ou conteúdos chaves e relevância para o assunto sob investigação. Alguns autores advertem que três requisitos são essenciais para manter a essência do material original seja mantido, a saber:

Primeiro, os termos-chave, frases ou expressões devem ser mantidos o máximo possível da linguagem própria do participante. Segundo, interpretação deve ser mantida a um mínimo nesta fase para que haja sempre uma oportunidade para revisitarmos a expressão 'original', como os níveis mais refinados de análise ocorrem. Em terceiro lugar, material não deve ser descartado como irrelevante só porque sua inclusão não é imediatamente clara (Ritchie et al, 2013, pág. 229).

Efetivamente, o inquérito permitiu recolher opiniões válidas e fiáveis a partir das respostas individuais de cada um dos membros da população-alvo, o que nos ajudou a chegar a conclusões passíveis de serem generalizadas ao universo dos atores em referência (Moreira, 2009). O inquérito também permitiu captar perceções subjetivas sobre os aspetos essenciais de uma possível zona de acomodação para o desenvolvimento socioeconómico do país (mormente a acomodação geoeconómica) e sobre o papel do setor da justiça em São Tomé e Príncipe.

6.4.1 Assertividade dos grupos-alvo

Contactámos a quase totalidade do grupo-alvo “1” e “2” (conforme a tabela 16), tendo a maior parte deles respondido positivamente à nossa solicitação, ainda que seja após alguma insistência, graças a uma abordagem pedagógica dos objetivos que norteiam a nossa solicitação e da importância individual de cada um desses atores para a boa conclusão do nosso estudo. Por isso consideramos que a amostra foi representativa desses dois grupos alvo.

Em contrapartida, deparámo-nos com sérias dificuldades em contactar o grupo alvo “3”, ou seja, os integrantes das diversas missões do FMI a partir de 1985. Uma boa parte desses integrantes das diversas missões do FMI já não se enfileiram na instituição, pelo que o contacto com os mesmos foi impossível por se localizarem em parte incerta. Os que ainda permanecem no FMI, são, na sua maioria, os integrantes das missões mais recentes.

Assim, dos cerca de trinta (30) integrantes das diversas missões do FMI, bem como ex administradores²⁰³, só conseguimos contactar dez (10), dos quais somente quatro (4) se dispuseram a responder à nossa entrevista, ou seja, 13% da população alvo neste subgrupo. Porém, todas essas 4 pessoas, quiçá por questões deontológicas, se recusaram ou apresentaram grande relutância em responder às questões que se referem à governação do FMI ou emitir alguma opinião crítica sobre as opções teóricas da macroeconomia professada pela instituição em referência.

Os seguintes trechos de mensagens trocadas com a autora, atestam essa relutância.

Santiago Angela <aguivar@yahoo.com>

To:.....@imf.org

²⁰³ Ex-administradores representantes de São Tomé e Príncipe.

May 17, 2016 at 9:54 AM

Dear Mr. ...,

I am a PhD student in Socioeconomic Development at the Institute of Social and Political Sciences (ISCSP) of the University of Lisbon. I am preparing a dissertation study "*Implementation of macroeconomic policies in insular Microstates. The case of Sao Tome and Principe*".

Considering the important role that Your Excellency plays (or played) and their familiarity with the policies and programs relating to socio-economic development of Sao Tome and Principe, I have the honor to request your helpfulness in order to spend ten (10) minutes of your precious time to answer some questions, as the attached justification.

I'm confident that your experience and perspectives is crucial for this study, so *I'd like* to invite you for a short interview, according to the semi-structured questions attached. Your Excellency can answer the questions in writing or orally via Skype.

Thank you in advance.

Não tendo havido resposta, retorquimos no mês seguinte,

Santiago Angela <aguivar@yahoo.com>

To:...@imf.org

Jun 27, 2016 at 9:12 AM

Dear ...,

I'm writing to follow up on a recent invitation to participate in a poll, the results of which will help us to better understand the constraints to economic development of São Tomé and Príncipe and more effectively support decision-makers in my country. The survey will close in the coming days and will take only about 10 minutes to complete. Your input will be extremely useful to our research. All of your responses will be kept strictly confidential.

Please do not hesitate to get in touch with me if you have any questions or concerns.

Best regards,

E finalmente, uma das respostas:

....@imf.org>

To:aguivar@yahoo.com

Jun 28, 2016 at 6:41 PM

Dear Ms. Santiago,

As a former IMF mission ... for São Tomé and Príncipe it would not be appropriate for me to participate in this survey. The IMF views on the economy of São Tomé and Príncipe may be found in the staff reports posted on the IMF website.

All the best..." (ESE87)

Ou ainda a resposta do entrevistado ESE62,

... @imf.org>

To:aguivar@yahoo.com

Cc:...@imf.org

Jun 20, 2016 at 4:08 PM

Dear Mrs. Santiago,

Please find attached my personal views on some of your questions. With regards to the design of IMF policies and programs, It is better to refer you to the IMF website at the following link:

<http://www.imf.org/external/ns/search.aspx?NewQuery=small+states&submit=> for information on that aspect.

Assim, parece-nos que a amostra recolhida (13%) não é representativa do grupo alvo “3”, ou seja, os integrantes das diversas missões do FMI a partir de 1985. Com efeito, como referido acima, as questões da entrevista semiestruturada destinadas a esse grupo-alvo, colocavam uma maior ênfase nas perguntas que os inquiridos se recusaram responder. Assim, não banindo o resultado dessas entrevistas da nossa análise, não nos parece judicioso extrapolar as suas respostas para o universo dos funcionários do FMI. Por outro lado, a eventualidade de substituir os técnicos do FMI por *stakeholders* dos MEI, não se vislumbrou factível, por motivos diversos, destacando-se o facto de o estudo de caso se referir a São Tomé e Príncipe (realidade, provavelmente, alheia aos mesmos).

Contudo, a assertividade na resposta às nossas questões, por parte da grande maioria da população-alvo foi em geral apreciável, facilitando a análise das percepções subjetivas²⁰⁴ das respostas. Assim, acreditamos que as respostas dos nossos inquiridos concorreram no sentido de responder à nossa pergunta de partida e, em consequência disso, constituíram mais um teste das hipóteses iniciais.

6.4.1 Tratamento e análise das respostas

A literatura concernente apresenta-nos algumas alternativas de análise de dados que facilitam o teste das hipóteses e permitem dar resposta a pergunta de investigação. (Rodrigues, 2011).

Como recomendam alguns autores, entre os quais Valadas e Gonçalves (2013), depois da transcrição das entrevistas podem ser construídas as sínteses das mesmas, seguidas de análises descritivas,

...onde se incluem as tipológicas, categoriais e de temática aprofundada e as análises interpretativas. Estas últimas remetem para as “hipóteses explicativas” e os “ideais-tipo” no contexto daquela que é, ainda, uma fase exploratória de organização das “hipóteses explicativas” do fenómeno, cujo fim último é a investigação analítica no sentido da construção de um modelo científico de interpretação dos resultados (Valadas & Gonçalves, 2013, pág. 19).

Ritchie, por seu lado, realça que a fim de realizar uma análise robusta dos dados coletados, pode-se recorrer a análise narrativa, análise do discurso e análise da conversação. Esta última nos pareceu mais adequada ao nosso caso. De facto, o

²⁰⁴ Uma mesma realidade pode ser percebida de maneira diferenciada por pessoas diferentes (Fraser & Gondim, 2004).

manuseamento de toda informação recolhida só parece possível após a sua classificação e simplificação dos dados para torná-los mais fáceis de gerenciar (Ritchie *et al.*, 2013).

Em linha com esse ponto de vista, o guião das entrevistas foi estruturado em três blocos de questões. No bloco “A”, pretendia-se aferir os conhecimentos gerais dos inquiridos sobre as especificidades dos Microestados Insulares, enquanto alvo principal da nossa pesquisa. As questões do bloco “B” relacionam-se com a conceção das políticas do FMI para os MEI, tendo em conta o papel de determinante daqueles nas políticas macroeconómicas desses países. No bloco “C” tratou-se de inquirir sobre o caso particular de São Tomé e Príncipe, considerando que é neste MEI que as nossas investigações se focam.

Com efeito, muitas das questões abordadas no nosso inquérito são relacionadas com a ciência económica ou socioeconómica. Considerando que alguns dos nossos entrevistados podem não se sentir à vontade nessas áreas, como aconselha Bourdieu (1999), procurámos “descer do pedestal” dos conhecimentos académicos (em certos casos) no momento da entrevista para melhor nos entendermos, o que parece ter resultado positivamente.

As questões do Bloco “A”

No bloco A as questões indagam sobre a relação entre o desenvolvimento socioeconómico e a micro dimensão associada à insularidade. Como aferido nos capítulos I e II, é notória a divergência das opiniões dos diversos autores sobre a relação em referência. Enquanto uns alegam alguma relação, outros a contestam.

Essa divergência de opinião foi também verificada entre os nossos entrevistados. Com efeito, em resposta à questão - *A micro dimensão e insularidade influenciam (negativamente) o desenvolvimento socioeconómico? Como?* - O entrevistado ESE54 é perentório:

Influenciam negativamente. A insularidade não facilita a economia de escala e limita o desempenho industrial. A pequenez também proporciona uma fraca base científica no país e justifica a existência de poucos recursos naturais e financeiros (ESE 54).

No mesmo sentido vai a resposta do inquerido ESE62:

Os MEI enfrentam desafios de desenvolvimento característicos da sua condição, que incluem deseconomias de escala devido a sua pequena dimensão que inviabilizam a produção e distribuição de custos e a concorrência. Os custos de energia e de transporte são elevados. A vulnerabilidade aos desastres naturais é grande e a volatilidade das suas posições externas e fiscais, ou seja, vulnerabilidade a choques internos e externos também enormes (ESE62).

No entanto, o entrevistado ESE16 parece ser mais prudente:

Sim. Este fator constitui um enorme custo para o desenvolvimento, mas que podia ser ultrapassado se os líderes e cidadãos em geral tomassem a consciência desse custo e, em face disso, delineassem uma estratégia mobilizadora para o superar, em vez duma postura passiva e de mera reclamação sobre essa ‘fatalidade’. Outrossim, esse fator pode ser transformado em potencial vantagem competitiva (ESE16).

Em contrapartida, o ESE4 sugere que:

Os recursos limitados e necessidade de ajustar permanentemente aos fatores exógenos (fora do seu controlo) como o preço dos Commodities, são fatores que dificultam, mas em contrapartida, esses países têm a vantagem de estar de certa forma protegidos de algumas calamidades e guerras regionais com que os demais países se debatem (ESE4).

Podemos assim constatar algum consenso dos inqueridos sobre os principais fatores que influenciam o processo de desenvolvimento socioeconómico de qualquer MEI. Porém, as opiniões se dividem sobre um eventual desabono para o desenvolvimento socioeconómico propiciado pela micro dimensão e insularidade. Tal-qualmente, o nosso entrevistado ESE18 considera possível ultrapassar os constrangimentos da micro dimensão e insularidade. Assim se pode deduzir da sua resposta à nossa quarta questão neste bloco A- *É possível superar os constrangimentos ou catapultar as vantagens que a dimensão e a insularidade provocam ao país? Se sim, como? Se não, porquê?*

Sim, é possível, desde que se descubra os respetivos potenciais, isto é, aquilo que os torna únicos, e explorá-lo rumo ao seu desenvolvimento. Tornar o país especialista em um ou alguns sectores, seria um caminho vantajoso(ESE18).

No entanto o entrevistado ESE16 vai mais além sugerindo que:

É sim possível, mas nunca sem muito esforço, muito trabalho, muita dedicação, mobilização de toda vontade e de toda força nacionais em torno dum programa de desenvolvimento galvanizador, assente numa estratégia de longo prazo que seja consensual. E tudo isso forjado e implementado com uma liderança forte, mais inclusiva (ESE16).

Porém o entrevistado²⁰⁵ ESE25 propõe um caminho ligeiramente diferente

Sim, é possível suplantar muitas dessas dificuldades fazendo funcionar a justiça, E melhorando, deste modo, a conduta dos cidadãos (ESE25).

Por sua vez, outro entrevistado (ESE4) tem uma opinião mais fundamentada:

Sim através do desenvolvimento de capacidades (com uma educação de qualidade) para inovar e adaptar à mudanças - Política macroeconómica adequada que garanta estabilidade cambial e uma política fiscal que mantenha o saldo fiscal dentro dos limites correspondentes a melhores práticas internacional; Assegurando a competitividade mantendo os salários alinhados com a produtividade nacional; Estratégia clara, que se assente no aproveitamento da localização geográfica, especializando-se na prestação de serviços (turístico e de transbordo) de alta qualidade, que difira dos outros países não pelo custo, mas sim pela especificidade (ESE4).

O nível de desenvolvimento económico de alguns MEI, aferidos no capítulo I, parece corroborar com a opinião deste entrevistado. Com efeito, Bressan (2000), sugere

²⁰⁵ Trata-se de um entrevistado do grupo N^o1.

a possibilidade de extrapolação dos referidos resultados para outros casos tendo em conta as similaridades e as condições particulares e contextuais de cada situação. Por isso, importava indagar os nossos entrevistados: - *A que se deve a diferença entre o nível de desenvolvimento socioeconómico de São Tomé e Príncipe e o dos demais MEI?*

Um dos nossos entrevistados ESE22 sugere que seja:

A herança cultural (o tipo de colonização) do nosso país não nos ajuda. Os anglo-saxónicos têm uma cultura administrativa melhor..., são mais coesos quando se trata de defender os objetivos nacionais. Nós não temos visão.... Enfim (ESE22).

O entrevistado ESE33 é coincidente:

Não tivemos sorte. A herança colonial (estrutura económica com monocultura do cacau, capacidade de recursos humanos e estrutura institucional), é uma das causas da diferença entre o nível de desenvolvimento atual do nosso país e o dos demais MEI. Não podemos negar que houve esforços para alterar essa herança. Conseguimos algumas coisas, mas, não é fácil alterar tudo isso em tão pouco tempo (ESE33).

Em suma, alguns dos outros entrevistados, tal como os acima citados consideram que São Tomé e Príncipe recebeu da potência colonial um país economicamente desestruturado, com a monocultura do cacau falida, com uma quase ausência de infraestruturas e sem recursos humanos qualificados, contrastando com a situação herdada pelos outros MEI, o que constitui um dos motivos para o fraco desenvolvimento económico deste MEI. Na mesma linha, o entrevistado ESE6 sugere que:

A localização das Caraíbas ao lado dos EUA, e o facto de terem sido colónias do Reino Unido e EUA já lhes [os MEI das Caraíbas] proporciona uma outra mentalidade. A nossa localização é nefasta! O nosso passado colonial também não ajuda. E claro que a nossa dinâmica interna ao longo desses anos não contribuíram da melhor forma (ESE6).

Mas outros entrevistados têm opinião contrária:

O nosso ponto de partida foi bastante deficiente. No entanto, não soubemos aproveitar o que o regime colonial nos deixou de bom. Com a democratização em 1991, voltamos a cometer o mesmo erro. Estamos sempre a começar do zero. Este é o nosso mal (ESE2).

Também se percebe divergência de opinião com o entrevistado ESE4:

A inserção regional de São Tomé e Príncipe é menos favorável ao desenvolvimento do que a dos demais MEI das Caraíbas e do Índico, que têm respetivamente, os EUA e a Índia como vizinhos. O nosso colonizador não podia nos servir de ancora, porque não tem peso geopolítico que tem os EUA, ou mesmo o Reino Unido. A nossa língua também não nos permite acesso à ciência, Esse foi um dos nossos males. Mas, já estamos na altura de começar a dar a volta a situação (ESE4).

Em linha com ESE4, o entrevistado ESE25 assegura que:

Este fator constitui um enorme custo para o desenvolvimento, contudo podia ser ultrapassado se os líderes (incluindo os cidadãos) tomassem a consciência desse custo e, em face disso, delineassem uma estratégia mobilizadora para o superar, em vez duma postura passiva e de

mera reclamação sobre essa ‘fatalidade’. Outrossim esse fator podia ser transformado em potencial vantagem comparada/competitiva (ESE25).

Tabela 18: Síntese das Respostas no Bloco A

<i>Questões</i>	Resumo das Respostas
<i>Quais os principais fatores que influenciam/condicionam o processo de desenvolvimento económico?</i>	A estrutura económica do país; visão do desenvolvimento do país; quantidade e qualidade de fatores de produção, sobretudo os recursos humanos; as tradições, a cultura, as opções políticas, aspetos geográficos e aspetos exógenos.
<i>A micro dimensão e insularidade influenciam (negativamente) o desenvolvimento socioeconómico? Como?</i>	Recursos humanos quantitativa e qualitativamente limitados, poucos recursos naturais e financeiros e mercado com distorções. A insularidade pode também constituir uma mais-valia.
<i>A que se deve a diferença entre o nível de desenvolvimento socioeconómico de São Tomé e Príncipe e o dos demais MEI?</i>	Diferentes passados históricos (institucional, e económico) herdados da potência colonial, diferente organização política; a capacidade de gerar grandes consensos, o nível de liderança política do país, a capacidade dos recursos humanos/ a capacidade institucional, bem como o contexto regional.
<i>É possível superar os constrangimentos ou catapultar as vantagens que a dimensão e a insularidade provocam ao país? Se sim, como? Se não, porquê?</i>	É possível construindo estratégia de desenvolvimento consensual de longo prazo, com base numa geoestratégia clara; é possível se evitarmos a instabilidade das políticas públicas e reformar a justiça e a administração financeira do Estado; é possível atingir unicamente a autossuficiência de sobrevivência;

Fonte: Dados da entrevista semiestruturada conduzida e tratada pela autora

Porém, devemos realçar que não obstante as opiniões manifestadas no inquérito, a situação do país é a que constatamos ao longo do estudo, o que parece manifestar alguma

contradição entre o que foi dito e o que foi feito nos respectivos cargos públicos ocupados pelos mesmos.

Bloco “B”

No segundo bloco de questões (“B”) - conceção das políticas do FMI para os MEI, tentámos aferir a opinião dos entrevistados sobre a hipotética necessidade de adequar as políticas do FMI às especificidades dos MEI.

Julgamos oportuno referir que os funcionários do FMI não se dispuseram em responder a questões deste bloco, pelo que os entrevistados são todos do MEI São Tomé e Príncipe. Logo, as opiniões expressas nesta parte da entrevista provavelmente se circunscrevem à realidade são-tomense.

No entanto, as respostas obtidas nesse bloco de questões refletem a diversidade de opiniões (algumas vezes antagónicas) tanto no seio do grupo-alvo N°1 como no grupo-alvo N°2.

Em resposta a questão: - *Como avalia a importância das organizações internacionais no apoio ao processo de desenvolvimento dos MEI?*

O entrevistado ESE4 sugere que:

O apoio das organizações internacionais ao processo de desenvolvimento dos MEI materializa-se em assistência técnica (fortalecendo a capacidade institucional) e financeira, o que é positivo (ESE4).

Essa resposta difere da do entrevistado ESE16 que sugere que:

É muito importante, pois sem elas os MEI não sobrevivem nem um mês. Apesar de ser de se lamentar alguma “desfaçatez” ou mesmo má-fé nesse processo. Os termos e condições dessas “ajudas” em muitos casos não facilitam a sua melhor capitalização. Muitas dessas ajudas em vez ajudar ‘matam’ a economia ESE16.

Outrossim, a respostas às questões - *Devia o FMI recomendar política macroeconómica especial para os MEI, ou igual aos dos demais membros? Porquê? E- Considera que a configuração da estrutura governativa e de capital do FMI tem tido influência na formulação dos programas destinados aos MEI?*

Os nossos entrevistados parecem ter opiniões muito similares. O inquerido ESE16 afirma que:

Não se trata de política igual ou diferente porque nunca foi igual e houve sempre dois pesos e duas medidas por parte de FMI. Faltarão sim, medidas verdadeiramente adequadas para cada MEI, coisa que seria também difícil de realizar na ausência de uma liderança forte e esclarecida sobre o que o país quer. Acho que damos demasiada atenção ao FMI porque nos faltou maturidade e conhecimento de como governar. A ideia de eles ajudarem com recursos financeiros é uma pura fantasia (ESE16).

Entretanto, outros consideram que a estratégia dessas organizações tem sido a de propagar os interesses dos países mais fortes (que com a sua hegemonia dominam as organizações internacionais), pelo que o seu empenho no desenvolvimento dos países tem estado aquém do desejado pelos MEI. Alguns entrevistados sugerem que, em linha com os interesses hegemónicos, as organizações internacionais preferem que os demais países permaneçam no estado de indolência. Esses entrevistados argumentam que uma boa parte das ajudas internacionais se resumem em “dar peixe e não em ensinar a pescar”.

O FMI está formatado para servir os interesses dos hegemónicos. O seu instrumento predileto é o sistema neoliberal para deixar países como o nosso em estado de coma. Mas não temos outra saída (ESE6).

Segundo os mesmos, essas políticas das organizações internacionais não terão facilitado o desenvolvimento, mas antes aprofundando a pobreza. Por outro lado, o inquerido ESE36 observa que:

O FMI tem uma matriz de políticas macroeconómicas e estruturais para todos os países, o que é muito mau. No entanto, sempre que a correlação de forças exigir, o Fundo [FMI] fecha os olhos a essa matriz. Eles têm um culto primário anticomunista, ou dirigentes de esquerda, o que muitas vezes conduz as suas ações (ESE36).

Com efeito, a maioria dos entrevistados atesta que a configuração da estrutura governativa e de capital do FMI tem tido influência na formulação dos programas destinados aos MEI. Todavia, consideram que não é factível a alteração desse *status quo*, considerando a conjugação de forças a nível global.

No entanto, é notável alguma contradição de alguns desses entrevistados. Tal é o caso do ESE6, que apesar da sua resposta acima transcrita, parece titubear quando, ao responder à questão *-Devia o FMI recomendar política macroeconómica especial para os MEI, ou igual aos dos demais membros? Porquê?* O mesmo afirmava que:

O principal problema, é que desde o início não estávamos (e ainda não estamos) preparados para confrontar o FMI com as nossas próprias propostas. Não apresentamos alternativas devidamente preparadas (ESE6).

Esta difusão de opinião de um mesmo entrevistado sobre o “culpado” em relação as políticas aplicadas no país, é um sintoma que se repete, episodicamente, em relação a outros entrevistados, o que pode querer transmitir alguma dubiedade desses atores do desenvolvimento de São Tomé e Príncipe.

Porém o inquerido ESE42 considera que:

O FMI age de acordo com as suas regras. Nós é que andamos perdidos, sem visão clara do que queremos. Nós devíamos saber “jogar o jogo” que nos é proposto. Afinal “não há almoços grátis” (ESE42).

Tabela 19 Síntese das Respostas do Grupo B

Grupo B- A conceção das políticas do FMI para os MEI	
Questões	Resumo das Respostas
<i>Como avalia a importância das organizações internacionais no apoio ao processo de desenvolvimento dos MEI?</i>	O contributo das organizações internacionais tem sido importante, no cômputo global, gorando, no entanto, na sua falta de conhecimento da realidade local e na limitada capacidade local de absorção; esse contributo pode em muitos aspetos ser considerado um presente envenenado; têm sido muito importante, e indispensáveis para a nossa sobrevivência.
<i>Devia o FMI recomendar política macroeconómica especial para os MEI, ou igual aos dos demais membros? Porquê?</i>	Na substancia, não, mas na forma o FMI deve ter em conta as especificidades dos países; a falha do FMI consiste não tanto na especificidade da política macroeconómica a recomendar aos MEI, mas na ausência da contextualização das mesmas; O FMI deve, sim, ter receitas (políticas macroeconómica) iguais para todos os países.
<i>Considera que a configuração da estrutura governativa e de capital do FMI tem tido influência na formulação dos programas destinados aos MEI?</i>	A configuração da estrutura governativa e de capital do FMI tem tido influência na formulação dos programas destinados aos MEI.; Não tem influência.

Fonte: Dados da entrevista semiestruturada conduzida e tratada pela autora

Na mesma linha de pensamentos, o ESE10 pontua:

O FMI tem receitas iguais para todos os países. Considero que deve ser mesmo assim, está correto. Os MEI são países como os outros, pelo que não tem sentido querer tratamento diferente, e querer igualdade em outras coisas. Os governos, especialmente do nosso país, é que não têm sabido agir corretamente para a aplicação das políticas (ESE10).

Assim, alguns entrevistados asseguram que a matriz macroeconómica deve ser a mesma para todos os países, devendo o FMI fazer uma adequação circunstancial para os MEI. Outros, ainda, consideram que as “leis” económicas” são iguais para todo e qualquer país, pelo que qualquer falhanço na implementação das políticas macroeconómicas recomendadas pelo FMI deve-se à inabilidade dos governos locais.

Com efeito, muitos consideram que as organizações internacionais fizeram o que puderam em apoio ao processo de desenvolvimento dos MEI, embora estes nem sempre a tenham sabido aproveitar devidamente, por incúria própria (falta de planeamento, ou ausência de estratégia).

No que diz respeito às políticas macroeconómicas do FMI para os MEI, a opinião também não é unânime. Destaca-se uma maior assertividade nas respostas a este bloco de questões, pelo grupo-alvo “N1”. Com efeito, a opinião maioritária é que o FMI deve considerar as especificidades dos MEI e desenhar uma matriz macroeconómica adequada aos mesmos, sob pena de insucesso das políticas recomendadas.

Bloco C

Na análise das respostas dadas ao terceiro bloco de questões (“C”) - O caso de São Tomé e Príncipe, constatamos que as opiniões também confluem em alguns aspetos e divergem noutros.

Com efeito, em resposta à questão: - *As políticas macroeconómicas propostas pelo FMI influenciaram o desenvolvimento socioeconómico de São Tomé e Príncipe? Como?*

Sim, sobretudo os primeiros anos, com o PAE, por omissão ou ação. Por exemplo, o contexto em que ocorreram as privatizações das empresas públicas, em finais de 1987 por recomendação do FMI, foram catastróficas para o país. Não tínhamos ainda recursos humanos qualificados, não tínhamos um sector privado (estávamos a sair de economia centralizada, a economia não era atrativa aos empresários sérios estrangeiros). É o resultado da extrema fixação do FMI em medidas neoliberais(ESE36).

O mesmo entrevistado prossegue ainda que

A única coisa boa do lado deles foi a coação para a disciplina fiscal. Mas isso também não serviu de nada, porque a instabilidade social e política constante não ajudaram na sua implementação correta(ESE36).

Assim, todos atentam que as políticas macroeconómicas propostas pelo FMI influenciaram o desenvolvimento socioeconómico de São Tomé e Príncipe positivamente em alguns aspetos e negativamente em outros.

Nas respostas à questão -*Alianças geoestratégicas (regional, com algum país hegemónico, ou outras) podem ser fundamentais para o desenvolvimento de STP? Como?* - parece haver algum consenso.

O ESE1 tem a seguinte observação:

Sim [...], especialmente no contexto regional, podem se constituir em vantagens competitivas, já que se pode fazer valer as múltiplas vantagens comparativas de cada Estado. Não considero a importância de quem conosco coopera, mas sim como o fazemos, para que as partes possam ganhar, e no nosso caso, faz falta de cooperação Sul-Sul (ESE16).

De facto, muitos entrevistados partilham a opinião de que a solução para o desenvolvimento de São Tomé e Príncipe, passa também pela construção de alianças geoestratégicas (regionais, com algum país hegemónico, ou outras). Tal é o caso do entrevistado ESE2:

Sim. Mas temos que definir primeiro a nossa estratégia de desenvolvimento (temos um paraíso em segurança, paz, liberdade...). Só depois decidir sobre os possíveis aliados estratégicos(ESE2).

De facto, vários partilham esta mesma opinião no que se refere às possibilidades de superar os constrangimentos atrás referidos e catapultar as vantagens que a dimensão e a insularidade, bem como a posição geográfica, propiciam a São Tomé e Príncipe. Eles consideram que a construção de uma boa integração económica regional, pode constituir uma oportunidade para os MEI enfrentarem os desafios impostos pela micro dimensão e a insularidade. A paridade da dobra com o euro é um dos bons exemplo de aliança estratégica.

No entanto, o ESE22 parece mais contido:

Talvez fosse boa ideia, mas o nosso contexto regional não parece facilitar tais alianças. Talvez pudéssemos recorrer a alguns países da CPLP.

Porém, o ESE33 opõe-se à essa solução:

Não me parece uma boa ideia. Há mais de 10 anos pensávamos que o petróleo pudesse ser um bom aliado nisso. Mas não deu em nada. E por outro lado, o Golfo da Guiné já não tem tanta importância assim. Os EUA já são autossuficientes no que poderíamos oferecer. Não sei. Talvez estudar algo no âmbito da cooperação Sul-Sul., com a África do Sul, ou mesmo Angola. Talvez seja possível uma parceria económica especial com a África do Sul a nível de serviços, considerando que este já havia manifestado grande interesse pela utilização do espaço territorial são-tomense para fins de navegação aérea. Mas, penso que essa oportunidade já tenha passado. Talvez Angola... (ESE33).

Em linha com uma das nossas hipóteses de estudo indagamos os nossos inqueridos sobre: *O nível de desenvolvimento de São Tomé e Príncipe fica a dever também às fragilidades institucionais (incluindo as do sector da Justiça)?*

Na opinião do inquerido ESE47 a resposta é afirmativa:

É patente e leva a fraqueza sistémica. Do jeito que as coisas estão, não pode haver autoridade do Estado, sem segurança parece que tudo se desmorona, o governo é a única instituição que de algum modo, sobrevive a isto (ESE47).

Acha que seria profícuo ancorar o sector judiciário são-tomense à uma instituição internacional? Porquê?

O mesmo inquerido ESE47 é categórico:

Não é de descorar. Os níveis de desconfiança estão a subir. E depois, um grande estudioso disse a certa altura que “a soberania significa aplicar o que está na lei”. Sendo assim, qualquer entidade estrangeira pode julgar aplicando as nossas leis(ESE47).

Se concorda, qual seria a modalidade da ancoragem (que aspetos, à quem, durante quanto tempo)?

Tabela 20 Síntese das Respostas relativas ao Bloco C

<i>Questões</i>	<i>Resumo das Respostas</i>
<i>As políticas macroeconómicas propostas pelo FMI influenciaram o desenvolvimento socioeconómico de São Tomé e Príncipe? Como?</i>	As influências foram boas no geral. No entanto, algumas coisas ficaram mal resolvidas; a influência dessas políticas não foi completamente negativa; podia ter sido positiva, se tivessem em conta as especificidades conjunturais e estruturais dos MEI. Influenciaram para o bem e para o mal.
<i>Alianças geoestratégicas (regional, com algum país hegemónico, ou outras) podem ser fundamentais para o desenvolvimento de STP? Como?</i>	Alianças geoestratégicas devidamente elaboradas podem ser uma mais-valia; Alianças podem facilitar o aproveitamento de economias de escala e ajudar a suprir alguns em aspetos a fragilidade institucional; Numa aliança geoestratégica São Tomé e Príncipe pode aparecer como a interface marítima e aérea para a região do Golfo da Guiné ou ainda como um destino turístico exclusivo. Talvez a oportunidade para alianças geoestratégicas já tenha passado.
<i>O nível de desenvolvimento de São Tomé e Príncipe fica a dever-se também às fragilidades institucionais (incluindo as do setor da Justiça)?</i>	A fragilidade institucional tem sido um dos maiores entraves ao desenvolvimento de São Tomé e Príncipe; o sistema judicial são-tomense é penoso e imprevisível; a justiça é somente a parte visível da fragilidade institucional.
<i>Acha que seria profícuo ancorar o setor judiciário são-tomense à uma instituição internacional? Porquê</i>	Seria uma boa ideia, mas de muito difícil implementação; o setor judiciário tem muitos males, mas esta não é uma boa solução; não é de descorar, considerando os níveis de desconfiança estão a subir; não se pode prescindir da soberania, e a justiça é soberania; esta seria a melhor solução, pois qualquer outra seria adiar o futuro do país.
<i>Se concorda, qual seria a modalidade da ancoragem (que aspetos, a quem, durante quanto tempo)?</i>	Podíamos ancorar a nossa Instância Superior de Recurso algures no estrangeiro, mas isso tem de ser muito bem estudado e ponderado; deve ser bem estudada por conhecedores do setor.

Fonte: Dados da entrevista semiestruturada conduzida e tratada pela autora

O mesmo retorquiu:

Algumas pessoas (muitos dos meus colegas) esquecem-se de que soberania e nacionalidade são conceitos diferentes. Não perdemos a soberania, se uma entidade estrangeira fazer cumprir as nossas leis. Por isso eu penso que podíamos pensar em “alojar” a nossa Instancia Superior de Recurso algures no estrangeiro. Mas isso tem que ser uma coisa muito bem estuda e ponderada (ESE47).

Com efeito, todos os entrevistados corroboram que a causa principal do ainda frágil nível de desenvolvimento de São Tomé e Príncipe é, em grande medida, as fragilidades institucionais. No entanto, alguns apontam o setor da justiça como o maior testemunho de fragilidade institucional, enquanto outros sugerem que esta seja consequência de uma certa fragilidade generalizada no país. De facto, o nosso entrevistado ESE42 sugere que:

Há fragilidade institucional, mas a justiça não é a maior delas. A justiça é apenas a face mais exposta da fragilidade. O que falta é uma verdadeira reforma na justiça, ... com inspeções. Não faz sentido uma ancoragem da justiça. Não se pode abdicar da soberania. A justiça é fundamental. O que precisamos é de trabalhar mais (ESE42).

Tanto o entrevistado ESE47 como ESE42 pertencem ao nosso grupo alvo N2, lidam ou lidaram com a justiça, e conhecem bem o setor. Contudo as suas opiniões divergem. Porém, independentemente de o setor da justiça constituir causa ou consequência da fragilidade institucional sistémica, todos sugerem que o setor da justiça é a face mais visível dessa fragilidade.

6.5. Discussão dos Resultados

Os resultados encontrados no presente capítulo do estudo sugerem a uma resposta positiva à nossa questão de partida. existência de diversos constrangimentos na implementação de políticas macroeconómicas em São Tomé e Príncipe.

De facto, esta aferição feita através do inquérito semiaberto, permitiu o alargamento da nossa perspetiva de análise, confrontando o conhecimento aferido ao longo do estudo com o pensamento dos distintos atores do processo de desenvolvimento de São Tomé e Príncipe. Nesse processo experimentámos um obstáculo manifestado na indisposição dos funcionários do FMI, integrantes das diversas missões do FMI, quiçá por questões deontológicas, a responder a questões do nosso inquérito.

O quadro que se segue resume a opinião dos inqueridos sobre os três eixos temáticos testados nas entrevistas.

Tabela 21 quadro resumo das respostas dos inqueridos

Eixos temáticos	Perceção dos inqueridos
As especificidades dos Microestados Insulares	Muitas vulnerabilidades caracterizam os MEI, o que constitui constrangimento ao desenvolvimento. Para alguns inqueridos trata-se mesmo de barreira ao desenvolvimento.
A conceção das políticas do FMI para os MEI	Muitos inqueridos corroboram sobre a necessidade de adequar as políticas do FMI às especificidades dos MEI. Alguns inqueridos são de opinião que a estrutura governativa do FMI impede essa adequação. Para outros inqueridos trata-se de uma má apropriação/implementação dessas políticas pelos governantes.
O caso particular de São Tomé e Príncipe	Diversas razões são apontadas para o fraco nível de desenvolvimento de São Tomé e Príncipe. Porém, alguns consideram que alianças geoestratégicas e ancoragem do setor judicial do país podem ajudar a impulsionar o desenvolvimento. Outros são céticos quanto a essas soluções.

Fonte: Dados da entrevista semiestruturada conduzida e tratada pela autora

No entanto, constatámos que os atores nacionais, de forma geral, apresentam um plausível conhecimento sobre a matéria objeto do nosso estudo, não obstante as suas opiniões confluírem em alguns aspetos e divergirem noutros, conforme as tabelas apresentadas acima.

De realçar, entretanto, que registámos algumas opiniões que conjeturam a possibilidade de as vulnerabilidades dos MEI, eventualmente, obstaculizarem a ascensão dos mesmos ao nível de desenvolvimento socioeconómico almejado.

Devido à gravidade e profundidade das suas vulnerabilidades (sobretudo de natureza ambiental) os MEI nunca atingirão níveis de desenvolvimento dos países avançados. Acredito que ficar-se-ão, apenas pelo nível de “autossuficiência de sobrevivência”. Basta uma tempestade para fazer recuar a economia do país em décadas(ESE6).

Essas opiniões céticas sobre o desenvolvimento socioeconómico dos MEI, constituem, no entanto, uma minoria. Porém, esse ceticismo está em linha com a opinião de alguns estudiosos dos MEI.

Não há almofadas, não há robustez económica, não há economias de escala, nem qualquer outra capacidade económica ou psicológica interna para absorver eventuais choques. Basta a

simples compra de um navio, para que os gráficos espelhem abruptas flutuações de crescimento ou diminuição de indicadores económicos²⁰⁶ (Baldacchino, 2014, p. 4)

Em síntese, é possível afirmar que, em resposta ao objetivo da nossa pesquisa de identificar as especificidades e as idiosincrasias dos MEI, os inqueridos convergem na identificação das vulnerabilidades que caracterizam esses países. No entanto, alguns consideram que essas vulnerabilidades podem constituir constrangimento ao desenvolvimento. Para outros inqueridos trata-se mesmo de barreira ao desenvolvimento. Em contrapartida, outros inqueridos consideram que as especificidades dos MEI podem constituir vantagem, em relação aos outros países.

Em resposta aos objetivos de conferir a necessidade (bem como, os eventuais condicionalismos geo-económicos e relativos à fraca capacidade institucional do Estado) de adequação das políticas macroeconómicas implementadas nos MEI também os pontos de vista dos inqueridos divergem. A maioria dos inqueridos corrobora sobre a necessidade de adequar as recomendações do FMI às especificidades dos MEI. Consideram também que questões de ordem geo-económica constituem entrave a essa adequação. Porém é unânime que a fraca capacidade institucional do São Tomé e Príncipe também constrange o desenvolvimento socioeconómico do país.

No que respeita a identificação de eventuais propostas para solução das fragilidades que mais assola o país, alguns consideram que alianças geoestratégicas e ancoragem do setor judicial podem ajudar a impulsionar o desenvolvimento. Outros são céticos quanto a essas soluções.

6.6. Considerações Finais

Ao longo deste capítulo descrevemos a nossa tentativa de entender a perceção dos atores da vida socioeconómica são-tomense sobre a matéria em estudo.

Acreditamos que ficou demonstrado que a perceção de uma parte dos nossos inquiridos confere com as nossas hipóteses de partida.

De facto, uma parte significativa dos nossos inquiridos converge no sentido assertivo da nossa hipótese N°2, segundo a qual, ignorando a atenção que a especificidade dos MEI reclama, a organização funcional do FMI condiciona a calibragem das respetivas políticas macroeconómicas. Contudo, muitos outros refutam essa hipótese. De igual modo, grande parte dos inquiridos, testificam que uma das causas do atual baixo nível de

²⁰⁶ Tradução da autora.

desenvolvimento socioeconómico de São Tomé e Príncipe advém da aplicação das políticas macroeconómicas padronizadas do FMI. Mas, essa constatação não foi suficientemente contundente para nos sugerir uma confluência com a nossa primeira hipótese de partida.

**CAPÍTULO VII – A ACOMODAÇÃO DE POLÍTICAS MACROECONÓMICAS
DO MEI SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE**

7.1 . Nota Introdutória

Como aferido nos capítulos precedentes, a fraca capacidade das instituições associada à vulnerabilidade da base económica expõe os MEI a choques internos e externos com a consequente deterioração dos termos de troca, com efeitos no seu desenvolvimento socioeconómico. Assim, pretendemos prosseguir os objetivos específicos - Aferir condicionalismos relativos à capacidade institucional do Estado para promover o desenvolvimento socioeconómico dos MEI e apresentar propostas para a identificação das fragilidades que mais assolam o MEI São Tomé e Príncipe, de modo a ser mais fácil contextualizar as políticas.

De facto, uma parte considerável dos estudos sobre os MEI e países congéneres tendem a se concentrar sobre a natureza das suas vulnerabilidades. No entanto, um dos aspetos que nos parece não negligenciável é a análise dos diferentes *modus faciendi* que têm permitido a alguns desses países contornar as suas vulnerabilidades (Guillaumont, 2013). A estratégia que os países em referência adotarem, eventualmente, podem incrementar as oportunidades e contornar os riscos de globalização e assim, quiçá, mais facilmente prosseguir políticas de desenvolvimento socioeconómico (Romana, 1996; Bräutigam & Woolcock, 2001).

Deveras, na impossibilidade de alterar alguns desses constrangimentos característicos dos MEI, alguns entre eles procuram adequar-se, encontrando nichos de oportunidades tanto nas estratégias geoeconómicas de *países-diretor* da região, e/ou hegemónicos a nível mundial, como na ancoragem de algum dos poderes constitucionais. Com efeito, neste capítulo, abordaremos algumas dessas adaptações, a que designamos por acomodação.

Abordaremos em particular alguns aspetos de *acomodação* que, quiçá, estimulem o desenvolvimento socioeconómico do MEI São Tomé e Príncipe apesar das políticas macroeconómicas recomendadas ao país. Na construção da nossa proposta de acomodação, contamos também ponderar o resultado do inquérito realizado.

7.2.Índice de Vulnerabilidade económica

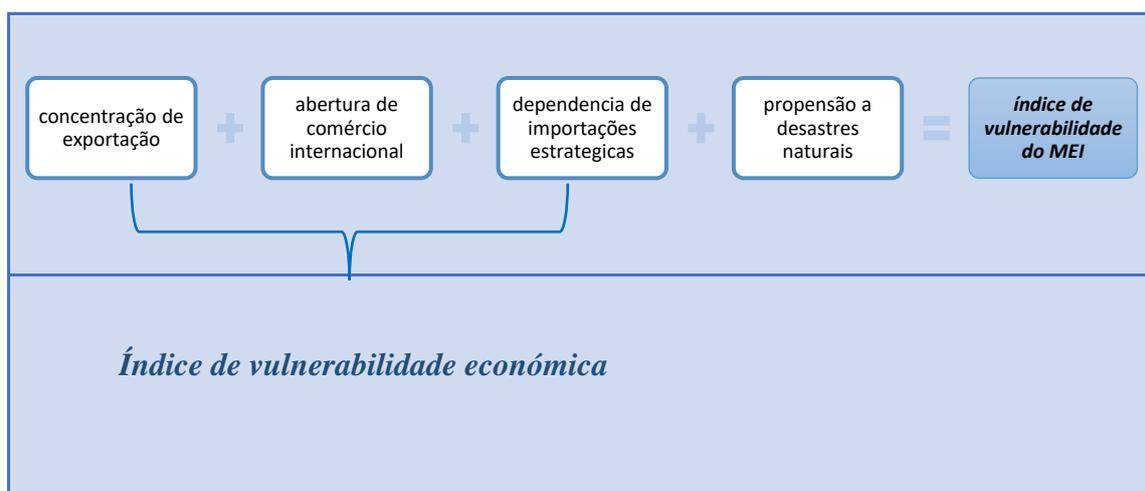
Referimo-nos atrás à existência de vulnerabilidades de carácter quantitativo e qualitativo não negligenciáveis nos MEI. Todavia, como já fora referenciado no Capítulo II, as opiniões sobre a dimensão do impacto económico dessas vulnerabilidades não são

unânimes embora seja cada vez mais consensual a sua existência. Uma quantificação mais realística possível da dimensão das vulnerabilidades em referência, quiçá seja condição indispensável para a construção tentativa de zonas de acomodação respetivas nos MEI.

Com efeito, as dimensões mais ou menos profundas das vulnerabilidades em referência têm suscitado diferentes tentativas dos teóricos de elaborar o Índice de Vulnerabilidade. Porém, o índice mais emblemático parece ser o de Briguglio (Easter, 1999; Atkins, J. et al., 1999).

Recorde-se que, de acordo com o método de Briguglio, o índice de vulnerabilidade é composto por quatro componentes: a abertura de comércio internacional; a concentração de exportação; o nível de dependência de importações estratégicas; e a propensão a desastres naturais, conforme a figura N° 1. O grau de abertura ao exterior através do comércio internacional é medido pela média das exportações e importações de bens e serviços em percentagem do PIB. Por seu turno, o nível de concentração de exportação é calculado como a soma dos três grandes grupos das exportações de bens e serviços que, juntos, têm o maior percentual no total das exportações de bens e serviços. O índice de dependência de importações estratégicas é medido pela soma de importações de bens alimentares e combustível, em percentagem do total de importações de bens. De igual modo, far-se-á uma média dos últimos três anos. No que se refere ao índice de propensão a desastres naturais, o cálculo passa pela medição dos prejuízos económicos em percentagem do PIB.

Figura 1 Índice de vulnerabilidade do MEI de acordo com Briguglio



Fonte: Briguglio, 2014

Qualquer desses índices é medido através de uma média aritmética de três anos, eliminando assim eventuais efeitos de flutuações transitórias para que haja maior solidez no resultado (Briguglio, 2014).

Cada uma das quatro componentes do índice tem um peso de 25%, perfazendo assim os 100%. O autor em referência considera que as quatro componentes têm similar influência sobre o desenvolvimento socioeconómico dos MEI, justificando-se assim um mesmo peso para todos.

De facto, não se trata de um índice perfeito, considerando a notável ausência de alguma abordagem às fragilidades das instituições políticas e fraquezas institucionais. Outro aspeto que parece importante é facto de alguns MEI (como é o caso de São Tomé e Príncipe) padecerem de fragilidades estatísticas, pelo que este indicador não indicará com precisão o grau de vulnerabilidade dos países em estudo. Quando comparado com os resultados da vulnerabilidade de outros países, o resultado pode não parecer muito elucidativo, em alguns casos. Assim, no índice 2009-2011, Luxemburgo e Holanda têm índice de vulnerabilidade económica (IVE) respetivamente 0,463 e 0,370, enquanto São Tomé e Príncipe tem 0,364, conforme espelhado na tabela Nº4, Capítulo II (Briguglio, 2014). A leitura desses EVI, indica que São Tomé e Príncipe é menos vulnerável que aqueles dois países desenvolvidos, o que parece ser, no mínimo, questionável²⁰⁷. De facto, o exposto nos capítulos precedentes parece sugerir grande vulnerabilidade de São Tomé e Príncipe em relação a qualquer componente do IVE, a saber, a abertura de comércio internacional, a concentração de exportação, o nível de dependência de importações estratégicas, e a propensão a desastres naturais. De igual modo, Santa Lúcia e Grenadas têm IVE muito díspares, respetivamente 0,755 e 0,457, apesar da grande proximidade das suas estruturas económicas.

Como referido acima, quiçá a fragilidade das estatísticas nacionais justifique uma parte da incoerência em referência. No entanto, esses exemplos podem indicar para a necessidade de aprimorar a solidez desse indicador de Vulnerabilidade que nos é proposto por Briguglio.

7.2.1. Proposta de Índice de Vulnerabilidade Institucional

²⁰⁷ Como vimos nos Capítulos precedentes, autores consagrados consideram que o desenvolvimento socioeconómico é um ponto sem retorno. Por conseguinte, países desenvolvidos não podem ser muito vulneráveis.

Em linha com a nossa aferição ao longo do estudo, diversos autores sugerem que um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento sustentado nos pequenos Estados, em geral, seja a fragilidade institucional. Bräutigam e Woolcock consideram que entre esses países, os que tiverem

... instituições mais qualificadas [ou seja, mais eficazes] conseguem superar esses riscos e granjear oportunidades de crescimento económico e estabilidade e, logo, o desenvolvimento social. Por essa razão os doadores e demais investidores externos devem dar maior atenção a problemática de qualidade das instituições (Bräutigam & Woolcock 2001, pág. 13).

Na mesma linha de pensamentos, outros autores (Rodrik, 1999; North, 2005; Brown, 2010; Briguglio, 2014) consideram que os aspetos mais gravosos dessa fragilidade são:

- a. A fraca capacidade de mobilização de recursos para o desenvolvimento socioeconómico;
- b. A fraca capacidade de negociação e de implementação de programas macroeconómicos contextualizados à sua especificidade;
- c. A instabilidade política governativa;
- d. O fraco desempenho do setor judicial.

Com efeito, a capacidade institucional do país em geral e das instituições judiciais em especial, influencia tanto os resultados do setor público como privado. Acresce que a micro dimensão populacional impõe uma certa falta de *expertise* para gerir essas instituições, influenciando negativamente a boa governação (Briguglio, 2014). Por conseguinte, o ambiente institucional parece englobar o nível educacional, bem como a funcionalidade da justiça e estabilidade política.

Algumas literaturas consideram que a governação está estreitamente associada às instituições, uma vez que estas são essenciais para fazer respeitar os direitos de propriedade e assegurar a funcionalidade dos sistemas jurídicos/administrativos. Com efeito, o principal argumento é que instituições fracas podem dificultar a gestão económica, social e política eficaz e, conseqüentemente, podem inibir o crescimento económico. A maioria dos estudos sugere uma relação forte e robusta entre qualidade institucional e os resultados do crescimento e do desenvolvimento [...] A relação entre a condição de ilha e a qualidade institucional é significativamente positiva, e que a dimensão do país está negativamente relacionada com a qualidade institucional, sugerindo que estas são responsáveis pelo relativamente melhor desempenho económico de muitos pequenos Estados insulares²⁰⁸ (Briguglio, 2014, pág. 21, 22).

De facto, o crescimento económico é função do ambiente institucional, e, conseqüentemente, da boa governação. Sendo a fragilidade institucional uma vulnerabilidade transversal aos MEI, embora com diferentes ênfases, a submissão dos

²⁰⁸ Tradução da autora.

MEI aos “choques” inerentes à fragilidade institucional, naturalmente influencia os resultados económicos (Baliamoune & McGillivray, 2008). Sendo assim, afigura-se-nos plausível que o IVI contemple esse aspecto, para que, talvez consigamos avaliar melhor as fragilidades que a condição de MEI impõe. Conjeturamos atestar o seu grau de intensidade, apesar de tratar-se de questões de índole essencialmente qualitativa e de difícil quantificação. Para o efeito, sugerimos que se ajuste o IVE, incorporando no indicador os aspetos que meçam as fraquezas institucionais decorrentes da micro dimensão.

Assim, o índice de vulnerabilidade por fragilidade institucional (*IVF*) que propomos abarca as seguintes dimensões de análise:

- a) *Estabilidade governativa*. Nesta dimensão, pretende-se mensurar a previsibilidade e qualidade das emanações legais e normativas, enquanto fator importante da boa governação.
- b) *Qualificação dos recursos humanos*. O nível educacional da população, ou seja, a percentagem de técnicos de formação superior sobre o total da população, é fundamental para assegurar a robustez das instituições. Essa robustez contribui para melhorar a qualidade dos serviços públicos, que também é uma componente da boa governação.
- c) *Eficácia do setor judicial*. A salvaguarda do direito de propriedade, a autoridade do Estado, e a luta contra a corrupção são pressupostos indispensáveis da boa governação (Briguglio, 2014).

O índice de vulnerabilidade por fragilidade institucional (*IVF*), assim constituído, será calculado com fórmula que se segue:

$$IVF = \frac{\sum(E_p + N_e + E_j)}{3} : 100$$

Sendo,

IVF-índice de vulnerabilidade por fragilidade institucional;

E_p- Estabilidade político- governativa;

N_e- Nível de escolaridade;

Ej- Taxa de eficiência do setor judiciário, que corresponde ao *índice Estado de Direito da Heritage Foundation*.

Tabela 22: Ponderação para o cálculo da taxa de Estabilidade político-governativa

Critérios	Governo constitucional	Legislatura e/ou governo sem interrupção	Nenhum membro de governo foi suspenso sem dolo	Pleito eleitoral conforme a constituição	Taxa Estabilidade político-governativa
Ponderação	25	25	25	25	100

Fonte: Proposta da autora

Constituem critérios para a construção da taxa de estabilidade político-governativa a avaliação da interrupção de legislaturas, governos (no seu todo) ou de membros de governo, conforme a tabela N°22.

As componentes da taxa estabilidade político – governativa, medidas anualmente, são cotadas como se segue:

1. Governo constitucional. Cada mês de existência de um governo inconstitucional leva a uma perda de quatro pontos;
2. Legislatura e/ou governo sem interrupção. Qualquer interrupção, sem dolo, leva a uma perda de 24 pontos;
3. Nenhum membro de governo foi suspenso sem dolo. A cada exoneração corresponde uma perda de dois pontos;
4. Pleito eleitoral conforme a constituição. A cada mês de atraso corresponde a perda de um ponto. A cada infração nos pleitos eleitorais corresponde a perda de cinco pontos.

Assim, o Índice de Estabilidade Político-Governativa de São Tomé e Príncipe seria conforme a tabela N°23, que se segue.

Por sua vez, o nível de escolaridade é medido pela percentagem de técnicos de formação superior sobre o total da população. Essas informações são geralmente difundidas pelos respetivos órgãos públicos de produção estatística. Em São Tomé e Príncipe, o Instituto Nacional de Estatística publica com alguma regularidade as estatísticas da educação.

Tabela 23 Proposta de cálculo da taxa de Estabilidade político- governativa

Critérios	Governo constitucional	interrupção de Legislatura e/ou governo sem dolo	exoneração de membro de governo sem dolo	Pleito eleitoral conforme a constituição	Taxa Estabilidade e político-governativa	Índice
ponderação	25	25	25	25	100	
real 2009	25	25	22	25	97	
real 2010	25	25	19	20	89	
real 2011	25	25	23	1	74	
real 2012	25	1	1	25	52	
real 2013	25	25	23	25	98	
real 2014	25	25	25	25	100	
2009-2011	25	25	21.33	15.33	86.67	<u>0.867</u>
2012-2014	25	17	16.33	25.00	83.33	<u>0.833</u>

Fonte: Cálculo da autora

Na construção do índice de eficiência do setor judiciário anual, a literatura sugere diversas alternativas²⁰⁹. Nós optámos por seguir a proposta da conceituada *Heritage Foundation*, que procede à avaliação da proteção que o governo e as leis conferem aos direitos da propriedade privada.

Analisa também a independência do poder judiciário, a existência de corrupção dentro do poder judiciário, a integridade do sistema judicial, entre outros, conforme a tabela no anexo 1.

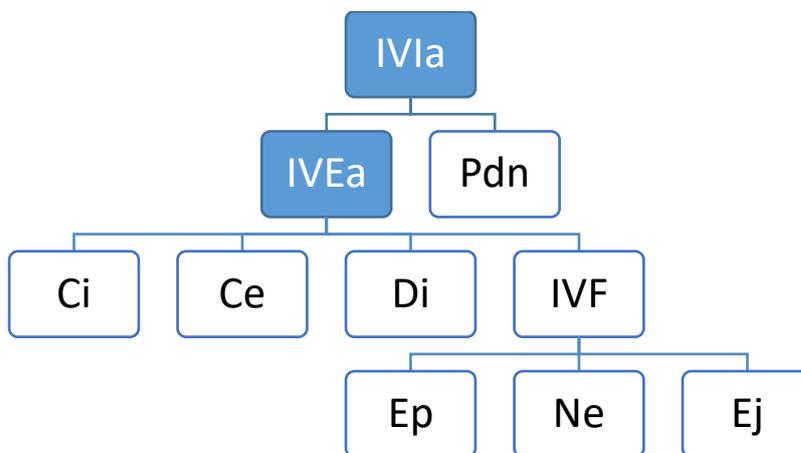
De facto, a saúde da justiça normalmente é medida pelo sentimento que os indivíduos têm sobre como os seus respetivos direitos e propriedades são protegidos pelo Estado. O

²⁰⁹ Veja-se, a título de exemplo, publicações como *Doing Business*, o *World Competitiveness Report*, entre outros.

método sugerido pela *Heritage Foundation* mede o grau dessa proteção, ou seja, como as autoridades cumprem e exigem o cumprimento das leis. A probabilidade de a propriedade privada ser desapropriada depende do nível de cumprimento desses direitos.

Essas garantias são asseguradas pela independência do poder judiciário e qualidade da assessoria jurídica das pessoas coletivas e privadas. Por outro lado, as garantias em referência podem perigar se imperar a corrupção no seio do poder judiciário.

Figura 2: Proposta de estrutura do índice de vulnerabilidade ajustada



Fonte: Proposta da autora

Entretanto, o índice de eficiência do setor judicial englobará informações relativas a um triênio. Em linha com o método de Briguglio, sugerimos o cálculo de uma média aritmética de três anos com vista à eliminação de flutuações transitórias, garantindo assim uma maior solidez no resultado.

Uma vez calculadas as três componentes do índice de vulnerabilidade por fragilidade institucional (IVF), em linha com o nosso método-padrão (o método de Briguglio), calcularemos a média aritmética de três anos com vista à eliminação de flutuações transitórias garantindo assim uma maior solidez no resultado (Briguglio, 2014). No cálculo do IVF, as duas primeiras componentes (estabilidade governativa e nível de escolaridade) terão um peso de 33%, enquanto para a taxa de eficiência do setor judiciário sugerimos um peso ligeiramente superior²¹⁰, 34%, perfazendo assim os 100%.

²¹⁰ Em linha com a preponderância do setor, como exposto ao longo do estudo.

Por conseguinte, o IVF assim calculado será a quarta componente do índice de vulnerabilidade económica ajustado (IVEa), e a quinta componente o índice de vulnerabilidade ajustado (IVIa), conforme a figura que se segue. Considerando a dificuldade de ponderar de forma distinta cada uma das componentes do IVEa, e em linha com o nosso método de referência, nós ponderamos cada uma das componentes do IVEa e IVIa com igual peso.

Tabela 24: Cálculo da taxa de eficiência do setor judiciário

MEI ²¹¹	2014	2015	2016	Taxa de eficiência do setor judiciário (Ej)2014-2016
Barbados	78.95	77.5	77	77.82
Dominica	56.75	59	59	58.25
Kiribati	29.6	29.6	29.6	29.60
Micronésia	30	30	30	30.00
Santa Lúcia	70.3	70.5	70.5	70.43
São Tomé e Príncipe	26.25	33.5	33.5	31.08
São Vicente e Granadinas	65.55	66	68.5	66.68
Seychelles	49.25	52	52.5	51.25
Tonga	24.3	24.3	26.8	25.13

Fonte: Dados da Heritage Foundation e tratamento da autora.

De acordo com essa metodologia, construímos na tabela N°25 (acima) a taxa de eficiência do setor judiciário de alguns MEI, relativa ao período 2014-2016.

No gráfico N°12, que se segue, está patente a representação gráfica da tabela N° 24.

Da sua leitura ficam evidentes as diferenças entre os níveis de eficiência e eficácia do sistema judicial dos MEI.

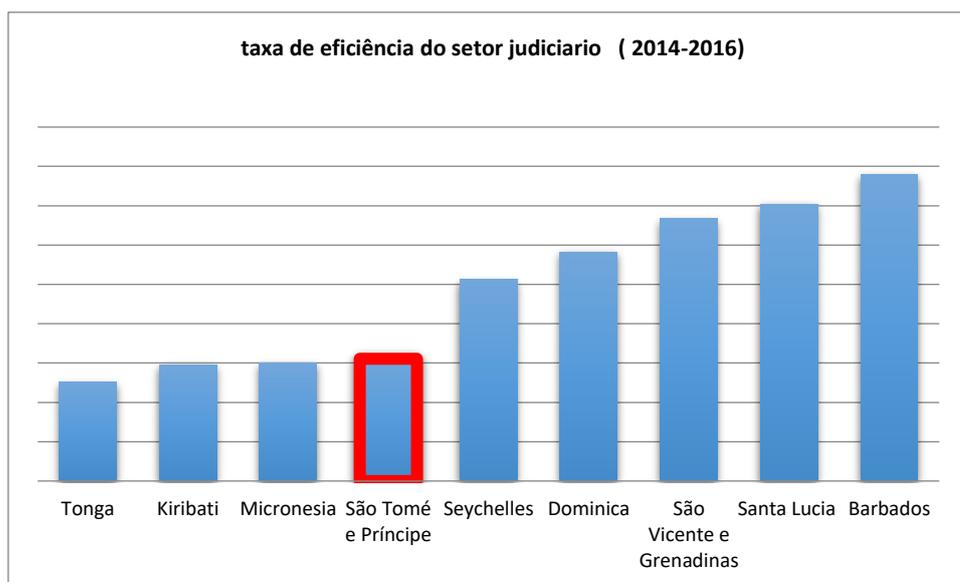
Com efeito, em linha com o seu relativo melhor desempenho económico aferido nos capítulos precedentes, Barbados tem a melhor taxa de desempenho judicial.

²¹¹ Os demais MEI não foram avaliados pelo *Heritage Foundation*.

Em contrapartida, a dimensão da vulnerabilidade do setor judicial são-tomense é relativamente grande, no seio dos MEI. Fica assim, evidente quão pouca é a eficiência do sistema judicial são-tomense mesmo em relação aos demais MEI²¹².

Esta evidência confirma a percepção dos atores das políticas de desenvolvimento nacional, patente no resultado do nosso inquérito.

Gráfico 12: Taxa de eficiência do setor judiciário dos MEI, relativa ao período 2014-2016.



Fonte: Dados da Heritage Foundation e tratamento da autora

Com efeito, foi consensual que o setor judiciário são-tomense é um dos maiores bloqueios ao desenvolvimento do país. Esse resultado configura também a necessidade, e quiçá urgência, de se buscar soluções para essa fraqueza. Por conseguinte, conjecturamos também que essa seja razão bastante para que os programas do FMI para São Tomé e Príncipe coloquem ênfase nos aspetos de boa governação, especialmente no setor judicial.

Por outro lado, a taxa de eficiência do sistema judicial dos MEI Micronésia, Kiribati e Tonga é inferior à de São Tomé e Príncipe. Especificidades histórico-culturais desses países, aflorados no Capítulo II, serão provavelmente, a causa maior da fraqueza do setor judiciário desses MEI.

Por outro lado, a tabela N° 25 espelha o índice de vulnerabilidade económica do MEI São Tomé e Príncipe relativo ao triénio 2009-2011 e 2012- 2014, calculado conforme a

²¹² Também eles vulneráveis.

metodologia supradescrita e apresentada no anexo N°1 e 2. Com efeito, apesar das fragilidades estatísticas que caracterizam o país, a tabela alerta para a gritante fraqueza institucional de São Tomé e Príncipe.

Tabela 25: Índice de vulnerabilidade económica ajustada de São Tomé e Príncipe.

Ano	Abertura de comércio internacional	Concentração de exportações	Dependência de importações	Fragilidade institucional	Índice de Vulnerabilidade e económica	Índice de Vulnerabilidade económica ajustado
2009-2011	0.587	0.369	0.353	0.389	0,436	0,413
2012-2014	0.429	0.375	0.489	0.374	0,431	0,402

Dados de fontes diversas, construção e cálculo da autora.

Nessa ordem de ideias, conjecturamos que o IVEa represente melhor o nível de vulnerabilidade dos países, condizendo com o aferimento feito ao longo do estudo, pelo que, quiçá seja recomendado que os fazedores das políticas dos países o tenham em linha de conta.

7.3.Ancorar o setor Judicial

Cremos ter aferido que o estágio de desenvolvimento económico atual de São Tomé e Príncipe aponta para um provável insucesso dos modelos de desenvolvimento e respetivas políticas públicas de suporte que São Tomé e Príncipe adotou tendo em conta as vulnerabilidades que lhe são características.

7.3.1. A importância do setor judicial para o desenvolvimento

De facto, o insucesso do modelo de pendor socialista (1975-1987) estará associado às insuficiências de gestão na economia centralizada. Por outro lado, a razão para o insucesso no cumprimento do objetivo de desenvolvimento durante a aplicação do modelo (neo) liberal, provavelmente residirá nas insuficiências desse modelo pré-formatado. North (2012) considera que a teoria neoclássica é naturalmente, uma ferramenta inadequada enquanto fundamento para a prescrição de políticas de promoção do desenvolvimento. O modelo económico neoclássico é, na sua essência, estático e com uma precisão matemática. North sugere ainda que os economistas neoclássicos ignoram nas suas análises tanto o papel das instituições, como a dimensão temporal.

Com efeito, decorre da análise que fizemos ao longo do estudo que grande parte desses fatores de insucesso pode ser considerada exógena às autoridades nacionais, dentro das contingências de dependência do FMI.

Porém, também existem os fatores endógenos. O desenvolvimento socioeconómico envolve um conjunto de relações extra e intra-sociedade. Todas as correntes teóricas, incluindo os liberais, defendem que essas relações, que envolvem os agentes económicos, devam ser supervisionadas pelas Instituições do Estado, mesmo que seja somente para exercer controlos e dirimir conflitos, em suma exercer o seu poder - *governance*. A boa governação (*good-governance*), termo instituído pelo BM no início dos anos 1990, como fator indispensável ao desenvolvimento, e que indica a capacidade institucional do Estado, pode ser medido também através do barómetro – justiça (Khan, 2006).

Alguns teóricos do desenvolvimento económico, como Douglass North, Mantzavinos e Shariq (2009) no Novo Institucionalismo consideram que, ao crescimento económico, deve adicionar-se a capacidade institucional para atingir o desenvolvimento económico.

As nações fracassam economicamente devido ao extrativismo de suas instituições. São elas que mantêm os países pobres na pobreza e os impedem de enveredar por um caminho de crescimento económico [...] As diferenças entre esses países são evidentes [...] Apresentam as mais diversas histórias, idiomas e culturas. O que todos têm em comum são as instituições extractivistas, que sejam propícias, para que um país avance ao encontro de instituições mais inclusivas (Acemoglu & Robinson, 2013, pág. 384)

De facto, a dimensão institucional trata da orientação política, a capacidade dos governos de planear, formular e implementar políticas e cumprir funções na administração dos recursos sociais e económicos do país, visando o desenvolvimento (Estêvão, 2004). A boa governação é sinónimo da capacidade institucional do Estado e é a alavanca de qualquer modelo de desenvolvimento. Esse pilar de desenvolvimento é transversal aos poderes executivo e judicial (Feeny & Mark McGillivray, 2010).

Como referido anteriormente, os MEI experimentam especificidades (que afetam a boa governação) decorrentes da sua dimensão geográfica e populacional, mormente a dificuldade de assegurar o desenvolvimento sustentável, face às vulnerabilidades únicas e particulares que enfrentam.

7.3.2. O caso do setor judicial são-tomense

Aferimos ao longo do estudo que a fraca capacidade institucional é uma adversidade que, de uma forma geral, atravessa todos MEI, embora em níveis diferentes.

Os atores de desenvolvimento socioeconómico de São Tomé e Príncipe são unânimes em aferir que o setor da justiça constitui a face mais visível da fragilidade institucional no país. Entretanto, as opiniões dos mesmos divergem sobre o lugar, ou seja, proeminência, causa ou consequência do setor da justiça no âmbito da fragilidade institucional são-tomense.

De facto, em termos legais, estão criadas condições para a boa governação em São Tomé e Príncipe, uma vez que há separação de poderes ao nível dos Órgãos de Soberania²¹³.

Porém, a sua capacidade institucional está aquém do desejado. A inexistência da boa-governação parece visível sobretudo no setor da justiça, deixando o aspeto da responsabilização completamente relegado para segundo plano. Diversos estudos efetuados indicam a fraqueza institucional como fator impeditivo de desenvolvimento socioeconómico no país. Em 1995, num *workshop* sobre o Ambiente Institucional, com os técnicos e responsáveis de todos os setores de atividade nacional, foi concluído que a fraqueza institucional era o principal entrave ao desenvolvimento²¹⁴.

Passados quase quinze anos, em 2009, o Fórum da Justiça reiterou a mesma conclusão - a inaptidão do setor da judicial constitui um fator de bloqueio ao desenvolvimento em São Tomé e Príncipe²¹⁵. O Programa de Reforma do Sector da Justiça, elaborado em 2011, sugere que:

O sector da justiça em São Tomé e Príncipe encontra-se em profunda crise, sendo manifesta a tendência para o seu agravamento e para o alastramento da crise a outros sectores do país. Por outro lado, a situação que se constata ao nível do sistema judiciário constitui um obstáculo à consolidação do estado de Direito e ao progresso e desenvolvimento do país (Programa de Reforma do Sector da Justiça, 2011, pág.4).

Com efeito, a situação da justiça parece cada vez mais adversa, a julgar pelos discursos dos titulares dos órgãos de soberania (o Presidente da República e o Presidente do Supremo Tribunal de Justiça), bem como do Procurador-Geral da República, por ocasião da abertura do Ano Judicial²¹⁶ nos últimos anos.

²¹³ António R. Sousa (2009) considera que a boa governação se fundamenta na separação de poderes dos Órgãos de Soberania.

²¹⁴ Conforme o relatório final do Workshop, 1995.

²¹⁵ Conforme o Relatório do fórum da justiça, 2010.

²¹⁶ Publicado na imprensa nacional, incluindo a STP-Press, disponível em <http://www.stp-press.st/>

De facto, conforme o gráfico N° 12 acima, São Tomé e Príncipe é dos MEI com maior fragilidade no setor judiciário.

A nível internacional também é conhecida a fraqueza institucional do país ao nível da justiça. O relatório da *Heritage Foundation* sobre o índice de liberdade económica relativo a 2016, confirma o *status quo* são-tomense:

O governo executou muitas reformas nos últimos anos, porém um relatório pelo Tribunal de Contas, relativo a 2015 revelou a existência de irregularidades financeiras persistentes entre o sector público. A impunidade e a corrupção generalizadas no seio dos funcionários públicos, fragilizam a luta contra a má gestão dos fundos públicos. Apesar de independentes, os tribunais são frágeis e expostos à influência política. Os direitos de propriedade não são protegidos eficazmente (The Index of Economic Freedom, 2016, pág. 372).

Com efeito, os dados do gráfico N° 14, que se segue, apontam para deterioração da situação da justiça em São Tomé e Príncipe, no que tange a sua capacidade de assegurar o direito de propriedade.

Por outro lado, não obstante as limitações que o indicador PIB *per capita* oferece, mormente na sua amplitude representativa de desenvolvimento socioeconómico, os resultados espelhados na tabela N°26, parecem ilustrar uma acentuada correlação entre o nível de eficiência da justiça e o nível de rendimento *per capita*.

Tabela 26: - Nível de eficiência da justiça e o PIBpc de alguns MEI, referente a 2015.

MEI	Seychelles	Barbados	Santa Lúcia	Dominica	São Vicente e Granadinas	Tonga	Micronésia	Kiribati	São Tomé e Príncipe
EJ	0,53	0,77	0,71	0,59	0,69	0,27	0,30	0,30	0,34
PIB per Capita	\$25 607	\$16 183	\$11 594	\$10 800	\$10 778	\$4 883	\$3 015	\$1 713	\$1.187

Dados do INE de São Tomé e Príncipe e da Heritage Foundation, tratamento da autora.

Para aferir melhor a relação entre essas duas variáveis, elaboramos o diagrama de dispersão sobre dois eixos, ‘x’ (nível de eficiência da justiça) e ‘y’ (PIB per capita) (Onwuegbuzie & Daniel, 1999).

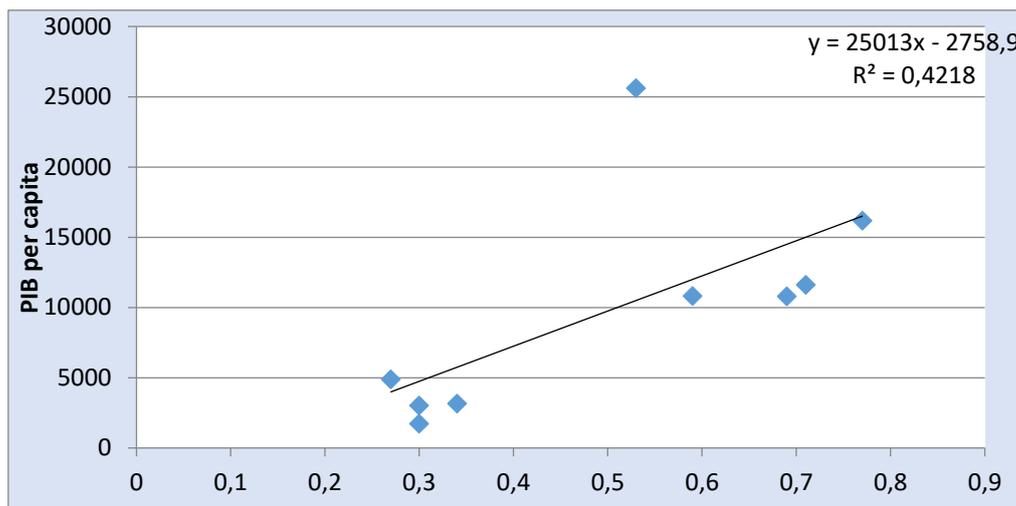
A leitura do gráfico N°13 indica para correlação linear crescente, o que quer dizer que, *ceteris paribus*, quanto maior é o nível de eficiência da justiça, maior é o PIB *per capita*.

No entanto, para complementar a análise gráfica da relação entre as variáveis em referência e eliminar a possibilidade de erro visual na apreciação da intensidade da relação

linear, recorremos a uma medida numérica (Onwuegbuzie & Daniel, 1999; Figueiredo Filho & Junior, 2010).

Como recomendado para casos similares (Pestana & Gageiro, 2003; Figueiredo Filho & Junior, 2010), determinaremos o coeficiente de correlação linear de Pearson (r) para confirmar quão forte é a correlação²¹⁷.

Gráfico 13: Diagrama de dispersão sobre o nível de eficiência da justiça e o PIB *per Capita* dos MEI



Dados do INE de São Tomé e Príncipe e da Heritage Foundation, tratamento da autora.

A literatura concernente aponta para diversas variantes de fórmulas, entre as quais:

$$r = \frac{1}{n-1} \sum_{i=1}^n \frac{(X_i - \bar{X})}{S_x} / \frac{(Y_i - \bar{Y})}{S_y}$$

Fonte: Figueiredo Filho & Júnior, 2010, pág. 118

Nós recorremos aos cálculos correspondentes, por intermédio de uma folha de cálculo, neste caso, o Excel. O “r” assim calculado é de 0.649443.

Os autores não são unânimes sobre a interpretação da magnitude dos coeficientes. Alguns consideram o valor superior a 0,60 de forte correlação e outros consideram-no moderado (Onwuegbuzie & Daniel, 1999; Figueiredo Filho & Júnior, 2010). Seja como for, o coeficiente 0.649443 indica que há uma correlação não negligenciável.

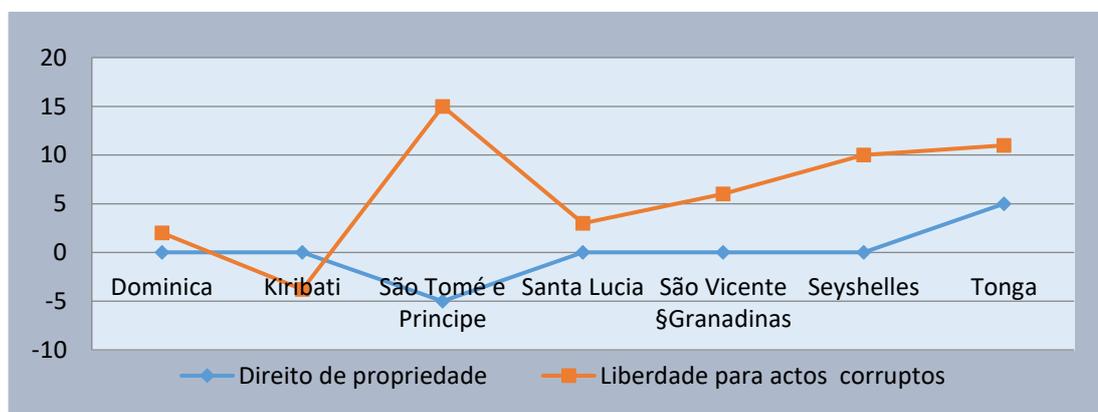
Considerando que o diagrama de dispersão obtido sugere uma relação linear, propusemo-nos representar o padrão de dispersão por uma reta de acordo com o método

²¹⁷ A literatura concernente aponta para diversas variantes de fórmulas. Nós recorremos ao cálculo do Excel.

dos mínimos quadrados, para ajustar a reta de regressão ao conjunto de pontos do diagrama (Onwuegbuzie & Daniel, (1999). Usamos para o efeito as funções concernentes disponíveis na folha de cálculo utilizada. A reta de regressão assim construída (gráfico N°13), descreve como a variável dependente “y” (PIB *per capita*) varia em relação à variável explanatória (o nível de eficiência da justiça). O correspondente coeficiente de determinação $R^2 = 0.4218$ enuncia que a variação do PIBpc pode ser explicada em 42% pelo nível de eficiência da justiça. Os dados das Seychelles são os únicos que desalinham um pouco do eixo.

Por conseguinte, trata-se de mais uma confirmação de que o desenvolvimento socioeconómico não é possível sem um sistema judicial funcional.

Gráfico 14: Eficiência da justiça dos MEI 2009-2016



Fonte: Dados da Heritage Foundation, cálculo da autora

Em suma, todos os setores da sociedade são-tomense, e não só, parecem estar conscientes desse obstáculo, bem como da necessidade de uma profunda reforma do setor judicial.

Entretanto, e apesar dos esforços empreendidos, os resultados são parcos. Stephenson (2007), sugere três prováveis justificações para o efeito:

1. A escassez de recursos. A melhoria da capacidade e da qualidade do sistema judicial exige recursos materiais e humanos que são escassos nas economias em desenvolvimento.
2. Compatibilização dos interesses das partes. Com efeito, o desenvolvimento depende da determinação dos oficiais da justiça, bem como das partes afetadas

em julgar de conformidade com os requisitos legais e respeitar as decisões judiciais, respetivamente.

3. Os países em desenvolvimento têm dificuldades em equacionar e solucionar a globalidade dos problemas do sistema judicial. Ao invés disso, procuraram resolver alguns aspetos, adiando o tratamento dos demais aspetos, o que pode agravar a situação geral do sistema (Stephenson, 2007).

7.3.2. A construção de uma âncora judicial

Um artigo do Centro de Estudos dos Pequenos Estados da Universidade da Islândia, referindo-se às fragilidades dos Microestados, sugere que estes Estados soberanos devam, quiçá, delegar certos atributos da respetiva soberania para potências maiores em troca de proteção benigna que os possa viabilizar política e economicamente. O estudo sugere que essa possibilidade e oportunidade de ancoragem, entendida como proteção, seja um *status* único desses Estados (não estendível aos pares de maior dimensão) e advém da sua real ou relativa pequenez (Dumienski, 2014).

Na verdade, essa ancoragem parece ser bastante evidente no setor judicial e bastante comum nos Pequenos Estados da Europa.

No Mónaco²¹⁸, o quadro legal é, em grande parte, inspirado na legislação francesa. Assim ditaram as afinidades históricas e privilegiadas das relações entre os dois países. De igual modo, o sistema judicial monegasco recorre aos quadros franceses (magistrados²¹⁹) para o preenchimento de vagas de magistrados (Ministère de la Justice, 2011; Horbach, 2013; Monaco, 2016).

Em Andorra, a situação judicial também é especial. Devido a escassez de capacidades e competências, e considerando a proximidade histórica, a função judicial é exercida por magistrados espanhóis e franceses, em caráter rotativo, por períodos limitados (Luchaire²²⁰, 2000; Varella, 2013).

À semelhança dos demais microestados europeus, o Liechtenstein tem o sistema judicial baseado na legislação dos países vizinhos com os quais partilha um passado

²¹⁸ Onde até meados do século XX, a justiça se fazia, basicamente, com o quadro legal francês.

²¹⁹ Em 2011 foram destacados 17 magistrados franceses em Mónaco (Ministère de la Justice, 2011).

²²⁰ François Luchaire foi ex-membro do Conselho Constitucional francês e também ex-membro do Tribunal Constitucional de Andorra.

comum e com os quais tem estreita ligação – a Suíça e a Áustria. A particularidade do sistema judicial do Liechtenstein é que alguns setores estão sob uma jurisdição mista com juízes locais, mas também da Suíça e Áustria (Advocatur Seeger Frick & Partner AG, 2013 Lawyers Liechtenstein, 2016).

Os MEI do Pacífico estão em linha com essa realidade dos microestados europeus. Com efeito, em Tonga, apesar de fortes tradições de julgamentos tradicionais, o Tribunal de Recurso é composto por juízes de outros países da Commonwealth. Em Tuvalu, o Tribunal de Recurso funciona no Conselho Privado do Reino Unido (Commonwealth Governance, 2016).

Os MEI das Caraíbas também não fogem a essa regra de ancoragem. Nas Caraíbas, até 2005, o Tribunal de Recurso de Barbados funcionava no Conselho Privado do Reino Unido. A partir daquela data, o Tribunal de Justiça de Caraíbas tornou-se a corte final de apelação, substituindo o Conselho Privado do Reino Unido.

Nos demais MEI das Caraíbas, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, São Cristóvão e Névis e Antígua & Barbuda, membros da Coroa Britânica, o responsável pela administração da justiça é o Supremo Tribunal das Caraíbas Orientais, como referido no capítulo II (Commonwealth Governance, 2016).

Por conseguinte, a âncora judicial parece jogar um papel importante na credibilidade externa dos MEI em referência. O exemplo dos países referidos parece provar de que a delegação de alguns poderes no setor da justiça pode facilitar o desenvolvimento socioeconómico (Horbach, 2013; Adler-Nissen, 2017; Briguglio, 2017).

De facto, os dados das tabelas apresentadas no ponto anterior e alguma sustentação teórica de estudiosos desta matéria parecem confirmar a realidade supradescrita. Com efeito, apesar da limitação dos recursos materiais e humanos, alguns MEI têm um sistema judicial funcional, ou seja, relativamente eficiente, assegurando assim o que constitui um significativo estímulo rumo ao seu desenvolvimento. Para o efeito, quase todos tiveram que recorrer à ajuda externa para amparar a sua ordem jurídica (Horbach, 2013).

Os microestados necessitam, muitas vezes, transferir funções essenciais e diretamente vinculadas ao seu poder soberano ao auxílio externo. Moldam a sua soberania contando com o auxílio de nações vizinhas. Com arranjos que incluem participação de estrangeiros em seus

Tribunais Constitucionais, firmam a jurisdição constitucional como importante meio de proteção dos direitos e garantias constitucionais nacionais (Horbach, 2013, pág. 4).

Assim, a maioria dos MEI, por questão de praticidade e de necessidade, têm alicerces diversos em países vizinhos, com os quais têm ligações históricas e culturais, dos quais recebem apoios em áreas substanciais da sua soberania, como a defesa e a área judicial.

Padecendo o microestado insular São Tomé e Príncipe de recursos financeiros e humanos quantitativamente limitados, o que fragiliza a sua capacidade institucional, quicá o país devesse seguir a mesma regra.

Essa conjectura está em linha com as propostas de uma parte dos nossos inquiridos. Com efeito, como referido anteriormente, uma parte considerável dos inquiridos no âmbito do presente estudo (sobretudo os que não estão profissionalmente ligados ao setor judicial) corrobora a possibilidade de ancoragem do sistema judicial são-tomense, como referido no capítulo precedente.

Assim, indagado sobre - *Seria profícuo ancorar o setor judiciário são-tomense à uma instituição internacional? Porquê?* - o inquerido ESE33 considera que:

O sistema judicial são-tomense é penoso e imprevisível. Isso faz aumentar o custo de transação das empresas. A grande dimensão desse custo chega a ser mais prejudicial para o país do que a instabilidade política (ESE33).

Em sintonia com o pensamento do inquerido ESE33, o ESE35 acha que:

Em São e Príncipe somos todos parentes. Em quase todos casos os juízes deviam declara-se impedidos, mas não o fazem. Se nós nos consciencializássemos dessa situação, podia-se adequar a Constituição para o permitir. Acho que seria uma boa ideia (ESE35)

O inquerido ESE40 vai mais além:

Sinceramente, eu não vejo outra saída para o nosso país. Eu até iria mais longe do que a simples ancoragem judicial. Nós precisamos ter a mente aberta, se quisermos que o país saia do imbróglío em que está. Mas esse assunto é tabu! Nós preferimos morrer orgulhosamente sós (ESE40)

No entanto, entre os inquiridos muitos temem a perda de alguma soberania a ela (ancoragem) subjacente. Por isso, esses inquiridos refutaram a possibilidade de âncora judicial. Como abordado no Capítulo VI alguns atores do desenvolvimento socioeconómico (sobretudo os que atuam no setor judicial) refutam a ideia de se procurar um “porto seguro” para esse importante pilar do Estado. Mesmo cientes de que esta pode ser uma eventual solução transitória, o inquerido ESE42, por exemplo, é perentório -

Não faz sentido uma ancoragem da justiça. Não se pode abdicar da soberania (ESE42).

Todavia, e sem a veleidade de querer entrar em matéria de direito a nós vetada, recorremos a um artigo referente a apresentação no Colóquio de Ética, Filosofia Política e Direito em 2016:

[...] o que deve ser considerado, tanto na análise da adoção de uma opinião a favor da manutenção da soberania a qualquer custo, como da sua inevitável extinção, que, no mais das vezes, seria acompanhada pela supressão do Estado, é: qual dos conceitos da soberania está sendo discutido, o histórico ou o dogmático? Ora, é possível concluir que a crise conceitual estatal em debate se refere à aceção dogmática da soberania, proveniente do discurso ideológico e governamental de cunho nacionalista, que coloca a soberania em uma situação de intangibilidade e imutabilidade [...]. Adotar o conceito da soberania histórica em prejuízo da dogmática significa admitir que ela possa ser reformulada com e através do tempo. Isso porque a soberania em seu sentido histórico permite reformulações e adaptações, exatamente porque é histórica e resultado do tempo e das transformações estatais (Gonçalves & Meneghetti, 2016, pág. 14,15).

De igual modo, o estudo do Dumienki (2014) considera que a soberania, no atual contexto da globalização, seja de facto, um conceito anacrónico e praticamente sem sentido. Por conseguinte, o autor sugere que, em rigor, um Estado não precisa de ser soberano, se se entender a soberania no seu conceito tradicional e dogmático.

Ainda sobre o receio de uma eventual perda de soberania, apraz-nos recorrer ensinamentos de Keohana e Nye (2000) onde os mesmos concluem que, com a globalização a interdependência entre os países é cada vez maior, elevando a âncora da governança internacional.

Na mesma linha de pensamentos, o constitucionalista Jorge Miranda (2000) argumenta que, dadas as circunstâncias da ordem internacional da atualidade, em que a globalização e a regionalização do Direito Internacional levam a diminuições crescentes da soberania na ordem económica, a soberania judicial também não é completa.

O princípio da soberania está a par de outros princípios, mais do que qualquer ideia de intangibilidade da soberania, do poder próprio de cada Estado. O essencial é garantir a igualdade dos Estados, um em relação aos outros. A soberania hoje significa essencialmente que os Estados são iguais e não que os Estados excluem qualquer poder proveniente da ordem jurídica internacional (Miranda, 2000, pág. 23).

Em suma, o conceito de soberania sofreu ao longo dos tempos uma evolução dialética. Por conseguinte, no contexto atual de interdependência global, quiçá se imponha também alguma revisão dos limites da soberania jurídica, flexibilizando-os conforme as exigências do desenvolvimento socioeconómico (Souza, 2013; Blevin, 2015).

Esse ponto de vista é defendido por vários autores, argumentando que o conceito de soberania pode ser revisto em virtude de um cenário de integração do país em blocos regionais ou em face de acordos especiais com organismos internacionais para a

promoção do desenvolvimento económico. Por outro lado, a perda de algum aspeto da soberania do Estado, por razões nobres, não significa o enfraquecimento da democracia nem do Estado de Direito, mas sim o contrário (Guimezanes, 2013; Souza, 2013).

Com efeito, a soberania nacional não deve colidir com a necessidade de melhoria do bem-estar social da população, mas sim interagir em harmonia com o ordenamento jurídico interno, preservando assim identidade nacional (Souza, 2013; Blevin, 2015). A adesão dos Estados, no exercício do seu poder soberano aos Estatutos do FMI, parece estar também nesse contexto. Como abordado acima, a maior parte dos membros do FMI sofre influência ou mesmo pressão dos seus pares mais fortes, o que (ainda que implicitamente) pode ser considerado uma violação ou limitação de soberania dos Estados. Por conseguinte, os Estados soberanamente abdicam de uma parte da sua soberania em prol de interesses maiores do país, podendo, no uso dessa mesma soberania, denunciar o acordo quando assim o entenderem (Guimezanes, 2013). Tal é o caso de São Tomé e Príncipe, que, através de diversos programas assinados com o FMI, fez uma parcial e temporária cessão da soberania ao mesmo. Esse compromisso impede o país de assumir compromissos ou decisões de âmbito económico, e sobretudo macroeconómico, que não sejam subscritos pelo FMI. Com efeito, ao longo dos anos, ficou demonstrada a descontextualização dos programas do FMI, e a sua consequente ineficácia face aos objetivos iniciais programados. No entanto, São Tomé e Príncipe foi sempre recorrendo ao FMI, num círculo vicioso, basicamente, por ausência de outras alternativas devidamente equacionadas e credíveis.

De igual modo, diversos países, que experimentem algumas dificuldades na manutenção da sua política cambial à altura dos objetivos económicos a que os mesmos se propuseram, estabelecem âncoras nominais com países (ou instituições como FMI e UE) cuja moeda é estável. A âncora nominal estreita a liberdade do país em outros aspetos, como a política monetária ou fiscal.

Por outro lado, vale a pena realçar que, muitos assuntos contratuais que deviam ser resolvidos no âmbito da jurisdição são-tomense, já são remetidos, contratualmente, às outras jurisdições. Os grandes contratos assinados entre o Estado e entidades privadas estrangeiras, têm Cláusulas que remetem a resolução de eventuais conflitos ou litígios emergentes à conciliação e arbitragem da Câmara de Comércio Internacional, Tribunal Arbitral de Haia e outros tribunais, enquanto os contratos celebrados com outros Estados

remetem a resolução de eventuais conflitos à jurisdição daqueles Estados, numa manifesta desconfiança do sistema judicial são-tomense.

Como exemplos disso, segue-se um fragmento do acordo de 12 de fevereiro de 2001 entre STP e PGS Exploration (UK) Limited para a prestação de serviços sísmicos:

Lei aplicável. Disputas: 28.1. Este Acordo será regulado e redigido de acordo com as leis da Inglaterra e as partes aqui acordam por este meio, submeter-se à jurisdição não-exclusiva dos tribunais Ingleses para efeitos de qualquer resolução interlocutória ou jurídica [...] 28.3. No caso de não ser possível chegar a um acordo amigável, todas as disputas, controvérsias ou reclamações resultantes ou relacionadas com este Acordo serão conclusivamente resolvidas por arbitragem em Londres nos termos dos Regulamentos de Conciliação e Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional por três mediadores, tendo cada parte o direito de nomear um mediador (GRIP, 2001, pág. 28).

E parecendo provar que o problema não se põe na fragilidade das nossas disposições legais, mas sim na sua operacionalização (ou seja fragilidade, ou a falta de credibilidade das instituições), no Contrato de partilha de produção assinado a 08 de agosto de 2014 entre a São Tomé e Príncipe representado pela ANP/STP e a ERHC ENERGY, LDA relativo ao Bloco nº 11 da ZEE, também disponível no GRIP, as partes acordam que:

Conciliação e arbitragem. 25.5 Sede e Idioma da Arbitragem.

A sede da arbitragem será em Lisboa, Portugal, e a lei substantiva aplicável ao mérito da arbitragem será a lei São-tomense, que também se aplicará à cláusula arbitral. Os idiomas do processo arbitral, e de todos os despachos, decisões e do acórdão, serão o português e o inglês (GRIPE, 2014, pág. 38-39).

Esses contratos revelam a existência de alguma ancoragem judicial são-tomense, *de facto*.

Com efeito, a ancoragem da justiça numa instituição internacional aumenta a credibilidade externa do país, o que provavelmente pode servir de catalisador para o desenvolvimento socioeconómico do país. Uma tal âncora pode ser difícil de se concretizar, por hipoteticamente estreitar a liberdade do país em alguns aspetos. No entanto, não partilhando o *modus faciendi* de Maquiavel, somos tentados a subscrever a sua conjectura segundo a qual as ações que sejam primordiais para a sobrevivência dos países são autojustificadas (Machiavelli, Bondanella & Viroli, 2008). Por outro lado, a globalização em si própria já comporta uma certa perda de soberania nacional, se tivermos em conta os padrões tradicionais, pelo que, na construção das estratégias geoeconómicas, esse fator não deve constituir melindres (Lorot, 2009).

Porém, parece-nos que a análise custo-benefício tende para que se opte por essa alternativa. Com a ocorrência desta proposta, conjecturamos que se possa viabilizar a adoção de uma justiça que permita a melhor proteção dos direitos de propriedade, da luta contra a corrupção, e não-responsabilização. De igual modo, essa opção pode criar bases para uma melhor interação com os investidores estrangeiros e fortalecer as capacidades nacionais para a negociação de melhores acordos, o que parece ser importante para a formulação e implementação de políticas económicas e sociais (Bräutigam and Woolcock, 2001).

Contudo, a abordagem dos contornos da presente proposta de ancoragem carece de um aprofundamento da matéria suscitada no âmbito de Direito, não cabendo, por conseguinte, no âmbito do nosso estudo.

7.4.A construção da zona de acomodação geoeconómica

Testámos, ao longo do nosso estudo, que os MEI são caracterizados por muitas vulnerabilidades, detendo, em geral, um fraco poder geopolítico.

No entanto, esses países podem minimizar as vulnerabilidades e contornar os interesses dos países hegemónicos, usando estratégias acertadas na economia política internacional, ou seja, construindo a sua zona de acomodação geoeconómica. Essa construção deve passar por ações acertadas no sentido de tirar vantagens económicas da sua localização geográfica estratégica (Baldacchino, 2014).

As vantagens económicas podem ser de ordem diversa. Com efeito, existem outras áreas que alguns MEI têm explorado com algum sucesso, para além dos já tradicionais serviços turísticos ou financeiros. Baldacchino (2014) sugere, entre outras possibilidades: a exploração de estações de reabastecimento; a concessão de licenças de pesca ou de registos de transportes aéreos e marítimos; a concessão de domínios de internet e outros meios de comunicação; instalação de centros de testes científicos; a concessão de regimes de impostos baixos (zonas francas). Estes constituem apenas alguns exemplos de serviços de âmbito geoeconómico em que os MEI têm vantagem comparativa potencial. Muitos desses serviços podem nem sequer ocupar espaços físicos (Baldacchino, 2014).

Entretanto, as limitadas capacidades administrativas e falta de experiência que caracteriza os MEI deve levá-los a fazer escolhas, selecionando áreas prioritárias que preservem os interesses nacionais. Aliás, alguns autores consideram que pequenos Estados têm naturalmente menos interesses nacionais específicos, sendo por isso, naturalmente mais eficazes nas escolhas (Svetličič and Cerjak, 2015).

A geoeconomia, numa perspectiva de liberalismo e neoliberalismo, argumenta que o poder é relativo e que quiçá a prosperidade económica prevaleça sobre outros aspetos da soberania dos Estados (Nye, J., & Donahue, J. 2000).

Fazendo jus a este argumento de Donahue e Nye, o professor universitário José Hage sugere que:

Os países industrializados não separam a atividade económica do mercado internacional do viés estratégico que o assunto comporta. No pensamento geopolítico a função primeira do poder público de um país periférico, mas com vontade nacional, é trabalhar o máximo possível os elementos domésticos que, atuando sob projeto coerente, buscam posição de relevância na vida interestatal. Em outras palavras, o Estado procura construir poder para ser reconhecido como ente possuidor de poder suficiente para suportar conflitos e disputas por recursos económicos e meios políticos valorizados pelas grandes potências (Hage, 2014, pág. 33).

É esta linha de Economia Política Internacional que parece estar a ser seguida por vários MEI. Com efeito, sentindo-se incapazes de caminhar sozinhos em alguns setores do Estado, constituíram os seus vizinhos e, ou antigas potências coloniais como seus protetores (sua âncora). Assim buscam e constroem *zonas de acomodação geoeconómica*. Essa ancoragem passa pelo estabelecimento de parcerias especiais com um Estado mais forte, pela integração em comunidades regionais, pela participação em comunidades monetárias, entre outras, com o intuito de minimizar os efeitos da insularidade, mormente os seus impactos económicos (Dehoorne, 2014).

Os MEI dispõem de muito limitadas fontes de poder, tais como capacidade institucional, capacidade organizacional e a capacidade de fazer cumprir (Moreira, 2014). Com exíguas fontes de poder, os MEI não têm capacidade de coerção – *hard power*, restando-lhes fazer bom uso da habilidade de negociar que é característica dos pequenos Estados (Baillie, 1999), ou seja, a sua capacidade de empatia e de influenciar indiretamente o comportamento ou interesses dos outros (*soft power*), para conseguir esse intento (Keohane & Nye, 1998). Em suma, a geoeconomia através do *soft power*, usando o instrumento diplomacia multivetorial, parece mais compatível para os MEI. Essa tem sido uma das formas de promoção dos seus interesses nas relações internacionais.

Dehoorne sugere que a estratégia deve passar pela construção de condições de competitividade através de uma especialização inteligente, diferenciada, e utilizando habilidosamente as especificidades do espaço territorial do MEI. Essa acomodação no mundo global deve ser oportunista, para encontrar o seu nicho de mercado competitivo (Dehoorne, 2014).

No caso concreto de São Tomé e Príncipe, essa necessidade parece evidente. Tendo exíguos recursos financeiros e humanos, parece judicioso que São Tomé e Príncipe não os deva dispersar, mas sim canalizá-los para setores específicos.

Aliás, a posição estratégica de São Tomé e Príncipe já foi ao longo dos séculos usada para benefícios económicos. A instalação dos *Piratas Holandeses*, que nos finais do século XVI fizeram de São Tomé a sua sede, é um desses exemplos (Neves, 1989).

Efetivamente, há cerca de duas décadas que São Tomé e Príncipe tem vivido a ilusão de pertencer ao “mundo do petróleo”. Finalmente, parece que a geoeconomia do petróleo está posta de parte e começa-se a idealizar outras hipóteses, tais como a prestação de serviços, que tem sido ultimamente propalado nos documentos governamentais e do FMI, sem, no entanto, precisar uma área concreta.

Com efeito, na construção da acomodação geoeconómica do MEI em referência, deve-se ter em conta que São Tomé e Príncipe é o único país insular do sul do Atlântico. Além disso, apesar da instabilidade política que o país tem vivido desde o início da democracia pluralista, São Tomé e Príncipe é dos países mais pacíficos e seguros da África subsaariana (Pham, 2014). Parece exequível a valorização deste aspeto na geoestratégia nacional, com vista a desempenhar um papel mais importante na região. Por conseguinte, as sinergias económicas (melhoria da situação fiscal e externa) seriam depois fruto dessa condição “país seguro”, com justiça segura. Este quiçá seja um dos nichos de oportunidades que o país poderá explorar (Dehoorne, 2014).

Nesta linha de pensamentos, a acomodação geoeconómica de São Tomé e Príncipe podia passar pela construção da imagem do país para se oferecer como albergue (sede ou filial) de instituições internacionais. Enquanto país mais estável na região, e geograficamente muito bem situado, quiçá com estratégias acertadas, não seja de todo inexequível albergar uma delegação do Tribunal internacional ou mesmo constituir um porto seguro para a sede do BAD.

Desta feita, São Tomé e Príncipe teria de recorrer ao *soft power* proposto pelo neoliberalismo, usando o instrumento da diplomacia, nos seus aspetos de flexibilidade, mediação, habilidade para compromissos, e neutralidade para convencer os parceiros multilaterais a se sediarem no país.

Por outro lado, a presença de uma instituição multilateral, que, em princípio, será portadora de maior segurança em relação aos acordos bilaterais, quiçá potencie o poder de São Tomé e Príncipe na geoeconomia global. Sendo assim, São Tomé e Príncipe passaria a ter relativamente maior importância geoestratégica para os membros hegemónicos do FMI. E, em linha com a nossa abordagem no capítulo IV, essa proximidade política com os países em referência pode, eventualmente, constituir outra alavanca geoeconómica para São Tomé e Príncipe, na medida em que as condicionalidades de concessão de empréstimos ao país podem ser mais brandas (Andersen *et al.*, 2005; Kilby, 2009; Dreher & Jensen, 2007; Dreher, Sturm & Vreeland, 2015).

Em suma, acreditamos ter aferido, que São Tomé e Príncipe pode fazer uso da sua condição geográfica e política para construir uma melhor acomodação no FMI que permita que as políticas macroeconómicas possam sustentar o desenvolvimento socioeconómico.

7.5.Considerações Finais

Acemoglu e Robinson (2013) no seu livro “Porque os Estados falham”, considera que não obstante o círculo vicioso que se observa na qualidade das instituições dos países malsucedidos económica e socialmente, é possível melhora-las, desde que haja uma confluência de fatores (a capacidade crítica da sociedade aliada a ampla coligação) que pressionem para busca de novas alternativas (Acemoglu & Robinson, 2013).

Assim, na sequência do aferido sobre a fraca capacidade institucional característica dos MEI que advém das suas vulnerabilidades, propusemo-nos no presente Capítulo abordar alguns aspetos de *acomodação* necessária para o desenvolvimento socioeconómico do MEI São Tomé e Príncipe a despeito das políticas macroeconómicas do FMI.

Com efeito, tratamos de propor pequenas alterações ao que parece ser atualmente o índice de vulnerabilidade mais consensual – o IVE construído por Briguglio. Nele introduzimos o aspeto Capacidade Institucional, conjeturamos o IVE a que parece representar melhor o nível de vulnerabilidade dos MEI.

Ao longo do Capítulo, retomámos a abordagem de um aspeto específico da fragilidade institucional - o setor judicial. Nela concluímos que, quiçá este seja o aspeto mais gritante da fragilidade institucional em São Tomé e Príncipe, decorrendo daí a nossa proposta de se estudar uma possível ancoragem desse setor.

De igual modo sugerimos algumas pistas para a construção de zona de acomodação geoeconómica para São Tomé e Príncipe, usando, também, a sua condição geográfica assim como o pacifismo característico desta população como linhas de força.

CAPÍTULO VIII – CONSIDERAÇÕES FINAIS

8.1 Nota Introdutória

A condição de insularidade e micro dimensão dos MEI é agravada pelas diversas vulnerabilidades internas e externas, que lhes são características e que podem constituir obstáculo ao seu desenvolvimento socioeconómico. Essa condição motivou o nosso estudo que designamos por “*Aplicação de políticas macroeconómicas em Microestados insulares - o caso de São Tomé e Príncipe*”. No decurso do estudo, procurámos alcançar o objetivo central, que consiste em verificar se as políticas macroeconómicas uniformizadas podem ser aplicadas em todas as economias, indiferentemente da sua dimensão e insularidade. Visando a concretização deste objetivo central, percorremos os objetivos específicos inicialmente estabelecidos, testando as nossas duas hipóteses, a saber: (i). Os fundamentos políticos que sustentam a organização funcional do FMI condicionam a calibragem de políticas macroeconómicas, dadas as especificidades da economia dos MEI; (ii) A aplicação das políticas macroeconómicas padronizadas nos MEI tem consequências negativas para o desenvolvimento socioeconómico do país em causa.

Tendo percorrido, ao logo dos capítulos precedentes, os objetivos específicos do estudo, neste último Capítulo referiremos sobre os limites do estudo, demonstraremos algumas conclusões, resumiremos algumas pistas (abordadas no Capítulo precedente) em resposta às nossas preocupações iniciais e apresentaremos algumas sugestões para trabalhos futuros.

8.2 Conclusões da Investigação

Ao longo do estudo em apreço, concluímos que o desempenho macroeconómico dos MEI é afetado pelas vulnerabilidades e constrangimentos de ordem diversa. Aferimos também que esses condicionalismos e extrema exiguidade de mercado dos MEI são bastante evidentes particularmente em São Tomé e Príncipe. No entanto, pareceu-nos ter ficado demonstrado que os programas do FMI, de certo modo, ignoraram essa realidade.

A função primeira do FMI é ajudar os seus membros a corrigir os desequilíbrios da conta corrente e fiscal, bem como manter um nível razoável de reservas externas. Para o efeito, o FMI parece oferecer programas económicos universais para todo e qualquer país, sem ter em conta a capacidade funcional dos mercados locais (Mantzavinos, North & Shariq, 2009).

São Tomé e Príncipe implementou programas sucessivos de estabilização económica sugeridos pelo FMI, durante cerca de três décadas. Nos primeiros programas (na década 1980) o FMI delineou uma “terapia de choque”, com o conjeturado objetivo de atingir uma rápida e definitiva estabilização da conta corrente. Para isso a receita era contração fiscal, desvalorização da moeda e a contração da oferta monetária, no intuito de reduzir a inflação e aumentar as reservas externas, e recuperar a estabilidade da conta corrente. De facto, nem este, nem os programas subsequentes do FMI para São Tomé e Príncipe, parecem ter conseguido potenciar o desenvolvimento socioeconómico deste MEI. A fixação de objetivos fiscais semelhante aos dos países desenvolvidos e ou de maior dimensão, impede os outros países como São Tomé e Príncipe de empregar ajudas financeiras eventualmente disponíveis para minimização de problemas sociais graves no domínio da saúde e educação, o que não facilita a ascensão aos níveis de competitividade externa próxima dos demais países membros do FMI.

Com efeito, o histórico das recomendações de medidas de políticas desses programas aparentemente ignora as especificidades económicas e políticas do país. Decorre da nossa análise ao logo do estudo, que as medidas propostas e consideradas pelo FMI como fundamentais para a estabilização macroeconómica, e posterior relançamento da economia, terão catalisado a contração da procura agregada, particularmente o consumo privado. Tal atitude terá condicionado os resultados do país no que diz respeito ao desenvolvimento económico e social, como parece ter sido provado ao longo do presente estudo. A nossa conclusão baseia-se no facto de, embora São Tomé e Príncipe tenha cumprido a maior parte das medidas de política recomendadas ao país, grande parte dos objetivos de estabilização definidos, ou seja, os objetivos dos programas, continuam por cumprir. Assim, cremos ter testado positivamente a nossa hipótese de partida, segundo a qual “a aplicação das políticas macroeconómicas padronizadas nos MEI tem consequências negativas para o desenvolvimento socioeconómico do país em causa”.

Contudo, as circunstâncias históricas, a situação geográfica, e quiçá a especificidade da estrutura Político-constitucional, e fraca capacidade institucional fizeram de São Tomé e Príncipe um dependente do FMI. Sem programas com o FMI, o país não tem acesso a financiamentos de outrem. Mesmo a APD dos países europeus, da própria UE, do BAD, BM, ou outros, estão condicionados a existência e cumprimento de programas com essa instituição financeira internacional.

Porém, a proximidade de alguns países com os acionistas mais influentes do FMI parece corresponder a tratamentos mais suaves, com menos austeridade, o que parece descortinar a geoeconomia de soma-zero. Esse tratamento privilegiado e permissivo do FMI em relação a um Estado membro terá levado o mundo a uma das suas maiores crises económico-financeiras, cujos estilhaços ainda continuam a assolar a economia internacional.

O teste positivo à nossa hipótese inicial afere sobre a necessidade de contextualizar as políticas macroeconómicas à luz das especificidades dos MEI. No entanto, apesar de serem membros de pleno direito do FMI, a geoeconomia desta instituição não tem facilitado essa necessária adequação das políticas macroeconómicas dos MEI.

Outrossim, o modelo macroeconómico do FMI parece ter sido concebido para os países desenvolvidos, e não para os países com estrutura económica incipiente e menos ainda para as economias de micro dimensão, onde parece não ser de todo possível que certos mecanismos do mercado funcionem (Vreeland, 2003; Feeny & McGillivray, 2010). Como vimos nos capítulos precedentes, embora os atuais programas já pareçam contemplar alguns fatores de desenvolvimento, são ainda muito pouco arrojados na acomodação de alguns dos aspetos anteriormente referidos. Por outro lado, a fraca capacidade das instituições associada à vulnerabilidade da base económica nacional, expõe o país a choques internos e externos com a conseqüente deterioração dos termos de troca, aumentando cada vez mais os custos do ajustamento, e adiando infinitamente o alcance dos objetivos preconizados.

A considerar ainda que, apesar de algumas melhorias registadas nos últimos anos na estrutura governativa do FMI, o mesmo rege-se ainda hoje pelos princípios da corrente teórica realista, usando o *weighted voting*, onde se nega a possibilidade de oferecer igualdade de representação no poder de voto. A nova redistribuição de poderes no FMI através da quota-voto reforça claramente a geoeconomia do FMI a favor dos países mais poderosos, que assim poderão, de igual modo, impor as suas preferências económicas em desfavor dos demais Estados membros. Assim, as políticas económicas nacionais são determinadas pelo FMI, ou seja, pelos Estados com maior poder de voto nesta instituição. De forma geral, parece que a geoeconomia do FMI, mormente a sua atuação na regulação da economia global, não obstante implique diversos fatores, é continuamente influenciada pelas estratégias económicas dos Estados hegemónicos. A concessão de empréstimos no

FMI, também parece não obedecer somente a critérios de ordem técnico-económica, mas igualmente a outros aspetos como a proximidade política com os países mais fortes. Conclui-se, assim, pela existência de preponderância de fatores geopolíticos e geo-económicos na concessão de empréstimos, por parte do FMI. De facto, parece tratar-se de exigir maior austeridade aos mais fracos com a consequente perda de competitividade face ao mundo global, o que parece descortinar a existência de contrastes geo-económicos no FMI que ignorem os seus próprios objetivos estatutários, ao desfavor dos países mais fracos. Estamos assim perante uma dualidade de comportamento do FMI em relação aos países membros, conformando-se assim a nossa segunda hipótese “os fundamentos políticos que sustentam a organização funcional do FMI condicionam a calibragem de políticas macro-económicas, calibragem essa necessária, dadas as especificidades da economia dos MEI”.

Parece-nos, assim, ter respondido afirmativamente à nossa questão de partida, concluindo que há necessidade de contextualizar as políticas macro-económicas à luz das especificidades dos MEI. O estudo de caso de São Tomé e Príncipe aponta para um fraco (e em alguns aspetos, mau) contributo dessas políticas macro-económicas para o processo de desenvolvimento do país. Assim, acreditamos ter eventualmente cumprido o objetivo central do estudo: verificar se as políticas macro-económicas podem ser aplicadas em todas economias, indiferentemente da sua dimensão e insularidade e que relação terá isso com o desenvolvimento socio-económico dos MEI e particularmente de São Tomé e Príncipe.

8.3 Algumas respostas às nossas preocupações iniciais e pistas para investigações futuras

Apesar das adversidades suprarreferidas, alguns MEI conseguiram minimizar os obstáculos ao desenvolvimento socio-económico, fazendo alianças estratégicas de diversa ordem, o que permitiu em alguns casos contornar as políticas contracionistas do FMI. De facto, basicamente, só o MEI São Tomé e Príncipe parece não ter ainda encontrado a sua zona de acomodação geo-económica, ou pelo menos, não a tem explorado devidamente, de modo a facilitar o seu desenvolvimento socio-económico, por razões diversas, entre as quais as dificuldades de integração regional já abordadas.

Com efeito, sem minimizar a importância que alguns aspetos dos programas do FMI possam ter tido, parece-nos necessário que São Tomé e Príncipe possa encontrar também

o seu caminho para o desenvolvimento. Nesta ordem de ideias, dos fazedores das políticas dos MEI deve ser requerido encontrar saídas que contornem as vulnerabilidades bem como os interesses dos países hegemónicos. Este tem sido o caminho que muitos MEI têm trilhado, permitindo-os minimizar essas dificuldades, ao contrário de São Tomé e Príncipe, que não conseguiu evitar a decadência (insucesso) económica que resulta de falhas e barreiras suprarreferidas.

Outrossim, na impossibilidade de alterar alguns desses constrangimentos, quiçá o país deva adequar-se, encontrando nichos de oportunidades nas estratégias geo-económicas de países-diretores da região, e/ou hegemónicos a nível mundial. Tal conclusão suscita que, a escolha de estratégias de relações internacionais acertadas pode também catapultar o desenvolvimento económico e social dos MEI.

No entanto, independentemente das políticas macroeconómicas em si, os programas de reformas estruturais recomendadas pelo FMI têm ignorado outros aspetos essenciais para o desenvolvimento dos países em referência, como seja a capacidade institucional, ou seja, a boa governação e – a esta associada – eficácia (ou falta dela) do setor judicial. Essa omissão pode dever-se a alguma insuficiência na mensuração das vulnerabilidades do país (IVE). De modo a facilitar o conhecimento dos constrangimentos dos MEI em toda a sua complexidade²²¹, sugerimos um ajuste ao IVE, adicionando uma nova componente. Conjeturamos, assim, o ajuste do IVE incorporando no indicador os aspetos que meçam as fraquezas institucionais (IVF) decorrentes da micro dimensão. Aventamos que o IVEa que daí resulta represente melhor o nível de vulnerabilidade desses países, condizendo com o aferimento feito ao longo do estudo, pelo que, quiçá seja recomendado que os fazedores das políticas dos países o tenham em linha de conta.

De facto, a fraca capacidade institucional de São Tomé e Príncipe, que conforme aferido é mais incidente no setor judicial, parece ser um dos maiores bloqueios ao desenvolvimento do país, o que configura a necessidade, e porventura urgência, de se buscar soluções para essa fraqueza. À vista disso, aventamos que uma das possíveis soluções para essa vulnerabilidade, ou seja, má governação como consequência da ineficácia do setor judicial, possa passar por alguma âncora judicial. Ao exemplo dos

²²¹ O máximo possível.

demais MEI, conjecturamos que a ancoragem do setor judicial são-tomense possa quiçá ser uma solução, sem, no entanto, ferir a soberania nacional.

No entanto, parece-nos pertinente que investigadores de outras áreas ponderem a necessidade de realizar estudos sobre o sistema judicial de São Tomé e Príncipe, e a eventual possibilidade de se ultrapassar a ineficácia deste setor, com a construção de alguma âncora judicial, ao exemplo de muitos MEI.

De igual modo, aferimos que na construção da acomodação geoeconómica de São Tomé e Príncipe, deve-se ter em conta que, apesar da instabilidade política que o país tem vivido, o mesmo é o único país insular do sul do Atlântico e é dos países mais pacíficos e seguros da África subsaariana (Pham, 2014). Se a esses beneplácitos se adicionar a ancoragem judicial, ou seja, justiça segura, o país podia beneficiar dessa condição de país seguro na construção da sua geoestratégia. Este quiçá seja um dos nichos de oportunidades que o país poderá explorar, cujas sinergias económicas decorrentes poderão ser a melhoria das contas internas e externas.

Por outro lado, decorre do nosso estudo, que ao fazer, uso da sua condição geográfica e política, São Tomé e Príncipe pode, eventualmente, construir uma melhor acomodação no FMI que permita que as políticas macroeconómicas possam sustentar o desenvolvimento socioeconómico.

Assim sendo, cremos ter aferido, que só acomodando os interesses geoeconómicos dos países hegemónicos, porventura, a política macroeconómica será contextualizada e acomodada às especificidades dos MEI em geral e cada MEI em especial, para que não constituam entrave ao desenvolvimento socioeconómico dos mesmos.

Finalmente, esperamos que a presente Tese possa constituir um contributo para aferição da necessidade de contextualizar as políticas macroeconómicas à luz das especificidades dos MEI, como forma de garantir o seu desenvolvimento socioeconómico.

8.4 Limites da Investigação

A nossa investigação terá eventualmente, alguns erros e omissões atribuídos à própria autora, bem como, a algumas dificuldades alheias à mesma.

Assim, alguns limites dificultaram as investigações a que nos propusemos, sendo o principal deles a dificuldade na obtenção de estatísticas fiáveis sobre o desenvolvimento socioeconómico de São Tomé e Príncipe. As fragilidades das instituições nacionais englobam as entidades oficiais produtoras e fornecedoras dessas informações. A essas dificuldades, associa-se a escassa disponibilidade de material bibliográfico de fontes credíveis relativo à economia são-tomense atinente ao período imediatamente pós-independência. Por essa razão, tivemos que nos socorrer das informações do próprio FMI. No entanto, alegando questões deontológicas, os técnicos do FMI a que tivemos acesso se declinaram responder às questões do nosso inquérito. Outros só se dispuseram a responder a questões que não se referissem à governação do FMI. Os técnicos do FMI estão inibidos de emitir alguma opinião crítica sobre as opções macroeconómicas da instituição.

As dificuldades se estendem também a literaturas relacionadas com a matéria em estudo. Com efeito, os estudos publicados sobre a aplicação das políticas macroeconómicas do FMI nos MEI quase que ignoram São Tomé e Príncipe.

Por essa razão, julgamos oportuno que mais autores se dediquem ao estudo em questão, enfatizando aprofundando os aspetos menos estudados no presente estudo que, a autora considera longe de estar completo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Acemoglu, D. & Robinson, J. (2013). *Porque Falham as Nações*. Editor: Temas e Debates.

Acevedo, S., Cebotari, A., & Turner-Jones, T. (2013). Caribbean small states: Challenges of high debt and low growth. *IMF Occasional Paper*. Disponível <https://www.imf.org/external/np/pp/eng/2013/022013b.pdf>.

Adler-Nissen, R., & Gad, U. (2017). 11 In the post-colonial waiting room. *Against International Relations Norms*, 175.

Advocatur Seeger Frick & Partner AG (2013). *Civil Litigation in Liechtenstein. The CourtSystem*. Disponível em www.sfplex.li/CFDOCS/cms3/admin/cms/download.cfm.

Agenor, P. (1999), *L'Economie de l'Ajustement et de la Croissance*. Editado por Banco Mundial, Academic Press.

Aghion, P., & Durlauf, S. (Eds.). (2005). *Handbook of economic growth*. Elsevier.

Aiyar, A. (2010). *Crisis prevention through global surveillance: a task beyond the IMF*. *Cato J.*, 30, 491.

Alesina, A. (2003). The size of countries: Does it matter? *Journal of the European Economic Association*, 1(2-3), 301-316.

Almeida, P. (2012). *Do poder do Pequeno Estado: Enquadramento geopolítico da hierarquia das potências*. 2ª edição. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Ambrósio, A. (1971) Documento e notas para cinco séculos de história: da moeda e fazenda em São Tomé. *Boletim Trimestral do Banco Nacional Ultramarino*, 87, 9-49.

Andersen, T., Harr, T., & Tarp, F. (2005). On US politics and IMF lending. *European Economic Review*, 50(7), 1843-1862.

Anderson, M., Branchflower, A., Moreno-Torres, M., & Besançon, M. (2005). Measuring capacity and willingness for poverty reduction in fragile states. *PRDE (Poverty Reduction in Difficult Environments) Working Paper*, (6).

Andreev, I. (1986) *Karl Marx, marxismo e a África*. Editado por Agencia de Imprensa Nóvosti, Moscovo.

Andres, V., Luis, C., & Roberto, C. (2002). IS-LM-BP in the Pampas. *IMF Staff Papers*. Vol. 50, IMF Third Annual Research Conference (2003), pp. 143-156.

Angeon, V., & Saffache, P. (2010). Les petites économies insulaires et le développement durable: des réalités locales résilientes? *Etudes caribéennes*, (11).

Armstrong, H. & Read, R. (1998). The international political economy of micro-states: An overview. In *Islands V Conference, University of Mauritius, Mauritius, July*.

Armstrong, H. (2009). Commentary on ‘The Beak of the Finch – Insights into the Development of Small, Often Island Economies, Small States: Economic Review and Basic Statistics. Commonwealth Secretariat, 12-13.

Armstrong, H., & Read, R. (2000). Comparing the economic performance of dependent territories and sovereign microstates. *Economic Development and Cultural Change*, 48(2), 285-306.

Armstrong, H., De Kervenoael, R. J., Li, X., & Read, R. (1998). A comparison of the economic performance of different micro-states, and between micro-states and larger countries. *World Development*, 26(4), 639-656.

Atkins, J., Mazzi, S., & Easter, C. (1999). A Commonwealth vulnerability index for developing countries. *London: Commonwealth Secretariat, Economic Paper*, 40.

Australian Government, Department of foreign affairs and trade. (2015). *Countries, economies and regions*. Disponível em <http://www.dfat.gov.au>.

Babbie, E. R. (2013). *The basics of social research*. Cengage Learning.

BAD, (2010). *Os custos da insularidade de são Tomé e Príncipe*. Elaborado por Ogimatech, Portugal.

Baillie, S., (1999). A theory of small state influence in the European Union. *Journal of Development and International Cooperation*, 1(3–4): 195–219.

Baldacchino, G. (2006). Small islands versus big cities: lessons in the political economy of regional development from the world's small islands. *The Journal of Technology Transfer*, 31(1), 91-100. Baldacchino, G. (2012). The lure of the island: A spatial analysis of power relations. *Journal of Marine and Island Cultures*, 1(2), 55-62.

Baldacchino, G. (2014). Islands and the offshoring possibilities and strategies of contemporary states: insights on/for the migration phenomenon on Europe's southern flank. *Island Studies Journal*, 9(1), 57-68.

Baldacchino, G. (2014). Small Island States: Vulnerable, Resilient, Doggedly Perseverant or Cleverly Opportunistic? *Études caribéennes*, (27-28).

Bal-Gunduz, Y., Ebeke, M., Hacibedel, M. B., Kaltani, M., Kehayova, M., Lane, M., & Thornton, M. J. (2013). *The Economic Impact of IMF-Supported Programs in Low-Income Countries* (No. 277). International Monetary Fund.

Baliamoune, M., & McGillivray, M. (2008). *State Fragility: Concept and Measurement* (No. 044). World Institute for Development Economic Research (UNU-WIDER).

Baltazar, E. (1966). Alguns aspectos da Economia de S. Tomé e Príncipe. Subsídios para o seu desenvolvimento. *Revista comemorativa do descobrimento da Ilha de S. Tomé*. Província de S. Tomé e Príncipe.

Barnard, Z. (2014). A critical assessment of the theoretical framework of IMF adjustment programmes. *Working paper series*. Eastern Caribbean Central Bank.

Barro, J. & Lee, W. (2005). IMF programs: Who is chosen and what are the effects? *Journal of monetary Economics*, 52(7), 1245-1269.

Baru, S. (2012, March). A new era of geo-economics: assessing the interplay of economic and political risk. In *IISS seminar* (Vol. 23, p. 25).

BCSTP (2009). *Relatório da Economia Nacional*. São Tomé.

BCSTP (2013), *Evolução da Moeda e a Banca em São Tomé e Príncipe*. *Caderno de educação financeira, 1*. São Tomé

BCSTP (2014), *Relatório da Economia Nacional. Edição comemorativa*. São Tomé.

BCSTP (2015). *Boletim estatístico (1975-2012). Edição Especial*. São Tomé.

Becker, C. (2012). Small island states in the Pacific: the tyranny of distance. *IMF Working Papers*.

Bennett, D. (2008). *Blindsided by crisis, economists rethink profession along with theories*. International Herald Tribune.

Bertram, G. (2007). The welfare state in microstates and small states. *UNRISD paper*. Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/228393648>.

Bhagwati, J., & Panagariya, A. (2003). *World Bank and IMF Show Welcome Revisions to Stance on Developing Countries and Trade*. Financial Times.

BIRD- Report No. 6146-STP, (1987). Staff appraisal report Sao Tomé and Príncipe. Cocoa rehabilitation project. *World Bank Archives Catalog*. Disponível em <http://www-wds.worldbank.org/external> .

BIRD, Report No. P-4028-STP. (1985) Economic rehabilitation and modernization project April 17, 1985. *World Bank Archives Catalog*. Disponível em <http://www-wds.worldbank.org/external> .

BIRD, Report No.5803-STP. (1985); *São Tomé and Príncipe issues and options in the energy sector october 1985*. *World Bank Archives Catalog*. Disponível em <http://www-wds.worldbank.org/external> .

Birdsall, N. and Hamoudi, N. (2002). Commodity dependence, trade, and growth: when 'openness' is not enough. *Center for Global Development Working Paper 7*. Disponível em https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=999988.

Blevin, P. A. (2015). *Les micro-Etats européens* (Doctoral dissertation, Rennes 1). Disponível em <http://www.theses.fr/2015REN1G014>.

BM, (2015 a). Mainstreaming Adaptation to Climate Change Project. *Projects & Operations*. Disponível em <http://www.worldbank.org/projects/P073389/mainstreaming-adaptation-climate-change-project?lang=en>.

BM, Report No. 83144-ST (2014). Sao Tomé and Príncipe - Country partnership strategy for the period FY2014-18. *Documents & Reports*. Disponível em <http://documents.worldbank.org/curated/en/851211468105842423/pdf/831440CASOREVIOC0disclosed070100140.pdf> .

Boni, V., & Quaresma, S. (2005). Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Em Tese*, 2(1), 68-80.

Bossone, B. (2009). The IMF, the US Subprime Crisis, and Global Financial Governance..

Boswell, T. (2004). American World Empire or Declining Hegemony. *Journal of World-Systems Research*, 10(2), 516-524.

Boughon, J. (2003) *On the Origins of the Fleming-Mundell Model*. IMF Staff Papers. Vol. 50 (1).

Boughton, J. M. (1998). Harry Dexter White and the International Monetary Fund. *Finance and development*, 35(3), 39.

Boughton, M. J. M. (2001). *Silent Revolution: The International Monetary Fund, 1979-1989*. International Monetary Fund.

Boughton, M. J. M. (2004). *The IMF and the force of history: ten events and ten ideas that have shaped the institution* (No. 4-75). International Monetary Fund.

Bourdieu, P. (1999). *A miséria do mundo*. Tradução de Mateus S. Soares. 3a edição. Petrópolis: Vozes.

Bourdieu, P., Chamboredon, J. & Passeron, J. (1999). *A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas*. Petrópolis: Vozes.

Bräutigam, D., & Woolcock, M. (2001). *Small states in a global economy: The role of institutions in managing vulnerability and opportunity in small developing countries* (No. 2001/37). WIDER Discussion Papers//World Institute for Development Economics (UNU-WIDER).

Bräutigam, D., & Woolcock, M. (2001). *Small states in a global economy: The role of institutions in managing vulnerability and opportunity in small developing countries* (No. 2001/37). WIDER Discussion Papers//World Institute for Development Economics (UNU-WIDER).

Bressan, F. (2000). O método do estudo de caso. *Administração on line*, 1(1), 1-13.

Bresser-Pereira, I. (2009). *Os dois métodos e o núcleo duro da teoria econômica*. *Revista de Economia política*, vol.29, (114). *Revista de Economia Política*, vol 29, nº 2 (114), pp 163-190.

Briguglio, L. (2014). A vulnerability and resilience framework for small states. *Report prepared for the Commonwealth Secretariat*. Disponível em https://www.um.edu.mt/data/assets/pdf_file/0007/215692.

Briguglio, L. (2017). Competition Law and Policy in Small States. In *Small States in a Legal World*. Springer International Publishing.

Burchill, S., Linklater, A., Devetak, R., Donnelly, J., Nardin, T., Paterson, M., & True, J. (2013). *Theories of international relations*. Macmillan International Higher Education.

Castel-Branco, C. (1999). FMI, ESAF e Desenvolvimento: reflexões críticas. Disponível em <https://www.researchgate.net>.

CEEAC, (2017). Missions. *La CEEAC: Un outil d'intégration pour l'Afrique Centrale*. Disponível em <http://www.ceeac-eccas.org/index.php>.

Chestnut, T., & Joseph, A. (2007). The IMF and the Washington Consensus: A Misunderstood and Poorly Implemented Development Strategy. *The Washington Report on the Hemisphere*. Disponível em <http://www.coha.org>.

Chwioroth, J. M. (2013). "The silent revolution:" How the staff exercise informal governance over IMF lending. *The Review of international organizations*, 8(2), 265-290.

Cipolla, C., de Brito, C., & Minervini, I. (1993). *Introdução ao estudo da história econômica*. I Minervini.

Coelho, J. (2012). *A política de empréstimos do Fundo Monetário Internacional: soberania e hierarquia na economia política internacional*. Disponível em <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream>.

Cohen, B. J. (2002). The triad and the unholy trinity: problems of international monetary cooperation. *International Political Economy* (pp. 255-266). Routledge.

Cohn, T. H. (2016). *Global political economy: Theory and practice*. Routledge.

Commonwealth Governance (2016). Judicial System of Tonga. *Member countries*. Disponível em <http://www.commonwealthgovernance.org/countries/pacific/tonga/judicial-system>.

Commonwealth, (1999). Small States: A composite vulnerability index -Advisory Board to the Joint Commonwealth Secretariat / World Bank Task Force on Small States.

<http://www.commonwealthofnations.org/commonwealth/commonwealth-secretariat> .

Commonwealth, (2015). *Member Countries*. Disponível em <http://thecommonwealth.org/member-countries>.

Commonwealth, (2015). *Member Countries*. <http://thecommonwealth.org/member-countries>.

Conybeare, J., (2009). Is There an Optimal Country Size? *International Interactions*, Vol.35 (2), p.129-154.

Costa, C. (2010). *Temas de Relações Económicas Internacionais*. Edições Coleções Pedagógicas, ISCSP.

Costa, C. (2010a). *Crises financeiras na economia mundial*. Edições Almedina.

Costa, M. (2011). *Terra Firme*. Edições Afrontamento.

Coutinho, C. P. (2014). *Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas*. Leya.

Cowen, D., & Smith, N. (2009). After geopolitics? From the geopolitical social to geoeconomics. *Antipode*, 41(1), 22-48.

Daguzan, J. F. (2009). Survivre à la crise ou le retour brutal de la géoéconomie. *Géoéconomie*, (3), 31-38. Disponível em www.cairn.info/revue-geoéconomie.

De Vroey, M., & Malgrange, P. (2011). The History of Macroeconomics from Keynes's General Theory to the present. *IRES Discussion Papers*, 2011028.

Defarges, P. (2003). Introdução à Geopolítica. Tradução de José Fernandes, do título original *Introducion à la geopolitique*, 1994. *Revista Quadrimestral, Nação e Defesa*. Disponível em <https://www.idn.gov.pt/publicacoes/nacaodefesa/textointegral/NeD136.pdf> .

Dehoorne, O. (2014). Les petits territoires insulaires: positionnement et stratégies de développement. *Études caribéennes*, (27-28). <https://journals.openedition.org/etudescaribeennes/7250>.

Devèze, J. (2011). Challenges for African Agriculture. *The World Bank*.

Devoue, E. (2014) Bonne gouvernance et insularité. *Études caribéennes*. Disponível em <https://journals.openedition.org/etudescaribeennes/6784>.

Dicks-Mireaux, L., Mecagni, M., & Schadler, S. (2000). Evaluating the effect of IMF lending to low-income countries. *Journal of Development Economics*, 61(2), 495-526. Disponível em <https://krugman.blogs.nytimes.com/2011/05/21/origins-of-the-crisis-fake-and-real>.

Dodd, R. & Mills, P. (2008). Outbreak: U.S. Subprime Contagion. *Finance & Development*, Volume 45, Number 2.

Doing Business (2015). *Grupo Banco Mundial*. Disponível em <http://portugues.doingbusiness.org> .

Dreher, A., & Jensen, N. M. (2007). Independent actor or agent? An empirical analysis of the impact of US interests on international monetary fund conditions. *The Journal of Law and Economics*, 50(1), 105-124.

Dreher, A., Sturm, J., & Vreeland, J. R. (2015). Politics and IMF conditionality. *Journal of Conflict Resolution*, 59(1), 120-148.

Dreher, A., Sturm, J., & Vreeland, J. (2015). Politics and IMF conditionality. *Journal of Conflict Resolution*, 59(1).

Dumienski, Z. (2014). *Microstates as modern protected states: towards a new definition of micro-statehood*. Centre Small States Studies.

Easter, C. (1999). *Small states development: a commonwealth vulnerability index*. The Round Table, 88(351), 403-422.

Easterly, W. (2005). What did structural adjustment adjust? The association of policies and growth with repeated IMF and World Bank adjustment loans. *Journal of development economics*, 76(1), 1-22.

Easterly, W. and Kraay, K. (2000). Small States, Small Problems? Income, Growth, and Volatility in Small States. *The World Bank, Washington, DC, USA*.

Eichengreen, B. and Mussa, M. (1998). Capital Account Liberalization and the IMF. *Finance and Development* 35 (1998): 16-19.

Encontro Nacional da Justiça (2009). *Encontro nacional da Justiça*. Atas do Encontro Nacional da Justiça. São Tomé.

Endegnanew, M. Y., Turner-Jones, M. T., & Yartey, C. A. (2012). *Fiscal policy and the current account: are microstates different?* (No. 12-51). International Monetary Fund.

Endegnanew, M. Y., Turner-Jones, M. T., & Yartey, C. A. (2012). *Fiscal policy and the current account: are microstates different?* International Monetary Fund.

Endegnanew, Y. (2013). *Essays on Fiscal Policy in Developing Countries and Microstates*. In Universitat Autònoma de Barcelona. Doctoral thesis. Disponível em <https://ddd.uab.cat/record/113975>.

ESAF, IMF (1998). Distilling the Lessons from the ESAF Reviews. *IMF paper*. Disponível em <http://www.imf.org/external/pubs/ft/distill/index.HTM>.

Esping-Andersen, G. (1995). O futuro do Welfare State na nova ordem mundial. *Lua nova*, 35, 73-111.

Espírito Santo, A. (2008). *Economia de São Tomé e Príncipe*. Edições Colibre.

Espírito Santo, C. (2014). *Mulheres Históricas de São Tomé e Príncipe*. Edições Colibri.

Estêvão, J. (2004). *Desenvolvimento Económico e Mudança Institucional: O Papel do Estado*. ISEG – Universidade Técnica de Lisboa. Disponível em https://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/files/WP_DE_CESA2004.pdf.

Evans, P. (1998). Análise do Estado no mundo neoliberal: uma abordagem institucional comparativa. *Revista de Economia Contemporânea* 4: 127-163.

Favaro, E. (2008) - *Small States, Smart Solutions: Improving Connectivity and Increasing the Effectiveness of Public Services*. *Direction in Development*; Public Sector Governance. Washington, DC: World Bank. Disponível em <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/6416> .

Feeny, F. & McGillivray, M (2010): Aid and Growth in Small Island Developing States. *The Journal of Development Studies*. Disponível em <http://dx.doi.org>.

Fernandes, J. P. (2013). *Elementos de Economia Política Internacional*. Leya.

Figueiredo Filho, D. & Junior, J. (2010). Desvendando os Mistérios do Coeficiente de Correlação de Pearson (r). *Revista Política Hoje-ISSN: 0104-7094, 18(1)*.

FMI (2013). Macroeconomic issues in small states and implications for fund engagement. *The Strategy, Policy, and Review Department, in collaboration with other Departments*. Disponível em www.imf.org/external/np/pp/eng/2014 .

FMI- STP, (1982). Ajuda memoria: Tendências económicas recentes da República Democrática de São Tomé e Príncipe. *Departamento Africano e Departamento de Relações Cambiais e Comerciais do FMI*.

FMI, (2015). Comunicado de Imprensa nº 15/194. *IMF Communications Department*. Disponível em www.imf.org/external/np/pp/eng/2014.

Forum (2010). Relatório final do fórum da justiça são-tomense. *Ministério da Justiça*. São Tomé.

Frankel, J. & Romer, D. (1999). Does trade cause growth. *American economic review: 379-399*.

Fraser, M., & Gondim, S. (2004). Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. *Paidéia, 14(28)*.

Frieden, J. (2006). *Global capitalism*. New York and London: WW Norton.

Frieden, J. (2008). *Will global capitalism fall again?* Bruegel Essay and Lecture Series.

Friedman, M. (1953). The case for flexible exchange rates.

Galochet, M. (2013). François Taglioni: Insularité et développement durable. Marseille, IRD Editions, coll. Objectifs Suds, 2011, 551 pages. *Territoire en mouvement Revue de géographie et aménagement. Territory in movement Journal of geography and planning, (17-18)*. Disponível em <https://journals.openedition.org/tem/2060>.

George, S. (2009). Geography of Micro-states: Main Arising Issues. *Regional Science Inquiry Journal, 1(1), 45-57*.

Ghosh, A. R., Christofides, C., Kim, J., Papi, L., Ramakrishnan, U., Thomas, A., & Zalduendo, J. (2005). *The design of IMF-supported programs* (Vol. 241). International Monetary Fund.

Gilpin, R. (1987). American policy in the post-Reagan era. *Daedalus* Vol. 116, No. 3, futures, pp. 33-67.

Gilpin, R. (2011). *Global political economy: Understanding the international economic order*. Princeton University Press.

Goldfarb, J. C. (2007). *The politics of small things: The power of the powerless in dark times*. University of Chicago Press.

Gonçalves, M., & Meneghetti, P. (2016). O novo conceito de soberania em tempos líquidos: um olhar a partir dos processos de integração no contexto da ética da alteridade. *Colóquio de Ética, Filosofia Política e Direito*.

Gonçalves, R. (2012). Novo Desenvolvimentismo e Liberalismo Enraizado. *Serviço Social & Sociedade*. Disponível em <https://pt.scribd.com/document/292353251/12-08-Goncalves-R-Novo-Desenvolvimentismo-e-Liberalismo-Enraizado>.

Gordon, R. (2016). La fin de l'âge d'or. *Finances & Développement Volume 53 Numéro 2*.

Graça, C. (2011), *Memórias Políticas de um nacionalista santomense sui generis*. Composição, impressão e acabamento: Múltiplo- Artes Gráficas, Lda. 1ª edição, Lisboa.

Granadas, (2015). *Página oficial do Governo*. Disponível em <http://www.gov.gd.html>.

Greenidge, K., McIntyre, M. & Yun, H (2016). Structural Reform and Growth: What Really Matters? Evidence from the Caribbean. *IMF Working Paper*. Fundo Monetário Internacional.

GRIPE, (2001). Acordo entre STP e PGS Exploration (UK) Limited para a prestação de serviços sísmicos. *Gabinete de Registo e Informação Pública*. Disponível em http://www.gripe.st/?cntnr_informac=informac&ficherselt=DT%20-%206%20 ANP-STP.pdf.

GRIPE, (2014). Contrato de partilha de entre a São Tomé e Príncipe representado pela ANP/STP e a ERHC ENERGY, LDA relativo ao Bloco nº 11 da ZEE. *Gabinete de Registo e Informação Pública*. Disponível em http://www.grip.st/?cntnr_informac=informac&ficherselt=DT%20-%206%20 ANP-STP.pdf.

Guillaumont, P. (2013). Measuring structural vulnerability to allocate development assistance and adaptation resources. *Development Policies Working Paper*, (68).

Guimezanes, M. (2013). Mondialisation, démocratie, état de droit: une analyse juridique de la mondialisation. *Études caribéennes*, (22).

Gunther, H. (1999). Como Elaborar um Questionário. *Planejamento de Pesquisas nas Ciências Sociais*. Disponível em http://www.dcoms.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/como_elaborar_um_questionario.pdf.

Haberler, G. (1981). *Flexible-exchange-rate Theories and Controversies Once Again*. American Enterprise Institute.

Hage, J. (2014). Economia e Geopolítica: Industrialização como Fator de Poder no Terceiro Mundo. *Boletim Meridiano 47, Journal of Global Studies*, vol. 15, n. 143.

Hasenclever, A., Mayer, P., & Rittberger, V. (2000). Integrating theories of international regimes. *Review of International Studies*, 26(1), 3-33.

Herath, D. (2009). The Discourse of Development: has it reached maturity? *Third World Quarterly*, 30(8), 1449-1464. Disponível em <http://www.tandfonline.com>.

Herath, D. (2009). The Discourse of Development: has it reached maturity? *Third World Quarterly*, 30(8), 1449-1464.

Heritage Foundation. (2014). Index of Economic Freedom. *Heritage Foundation*. Disponível em www.heritage.org/index.

Heritage Foundation. (2015). Index of Economic Freedom. *Heritage Foundation*. Disponível em www.heritage.org/index.

Horbach, B. (2013). Jurisdição constitucional em microestados europeus. *Revista Consultor Jurídico*. Disponível em <http://www.conjur.com.br>.

Horsefield, J., & De Vries, M. (Eds.). (1969). *The International Monetary Fund, 1945-1965: Twenty years of international monetary cooperation* (Vol. 1). International Monetary Fund.

Hosseini, H. (2003). Why development is more complex than growth: clarifying some confusions. *Review of Social Economy*, 61(1), 91-110.

Iazdi, O. (2013). *Um modelo sobre as condicionalidades do FMI: ex-ante ou ex-post?* (Doctoral dissertation). Disponível em www.bibliotecadigital.fgv.br.

ICCO (2013). International Cocoa Organization, *Quarterly Bulletin of Cocoa Statistics in*. Disponível em <https://www.icco.org/statistics/quarterly-bulletin-cocoa-statistics.html>.

IEO- IMF (2006). O papel do FMI na Definição do Envelope de Recursos Externos dos Países da África Subsaariana. *Gabinete de avaliação independente*. Disponível <http://www.ieo-imf.org/ieo/files/issuespapers/121305p.pdf>.

IFM- Decision No. 8848-88/62 (1988). Sao Tomé and Príncipe - 1987 Article IV Consultation. *IMF Archives Catalog*. <http://archivescatalog.imf.org/default.aspx>.

Ilhas Marshall (2015). *Página oficial do Governo*. Disponível em www.rmiembassyus.org.

IMF - SM/82/109 (1982). Sao Tomé and Príncipe - Recent Economic Developments. *IMF Archives Catalog*. Disponível em <http://archivescatalog.imf.org/default.aspx>.

IMF - SM/86/183 (1986). Sao Tomé and Príncipe - Staff Report for the 1986 Article IV Consultation. *IMF Archives Catalog*. Disponível em <http://archivescatalog.imf.org/default.aspx>.

IMF- (2010). Far-Reaching Governance Reforms. *IMF-governance reform*. Disponível em www.imf.org/external/pubs/ft/survey/so/2010/NEW.

IMF- (2015a). *IMF Members' Quotas and Voting Power, and IMF Board of Governors*. Disponível em <http://www.imf.org/external/np/sec/memdir/members.aspx>.

IMF (2016 a). The IMF and the Sustainable Development Goals. *About the IMF*. Disponível em <http://www.imf.org/external/np/exr/facts/sdg.htm>.

IMF (2016). Money Matters: An IMF Exhibit. The Importance of Global Cooperation. *About the IMF*. Disponível em http://www.imf.org/external/np/exr/center/mm/eng/mm_dr_03.htm.

IMF- Antígua & Barbuda (2010). Letter of Intent, Memorandum of Economic. *Countries*. Disponível em <http://www.imf.org/external/pub>.

IMF- BUFF/ED/06/43(2006) Statement by Mr. Murray on Seychelles Executive Board Meeting. *Countries*. Disponível em <http://www.imf.org/external/pub>.

IMF- Costa Rica (2009). Letter of Intent, Memorandum of Economic and Financial Policies, and Technical Memorandum of Understanding. *Countries*. Disponível em <http://www.imf.org/external/pub>.

IMF Country Report No 07/315- *Barbados* (2007). Article IV Consultation. *Countries*. Disponível em <http://www.imf.org/external/pub>.

IMF Country Report No 08/75- *France* (2007). Article IV Consultation. *Countries*. Disponível em <http://www.imf.org/external/pub>.

IMF Country Report No 13/251- *France* (2013). Article IV Consultation. *Countries*. Disponível em <http://www.imf.org/external/pub>.

IMF Country Report No 14/52- *Barbados* (2013). Article IV Consultation. *Countries*. Disponível em <http://www.imf.org/external/pub>.

IMF Country Report N° 15/ 201 - *Seychelles* (2015). Staff Report for the 2015 Article IV Consultation, Second Review Under the Extended Arrangement, and Request for Waiver and Modification of Performance Criteria. *Countries*. Disponível em <http://www.imf.org/external/country>.

IMF Country Report No. 06/279 - *United States* (2006). *Article IV Consultation—Staff Report*. *Countries*. Disponível em <http://www.imf.org/external/pub>.

IMF Country Report No. 08/329- *St. Lucia*. (2008). *Article IV Consultation—Staff Report; Staff Supplement, and Public*. *Countries*. Disponível em <http://www.imf.org/external/pub>.

IMF Country Report No. 08/384 - Ukraine (2008). Request for Stand-by Arrangement—Staff Report; Staff Supplement; Press Release on the Executive Board Discussion, and Statement by the Executive Director for Ukraine. *Countries*. Disponível em <http://www.imf.org/external/pub>

IMF Country Report No. 11/270 - St. Kitts and Nevis (2011). 2011 Article IV Consultation and Request for Stand-By. *Countries*. Disponível em <http://www.imf.org/external/pub>.

IMF- Country Report No. 12/216- St. Kitts and Nevis (2012). Request for a Three-Year Arrangement Under the Extended Credit Facility. *Countries*. Disponível em <http://www.imf.org/external/pub>.

IMF Country Report No. 14/2 (2013). Democratic Republic of São Tomé and Príncipe. 2013 article IV consultation and second review under the extended credit facility arrangement—staff report. *Countries*. Disponível em <http://www.imf.org/external/pub>.

IMF Country Report No. 14/52- Barbados (2013). Article IV Consultation—*staff report*. *Countries*. Disponível em <http://www.imf.org/external/pub>.

IMF Country Report No. 15/128 - Micronesia (2015). Article iv consultation—staff report; press release; and statement by the executive director for the federated states of Micronesia. *Countries*. Disponível em <http://www.imf.org/external/pub>.

IMF Country Report No. 15/189 - Antígua & Barbuda (2014). Staff report for the 2014 article IV. *Countries*. Disponível em <http://www.imf.org/external/pub>.

IMF Country Report No.07/264 -United States (2007). Article IV Consultation—Staff Report. *Countries*. Disponível em <http://www.imf.org/external/pub>.

IMF- EBM/02/82 - Seychelles (2002). Staff Report on the Interim Article IV Consultation. *Countries*. Disponível em <http://www.imf.org/external/pub>.

IMF- EBM/90/151 - Sao Tomé e Príncipe (1990). Release on the Executive Board Discussion; and Statement by the Executive Director. *IMF Archives Catalog*. Disponível em <http://archivescatalog.imf.org/default.aspx>.

IMF- EBM/96/59- Sao Tomé e Príncipe (1996). Minutes of Executive Board Meeting 95/96. *IMF Archives Catalog*. Disponível em <http://archivescatalog.imf.org/default.aspx>.

IMF- EBS/00/253 - Sao Tomé e Príncipe (2000). First Review of the Three-Year Arrangement Under the Poverty Reduction and Growth Facility and Request for Waiver of Performance Criteria. *Countries*. Disponível em <http://www.imf.org/external/pub>.

IMF- EBS/02/3 - Sao Tomé and Príncipe (2002) -Staff Report for the 2001 Article IV Consultation and Staff-Monitored Program. *Countries*. Disponível em <http://www.imf.org/external/pub>.

IMF- EBS/89/82 - Sao Tomé and Príncipe (1989) Request for Arrangements Under the Structural Adjustment Facility. *IMF Archives Catalog*. Disponível em <http://archivescatalog.imf.org/default.aspx>.

IMF- Fifteenth Meeting (2007). Statement by US Treasury Secretary Henry m. Paulson at the International Monetary and Financial Committee Meeting. *Countries*. Disponível em <http://www.imf.org/external/pub>.

IMF- Governace (2015). *Country Representation*. Disponível em <http://www.imf.org/external/about.htm>.

IMF -History (2016), Cooperation and reconstruction (1944–71). *About the IMF*. Disponível em <http://www.imf.org/external/about.htm>.

IMF- IEO (2007). Uma Avaliação sobre o FMI e a Ajuda à África Subsariana. *Gabinete de Avaliação Independente*. Disponível em <http://www.ieo-imf.org/ieo/files/completedevaluations/03122007Portuguese.pdf>.

IMF- Mozambique - N°16/436 (2016). Comunicado de Imprensa Corpo Técnico do FMI Termina Visita à Moçambique. *IMF Communications Department*. Disponível em <http://www.imf.org/external/lang/portuguese/np/sec/pr/2016/pr16436p.pdf>.

IMF- Mozambique (2001). Completion Point Document for the Enhanced Heavily Indebted Poor Countries (HIPC) Initiative. *Countries*. Disponível em <http://www.imf.org/external/np/hipc/2001/moz/mozcp.pdf>

IMF paper (2013a). Macroeconomic issues in small states and implications for fund engagement. *Strategy, Policy, and Review Departments*. Disponível em www.imf.org/external/np/pp/eng/2014.

IMF- paper (2015). Money Matters: An IMF Exhibit -- The Importance of Global Cooperation. System in Crisis (1959-1971). *About the IMF*. Disponível em <http://www.imf.org/external/about.htm>.

IMF- PIN No. 13/27- *St. Lucia* (2014). Public Information Notice IMF Executive Board Concludes 2012 Article IV. *Countries*. Disponível em <http://www.imf.org/external/np/sec/pn/2013/pn1327.htm>.

IMF- Press Release No. 10/477 (2010). Board of Governors Approves Major Quota and Governance Reforms. *IMF External Relations Department*. Disponível em <https://www.imf.org/en/News/Articles/2015/09/14/01/49/pr10477>.

IMF- Press Release No. 15/573 (2015). Managing Director Christine Lagarde Welcomes U.S. Congressional Approval of the 2010 Quota and Governance Reforms. *IMF External Relations Department*. Disponível em <https://www.imf.org/en/News/Articles/2015/09/14/01/49/pr10477>.

IMF- SM /00/128- Caribbean Region (2000). Economic Overview of the Caribbean Region. *Countries*. Disponível em <http://www.imf.org/external/pub>.

IMF- SM /97/104 - Dominica (1997). Recent Economic Developments. *Countries*. Disponível em <http://www.imf.org/external/pub>.

IMF- SM 86/148 - *Seychelles* (1986). Recent Economic Development. *IMF Archives Catalog*. Disponível em <http://archivescatalog.imf.org/default.aspx>.

IMF- SM 90/187- *Seychelles* (1990). Staff Report on the Interim Article IV Consultation Discussions. *IMF Archives Catalog*. Disponível em <http://archivescatalog.imf.org/default.aspx>.

IMF- SM 93/227 - *Seychelles* (1993). Recent Economic Development. *IMF Archives Catalog*. Disponível em <http://archivescatalog.imf.org/default.aspx>.

IMF- SM 96/131- Sao Tomé e Príncipe (1996). Staff Report for the 1996 Article IV Consultation. *IMF Archives Catalog*. Disponível em <http://archivescatalog.imf.org/default.aspx>.

IMF- SM 99/219 - *Seychelles* (1993). Report on Interim Discussions. *IMF Archives Catalog*. Disponível em <http://archivescatalog.imf.org/default.aspx>.

IMF- SM/ 01/49 - Santa Lúcia (1996). Staff Report for the 2000 Article IV Consultation. *IMF Archives Catalog*. Disponível em <http://archivescatalog.imf.org/default.aspx>.

IMF- SM/ 78/238 - Sao Tomé e Príncipe (1979). Tendências Económicas Recente. *IMF Archives Catalog*. Disponível em <http://archivescatalog.imf.org/default.aspx>.

IMF- SM/01/166- Kiribati (2001). Recent Economic Development. *Countries*. Disponível em <http://www.imf.org/external/pub>.

IMF -SM/04/19 - Seychelles (2004). Staff Report for the 2003 Article IV Consultation. *Countries*. Disponível em <http://www.imf.org/external/pub>.

IMF- SM/78/269 - São Tomé e Príncipe (1978). Tendências Económicas Recente. *IMF Archives Catalog*. Disponível em <http://archivescatalog.imf.org/default.aspx>.

IMF- SM/82/109 - São Tomé e Príncipe (1982). Tendências Económicas Recente *IMF Archives Catalog*. Disponível em <http://archivescatalog.imf.org/default.aspx>.

IMF- SM/84/243 - São Tomé and Príncipe (1984). Recent Economic Developments. *IMF Archives Catalog*. Disponível em <http://archivescatalog.imf.org/default.aspx>.

IMF- SM/85/274 - Barbados (1985). Recent Economic Developments. *IMF Archives Catalog*. Disponível em <http://archivescatalog.imf.org/default.aspx>.

IMF- SM/89/22 - São Tomé and Príncipe (1989). Staff Report for the 1988 Article IV Consultation. *IMF Archives Catalog*. Disponível em <http://archivescatalog.imf.org/default.aspx>.

IMF- SM/90/70 - Barbados (1990). Recent Economic Developments. *IMF Archives Catalog*. Disponível em <http://archivescatalog.imf.org/default.aspx>.

IMF- SM/93/89 - São Tomé and Príncipe (1993), Staff Report for the 1993 Article IV Consultation. *IMF Archives Catalog*. Disponível em <http://archivescatalog.imf.org/default.aspx>.

IMF- SM/93/96 - Sao Tomé and Príncipe (1993). Recent Economic Developments. *IMF Archives Catalog*. Disponível em <http://archivescatalog.imf.org/default.aspx>.

IMF- SM/96/274 (1996). Santa Lúcia- Recent Economic Developments. *IMF Archives Catalog*. Disponível em <http://archivescatalog.imf.org/default.aspx>.

IMF- SM/O1/158 – Dominica (2001). Recent Economic Developments. *Countries*. Disponível em <http://www.imf.org/external/pub>.

IMF- SM/OO/248 - Tonga (2000). Recent Economic Developments. *Countries*. Disponível em <http://www.imf.org/external/pub>.

IMF- Staff Country Report N° 00/69 Sao Tomé e Príncipe (2000). Recent Economic Developments and selected Issues. *Countries*. Disponível em <http://www.imf.org/external/pub>.

IMF Working paper, WP/08/118. (2008) The Choice of Monetary and Exchange Rate Arrangements for a Small, Open, Low-Income Economy: The Case of São Tomé and Príncipe. *Countries*. Disponível em <http://www.imf.org/external/pub>.

IMF-Money Matters (2011). An IMF Exhibit -- The Importance of Global Cooperation. System in Crisis (1959-1971). *About IMF*. Disponível em <http://www.imf.org/external/pub>.

IMF-PIN No. 13/27 - St. Lucia (2013). IMF Executive Board Concludes 2012 Article IV Consultation with St. Lucia. *Countries*. Disponível em <http://www.imf.org/external/country>.

IMF-Press Release No. 07/52, (2007). World Bank and IMF Support São Tomé and Príncipe's Completion Point under the Enhanced HIPC Initiative and Approve Debt Relief under the Multilateral Debt Relief Initiative. *Countries*. Disponível em <http://www.imf.org/external/country>.

IMF-SM/90/29 - Tonga (1990). Recent Economic Developments. *IMF Archives Catalog*. Disponível em <http://archivescatalog.imf.org/default.aspx>.

IMF-SM/95/50 - Barbados (1995). Staff Report for the 1995 Article IV Consultation. *Countries*. Disponível em <http://www.imf.org/external/country>.

IMF-SM/95/54 - Barbados (1995). Recent Economic Developments. *Countries*. Disponível em <http://www.imf.org/external/country>.

IMF-SM/97/ 165, (1997). Sao Tomé e Príncipe. Staff Report for the 1997 Article IV Consultation. *Countries*. Disponível em <http://www.imf.org/external/country>.

IMF-Statement GRAY/96/123 (1996). Statement by Mr Autheman on São Tomé & Príncipe. *Executive Board Meeting*. Disponível em http://adlib.imf.org/digital_assets.

INE (2010) STP-IOF- Inquérito a Orçamento Familiar Perfil da Pobreza de 2010. *Instituto Nacional de Estatística*. São Tomé.

INE (2015). Economia - Contas Nacionais. *Instituto Nacional de Estatística*. São Tomé.

INE (2017). - PIB 2012 – 2016. *Instituto Nacional de Estatística*. São Tomé.

Jahan, S., & Papageorgiou, C. (2014). Qu'est-ce que le monétarisme ? *Finance et Development* 51(1).

Jahan, S., & Wang, K. (2013). A big question on small states. *Finance & Development*, 50(3), 44-47.

James, H. (1998). From grandmotherliness to governance: The evolution of IMF conditionality. *Finance and Development*, 35(4), 44.

Júnior, A., & Clara deAndrade, M. (2016). The Fragile Genesis of the Environmental Protection in the Multilateral Trading System: an analysis of the period comprising Bretton Woods to the Tokyo Round (1947-1979). *Seqüência; Estudos Jurídicos e Políticos*, 37(73), 193.

Kato, T. (2004). Can the East Asian miracle persist? *Remarks by Takatoshi Kato, Deputy Managing Director, International Monetary Fund*. Disponível em <https://www.imf.org/en/News/Articles/2015/09/28/04/53/sp120204>.

Keohane, R. (1969). *Lilliputians' dilemmas: small states in international politics*, *International Organization*, 23(2): 291-310. Disponível em https://econpapers.repec.org/article/cupintorg/v_3a23_3ay_3a1969_3ai_3a02_3ap_3a291-310_5f03.htm.

Keohane, R. (1984). *After Hegemon. Cooperation and Discord in the World Political Economy*. Princetown University Press, Princeton, NJ.

Keohane, R., & Nye Jr, J. (1998). Power and interdependence in the information age. *Foreign Aff.*, 77, 81.

Keynes, J. (2010). *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. Edição Relógio D'Água Editores.

Khan, M. (2006). Governance, Economic Growth and Development since the 1960s: Background paper for World Economic and Social Survey 2006. *UN Department of Economic and Social Affairs (DESA) Working Papers*. https://www.un-library.org/economic-and-social-development/governance-economic-growth-and-development-since-the-1960s_9156b122-en.

Kilby, C. (2009). Donor influence in international financial institutions: Deciphering what alignment measures measure. *In Political Economy of International Organizations Meeting*. Geneva.

Kindleberger, C. (1971). *The International Corporation: A Symposium Paperback*. Publisher: The MIT Press, ISBN-10: 0262610140.

Kiribati, (2015). *Página Oficial do Parlamento*. Disponível em <http://www.parliament.gov.ki>.

Kolessov, N. (1981). *Economia Política do Socialismo*. Edições Novosti. Moscovo.

Krugman, P. (1995). The myth of Asia's miracle. *POLICY-ST LEONARDS-*, 11, 3-10.

Krugman, P. (1998). Saving Asia: it's time to get RADICAL. Article in *Fortune Magazine*, Sep 7, 1998. <http://archive.fortune.com/magazines/fortune/>

Krugman, P. (1999). *Globalização e Globobagens - Verdades e mentiras do pensamento económico*. Editora Campus

Krugman, P. (2007). *Trade and inequality, revisited*. Disponível em www.econrsa.org/wkshops/tradepolicy/session1day1.pdf.

Krugman, P. (2009). Como os economistas puderam errar tanto? *Revista Econômica*, 11(2).

Krugman, P. (2011). Origins of the crisis, fake and real. *The New York Times*.

Krugman, P. e Wells, R. (2012) *Introdução a Economia*. Tradução da segunda edição americana. Elsevier Brasil.

Krugman, P., & Obstfeld, M. (2009). *International Economics: Theory and Policy*. Pearson Education.

Kulikov, A. (1989). *Economia política*. Edições progresso. Compendios de ciencias sociais. Tradução de Asryants e revisão de Milakova.

Kundnani, H. (2011). Germany as a Geo-economic Power. *The Washington Quarterly*, 34(3), 31-45.

Kurečić, P., & Luša, Đ. (2014). The economic growth of small states and small economies in regional economic organizations and integrations: similarities and differences. *Journal of Education Culture and Society*, (1).

Lagarde (2015). Path to Development. *Finance & Development*, Vol. 52, No. 2.

Lagarde, C. (2012). Anchoring stability to sustain higher and better growth. *Zurich*. Disponível em <https://www.imf.org/external/np/sec/pr/2012/pr12160.htm>.

Lal, D. (1998). Institutional Development and Economic Growth. *UCLA Working Paper* No. 782. Disponível em https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=185629.

Lawyers Liechtenstein, (2016). What are the types of courts in Liechtenstein? *Lawyers in Liechtenstein*. Disponível em <http://www.lawyersliechtenstein.com/litigation-attorneys-in-liechtenstein>.

Leonard, M. (2015). Geo-economics: Seven challenges to globalisation. In *World Economic Forum* (pp. 1-16). Disponível em <https://www.weforum.org/reports/geo-economics-seven-challenges-globalization>.

Leonard, M. (2015). Geo-economics: Seven challenges to globalisation. In *World Economic Forum* (pp. 1-16).

Lewis-Bynoe, D. and Khonje, W. (2013) Small States, Environment and Economic Management, Economic Affairs. *Division Commonwealth Secretariat*. Disponível em https://www.um.edu.mt/data/assets/pdf_file.

Lipton, D., Sachs, J., Fischer, S., & Kornai, J. (1990). Creating a market economy in Eastern Europe: The case of Poland. *Brookings papers on economic activity*, 1990(1), 75-147.

Lopes, G., & Nasser, T. (2014). Geopolítica e trajetórias de desenvolvimento comparados: América do Sul e Leste da Ásia. *Revista Científica General José Maria Cordova*, 12(13), 89-105.

Lorot, P. (2001). La géoéconomie, nouvelle grammaire des rivalités internationales. *L'Information Géographique*, 65(1), 43-52.

Lorot, P. (2009). *De la géopolitique à la géoéconomie*. Editions Choiseul

Loungani, P. (2013). *Un Champion toutes categories*. In *Finances & Development*. Volume 50 (3).

Luchaire, F. (2000). Le Tribunal constitutionnel de la Principauté d'Andorre. *Conseil Constitutionnel*. Disponível em <http://www.conseil-constitutionnel.fr/conseil-constitutionnel/francais/nouveaux-cahiers-du-conseil/cahier-n-8/le-tribunal-constitutionnel-de-la-principaute-d-andorre.52528.html> .

Luttwak, E. (1990). From Geopolitical to Geo-economics, Logic of Conflict, Grammar of Commerce. *The National Interest*, no 20. Disponível em www.fpnbl.org.

MacDonald, L. (1993). The East Asian Miracle: Economic Growth and Public Policy. *World Bank Policy Research Report*. New York: Oxford University Press.

Machiavelli, N., Bondanella, P., & Viroli, M. (2008). *The prince* (Vol. 43). Oxford University Press. Disponível em <https://track3.mixtape.moe/ohuiyd.pdf>.

Magalhães, J. (2015). Da Diplomacia do Dólar Forte à Guerra Cambial. *Cadernos de*, 111. Disponível em <http://funag.gov.br> .

Maldivas, (2015). *Página Oficial do Governo*, Disponível em www.themaldives.com/government.

Mantzavinos, C., North, D. C., & Shariq, S. (2009). Learning, Institutions, and Economic Performance. *L'Année sociologique*, 59(2), 469-492.

Marçal, E. F. (2006). Há realmente uma tendência a deterioração dos termos de troca? Uma análise dos dados brasileiros. *Revista Economia, Campinas*, 7, 307-329.

Marconi, M. e Lakatos, E. (2003) *Fundamentos da metodologia científica*. 5ª Edição – Editora Atlas.

Marinho, P. L. (2007). O SISTEMA MONETÁRIO INTERNACIONAL: uma interpretação a partir do conceito de hegemonia mundial. In *Congresso Brasileiro de Economistas* (Vol. 17). Disponível em: <http://www.uesc.br>.

Martins, G. (2008). Estudo de caso. *São Paulo: Atlas*.

Marx K. e Engels F. (1983). *A nacionalização das terras*. Obras Escolhidas. Edições progresso-Moscovo e Edições Avante-Lisboa. Tomo II.

Marx, K, e Engels, F. *Obras escolhidas*. Vol.20. ed. Russa.

Marx, K. (1890). *O Capital; Crítica da economia Política*. Tradução da versão original Alemã (Das Capital) Editora Civilização Brasileira S. A.

Marx, K. (1984). *Crítica da economia política. Processo de produção capitalista*. O Capital, Livro 1 e 2. Tradução: Regis Barbosa e Flávio Kothe. São Paulo: Nova Cultural.

Marx, K. §Engels, F. (1975). *Manifesto do partido Comunista*. Edição dirigida e prefaciada por Vasco Magalhães-Vilhena; Edições Avante, Lisboa.

Mason, M. (2010, August). Sample size and saturation in PhD studies using qualitative interviews. In *Forum qualitative Sozialforschung/Forum: qualitative social research* (Vol. 11, No. 3).

Matias-Pereira, J. (2010). *Manual de metodologia da pesquisa científica*. Editora Atlas.

Matlosa, K. (1997). Vulnerability and Viability of Small States in Southern Africa in a Post-Apartheid Era: Is South Africa still “Big Brother. *Journal of African Studies*, 11(2), 117-131.

McGillivray, M., Naudé, W., & Santos-Paulino, A. (2010). Vulnerability, trade, financial flows and state failure in small island developing states. *The Journal of Development Studies*, 46(5), 815-827.

Meirinhos, M. & Osório, A. (2010). O estudo de caso como estratégia de investigação em educação. *EDUSER: revista de educação*, Vol 2(2), 2010 Inovação, Investigação em Educação.

Meneses, A. (2015). *Estado, Políticas Públicas e Desenvolvimento. Cabo Verde e São Tomé e Príncipe*. Verlag: Novas Edições Académicas.

Minayo, M. (2017). Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias sampling and saturation in qualitative research: consensuses and controversies. *Revista Pesquisa Qualitativa*, 5(7).

Ministère de la Justice (2011). La justice à Monaco La justice monégasque, entre mimétisme et originalité. *Organisation de la justice*. Disponível em <http://www.justice.gouv.fr/organisation-de-la-justice-10031/la-justice-a-monaco-23315.html>.

Miranda, J. (2000). A incorporação ao direito interno de instrumentos jurídicos de direito internacional humanitário e direito internacional dos direitos humanos. *Revista CEJ*, 4(11), 23-26.

MLSTP (1983). *Retorespetiva em análise Política económica e social. Discursos de Pinto da Costa*. Editado por Grafica Popular, U.E.E., Luanda.

Modelski, G., Thompson, W., & Devezas, T. (2008). Globalization as Evolutionary Process: Modeling Global Change. *New York: Routledge*.

Monaco (2016). Les Fondements de la Justice et le Droit monégasque. *Gouvernement Princie*. Disponível em <http://www.gouv.mc/Gouvernement-et-Institutions/Les-Institutions/La-Justice/Les-Fondements-de-la-Justice-et-le-Droit-monegasque>.

Moreira, A. (2014). *Teoria das Relações Internacionais*. Editora: Almedina. Coleção: Manuais Universitários. 8.^a Edição.

Moreira, J. (2009). *Questionários: Teoria e Prática*. Editora: Almedina.

Movimento de Libertação de S. Tomé e Príncipe (1978). *Relatório do Bureau Político- 1ª Assembleia do MLSTP*. São Tomé: MLSTP.

Mundell, R., & Polak, J. (1977). *The new international monetary system*. Columbia University Press.

Mussa, M., & Savastano, M. (1999). The IMF approach to economic stabilization. *NBER macroeconomics annual*, 14, 79-122.

Naím M. (2000). Ascensão e queda do consenso de Washington. O Consenso de Washington ou a Confusão de Washington. Edição de revista Brasileira de Comercio externo. *FUNCEX. Editor da revista Foreign Policy*.

Naim, M. (1999). Fads and Fashion in Economic Reforms: Washington Consensus or Washington Confusion? *Working Draft of a Paper prepared for the IMF Conference on Second Generation Reforms*. Disponível em <http://www.imf.org/external/pubs/ft/seminar/1999/reforms>.

Neves, C (1989), *São Tomé e Príncipe na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.

Neves, C. & Ceita, M., 2004. *História de S. Tomé e Príncipe. Breve Síntese. São Tomé 2004*. Disponível no arquivo Histórico de São Tomé e Príncipe.

Neves, C. (1989). *São Tomé e Príncipe na segunda metade do século XVIII*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.

North, D. (1994). Economic performance through time. *The American economic review*, 84(3), 359-368.

NYE, J. (2009) *Cooperação e conflito nas relações internacionais*. Tradução de Henrique Monteiro- São Paulo: Editora Gente, 2009.

Nye, J., & Donahue, J. (Eds.). (2000). *Governance in a globalizing world*. Brookings Institution Press.

Ogimatech, (2010). Custos da insularidade de São Tomé e príncipe. *Banco Africano de Desenvolvimento e OGIMATEC Portugal*.

Oliveira, E. (1956). *A Decadência de Cacau em S.Tomé. Aos ex-Associados da Casa Agrícola de S.Tomé e Príncipe*. Editado por Grafica de S.Tomé, limitada.

Onwuegbuzie, J. & Daniel, L (1999). *Uses and misuses of the correlation coefficient*. Reports – Evaluative-Meeting Papers. Disponível em <https://eric.ed.gov/?id=ED437399>.

OOH paper (1997). For a Strong and Democratic United Nations: A South Perspective on U.N. Reform. *The South Centre*. Disponível em <https://www.foreignaffairs.com/reviews/capsule-review/1998-05-01>.

Ostry, J., et Furceri, D. (2016). Le néolibéralisme est-il surfait. *Finances & Développement*. Volume 53 (1).

Pace, R. (2006). Malta and EU membership: overcoming ‘vulnerabilities’, strengthening ‘resilience’. *European Integration*, 28(1), 33-49.

Página Oficial do Governo de Antígua & Barbuda. (2015). *Antígua & Barbuda*. Disponível em <http://www.ab.gov.ag>.

Palma, H. (2006) A geopolítica de Ratzel, la Blache e Kjellen e o eclodir da I Grande Guerra. *Jornal Defesa e Relações Internacionais*. Disponível em http://database.jornaldefesa.pt/assuntos_diversos_relacoes_internacionais.

Papi, L., Presbitero, A. & Zazzaro, A. (2015). IMF lending and banking crises. *IMF Economic Review*, 63(3), 644-691.

Pereira, L. e Menezes, S. (2008). Sobre ideias e instituições: a riqueza das nações ou a riqueza nação? As ideias de Adam Smith e Friedrich List sobre o desenvolvimento do capitalismo. *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences* 30.1. 87-96.

Perez, R. (2011), A Democracia em três dimensões: desiderativismo, realismo e sincretismo. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais* Vol. 3 (5).

Pestana, M., & Gageiro, J. (2003). *Análise de dados para ciências sociais—a complementaridade do SPSS*. Lisboa: Sílabo, 2003.727 p. ISBN972-618-297-2.

Pham, P. (2014). São Tomé and Príncipe: An African Exception? *EUA, Foundation for the Defense of Democracies*. Disponível em <http://www.defenddemocracy.org/media>.

Pinto, B. (2014). *How Does My Country Grow? Economic Advice Through Story-Telling*. Oxford University press.

Polak, J. J. (1997). The IMF monetary model: a hardy perennial. *Finance and Development*, 34(4), 16.

Presidencia da República- STP, (2016). Discurso por ocasião de abertura do ano judicial em abril de 2016. *Cerimónia de Abertura de Ano Judicial em São Tomé e Príncipe*.

Procuradoria Geral da República De São Tomé E Príncipe, (2016). Discurso do Presidente da República. *Cerimónia de Abertura de Ano Judicial em São Tomé e Príncipe*. Disponível em <https://www.juridipedia.com/XX/Unknown/746533985385059>.

Quivy, R. e Campenhoudt, L. (1998). *Manual de investigação em ciências sociais*. Disponível em www.fep.up.pt/docentes/joao/material/manualinvestig.pdf.

Quivy, R. e Campenhoudt, L. (2008) *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 5ª Edição. ISBN 9789726622758.

Radelet, S. (2016). Une pause dans l'essor Africain ? *Finances & Développement* Volume 53 (2).

Radermacher, F. J. (2016). Global Marshall Plan—Theory and Evidence. *The European Journal of Development Research*, 28.

Read, R. (2004) *The implications of Increasing globalization and regionalism for the economic growth of small Island States*. University of Lancaster, UK.

Reynaud, J. and Vauday, J (2008). IMF lending and geopolitics. *Working paper series, no 965, European Central Bank*.

Rickards, J. (2012). *Currency wars: The making of the next global crisis*. Penguin.

Rickards, J. (2014); *The death of Money. The coming collapse of the international monetary system*. Editado por Penguin Group. New York.

Riegl, M. (2013). *Strategic and Geopolitical Issues in the Contemporary World*. Cambridge Scholars Publishing.

Ritchie, J., Lewis, J., Nicholls, C. & Ormston, R. (2013). *Qualitative research practice: A guide for social science students and researchers*. SAGE Publications London. New Delhi.

Roach, S., Griffiths, M. & O'Callaghan, T. (2014). *International relations: the key concepts*. Routledge.

Rodrigues, A. e Ferronato, M. (2010). *Breve discussão sobre os métodos científico, dedutivo, indutivo e hipotético-dedutivo*. Disponível em <https://pt.scribd.com/document/343590222/Breve-Discussao-Sobre-Os-Metodos-Cientifico-Dedutivo-Indutivo-e-Hipotetico-Dedutivo>.

Rodrigues, M. (2011). *O tratamento e análise de dados. Metodologia para a investigação social*. Escolar Editora.

Rodrigues, W. (2007). *Metodologia científica*. São Paulo: Avercamp.

Rodrik, D. (2006). Goodbye Washington consensus, hello Washington confusion? A review of the World Bank's economic growth in the 1990s: learning from a decade of reform. *Journal of Economic literature*, 44(4), 973-987.

Rodrik, D., Hausmann, R., & Velasco, A. (2005). Growth diagnostics. *Universidad de Harvard*. Disponível em <http://ksghome.harvard.edu/~drodrik/barcelonafinalmarch2005.pdf>.

Romana, H. (1996). *São Tomé e Príncipe: elementos para uma análise antropológica das suas vulnerabilidades e potencialidades*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa.

Ronci, M. V., Farhan, N. H., Wang, J. Y., Takebe, M., & Shanghavi, A. (2008). *The Choice of Monetary and Exchange Rate Arrangements for a Small, Open, Low-Income Economy: The Case of São Tomé and Príncipe* (No. 8-118). International Monetary Fund.

Rosiére, S. (2003). *Goographie politique § geopolitique. Une grammaire de léspace politique*. Par elipses Editions Marketing.

Rowe, J (2008). A Legacy of Model Elegance. *Finance & Development*, volume 45(2).

Rowe, J, (2010) “Jacques Polak, Iconic Economist at the IMF, Dies at 95. *IMF Survey online*. Fundo Monetário Internacional.

Ruggie, J. G., Held, D., & Koenig-Archibugi, M. (2008). Taking embedded liberalism global: The corporate connection. *Embedding global markets: An enduring challenge*, 231-254.

Sachs, J. (2005). *O fim da pobreza: como acabar com a miséria mundial nos próximos vinte anos*. tradução. por Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras.

Samuelson, P. & Nordhaus, W. ,1999). *Economia*, 16ª edição. Lisboa, McGraw.

Santos A. (2010): Terms of Trade Shocks and the Current Account in Small Island Developing States. *The Journal of Development Studies*. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1080/00220381003623830>.

Santos, A. (2011). *A insularidade e as suas condicionantes económicas: o caso dos pequenos estados insulares em desenvolvimento*. Teses de doutoramento disponível em <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/5738>.

Sayeh, A. (2016). Time for a Policy Reset. *Finance & Development*, Vol. 53 (2).

Schadler, S. (1996). How successful are IMF-supported adjustment programs? *Finance & Development*, 33(2), 14-17.

Schumacher, E. (1973). *Small is beautiful*. Harper Perennial.

Schumpeter, J. (1961). Teoria do desenvolvimento econômico: uma pesquisa sobre lucros, capital, crédito, juros e ciclo econômico. *Rio de Janeiro: Fundo de Cultura*.

Sen, A., & Wolfensohn, J. D. (1999). Let's respect both sides of the development coin'. *International Herald Tribune*, 5.

Serrano, A. S. (2002). ¿ Quién regula el sistema financiero internacional? Foros y Normas. *Información Comercial Española*, (801), 145-164.

Serrano, F. (2004). *Relações de poder e a política macroeconômica americana, de Bretton Woods ao padrão dólar flexível. O poder americano*. Petrópolis: Vozes, 179-222.

Seychelles Gouvernement (2015). *Portal oficial da República de Seychelles*. Disponível em <http://www.egov.sc>.

Silva, A. D. (2003). D. Luís da Cunha e o Tratado de Methuen. *Revista da Faculdade de Letras, História, Porto, III Série, 4*, 0559-084.

Sindzingre, A. (2005). Reforms, Structure or Institutions? Assessing the determinants of growth in low-income countries. *Third World Quarterly*, 26(2), 281-305.

SMITH, A. (1983). A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas. trad. Luiz J. Baraúna. São Paulo, Abril Cultural, 2, 343.

Sotomayor, A. (2012). *Introdução a macroeconomia*. Editor -Letras e conceitos, Ida

Sousa, A. (2012) *Manual da Economia do Desenvolvimento – Apontamentos*. Editor ISCSP EAN.

Sousa, A. (2014). Do binómio Keynes-Schumpeter ao pensamento galbraithiano. *Lusíada. Economia e Empresa*, (11), 65-77.

Souza, G., 2013, *A flexibilização do conceito de soberania no âmbito da crise económica da Zona do Euro*. Disponível em <http://cidp.pt/publicacoes/revistas/ridb>.

Souza, V. (2007) *A influência das políticas neoliberais do FMI ao novo regime de insolvência empresarial brasileiro*. Florianópolis.

Stake, R. (2010). *Qualitative research: Studying how things work*. Guilford Press.

Steinberg, R. H. (2002). In the shadow of law or power? Consensus-based bargaining and outcomes in the GATT/WTO. *International Organization*, 56(2), 339-374.

Stephenson, M. C. (2007). Judicial reform in developing economies: Constraints and opportunities. In *Annual World Bank Conference on Development Economics-Regional 2007: Beyond Transition* (pp. 311-328).

Stiglitz, J. (1998). *More Instruments and Broader Goals: Moving Toward the Post-Washington Consensus*. WIDER Annual Lecture. Helsinki, Finland.

Stiglitz, J. (2007). What is the Role of the State? *Escaping the resource curse*, 23.

Stiglitz, J. (2010). *Freefall: America, free markets, and the sinking of the world economy*. WW Norton & Company.

Stiglitz, J. E. (2002). *Globalization and its Discontents*. Norton: New York.

Stiglitz, J., (2016). The state, the market, and development. *WIDER Working Paper 2016/1*.

Stone, R. W. (2008). The scope of IMF conditionality. *International Organization*, 62(04), 589-620.

Strange, S. (1970). International economics and international relations: a case of mutual neglect. *International Affairs (Royal Institute of International Affairs 1944-)*, 304-315.

Sutton, P. (2011). The Concept of Small States in the International Political Economy, The Round Table. *The Commonwealth Journal of International Affairs*.

Svetličič, M., & Cerjak, K. (2015). Small Countries' EU Council Presidency and the Realisation of their National Interests: The Case of Slovenia. *Croatian International Relations Review*, 21(74), 5-39.

Taglioni, F. (2011) *Insularité et développement durable*. IRD Editions, coll. Objectifs Suds, 2011 Marseille.

Teixeira, M., Nitschke, R., & Paiva, M. (2016). Análise dos dados em pesquisa qualitativa: um olhar para a proposta de Morse e Field. *Northeast Network Nursing Journal*, 9(3).

Thacker, S. C. (1999). The high politics of IMF lending. *World politics*, 52(1), 38-75.

The Economist Intelligence Unit Limited (2015), *Private sector development in the Caribbean: a regional overview*. Disponível em <http://jamaicachamber.org.jm/wp-content/uploads/2015/04/Report.pdf>

Triffin, R. (1961). *Gold and the Dollar Crisis: the Future of Convertibility*. Yale University Press.

Triffin, R. (1978). *Gold and the dollar crisis: yesterday and tomorrow*. International Finance Section, Department of Economics, Princeton University.

Truman, E. (2015). *What Next for the IMF?* (No. PB15-1). Peterson Institute for International Economics. Disponível em <http://www.iie.com/publications/pb/pb15-1.pdf>.

U.S. (2015). Bureau of Public Affairs: Publications. *Bilateral Relations Fact Sheets*. <http://www.state.gov/r/pa/ei/index.htm> .

U.S. (2015a). U.S. Bilateral Relations. *Bureau of East Asian and Pacific Affairs*. Disponível em <https://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/16479.htm> .

Ugalde, E. (2011). The Role and Evolution of the International Monetary Fund. *Neumann Business Journal Review Spring 2011*.

Valadas, S., & Ribeiro G. (2013). Aspectos metodológicos do inquérito por entrevista. *Seminário “Avaliação Externa de Escolas: Percursos, Consensos e Divergências”*. Disponível em <https://sapientia.ualg.pt/handle/10400.1/3031>.

Varella, M. (2013). *Internacionalização do Direito: direito internacional, globalização e complexidade*. Brasília: UniCEUB, 117. <https://www.uniceub.br/media/186548/MVarella.pdf>.

Varoufakis, Y. (2011). *The global Minotaur. America, Europe and the Future of the Global Economy*. University of Chicago Press Economics Books.

Vasquez, J. (1997). The realist paradigm and degenerative versus progressive research programs: An appraisal of neotraditional research on Waltz's balancing proposition. *American Political Science Review*, 91(4), 899-912.

Veenendaal, W. (2014). *Politics and Democracy in Microstates*. Editor: Routledge

Veenendaal, W. (2014, a) *Analyzing the Foreign Policy of Microstates. The Relevance of the International Patron-Client Model*. Leiden Universit. Disponível em <http://fpa.oxfordjournals.org/content/early/2016/02/01/fpa.12068>

Vilelas, J. (2009). *Investigação. O processo de construção do conhecimento*. Lisboa: Edições Sílabo.

Vines, D., & Weale, M. (2009). James Meade. *The Economic Journal*, 119(541), F423-F429.

Vitalis, V. (2012). *Thucydides, the Peloponnesian War and Small State Foreign Policy in the 21st Century: Lessons for New Zealand*. Centre for Defence and Strategic Studies Australian Defence College.

Vizentini, P. (1997). O Sistema de Yalta como condicionante da política internacional do Brasil e dos países do Terceiro Mundo. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 40(1), 5-17.

Vreeland, J. R. (2002). The effect of IMF programs on labor. *World Development*, 30(1), 121-139.

Vreeland, J. R. (2003). *The IMF and economic development*. Cambridge University Press.

Walker, D. R. (2016). The S&L Crisis in its Earliest Days: Banking Reform Rhetoric in the Johnson and Nixon Years. *Fed. Hist.*, 8, 71.

Waltz, K. N. (2000). Structural realism after the Cold War. *International security*, 25(1), 5-41. Disponível em http://www.columbia.edu/itc/sipa/U6800/readings-sm/Waltz_Structural%20Realism.pdf.

Wang, J., Farhan, N., Shaghavi, A., Ronci, M., & Takebe, M. (2008). *The Choice of Monetary and Exchange Rate Arrangements for a Small, Open, Low-Income Economy: The Case of São Tomé and Príncipe* (No. 8-118). International Monetary Fund.

Welzel, C. (2009). Theories of democratization. *Democratization*, 74-90.

Wendt, A. (1999) *Social Theory of International Politics*. Edição de Cambridge University Press.

Williamson, J. (2004) A Short History of the Washington Consensus. *Fundación CIDOB for a conference "From the Washington Consensus towards a new Global Governance,"* Barcelona.

Winters, L., & Martins, P. M. (2004). When comparative advantage is not enough: business costs in small remote economies. *World Trade Review*, 3(3), 347-383.

Workshop - Ambiente Institucional (1995). Relatório final do Workshop sobre o Ambiente Institucional de STP. Disponível nos arquivos do BCSTP.

World Bank (2011). Statistics for small states a supplement to the World Development Indicator. *Countries*. Disponível em <http://www.worldbank.org/en/country/smallstates>.

World Bank (2015). Small States. *Overview*. Disponível em <http://www.worldbank.org/en/country/smallstates/overview>.

Worrell, D. (2012). *Policies for stabilization and grow in small very open economies*. DeLisle Worrell. Central Bank of Barbados.

WT/COMTD/SE/W/4 (2002) Small economies: a literature review. *World Trade Organization*.

Xafa, M. (2010). Role of the IMF in the Global Financial Crisis. *The Cato Journal*, 30(3), 475.

Xeinic, V. & Eleanov, A. (1983). *Paises em desenvolvimento. Crescimento económico e progresso social*. Edição em russo. Editora Nauka. Moscovo.

Yanikkaya, H. (2003). Trade openness and economic growth: a cross-country empirical investigation. *Journal of Development economics* 72.1.

Yin, R. (2015). *Estudo de Caso-: Planejamento e Métodos*. Bookman editora.

Young, J. & Kent, J. (2013). *International relations since 1945*. Oxford University Press.

Young, S. (2010). CCRIF: a natural catastrophe risk insurance mechanism for Caribbean countries insurance, reinsurance and risk transfer. *Presentation at IDB Capacity Building Workshop on Climate Change Adaptation and Water Resources in the Caribbean, Trinidad and Tobago, 22nd*.

Zhang, T. (2016). Small States Confront Big Challenges with Natural Disasters and Climate Change. *IMF*. Disponível em <https://blog-imfdirect.imf.org/2016/12/22/small-states-confront-big-challenges-with-natural-disasters-and-climate-change> .

Anexos

Anexo 1 Critério de cotação dos países de acordo com método de cálculo do índice Estado de Direito da Heritage Foundation.

Cotação	Critérios
100	Propriedade privada garantida pelo governo. O sistema judicial facilita a efetivação dos negócios de forma rápida e eficiente. O sistema judicial pune os que confisquem a propriedade privada à revelia das disposições legais. Não existe corrupção ou expropriação.
90	O governo garante a integridade da propriedade privada. O setor judicial pune os que confisquem a propriedade privada à revelia das disposições legais. A corrupção é quase inexistente, a expropriação é altamente improvável.
80	O governo garante a integridade da propriedade privada. O setor judicial pune os que confisquem a propriedade privada à revelia das disposições legais, mas com alguns atrasos. A corrupção é mínima, e expropriação é altamente improvável.
70	O governo garante a integridade da propriedade privada. O setor judicial julga os processos com muitos atrasos e de forma pouco incisiva. A corrupção é possível, a expropriação é improvável.
60	Respeito dos direitos de propriedade é brando e sujeito a atrasos. Corrupção é possível, mas rara, e o poder judiciário pode ser influenciado pelo governo. A expropriação é improvável.
50	O sistema judiciário é ineficiente e sujeitos a atrasos. Existe alguma corrupção, mas rara e o poder judicial pode ser influenciado pelo governo. A expropriação é possível embora rara.
40	O sistema judicial é altamente ineficiente, e atrasos são tão longos que desestimulam a sua utilização para resolução de conflitos. Existe corrupção e o poder judicial é influenciado pelo governo. Há expropriação dos bens descumprindo as disposições legais é possível.
30	O direito de propriedade só é debilmente protegido. O sistema judicial é altamente ineficiente. Corrupção é extensa, e o sistema judiciário é fortemente influenciado pelo governo.
20	Propriedade privada é fracamente protegida. A ineficiência e a corrupção nos tribunais são tão profundas que já constituem norma. Direito de propriedade dificilmente é salvaguardado. Os bens alheios podem ser expropriados sem obedecer a regras nenhuma.
10	Propriedade privada raramente é protegida, e quase toda a propriedade pertence ao estado. O país está em tal caos (por exemplo, por causa da guerra em curso) que a proteção da propriedade é quase impossível de se impor. O sistema judiciário é tão corrupto que a propriedade não pode ser protegida.
0	Propriedade privada é ilegal, e toda a propriedade pertence ao estado. As pessoas não têm o direito de processar os outros e não têm acesso aos tribunais. A corrupção é endêmica.

Anexo 2 Cálculo do índice de vulnerabilidade económica ajustado

o nível de concentração de exportação é calculado como a soma dos três grandes grupos das exportações de bens e serviços, que juntos têm o maior percentual no total das exportações

anos	2009	2010	2011	2012	2013	2014	media 2009-2011	media 2012-2014	2009-2011	2012-2014
concentração de exportação										
serviços,	8610	11580	16330	15190	31490	56740	12 173,3	34 473,3	0,369	0,375
viagem	8310	11080	15580	14390	30620	56030				
transporte	100	200	250	300	330	170				
telecomunicações	200	300	500	500	540	540				
bens, dos quais	7590	4540	5480	5570	5786	9562	5 870,0	6 972,7		
chocolate	2050	100	120	160	229	258				
cacau	5450	4340	5270	5320	5416	9147				
coco	90	100	90	90	141	157				
Total importação bens e serv	19620	24310	29340	29710	49080	87160	24 423,3	55 316,7		

abertura de comércio internacional		usd		PIB		media 2009-2011		media 2012-2014		abertura de comérc internac 2009-2011		media PIB 2009/11	
export	import	export	import	export	import	export	import	export	import	abertura de comérc internac 2012-2014	media PIB 2012/14	abertura de comérc internac 2009-2011	media PIB 2009/11
				196 000,0	5 943,3	7 860,0				0,587	209 533,33		
2009	6 210	102 260	194 400										
2010	5 730	117 050	238 200										
2011	5 890	131 560	263 600	media 2009-2011 import	media 2012-2014 import					abertura de comérc internac 2012-2014	332 557,78		
2012	6 370	131 330	302 900										
2013	6 946	128 646	335 100	116 956,67	134 868,33					0,429			
2014	10 264	144 629	359 673										

nível de dependência de importações estratégicas

O índice de dependência de importações estratégicas é medido pela soma de importações de bens alimentares e combustível, em percentagem do total de importações de bens.

anos	2009	2010	2011	2012	2013	2014	media 2009-2011	media 2012-2014
Generos alimenticios	28890	19830	30380	30800	26566	30804	26 366,67	29 390,00
combustivel	15930	15760	20180	32070	38215	41124	17 290,00	37 136,33
total import de bens e serv	102750	121120	147080	140300	133450	153066	123 650,00	136 166,67

O índice de dependência de importações estratégicas

0,353 0,489

	2009-2011	2012-2014	ponderação	índice de fragilidade Institucional	
educação	0,016	0,020	33	0,005	0,007
estabilidade governativa	0,867	0,833	33	0,286	0,275
justiça	0,29	0,271	34	0,097	0,092
			100	0,389	0,374

	2009-2011	2012-2014	ponderação	índice de vulnerabilidade económica	
Abertura de comércio internacional	0,587	0,429	33,33	0,196	0,143
Concentração de exportações	0,369	0,375	33,33	0,123	0,125
Dependência de importações	0,35	0,489	33,33	0,118	0,163
			100,00	0,436	0,431

Fonte: proposta da autora

Anexo 3. Modelo de Carta de Convite para Entrevista dirigida aos selecionados.

Excelentíssimo Sr. ...,

No âmbito do meu doutoramento em Desenvolvimento Socioeconómico pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, estou a preparar a dissertação a "implementação de políticas macroeconómicas em Microestados insulares. O caso de São Tomé e Príncipe".

Considerando o importante papel que Vossa Excelência desempenhou enquanto ... e a sua familiaridade com as políticas e programas relacionados com o desenvolvimento socioeconómico de São Tomé e Príncipe, tenho a honra de solicitar a sua disponibilidade para despende dez (10) minutos da sua preenchida agenda para uma pequena entrevista, conforme a justificação anexa. A entrevista pode ser presencial (na data que V. Ex se dignar indicar) ou por Skype. Se preferir, pode mesmo ser por escrito.

Antecipadamente grata, e ciente da Vossa amável compreensão, aguardo a vossa resposta tão breve quanto possível.

Com os meus melhores cumprimentos,

Ângela Viegas Santiago

Anexo 4. Guião de Inquérito semiestruturado.

I. Justificação

A condição de Microestado insular (MEI) parece impor importantes vulnerabilidades aos mesmos, sobretudo pela exposição aos choques internos e/ou externos e devido, também, à dimensão do mercado. Este é o dilema que entusiasma o debate a que nos propomos no presente estudo – *“Aplicação de políticas macroeconómicas em Microestados insulares. O caso de São Tomé e Príncipe”*.

Com efeito, ao longo do estudo e na procura pela resposta a questão de partida *“Em que medida as especificidades dos MEI exigem a contextualização das políticas macroeconómicas, constantes nos programas do FMI, a aplicar nestes Estados? E desta pergunta de partida central, deduzimos uma pergunta derivada: tomando como caso de estudo São Tomé e Príncipe, qual foi o contributo dessas políticas macroeconómicas para o processo de desenvolvimento do país?”*, procedemos a análise das correntes teóricas e o respetivo confronto com os fatos. Na presente fase, pretendemos alargar a nossa perspetiva de análise confrontando o conhecimento aferido ao longo do estudo, com o pensamento dos distintos atores do nosso desenvolvimento ao longo dos 40 anos da existência da República Democrática de São Tomé e Príncipe, nomeadamente, ex-governantes e quadros superiores do sector da justiça, Finanças e Cooperação, bem como os integrantes das missões do FMI.

II. As Questões

A. Microestados insulares (MEI)

1. Quais os principais fatores que influenciam/condicionam o processo de desenvolvimento económico?
2. A micro-dimensão e insularidade influenciam (negativamente) o desenvolvimento socioeconómico? Como?
3. A que se deve a diferença entre o nível de desenvolvimento socioeconómico de São Tomé e Príncipe e o dos demais MEI?
4. É possível superar os constrangimentos ou catapultar as vantagens que a dimensão e a insularidade provocam ao país? Se sim, como? Se não, porquê?

B. A conceção das políticas do FMI para os MEI

5. Como avalia a importância das organizações internacionais no apoio ao processo de desenvolvimento dos MEI?
6. Devia o FMI recomendar política macroeconómica especial para os MEI, ou igual aos dos demais membros? Porquê?
7. Considera que a configuração da estrutura governativa e de capital do FMI tem tido influência na formulação dos programas destinados aos MEI?

C. O caso de São Tomé e Príncipe.

8. As políticas macroeconómicas propostas pelo FMI influenciaram o desenvolvimento socioeconómico de São Tomé e Príncipe? Como?
9. Alianças geoestratégicas (regional, com algum país hegemónico, ou outras) podem ser fundamentais para o desenvolvimento de STP? Como?
10. O nível de desenvolvimento de São Tomé e Príncipe fica a dever também às fragilidades institucionais (incluindo as do sector da Justiça)?
11. Acha que seria profícuo ancorar o sector judiciário são-tomense à uma instituição internacional? Porquê?
12. Se concorda, qual seria a modalidade da ancoragem (que aspetos, à quem, durante quanto tempo)?

Versão em inglês-

Survey semi structured

I. Justification

Be a insular Microstates (MEI) seems to impose significant vulnerabilities to them, especially by exposure to internal shocks and / or external and also due to the size of the market. This is the dilemma that excites the debate that we propose in this research work - "Implementation of macroeconomic policies in island Microstates. The case of Sao Tomé and Príncipe ".

Throughout the study and search for the answer to the question of departure "There is a need to contextualize macroeconomic policies in light of the specificities of the MEI?", we kept to analysis the theoretical currents and its confrontation with the facts. At this stage, we intend to extend our analysis perspective confronting the knowledge measured throughout the study, with the thought of the different actors of our development over the 40 years of the existence of the Democratic Republic of Sao Tomé and Príncipe (in particular former rulers and senior staff of the justice sector, Finance and Cooperation, as well as members of the IMF mission).

II. The questions

A. Insular microstates (MEI)

1. What are the main factors that influence / affect the process of economic development?
2. The micro- size and insularity influence (negatively) the socio-economic development of the countries? If so, how?
3. What explain the level between the socio-economic development of Sao Tomé and Príncipe and the other MEI?
4. Do you think that is possible to overcome the constraints or project the advantages that the size and insularity cause to the countries? If so, how? If not, why?

B. The design of IMF policies for MEI

5. How do you assess the importance of international organizations in supporting the development process of MEI?
6. What are the main characteristics of this support? (In what ways it should be designed?)
7. What economic policies are recommended by the IMF to the MEI?
8. What has been the fulfillment of this police by the beneficiary countries?
9. What is its assessment of the impact of these policies compared to the original objectives?
10. Should the IMF recommend special macroeconomic policy for MEI? Why?
11. Do you think that the IMF should take into account the specificities of the economy of the MEI in the design of adjustment programs and other intended for MEI? Why?
12. Do you consider that the IMF governance structure has been conspicuous in the formulation of programs for MEI?
13. Do you think that the IMF's geo-economics (weight and insignificant relevance in the international economy) of MEI weakens those negotiations capability with the IMF? What they could do to enhance their capacity
14. What changes would you suggest in regard to the policies designed for MEI?

C. The case of Sao Tomé and Príncipe.

15. Do you think the level of development of Sao Tomé and Príncipe is also due to institutional weaknesses (including the justice sector)?

18. Do you think it would be advantaged to anchor the country's judiciary system to an international institution? Why?

Anexo 5. Inquérito semiestruturado.

ESEI

A. Microestados insulares (MEI)

1. Quais os principais fatores que influenciam/condicionam o processo de desenvolvimento económico?

Vários fatores, incluindo a visão do desenvolvimento do país e a estabilidade político.

2. A micro-dimensão e insularidade influenciam (negativamente) o desenvolvimento socioeconómico? Como?

A insularidade pode ter vantagens, mas comporta também alguns problemas, ou seja, alguns custos acrescidos sobretudo com os transportes. A micro-dimensão é um problema: o mercado é ineficiente devido a sua irrisória dimensão. E isto é problemático no âmbito da procura. Por outro lado, existe grande insuficiência de mão-de-obra. Esses aspetos influenciam negativamente, sem dúvidas.

3. A que se deve a diferença entre o nível de desenvolvimento socioeconómico de São Tomé e Príncipe e o dos demais MEI?

A natureza sociocultural do são-tomense é especial: só fazem as coisas sob pressão. E não planificam pensando no futuro. Somos imediatistas. Provavelmente os outros MEI souberam aproveitar melhor o que o colonialismo os deixou de bom, contrariamente a nós.

4. É possível superar os constrangimentos ou catapultar as vantagens que a dimensão e a insularidade provocam ao país? Se sim, como? Se não, porquê?

Difícilmente. Não é fácil.

B. A conceção das políticas do FMI para os MEI

5. Como avalia a importância das organizações internacionais no apoio ao processo de desenvolvimento dos MEI? *Essas organizações não sabem lidar com a nossa maneira de pensar. Nós achamos que somos soberanos e que ninguém nos deve orientar. E o resultado é este-negativo.*
6. Devia o FMI recomendar política macroeconómica especial para os MEI, ou igual aos dos demais membros? Porquê?

Esse é de facto um problema que não tiveram em conta. As políticas que são boas para Chile ou Argentina, não são necessariamente boas para São Tomé e Príncipe.

7. Considera que a configuração da estrutura governativa e de capital do FMI tem tido influência na formulação dos programas destinados aos MEI?

Não sei se é isso. Acho que o problema é o que já referi: têm que olhar para o país real.

C. O caso de São Tomé e Príncipe.

8. As políticas macroeconómicas propostas pelo FMI influenciaram o desenvolvimento socioeconómico de São Tomé e Príncipe? Como?

A resposta é sim, e não. Essas políticas ajudaram bastante. Sem elas, não era possível nós termos dados os passos (mesmo que pequenos) que demos. Mas algumas coisas falharam.

9. Alianças geoestratégicas (regional, com algum país hegemónico, ou outras) podem ser fundamentais para o desenvolvimento de STP? Como?

Sim. No entanto, é preciso ter cuidado. Podemos perder ainda mais, por causa de algumas insuficiências nossas (por exemplo capacidade de recursos humanos).

10. O nível de desenvolvimento de São Tomé e Príncipe fica a dever também às fragilidades institucionais (incluindo as do sector da Justiça)?

Isso deve-se, sobretudo, os problemas que os laços de parentesco nos criam. Mas não é só na justiça. É transversal a todos sectores.

11. Acha que seria profícuo ancorar o sector judiciário são-tomense à uma instituição internacional? Porquê?

Sim. Mas, é muito difícil. As autoridades (ou seja, os diferentes poderes) nacionais, não concordariam com isso. O seu ego ficaria ferido: medo de mostrar a sua incapacidade.

12. Se concorda, qual seria a modalidade da ancoragem (que aspetos, à quem, durante quanto tempo)?

Era preciso estudar as diferentes hipóteses para depois decidir. Não vale a pena dar palpites.

ESE2

A. Microestados insulares (MEI)

1. Quais os principais fatores que influenciam/condicionam o processo de desenvolvimento económico?

Nível e qualidade de fatores de produção, sobretudo os recursos humanos.

2. A micro-dimensão e insularidade influenciam (negativamente) o desenvolvimento socioeconómico? Como?

De certa forma sim, porque têm poucos fatores de produção (mesmo em termos proporcionais).

3. A que se deve a diferença entre o nível de desenvolvimento socioeconómico de São Tomé e Príncipe e o dos demais MEI?

O nosso ponto de partida foi bastante deficiente. No entanto, não soubemos aproveitar o que o regime colonial nos deixou de bom. Com a democratização em 1991, voltamos a cometer o mesmo erro. Estamos sempre a começar do zero. Este é o nosso mal.

4. É possível superar os constrangimentos ou catapultar as vantagens que a dimensão e a insularidade provocam ao país? Se sim, como? Se não, porquê?

Sim, se investirmos mais nos recursos humanos. Assim estaremos em melhores condições de fazer um bom uso das nossas potencialidades e conseguir aproveitar as vantagens comparativas para acelerar o nosso desenvolvimento.

B. A conceção das políticas do FMI para os MEI

5. Como avalia a importância das organizações internacionais no apoio ao processo de desenvolvimento dos MEI?

Falta uma estratégia para lidar com essas organizações. Não temos capacidades internas para absorver eventuais apoios dessas organizações, ou pelo menos discutir com elas as ideias que nos tentar impor.

6. Devia o FMI recomendar política macroeconómica especial para os MEI, ou igual aos dos demais membros? Porquê?

É como já dissemos atrás. Faltou-nos capacidades para discutir com o FMI os seus programas. Talvez conseguíssemos melhora-lo.

7. Considera que a configuração da estrutura governativa e de capital do FMI tem tido influência na formulação dos programas destinados aos MEI?

O FMI foi talhado para proteger o mundo capitalista. Não há como contornar isso.

C. O caso de São Tomé e Príncipe.

8. As políticas macroeconómicas propostas pelo FMI influenciaram o desenvolvimento socioeconómico de São Tomé e Príncipe? Como?

Esses políticas não permitem o desenvolvimento. Por exemplo o limite de financiamento que nos é reservado não permite investir em nada. Assim, faz-se as coisas pela metade e o resultado é simplesmente negativo.

9. Alianças geoestratégicas (regional, com algum país hegemónico, ou outras) podem ser fundamentais para o desenvolvimento de STP? Como?

Sim. Mas temos que definir primeiro a nossa estratégia de desenvolvimento (temos um paraíso em segurança, paz, liberdade...). Só depois decidir sobre os possíveis aliados estratégicos

10. O nível de desenvolvimento de São Tomé e Príncipe fica a dever também às fragilidades institucionais (incluindo as do sector da Justiça)?

Concordo. Mas, não acredito que a justiça seja a maior das nossas fragilidades. O nosso sistema político é que parece não ser adequado. Temos um regime (quase) parlamentar. E o nosso parlamento não tem uma boa “massa crítica”, ou seja, é constituído por pessoas sem o nível académico mínimo requerido. Portanto, o problema não é só, nem é tanto, a justiça.

11. 11.. Acha que seria profícuo ancorar o sector judiciário são-tomense à uma instituição internacional? Porquê?

A nossa ancoragem cambial é um exemplo bem-sucedido. Porém, com a justiça as coisas são mais delicadas. Talvez resulte, mas não me parece que se encontre vontade política no país para assumir um tao grande passo.

12. Se concorda, qual seria a modalidade da ancoragem (que aspetos, à quem, durante quanto tempo)?

Francamente, não sei. Não vislumbro nada, nesse momento.

ESE4

A. Microestados insulares (MEI)

1. Quais os principais factores que influenciam/condicionam o processo de desenvolvimento económico?

No meu ponto de vista tudo condiciona o desenvolvimento de um país ou para melhor ou para o pior; as tradições, a cultura, os recursos, as opções políticas, aspetos geográficos, aspetos exógenos, enfim, mesmo tudo.

2. A micro-dimensão e insularidade influenciam (negativamente) o desenvolvimento socioeconómico? Como?

Os recursos limitados e necessidade de ajustar permanentemente aos fatores exógenos (fora do seu controlo) como o preço dos Commodities, são fatores que dificultam, mas em contrapartida, esses países têm a vantagem de estar de certa forma protegidos de algumas calamidades e guerras regionais com que os demais países se debatem.

3. A que se deve a diferença entre o nível de desenvolvimento socioeconómico de São Tomé e Príncipe e o dos demais MEI?

A inserção regional de São Tomé e Príncipe é menos favorável ao desenvolvimento do que a dos demais MEI das Caraíbas e do Indico, que têm respetivamente, os EUA e a Índia como vizinhos. O nosso colonizador não podia nos servir de ancora, porque não tem peso geopolítico que tem os EUA, ou mesmo o Reino Unido. A nossa língua também não nos permite acesso à ciência, Esse foi um dos nossos males. Mas, já estamos na altura de começar a dar a volta a situação.

4. É possível superar os constrangimentos ou catapultar as vantagens que a dimensão e a insularidade provocam ao país? Se sim, como? Se não, porquê?

Sim através do desenvolvimento de capacidades (com uma educação de qualidade) para inovar e adaptar à mudanças - Política macroeconómica adequada que garanta estabilidade cambial e uma política fiscal que mantenha o saldo fiscal dentro dos limites correspondentes a melhores práticas internacional; Assegurando a competitividade mantendo os salários alinhados com a produtividade nacional; Estratégia clara, que se assente no aproveitamento da localização geográfica, especializando-se na prestação de serviços (turístico e de transbordo) de alta qualidade, que difira dos outros países não pelo custo, mas sim pela especificidade.

B. A concepção das políticas do FMI para os MEI

5. Como avalia a importância das organizações internacionais no apoio ao processo de desenvolvimento dos MEI?

O apoio das organizações internacionais ao processo de desenvolvimento dos MEI materializa-se em assistência técnica (fortalecendo a capacidade institucional) e financeira, o que é positivo.

6. Devia o FMI recomendar política macroeconómica especial para os MEI, ou igual aos dos demais membros? Porquê?

Na substancia, não. Mas, na forma sim devia ser. O FMI deve ter em conta as especificidades desses países. O seu mercado não tem a mesma capacidade de resposta que nos outros países.

7. Considera que a configuração da estrutura governativa e de capital do FMI tem tido influência na formulação dos programas destinados aos MEI?

Não. A estrutura governativa não impede diálogo com a instituição. Há fóruns que permitem essa discussão.

Os países é que têm que ter capacidade de discutir e justificar porque é que essas políticas eventualmente não as serve.

C. O caso de São Tomé e Príncipe.

8. As políticas macroeconómicas propostas pelo FMI influenciaram o desenvolvimento socioeconómico de São Tomé e Príncipe? Como?

Acho que influenciaram de forma positiva. Algum equilíbrio macroeconómico que temos deve-se á essas políticas.

9. Alianças geoestratégicas (regional, com algum país hegemónico, ou outras) podem ser fundamentais para o desenvolvimento de STP? Como?

Ajudaria a superar as limitações que temos para construir economia de escala.

10. O nível de desenvolvimento de São Tomé e Príncipe fica a dever também às fragilidades institucionais (incluindo as do sector da Justiça)?

Sim, as instituições são fracas e pouco capazes de enfrentar os desafios que o país enfrenta. De fato, a justiça é o pilar do Estado de direito. Sem a justiça não há desenvolvimento, não há proteção de propriedade privada e direitos individuais.

11. Acha que seria profícuo ancorar o sector judiciário são-tomense à uma instituição internacional? Porquê?

Penso que não é necessário, nem é dignificante. A justiça deve ser nacional, ou seja, são-tomense. O que é necessário é encontrar mecanismos capazes de eliminar os elementos de subjetividade que são próprios de pequenas sociedades.

12. Se concorda, qual seria a modalidade da ancoragem (que aspetos, à quem, durante quanto tempo)?

Não sei se há alguma instituição internacional capaz de prestar este tipo de assistência. Mas, se se partir para algo desse género, talvez se deva procurar juízes internacionais que possam ajudar na avaliação e controlo garantindo assim uma melhor qualidade da justiça.

ESE6

A. Microestados insulares (MEI)

1. Quais os principais factores que influenciam/condicionam o processo de desenvolvimento económico?

A gestão que o país fizer dos factores de produção, e da sua inserção no mundo.

2. A micro-dimensão e insularidade influenciam (negativamente) o desenvolvimento socioeconómico? Como?

Influenciam muito, e pode-se mesmo dizer que são decisivos. Impedem a existência de economia de escala, o mercado é exíguo, e a probabilidade de encontrar líderes é mínima.

3. A que se deve a diferença entre o nível de desenvolvimento socioeconómico de São Tomé e Príncipe e o dos demais MEI?

A localização das Caraíbas ao lado dos EUA, e o facto de terem sido colónias do Reino Unido e EUA já lhes [os MEI das Caraíbas] proporciona uma outra mentalidade. A nossa localização é nefasta! O nosso passado colonial também não ajuda. É claro que a nossa dinâmica interna ao longo desses anos não contribuíram da melhor forma.

4. É possível superar os constrangimentos ou catapultar as vantagens que a dimensão e a insularidade provocam ao país? Se sim, como? Se não, porquê?

As chances são ao longo prazo. Desenhar bem as políticas públicas. Porém, devido à gravidade e profundidade das suas vulnerabilidades (sobretudo de natureza ambiental) os MEI nunca atingirão níveis de desenvolvimento dos países avançados. Acredito que ficar-se-ão, apenas pelo nível de "autossuficiência de sobrevivência". Basta uma tempestade para fazer recuar a economia do país em décadas.

B. A conceção das políticas do FMI para os MEI

5. Como avalia a importância das organizações internacionais no apoio ao processo de desenvolvimento dos MEI?

A fraqueza dos nossos recursos humanos, impedem uma melhor apropriação das negociações com essas organizações. Também, por isso, o resultado não é profícuo.

6. Devia o FMI recomendar política macroeconómica especial para os MEI, ou igual aos dos demais membros? Porquê?

O principal problema, é que desde o início não estávamos (e ainda não estamos) preparados para confrontar o FMI com as nossas próprias propostas. Não apresentamos alternativas devidamente preparadas.

7. Considera que a configuração da estrutura governativa e de capital do FMI tem tido influência na formulação dos programas destinados aos MEI?

O FMI está formatado para servir os interesses dos hegemónicos. O seu instrumento predileto é o sistema neoliberal para deixar países como o nosso em estado de coma. Mas não temos outra saída.

C. O caso de São Tomé e Príncipe.

8. As políticas macroeconómicas propostas pelo FMI influenciaram o desenvolvimento socioeconómico de São Tomé e Príncipe? Como?

Houve algumas políticas que podem ser consideradas de boas. Nem tudo foi mau. Conseguimos aprender algumas coisas.

9. Alianças geoestratégicas (regional, com algum país hegemónico, ou outras) podem ser fundamentais para o desenvolvimento de STP? Como?

Devemos, de forma consensual decidir o que queremos para o nosso país, e só depois partir para parcerias. Este passo ainda não foi dado, por isso é prematuro pensar em alianças.

10. O nível de desenvolvimento de São Tomé e Príncipe fica a dever também às fragilidades institucionais (incluindo as do sector da Justiça)?

Sim, sem duvidas. No entanto, alguns teóricos consideram que bons quadros levam 30 anos a ser formados, talvez tenham razão. Mas a situação na justiça está como em todos outros setores.

11. Acha que seria profícuo ancorar o sector judiciário são-tomense à uma instituição internacional? Porquê?

Tenho as minhas dúvidas. Isso teria que ser muito bem estudado.

12. Se concorda, qual seria a modalidade da ancoragem (que aspetos, à quem, durante quanto tempo)?

N/A

ESE9

A. Microestados insulares (MEI)

1. Quais os principais fatores que influenciam/condicionam o processo de desenvolvimento económico?

As teorias económicas dizem que o bom uso dos fatores de produção aliados a boas políticas públicas é que proporcionam o desenvolvimento.

2. A micro-dimensão e insularidade influenciam (negativamente) o desenvolvimento socioeconómico? Como?

Acho que a micro-dimensão e insularidade não ajudam. Mas a ciência económica parece que não tem isso em conta. Os países pequenos precisam, ter seus próprios cientistas que possam debruçar-se sobre esses assuntos. O mercado muito pequeno dificulta o funcionamento das regras da oferta e da procura.

3. A que se deve a diferença entre o nível de desenvolvimento socioeconómico de São Tomé e Príncipe e o dos demais MEI?

A maior parte deles não teve essa independência total como a nossa. Em 1975 se fizéssemos a mesma escolha da Madeira ou das Ilhas Canárias, estaríamos hoje no mesmo patamar que esses outros MEI.

4. É possível superar os constrangimentos ou catapultar as vantagens que a dimensão e a insularidade provocam ao país? Se sim, como? Se não, porquê?

Acho muito difícil. Se extrapolarmos os “ganhos” que tivemos nesses anos todos- mais de quarenta- facilmente podemos concluir, que nenhum milagre vai acontecer. Ou seja, não sinais que vamos conseguir sair disso. Pessoalmente, não alimento esse tipo de otimismo.

B. A conceção das políticas do FMI para os MEI

5. Como avalia a importância das organizações internacionais no apoio ao processo de desenvolvimento dos MEI?

Acho que não foram más. Sem elas estaríamos ainda pior. O conhecimento do FMI e BM ajudaram-nos a estruturar a política fiscal e orçamental que hoje temos. Talvez pudesse ser melhor se eles tivessem experiência com países da nossa dimensão. Mas infelizmente, São Tomé e Príncipe foi piloto. E talvez cobaia.

6. Devia o FMI recomendar política macroeconómica especial para os MEI, ou igual aos dos demais membros? Porquê?

Acho que sim, devido a sua dimensão.

7. Considera que a configuração da estrutura governativa e de capital do FMI tem tido influência na formulação dos programas destinados aos MEI?

Nunca me debrucei sobre isso. Talvez seja.

C. O caso de São Tomé e Príncipe.

8. As políticas macroeconómicas propostas pelo FMI influenciaram o desenvolvimento socioeconómico de São Tomé e Príncipe? Como?

Como eu já tinha dito, eles nos ajudaram, embora não o suficiente, por falta de conhecimento da realidade de países como o nosso. Por isso devemos a eles o pouco do crescimento que temos.

9. Alianças geoestratégicas (regional, com algum país hegemónico, ou outras) podem ser fundamentais para o desenvolvimento de STP? Como?

Penso que sim. Precisamos imensamente. Não sei como. É uma questão que temos que equacionar urgentemente.

10. O nível de desenvolvimento de São Tomé e Príncipe fica a dever também às fragilidades institucionais (incluindo as do sector da Justiça)?

Sem dúvidas que sim. A fragilidade é evidente em todos sectores. E a justiça é deles.

11. Acha que seria profícuo ancorar o sector judiciário são-tomense à uma instituição internacional? Porquê?

Sim, acho. Como eu disse atrás, nós não vamos conseguir ir longe sozinhos. No âmbito da justiça é bem evidente a fragilidade que se manifesta em amiguismo e outros males.

12. Se concorda, qual seria a modalidade da ancoragem (que aspetos, a quem, durante quanto tempo)?

Eu preferia que encontrasse uma modalidade de ancoragem com Portugal.

ESE10

A. Microestados insulares (MEI)

1. Quais os principais que influenciam/condicionam o processo de desenvolvimento económico?

Acho que depende do nível de planificação, de coordenação, e sobretudo da capacidade humana para desempenhar essa tarefa.

2. A micro-dimensão e insularidade influenciam (negativamente) o desenvolvimento socioeconómico? Como?

Sim, porque as sinergias de transformação de recursos ficam afetadas.

3. A que se deve a diferença entre o nível de desenvolvimento socioeconómico de São Tomé e Príncipe e o dos demais MEI?

A diferença deve-se ao enquadramento regional, e talvez á qualidade de dialogo social.

4. É possível superar os constrangimentos ou catapultar as vantagens que a dimensão e a insularidade provocam ao país? Se sim, como? Se não, porquê?

É possível se se aproveitar alguns aspetos geoestratégicos. É preciso ter um bom quadro de cooperação aproveitando as sinergias geoestratégicas.

B. A conceção das políticas do FMI para os MEI

5. Como avalia a importância das organizações internacionais no apoio ao processo de desenvolvimento dos MEI?

Essas organizações têm feito o que podem. Nós é que não temos sabido aproveitar da melhor forma.

6. Devia o FMI recomendar política macroeconómica especial para os MEI, ou igual aos dos demais membros? Porquê?

O FMI tem receitas iguais para todos os países. Considero que deve ser mesmo assim, está correto. Os MEI são países como os outros, pelo que não tem sentido querer tratamento diferente, e querer igualdade em outras coisas. Os governos, especialmente do nosso país, é que não têm sabido agir corretamente para a aplicação das políticas.

7. Considera que a configuração da estrutura governativa e de capital do FMI tem tido influência na formulação dos programas destinados aos MEI?

Não considero que seja assim. Os governos é que têm que agir de acordo com as suas especificidades.

C. O caso de São Tomé e Príncipe.

8. As políticas macroeconómicas propostas pelo FMI influenciaram o desenvolvimento socioeconómico de São Tomé e Príncipe? Como?

As influencias forma boas no geral. No entanto, algumas coisas ficaram mal resolvidas: a dependência das importações agravou-se. A cultura do consumismo também.

9. Alianças geoestratégicas (regional, com algum país hegemónico, ou outras) podem ser fundamentais para o desenvolvimento de STP? Como?

Sim. E as autoridades nacionais pecam por não o terem feito a mais tempo. Falta-nos o dinamismo. Atualmente, o mercado deve ser visto de forma global. Os países não podem estar isolados.

10. O nível de desenvolvimento de São Tomé e Príncipe fica a dever também às fragilidades institucionais (incluindo as do sector da Justiça)?

Sim, as fragilidades são evidentes, e devem-se sobretudo a falta de planeamento. Mas a sede do problema não é a justiça.

11. Acha que seria profícuo ancorar o sector judiciário são-tomense à uma instituição internacional? Porquê?

Não acho. Não considero que se resolva algo com isso.

12. Se concorda, qual seria a modalidade da ancoragem (que aspetos, à quem, durante quanto tempo)?

ESE11

A. Microestados insulares (MEI)

1. Quais os principais fatores que influenciam/condicionam o processo de desenvolvimento económico?

Eu diria que tudo influencia. Mesmo os mais pequenos pormenores dos diversos sectores da sociedade, influenciam.

2. A micro-dimensão e insularidade influenciam (negativamente) o desenvolvimento socioeconómico? Como?

Consumo reduzido, mercado pequeno e dificuldade de se financiar no mercado internacional, são os fatores que mais impedem o desenvolvimento dos MEI

3. A que se deve a diferença entre o nível de desenvolvimento socioeconómico de São Tomé e Príncipe e o dos demais MEI?

Esses países fizeram opções de desenvolvimento diferente de São Tomé e Príncipe. Optaram por especializar-se em prestação de serviços financeiros (com ofshores, por exemplo). Quando o nosso país despertou, ou seja, há poucos anos atrás, já não era possível. A luta contra o branqueamento de capitais já não permite fazer esse tipo de opções.

4. É possível superar os constrangimentos ou catapultar as vantagens que a dimensão e a insularidade provocam ao país? Se sim, como? Se não, porquê?

Acho que sim. Mas talvez seja necessário mudar o nosso sistema governativo, que gera muitas clivagens. Um regime presidencialista talvez seja mais profícuo. Também devíamos ter estratégico de desenvolvimento que engaje a todas forças políticas e de cumprimento obrigatório.

B. A conceção das políticas do FMI para os MEI

5. Como avalia a importância das organizações internacionais no apoio ao processo de desenvolvimento dos MEI?

A atuação do BM e do FMI não é nem boa, nem má. Há aspetos bons. Mas a falta de capacidade de países pequenos faz com que essas instituições possam impor as suas próprias regras.

6. Devia o FMI recomendar política macroeconómica especial para os MEI, ou igual aos dos demais membros? Porquê?

De facto, as políticas a implementar devem estar em função da realidade concreta do país. A falta de recursos humanos qualificados, instituições fracas não facilitam a confrontação de ideias.

7. Considera que a configuração da estrutura governativa e de capital do FMI tem tido influência na formulação dos programas destinados aos MEI?

Sim, o dono dos recursos impõe as suas vontades.

C. O caso de São Tomé e Príncipe.

8. As políticas macroeconómicas propostas pelo FMI influenciaram o desenvolvimento socioeconómico de São Tomé e Príncipe? Como?

Sim. O FMI propõe políticas, que em alguns casos são mesmo absurdas. Não é possível fazer-se imposições sobre a necessidade de se fazer poupanças à populações que mal têm os recursos para garantir um consumo básico.

9. Alianças geoestratégicas (regional, com algum país hegemónico, ou outras) podem ser fundamentais para o desenvolvimento de STP? Como?

Pode ser que sim. Mas tem que ser algo diferente das relações que temos com Taiwan, e outros.

10. O nível de desenvolvimento de São Tomé e Príncipe fica a dever também às fragilidades institucionais (incluindo as do sector da Justiça)?

Sim. Falta-nos a capacidade negocial. E de estrutura de seguimento do âmbito judicial

11. Acha que seria profícuo ancorar o sector judiciário são-tomense à uma instituição internacional? Porquê?

Pode fazer sentido. A justiça deve ser um elemento de confiança do sistema. E em São Tomé e Príncipe é o contrario.

12. Se concorda, qual seria a modalidade da ancoragem (que aspetos, à quem, durante quanto tempo)?

Não tenho ideias formadas sobre isso. Tem de ser bem pensado...

ESE14

A. Microestados insulares (MEI)

13. Quais os principais fatores que influenciam/condicionam o processo de desenvolvimento económico?

De uma forma geral, é o tipo de governação que determina o desenvolvimento. Pode-se falar de planificação, de existência de recursos naturais, etc. Mas tudo isso tem menor influencia do que a governação.

14. A microdimensão e a insularidade influenciam (negativamente) o desenvolvimento socioeconómico? Como?

Não é determinante, mas, influencia de várias formas. Até a forma de pensar de pessoas que estão confinadas a este pequeno espaço geográfico [pequenas ilhas] incomoda o desenvolvimento. Não conseguem focar-se no que é principal. Preocupam-se com coisas menores. Todos se conhecem, e não é fácil separar as águas- o pessoal, do objetivo global da sociedade.

15. A que se deve a diferença entre o nível de desenvolvimento socioeconómico de São Tomé e Príncipe e o dos demais MEI?

Não sei se esses países estão tão bem desenvolvidos assim. Aparentemente, parece que estão, mas eu penso que não se trata de um desenvolvimento sustentado. Basta os americanos e britânicos tirarem o seu capital, que ficará a vista que o seu desenvolvimento é ilusório. No entanto, se nós tivéssemos esses “americanos e britânicos” aqui no nosso país, a coisa seria outra.

16. É possível superar os constrangimentos ou catapultar as vantagens que a dimensão e a insularidade provocam ao país? Se sim, como? Se não, porquê?

Sim. Precisamos cativar o investimento estrangeiro, de verdade. Não são esses pequenos comerciantes (estrangeiros) que temos aqui. Tem que ser coisas mais sólidas e em quantidade e qualidade acima da média. Digo, acima do que eles normalmente fazem em África. Talvez por desconfiança, não se vê assim grandes investimentos dos ocidentais na África subsariana.

B. A conceção das políticas do FMI para os MEI

17. Como avalia a importância das organizações internacionais no apoio ao processo de desenvolvimento dos MEI?

Acho que é importante, sobretudo para o nosso país, porque ajuda a transmitir alguma confiança na nossa gestão aos doadores. Por outro lado, eles têm sido o nosso amparo em termos técnicos e mesmo financeiros.

18. Devia o FMI recomendar política macroeconómica especial para os MEI, ou igual aos dos demais membros? Porquê?

Não me parece que as políticas tenham que ser especiais. Acho que têm é que ser menos agressivas, tanto para MEI como para outros países.

19. Considera que a configuração da estrutura governativa e de capital do FMI tem tido influência na formulação dos programas destinados aos MEI?

Não acho. A estrutura governativa pode ter alguma influência para os países influentes. Porque o FMI não os controla. Mas o resto de países têm o mesmo tratamento.

C. O caso de São Tomé e Príncipe.

20. As políticas macroeconómicas propostas pelo FMI influenciaram o desenvolvimento socioeconómico de São Tomé e Príncipe? Como?

Sim. Basicamente é o FMI que traçou as políticas macroeconómicas de São Tomé e Príncipe, por isso, elas influenciaram para o bem e para o mal. Embora a implementação não seja da sua responsabilidade.

21. Alianças geoestratégicas (regional, com algum país hegemónico, ou outras) podem ser fundamentais para o desenvolvimento de STP? Como?

Sim, elas podem ser importantes para o desenvolvimento, se bem escolhidas. Ou seja, se se basear numa boa geoestratégia. Mas eu duvido que tenhamos capacidade para desenhar essa estratégia.

22. O nível de desenvolvimento de São Tomé e Príncipe fica a dever também às fragilidades institucionais (incluindo as do sector da Justiça)?

Sim, e muito. Como já disse atrás, o facto de as relações pessoais poderem influenciar nas decisões é sobretudo dramático no sector da justiça.

23. Acha que seria profícuo ancorar o sector judiciário são-tomense à uma instituição internacional? Porquê?

Não tenho a menor dúvida que sim. Porque resolveria uma parte do problema da familiaridade entre as pessoas.

24. Se concorda, qual seria a modalidade da ancoragem (que aspetos, à quem, durante quanto tempo)?

Não que modalidade de ancoragem é melhor, nem com quem. Só sei que deve ser alguma instituição credível.

ESE15

A. Microestados insulares (MEI)

1. Quais os principais fatores que influenciam/condicionam o processo de desenvolvimento económico?

Acho que é basicamente a estrutura da economia e da população. Quando a economia é dominada pelo sector agrícola, o país não desenvolve. Basta ver os países ocidentais, ou asiáticos. Há algum que se tenha desenvolvido com economia baseada na agricultura? A resposta é não. Quanto á estrutura da população, refiro-me mais a quantidade e qualidade da população ativa.

2. A microdimensão e a insularidade influenciam (negativamente) o desenvolvimento socioeconómico? Como?

Uma parte da resposta a esta questão já está na anterior. A pequenez limita a quantidade e também a qualidade da população ativa, ou recursos humanos (como se quiser designar). Por essa razão os países com essa dimensão têm maior dificuldade em desenvolver-se.

3. A que se deve a diferença entre o nível de desenvolvimento socioeconómico de São Tomé e Príncipe e o dos demais MEI?

A estrutura da sua economia. Não estudei esses países. No entanto, as informações que tenho levam-me a deduzir que embora tenham alguma exportação de produtos agrícolas, a maior parte da sua receita advém de serviços. A agricultura não é um sector dinâmico. Durante séculos, o cacau se planta e se colhe do mesmo modo. É muito estático, não requer muitos conhecimentos científicos e tecnológicos. A ciência, a busca pelos conhecimentos, promovem o desenvolvimento.

4. É possível superar os constrangimentos ou catapultar as vantagens que a dimensão e a insularidade provocam ao país? Se sim, como? Se não, porquê?

Sim, é. Fazendo exatamente o que esses outros MEI fizeram. É uma questão de estudarmos esses países e ver o que eles fizeram e fazer o mesmo. Já não se inventa a pólvora. Ela já está inventada.

B. A conceção das políticas do FMI para os MEI

5. Como avalia a importância das organizações internacionais no apoio ao processo de desenvolvimento dos MEI?

Como disse, eu não estudei os outros países, por isso é difícil falar sobre a atuação das organizações internacionais nos mesmos. No entanto, parece que a atuação é similar as que foram feitas aqui. Sendo assim, devo dizer que foram e são importantes, embora haja ainda grande margem para melhorar.

6. Devia o FMI recomendar política macroeconómica especial para os MEI, ou igual aos dos demais membros? Porquê?

o FMI deve recomendar política macroeconómica diferente para cada país. Cada um tem a sua realidade. E praticamente o que recomendam ao nosso país é tirado a “papel químico” das políticas recomendadas aos outros países. Basta fazer uma busca rápida na internet para se provar isso. E isto é muito mau, e nem sequer há razões para tal. O FMI tem dos melhores técnicos do mundo em matéria de conhecimentos e capacidades.

7. Considera que a configuração da estrutura governativa e de capital do FMI tem tido influência na formulação dos programas destinados aos MEI?

Vendo bem, acho que sim. Pode ser que não se importem tanto com os que não têm influência da direção da instituição.

C. O caso de São Tomé e Príncipe.

8. As políticas macroeconómicas propostas pelo FMI influenciaram o desenvolvimento socioeconómico de São Tomé e Príncipe? Como?

Em algumas coisas foram boas, em outras, nem por isso. Não fazia sentido por exemplo, que não tivessem recomendado ao país a mudança da estrutura económica. Pelo contrário incentivaram. Impuseram gestores expatriados, impuseram novos empréstimos, e afundaram o país em dívidas. Ou seja, a situação real da economia piorou, porque ficamos com dívidas e sem um setor produtivo capaz de gerar recursos para pagá-las.

9. Alianças geoestratégicas (regional, com algum país hegemónico, ou outras) podem ser fundamentais para o desenvolvimento de STP? Como?

As alianças podem ser boas ou más. Elas podem deixar o país de braços atados, porque assumiram compromissos. E um divorcio nem sempre é pacífico, e quase sempre deixa sequelas. Mas se tiver sorte, ou talvez se se fizer boas escolhas, pode ser um bom caminho.

10. O nível de desenvolvimento de São Tomé e Príncipe fica a dever também às fragilidades institucionais (incluindo as do sector da Justiça)?

Sim. Muitas vezes esquecemos de olhar para nós. Temos tantas fragilidades! Como o país pode desenvolver-se? No nosso setor por exemplo, é impensável recorrer a justiça para fazer cumprir o que as disposições legais impõem a todos. É a própria justiça que não daria importância nenhuma a essa queixa, talvez por não ter importância mediática. E tudo isso contribui para o nosso atraso.

11. Acha que seria profícuo ancorar o sector judiciário são-tomense à uma instituição internacional? Porquê?

Seria profícuo ancorar o sector judiciário sim. Porque o nosso não funciona. As pessoas parecem que estão viciadas.

12. Se concorda, qual seria a modalidade da ancoragem (que aspetos, à quem, durante quanto tempo)?

Talvez algum órgão das Nações Unidas.

ESE19

A. Microestados insulares (MEI)

1. Quais os principais fatores que influenciam/condicionam o processo de desenvolvimento económico?

A estabilidade dos equilíbrios macroeconómicos e o tipo do sector privado manifestado na sua capacidade de inovação tecnológica, são dentre outros os principais fatores que influenciam/condicionam o processo de desenvolvimento económico.

2. A microdimensão e a insularidade influenciam (negativamente) o desenvolvimento socioeconómico? Como?

É mais difícil manter o equilíbrio macroeconómico num microestado do que num país maior. E por outro lado, o empresariado dos países referidos são de microdimensão, e em geral com poucas capacidades tecnológicas. Tudo isto são especificidades que condicionam o desenvolvimento dos MEI.

3. A que se deve a diferença entre o nível de desenvolvimento socioeconómico de São Tomé e Príncipe e o dos demais MEI?

Por motivos diversos, aqueles outros MEI tiveram ajudas externas em termos de implantação de empresas de capitalistas do Ocidente. A força motriz desses países localiza-se nos países ocidentais, como EUA.

4. É possível superar os constrangimentos ou catapultar as vantagens que a dimensão e a insularidade provocam ao país? Se sim, como? Se não, porquê?

Temos que encontrar formas de atrair filiais de empresas ocidentais para o nosso país. Claro que temos que criar condições para o efeito. Temos que procurar merecer a confiança deles.

B. A conceção das políticas do FMI para os MEI

5. Como avalia a importância das organizações internacionais no apoio ao processo de desenvolvimento dos MEI?

Uma faca de dois gumes. Por um lado, é muito importante. Sem eles falta-nos tudo. Por outro lado, deixa-nos cada vez mais dependentes de ajudas dos mesmos.

6. Devia o FMI recomendar política macroeconómica especial para os MEI, ou igual aos dos demais membros? Porquê?

Sim. equilíbrio macroeconómico num microestado não se pode garantir do mesmo modo que num país maior. O FMI, frequentemente ignora esse facto.

7. Considera que a configuração da estrutura governativa e de capital do FMI tem tido influência na formulação dos programas destinados aos MEI?

Acredito que sim. Os verdadeiros donos dessa instituição estão interessados em manter o Status quo. Aparentemente, todos membros têm voz nas estruturas dessa organização. Mas nem todas vezes são ouvidas do mesmo modo.

C. O caso de São Tomé e Príncipe.

8. As políticas macroeconómicas propostas pelo FMI influenciaram o desenvolvimento socioeconómico de São Tomé e Príncipe? Como?

Sim. A forma como tentaram estabilizar os equilíbrios macroeconómicos não resultou muito bem. Algumas coisas até correram bem. Mas outras não correram bem. Ainda hoje temos défice das contas externas. E são ainda mais profundos do que no início da Republica. Também não conseguimos com elas, atrair o setor privado externo.

9. Alianças geoestratégicas (regional, com algum país hegemónico, ou outras) podem ser fundamentais para o desenvolvimento de STP? Como?

É uma hipótese que se pode analisar. Embora não me pareça fundamental.

10. O nível de desenvolvimento de São Tomé e Príncipe fica a dever também às fragilidades institucionais (incluindo as do sector da Justiça)?

É verdade. A fragilidade institucional também impede o desenvolvimento. E temos de distinguir a fragilidade institucional do nível académico. Agora já temos muita gente formada. Mas a fragilidade vai mais alem disso. E tem dizimado o país.

11. Acha que seria profícuo ancorar o sector judiciário são-tomense à uma instituição internacional? Porquê?

Não tenho certezas neste aspeto. É uma matéria que foge o meu domínio. Deixo isso para juristas.

12. Se concorda, qual seria a modalidade da ancoragem (que aspetos, à quem, durante quanto tempo)?

Não sei

ESE21

A. Microestados insulares (MEI)

1. Quais os principais fatores que influenciam/condicionam o processo de desenvolvimento económico?

São vários fatores: como se governa o país, a historia económica, a cultura. E todos são importantes.

2. A microdimensão e a insularidade influenciam (negativamente) o desenvolvimento socioeconómico? Como?

Influenciam tanto negativamente, como podem ser também um fator positivo. Por ser pequeno tem muitas dificuldades de diversificar o comercio externo e de conseguir financiamento em quantidade suficiente. E isso constitui um problema para o desenvolvimento. Mas, por ser pequeno, também basta poucos sectores da economia do país estarem a funcionar bem, para garantir empregos para a população.

3. A que se deve a diferença entre o nível de desenvolvimento socioeconómico de São Tomé e Príncipe e o dos demais MEI?

Sobretudo os países do continente americano, constituíram uma espécie de plataforma económica entre si, que pode ser vista como uma extensão territorial. Por conseguinte, não sofrem as dificuldades relacionadas com a diversificação do comércio externo, não são experimentadas por eles. Essa aliança ajuda também em outras questões organizativas que podem potenciar o desenvolvimento. Talvez seja esta a razão dos seus sucessos.

4. É possível superar os constrangimentos ou catapultar as vantagens que a dimensão e a insularidade provocam ao país? Se sim, como? Se não, porquê?

É algo difícil para nós. Não temos vizinhos com as nossas características geográficas e culturais como nas Caraíbas. Mas temos que encontrar saídas para desenvolver o nosso comércio externo. Temos que ter um bom plano de desenvolvimento para o país. Já tivemos vários, mas eles não eram executáveis. As pessoas têm o hábito de descaracterizar “elaboração de planos” com o socialismo. E então, não executam coisas que estão previstas. Por isso temos que ter um plano trasposto em lei. Se o conseguirmos fazer, talvez essa seja uma via para superar os constrangimentos da pequenez.

B. A conceção das políticas do FMI para os MEI

5. Como avalia a importância das organizações internacionais no apoio ao processo de desenvolvimento dos MEI?

A melhor avaliação possível. Pelo menos no que diz respeito a São Tomé e Príncipe. Certo que ainda não conseguimos atingir o desenvolvimento almejado. Mas, as organizações internacionais têm feito o seu melhor.

6. Devia o FMI recomendar política macroeconómica especial para os MEI, ou igual aos dos demais membros? Porquê?

Acho que o FMI recomenda políticas macroeconómicas especial para cada membro, apesar de haver um tronco comum, como não podia deixar de ser.

7. Considera que a configuração da estrutura governativa e de capital do FMI tem tido influência na formulação dos programas destinados aos MEI?

Não acho. Os programas são diferenciados. Se fossem iguais, não haveria missões para desenhar os programas. Bastava enviar pelos correios.

C. O caso de São Tomé e Príncipe.

8. As políticas macroeconómicas propostas pelo FMI influenciaram o desenvolvimento socioeconómico de São Tomé e Príncipe? Como?

Tinham que influenciar. Só que a influencia foi perversa, porque não implementámos as coisas como foram recomendadas. Se olharmos bem para a história dessas recomendações, damos conta que a sua implementação é que deixou muito a desejar.

9. Alianças geoestratégicas (regional, com algum país hegemónico, ou outras) podem ser fundamentais para o desenvolvimento de STP? Como?

Sim, claro. Veja o que se passa com os MEI já citados. Eles fizeram alianças e os resultados estão a vista. Temos de procurar países com os quais podemos fazer alianças. E acredito que haja vontade política, se calhar, é que nos falta.

10. O nível de desenvolvimento de São Tomé e Príncipe fica a dever também às fragilidades institucionais (incluindo as do sector da Justiça)?

As fragilidades são várias. E em quase todos domínios, incluindo a justiça sim.

11. Acha que seria profícuo ancorar o sector judiciário são-tomense à uma instituição internacional? Porquê?

É o que os outros MEI fizeram.! Temos que lhes seguir a pisada.

12. Se concorda, qual seria a modalidade da ancoragem (que aspetos, à quem, durante quanto tempo)?

Qualquer modalidade seria bem-vinda.

ESE16

A. Microestados insulares (MEI)

1. Quais os principais fatores que influenciam/condicionam o processo de desenvolvimento económico?

A falta de maturidade e falta do sentido de estado Nação: a) condiciona a capacidade para gerar grandes consensos, a vários níveis, em torno de questões chaves da nação; b) falta da percepção/consciência do risco da inviabilidade do país, a longo prazo, devido a extrema e cada vez maior dependência do assistencialismo externo, perante o perfil dum estado institucionalmente fraco, tendente a “estado faz de conta”. Num estado em que a queda sucessiva de governo, o eleitoralismo e o populismo funcionando como “doutrina”, é incapaz de planear e executar com sucesso uma estratégia de desenvolvimento de longo prazo; c) Falta do espírito de estado Nação e ausência de autoestima (com os cidadãos valorizarem mais tudo que venha de fora); d) Tudo isso tem impacto evidentes no clima permanente de crispação e de grande fragilidade institucional que se conhece no país.

. justamente por tal falta da maturidade acima referenciada.

2. A microdimensão e a insularidade influenciam (negativamente) o desenvolvimento socioeconómico? Como?

Sim. Este fator constitui um enorme custo para o desenvolvimento, mas que podia ser ultrapassado se os líderes e cidadãos em geral tomassem a consciência desse custo e, em face disso, delineassem uma estratégia mobilizadora para o superar, em vez duma postura passiva e de mera reclamação sobre essa ‘fatalidade’. A A fraca base infraestrutural, a dupla insularidade e o a reduzida dimensão territorial e demográfica constituem entraves adicionais. Outrossim, esse fator pode ser transformado em potencial vantagem competitiva

3. A que se deve a diferença entre o nível de desenvolvimento socioeconómico de São Tomé e Príncipe e o dos demais MEI?

São muitos. Desde já, todos não têm características iguais, da mesma maneira que outros não terão a liderança nem a população (quantidade e tipologia demográfica) que temos, nem o passado histórico que temos, nem a situação geopolítica que temos. Até porque se muitos tiveram sucesso como é, por exemplo, o caso de Singapura, não se pode dizer que não haja mais casos de insucesso ou de fraca performance.

4. É possível superar os constrangimentos ou catapultar as vantagens que a dimensão e a insularidade provocam ao país? Se sim, como? Se não, porquê?

É sim possível, mas nunca sem muito esforço, muito trabalho, muita dedicação, mobilização de toda vontade e de toda força nacionais em torno dum programa de desenvolvimento galvanizador, assente numa estratégia de longo prazo que seja consensual. E tudo isso forjado e implementado com uma liderança forte, mais inclusiva.

B. A conceção das políticas do FMI para os MEI

5. Como avalia a importância das organizações internacionais no apoio ao processo de desenvolvimento dos MEI?

É muito importante, pois sem elas os MEI não sobrevivem nem um mês. Apesar de ser de se lamentar alguma “desfaçatez” ou mesmo má-fé nesse processo. Os termos e condições dessas “ajudas” em muitos casos não facilitam a sua melhor capitalização. Muitas dessas ajudas em vez ajudar ‘matam’ a economia.

6. Devia o FMI recomendar política macroeconómica especial para os MEI, ou igual aos dos demais membros? Porquê?

Não se trata de política igual ou diferente porque nunca foi igual e houve sempre dois pesos e duas medidas por parte de FMI. Faltará sim, medidas verdadeiramente adequadas cada MEI, coisa que seria também difícil de realizar na ausência duma liderança forte e esclarecida sobre o que país quer. Acho que damos demasiada atenção a FMI porque nos faltou maturidade e conhecimento de como governar. A ideia de eles ajudarem com recursos financeiros é uma pura fantasia.

7. Considera que a configuração da estrutura governativa e de capital do FMI tem tido influência na formulação dos programas destinados aos MEI?

Sim. Sabemos que há grandes assimetrias na definição de ordem económica mundial. Mas mesmo assim, não confiaria em demasia o destino do País na mão de FMI. Preferiria aprender as algumas lições sobre como equilibrar o processo de desenvolvimento equilibrado e sustentado. Acho que damos demasiada atenção a FMI porque nos faltou maturidade e conhecimento de como governar. A ideia de esses ajudarem com recursos financeiros é uma pura fantasia. O objetivo claramente impor os estados disciplinares de gestão para facilitar, comércio mundial e seguro (infelizmente feito sempre pelos mais fortes), e nunca se esforçar para que os países saiam do foco: Tipologia/Pensamento dessas organizações: “Que haja manifestação, que haja golpe de estado, que haja revolta popular, que os pobres moram de fome; o que não pode faltar é dinheiro colocado nos bancos dos mais fortes, na hora de retorno de capital investido (direto ou indireto)”. E para tal valerá a pena dar um dinheirinho com juro concecional para em troca aceitarmos a humilhação, porque não podemos ou não queremos ou não sabemos nos disciplinar a nós próprios.

C. O caso de São Tomé e Príncipe.

8. As políticas macroeconómicas propostas pelo FMI influenciaram o desenvolvimento socioeconómico de São Tomé e Príncipe? Como?

Sim. É positivo, mas inadequado, insuficiente e desigual.

9. Alianças geoestratégicas (regional, com algum país hegemónico, ou outras) podem ser fundamentais para o desenvolvimento de STP? Como?

Sim. É mais do que comum dizer-se que ações coletivas lá onde as vontades de cooperação e de ajuda mútua entre os estados vizinhos, especialmente no contexto regional, podem se constituir em vantagens competitivas, já que se pode fazer valer as múltiplas vantagens comparativas de cada estado. Não considero a importância de quem conosco coopera, mas sim como o fazemos, para que as partes possam ganhar, e no nosso caso, faz falta de cooperação Sul-Sul.

10. O nível de desenvolvimento de São Tomé e Príncipe fica a dever também às fragilidades institucionais (incluindo as do sector da Justiça)?

Obviamente. A fragilidade institucional do país quase total. Só falta sermos declarados de estado ‘pária’. Na verdade, fingimos de sermos um estado, consciente ou não de que não controlamos quase nada que seja básico, pensar e trabalhar, estruturadamente, no futuro do país. A saúde, a educação, a banca, embora com os seus limites, pode ser das poucas exceções.

11. Acha que seria profícuo ancorar o sector judiciário são-tomense à uma instituição internacional? Porquê?

Não. Não acho. Se fosse assim então podíamos prescindir da República. O que falta é ter consciência do que se faz mal, e ter a maturidade e vontade política de mudar para melhor. E é justamente isso que nos falta: maturidade.

12. Se concorda, qual seria a modalidade da ancoragem (que aspetos, à quem, durante quanto tempo)?

Como não concordo....

ESE18

A. Microestados insulares (MEI)

1. Quais os principais fatores que influenciam/condicionam o processo de desenvolvimento económico?

Os fatores que influenciam/condicionam o desenvolvimento económico de um país são, fundamentalmente, os seguintes: i) a produção nacional – PIB e, conseqüentemente, o poder de compra das famílias; ii) existência ou não de um plano de desenvolvimento, com indicadores estruturados, sobretudo, para áreas mais diretamente ligados a um desenvolvimento sustentado como a educação e a saúde e, iii) estabilidade político governativa.

2. A micro-dimensão e insularidade influenciam (negativamente) o desenvolvimento socioeconómico? Como?

Influenciam negativamente. Isto porque, em primeiro lugar não facilita a economia de escala a insularidade e por outro, dificulta o processo de importação e exportação de produtos e circulação de pessoas. A micro-dimensão torna mais limitado o leque de produtos e serviços que possam ser oferecidos, pela inexistência de equilíbrio entre o aumento de capital humano (jovem) e espaço ocupado/empregos oferecidos.

3. A que se deve a diferença entre o nível de desenvolvimento socioeconómico de São Tomé e Príncipe e o dos demais MEI?

A ausência de plano, a fraca cultura de trabalho e a instabilidade política exacerbada foram os fatores que afetaram o processo de desenvolvimento de São Tomé e Príncipe. Existe uma cultura de trabalho pouco séria, pouco assertiva em São Tomé e Príncipe, o que leva com que muito do que poderia ter sido feito no país e pelo país, ainda está por ser realizado. Por outro lado, a instabilidade política que se foi vivendo levou com que projetos não tivessem continuidade e os passos para desenvolvimentos básicos fossem dados a “conta gotas”.

4. É possível superar os constrangimentos ou catapultar as vantagens que a dimensão e a insularidade provocam ao país? Se sim, como? Se não, porquê?

Sim, é possível superar alguns dos constrangimentos. O país é pequeno e insular, pouco se pode fazer quanto a isso. Mas seguindo o exemplo de muitos outros MEI, teremos que descobrir os nossos potenciais, isto é, aquilo que nos torna únicos, e explorar o seu desenvolvimento. Tornar o país especialista em um ou alguns sectores, seria um caminho vantajoso. A tão propalada transformação do país numa plataforma de prestação de serviço ao nível da sub-região, é uma ideia. Para se torne realidade, é preciso que, primeiramente, seja trabalhado as infra-estruturas de base...

B. A concepção das políticas do FMI para os MEI

5. Como avalia a importância das organizações internacionais no apoio ao processo de desenvolvimento dos MEI?

São de crucial importância. São as organizações internacionais que com os seus conhecimentos e experiência, podem assistir a delinear projetos e planos, apoiar financeiramente e até colocar o país em contacto com outros MEI que sejam casos de sucesso. Penso que muito ou pouco que as organizações internacionais podem trazer, devem ser aproveitados.

6. Devia o FMI recomendar política macroeconómica especial para os MEI, ou igual aos dos demais membros? Porquê?

O FMI Deve recomendar políticas específicas para os MEI pois, estes têm particularidades próprias da sua situação que devem ser levados em conta.

7. Considera que a configuração da estrutura governativa e de capital do FMI tem tido influência na formulação dos programas destinados aos MEI?

Sim, penso que influencia e, recentemente tem havido maior consciencialização deste problema.

C. O caso de São Tomé e Príncipe.

8. As políticas macroeconómicas propostas pelo FMI influenciaram o desenvolvimento socioeconómico de São Tomé e Príncipe? Como?

Sim, óbvio que com as políticas chegam as restrições e condições, o que por sua vez influencia o desenvolvimento.

Contrariamente ao que poderá considerar algumas pessoas, penso que influenciaram pela positiva. Dado o nível de instabilidade política que o país vive(u), aliado a nossa forte dependência da ajuda internacional, só não estamos pior porque, ainda, há respeito pelas recomendações que o FMI faz ao país.

9. Alianças geoestratégicas (regional, com algum país hegemónico, ou outras) podem ser fundamentais para o desenvolvimento de STP? Como?

Penso que sim. Alianças “quebram” um pouco a barreira geográfica devido a nossa insularidade. Existem inúmeras vantagens, como a troca de experiências, a possibilidade de desenvolver o comércio e o turismo, e acessos a muitos outros fatores facilitadores.

10. O nível de desenvolvimento de São Tomé e Príncipe fica a dever também às fragilidades institucionais (incluindo as do sector da Justiça)?

Sim, incluindo o sector da justiça. Infelizmente quase todos os sectores que deveriam ser a base do desenvolvimento económico e sustentável de um país, no caso de São Tomé e Príncipe, esta muito aquém do esperado, com muitas debilitações.

11. Acha que seria profícuo ancorar o sector judiciário são-tomense à uma instituição internacional? Porquê?

Embora possa brigar com soberania do país, penso que seria proveitoso uma tal ancoragem temporária. Neste momento o nível de credibilidade do sistema está baixo, é preciso que a população volte a acreditar e a ter confiança no sistema.

12. Se concorda, qual seria a modalidade da ancoragem (que aspetos, à quem, durante quanto tempo)?

O povo deve ter confiança no funcionamento do sector de justiça. É necessário que se acredite que realmente o sector judiciário é serio e tem competência para executar a justiça em nome da lei. Como se sabe, “o juiz não se decreta, forma-se”. Nesta perspetiva, poder-se-ia aproveitar dessa tal ancoragem, durante um determinado tempo, por exemplo, 10 anos, para se poder formar novos juizes.

ESE22

A. Microestados insulares (MEI)

1. Quais os principais fatores que influenciam/condicionam o processo de desenvolvimento económico?

O rigor e a disciplina como alicerces do desenvolvimento. Uma governação de continuidade também é um fator importante.

2. A micro-dimensão e insularidade influenciam (negativamente) o desenvolvimento socioeconómico? Como?

A cultura de responsabilização parece ser mais difícil nos MEI.

3. A que se deve a diferença entre o nível de desenvolvimento socioeconómico de São Tomé e Príncipe e o dos demais MEI?

A herança cultural (o tipo de colonização) do nosso país não nos ajuda. Os anglo-saxónicos têm uma cultura administrativa melhor..., são mais coesos quando se trata de defender os objetivos nacionais. Enfim, nós não temos visão.

4. É possível superar os constrangimentos ou catapultar as vantagens que a dimensão e a insularidade provocam ao país? Se sim, como? Se não, porquê?

Sim. Mas é um desafio de médio-longo prazos. Requer melhor qualificação do Recursos Humanos começando pelas crianças. É nelas que temos que incutir a cultura de desenvolvimento. Tem de haver uma rotura com o passado.

B. A conceção das políticas do FMI para os MEI

5. Como avalia a importância das organizações internacionais no apoio ao processo de desenvolvimento dos MEI?

Há alguma dificuldade no nosso relacionamento com essas organizações. Nem sempre há partilha do Know How. Vendem-nos o produto já cozinhado.

6. Devia o FMI recomendar política macroeconómica especial para os MEI, ou igual aos dos demais membros? Porquê?

As políticas têm que ser diferentes. E parece que os MEI que têm algum sucesso não aplicam as recomendações do FMI. Ultimamente, parece que está a registar-se alguma alteração. O FMI está a aprender com os referidos MEI.

7. Considera que a configuração da estrutura governativa e de capital do FMI tem tido influência na formulação dos programas destinados aos MEI?

Sim. Mas quando os países membros tiverem recursos humanos bem formados pode-se reverter a situação.

C. O caso de São Tomé e Príncipe.

8. As políticas macroeconómicas propostas pelo FMI influenciaram o desenvolvimento socioeconómico de São Tomé e Príncipe? Como?

Sim. Em muitos casos a influencia foi negativa.

9. Alianças geoestratégicas (regional, com algum país hegemónico, ou outras) podem ser fundamentais para o desenvolvimento de STP? Como?

Talvez. No entanto, o nosso contexto regional não favorece. Podíamos talvez procurar algum país da CPLP.

10. O nível de desenvolvimento de São Tomé e Príncipe fica a dever também às fragilidades institucionais (incluindo as do sector da Justiça)?

A fragilidade é imensa. E é transversal a todos setores, incluindo a justiça.

11. Acha que seria profícuo ancorar o sector judiciário são-tomense à uma instituição internacional? Porquê?

Talvez fosse boa ideia, mas o nosso contexto regional não parece facilitar tais alianças. Talvez pudéssemos recorrer a alguns países da CPLP, com o qual temos mais familiaridade cultural.

12. Se concorda, qual seria a modalidade da ancoragem (que aspetos, à quem, durante quanto tempo)?

Esse aspeto cabe aos quadros do sector definir com mais rigor.

ESE25

1. Microestados insulares (MEI)

1. Quais os principais fatores que condicionam o processo de desenvolvimento económico?

O acesso ao mercado interno e externo de bens e serviços assegurado por uma situação macroeconómica favorável, ambiente empresarial competitivo que contribua para a inovação dos processos produtivos, fatores de produção de qualidade, dentre outros.

2. A micro-dimensão e insularidade influenciam (negativamente) o desenvolvimento socioeconómico? Como?

Este fator constitui um enorme custo para o desenvolvimento, contudo podia ser ultrapassado se os líderes (incluindo os cidadãos) tomassem a consciência desse custo e, em face disso, delineassem uma estratégia mobilizadora para o superar, em vez duma postura passiva e de mera reclamação sobre essa 'fatalidade'. Outrossim esse fator podia ser transformado em potencial vantagem comparada/competitiva.

3. A que se deve a diferença entre o nível de desenvolvimento socioeconómico de São Tomé e Príncipe e os demais MEI?

No nosso país é evidente a ausência de imparcialidade da justiça; Não há transparência na gestão de bens públicos; A sociedade civil não está devidamente organizada e por isso é pouco atuante; Outro problema é facto de sermos todos parentes; Também somos megalómanos na criação de instituições que não são adequadas a condição económica.

4. É possível superar os constrangimentos que a dimensão e a insularidade provocam no país.

Sim, é possível suplantar muitas dessas dificuldades fazendo funcionar a justiça, e melhorando, deste modo, a conduta dos cidadãos

5. Como avalia a importância das organizações internacionais no apoio ao processo de desenvolvimento dos MEI?

Não obstante das políticas do FMI serem iguais para todos os países, acho que cada país deve ter uma estrutura de análise interna própria, capaz de traçar e demonstrar a sua política de desenvolvimento.

6. Devia o FMI recomendar política especial para os MEI, ou igual aos demais membros? Porquê?

Julgo que sim, partindo do princípio que todos os países não têm a mesma realidade económica.

7. Considera que a configuração da estrutura governativa e de capital do FMI tem tido influência na formulação dos programas destinados aos MEI?

Sem dúvida que tem influência. Esta estrutura não consegue entender, porque não vive a problemática dos MEI.

2. O caso de São Tomé e Príncipe.

1. As políticas macroeconómicas propostas pelo FMI influenciaram o desenvolvimento socioeconómico de São Tomé e Príncipe? Como?

Influenciaram, na medida que eram políticas não enquadradas no ambiente económico, social e cultural do país. A reforma agrícola é o exemplo de um dos horrores desta política.

2. Alianças geoestratégicas (regional, com algum país hegemónico, ou outras) podem ser fundamentais para o desenvolvimento de STP? Como?

As alianças até podem ser um fator de desenvolvimento para STP na medida que permite a especialização de determinadas atividades. Todavia o fator linguístico é a primeira barreira.

3. O nível de desenvolvimento de São Tomé e Príncipe fica a dever também às fragilidades institucionais (incluindo as do sector da Justiça)?

A justiça não funciona de forma igual para todos.

4. Acha que seria profícuo ancorar o sector judiciário são-tomense à uma instituição internacional? Porquê?

Acho que sim. Pelo menos ajudaria a esse problema de laços familiares que são bastante fortes.

5. Se concorda, qual seria a modalidade da ancoragem (que aspetos, à quem, durante quanto tempo)?

Pelo menos ao nível de CPLP, já daria para aliviar um pouco. nacionalizações.

ESE29

A. Microestados insulares (MEI)

1. Quais os principais fatores que influenciam/condicionam o processo de desenvolvimento económico?

Até ao período imediatamente a seguir à 2ª Guerra Mundial o desenvolvimento económico estava apenas conotado com o crescimento económico em que este era considerado como condição necessária e suficiente para o desenvolvimento. No período mais recente passaram a englobar outras dimensões ao desenvolvimento ao integrarem outros aspetos que vão para além do económico ou seja, os aspetos sociais, políticos, culturais, tecnológicos e ambientais ou seja o desenvolvimento é uma área multifacetada que depende de vários fatores para o seu sucesso.

2. A micro-dimensão e insularidade influenciam (negativamente) o desenvolvimento socioeconómico? Como?

Não há dúvidas de que os microestados insulares enfrentam dificuldades consideráveis nomeadamente: isolamento; reduzida população; poucos recursos naturais; fraca diversificação produtiva; sobrecustos de transportes; dependência externa; falta de escala no processo de produção; dificuldades de acesso aos mercados externos, dentre outros.

3. A que se deve a diferença entre o nível de desenvolvimento socioeconómico de São Tomé e Príncipe e o dos demais MEI?

Os problemas que se prendem com o desenvolvimento de STP, independentemente de serem de natureza estrutural, são também os que advém do facto de ser um MEI. Sendo um arquipélago, confronta-se com situações idênticas às de outros MEI que representam constrangimentos vários à sua economia, destacando-se, dentre outros: deficiente capacidade produtiva; ausência de competitividade; défice estrutural da balança de pagamentos; mercado interno exíguo; imensas dificuldades de criação de emprego; baixa qualificação e valorização dos recursos humanos; dívida externa pesada e infraestruturas degradadas ou inexistentes e graves problemas ao nível do saneamento do meio e conseqüentemente da saúde. Apesar de todas essas dificuldades STP continua a definir a sua estratégia de desenvolvimento apostando no sector agrícola. No entanto, a experiência tem demonstrado que alguns MEI que também enfrentavam dificuldades similares e que definiram a sua estratégia de desenvolvimento apostando no turismo e na prestação de serviço têm conseguido promover o seu desenvolvimento socioeconómico.

4. É possível superar os constrangimentos ou catapultar as vantagens que a dimensão e a insularidade provocam ao país? Se sim, como? Se não, porquê?

Julgo que sim é possível superar os constrangimentos que bloqueiam STP como um MEI e catapultar as vantagens que a pequena dimensão e insularidade provocam ao país. Cabe ressaltar de que não obstante as características estruturais dos MEI, constata-se que muitas ilhas apostam em estratégias exportadoras, ganhando mercados e conseguindo por esta via gerar economias de escala e superar algumas das desvantagens que estão associadas à pequena dimensão. Vejam-se os casos de Hong Kong, Singapura, Taiwan, Maurícias, dentre outros.

B. A conceção das políticas do FMI para os MEI

5. Como avalia a importância das organizações internacionais no apoio ao processo de desenvolvimento dos MEI?

A dependência externa constitui uma das características dos MEI. Essa dependência evidencia-se pelo grande peso que têm as transferências externas nas economias desses países sobre a forma de ajuda pública ao desenvolvimento (APD) e decorre sobretudo em relação a assistência dos parceiros de desenvolvimento (quer bilaterais, quer multilaterais) incluindo em alguns casos as remessas dos emigrantes. A dependência dos MEI tende a assumir contornos ainda mais gravosos porque importam grande parte dos produtos estratégicos que consomem, tal é o caso dos bens de consumo e combustíveis, mas também pelo facto de grande parte das suas exportações e importações estarem direccionadas para um único parceiro comercial, geralmente a antiga potência colonial. Por isso, a dependência económica constitui, assim, a causa e, ao mesmo tempo, a consequência de outras dependências endémicas, designadamente, em termos de quadros qualificados, tecnologias, infraestruturas básicas, sociais, económicas, industriais e de comunicação, administrativas, políticas e de acesso ao crédito internacional. Com efeito, STP, enquanto um MEI, é também fortemente dependente da APD, pois o seu rendimento nacional não chega a cobrir as despesas públicas imprescindíveis. Nesta ordem de ideias a cooperação e a ajuda internacional representam duas componentes fundamentais no atenuar das vulnerabilidades socioeconómicas, políticas e organizacionais e na criação de condições mínimas à adoção de uma estratégia de desenvolvimento sustentável dos MEI.

6. Devia o FMI recomendar política macroeconómica especial para os MEI, ou igual aos dos demais membros? Porquê?

STP como um MEI tem as suas particularidades e especificidades próprias com problemas estruturais gravíssimos desde a fraca e obsoleta estrutura produtiva até a baixa qualificação dos recursos humanos que o diferencia de alguns MEI, associada a constante instabilidade político-governativa que não tem permitido ao país fazer o take off de que necessita para encontrar um rumo para o seu desenvolvimento. Não há dúvidas de que as políticas impostas pelo FMI também contribuíram para agravar a situação do país tendo em conta que as receitas aplicadas na base do Consenso de Washington (que estiveram centradas doutrinariamente na desregulamentação dos mercados, abertura comercial e financeira e redução do tamanho e papel do Estado) são genéricas para todos países independentemente das suas particularidades e especificidades. Por isso julgo que as políticas deviam ter em conta as particularidades e especificidades de cada país. Não é pelo facto de STP ser um país produtor e exportador de cacau que leva o FMI a impor exatamente as mesmas políticas que recomenda a países como o Gana, Costa de Marfim por exemplo. Lembro-me de ter participado em negociações com o FMI em que discutíamos as medidas impostas a STP e a resposta que recebíamos era precisamente dizer-nos que a mesma medida tinha sido aplicada ao Gana por ser também produtor e exportador de cacau e que tinha sido bem-sucedida naquele país e que por isso esperavam que

pudessem trazer de igual modo bons resultados para STP, sem ter em consideração as particularidades e as especificidades do país.

7. Considera que a configuração da estrutura governativa e de capital do FMI tem tido influência na formulação dos programas destinados aos MEI?

Julgo que o tratamento que é dado aos MEI não é igual ao que se tem dado aos países do Continente e alias, nem podia ser. Mas não considero que seja em função da estrutura governativa do FMI mas da forma como encaram a problemática de desenvolvimento dos MEI.

Para alguns autores, as mudanças no cenário político e económico internacional e novas condições internas nos países em transição criaram problemas que até mesmo os proponentes originais do Consenso de Washington não previram, exigindo assim a busca de novas respostas.

C. O caso de São Tomé e Príncipe.

8. As políticas macroeconómicas propostas pelo FMI influenciaram o desenvolvimento socioeconómico de São Tomé e Príncipe? Como?

Nalguns países as reformas de mercado mostraram resultados rápidos e satisfatórios em termos de estabilidade de preços e, em alguns casos, proporcionaram o crescimento económico. No caso de São Tomé e Príncipe essas medidas não surtiram o efeito esperado embora tivessem aberto o caminho para que as autoridades santomenses iniciassem um processo de reforma que nem sempre foi bem-sucedido devido a constante instabilidade político governativa. Se por um lado as medidas impostas contribuíram para mostrar as autoridades as áreas que requerem maior atenção para impulsionar a criação de um ambiente macroeconómico dinâmico, por outro, contribuíram para agravar a situação social, aumentando consideravelmente os níveis de pobreza no país, tendo em conta que o modelo adotado se centrava em questões económicas, pondo de lado questões de natureza social. Mas se existe alguma ilação a ser tirada é que não há crescimento económico sem investimento, e sem crescimento económico não há política económica que se sustente, pois o crescimento económico nem sempre é o suficiente para combater a pobreza e certamente não é sinónimo de desenvolvimento.

9. Alianças geoestratégicas (regional, com algum país hegemónico, ou outras) podem ser fundamentais para o desenvolvimento de STP? Como?

A localização geográfica de STP vem conferindo ao país uma acrescida importância geopolítica, geoestratégica e geoeconómica, atendendo aos novos desafios que se colocam à sub-região Africana. De facto, a posição geoestratégica deste país constitui um potencial que deve ser explorado no contexto das estratégias de desenvolvimento regional do país, pois no futuro pode servir como uma importante base de

prestação de serviços aos países da região e ao mundo globalizado. Nesta ordem de ideias, STP pode aparecer como a interface marítima e aérea para a região do Golfo da Guiné ou ainda como um destino turístico exclusivo.

Julgo ser pertinente o aproveitamento dos Major Players Regional como é o caso de Angola e da Nigéria para o estabelecimento de alianças geoestratégicas que possam contribuir para o melhor aproveitamento da posição geoestratégica de STP no Golfo da Guiné.

10. O nível de desenvolvimento de São Tomé e Príncipe fica a dever também às fragilidades institucionais (incluindo as do sector da Justiça)?

Dizia Almeida que uma boa instituição tem mais força que um bom governo. Historicamente, os países da África subsaariana, onde STP está inserido, têm sido caracterizados pela instabilidade político governativa reinante associada à ineficácia do governo, a ausência de um Estado de Direito e problemas de corrupção que constituem sinais que acentuam a má governação nesses países. Por isso o papel do Estado e das instituições bem como as políticas públicas adotadas podem ter grandes repercussões no crescimento económico e no desenvolvimento desses países.

Um dos graves problemas que afeta o desenvolvimento de STP prende-se com o problema de Justiça. Todos reconhecem que a Justiça vai mal e que são necessárias reformas profundas neste sector visando um melhor funcionamento das instituições. Por isso subescrevo também a ideia de que o nível de desenvolvimento de STP fica também a dever as fragilidades institucionais incluindo o sector da Justiça.

11. Acha que seria profícuo ancorar o sector judiciário são-tomense à uma instituição internacional? Porquê?

É comum ouvir-se dizer de que a Justiça santomense não funciona devido aos elevados níveis de corrupção que grassa este setor. Todos têm plena consciência de que sem uma justiça célere não há desenvolvimento. É necessário apostar-se na formação e qualificação de quadros e proceder a uma reestruturação profunda dos Tribunais, promovendo o desenvolvimento do Tribunal Arbitral como forma de descongestionar os Tribunais.

Não acredito que a ancoragem seja o meio eficaz para garantir a credibilidade da justiça santomense. Acredito sim, numa reforma profunda do setor de Justiça com quadros qualificados e isentos do fenómeno de corrupção com uma constante avaliação do seu desempenho e de responsabilização, de modo a que os sistemas judiciários sejam credíveis e que possam contribuir para garantir o bom funcionamento das instituições da República.

12. Se concorda, qual seria a modalidade da ancoragem (que aspetos, à quem, durante quanto tempo)?

Não concordo com a ancoragem

ESE33

A. Microestados insulares (MEI)

1. Quais os principais fatores que influenciam/condicionam o processo de desenvolvimento económico?

Há vários fatores. Mas, os principais são a estrutura económica e o desempenho das instituições.

2. A micro-dimensão e insularidade influenciam (negativamente) o desenvolvimento socioeconómico? Como?

Sim. Nesses países é mais difícil o desenvolvimento de indústria transformadora. O outro fator importante é a falta de base científica. Os aspetos socioculturais também são específicos e constituem entraves.

3. A que se deve a diferença entre o nível de desenvolvimento socioeconómico de São Tomé e Príncipe e o dos demais MEI?

Não tivemos sorte. A herança colonial (estrutura económica com monocultura do cacau, capacidade de recursos humanos e estrutura institucional), é uma das causas da diferença entre o nível de desenvolvimento atual do nosso país e o dos demais MEI. Não podemos negar que houve esforços para alterar essa herança. Conseguimos algumas coisas, mas, não é fácil alterar tudo isso em tão pouco tempo

4. É possível superar os constrangimentos ou catapultar as vantagens que a dimensão e a insularidade provocam ao país? Se sim, como? Se não, porquê?

Sim. Se evitarmos a instabilidade das políticas públicas. Temos que introduzir a ideia de planificação do desenvolvimento, elaborando uma estratégia de desenvolvimento. Depois, é preciso reformar a justiça e a administração financeira do Estado, para reduzir os custos de transação. À tudo isso deve estar associada a prática de avaliação e controlo.

B. A conceção das políticas do FMI para os MEI

5. Como avalia a importância das organizações internacionais no apoio ao processo de desenvolvimento dos MEI?

A importância das organizações internacionais é relevante. No entanto, alguns aspetos são positivos e outros negativos. E a atuação varia de país para país. Temos que ver casos concretos.

6. Devia o FMI recomendar política macroeconómica especial para os MEI, ou igual aos dos demais membros? Porquê?

As políticas não são iguais. Dependem da correlação de forças no FMI.

7. Considera que a configuração da estrutura governativa e de capital do FMI tem tido influência na formulação dos programas destinados aos MEI?

Não tenho dúvidas que sim. Nessas organizações funciona a regra do poder, que por natureza é conservador.

C. O caso de São Tomé e Príncipe.

8. As políticas macroeconómicas propostas pelo FMI influenciaram o desenvolvimento socioeconómico de São Tomé e Príncipe? Como?

Ajudaram-nos a impulsionar as reformas impondo uma agenda para o efeito e financiaram uma parte das nossas despesas. Estes aspetos são positivos. Por outro lado, por desconhecimento da nossa realidade (nos aspetos insularidade e estrutura socioeconómica), impuseram-nos a privatização, ignorando a inexistência de classe capitalista no país. Não tiveram em conta a necessidade de viabilizar as empresas, mas sim a redução das despesas orçamentais. De igual modo, ignoraram o papel central do Estado na economia (o neoliberalismo). E tudo isto foi arrasador para o país.

9. Alianças geoestratégicas (regional, com algum país hegemónico, ou outras) podem ser fundamentais para o desenvolvimento de STP? Como?

Não me parece uma boa ideia. Há mais de 10 anos pensávamos que o petróleo pudesse ser um bom aliado nisso. Mas não deu em nada. E por outro lado, o Golfo da Guiné já não tem tanta importância assim. Os EUA já são autossuficientes no que poderíamos oferecer. Não sei. Talvez estudar algo no âmbito da cooperação Sul-Sul., com a África do Sul, ou mesmo Angola. Talvez seja possível uma parceria económica especial com a África do Sul a nível de serviços, considerando que este já havia manifestado grande interesse pela utilização do espaço territorial são-tomense para fins de navegação aérea. Mas, penso que essa oportunidade já tenha passado. Talvez Angola...

10. O nível de desenvolvimento de São Tomé e Príncipe fica a dever também às fragilidades institucionais (incluindo as do sector da Justiça)?

O sistema judicial são-tomense é penoso e imprevisível. Isso faz aumentar o custo de transação das empresas. A grande dimensão desse custo chega a ser mais prejudicial para o país do que a instabilidade política.

11. Acha que seria profícuo ancorar o sector judiciário são-tomense à uma instituição internacional? Porquê?

Nunca me ocorreu essa ideia. Acho que sim! Talvez nos ajude a resolver as dificuldades de que já falamos.

12. Se concorda, qual seria a modalidade da ancoragem (que aspetos, à quem, durante quanto tempo)?

Tem que ser através de acordos Estado-Estado, ou melhor ainda (para manter alguma coerência de escolas) com uma instituição de carácter internacional como é a common law, experimentalmente num período de 10 anos. Mas esta ancoragem tem de estar englobada num programa de reforço institucional.

ESE35

A. Microestados insulares (MEI)

1. Quais os principais fatores que influenciam/condicionam o processo de desenvolvimento económico?

A estabilidade de política governativa é a base para o desenvolvimento.

2. A micro-dimensão e insularidade influenciam (negativamente) o desenvolvimento socioeconómico? Como?

A insularidade influencia negativamente porque condiciona o desenvolvimento, dificulta alguma integração económica regional (por exemplo nos setores de energia, transportes, etc.). Por outro lado, facilita: por estar distante da costa, não absorve alguns dos seus problemas, como doenças e guerra, por exemplo. Em suma, há mais desvantagens que vantagens.

3. A que se deve a diferença entre o nível de desenvolvimento socioeconómico de São Tomé e Príncipe e o dos demais MEI?

Acho que isso se deve, principalmente a aspetos culturais. Não temos uma cultura desenvolvimentista.

4. É possível superar os constrangimentos ou catapultar as vantagens que a dimensão e a insularidade provocam ao país? Se sim, como? Se não, porquê?

Sim, mas tem de haver mais entendimento entre os homens.

B. A conceção das políticas do FMI para os MEI

5. Como avalia a importância das organizações internacionais no apoio ao processo de desenvolvimento dos MEI?

Há aspetos positivos e negativos. Por exemplo no nosso país a receita da privatização foi um bolo envenenado. Em regra, essas instituições não ensinam a pescar- dão peixe. E deixam o país numa dependência eterna.

6. Devia o FMI recomendar política macroeconómica especial para os MEI, ou igual aos dos demais membros? Porquê?

As políticas devem ser especiais, na medida em que, devem ter em conta as especificidades económicas de cada país. E isso não é tido em conta pelos FMI. No entanto, atualmente tem se notado alguma melhoria neste domínio.

7. considera que a configuração da estrutura governativa e de capital do FMI tem tido influência na formulação dos programas destinados aos MEI?

Considero. Quem manda são os grandes. Eles ficam imunes a qualquer controlo. Veja a crise que assolou o mundo em 2007. De quem foi a culpa, e porque é que o FMI não agiu?

C. O caso de São Tomé e Príncipe.

8. As políticas macroeconómicas propostas pelo FMI influenciaram o desenvolvimento socioeconómico de São Tomé e Príncipe? Como?

Sim. As coisas boas, não se pode ignorar. São sobretudo á nível da disciplina fiscal. Mas, como já tinha dito, as privatizações por exemplo, foram péssimas. E muitas coisas que hoje ainda acontecem se devem a essas privatizações mal concebidas.

9. Alianças geoestratégicas (regional, com algum país hegemónico, ou outras) podem ser fundamentais para o desenvolvimento de STP? Como?

Sim. Isso permitiria ao país queimar algumas etapas.

10. O nível de desenvolvimento de São Tomé e Príncipe fica a dever também às fragilidades institucionais (incluindo as do sector da Justiça)?

As nossas instituições estão infestadas com a cultura da impunidade. E a justiça funciona a duas velocidades.

11. Acha que seria profícuo ancorar o sector judiciário são-tomense à uma instituição internacional? Porquê?

Em São e Príncipe somos todos parentes. Em quase todos casos os juízes deviam declara-se impedidos, mas não o fazem. Se nós nos consciencializássemos dessa situação, podia-se adequar a Constituição para o permitir. Acho que seria uma boa ideia. Mas políticos (incluindo os que vivem á sombra desses), não aceitariam isso.

12. Se concorda, qual seria a modalidade da ancoragem (que aspetos, à quem, durante quanto tempo)?

Acho que devíamos rever (adequando) a Constituição para o efeito. Para mim, isso podia ser uma espécie de privatização da justiça.

ESE36

A. Microestados insulares (MEI)

1. Quais os principais fatores que influenciam/condicionam o processo de desenvolvimento económico?

Fundamentalmente, o nível de instrução dos recursos humanos, a dimensão do mercado interno e condições de acesso ao mercado externo.

2. A micro-dimensão e insularidade influenciam (negativamente) o desenvolvimento socioeconómico? Como?

Influencia. Por exemplo, uma economia cujo mercado interno é inferior a um milhão de indivíduos não pode fazer economia de escala que é fundamental para o crescimento.

3. A que se deve a diferença entre o nível de desenvolvimento socioeconómico de São Tomé e Príncipe e o dos demais MEI?

A região em que estamos inseridos não nos facilita. A Nigéria não é grande coisa, tem muitos problemas. Os outros vizinhos também. Não temos emigrantes ricos. A situação dos outros MEI, neste aspeto, é diametralmente oposta. Daí vem a sua vantagem. Por exemplo as Seychelles estão situadas numa boa região. As Caraíbas estão ainda melhor.

4. É possível superar os constrangimentos ou catapultar as vantagens que a dimensão e a insularidade provocam ao país? Se sim, como? Se não, porquê?

Acho que sim. Temos que fazer integração política completa. A integração é a única saída que nos resta. Senão fizermos isso, vamos continuar a lutar para sobreviver, e nunca desenvolver. Mas, por motivos que já afirmei, não vale a pena pensarmos na integração regional. Não ajudaria em nada.

B. A conceção das políticas do FMI para os MEI

5. Como avalia a importância das organizações internacionais no apoio ao processo de desenvolvimento dos MEI?

É dúbia. E no nosso caso particular não tiveram em conta a nossa fraca capacidade de absorção. No entanto, ensinaram-nos a gerir o orçamento. Hoje já sabemos fazer isso melhor. Também devemos dizer que o nosso comportamento coletivo não foi o melhor em relação a essas organizações.

6. Devia o FMI recomendar política macroeconómica especial para os MEI, ou igual aos dos demais membros? Porquê?

O FMI tem uma matriz de políticas macroeconómicas e estruturais para todos os países, o que é muito mau. No entanto, sempre que a correlação de forças exigir, o Fundo [FMI] fecha os olhos a essa matriz. Eles têm um culto primário anticomunista, ou dirigentes de esquerda, o que muitas vezes conduz as suas ações.

7. Considera que a configuração da estrutura governativa e de capital do FMI tem tido influência na formulação dos programas destinados aos MEI?

Sim. E muito. Há um culto primário contra ideias de esquerda no FMI. O FMI repudia a instituição "Estado". Por outro lado, todos sabemos que no FMI reina a hegemonia.

C. O caso de São Tomé e Príncipe.

8. As políticas macroeconómicas propostas pelo FMI influenciaram o desenvolvimento socioeconómico de São Tomé e Príncipe? Como?

Sim, sobretudo os primeiros anos, com o PAE, por omissão ou ação. Por exemplo, o contexto em que ocorreram as privatizações das empresas públicas, em finais de 1987 por recomendação do FMI, foram catastróficas para o país. Não tínhamos ainda recursos humanos qualificados, não tínhamos um sector privado (estávamos a sair de economia centralizada, a economia não era atrativa aos empresários sérios estrangeiros). É o resultado da extrema fixação do FMI em medidas neoliberais. A única coisa boa do lado deles foi a coação para a disciplina fiscal. Mas isso também não serviu de nada, porque a instabilidade social e política constante não ajudaram na sua implementação correta. Mas também temos de dizer que, apesar disso, se os nossos decisores fossem melhores, estaríamos melhor.

9. Alianças geoestratégicas (regional, com algum país hegemónico, ou outras) podem ser fundamentais para o desenvolvimento de STP? Como?

Sim. Mas, precisamos de ir mais além. Os nossos partidos políticos não têm ideologia políticas. Os seus programas são similares. E falta-lhes conhecimentos da geoestratégia. O melhor mesmo é partir para integração.

10. O nível de desenvolvimento de São Tomé e Príncipe fica a dever também às fragilidades institucionais (incluindo as do sector da Justiça)?

Sim. A partidarização é dos maiores males das instituições.

11. Acha que seria profícuo ancorar o sector judiciário são-tomense à uma instituição internacional? Porquê?

Seria Bom. Mas, muito difícil seria a sua implementação.

12. Se concorda, qual seria a modalidade da ancoragem (que aspetos, à quem, durante quanto tempo)?

Se o país optasse pela integração completa, seria melhor. No entanto, uma instancia intermedia da justiça pode talvez ser gerida por estrangeiros.

ESE40

A. Microestados insulares (MEI)

1. Quais os principais fatores que influenciam/condicionam o processo de desenvolvimento económico?

Quando as instituições do Estado e o setor privado estão cada um a desempenhar bem o seu papel, há desenvolvimento.

2. A micro-dimensão e insularidade influenciam (negativamente) o desenvolvimento socioeconómico? Como?

Nos países pequenos e insulares em geral as instituições funcionam mal. Logo, o desenvolvimento é difícil.

3. A que se deve a diferença entre o nível de desenvolvimento socioeconómico de São Tomé e Príncipe e o dos demais MEI?

Não sei. Mas pode ser que seja o facto das suas instituições terem tido uma melhor base inicial do que a nossa. Nós partimos de quase zero.

4. É possível superar os constrangimentos ou catapultar as vantagens que a dimensão e a insularidade provocam ao país? Se sim, como? Se não, porquê?

Eu tenho essa esperança. Mas o nosso orgulho pode nos impedir.

B. A conceção das políticas do FMI para os MEI

5. Como avalia a importância das organizações internacionais no apoio ao processo de desenvolvimento dos MEI?

Não lido muito com essas organizações. Mas parece-me que, basicamente, só a eles devemos algum sucesso. Não teríamos nenhum se não fossem essas organizações. No entanto, muitos conterrâneos mais ligados a eles não são dessa opinião.

6. Devia o FMI recomendar política macroeconómica especial para os MEI, ou igual aos dos demais membros? Porquê?

Os economistas do nosso país, habitualmente, dizem que devia ser diferente. Eu não entendo muito disso.

7. Considera que a configuração da estrutura governativa e de capital do FMI tem tido influência na formulação dos programas destinados aos MEI?

Em sintonia com a resposta anterior, eu diria que sim, porque só assim se justifica (eventualmente) induzirem-nos em alguns erros no nosso processo de desenvolvimento.

C. O caso de São Tomé e Príncipe.

8. As políticas macroeconómicas propostas pelo FMI influenciaram o desenvolvimento socioeconómico de São Tomé e Príncipe? Como?

Como já disse, acredito que sim.

9. Alianças geoestratégicas (regional, com algum país hegemónico, ou outras) podem ser fundamentais para o desenvolvimento de STP? Como?

Esta, aliás, devia ser a nossa opção desde sempre. Temos de encontrar países sérios, e fazer alianças.

10. O nível de desenvolvimento de São Tomé e Príncipe fica a dever também às fragilidades institucionais (incluindo as do sector da Justiça)?

A justiça, que eu conheço bem, está ingovernável. Gente séria tem muitas dificuldades. Sofrem represálias e não há a quem recorrer. As outras instituições padecem do mesmo mal.

11. Acha que seria profícuo ancorar o sector judiciário são-tomense à uma instituição internacional? Porquê?

Sinceramente, eu não vejo outra saída para o nosso país. Eu até iria mais longe do que a simples ancoragem judicial. Nós precisamos ter a mente aberta, se quisermos que o país saia do imbróglio em que está. Mas esse assunto é tabu! Nós preferimos morrer orgulhosamente sós.

12. Se concorda, qual seria a modalidade da ancoragem (que aspetos, à quem, durante quanto tempo)?

Quando um grupo de gente tecnicamente bem preparada e moralmente intocável se juntar, e milagrosamente, tiver algum apoio político, ou da Nação em geral. Desenha-se uma boa proposta de ancoragem.

ESE42

A. Microestados insulares (MEI)

1. Quais os principais fatores que influenciam/condicionam o processo de desenvolvimento económico?

Acho que depende do modelo do Estado e das políticas implementadas.

2. A micro-dimensão e insularidade influenciam (negativamente) o desenvolvimento socioeconómico? Como?

Sim. Um microestado não consegue se autogerir. A não ser que se encoste em algum país de maiores dimensões. Mas também pode ser uma bênção ser uma ilha. Há algumas vantagens.

3. A que se deve a diferença entre o nível de desenvolvimento socioeconómico de São Tomé e Príncipe e o dos demais MEI?

Souberam tirar proveito da sua posição geográfica. As Seychelles têm a grande Índia como vizinha. Os outros têm EUA, Austrália.... E se calhar têm pensamento estratégico acertado. Nós somos um Estado dual. Nunca se sabe se as políticas são liberais, se são de esquerda. Enfim, há muita indefinição.

4. É possível superar os constrangimentos ou catapultar as vantagens que a dimensão e a insularidade provocam ao país? Se sim, como? Se não, porquê?

O país tem que construir consensos sobre as questões fulcrais: que sistema político, que direção para a economia. Tudo isso no âmbito de uma integração bem desenhada, com uma agenda clara. Não pode haver retrocessos constantes com mudança de governos. Uma boa política sobre o mar, aproveitar melhor outros atributos como o vento (escola de aviação seria uma boa coisa a pensar), enfim, é possível darmos a volta a situação.

B. A conceção das políticas do FMI para os MEI

5. Como avalia a importância das organizações internacionais no apoio ao processo de desenvolvimento dos MEI?

Na medida do possível ajudaram. Mas nós não estamos organizados para fazer bom uso das ajudas.

6. Devia o FMI recomendar política macroeconómica especial para os MEI, ou igual aos dos demais membros? Porquê?

O FMI age de acordo com as suas regras. Nós é que andamos perdidos, sem visão clara do que queremos. Nós devíamos saber “jogar o jogo” que nos é proposto. Afinal “não há almoços grátis”.

7. Considera que a configuração da estrutura governativa e de capital do FMI tem tido influência na formulação dos programas destinados aos MEI?

O FMI foi fundado para servir os seus ideólogos. As regras são para servir os donos. Contra isso nada há a fazer.

C. O caso de São Tomé e Príncipe.

8. As políticas macroeconómicas propostas pelo FMI influenciaram o desenvolvimento socioeconómico de São Tomé e Príncipe? Como?

Como disse atrás, apesar de tudo, nós não sabemos nos apropriar das regras do jogo e tirar maior proveito.

9. Alianças geoestratégicas (regional, com algum país hegemónico, ou outras) podem ser fundamentais para o desenvolvimento de STP? Como?

Sim. A União Europeia é um exemplo de como as alianças estratégicas podem ser proveitosas.

10. O nível de desenvolvimento de São Tomé e Príncipe fica a dever também às fragilidades institucionais (incluindo as do sector da Justiça)?

Há fragilidade institucional, mas a justiça não é a maior delas. A justiça é apenas a face mais exposta da fragilidade. O que falta é uma verdadeira reforma na justiça, ... com inspeções. Não faz sentido uma ancoragem da justiça. Não se pode abdicar da soberania. A justiça é fundamental. O que precisamos é de trabalhar mais.

11. Acha que seria profícuo ancorar o sector judiciário são-tomense à uma instituição internacional? Porquê?

Não, temos muitos males no sector, como a purga, por exemplo, mas esta não é uma boa solução.

12. Se concorda, qual seria a modalidade da ancoragem (que aspetos, à quem, durante quanto tempo)?

Não concordo.

ESE47

A. Microestados insulares (MEI)

1. Quais os principais fatores que influenciam/condicionam o processo de desenvolvimento económico?

Creio que os principais fatores são o nível de regulação da economia, as condições de produtividade e a justiça.

2. A micro-dimensão e insularidade influenciam (negativamente) o desenvolvimento socioeconómico? Como?

A micro-dimensão pode afastar os investimentos que requerem espaços físicos razoáveis. Em contrapartida, há vantagens no controlo produtivo, o que é positivo.

3. A que se deve a diferença entre o nível de desenvolvimento socioeconómico de São Tomé e Príncipe e o dos demais MEI?

No momento da independência a base produtiva de São Tomé e Príncipe já estava em queda. E porque não tínhamos recursos humanos qualificados não se conseguiu criar estruturas para a absorção dos investimentos.

4. É possível superar os constrangimentos ou catapultar as vantagens que a dimensão e a insularidade provocam ao país? Se sim, como? Se não, porquê?

Sim é possível. Temos que, em conjunto, como um desígnio acional, corrigir as falhas que cometemos até hoje.

B. A conceção das políticas do FMI para os MEI

5. Como avalia a importância das organizações internacionais no apoio ao processo de desenvolvimento dos MEI?

É importante, mas nem sempre benévola.

6. Devia o FMI recomendar política macroeconómica especial para os MEI, ou igual aos dos demais membros? Porquê?

Acho que a intervenção deles é muito matemática. Falta-lhes conhecimentos do âmbito da sociologia, o que os faz cometer erros grandes, como é o caso das privatizações em São Tomé e Príncipe.

7. Considera que a configuração da estrutura governativa e de capital do FMI tem tido influência na formulação dos programas destinados aos MEI?

Se calhar sim. Temos que ver isso com normalidade. Os recursos são dos países ricos, e eles não entregariam os seus recursos sem que os próprios tenham poderes de controlar o rumo das coisas nos países financiados.

C. O caso de São Tomé e Príncipe.

8. As políticas macroeconómicas propostas pelo FMI influenciaram o desenvolvimento socioeconómico de São Tomé e Príncipe? Como?

Obviamente que sim.

9. Alianças geoestratégicas (regional, com algum país hegemónico, ou outras) podem ser fundamentais para o desenvolvimento de STP? Como?

Os políticos da independência deviam ter pensado nisso. Hoje estaríamos longe. Hoje é mais difícil porque o mundo mudou, e as circunstâncias também são outras. Mas ainda podemos tentar.

10. O nível de desenvolvimento de São Tomé e Príncipe fica a dever também às fragilidades institucionais (incluindo as do sector da Justiça)?

É patente e leva a fraqueza sistémica. Do jeito que as coisas estão, não pode haver autoridade do Estado, sem segurança parece que tudo se desmorona, o governo é a única instituição que de algum modo, sobrevive a isto

11. Acha que seria profícuo ancorar o sector judiciário são-tomense à uma instituição internacional? Porquê?

Não é de descorar. Os níveis de desconfiança estão a subir. E depois, um grande estudioso disse a certa altura que “a soberania significa aplicar o que está na lei”. Sendo assim, qualquer entidade estrangeira pode julgar aplicando as nossas leis.

12. Se concorda, qual seria a modalidade da ancoragem (que aspetos, à quem, durante quanto tempo)?

Algumas pessoas (muitos dos meus colegas) esquecem-se de que soberania e nacionalidade são conceitos diferentes. Não perdemos a soberania, se uma entidade estrangeira fazer cumprir as nossas leis. Por isso eu penso que podíamos pensar em “alojar” a nossa Instancia Superior de Recurso algures no estrangeiro. Mas isso tem que ser uma coisa muito bem estuda e ponderada.

ESE54

A. Microestados insulares (MEI)

1. Quais os principais fatores que influenciam/condicionam o processo de desenvolvimento económico?

Em primeiro lugar, a existência de recursos. Depois a sua utilização, que depende dos recursos humanos.

2. A micro-dimensão e insularidade influenciam (negativamente) o desenvolvimento socioeconómico? Como?

Influenciam negativamente. A insularidade não facilita a economia de escala e limita o desempenho industrial. A pequenez também proporciona uma fraca base científica no país e justifica a existência de poucos recursos naturais e financeiros.

3. A que se deve a diferença entre o nível de desenvolvimento socioeconómico de São Tomé e Príncipe e o dos demais MEI?

Os recursos humanos, e financeiros. Nesse aspeto, sempre estiveram melhor que nós desde o início. Porém, na nossa caminhada não conseguimos reverter a situação.

4. É possível superar os constrangimentos ou catapultar as vantagens que a dimensão e a insularidade provocam ao país? Se sim, como? Se não, porquê?

Certamente. Se conseguirmos uma ajuda razoável no que toca aos recursos financeiros. Talvez os recursos petrolíferos apareçam finalmente. Com eles podemos dar a volta à situação.

B. A conceção das políticas do FMI para os MEI

5. Como avalia a importância das organizações internacionais no apoio ao processo de desenvolvimento dos MEI?

São importantes. Mas não devemos ter ilusão. O objetivo deles não pode ser levar-nos ao desenvolvimento. Essa é nossa própria missão.

6. Devia o FMI recomendar política macroeconómica especial para os MEI, ou igual aos dos demais membros? Porquê?

Não sei. Talvez sim.

7. Considera que a configuração da estrutura governativa e de capital do FMI tem tido influência na formulação dos programas destinados aos MEI?

As organizações internacionais diferem entre si, mas em todas elas quem tem o poder económico maior tende a ditar as regras.

C. O caso de São Tomé e Príncipe.

8. As políticas macroeconómicas propostas pelo FMI influenciaram o desenvolvimento socioeconómico de São Tomé e Príncipe? Como?

Não tenho valências para fazer uma avaliação profunda. Acho que algumas políticas foram boas e outras, nem por isso.

9. Alianças geoestratégicas (regional, com algum país hegemónico, ou outras) podem ser fundamentais para o desenvolvimento de STP? Como?

Tenho essa firme convicção. Mas temos de estar certos de que perdemos alguma liberdade, para ganhar algumas coisas. A cooperação é uma troca: oferecemos algumas coisas e ganhamos outras. Por outro lado, temos que escolher à lupa os parceiros para essa cooperação. Tem de ser um país credível, onde as regras funcionam.

10. O nível de desenvolvimento de São Tomé e Príncipe fica a dever também às fragilidades institucionais (incluindo as do sector da Justiça)?

Acho que toda a sociedade, á todos níveis, tem consciência desta situação. Como resolvê-la? Eis a questão de difícil resposta.

11. Acha que seria profícuo ancorar o sector judiciário são-tomense à uma instituição internacional? Porquê?

Essa área é melindrosa. Briga com a nossa soberania de forma indelével. É mais fácil ancorarmos a gestão económica.

12. Se concorda, qual seria a modalidade da ancoragem (que aspetos, à quem, durante quanto tempo)?

Como disse, não concordo.

ESE62

A. Insular microstates (MEI)

1. What are the main factors that influence / affect the process of economic development?

As deseconomias de escala acima mencionadas, devido ao pequeno tamanho, podem aumentar os custos de produção e distribuição, prejudicar a concorrência, dificultar a entrega de bens públicos, colocar restrições de capacidade administrativa e deixar microestados com falta de diversificação em relação aos choques externos, incluindo desastres naturais. Com uma base económica estreita e um pequeno tamanho de mercado, muitas vezes há escopo limitado para usar conhecimentos especializados que podem levar a emigração externa entre os mais altamente educados.

2. The micro- size and insularity influence (negatively) the socio-economic development of the countries? If so, how?

As deseconomias de escala acima mencionadas, devido ao pequeno tamanho, podem aumentar os custos de produção e distribuição, prejudicar a concorrência, dificultar a entrega de bens públicos, colocar restrições de capacidade administrativa e deixar microestados com falta de diversificação em relação aos choques externos, incluindo desastres naturais. Com uma base económica estreita e um pequeno tamanho de mercado, muitas vezes há escopo limitado para usar conhecimentos especializados que podem levar a emigração externa entre os mais altamente educados.

3. What explain the level between the socio-economic development of Sao Tome and Principe and the other MEI?

Não responde.

4. Do you think that is possible to overcome the constraints or project the advantages that the size and insularity cause to the countries? If so, how? If not, why?

A integração económica regional poderia proporcionar uma oportunidade para MEIs para enfrentar os desafios específicos decorrentes de deseconomias de escala e vulnerabilidade a choques.

B. The design of IMF policies for MEI

5. How do you assess the importance of international organizations in supporting the development process of MEI?

Não responde

6. What are the main characteristics of this support? (In what ways it should be designed?)

Não responde

7. What economic policies are recommended by the IMF to the MEI?

Não responde

8. What has been the fulfillment of this policy by the beneficiary countries?

Não responde

9. What is its assessment of the impact of these policies compared to the original objectives?

Não responde

10. Should the IMF recommend special macroeconomic policy for MEI? Why?

Não responde

11. Do you think that the IMF should take into account the specificities of the economy of the MEI in the design of adjustment programs and other intended for MEI? Why?

Não responde

12. Do you think that the IMF's geo-economics (weight and insignificant relevance in the international economy) of MEI weakens those negotiations capability with the IMF? What they could do to enhance their capacity?

Não responde

13. What changes would you suggest in regard to the policies designed for MEI?

Não responde

C. The case of Sao Tome and Principe.

15. Do you think the level of development of Sao Tome and Principe is also due to institutional weaknesses (including the justice sector)?

Não responde

A fraqueza institucional é certamente um fator que dificulta o desenvolvimento de países como São Tomé e Príncipe. Do ponto de vista económico, é importante fortalecer a capacidade institucional para projetar e implementar políticas e reformas económicas.

16. Do you think it would be advantaged to anchor the country's judiciary system to an international institution? Why?

Não responde

ESE76

A. Insular microstates (MEI)

1. What are the main factors that influence / affect the process of economic development?

Os determinantes principais são o capital humano e políticas económicas, entre outros. No entanto, é preciso ter em conta que os governantes fazem escolhas que condicionam o capital humano e implementação das políticas económicas. Essa é a razão mais profunda por que alguns países são ricos e outros não.

2. The micro- size and insularity influence (negatively) the socio-economic development of the countries? If so, how?

Ser muito pequeno não significa necessariamente ter insucesso no desenvolvimento, apesar das vulnerabilidades que caracteriza esses Estados. No entanto, esses países têm mais dificuldades que outros: a extrema dependência do exterior, e a dificuldade de assegurar os serviços públicos, entre outros, constituem desvantagens para os microestados.

3. What explain the level between the socio-economic development of Sao Tome and Principe and the other MEI?

Sobre essa questão, é preciso fazer uma pesquisa aprofundada.

4. Do you think that is possible to overcome the constraints or project the advantages that the size and insularity cause to the countries? If so, how? If not, why?

Sim. Acreditamos que é possível.

B. The design of IMF policies for MEI

5. How do you assess the importance of international organizations in supporting the development process of MEI? *Não responde*

6. What are the main characteristics of this support? (In what ways it should be designed?).

Não responde

7. What economic policies are recommended by the IMF to the MEI?

Não responde

8. What has been the fulfillment of this police by the beneficiary countries?

Não responde

9. What is its assessment of the impact of these policies compared to the original objectives?

Não responde

10. Should the IMF recommend special macroeconomic policy for MEI? Why?

Não responde

11. Do you think that the IMF should take into account the specificities of the economy of the MEI in the design of adjustment programs and other intended for MEI? Why?

Não responde

12. Do you think that the IMF's geo-economics (weight and insignificant relevance in the international economy) of MEI weakens those negotiations capability with the IMF? What they could do to enhance their capacity.

Não responde

13. What changes would you suggest in regard to the policies designed for MEI?

Não responde

C. The case of Sao Tome and Principe.

15. Do you think the level of development of Sao Tome and Principe is also due to institutional weaknesses (including the justice sector)?

Fraqueza institucional é certamente um fator que dificulta o desenvolvimento de países como São Tomé e Príncipe. Do ponto de vista económica, é importante reforçar a capacidade institucional para a concepção e implementação de reformas e políticas económicas.

16. Do you think it would be advantaged to anchor the country's judiciary system to an international institution? Why?

Não responde

ESE84

A. Insular microstates (MEI)

1. What are the main factors that influence / affect the process of economic development?

Vários fatores influenciam o desenvolvimento socioeconómico dum país. Os fatores económicos são os mais importantes. Entre esses, tem papel fundamental a acumulação de poupança para futuro investimento de capital. Outro fator muito importante são os recursos naturais. Mas, os recursos naturais não têm que ser os tradicionais, como minerais ou petróleo. É preciso saber encontra-los. Os recursos humanos também são fulcrais. As políticas macroeconómicas constituem o incentivador e o barómetro do entrosamento entre estes fatores. E isso é determinado em grande medida pelo tipo de sistema económico. O tipo de sistema económico é muito importante, porque o desenvolvimento não é um processo mecânico. Ele depende da habilidade e qualidade da governação, ou melhor, do Estado.

2. The micro- size and insularity influence (negatively) the socio-economic development of the countries. If so, how?

Os microestados têm muitas vulnerabilidades. Em geral mais dificuldades na acumulação de poupanças. Também têm em geral uma estrutura de comercio externo menos boa. A pequenez é uma barreira a existência de recursos humanos em quantidade e qualidade necessários.

3. What explain the level between the socio-economic development of Sao Tome and Principe and the other MEI?

Como disse, o desenvolvimento não é um processo mecânico. Alguns MEI têm mais sucessos que outros, como também acontece no seio dos países maiores.

4. Do you think that is possible to overcome the constraints or project the advantages that the size and insularity cause to the countries? If so, how? If not, why?

É possível, desde que as autoridades consigam ter mais habilidade na governação e faça escolhas certas apostando nos fatores de produção ainda não explorados.

B. The design of IMF policies for MEI

5. How do you assess the importance of international organizations in supporting the development process of MEI?

Não responde.

6. What are the main characteristics of this support? (In what ways it should be designed?)

Não responde.

7. What economic policies are recommended by the IMF to the MEI?

Não responde

8. What has been the fulfillment of this police by the beneficiary countries?

Não responde

9. What is its assessment of the impact of these policies compared to the original objectives?

Não responde

10. Should the IMF recommend special macroeconomic policy for MEI? Why?

Não responde

11. Do you think that the IMF should take into account the specificities of the economy of the MEI in the design of adjustment programs and other intended for MEI? Why?

Não responde

12. Do you think that the IMF's geo-economics (weight and insignificant relevance in the international economy) of MEI weakens those negotiations capability with the IMF? What they could do to enhance their capacity

13. What changes would you suggest in regard to the policies designed for MEI?

C. The case of Sao Tome and Principe.

15. Do you think the level of development of Sao Tome and Principe is also due to institutional weaknesses (including the justice sector)?

A fraqueza na capacidade institucional é uma adversidade na qualidade do desenvolvimento econômico adverso. A fraqueza relativa das instituições nacionais pode reduzir a capacidade do MEI explorar oportunidades e negociar acordos comerciais vantajosos. As instituições fracas também podem ser mais vulneráveis aos grupos de pressão e conseqüentemente da corrupção.

16. Do you think it would be advantaged to anchor the country's judiciary system to an international institution? Why?

ESE85

A. Insular microstates (MEI)

1. What are the main factors that influence / affect the process of economic development?

O desenvolvimento é um processo complexo. Não obstante a existência de fatores de produção seja importante, os mesmos podem não ser determinantes. O grau de liberdade política e econômica é muito importante.

2. The micro- size and insularity influence (negatively) the socio-economic development of the countries. If so, how?

A micro-dimensão impõe dificuldade acrescida a economia de escala. Por outro lado, a produção da maioria dos bens é ineficiente. Além disso, um pequeno mercado interno cria monopólios, aumentando assim os custos domésticos de insumos. Outro problema é que os produtos e as exportações não são diversificados. Tudo isto aumenta as vulnerabilidades desses Estados.

3. What explain the level between the socio-economic development of Sao Tome and Principe and the other MEI?

Não responde.

4. Do you think that is possible to overcome the constraints or project the advantages that the size and insularity cause to the countries? If so, how? If not, why?

Existem grandes possibilidades de isso acontecer. São Tomé tem feito progressos, e penso que está no bom caminho.

B. The design of IMF policies for MEI

5. How do you assess the importance of international organizations in supporting the development process of MEI?

Não responde

6. What are the main characteristics of this support? (In what ways it should be designed?)

7. What economic policies are recommended by the IMF to the MEI?

Não responde

8. What has been the fulfillment of this police by the beneficiary countries?

Não responde

9. What is its assessment of the impact of these policies compared to the original objectives? *Não responde*

10. Should the IMF recommend special macroeconomic policy for MEI? Why?

Não responde

11. Do you think that the IMF should take into account the specificities of the economy of the MEI in the design of adjustment programs and other intended for MEI? Why?

Não responde

12. Do you think that the IMF's geo-economics (weight and insignificant relevance in the international economy) of MEI weakens those negotiations capability with the IMF? What they could do to enhance their capacity.

Não responde

13. What changes would you suggest in regard to the policies designed for MEI?

Não responde

C. The case of Sao Tome and Principe.

15. Do you think the level of development of Sao Tome and Principe is also due to institutional weaknesses (including the justice sector)?

A fraca capacidade institucional é um problema da maioria dos países em desenvolvimento, mas, é mais acentuado entre os microestados. Esse constrangimento que se reflete em instituições públicas pouco sólidas que, constituem entraves aos eventuais esforços para promover o desenvolvimento.

16. Do you think it would be advantaged to anchor the country's judiciary system to an international institution? Why?

Não responde.